

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA/MG

DECISÃO DOS RECURSOS (INFRARRELACIONADOS)

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infra relacionados concorrentes ao Concurso de Provas destinado ao preenchimento de vagas do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG e formação de cadastro reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **Edital**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

II DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente da Autoridade de Trânsito

BRANCA	VERDE
01	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A temática textual refere-se ao assunto central ou tema principal que um texto aborda. É o tópico ou ideia que guia o desenvolvimento do texto e sobre o qual o autor está escrevendo. Em outras palavras, é o que o texto está tratando ou discutindo. Considerando as ideias apresentadas, é possível perceber que o assunto principal abordado ao longo do texto é: a condição feminina e a busca por identidade, através de uma profunda sensibilidade. “A criada” é um conto que, através de uma linguagem poética e de uma narrativa intimista, explora a complexidade da experiência humana, a busca por identidade e a riqueza da vida interior de uma personagem que, apesar de sua condição social,

revela uma profunda sensibilidade e percepção do mundo. Tal fato pode ser claramente evidenciado através dos trechos: “Sim, havia profundidade nela. Mas ninguém encontraria nada se descesse nas suas profundezas – senão a própria profundidade, como na escuridão se acha a escuridão” (7º§); “Ah, então devia ser esse o seu mistério: ela descobrira um atalho para a floresta. Decerto nas suas ausências era para lá que ia” (8º§); “Ela se arranjava para servir muito mais remotamente, e a outros deuses. Sempre com a inteireza de espírito que trouxera da floresta. Sem um pensamento: apenas corpo se movimentando calmo, rosto pleno de uma suave esperança que ninguém dá e ninguém tira” (11º§).

BRANCA	VERDE
02	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, a misteriosa infante, em “A criada”, descobria em seu momento de inércia total um atalho para floresta. Era provável que a jovem se dirigisse para lá, assim teria tempo e espaço para se encontrar e compreender quem era ela. Neste lugar sem o tempo marcado pelo relógio, Eremita poderia, então, livrar-se das solicitações e das cobranças do seu mundo de criada. Não voltaria impune de seu instante consigo mesma, estaria renovada. Considera-se que Eremita precisa voltar à sua tristeza; regressava branda e ignorante, mas com “olhos completos”. É possível perceber que Eremita vivia numa espécie de mundo paralelo, onde ela não era a simples criada, mas a sacerdotisa de um mistério bem guardado. E isso tudo acontecia no exercício de seus deveres diários: ela entre mundos. Em “Ah, então devia ser esse o seu mistério: ela descobrira um atalho para a floresta”, Clarice Lispector cria uma atmosfera de afastamento em torno da personagem. As demais transcrições dadas para análise retratam apenas fatos secundários abordados no texto.

BRANCA	VERDE
05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se que o termo “mas” é uma conjunção coordenativa adversativa, usada para ligar duas orações ou termos que expressam ideias opostas ou contrárias. É sinônima de: “porém”; “todavia”; “contudo”; entre outras. O termo “como”, nesse caso, indica conformidade com algo que foi dito ou estabelecido.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE
06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Porém” é uma conjunção coordenativa adversativa. Ela é usada para conectar orações ou termos que expressam ideias opostas, com valor de: “mas”; “contudo”; “todavia”; “não obstante”; “entretanto”; ou “no entanto”. Em outras palavras, “porém” indica contraste ou oposição entre duas partes de uma frase ou entre duas frases.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE
08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Infante” pode se referir a uma criança pequena, especialmente uma que ainda não fala, ou, historicamente, a um título de nobreza dado aos filhos de reis em Portugal e Espanha que não eram herdeiros da coroa. Em contextos militares, “infante” também pode se referir a um soldado de infantaria. Significados:

- Criança: em seu sentido mais comum, “infante” se refere a uma criança de tenra idade, que ainda não fala;
- Título nobiliárquico: em Portugal e Espanha, durante a monarquia, “infante” (e o feminino “infanta”) era o título dado aos filhos do rei que não eram os herdeiros do trono; e
- Militar: “infante” também pode se referir a um soldado de infantaria, ou seja, um soldado que luta a pé.

As demais associações estabelecidas estão corretas; o significado das expressões está de acordo com o contexto textual, a saber: prestimosa (solícita; prestativa; cuidadosa); de repente (repentinamente; inesperadamente); e inteireza (plenitude; integridade).

Fonte:

- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA	VERDE
12	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Do enunciado, em 4 dias, com 6 encanadores trabalhando 5 h/dia, substituíram-se 180 hidrômetros. Isso corresponde a 120 homem-horas (6x5x4). Logo, a produtividade é dada por:

$$\frac{180}{120} = 1,5 \text{ hidrômetro por homem-hora.}$$

O erro recursal está em uma segunda divisão da produtividade pelo número de encanadores, resultando em um valor de 0,25 hidrômetro por hora para cada encanador. Dessa forma, o resultado apresentado no recurso terá um erro por um fator de 6, resultando em 48 encanadores. Dividindo-se a proposta recursal por 6, obtém-se o gabarito preliminar: 8 encanadores.

BRANCA	VERDE
15	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dessa forma, apresenta-se uma proposta de solução para elucidar a correção do item:

Sejam E, H, C os conjuntos de servidores que concluíram cada curso.

Dos dados fornecidos, tem-se que:

$$|E| = 70$$

$$|H| = 60$$

$$|C| = 40$$

$$|E \cap H| = 30$$

$$|E \cap C| = 20$$

$$|H \cap C| = 15$$

$$|E \cap H \cap C| = 10$$

Sabe-se que são 120 servidores, então, aplicando-se o Princípio da Inclusão-Exclusão, fica:

$$|E \cup H \cup C| = 70 + 60 + 40 - 30 - 20 - 15 + 10$$

$$|E \cup H \cup C| = 115$$

$$120 - 115 = 5$$

Portanto 5 servidores não concluíram nenhum curso.

BRANCA	VERDE
21	25

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O endereço IP (Internet Protocol) é um identificador lógico atribuído a um dispositivo em uma rede, mas ele não é, necessariamente, único na Internet por vários motivos:

Em redes locais (como empresas, escolas ou residências), diversos dispositivos compartilham o mesmo endereço IP público por meio do NAT. Assim, vários equipamentos diferentes (computadores, celulares, impressoras, etc.) podem acessar a Internet com o mesmo endereço IP público.

Provedores de Internet geralmente atribuem endereços IP de forma dinâmica por meio do DHCP. Isso significa que o mesmo IP pode ser usado por diferentes dispositivos em momentos distintos, o que descaracteriza a exclusividade permanente.

Portanto, não existe uma alternativa correta, sendo a questão anulada.

Fontes:

- KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2021.
- TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021.

BRANCA	VERDE
22	24

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Impressoras e monitores podem ser tanto de entrada quanto de saída; por exemplo, impressoras multifuncionais e monitores com touch screen. Scanners são considerados dispositivos de entrada e não de saída.

Portanto, há duas alternativas incorretas, sendo a questão anulada.

BRANCA	VERDE
29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Inicialmente, algumas das razões recursais buscam justificar pedidos de anulação e/ou alteração de gabarito mediante a extrapolação e citação de leis diversas ou mesmo da “prática administrativa”. Tais alegações não merecem guarida, visto que o enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município.

No caso, o artigo 20 da LOM prevê:

Art. 20 O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à lei Orgânica;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - resoluções;
- VI - decreto legislativo.

A única alternativa que NÃO se enquadra no art. 20, portanto, é a que menciona “Medidas provisórias”.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 - artigos 10 a 23. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) Ambas as medidas são de competência do fiscal de contrato.

Julgamento: Incorreta. A primeira medida é do gestor de contrato. Vide justificativa detalhada na alternativa D.

B) Ambas as medidas são de competência do gestor de contrato.

Julgamento: Incorreta. A segunda medida é do fiscal do contrato. Vide justificativa detalhada na alternativa D.

C) A primeira medida é de competência do fiscal de contrato; a segunda medida é de competência do gestor de contrato.

Julgamento: Incorreta. As atribuições estão invertidas. Vide justificativa detalhada na alternativa D.

D) A primeira medida é de competência do gestor de contrato; a segunda medida é de competência do fiscal de contrato.

Julgamento: Correta.

Conforme art. 23 do Decreto Municipal nº 20.154/ 2023:

Art. 23. Compete ao fiscal do contrato, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, em aspectos técnicos e administrativos, especialmente:

(...) XVII - formalizar notificações por escrito à contratada, caso as tratativas iniciais para saneamento de eventuais irregularidades não sejam suficientes para regularização da situação, estabelecendo prazo para o cumprimento das obrigações e/ou apresentação de justificativas, sob pena de encaminhamento da documentação para o gestor de contrato avaliar a necessidade de abertura do respectivo processo de apuração e aplicação de penalidades;

Como se vê, o art. 23 relaciona as incumbências do fiscal do contrato. Contudo, a parte final do inciso XVII traz uma atribuição que é do gestor de contrato, sendo que a questão em análise buscou justamente verificar se o candidato possui tal conhecimento e domina as atribuições e papéis de cada um.

A atribuição de “avaliar a necessidade de abertura do respectivo processo de apuração e aplicação de penalidades” indiscutivelmente é designada para o gestor, e não para o fiscal. Tal competência é referendada pelo art. 22, IX, que prevê:

o IX - adotar e registrar as medidas preparatórias para aplicação de sanções e/ou de rescisão contratual, realizando e coordenando atos investigativos prévios à abertura do processo, quando necessários, nas hipóteses de descumprimento de obrigações previstas no edital, no contrato e/ou na legislação de regência.

BRANCA	VERDE
32	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A situação reflete situação fática, onde a discussão não está atrelada ao Art. 230, V do CBT. Não houve questionamento sobre questão do estacionamento, tanto que não existem opções que retratem o fato. A infração a ser analisada, o que está descrito no problema e comando, está correlata à falta da apresentação do CRLV. O que implica em falta. Entretanto, uma vez que o agente constatou, pelo sistema, que este estava regular, não se justifica qualquer aplicação de penalidade.

BRANCA	VERDE
33	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Entretanto, o Art. 230, XXII do CBT indica a infração enquanto média, sujeita à multa e retenção do veículo. Por óbvio, o risco envolvido para o condutor e terceiros, na hipótese da condução noturna sem o farol induz à necessidade da apreensão do veículo.

BRANCA	VERDE
35	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo da questão encontra respaldo no conteúdo programático previsto no edital, que inclui expressamente “Legislação de Trânsito” e “Resoluções do CONTRAN”, sem delimitação exaustiva ou restritiva quanto ao número ou ano das normas. As resoluções do CONTRAN são atos normativos de aplicação geral e permanente, integrantes da legislação de trânsito brasileira, razão pela qual sua cobrança é legítima e coerente com o programa da prova. Ademais, a Resolução nº 1.014/2024 trata de tema atual e de conhecimento essencial para o exercício das atribuições do cargo, especialmente no que tange à educação e segurança viária, não configurando, portanto, conteúdo alheio ou imprevisível.

Assim, não há violação aos princípios da legalidade, publicidade ou vinculação ao edital, uma vez que o conteúdo da questão se enquadra integralmente nas matérias previstas.

De acordo com o artigo 3º, §1º, da referida Resolução, a mensagem nacional deve ser incluída obrigatoriamente em toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção de produtos da indústria automobilística, em qualquer meio de comunicação social, em conformidade com o disposto no art. 77 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que trata das campanhas de educação para o trânsito e da participação da iniciativa privada.

Portanto, a alternativa B é a correta, pois expressa fielmente o conteúdo da norma, determinando a obrigatoriedade da veiculação da mensagem em todas as peças publicitárias da indústria automobilística, não se restringindo às campanhas públicas dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

As demais alternativas apresentam incorreções:

A alternativa A restringe a obrigatoriedade apenas a campanhas públicas, o que contraria o texto da Resolução.

A alternativa C afirma que o uso da mensagem é opcional, o que é falso.

A alternativa D limita a obrigatoriedade ao poder público, o que também diverge da norma.

BRANCA	VERDE
36	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) “O devedor fiduciante deve ser notificado até vinte dias após a comprovação da mora para pagar ou apresentar defesa.”

– A Resolução diz: após a mora comprovada, a empresa especializada notificará o devedor para, no prazo de vinte dias, pagar ou apresentar defesa ou entregar o bem. Isso corresponde à alternativa A, que afirma “deve ser notificado até vinte dias após a comprovação da mora”. Isso bate com o texto (“no prazo de vinte dias”). Então a A está correta.

B) “A execução extrajudicial não necessita de cláusula expressa em contrato de alienação fiduciária, sendo previsão expressa legal.”

– Contrário ao que a Resolução dispõe: ela exige previsão expressa no contrato, cláusula destacada, como condição para a extrajudicial. Serviços e Informações do Brasil+1 Portanto a alternativa B está incorreta.

C) “Uma vez utilizada a execução do contrato fiduciário, ainda que frustrada, o credor não pode mais optar pela via judicial para fazer valer seu direito.”

– Também está incorreta, pois a Resolução expressamente prevê que essa possibilidade extrajudicial *não retira* a faculdade de recorrer à via judicial. Serviços e Informações do Brasil

D) “Qualquer empresa, cujo objeto social permita, pode proceder à execução fiduciária, independentemente de qualquer registro junto aos órgãos executivos de trânsito.”

– Isso está incorreto, pois exige credenciamento da empresa registradora especializada junto aos órgãos ou entidades executivas de trânsito.

BRANCA	VERDE
37	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o art. 41 do Estatuto da Pessoa Idosa, o descumprimento da prioridade nos assentos constitui infração sujeita à multa, conforme regulamentação local.

Assim, o agente pode e deve agir, orientando e autuando o infrator, desde que a penalidade esteja prevista na legislação municipal.

BRANCA	VERDE
40	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o art. 1º, §1º, da Lei nº 13.869/2019, o crime de abuso de autoridade exige dolo específico, ou seja, a finalidade de prejudicar outrem, beneficiar a si ou a terceiro, ou por mero capricho ou satisfação pessoal. Assim, somente a alternativa D está correta.

Cargo: Agente de Apoio Operacional

BRANCA	VERDE
11	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento é improcedente, segue resolução abaixo:

“passados 8 anos, a escultura A terá 4 vezes a idade que a escultura B teve no ano passado”

$$A + 8$$

$$B - 1$$

$$A + 8 = 4 \cdot (B - 1)$$

$$A - 4 \cdot B = -12 \rightarrow A = 4 \cdot B - 12$$

“aqui a 34 anos, as duas somarão uma idade de 121 anos”

$$A + 34$$

$$B + 34$$

$$A + 34 + B + 34 = 121$$

$$A + B = 121 - 68$$

$$A + B = 53$$

Vamos substituir uma equação na outra

$$\begin{aligned}(4 \cdot B - 12) + B &= 53 \\ 5 \cdot B &= 53 + 12 \\ B &= 65/5 \\ B &= 13\end{aligned}$$

Substituindo o valor encontrado de B na equação para descobrir o valor de A

$$\begin{aligned}A &= 4 \cdot B - 12 \\ A &= (4 \cdot 13) - 12 \\ A &= 52 - 12 \\ A &= 40\end{aligned}$$

Como deseja saber a idade das peças daqui a 10 anos, vamos somar mais 10 na idade encontrada.

$$\begin{aligned}A &= 40 + 10 = 50 \\ B &= 13 + 10 = 23\end{aligned}$$

Fontes:

- SOUZA, Carlos A. "Álgebra: Teoria e Prática". Editora Saraiva. 2018.
- LIMA, Renato G. "Fundamentos da Matemática: Álgebra e Funções". Editora Atual. 2021.
- CARAMURU, José R. "Matemática: Álgebra e Geometria". Editora Ática. 2015
- ALMEIDA, Cláudia C. "Matemática para o Ensino Médio: Álgebra e Funções". Editora Moderna. 2016.

BRANCA	VERDE
13	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento é improcedente, segue resolução abaixo:

Área do retângulo

$$\begin{aligned}A &= c \cdot l \\ A &= X \text{ m}^2\end{aligned}$$

Nova área do retângulo

$$\begin{aligned}A_n &= c_n \cdot l_n \\ A_n &= ((1 - 1/4) \cdot c) \cdot (3 \cdot l) \\ A_n &= (3/4 \cdot c) \cdot (3 \cdot l) \\ A_n &= 9/4 \cdot c \cdot l \leftarrow c \cdot l \text{ representa } X \text{ m}^2 \\ A_n &= 9/4 X \text{ m}^2\end{aligned}$$

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações – Volume 2. Editora Ática, 2005
- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- NETO, Osvaldo G. "Matemática: Fundamentos e Aplicações". Editora Contexto. 2019.

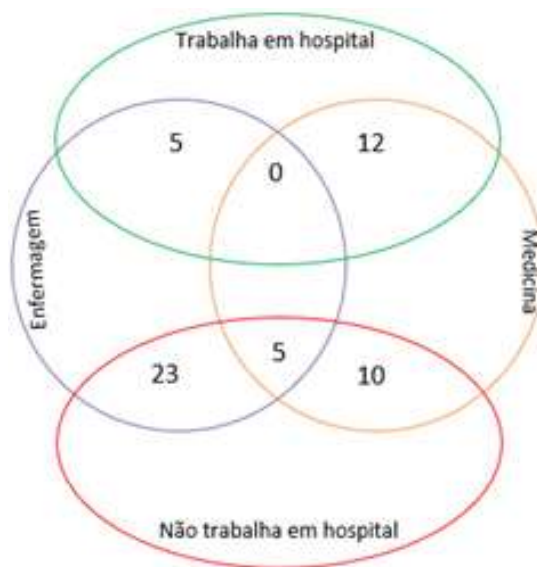
BRANCA	VERDE
14	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento é improcedente, segue resolução abaixo:

- Médicos enfermeiros que não trabalham em hospital → 5 (informado no exercício)
- Médicos enfermeiros que trabalham em hospital → 0 (informado no exercício)
- Só médicos que não trabalham em hospital → 10 (informado no exercício)

- Médicos que trabalham em hospital $\rightarrow 27 - 10 - 5 - 0 = 12$
- Enfermeiros que trabalham em hospital $\rightarrow 17 - 12 - 0 = 5$
- Enfermeiros que não trabalham em hospital $\rightarrow 33 - 5 - 0 - 5 = 23$



Médicos que não trabalham em hospital = 10

Enfermeiros que trabalham em hospital = 5

$$10 \cdot 5 = 50$$

Fontes:

- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- WINTERLE, Paulo. "Conjuntos Numéricos e Funções". Editora Contexto. 2012.

BRANCA	VERDE
17	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento é improcedente, segue resolução abaixo:

Possuem A, B e C

$$A, B \text{ e } C = 2$$

Possuem B e C

$$B \text{ e } C = 6 - 2 \rightarrow 4$$

Possuem A e C

$$A \text{ e } C = 7 - 2 \rightarrow 5$$

Possuem A e B

$$A \text{ e } B = 3 - 2 \rightarrow 1$$

Possuem somente C

$$C = 15 - 4 - 5 - 2 \rightarrow 4$$

Possuem somente B

$$B = 9 - 4 - 2 - 1 \rightarrow 2$$

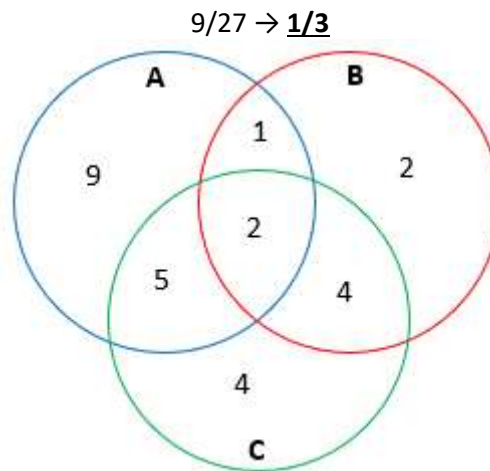
Possuem somente A

$$A = 17 - 5 - 2 - 1 \rightarrow \underline{9}$$

Logo, o número de pessoas que possuem somente categoria A é 9.

Probabilidade será a quantidade encontrada dividida pelo total.

$$\text{Total} = 9 + 1 + 5 + 4 + 4 + 2 + 2 = 27$$



Fontes:

- SHIRYAYEV, A. N. "Probabilidade: Teoria e Aplicações". Editora Springer. 2015.
- FREUND, John E. WALPOLE, Ronald E. "Probabilidade e Estatística com Aplicações". Editora Pearson. 2017.
- DEVORE, Jay L. "Probabilidade e Estatística para Engenharia e Ciências". Editora Cengage. 2020.

BRANCA	VERDE
20	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento é improcedente, segue resolução abaixo:

Vamos analisar os dados do exercício:

- 183 pessoas assistiram a palestra de Planejamento Financeiro. (PF)
- 209 pessoas assistiram a palestra de Controle de Gastos. (CG)
- 265 pessoas assistiram a palestra de Reserva de Emergência. (RE)
- Quem assistiu Planejamento Financeiro também assistiu Controle de Gastos. $\rightarrow PF \subseteq CG$
- Quem assistiu Controle de Gastos também assistiu Reserva de Emergência. $\rightarrow CG \subseteq RE$

$$PF \subseteq CG \subseteq RE$$

Logo, temos 3 situações:

- Quem assistiu Planejamento Financeiro, também assistiu Controle de Gastos e Reserva de Emergência;
- Quem assistiu Controle de Gastos, também assistiu Reserva de Emergência;
- Quem assistiu somente Reserva de Emergência.

Com isso, vamos considerar:

$$\begin{aligned} x &= PF + CG + RE \\ y &= CG + RE \\ z &= RE \end{aligned}$$

Como quem assistiu a Planejamento Financeiro obrigatoriamente assistiu aos demais, logo:

$$x = 183$$

Agora, vamos descobrir quantas pessoas assistiram somente Controle de Gastos e Reserva de Emergência. Para isso, vamos subtrair o total de pessoas que assistiram Controle de Gastos e Reserva de Emergência do total de pessoas que assistiram as três palestras.

$$y = 209 - 183$$

$$y = 26$$

Por fim, vamos em busca do resultado de quantas pessoas assistiram somente a Reserva de Emergência. Para isso, vamos somar o total de pessoas que assistiram as três palestras com o número de pessoas que assistiram somente a Controle de Gastos e Reserva de Emergência e subtrair do número de pessoas que assistiram Reserva de Emergência.

$$z = 265 - (183 + 26)$$

$$z = 265 - 209$$

$$z = 56$$

Com isso, chega-se ao resultado de que 56 pessoas assistiram somente uma palestra.

Fontes:

- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- WINTERLE, Paulo. "Conjuntos Numéricos e Funções". Editora Contexto. 2012.

Cargo: Agente de Segurança Patrimonial

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	05	08	08

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Após detida análise das razões recursais, conclui-se pela anulação da presente questão, por conter irregularidade insanável; impossibilitando, portanto, a manutenção do gabarito inicialmente indicado. Observa-se que a questão solicita que seja assinalada a alternativa que apresenta um pronome oblíquo. Todavia, devido a uma inconsistência na elaboração, as alternativas A e B apresentam o tipo de pronome mencionado no comando da questão (pronome "me"), ferindo o princípio da unicidade do gabarito.

Em suma, conhecemos do recurso, dadas a tempestividade e a legitimidade dos recorrentes, para, no mérito, dar-lhe provimento.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	01	06	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Observa-se que a presente questão solicita que seja assinalada a afirmativa correta acerca da interpretação do texto "Cerveja e amigos", de Antônio Maria, no que se refere às características do narrador e da linguagem predominante no texto.

Nesse contexto, inicialmente é oportuno destacar que a "a crônica é um gênero literário produzido para ser veiculado na imprensa, de finalidade utilitária, com o objetivo de agradar aos leitores dentro de um espaço de mesma localização. Poética ou irônica, seu motivo são os pequenos acontecimentos: a notícia em que ninguém prestou atenção, cenas do cotidiano, tudo o que é corriqueiro, criando-se, assim, no transcurso do tempo, uma familiaridade entre o escritor e aqueles que o leem".

A) INCORRETA → "Os temas do cotidiano refletem características de natureza impessoal por parte do narrador-observador.

Justificativa: A obra é marcada por características notadamente subjetivas, ou seja, expressa os reais sentimentos do autor, que cumpre o papel de narrador-personagem.

B) INCORRETA → “A linguagem objetiva e informal revela traços de sensibilidade por parte do narrador-observador.”
Justificativa: A obra é marcada por uma linguagem subjetiva e formal, revelando sentimentos do autor, bem como seu conhecimento da norma culta; além disso, pelo fato de ser uma obra subjetiva, o narrador cumpre papel de personagem, e não de observador.

C) INCORRETA → “O texto apresenta como característica principal o uso de uma linguagem com maior expressividade e significado amplo.”

Justificativa: A linguagem utilizada na obra é predominantemente denotativa, ou seja, empregada majoritariamente em seu sentido literal e dicionarizado, e não com maior expressividade e significado amplo, pois essas são características de uma linguagem conotativa. Observa-se linguagem conotativa (sentido figurado) apenas em cervejas, “barrigudas”. (linha 23 do texto).

D) CORRETA → “O texto é marcado por um tom subjetivo, que exprime um sentimento de saudosismo por parte do narrador-personagem.”

Fonte:

- VALENTINE REDMOND, William. Aspectos da crônica no Brasil: uma reflexão crítica. Juiz de Fora, 2010, v. 9, n. 17, p. 133-142.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	02	09	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Observa-se que a presente questão solicita que seja assinalada a alternativa cujo vocábulo em destaque teve sua sinonímia corretamente indicada. Nesse sentido, alegam as razões recursais que a alternativa D (gabarito da questão) não apresenta um sinônimo correto para a palavra “densa”. Veja-se:

No contexto das frases em destaque, o único sinônimo CORRETAMENTE indicado foi a palavra “encorpada”; pois a palavra “densa” diz respeito à cerveja “encorpada”, “forte”, “espessa”.

Os demais vocábulos são apenas “distratores” e não substituem corretamente as palavras em destaque. Observe:

A) A palavra em destaque é “Fabuloso” – Que denota grandiosidade; prodigioso, grandioso, fascinante. Considerado excelente; fantástico. Que provoca admiração; admirável, incrível. A palavra indicada como sinônimo foi “Indesvendável” – Que não se pode desvendar, descobrir, fazer aparecer. Portanto, não representa um sinônimo.

B) A palavra em destaque é “Áureos” – [Figurado] Diz-se do período, época ou século, definido pelo excesso de produção cultural ou caracterizado por eventos de grande esplendor. A palavra indicada como sinônimo foi “Longínquos” – [Figurado] Longe no tempo; afastado; remoto: memória longínqua. Portanto, não representa um sinônimo.

C) A palavra em destaque é “Enlevava” – Enlevava vem do verbo enlevar. O mesmo que: extasiava, embevecia, encantava. Significado de enlevar: Causar enlevo a; extasiar, encantar, cativar, absorver. A palavra indicada como sinônimo foi “Balançava” – Do verbo balançar. O mesmo que: nutava, oscilava, “balangava”, movia, movimentava, agitava, mexia, balanceava, balouçava. Portanto, não representa um sinônimo.

Fonte:

- Dicionário on-line de língua portuguesa. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	03	10	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As classes de palavras são categorias gramaticais que visam organizar o vocabulário de acordo com as funções e estrutura das palavras.

Ao todo, são dez as classes de palavras:

- substantivo (nomeiam);
- adjetivos (caracterizam);
- artigos (acompanham os substantivos, indefinindo ou definindo-os);
- numerais (quantificam e posicionam);
- pronomes (substituem ou acompanham termos);
- verbos (materializam ações, estados, fenômenos);
- advérbios (circunstanciam);
- interjeições (expressam sensações humanas);
- conjunções (unem palavras e orações, coordenando ou subordinando-as);
- preposições (conectam termos).

As seis primeiras categorias modificam as suas formas, conforme o contexto de uso, mas as demais se mantêm intactas, independentemente da situação na qual elas estejam.

As palavras em destaque na questão em análise foram:

- 1) Deus – Substantivo.
- 2) Muito – Advérbio.
- 3) Porque – Conjunção.
- 4) Para – Preposição.
- 5) Dele – Pronome.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Gramática Fácil. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	10	01	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Observa-se que a presente questão solicita que seja assinalado o vocábulo que é acentuado pelo mesmo motivo que o termo em destaque no enunciado; ou seja, a palavra “repórter”.

Inicialmente, cabe destacar que a palavra “repórter”, em relação à posição da sílaba tônica, é classificada como paroxítona. Sabe-se, portanto, que palavras paroxítonas são palavras que possuem tonicidade na penúltima sílaba. Ademais, considerando a acentuação de tais palavras, recebem acento apenas as paroxítonas terminadas em: “ã(s)”; “ão(s)”; “i(s)”; “on(s)”; “um”; “uns”; “us”; “l”; “n”; “ps”; “r”; e “x”.

No contexto em análise, a única palavra que é acentuada pelo mesmo motivo que repórter (enunciado) é a palavra automóvel (alternativa C). As demais palavras em destaque (alternativas A, B e D), apesar de também serem acentuadas, não são paroxítonas, portanto, não seguem a mesma regra de acentuação e, por consectário lógico, não atendem ao comando da questão em comento.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Gramática Fácil. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	06	05	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita que seja assinalada a alternativa que apresenta apenas palavras oxítonas. Inicialmente, é importante destacar que oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas são classificações de palavras de acordo com a posição da sílaba tônica (sílabas mais fortes).

Oxítonas:

A sílaba tônica é a última sílaba da palavra. Ex: “você”; “ganzá”; e “porém” (palavras constantes da alternativa A, gabarito da questão em análise).

Há, também, as oxítonas não acentuadas, que são aquelas que já possuem a última sílaba tônica sem necessitarem de acentuação gráfica. Essa categoria de palavras são terminadas em -l, -r, -i, -u, -x, -im, -om e -um. Como é o caso da palavra Tupi (exemplo de palavra constante da alternativa A, gabarito da questão em análise).

Paroxítonas:

A sílaba tônica é a penúltima sílaba da palavra. Ex: amigo, janela, fácil.

Proparoxítonas:

A sílaba tônica é a antepenúltima sílaba da palavra. Ex: médico, lâmpada, íntimo.

Portanto, a alternativa que apresenta apenas palavras oxítonas é a alternativa A e, por consectário lógico, a única que atende ao comando da questão.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Gramática Fácil. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	07	03	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No contexto em análise, se desconsiderarmos as regras de acentuação de determinados verbos ao serem flexionados para o plural, todas as frases poderiam ser consideradas uma reescrita correta da frase apresentada no enunciado. No entanto, apenas uma das reescritas obedece às regras de acentuação e concordância com verbos no plural. Trata-se da alternativa D, pois foi a única em que o verbo contém foi corretamente acentuado para indicar que está concordando com o plural empregado no início da frase. Para indicar tal concordância, a palavra recebe o acento circunflexo (^) no lugar do acento agudo (´). Observe:

Contém = singular.

Contêm = plural.

Portanto, considerando que o comando da questão não solicita que a estrutura original seja fielmente mantida, mas sim que a frase seja reescrita corretamente no plural (independentemente da inserção – ou não – de termos adicionais), a única alternativa que não apresenta erro gramatical é a letra D.

Assinale a alternativa que representa corretamente a reescrita da frase “O que sai de dentro dele contém a mesma inocência de que foi feito o ‘Carinhoso’.” (5º§) no plural.

A) “As obras produzidas por ele tem a mesma inocência de que foi feito o ‘Carinhoso’.”.

Observe que o verbo “tem” não foi flexionado para concordar com o sujeito “as obras”. O correto seria: “As obras produzidas por ele têm [...]”

B) “As coisas que saem de dentro dele contém a mesma inocência de que foi feito o ‘Carinhoso’.”.

Observe que o verbo “contém” não foi flexionado para concordar com o sujeito “as coisas”. O correto seria: “As coisas que saem de dentro dele contêm [...]”

C) “As criações que foram feitas por ele contém a mesma inocência de que foi feito o ‘Carinhoso’.”.

Observe que o verbo “contém” não foi flexionado para concordar com o sujeito “As criações”. O correto seria: “As criações que foram feitas por ele contêm [...]”

D) “Os pensamentos que saem de dentro dele contêm a mesma inocência de que foi feito o ‘Carinhoso’.”.

Observe que o verbo “contêm” foi devidamente flexionado para concordar com o sujeito “Os pensamentos”.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Gramática Fácil. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	16	17	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiro, vamos realizar o cálculo para descobrir quantas pessoas seriam coletadas por semana.

De segunda a quarta-feira:

$$28 \cdot 3 = 84 \text{ pessoas}$$

Quinta e sexta-feira:

$$10 \cdot 2 = 20 \text{ pessoas}$$

$$84 + 20 = 104 \text{ pessoas por semana}$$

Agora, vamos dividir o total de pessoas pela coleta semanal:

$$2570/104 = 24,71$$

Isso mostra que, durante 24 semanas o ciclo se repetirá e encerra na 25ª semana.

$$24 \cdot 104 = 2496 \text{ pessoas}$$

$$2570 - 2496 = 74 \text{ pessoas que ainda restariam}$$

$$\text{Segunda-feira: } 74 - 28 = 46 \text{ pessoas}$$

$$\text{Terça-feira: } 46 - 28 = 18 \text{ pessoas}$$

Com isso, chega-se ao resultado de que na QUARTA-FEIRA, seriam coletados os dados das 18 pessoas restantes.

Fontes:

- IANNINI, Marcela A. "Problemas de Lógica e Matemática: Sequências e Padrões". Editora Scipione. 2015
- TAHAN, Malba. "Desafios Lógicos e Matemáticos". Editora José Olympio. 2014.
- SCHIRO, Michael S. "Lógica e Raciocínio Matemático: Uma Abordagem Intuitiva". Editora Novo Século. 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	17	18	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Infectados somente pelo vírus Y

$$Y = 1847 - 618$$

$$Y = 1229$$

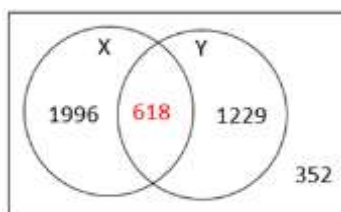
Se 3225 foram infectados por somente 1 vírus e 1229 foram infectados somente pelo vírus Y, logo

$$X = 3225 - 1229$$

$$X = 1996$$

Por último, como diz no enunciado, 1581 pessoas não foram infectadas pelo vírus X. Logo, vamos subtrair esse total do número de pessoas que foram infectadas somente pelo vírus Y, para descobrir quantas pessoas não foram infectadas de fato por nenhum dos vírus.

$$1581 - 1229 = 352 \text{ pessoas não foram infectadas por nenhum dos vírus}$$



Agora, vamos somar os valores para descobrir o número de pessoas entrevistadas.

$$\text{Total} = 618 + 1229 + 1996 + 352$$

$$\text{Total} = 4195 \text{ pessoas.}$$

Fontes:

- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- WINTERLE, Paulo. "Conjuntos Numéricos e Funções". Editora Contexto. 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	18	14	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sabendo que a medida dos lados é consecutiva, vamos ordená-las por:

$$x, x + 1, x + 2 \text{ e } x + 3$$

Como informado, o perímetro do terreno era igual a 70m, vamos realizar a soma dos lados e igualar ao perímetro para descobrir o valor do x.

$$x + x + 1 + x + 2 + x + 3 = 70$$

$$4 \cdot x + 6 = 70$$

$$4 \cdot x = 70 - 6$$

$$x = 64/4$$

$$x = 16$$

Menor lado: 16 m.

Maior lado: $16 + 3 = 19\text{m.}$

$$16 + 19 = 35 \text{ metros}$$

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações – Volume 2. Editora Ática, 2005
- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- NETO, Osvaldo G. "Matemática: Fundamentos e Aplicações". Editora Contexto. 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	19	15	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vamos montar a equação:

$$x^2 + 3x = 10$$

$$x^2 + 3x - 10 = 0$$

$$S = -5 + 2 = -3$$

$$P = -5 \times 2 = -10$$

$$x' = -5$$

$$x'' = 2$$

Como x representa o número de hectares desmatado, logo não existe a possibilidade de ser negativo, portanto:
 $x = 2$

Como quer a representação anualmente, logo:

$$D_a = x \cdot 12$$

$$D_a = 2 \cdot 12$$

$$D_a = 24$$

Fontes:

- SOUZA, Carlos A. "Álgebra: Teoria e Prática". Editora Saraiva. 2018.
- LIMA, Renato G. "Fundamentos da Matemática: Álgebra e Funções". Editora Atual. 2021.
- CARAMURU, José R. "Matemática: Álgebra e Geometria". Editora Ática. 2015
- ALMEIDA, Cláudia C. "Matemática para o Ensino Médio: Álgebra e Funções". Editora Moderna. 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	20	19	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vamos seguir os passos citados no exercício para determinar a primeira equação.

$$\frac{A - 13}{B} = \frac{2}{3}$$

$$B$$

$$3$$

$$3 \cdot (A - 13) = 2 \cdot B$$

$$3 \cdot A - 39 = 2 \cdot B$$

$$3 \cdot A - 2 \cdot B = 39$$

Determinada a primeira equação, vamos seguir os dados fornecidos para encontrar a segunda equação.

$$\frac{A - 13}{B - 9} = \frac{3}{4}$$

$$B - 9$$

$$4$$

$$4 \cdot (A - 13) = 3 \cdot (B - 9)$$

$$4 \cdot A - 52 = 3 \cdot B - 27$$

$$4 \cdot A - 3 \cdot B = -27 + 52$$

$$4 \cdot A - 3 \cdot B = 25$$

Com isso, determina-se que as equações que permitem determinar o valor de A e B são $3 \cdot A - 2 \cdot B = 39$ e $4 \cdot A - 3 \cdot B = 25$

Fontes:

- LAY, David C. "Álgebra Linear e Suas Aplicações". Editora Pearson. 2019.
- FERNANDES, Paulo M. "Sistemas de Equações Lineares: Teoria e Aplicações". Editora Contexto. 2017.
- SOUZA, Nair M. "Matemática: Fundamentos e Aplicações em Sistemas de Equações". Editora Ática. 2019

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	11	20	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando os dados do exercício:

- 30 trabalhadores inicialmente
- 50 dias de serviço
- 8 refeições por dia
- Após 30 dias, chegam mais 10 trabalhadores
- Pede-se que determine x que é o número de refeições que cada pessoa irá fazer após a chegada dos 10 novos funcionários
- Pede-se também que determine y que é o número de dias que o suprimento esgotaria caso mantivesse o mesmo número de refeições após a chegada dos novos funcionários

Calculando primeiramente o total de suprimento enviado:

Suprimento Total = trabalhadores inicialmente · dias de serviço · refeições por dia

$$ST = 30 \cdot 50 \cdot 8$$

$$ST = 12.000 \text{ refeições}$$

Agora, vamos calcular o consumo nos 30 primeiros dias:

Consumo = trabalhadores inicialmente · 30 dias de serviço · refeições por dia

$$C = 30 \cdot 30 \cdot 8$$

$$C = 7.200 \text{ refeições}$$

Vamos calcular quantas refeições restam até o fim do serviço:

Refeições Restantes = Suprimento Total – Consumo

$$RR = 12.000 - 7.200$$

$$RR = 4.800 \text{ refeições}$$

Vamos descobrir o valor de X, que representa o número de refeições por cada pessoa após a chegada dos ajudantes:

Número de pessoas · X refeições por dia · número de dias restantes = Refeições Restantes

$$40 \cdot x \cdot 20 = 4800$$

$$800 \cdot x = 4800$$

$$x = 4800/800$$

$$x = 6 \text{ refeições}$$

Vamos agora, descobrir o valor de Y, que representa o número de dias que o alimento duraria se mantivesse o número de refeições em 8, mesmo com mais pessoas.

Número total de funcionário · 8 refeições/funcionário = x refeições/dia

$$40 \cdot 8 = x$$

$$x = 320 \text{ refeições/dia}$$

Número de dias (y) = Refeições Restantes/ refeições por dia

$$y = 4800/320$$

$$y = 15 \text{ dias}$$

Para que se chegue ao resultado, vamos multiplicar x · y

$$x \cdot y \rightarrow 6 \cdot 15 = 90$$

Fontes:

- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- NETO, Osvaldo G. "Matemática: Fundamentos e Aplicações". Editora Contexto. 2019.
- SILVA, João Pedro. "Matemática para o Ensino Médio: Fundamentos e Práticas". Editora Saraiva. 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	12	16	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando os dados do exercício, nota-se que cada KIT é formado por:

1 álcool em gel
2 sabonetes
4 gases

Foi enviado para o posto um total de:

425 unidades de álcool em gel
743 sabonetes
1364 gases

Vamos calcular o número de kits possível com cada item listado:

$425/1 = 425$ kits
 $743/2 = 371,5 \rightarrow 371$ kits
 $1364/4 = 341$ kits

O máximo de kits que poderá ser montado será o menor entre eles, ou seja, entre:

425 kits
371 kits
341 kits

Analisando, o item limitante é a gases, portanto, o máximo de kits será de 341

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	13	11	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente, vamos escrever os dados fornecidos pelo exercício:

A = 65% $\leftrightarrow$ 61,75 L.
B = 35% $\leftrightarrow$ 33,25 L.

Já adicionado, incorretamente, 35 L, na proporção:

A = 85% $\leftrightarrow$ 29,75 L
B = 15% $\leftrightarrow$ 5,25 L

Para o tanque totalmente cheio, ainda resta adicionar:

$T_c = 95 - 35$
 $T_c = 60$ Litros

Vamos considerar que x equivale a quantidade de combustível A a ser adicionada e y a quantidade de combustível B a ser adicionada até que o tanque fique completo

$$x + y = 60$$

Com isso, após o tanque cheio, o total de combustível será:

$$A = 29,75 + x \rightarrow 65\% \leftrightarrow 0,65$$

$$B = 5,25 + y \rightarrow 35\% \leftrightarrow 0,35$$

Para descobrir os valores de x e y, basta montar as equações realizando as proporções adequadas, seguindo:

$$\frac{A}{A + B} = 65\%$$

$$A + B$$

$$\frac{B}{A + B} = 35\%$$

$$A + B$$

Vamos realizar os cálculos:

$$\frac{A}{A + B} = 65\%$$

$$A + B$$

$$\frac{29,75 + x}{95} = 0,65$$

$$95$$

$$29,75 + x = 61,75$$

$$x = 61,75 - 29,75$$

$$\mathbf{x = 32 \text{ Litros}}$$

$$\frac{B}{A + B} = 35\%$$

$$A + B$$

$$\frac{5,25 + y}{95} = 0,35$$

$$95$$

$$5,25 + y = 33,25$$

$$y = 33,25 - 5,25$$

$$\mathbf{y = 28 \text{ Litros}}$$

Fontes:

- NETO, Osvaldo G. "Matemática: Fundamentos e Aplicações". Editora Contexto. 2019.
- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- SILVA, João Pedro. "Matemática para Ensino Médio: Fundamentos e Práticas". Editora Saraiva. 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	14	12	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Escrevendo os dados do exercício:

- 3 Assessores de Finanças
- 5 Analistas Financeiros
- 4 Contadores

Total de 12 pessoas

Dentre as 12 pessoas, vamos escolher 4, e dentre as 4, a probabilidade de pelo menos um ser Contador.

Para facilitar o cálculo, vamos realizar a seguinte conta:

Probabilidade de pelo menos 1 contador = 1 (100%) – probabilidade de nenhum contador (% a se descobrir)

Próximo passo será calcular a probabilidade de não sair CONTADOR em nenhuma escolha. Dessa forma, vamos então escolher as 4 pessoas apenas entre quem não é CONTADOR (3 Assessores de Finanças + 5 Analistas Financeiros = 8 pessoas)

1º - Probabilidade de não pegar CONTADOR na primeira escolha
 $\frac{8}{12}$

2º - Probabilidade de não pegar CONTADOR na segunda escolha
 $\frac{7}{11}$

3º - Probabilidade de não pegar CONTADOR na terceira escolha
 $\frac{6}{10}$

4º - Probabilidade de não pegar CONTADOR na quarta escolha
 $\frac{5}{9}$

Multiplicando a probabilidade de não escolher nenhum CONTADOR

$$P(\text{nenhum contador}) = \frac{8}{12} \cdot \frac{7}{11} \cdot \frac{6}{10} \cdot \frac{5}{9}$$

$$P(\text{nenhum contador}) = \frac{1680}{11880}$$

$$P(\text{nenhum contador}) = \frac{14}{99}$$

Agora, vamos descobrir a probabilidade de pelo menos um CONTADOR

Probabilidade de pelo menos 1 contador = 1 – probabilidade de nenhum contador

$$\text{Probabilidade de pelo menos 1 contador} = 1 - \frac{14}{99}$$

$$\text{Probabilidade de pelo menos 1 contador} = \frac{99 - 14}{99}$$

$$\text{Probabilidade de pelo menos 1 contador} = \frac{85}{99} \approx 0,8585 \approx 85,8\%$$

Fontes:

- SHIRYAYEV, A. N. "Probabilidade: Teoria e Aplicações". Editora Springer. 2015.
- FREUND, John E. WALPOLE, Ronald E. "Probabilidade e Estatística com Aplicações". Editora Pearson. 2017.
- DEVORE, Jay L. "Probabilidade e Estatística para Engenharia e Ciências". Editora Cengage. 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	15	13	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiro, vamos descobrir o padrão de crescimento da sequência:

7	35	12	8	40	13	9
n	(n-5)	(n+5)	(n+1)	(n+1)-5	(n+1)+5	(n+2)

Descoberto o padrão lógico, vamos montar a sequência até o 34º termo.

7, 35, 12, 8, 40, 13, 9, 45, 14, 10, 50, 15, 11, 55, 16, 12, 60, 17, 13, 65, 18, 14, 70, 19, 15, 75, 20, 16, 80, 21, 17, 85, 22, 18

Logo, descobrimos que o 34º termo corresponde a 18. Agora, vamos somar os algarismos.

$$1+8 = 9$$

Fontes:

- IANNINI, Marcela A. "Problemas de Lógica e Matemática: Sequências e Padrões". Editora Scipione. 2015
- TAHAN, Malba. "Desafios Lógicos e Matemáticos". Editora José Olympio. 2014.
- SCHIRO, Michael S. "Lógica e Raciocínio Matemático: Uma Abordagem Intuitiva". Editora Novo Século. 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	24	23	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão toma como ponto de partida o texto da UNESCO (1972), que define o conceito de patrimônio mundial cultural e natural. A partir desse texto, a questão propõe uma reflexão sobre a atuação dos municípios na proteção do patrimônio cultural, tema amplamente vinculado às políticas públicas locais de cultura e às atribuições de gestão do território. Embora mencione “por lei”, o enunciado não exige conhecimento específico de artigos ou leis constitucionais, mas sim a compreensão geral do papel do município na preservação cultural, o que pode ser deduzido a partir de conhecimentos comuns e de interpretação lógica do contexto apresentado.

O conteúdo da questão se enquadra em “Conhecimentos Gerais”, conforme o edital, que abrange temas de cidadania, cultura e sociedade brasileira, sendo pertinente ao entendimento de políticas públicas de preservação cultural, sem exigir conhecimento jurídico especializado. A questão avalia interpretação, raciocínio lógico e noções gerais sobre gestão cultural, compatíveis com o nível fundamental. A menção à legislação tem caráter contextual, e não técnico-normativo, servindo apenas de suporte para a análise da atuação municipal.

De forma explicativa acerca das alternativas da questão, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23, incisos III e IV, estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural. Assim, a atuação municipal em políticas de proteção, tombamento e incentivo cultural é legítima e amplamente difundida em práticas administrativas locais. O item I (instituição de Conselho Municipal de Patrimônio Cultural) e o item III (criação de políticas e incentivos locais) estão corretos, pois refletem essa competência compartilhada e as formas mais usuais de gestão municipal do patrimônio. Os itens II e IV estão incorretos por contrariarem tanto o texto constitucional quanto as práticas administrativas reais — o II por afirmar a exclusividade da União, o que é falso; e o IV por desconsiderar que o tombamento não impede adequações ou usos compatíveis, desde que preservado o valor cultural.

Fonte:

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	22	27	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão avalia a capacidade de compreensão da função social e histórica das produções culturais e literárias brasileiras. O excerto de "Quarto de despejo" da escritora Carolina Maria de Jesus e a ilustração de Gilvan Barreto convergem para a denúncia da fome, da desigualdade e da marginalização social. Além disso, o enunciado utiliza o verbo *"contribuir"*, o que orienta a identificar o efeito dessas produções na construção da memória e da consciência social, e não seus possíveis efeitos colaterais ou leituras ambíguas. Portanto, o sentido é o de valorização da denúncia e da inclusão, e não o de reforço de estereótipos.

A alternativa B debatida no recurso menciona o possível *"reforço de estereótipos urbanos de escassez"*. Embora tal leitura seja discutida em estudos de recepção literária e representações da pobreza, trata-se de uma interpretação crítica complexa e contextual, não indicada no texto-base nem no comando da questão. Ainda, não há como definir a ideia de que todo relato da realidade sustenta estereótipos, afinal a denúncia existe porque há um problema a ser resolvido, crítica essa defendida por Adichie (2019) ao declarar que "o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história." (ADICHIE, 2019, p. 26), ou seja, pode acabar alimentando o risco de reduzir uma luta ou denúncia a uma banalidade – espaço bem complexo mediante a situação estrutural ao qual se insere o Brasil. Homi Bhabha (1998) na sua teoria definida como "discurso poético do colonizado" já definia tais produções como um "direito de significar" e de questionar o direito de nomeação que é exercido pelo colonizador sobre o próprio colonizado e seu mundo, fala esta reiterada por Conceição Evaristo (2005) que, de modo bem definido, tratou estas produções como uma resposta as diversas literaturas que inviabiliza ou ficcionaliza povos considerados marginalizados – no caso de Carolina Maria de Jesus, o negro periférico. Como definido por ela, "criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do "outro" como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira" (EVARISTO, 2005, p. 54) e continua ao estabelecer que "pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida" (EVARISTO, 2005, p. 54). Considerando que a obra de Carolina Maria de Jesus é um diário e uma produção com objetivo pessoal – ainda que tenha sido revisada a cada edição – seu objetivo não é – e nem foi – construir uma ficção.

Para finalizar este ponto, a questão foi elaborada para o nível fundamental, cujo objetivo avaliativo é identificar o sentido predominante e explícito da mensagem literária e visual destacada na questão — não o debate metacrítico sobre recepção ou mediação editorial.

Tratando-se da imagem destacada, a obra de Gilvan Barreto, com o pão partido e o título *"Quem alimenta a fome?"*, foi verificada na matriz original da prova. Apesar das limitações naturais da impressão em preto e branco, a estrutura visual permaneceu reconhecível — o formato do pão e o contraste da composição permitiam sua identificação. A função da imagem, no contexto da questão, é reforçar simbolicamente o tema da fome e da desigualdade, em diálogo com o texto literário. Ainda que a visualização do pão estivesse parcialmente comprometida, o sentido geral da crítica social não depende exclusivamente desse detalhe gráfico, bem como a proposta da questão e as alternativas apresentadas. A simbologia central (a relação entre fome e desigualdade) é explicitamente mencionada no enunciado, vinculando texto e imagem de modo coerente e interpretável, mesmo com eventuais limitações gráficas. Dessa forma, não se verifica prejuízo coletivo capaz de invalidar a questão, uma vez que os elementos essenciais à compreensão estavam presentes no enunciado textual. Em resumo, não compromete o entendimento essencial da composição e de seu vínculo temático com o texto literário.

Fonte:

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Tradução: Julia Romeu. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BHABHA, Homi K. O Local da Cultura, Trd. De Myriam Ávila et al. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.
- EVARISTO, Conceição. Da representação a auto-representação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira. Revista Palmares: cultura afro-brasileira, Brasília, ano 1, n. 1, ago. 2005.

- JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.
- NASCIMENTO, Débora Uma tragédia que ecoa. Revista Continente, 2022. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/252/uma-tragedia-que-ecoa--parte-1->.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	28	29	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão menciona explicitamente que a COP 30 avaliará "o cumprimento das metas estabelecidas em um acordo internacional anterior", referindo-se a um marco vigente e operacional para as negociações climáticas atuais, que é o Acordo de Paris. O Protocolo de Kyoto (1997), alternativa B, estabeleceu metas obrigatórias apenas para países desenvolvidos – que não é o caso do Brasil, considerado país emergente - em períodos específicos (2008-2012 e 2013-2020) e foi substituído pelo Acordo de Paris, não possuindo o mecanismo de revisão de NDCs avaliado na COP 30. Embora o Protocolo de Kyoto tenha operado mecanismos de revisão, estes se aplicavam exclusivamente ao seu sistema de compromissos quantificados de redução de emissões para países desenvolvidos, sistema este que se encerrou em 2020 e não possui mais validade operacional. A COP 30 não avaliará metas do Protocolo de Kyoto, pois este já cumpriu seus períodos de compromisso, enquanto o Acordo de Paris institui o ciclo de revisão quinquenal das NDCs universais (aplicáveis a TODOS os países), sendo 2025 um marco crucial desse mecanismo. Sustenta o recurso que a ausência de delimitação temporal tornaria a questão ambígua, porém o próprio contexto da COP 30 em 2025 delimita temporalmente qual tratado está sendo revisado, uma vez que conferências climáticas avaliam compromissos vigentes e não acordos já encerrados. Portanto, apenas o Acordo de Paris (alternativa A) atende aos critérios do enunciado: ser o tratado cujas metas serão efetivamente avaliadas na COP 30 de Belém, possuir validade operacional em 2025 e ter instituído o mecanismo específico de revisão global que caracteriza as discussões climáticas contemporâneas, mantendo-se a alternativa A como única correta.

Cargo: Analista em Controle Interno

BRANCA	VERDE
02	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

- A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.
- As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.
- É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações

em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade. Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
04	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais.’” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”. A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
05	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “D) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “A) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “B) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “C) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global.” (1º§) é composto por:”, a alternativa “C) Uma oração apenas, denominada oração absoluta.” foi adequadamente indicada como correta. No período destacado, há apenas um verbo: “são” (verbo de ligação). Não há nenhum outro verbo que indique uma nova ação ou relação de dependência sintática. Tudo o que vem depois (“por alterações de pensamento...”) funciona como complemento nominal e adjunto adverbial de modo, sem verbo. Essa oração não depende nem está ligada a outra por coordenação ou subordinação. Uma oração que aparece isolada, sem depender nem coordenar-se a outra, é chamada de oração absoluta. A alternativa “A) Duas orações coordenadas.” não pode ser indicada como correta, pois, só há um verbo. A alternativa “B) Uma oração principal e duas subordinadas.” não pode ser indicada como correta, pois não há orações subordinadas (nenhuma conjunção subordinativa ou verbo dependente). A alternativa “D) Uma oração principal e uma subordinada adverbial.” não pode ser indicada como correta, pois, o trecho “em associação à angústia...” é locução prepositiva, não uma oração (não tem verbo).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Releia o 1º§. “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global. Esses problemas são decorrentes de aspectos biológicos associados a(1) fatores culturais e muito influenciados pela sociedade, podendo ser intensificados por uma predisposição do indivíduo. Os transtornos mentais, especialmente a(2) ansiedade e a(3) depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais. De acordo com a(4) Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 350 milhões de pessoas no mundo vivem com depressão. A(5) Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 apresentou prevalência de depressão em 7,6% (IC95% 1,2-8,1) da população adulta brasileira. Tais números tornaram a(6) saúde mental uma prioridade de saúde pública.” Os termos destacados que possuem o mesmo valor semântico e gramatical são apenas”, a opção “D) 2, 3, 4, 5 e 6.” foi adequadamente indicada como correta.

a(1) fatores culturais – No destaque, “a” é uma preposição, exigida pelo termo “associados” (“associar-se a”). Classe gramatical: preposição. Valor semântico: indica relação de dependência/ligação.

a(2) ansiedade - “especialmente a ansiedade e a depressão”. No destaque, “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “ansiedade”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(3) depressão - Mesma estrutura do caso anterior (“a depressão”). Classe gramatical: artigo definido feminino singular. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(4) Organização Mundial da Saúde - “de acordo com a Organização Mundial da Saúde”. O “a” aqui também é artigo definido feminino singular, acompanhando o substantivo “Organização”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

A(5) Pesquisa Nacional de Saúde - O “A” é artigo definido feminino singular, antes de um nome próprio de instituição. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores (determinação).

a(6) saúde mental - “tornaram a saúde mental uma prioridade”. O “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “saúde”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores. Assim, o a(1) é preposição, diferente dos demais. Os a(2), a(3), a(4), a(5) e a(6) são artigos definidos femininos singulares com o mesmo valor semântico e gramatical.

A alternativa “A)” não pode ser considerada correta porque inclui o “a(1)” (preposição) junto com artigos. A alternativa “B)” não pode ser indicada como correta porque também inclui o “a(1)” (preposição). O mesmo ocorre com a alternativa “C)”.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descriptiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
09	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “De acordo com o IBGE, 70% da população brasileira tem acesso à internet, além disso, o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet, estando online em média 9 horas e 29 minutos por dia, sendo que 40% (3 horas e 34 minutos) deste tempo é utilizado em mídias sociais.” (2º§),

a expressão “além disso” indica:”, a alternativa “D) Conectivo aditivo empregado na introdução de uma informação vinculada ao exposto anteriormente.” foi adequadamente indicada como correta. A locução “além disso” é um conectivo aditivo, ou seja, introduz uma ideia que acrescenta outra anterior, mantendo relação de adição. Ela equivale a expressões como: “também”, “outrossim”, “de mais a mais”, “somando-se a isso”. Portanto, o papel dela é acrescentar nova informação, não retomar, resumir, nem confirmar. A nova informação (“o Brasil é o segundo país...”) está vinculada ao que veio antes (“70% da população tem acesso à internet”), ou seja, a segunda ideia complementa a primeira, reforçando o argumento sobre o uso intenso da internet no Brasil.

A alternativa “A) “Retomada de informação e ideia anterior por meio de síntese objetiva.”” não pode ser indicada como correta, pois, “além disso” não resume nem sintetiza o que veio antes; ela acrescenta uma informação nova, o conectivo de síntese seria, por exemplo, “em suma”, “portanto”, “assim”. A alternativa “B) “Apropriação de uma informação citada anteriormente e confirmada por meio de dados precisos.”” não pode ser indicada como correta, pois, o conectivo não confirma, mas acrescenta. A informação após “além disso” (“o Brasil é o segundo país...”) não confirma a anterior (“70% da população tem acesso à internet”), mas complementa o argumento com outro dado. A alternativa “C) “Expressão circunstancial empregada no fortalecimento da argumentação desenvolvida no período.”” não pode ser indicada como correta, pois, embora “além disso” contribua para a coesão argumentativa, o foco não é a circunstância, e sim a adição.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
14	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado define claramente que X corresponde ao número inicial de leitores, ao afirmar: “Inicialmente, X leitores iriam dividir o valor igualmente”, e em seguida informa que 2 deles desistiram, de modo que os restantes pagam R\$

4,00 a mais cada. Não há, portanto, dupla interpretação válida: X é inequivocamente o total inicial de participantes. Para resolver a questão, seja X o número inicial de leitores, cada um pagaria $240/X$; após a desistência de 2 leitores, os $X-2$ restantes pagam $240/(X-2)$, e a diferença é R\$ 4, ou seja, $240/(X-2) - 240/X = 4$. Resolvendo a equação, obtém-se $X=12$ como raiz positiva. Assim, a resposta correta é 12.

BRANCA	VERDE
15	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado solicita a formação de equipes compostas por 4 profissionais, “possuindo a mesma quantidade de técnicos de enfermagem e fisioterapeutas”. Interpretando literalmente, a única forma de atender à exigência de igualdade dentro de equipes de 4 é selecionar 2 técnicos de enfermagem e 2 fisioterapeutas. Com base nisso, o número de equipes distintas possíveis é dado pelo produto das combinações de cada categoria:

$$\binom{5}{2} \times \binom{4}{2} = 10 \times 6 = 60$$

BRANCA	VERDE
16	17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
19	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado informa que, no segundo dia, Clara pedalou 3 km a mais do que no dia anterior, e no terceiro dia “novamente aumentou em 3 km a distância pedalada, e assim por diante, aumentando sempre a mesma distância a cada dia”. Ou seja, o incremento diário é sempre relativo ao dia imediatamente anterior, caracterizando uma progressão aritmética de razão constante $r=3$ km, não havendo qualquer indicação de que o aumento seria sempre em relação ao primeiro dia. Seguindo essa interpretação padrão, os quilômetros pedalados por dia são: 2, 5, 8, 11, 14, 17, 20 e 23 km. A soma total até o oitavo dia é $S_8 = 2+5+8+11+14+17+20+23=100$ km.

BRANCA	VERDE
20	12

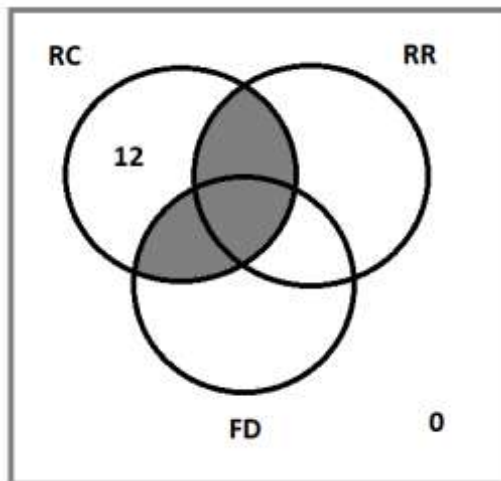
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No enunciado:

“Todos fizeram pelo menos um curso” significa que não há fisioterapeuta que não tenha feito nenhum curso. Ou seja, cada pessoa fez um ou mais cursos. O “pelo menos” define o limite inferior, mas não implica exclusividade: alguém pode ter feito dois ou três cursos.

“Apenas um curso” indica exclusividade: o fisioterapeuta fez exatamente aquele curso e nenhum outro. Por exemplo, “apenas reabilitação cardíaca” significa que a pessoa não fez nem reabilitação respiratória nem fisioterapia desportiva. Portanto, a ausência de “apenas” não gera ambiguidade, porque os números fornecidos para interseções (como “22 fizeram C e R”) deixam claro que ali estão incluídas as pessoas que podem ter feito também outro curso (ou seja, a interseção de dois cursos pode incluir o terceiro curso). É justamente isso que permite resolver a questão com o

princípio da inclusão-exclusão. Assim, considere RC = Reabilitação Cardíaca, RR = Reabilitação Respiratória e FD = Fisioterapia Desportiva. Com as duas primeiras informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:

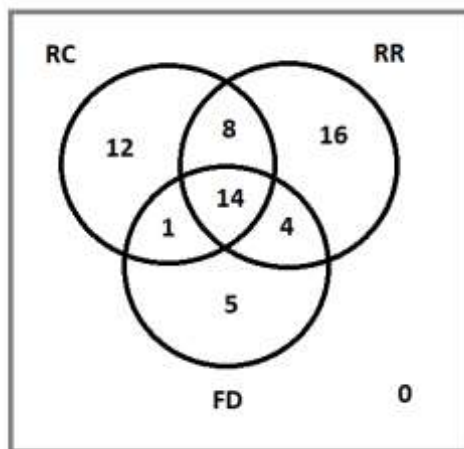


A área hachurada deve, portanto, ter um total de $35 - 12 = 23$ elementos. Logo, em notação de conjuntos, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23$. A partir das informações 4 e 6:

22 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e reabilitação respiratória, implicando que $RR \cap RC = 22$.

15 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e fisioterapia desportiva, implicando que $FD \cap RC = 15$. Portanto, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow 22 + 15 - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow (RR \cap RC \cap FD) = 14$.

Com as demais informações do enunciado, tem-se o diagrama de Venn completo:



BRANCA	VERDE
22	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base em disposições constitucionais e jurisprudência sobre o tema.

A única alternativa que atende ao comando da questão é: “A hierarquização prevista na Constituição Federal de 1988 impõe aos Estados a obrigação de gerir os sistemas de alta complexidade, sendo do ente estadual e não do ente municipal a responsabilidade pelo atendimento à pacientes com doenças crônicas.”

Esta afirmativa não está consoante com as disposições constitucionais, legislação vigente e jurisprudência.

(vide transcrição a seguir)

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Número: 1.0209.19.004266-0/003

Númeraço: 0042660

Relator: Des.(a) Renato Dresch

Relator do Acórdão: Des.(a) Renato Dresch

Data do Julgamento: 28/01/2025

Data da Publicação: 14/02/2025

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SAÚDE PÚBLICA. REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. SOLIDÁRIA SISTÊMICA DOS ENTES FEDERATIVOS. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES MUNICIPAIS. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

- Apelação contra sentença que condenou município a disponibilizar, no prazo de 60 dias, procedimento cirúrgico indicado para paciente com otite média crônica, sob pena de bloqueio de valores, com responsabilidade subsidiária do estado.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO - Há duas questões em discussão:

(i) definir se a responsabilidade pela realização do procedimento compete ao município ou ao estado, à luz da organização do SUS;

(ii) verificar se houve omissão do município no cumprimento de suas obrigações.

III. RAZÕES DE DECIDIR

- A responsabilidade pela prestação de serviços de saúde é de solidária sistêmica entre os entes federativos, conforme o Tema 793 do STF, permitindo ao paciente demandar qualquer um deles.

- O município, como gestor pleno, deve assegurar o atendimento inicial e a inclusão do paciente na rede regionalizada, conforme art. 196 da Constituição e Lei nº 8.080/1990.

- A ausência de registro no sistema de regulação (SUSfácil) demonstra omissão do município, especialmente diante da demora excessiva para realização do procedimento, em desacordo com os prazos recomendados no Enunciado nº 93 do CNJ.

- Não foi comprovada pactuação que afastasse a responsabilidade municipal, sendo este o responsável inicial pela continuidade do atendimento.

IV. DISPOSITIVO E TESE

- Recurso desprovido. TESE DE JULGAMENTO:

- A responsabilidade solidária entre os entes federativos no SUS não exime o município, como gestor pleno, de garantir o atendimento inicial e a inserção do paciente na rede regionalizada.

- A demora injustificada para a realização de procedimentos cirúrgicos previstos no SUS caracteriza mora administrativa e enseja a responsabilização do ente público.

DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS:

CF/1988, arts. 196 e 197; Lei nº 8.080/1990, arts. 15 a 19-U; Decreto nº 7.508/2011, arts. 8º, 12, 13, 15, 19, 23, 32, 35, e 39.

Jurisprudência relevante citada: STF, RE nº 855.178, Rel. Min. Luiz Fux, Tema 793 da Repercussão Geral, j. 15.03.2018.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0209.19.004266-0/003 - COMARCA DE CURVELO - APELANTE(S): M.C. - APELADO(A)(S): E.M.G., M.P.-.M. - INTERESSADO(S): C.P.M.F.

A C Ó R D ã O

(SEGREGADO DE JUSTIÇA)

Vistos etc., acorda, em Turma, a 7ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.

DES. RENATO DRESCH RELATOR

V O T O

Trata-se de apelação interposta pelo MUNICÍPIO DE CURVELO da sentença (ordem 81) prolatada pelo Juiz da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Curvelo que, nos autos da ação civil pública ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, julgou procedente o pedido "para condenar o Município de Curvelo a, no prazo de sessenta dias, disponibilizar o procedimento cirúrgico pleiteado, além de todos os procedimentos

prévios e posteriores que forem necessários, respondendo o Estado de Minas Gerais subsidiariamente, tudo sob pena de bloqueio de valores."

O apelante alega, em suma, que a regra de hierarquização prevista na Constituição Federal (CF) impõe ao Estado o dever de gerir os sistemas de alta complexidade de referência estadual e regional, sendo do ente estadual e não do ente municipal a responsabilidade pelo atendimento à paciente.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988.
- Acórdão: Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Número: 1.0209.19.004266-0/003. Numeração: 0042660 de 28/01/2025.

BRANCA	VERDE
23	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base nas disposições legais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992). Com base na legislação vigente, a única alternativa incorreta é: *"A ocorrência de um dolo genérico é necessária e suficiente para penalizar o agente pelas condutas tipificadas pela Lei de Improbidade Administrativa vigente."*, pois essa afirmativa não está consoante com a legislação vigente anteriormente citada, nem, tampouco, com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV. A esse respeito, vide transcrições a seguir.

LEI 8.429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).

CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

[...]

CAPÍTULO V - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

[...]

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Julgado mérito de tema com repercussão geral - TRIBUNAL PLENO

Certidão de Julgamento da Sessão Extraordinária de 18/08/2022

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 1.199 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para extinguir a presente ação, e, por maioria, o Tribunal acompanhou os fundamentos do voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), vencidos, parcialmente e nos termos de seus respectivos votos, os Ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Na sequência, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de

improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". Redigirá o acórdão o Relator. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.8.2022.

Fontes:

- Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- Julgamento do Tema 1199 pelo Supremo Tribunal Federal.

BRANCA	VERDE
24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão impugnada aborda o tratamento de dados pessoais, em conformidade com a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O enunciado descreve de forma clara uma situação de atendimento de emergência na área da saúde, hipótese que se enquadra nas bases legais previstas no art. 7º, VII e VIII, e no art. 11, II, “e” e “f”, da LGPD, que autorizam o tratamento de dados pessoais e sensíveis para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular, bem como para a tutela da saúde, sem necessidade de consentimento. Assim, o acesso inicial de Antônio ao prontuário do paciente é legítimo. Por outro lado, o compartilhamento posterior com Eduardo configura tratamento irregular, pois o servidor não possuía atribuição funcional para tal acesso, tampouco a finalidade do compartilhamento se enquadra nas hipóteses legais da LGPD.

O art. 13 da LGPD, invocado em um dos recursos, refere-se a “órgãos de pesquisa” formalmente instituídos e não a pesquisas de caráter pessoal realizadas por servidores, não havendo previsão que ampare o compartilhamento descrito no caso concreto.

Ademais, o enunciado não permite interpretar que Eduardo atuava em nome de órgão de pesquisa, nem que o compartilhamento observava os requisitos de anonimização e finalidade pública previstos na legislação. Da mesma forma, não procede a alegação de que o acesso inicial seria irregular por ausência de consentimento, pois o contexto de emergência justifica o tratamento com base legal diversa.

Logo, não se verifica erro material nem fundamento jurídico que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão, uma vez que a alternativa “D” reflete de forma precisa a aplicação dos arts. 6º, 7º, 11 e 13 da LGPD.

BRANCA	VERDE
25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os conceitos apresentados no enunciado da questão reproduzem de forma literal as definições constantes do art. 4º, incisos VI a IX, da Lei nº 12.527/2011.

Nos termos do referido dispositivo legal:

“VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.”.

Assim, a correspondência correta é: I – primariedade; II – integridade; III – autenticidade; IV – disponibilidade, exatamente como previsto na alternativa “B”.

Não há, portanto, margem para interpretações diversas nem divergência doutrinária capaz de gerar dupla resposta correta, uma vez que a questão exige o reconhecimento de definições legais expressas. As demais alternativas apresentam correspondências distintas do texto normativo, motivo pelo qual estão incorretas.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Julgamento: Correto. Conforme art. 40 da LOM.

Art. 40 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

II. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador-Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

Julgamento: Correto. Conforme art. 41, §1º, da LOM.

Art. 41, § 1º O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

III. O Prefeito pode se ausentar do município, sem necessidade de autorização da Câmara Municipal, por até quinze dias.

Julgamento: Correto. Conforme art. 44 da LOM.

Art. 44 O Prefeito residirá no Município e dele não poderá ausentar-se sem autorização da Câmara Municipal por mais de quinze dias, sob pena de perder o cargo, salvo se em gozo de férias ou licença.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
27	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) Leis ordinárias, decretos executivos e portarias.

Julgamento: Incorreto. O art. 20 não inclui decretos executivos e portarias no processo legislativo municipal.

B) Decretos legislativos, súmulas e atos regulamentares.

Julgamento: Incorreto. O art. 20 não inclui súmulas e atos regulamentares no processo legislativo municipal.

C) Resoluções, portarias normativas e orientações técnicas.

Julgamento: Incorreto. O art. 20 não inclui portarias normativas e orientações técnicas no processo legislativo municipal.

D) Emendas à Lei Orgânica, leis complementares e leis ordinárias.

Julgamento: Correto. Todas as espécies acima são citadas no art. 20 da LOM.

Art. 20 O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à lei Orgânica;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - resoluções;

VI - decreto legislativo.

Por fim, em momento algum o comando afirma que a alternativa assinalada é aquela que compreende “todos” os atos normativos que o processo legislativo compreende. Apenas é solicitado que se assinale “tipos de atos” do referido processo. Razões recursais que se amparam na não reprodução integral de todos os incisos do art. 20 não se sustentam.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990].

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
28	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

() São penalidades disciplinares, entre outras, a advertência, a suspensão e a demissão.

Julgamento: Correto. Conforme art. 175.

Art. 175 - São penalidades disciplinares: I - Advertência; II - Suspensão; III - Demissão; IV - Cassação de aposentadoria ou disponibilidade; V - Destituição de cargo em comissão; VI - Destituição de função gratificada.

() A exoneração de cargo efetivo tem caráter punitivo e se dá sempre a juízo da autoridade competente.

Julgamento: Incorreto. Conforme arts. 48 e 49. A exoneração não tem caráter punitivo.

Art. 48 - A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo Único - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - Quando tendo tomado posse, não entrar no exercício.

Art. 49 - A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I - A juízo da autoridade competente;

II - A pedido do próprio servidor.

() Remoção é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas funções em outro órgão, ou unidade administrativa da Administração Direta, Autarquias ou Fundações, sem que se modifique a sua situação funcional.

Julgamento: Correto. Conforme art. 56, caput.

Art. 56 - Remoção é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas funções em outro órgão, ou unidade administrativa da Administração Direta, Autarquias ou Fundações, sem que se modifique a sua situação funcional.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA	VERDE
33	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base nas disposições contidas na Decisão Normativa TCEMG nº 02/2016, conforme edital do certame.

Conteúdo programático: “Controle interno e os Tribunais de Contas dos Estados.” e “Decisão Normativa TCEMG nº 02/2016.”

A única alternativa que atende ao comando da questão é: “I e III, apenas”. (vide transcrição a seguir)

Art. 3º No que concerne ao funcionamento do sistema de controle interno, as avaliações realizadas pelo Tribunal ou pela unidade central do sistema de controle interno do Poder poderão ocorrer em dois níveis, a depender de seus objetivos:

I – em nível de Poder: a avaliação contemplará o sistema de controle interno como um todo, e terá como objetivo verificar a adequação da sua estrutura e a efetividade do seu funcionamento, incluída a verificação quanto à existência dos elementos que deverão compor o sistema de controle interno (ambiente de controle, mapeamento e avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação, e monitoramento);

II – em nível de processo de trabalho: a avaliação contemplará os procedimentos de controle interno incidentes sobre determinado processo de trabalho executado no âmbito do Poder.

Art. 4º A omissão no dever de criar, implantar ou dar efetividade ao sistema de controle interno poderá resultar na aplicação de multa ao responsável pela omissão, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008, bem como poderá resultar na emissão de parecer prévio pela rejeição das contas anuais do Chefe do Poder Executivo ou no julgamento pela irregularidade das contas dos Chefes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do responsável por órgão ou entidade submetido à jurisdição do Tribunal.

Fonte:

- Decisão Normativa TCEMG nº 02/2016.

BRANCA	VERDE
34	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão teve por base as disposições contidas na “ORIENTAÇÃO TÉCNICA CGM Nº 001, de 04/04/2025 – Orienta Gestão de Riscos nas Contratações Públicas no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal.”

A única alternativa que atende ao comando da questão é: “A contradição entre a descrição do objeto (contratação de serviço sem dedicação exclusiva de mão-de-obra) e as exigências contidas no Termo de Referência, anexo ao Edital, com regramento para contratação de serviço com dedicação exclusiva de mão-de-obra, representa afronta aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.”

Essa questão foi construída com base no ACÓRDÃO 1365/2025 - PLENÁRIO do Tribunal de Contas da União – TCU. Este acórdão mantém posicionamento já pacificado em outros julgamentos. (vide transcrição parcial do Acórdão a seguir)

Número do Acórdão: ACÓRDÃO 1365/2025 - PLENÁRIO

Relator: WEDER DE OLIVEIRA

Processo: 024.781/2024-0

Tipo de processo: REPRESENTAÇÃO (REPR)

Data da sessão: 18/06/2025

Número da ata: 23/2025 - Plenário

Assunto: Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas em pregão eletrônico cujo objeto foi a contratação de serviço de corte e roçada de vegetação rasteira.

[...]

HISTÓRICO

4. O representante alegou, em suma, a ocorrência das seguintes irregularidades (peça 1):

a) desclassificação arbitrária de sete empresas participantes do certame, inclusive a própria empresa representante, por suposta inexecuibilidade das respectivas propostas, sem permitir a adequação ou a demonstração de exequibilidade;

b) exigência de inclusão do IRPJ e da CSLL na planilha de custos, contrária ao entendimento da Súmula TCU 254, que proíbe essa inclusão por se tratar de tributos diretos, ligados ao lucro da empresa, resultando na desclassificação da empresa representante, pois, ao não incluir esses impostos em sua planilha, teve seu lucro considerado insuficiente pela UFSM e sua proposta foi considerada inexecuível, sem que lhe fosse concedida oportunidade de demonstrar a viabilidade econômica do valor ofertado;

c) afronta aos princípios da isonomia e impessoalidade, uma vez que a empresa representante e outras empresas foram desclassificadas sem a possibilidade de ajuste de suas propostas, enquanto a empresa MM Portaria & Limpeza Ltda. recebeu, de forma direcionada, duas oportunidades para ajustar a sua planilha; e

d) impropriedade na definição do objeto licitado, uma vez que o serviço foi descrito por m² e sem dedicação exclusiva de mão de obra, enquanto a administração exigiu uma planilha de custos nos moldes da IN - Seges/MP 5/2017, que é voltada para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

5. O representante afirmou ainda que existia dano irreversível para a administração pública caso o TCU não suspendesse de imediato o objeto, uma vez que o PE 90013/2024 estava em andamento e já haviam sido desclassificadas catorze empresas, estando próximo de ser firmado contrato com valores relevantes, em evidente prejuízo ao erário.

6. Em instrução inicial de peça 22, uma vez superados os requisitos de admissibilidade, esta unidade técnica entendeu configurado o pressuposto do perigo da demora, por se tratar de contratação não decorrente de registro de preços, cujo contrato estava na iminência de ser assinado; e afastado o pressuposto do perigo da demora reverso, porque o serviço objeto da contratação não foi considerado essencial para o funcionamento das atividades da Universidade.

7. Acerca da plausibilidade jurídica, esta unidade técnica entendeu que os argumentos do representante eram todos plausíveis, vindo a propor o deferimento do pedido de medida cautelar, sem oitiva prévia, com fulcro no art. 276 do RI /TCU, bem como a oitiva da UFSM, com amparo no art. 276, § 3º, c/c art. 250, V, todos do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, se pronunciasse em relação aos pressupostos da cautelar deferida, e, também, quanto aos seguintes pontos relativos ao Pregão Eletrônico 90013/2024 (peça 22, p. 10-11):

'a) desclassificação da licitante Sulclean Serviços Ltda., entre outras, sob o argumento de inexecuibilidade de sua proposta, sem que lhe fosse concedida a oportunidade, mediante diligência, de comprovar a viabilidade da sua oferta, em afronta ao art. 59, IV, e § 2º, da Lei 14.133/2021, à Súmula - TCU 262, aos Acórdãos 465/2024-TCU-Plenário e 803/2024-TCU-Plenário e ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para contratar com a Administração Pública;

b) desclassificação da licitante Sulclean Serviços Ltda., sob o argumento de que a licitante não incluiu, em sua planilha de custos, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tendo sua margem de lucro sido considerada insuficiente em decorrência disso, o que representa afronta ao entendimento do TCU, consubstanciado na Súmula - TCU 254;

c) tratamento diferenciado dado à licitante MM Portaria & Limpeza Ltda., ao permitir que somente ela retificasse sua proposta, em detrimento de outras propostas mais vantajosas para contratar com a Administração Pública, entre elas a da licitante Sulclean Serviços Ltda., ora representante, em ofensa ao princípio da igualdade e da impessoalidade, insculpidos no art. 5º da Lei 14.133/2021, o que acarretou possibilidade de ocorrência de dano ao Erário, decorrente de contratação de empresa com proposta menos vantajosa para a Administração, em afronta também aos princípios da economicidade e do interesse público, previstos no mesmo dispositivo legal; e

d) justificativa para a contradição entre os subitens 1.1 e 5.1.12 do Termo de Referência anexo ao Edital do PE 90013/2024, de que se tratava de contratação de serviço sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, entendimento mantido nas respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações do Edital do PE 90013/2024, e a solicitação do pregoeiro, nas mensagens do Portal de Compras do Governo Federal, de Planilha de Composição de Custos, nos moldes da IN - Seges/MP 5/2017, que se trata de regramento para contratação de serviço com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o que representa afronta aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, previstos no art. 5º da Lei 14.133/2021, e à jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdão 2441/2017-TCU-Plenário, 2.377/2008-TCU-Segunda Câmara e 1.633/2007-TCU-Plenário.'

8. Ademais, a instrução inicial concluiu pela necessidade de construção participativa quanto aos possíveis impactos de determinação do Tribunal com vistas ao retorno de fase do pregão, nos termos do art. 14 da Resolução - TCU 315/2020, bem como o previsto nas Normas de Auditoria (NAT) aprovadas pela Portaria - TCU 280/2010, referente aos comentários dos gestores (peça 22, p. 11).

BRANCA	VERDE
35	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão teve por base as disposições contidas NBC TA 300 (R1) – PLANEJAMENTO DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e atende ao seguinte conteúdo programático: “Tipos de auditoria: auditoria de conformidade; auditoria operacional; auditoria de demonstrações contábeis; atividades de estudo e consultoria; atividades de detecção de fraude.”

A única alternativa que atende ao comando da questão é: “III, apenas.” As afirmativas I e II estão incorretas. (Vide transcrição a seguir)

NBC TA 300 (R1) – PLANEJAMENTO DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aplicação e outros materiais explicativos

Papel e época do planejamento (ver item 2)

A1. A natureza e a extensão das atividades de planejamento variam conforme o porte e a complexidade da entidade, a experiência anterior dos membros-chave da equipe de trabalho com a entidade e as mudanças nas circunstâncias que ocorrem durante o trabalho de auditoria.

A2. Planejamento não é uma fase isolada da auditoria, mas um processo contínuo e iterativo, que muitas vezes começa logo após (ou em conexão com) a conclusão da auditoria anterior, continuando até a conclusão do trabalho de auditoria atual. Entretanto, o planejamento inclui a consideração da época de certas atividades e procedimentos de auditoria que devem ser concluídos antes da realização de procedimentos adicionais de auditoria. Por exemplo, o planejamento inclui a necessidade de considerar, antes da identificação e avaliação pelo auditor dos riscos de distorções relevantes, aspectos como:

- (a) os procedimentos analíticos a serem aplicados como procedimentos de avaliação de risco;
- (b) obtenção de entendimento global da estrutura jurídica e o ambiente regulatório aplicável à entidade e como a entidade cumpre com os requerimentos dessa estrutura;
- (c) a determinação da materialidade;
- (d) o envolvimento de especialistas;
- (e) a aplicação de outros procedimentos de avaliação de risco.

A3. O auditor pode optar por discutir esses elementos do planejamento com a administração da entidade, de forma a facilitar a condução e o gerenciamento do trabalho de auditoria (por exemplo, coordenar alguns dos

procedimentos de auditoria planejados com o trabalho do pessoal da entidade). Apesar de normalmente essas discussões ocorrerem, a estratégia global de auditoria e o plano de auditoria continuam sendo de responsabilidade do auditor.

Fonte:

- NBC TA 300 (R1) – PLANEJAMENTO DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Disponível em: <https://www2.cfc.org.br/>.

BRANCA	VERDE
36	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre os temas: Serviços Públicos: conceitos: classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização.

O item III é falso, uma vez que contraria a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 2.946; DF; Tribunal Pleno; Rel. Min. Dias Toffoli; DJE 30/05/2022; Pág. 24. O RE 566.621/SP indicado no recurso não tem absolutamente nenhuma relação com a questão e com a matéria (nesse julgado se fixou a tese de que "É inconstitucional o art. 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005, de modo que, para os tributos sujeitos a homologação, o novo prazo de 5 anos para a repetição ou compensação de indébito aplica-se tão somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005").

Fonte:

- ADI 2.946

BRANCA	VERDE
37	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item III é falso, pois, com base no artigo 20 do Decreto Municipal nº 20.714/2023, a atribuição é do Agente da Lei de Proteção de Dados (e não do controlador).

Fonte:

- artigo 20 do Decreto Municipal nº 20.714/2023

BRANCA	VERDE
38	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas ou técnicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão teve por base caso real em julgado do TCE-MG e atendeu ao seguinte conteúdo programático: "Análise de Processos de Execução da Despesa Pública Orçamentária: abordagem, teórico-prática acerca do modo de averiguação por parte do controle interno municipal." A única alternativa que atende ao comando da questão é: "I, II e III". Todas as afirmativas estão corretas.

A questão foi construída com base em posicionamento do plenário do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. REPRESENTAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL. LEI ORÇAMENTÁRIA. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. PROCESSO LEGISLATIVO. EMENDAS LEGISLATIVAS. PREVISÃO LEGAL. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES. NÃO ONERAÇÃO DO LIMITE PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES. REGULARIDADE. IMPROCEDÊNCIA. 1. Nos termos de reiteradas deliberações deste Tribunal, o limite legal de 20% para abertura de créditos suplementares não configura, de per si, concessão ilimitada de créditos, sendo pacífico o entendimento de que as disposições correlatas à limitação dos créditos adicionais devem refletir a realidade

municipal, compatíveis com as perspectivas de arrecadação e aplicação de recursos públicos no exercício financeiro de sua respectiva execução. 2. A previsão de hipóteses de não oneração do limite para abertura de créditos suplementares na Lei Orçamentária Anual – LOA, no que tange a algumas naturezas de despesas, não constitui, em homenagem ao princípio da isonomia e à segurança jurídica, elemento capaz de macular a prestação de contas, mas deve o chefe do Poder Executivo eliminar essa prática na elaboração dos futuros projetos de LOA. 3 . O Poder Legislativo, ao votar o orçamento, deve atentar para a vedação constitucional e legal de autorização de créditos ilimitados, sendo imprescindível que o ato de autorização de abertura de créditos adicionais expresse o valor a ser suplementado ou um limite percentual máximo sobre a receita municipal orçada. Segunda Câmara 10ª Sessão Ordinária – 04/04/2019

(TCE-MG - RP: XXXXX, Relator.: CONS. GILBERTO DINIZ, Data de Julgamento: 04/04/2019, Data de Publicação: 04/06/2019)

Fonte:

- TCE-MG - Relator.: CONS. GILBERTO DINIZ. Julgamento: 04/04/2019. Publicação: 04/06/2019

BRANCA	VERDE
39	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas ou técnicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão teve por base a legislação vigente e dados reais e atendeu ao seguinte conteúdo programático: “Créditos Adicionais”

A única alternativa que atende ao comando da questão é: “Superávit financeiro do exercício corrente”.

(Vide transcrição a seguir)

LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

LEI Nº 14.406, DE 21 DE MAIO DE 2025 (Lei do município de Uberlândia – MG)

Constitui recurso para fazer face à abertura do crédito especial o superávit financeiro constituído pelo saldo bancário apurado em 31/12/2024, na conta corrente nº 71.132, agência 3961, Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 9.815,56.

Fonte:

- LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 (Lei Federal).
- LEI Nº 14.406, DE 21 DE MAIO DE 2025 (Lei do município de Uberlândia – MG).

Cargo: Analista Pedagógico

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	07	06	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Após a leitura, pode-se afirmar que o tema apresentado no texto está corretamente indicado em:”, a alternativa “C) Efeitos e consequências do impacto produzido pela utilização das redes sociais na vida das pessoas.” foi adequadamente indicada como correta. Essa alternativa destaca os efeitos e consequências do uso das redes sociais, que é justamente o tema central do texto. Ou seja, o texto trata de como o uso das redes sociais influencia, positiva ou negativamente, a vida das pessoas, incluindo aspectos comportamentais, emocionais ou sociais. É uma generalização adequada do tema sem introduzir ideias externas, resumindo o núcleo do texto. A alternativa “A) Demandas urgentes e necessárias no enfrentamento do isolamento social e digital.” não pode ser indicada como correta, pois, esta alternativa fala em “demandas urgentes e necessárias” e foca em “isolamento social e digital”. O texto não apresenta soluções ou demandas para enfrentar problemas; ele descreve impactos e consequências, não estratégias ou ações. A alternativa “B) Diagnósticos possíveis mediante a realidade vivida pelas pessoas em meio à era da tecnologia.” não pode ser considerada correta, pois, “Diagnósticos possíveis” sugere uma análise médica ou científica para identificar problemas, o texto não trata de diagnósticos, mas de observações ou consequências do uso das redes sociais. Ou seja, a ideia de “diagnóstico” adiciona um conceito que não está presente no tema principal do texto. A alternativa “D) Caminhos possíveis para o desvencilhamento tecnológico como solução para o adoecimento mental.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não propõe formas de se desligamento das redes nem soluções para problemas mentais. Ele descreve efeitos e impactos, não recomendações ou intervenções.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	06	08	04

Recurso parcialmente procedente. Altera-se a questão para a alternativa C somente no tipo/cor de prova Azul.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e

relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	10	05	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais”.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”. A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	09	04	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “D) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “A) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “B) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “C) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	01	07	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global.” (1º§) é composto por:”, a alternativa “C) Uma oração apenas, denominada oração absoluta.” foi adequadamente indicada como correta. No período destacado, há apenas um verbo: “são” (verbo de ligação). Não há nenhum outro verbo que indique uma nova ação ou relação de dependência sintática. Tudo o que vem depois (“por alterações de pensamento...”) funciona como complemento nominal e adjunto adverbial de modo, sem verbo. Essa oração não depende nem está ligada a outra por coordenação ou subordinação. Uma oração que aparece isolada, sem depender nem coordenar-se a outra, é chamada de oração absoluta. A alternativa “A) Duas orações coordenadas.” não pode ser indicada como correta, pois, só há um verbo. A alternativa “B) Uma oração principal e duas subordinadas.” não pode ser indicada como correta, pois não há orações subordinadas (nenhuma conjunção subordinativa ou verbo dependente). A alternativa “D) Uma oração principal e uma subordinada adverbial.” não pode ser indicada como correta, pois, o trecho “em associação à angústia...” é locução prepositiva, não uma oração (não tem verbo).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	02	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descriptiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	12	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente cumpre destacar que o conteúdo de “matemática sobre licitações” não existe no conteúdo da prova. O que se utilizou foi tão somente a contextualização de uma licitação fictícia para elaboração de um problema matemático. Dessa forma, sequer é necessário que o candidato saiba o que é uma licitação para resolver a questão, pois o contexto trazido no item serve apenas para dar fundo ao problema que se pretende abordar.

Sobre o valor afirmado como resposta correta, o gabarito preliminar é exatamente o correspondente à R\$ 34.000,00.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	11	14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O problema pede o custo de pavimentação de uma área formada por um retângulo de 30 m por 18 m e por um semicírculo cujo diâmetro coincide com o lado de 18 m. A área total resulta da soma da área do retângulo (540 m²) com a área do semicírculo (40,5 vezes o valor de π). Multiplicando-se a área total pelo custo de R\$ 120,00 por metro quadrado, obtém-se um valor que depende de π .

Mesmo sem fixar, no enunciado, uma aproximação numérica específica para π , o resultado recai necessariamente no intervalo da alternativa B (R\$ 80.000,01 a R\$ 82.000,00) quando se utilizam as aproximações escolares correntes e razoáveis de π . Com $\pi = 3,14$, o custo é aproximadamente R\$ 80.060,40; com $\pi = 3,1416$, aproximadamente R\$ 80.026,18; e com $\pi = 22/7$, aproximadamente R\$ 80.074,29. Todos esses valores pertencem, de forma inequívoca, ao intervalo da alternativa B.

As aproximações sugeridas no recurso ($\pi = 3,10$ ou a $\pi = 3,00$) são demasiadamente grosseiras para a finalidade do cálculo em avaliações desse nível e não correspondem ao padrão mínimo de precisão adotado em materiais didáticos e em provas de concursos, nos quais π é usualmente tomado como 3,14 (ou 3,1416, ou 22/7) quando não houver indicação em contrário. Assim, não há multiplicidade válida de respostas: qualquer escolha de π compatível com a prática escolar conduz ao mesmo intervalo (alternativa B).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	12	15	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado informa que a tabela registra, a cada semana, o total acumulado de processos digitalizados e, em seguida, pergunta “quantos processos estarão digitalizados ao término da décima semana”.

O termo “ao término” significa “até o final daquele período”, isto é, o valor acumulado na semana 10. Não há base textual para somar os acumulados semana a semana (o que seria contar várias vezes os mesmos processos). Além disso, a própria tabela deixa claro que os valores apresentados são os totais acumulados, eliminando a dúvida de se somar todos os elementos até a 10ª semana.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	14	11	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tomar “1, 2, 3, 4, 5, 6” como um conjunto de seis valores equiprováveis e calcular a mediana desses seis números não é o que a questão solicita. A variável de interesse é o “tempo de tramitação” com suas frequências, não a mediana dos rótulos, que são os números de “1 a 6”.

A tabela informa frequências do tempo de tramitação (em dias). Há 40 processos ao todo. Para n par, a mediana é a média entre o 20º e o 21º valores do conjunto ordenado levando em conta as frequências.

Frequências acumuladas por dia:

- 1 dia: 4 processos → posições 1 a 4
- 2 dias: +7 = 11 → posições 5 a 11
- 3 dias: +10 = 21 → posições 12 a 21
- 4 dias: +12 = 33 → posições 22 a 33
- 5 dias: +5 = 38 → posições 34 a 38
- 6 dias: +2 = 40 → posições 39 a 40

Logo, o 20º e o 21º valores são ambos iguais a 3 dias, resultando em uma mediana de 3 dias.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	21	24	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na BNCC, o Brincar faz parte dos direitos à aprendizagem e deve ser cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. Também há o conviver, participar, conhecer-se e expressar.

As demais alternativas não expressam as orientações e recomendações da BNCC fundamentadas nas competências e habilidades.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	25	22	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão traz o planejamento conforme os preceitos de Libâneo. Os itens I e IV estão corretos, mas os itens II e III estão errados, pois, de acordo com o autor:

Libâneo, um dos autores de maior referência em Didática, planejamento e avaliação no país, propõe que o planejamento tenha as fundamentações expressas nos Itens:

I – É função do planejamento facilitar a preparação das aulas: selecionar o material didático a ser utilizado, saber quais as tarefas do professor e dos alunos nas aulas.

IV – O professor deverá fazer uma avaliação da própria aula, pois sabemos que o êxito dos alunos não depende unicamente do professor e da metodologia da aula.

No caso do Item II, segundo Libâneo, "O planejamento deve ter uma ordem sequencial e progressiva" (p. 248). E no Item III "Os momentos didáticos metodológicos não são rígidos e cada momento terá duração de tempo de acordo com o conteúdo" (p. 268).

A questão, portanto, está correta.

Fonte:

- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	24	23	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão sobre avaliação está correta e, conforme revisão realizada a alternativa correta é:

D) Repensa o plano de aula propondo nova organização didática considerando que a avaliação é um processo contínuo, investigativo e inclusivo.

O conteúdo definido no edital é Avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo e a questão está de acordo, considerando que o candidato deve identificar o processo avaliativo necessário na questão apresentada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	22	18	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Uma sala de aula interativa não depende da reforma predial, mas da sua organização pedagógica e metodológica. A questão física influencia, mas de modo algum constitui-se em uma condição para que a sala de aula seja interativa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	18	19	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segue a justificativa das respostas:

Os erros dos programas governamentais estão na denominação dos mesmos conforme a descrição abaixo:

Conselho Nacional de Educação e não Conselho Federal de Educação;

Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, em 1985 e não Programa Brasileiro do Livro Didático e Paradidático, em 1985.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 e não Lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Tradicional, em 1932.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	17	21	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A atividade em questão propõe que esses três teóricos sejam abordados para que ela seja realizada.

Para Piaget, Estágio Operatório-Concreto, que se estende até os 12 anos de idade. Nesse estágio, surgem as primeiras operações denominadas como concretas por Piaget, por existirem em função de alguma relação prática que a criança estabelece. A criança faz uso das representações por meio de objetos concretos que lhe façam pensar sobre determinado problema ou situação abstrata. Para Vigotski, as funções psicológicas superiores serão desenvolvidas a partir de um contexto rico em estímulos e conhecimentos. Quando a criança inicia o aprendizado da escrita, é necessário o desligamento da percepção e substituição das palavras por imagens de palavras, isto é, a criança sai da realidade unicamente concreta para atuar em uma realidade abstrata. Além disso, sendo a escrita uma fala sem interlocutor presente, necessita-se de maior quantidade de palavras para poder expressar as ideias. Para Wallon, o conceito de afetividade refere-se à capacidade do ser humano de ser afetado pelo mundo interno e externo, por sensações ligadas a tonalidades agradáveis e/ou desagradáveis. Além disto, a afetividade é expressa por meio de três aspectos: emoção, sentimento e paixão.

Fonte:

- POTT, E. T. B. PERSPECTIVAS SOBRE A INFÂNCIA EM DEBATE: CONTRIBUIÇÕES DE PIAGET, VIGOTSKI E WALLON. Perspectivas em Psicologia, Uberlândia, vol. 23, n. 1, pp. 75 - 93, Jan/Jun, 2019 – ISSN 2237-6917.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	20	17	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão traz um caso hipotético, onde o candidato terá de identificar a tendência pedagógica predominante na aula desenvolvida pela professora Olendina.

Apesar de aparentar uma atividade com a participação ativa dos alunos, eles foram **direcionados** o tempo todo com atividades previstas em seu começo, meio e fim, sendo esta uma característica da pedagogia Tradicional. Dessa forma,

não houve criticidade na aula, visto que não houve argumentação e produção dos alunos, assim como não houve produção com inferência dos alunos acerca da palavra nova. O formato em círculo, sugere uma irreal participação coletiva, visto que apenas cumpriram atividades direcionadas. Metodologicamente, a professora foi tradicional de uma forma diferenciada, sendo assim a questão está correta.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	29	28	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda as Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. A educação infantil como primeira etapa da educação básica, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Julgamento: Correto. Conforme Diretrizes para a Educação Infantil – página 71.

II. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem caráter substitutivo à escolarização e deve buscar o desenvolvimento de atividades, assim como as tarefas trabalhadas em sala de aula comum.

Julgamento: Incorreto. Conforme Diretrizes para a Educação Especial – página 149.

O AEE tem como função “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p.10). Por este atendimento não ser de caráter substitutivo à escolarização, as atividades desenvolvidas diferenciam-se das trabalhadas em sala de aula comum, priorizando o desenvolvimento das funções cognitivas e executivas, acessibilidade, autonomia e eliminação de barreiras ao espaço e ao conhecimento. Assim, esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes, com objetivo de desenvolver a sua autonomia e independência dentro e fora da escola.

III. São princípios orientadores da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia: a formação humana, a educação inclusiva e a identidade do professor.

Julgamento: Correto. Conforme Diretrizes para o Ensino Fundamental I – página 35 e seguintes. A utilização da nomenclatura “identidade do professor” está de acordo com o tópico 2.6 do documento, não havendo que se falar em incorreção com relação a esse tópico.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA (Município). Secretaria de Educação. Diretrizes Curriculares Municipais. Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/educacao/diretrizes-curriculares-municipais/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	30	26	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Municipal nº 11.967/2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Quadro da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino de Uberlândia. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) *Considera-se plano de carreira o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento funcional dos servidores titulares de cargos de provimento efetivo.*

Julgamento: Correto. Art. 5º, I

Art. 5º *Ao Plano de Carreira aplicam-se os seguintes conceitos:*

I - *plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento funcional dos servidores titulares de cargos de provimento efetivo;*

B) *O desenvolvimento do servidor público municipal na carreira dar-se-á exclusivamente por progressão, que poderá ocorrer nas seguintes modalidades: por qualificação, mérito profissional e capacitação profissional.*

Julgamento: Correto. Conforme art. 9º.

Art. 9º *O desenvolvimento do servidor público municipal na carreira dar-se-á exclusivamente por progressão, que poderá ocorrer nas seguintes modalidades: I - progressão funcional; (Revogado pela Lei Complementar nº 661/2019)*

II - progressão por qualificação; III - progressão por mérito profissional; IV - progressão por capacitação profissional; V - progressão por reconhecimento de notório saber. (Revogado pela Lei Complementar nº 661/2019)

C) *O Plano de Carreira dos Servidores do Quadro da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino de Uberlândia se aplica aos servidores públicos da Educação dos quadros permanente e em extinção, excluídos os em função pública, os aposentados, os pensionistas, os Instrutores de Língua de Sinais e os Intérpretes de Língua de Sinais.*

Julgamento: Incorreto. O art. 2º, parágrafo único, expressamente prevê que a lei aplica-se aos Instrutores de Língua de Sinais, aos Intérpretes de Língua de Sinais e aos Educadores Infantis com suas reclassificações.

D) *Para os servidores ocupantes dos cargos de professor, quando em regência de turma, um terço da carga horária semanal de trabalho se destina a atividades de planejamento, estudo, colaboração com a administração da unidade, participação em reuniões, eventos de trabalho e outras atividades inerentes ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade, constituindo, assim, atividade extraclasse.*

Julgamento: Correto. Art. 9º-A, §1º.

o § 1º *Para os servidores ocupantes dos cargos de Professor, quando em regência de turma, 1/3 (um terço) da carga horária semanal de trabalho destina-se a atividades de planejamento, estudo, colaboração com a administração da unidade, participação em reuniões, eventos de trabalho e outras atividades inerentes ao Projeto Político Pedagógico da unidade, constituindo assim atividade extraclasse.*

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Ordinária nº 11.967, de 29 de setembro de 2014. Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do quadro da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino de Uberlândia e dá outras providências. [S. l.]: Leis Municipais, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	26	27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Documento Orientador para as Ações Pedagógicas – 2025, da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) *No que tange à educação ambiental, o documento prevê que a abordagem de tal disciplina se inicie nos anos finais do ensino fundamental.*

Julgamento: Incorreto. Conforme páginas 23 do Documento Orientador. O documento prevê ações nesse sentido desde a Educação Infantil.

B) *A educação para jovens, adultos e idosos no município de Uberlândia está organizada em segmento único, com planejamento pedagógico equivalente ao das outras etapas de ensino.*

Julgamento: Incorreto. Conforme páginas 42 e 43 do Documento Orientador. A educação para pessoas jovens, adultas e idosas no município de Uberlândia está organizada em dois segmentos, que são: o Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos (Pmaja) que compreende o ciclo inicial de alfabetização, organizado nos níveis 1, 2

e 3 e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que trata dos anos finais do Ensino Fundamental, organizada de 6º ao 9º período, semestralmente.

C) O público da educação especial é aquele composto por indivíduos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento; logo, os indivíduos com altas habilidades ou superdotação não são considerados integrantes de tal público.

Julgamento: Conforme página 32 do Documento Orientador. Os indivíduos com altas habilidades ou superdotação são considerados integrantes de tal público.

D) A Rede Municipal de Ensino de Uberlândia participa de duas avaliações externas: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado pelo Governo Federal, e o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), realizado pelo estado de Minas Gerais.

Julgamento: Correto. Conforme página 19 do Documento Orientador.

Note-se que o comando presente no enunciado da questão foi cristalino sobre como se chegar no gabarito correto da questão (“Conforme o Documento Orientador para as Ações Pedagógicas – 2025, da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia,”). Ou seja, buscou-se especificamente aferir o conhecimento e domínio do candidato com relação ao texto do documento.

Assim, não se sustentam as razões recursais que se fundamentam na “prática efetiva” ou em outras informações que não estejam presentes no texto do Documento.

O texto da alternativa é reprodução praticamente literal da página 19 do documento, a saber:

A RME de Uberlândia participa de duas avaliações externas: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, realizado pelo Governo Federal, e o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública-SIMAVE, realizado pelo estado de Minas Gerais.

Fonte:

- UBERLÂNDIA (Município). Secretaria de Educação. Documento orientador 2025. Uberlândia, 2025. PDF (50 p.). Disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Documento-Orientador-2025.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	28	30	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A questão em apreço se inseriu expressamente na parte da prova destinada à legislação municipal. O caso hipotético narrado na questão traz a incumbência de um servidor de elaborar um resumo sobre o assunto, “DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA”. Em momento algum pede-se que tais afirmações sejam confrontadas com a legislação federal; não se sustentam as razões recursais nesse sentido, visto que o enunciado foi claro e o gabarito da questão atinge seu objetivo, qual seja, de aferir o conhecimento específico sobre o texto vigente da LOM.

Em questões de caráter objetivo em que a Banca clara e expressamente declinou qual o diploma legal a ser considerado para a resolução do problema, não são cabíveis extrapolações com base em outros diplomas legais não mencionados no enunciado. O concurso público pauta-se pelo julgamento objetivo, sendo que no caso em apreço não houve qualquer obscuridade no enunciado, respaldado na LOM do Município.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) O Poder Público Municipal tornará obrigatória a educação ambiental nas escolas do município.

· Julgamento: Correto. Conforme art. 155, parágrafo único.

o Art. 155 - Parágrafo Único - O Poder Público Municipal tornará obrigatória a educação ambiental nas escolas do Município.

B) O município deve garantir o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

· Julgamento: Correto. Conforme art. 157, IV.

o Art. 157 - IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

C) Aos alunos da zona rural ficam asseguradas, também, a gratuidade e a obrigatoriedade do transporte escolar.

· Julgamento: Correto. Conforme art. 157, §1º.

o Art. 157 - § 1º Aos alunos da zona rural ficam asseguradas, também, a gratuidade e obrigatoriedade do transporte escolar.

D) O atendimento educacional especializado se destina às pessoas com deficiência e deve ser segregado da rede regular de ensino, atendendo às especificidades desse público.

· Julgamento: Incorreto. A afirmação é flagrantemente incorreta, por estar em desacordo com o art. 157, III.

o Art. 157 - III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	36	38	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Robbins, o Estágio I – Oposição potencial ou incompatibilidade caracteriza-se apenas pela existência de fatores objetivos que *podem* gerar conflito, como falhas de comunicação, divergência de valores ou estrutura organizacional, sem que haja ainda manifestações comportamentais ou emocionais. Já o Estágio II – Cognição e personalização (alternativa D) se inicia quando os membros percebem conscientemente as diferenças existentes e passam a experimentar sentimentos de tensão, ansiedade ou desconforto — ainda que de forma sutil ou implícita, sem manifestações abertas ou enfrentamentos diretos.

No enunciado da questão, observa-se que “surgiram comentários indiretos, expressões de desconforto e trocas de olhares tensos”, evidenciando que as diferenças já foram percebidas e sentidas emocionalmente pelos participantes, o que indica a presença tanto da cognição quanto da personalização do conflito, elementos centrais do Estágio II. Assim, o grupo não se encontra mais apenas em uma fase de “oposição potencial”, mas já vivencia a tensão interna característica do momento em que o conflito é reconhecido e começa a afetar o clima relacional, mesmo sem confronto direto.

Dessa forma, a descrição apresentada no enunciado alinha-se de maneira precisa ao Estágio II – Cognição e personalização do conflito, tornando correta a alternativa D.

Fonte:

- ROBBINS, Stephen P. *Comportamento organizacional*. Tradução de Reynaldo Carvalheiro Marcondes. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. Capítulo 14 – Conflito e Negociação, p. 327–332.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	37	40	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado descreve uma situação em que a analista pedagógica, diante dos resultados de uma avaliação diagnóstica, propõe a reorganização do planejamento didático e a flexibilização das turmas em ciclos de aprendizagem, com foco no desenvolvimento da competência leitora. Esse contexto remete diretamente ao art. 23 da LDB, que dispõe:

“A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem o recomendar.”

Assim, a alternativa C — *“Adotar formas alternativas de organização escolar, considerando o processo de aprendizagem como critério central para a definição de estratégias pedagógicas”* — reflete com precisão o princípio legal e pedagógico expresso nesse dispositivo, sendo a única que contempla a reorganização estrutural proposta no texto.

A alternativa B, embora faça referência a práticas pedagógicas legítimas, como o uso de avaliações diagnósticas e intervenções específicas (arts. 24, V, “a” e “e”, da LDB), descreve uma ação pontual de intervenção pedagógica, e não uma forma de organização escolar, que é o foco da questão. A proposta apresentada pela analista vai além do simples agrupamento por desempenho, pois implica uma reestruturação do modelo de organização das turmas, coerente com a perspectiva dos ciclos de aprendizagem.

Quanto à alternativa A, esta enfatiza a “uniformidade curricular”, conceito que se distancia da proposta apresentada, uma vez que a reorganização em ciclos busca respeitar os ritmos e tempos de aprendizagem, promovendo flexibilidade e equidade, e não uniformidade rígida.

O edital prevê, em seu conteúdo programático, o tema “Lei nº 9.394/1996 (LDB) face às necessidades históricas da educação brasileira”, o que abrange a compreensão de seus dispositivos normativos, especialmente aqueles relativos à organização escolar e ao processo de ensino-aprendizagem.

- Fonte:

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	38	37	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao conteúdo da questão, observa-se plena correspondência com os princípios da teoria construtivista de base piagetiana, amplamente reconhecidos na literatura pedagógica e incluídos no edital sob o tema “Teorias de Aprendizagem”. O construtivismo é uma das principais abordagens contemporâneas sobre o processo de ensino e aprendizagem, integrando a fundamentação didático-pedagógica exigida para o cargo.

Quanto às assertivas apresentadas: A I está correta, pois reflete o papel ativo do professor em provocar desequilíbrios cognitivos que estimulem o aluno a reorganizar seus esquemas mentais por meio da assimilação e acomodação, conforme Piaget descreve o processo de construção do conhecimento. A II está incorreta, visto que Piaget define a aprendizagem como um processo qualitativo, de transformação estrutural do pensamento, e não meramente quantitativo. A III está correta, ao descrever a equilibração como mecanismo autorregulador que busca restabelecer o equilíbrio entre assimilação e acomodação, impulsionando o desenvolvimento cognitivo. A IV também está correta, ao reconhecer que o conhecimento é construído na interação ativa do sujeito com o meio, possuindo função adaptativa, conforme o conceito de inteligência como forma de adaptação.

Dessa forma, a alternativa D (I, III e IV) é a única que contempla integralmente os fundamentos da teoria piagetiana, conforme expostos no enunciado.

Fontes:

- GAMEZ, Luciano. *Psicologia da Educação*. Série Educação. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 2013. p. 54–62.
- PIAGET, Jean. *A Psicologia da Criança*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	39	33	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Afirmativa I é correta, pois expressa o princípio de construção coletiva e contextualizada do PPP, conforme orienta a BNCC, ao articular as competências gerais aos objetivos formativos da escola e às realidades socioculturais dos estudantes.

A Afirmativa II é incorreta, uma vez que a BNCC não admite “engessamento” curricular nem descaracterização da identidade da escola, assegurando autonomia institucional e contextualização pedagógica.

A Afirmativa III é incorreta, porque o desenvolvimento das competências gerais não implica metas uniformes ou resultados padronizados, respeitando-se as diferenças regionais e individuais.

A Afirmativa IV é correta, por reconhecer a autonomia das instituições escolares e valorizar as especificidades locais e as individualidades dos estudantes, conforme previsto na LDB e na própria BNCC.

Fontes:

- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. *Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*.
- UBERLÂNDIA. *Diretrizes Curriculares Municipais – Volume 3*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Educação, 2024, p. 44.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	40	36	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A avaliação na Educação Infantil possui caráter formativo, voltada ao acompanhamento do processo de desenvolvimento e realizada por meio de observação e registro, sem finalidade de promoção, classificação ou retenção — entendimento a questão firmado pela LDB (art. 31), pelo RCNEI e pela BNCC. Assim, a asserção I, que reduz a avaliação a um procedimento classificatório centrado em marcos rígidos, está corretamente identificada como falsa, enquanto a asserção II, que vincula expectativas de aprendizagem às oportunidades efetivamente oferecidas e destaca a observação como instrumento de replanejamento, está corretamente reconhecida como verdadeira. Por não trazer nenhum elemento novo ou divergente capaz de alterar o juízo técnico, o recurso não pode prosperar e deve ser considerado prejudicado; mantém-se, portanto, o gabarito preliminar (alternativa B: I falsa; II verdadeira).

Fontes:

- BRASIL. *Lei nº 9.394/1996 (LDB)*, art. 31.
- BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)*, vol. 2, p. 65–70.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	33	39	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Libâneo (2005), as pedagogias liberais compreendem diversas vertentes — tradicional, renovada progressivista, renovada não-diretiva e tecnicista —, unificadas por princípios comuns de natureza filosófica e educacional. Em todas essas vertentes, a educação é concebida como meio de preparar o indivíduo para integrar-se à sociedade existente, priorizando valores como a formação moral, intelectual e o desenvolvimento da autonomia racional. Nas palavras de Libâneo (2005, p. 4): “As pedagogias liberais, em suas diversas formas, têm como núcleo comum a ênfase numa formação intelectual e moral voltada para a constituição do indivíduo autônomo e racional, orientada por valores universais.” Portanto, o foco da pedagogia liberal não está na formação técnica e profissional imediata, mas na formação do indivíduo em sentido amplo, orientado por princípios de liberdade, racionalidade e manutenção da ordem social. A ênfase na formação técnica e na adaptação às demandas do mercado de trabalho é característica exclusiva da vertente tecnicista, conforme esclarece o mesmo autor: “A pedagogia tecnicista enfatiza a eficiência, a adaptação às demandas do mercado de trabalho e o desenvolvimento de habilidades técnicas.” (LIBÂNEO, 2005, p. 6). Assim, a afirmativa IV incorre em erro conceitual, pois atribui a todo o conjunto das pedagogias liberais uma característica que pertence apenas à vertente tecnicista, distorcendo o enquadramento teórico do campo. O termo “em geral”, utilizado na afirmativa, não é suficiente para relativizar o erro, uma vez que o enunciado solicita uma análise conceitual e classificatória, em que a precisão teórica é condição de correção. Não há, portanto, dupla possibilidade de resposta: a alternativa D é a única que expressa corretamente as tendências conforme o referencial teórico adotado.

Diante do exposto, conclui-se que: as afirmativas I, II e III estão corretas e condizem com as definições das pedagogias crítica, pós-crítica e progressista, conforme a literatura especializada; a afirmativa IV está incorreta por atribuir à pedagogia liberal, de modo generalizado, a prioridade na formação técnica e profissional imediata, característica exclusiva da pedagogia tecnicista; a questão apresenta clareza conceitual e unicidade de resposta correta, não havendo ambiguidade nem vício de elaboração.

Fontes:

- LIBÂNEO, José Carlos. *As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação*. In: LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, A. (org.). *Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade*. Campinas: Alínea, 2005.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	34	31	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme destaca Nilbo Ribeiro Nogueira (Projeto Político-Pedagógico: Guia prático para construção participativa, Editora Érica, 1ª edição), o PPP deve ser compreendido como uma prática social intencional, fundamentada na participação de todos os segmentos da comunidade escolar — professores, gestores, alunos, famílias e colaboradores —, assegurando sua função como instrumento vivo, dinâmico e orientador das práticas pedagógicas, e não como mero documento técnico ou burocrático.

Dessa forma, verifica-se que os fundamentos apresentados pelo recorrente reforçam exatamente a concepção expressa na alternativa D, validando o gabarito preliminar. Assim, o recurso é considerado prejudicado, mantendo-se o gabarito D.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	32	35	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Afirmativa I: “Considera-se criança a pessoa com idade inferior a doze anos e adolescente aquela com idade entre 12 e 18 anos completos, sendo a aplicação a indivíduos entre 18 e 21 anos restrita a casos de expressa previsão legal.” O art. 2º do ECA dispõe: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos,

e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.” A redação da afirmativa contém dois desvios técnicos relevantes: Imprecisão terminológica – substitui “até doze anos de idade incompletos” por “inferior a doze anos”. A expressão “incompletos” é juridicamente precisa e confere limite etário objetivo, sendo utilizada em todos os documentos normativos e interpretativos do ECA. A forma “inferior a doze anos” é conceitualmente próxima, mas não literal, podendo gerar interpretação ambígua quanto à inclusão ou exclusão do marco de 12 anos. Erro material na definição de adolescente – o texto legal refere-se a “entre doze e dezoito anos de idade”, enquanto a afirmativa acrescenta “completos”, termo que altera o alcance jurídico, pois o ECA considera adolescentes até o dia anterior ao 18º aniversário, e não após o “completar” dessa idade. Expressão “restrita” em vez de “excepcionalmente” – embora semanticamente próxima, “restrita” não traduz com precisão o critério legal de “excepcionalidade”, previsto no parágrafo único do art. 2º. Diante dessas divergências terminológicas e conceituais, a afirmativa I não pode ser considerada correta.

Afirmativa II: “A prioridade absoluta na efetivação dos direitos da criança e do adolescente é dever primário da família, e subsidiariamente do Poder Público, da comunidade e da sociedade em geral (...)”. O art. 4º do ECA estabelece: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” O legislador não hierarquiza os deveres, mas os apresenta como obrigação solidária e conjunta. A introdução de expressões como “dever primário” e “subsidiariamente” viola a estrutura igualitária do artigo, que não distingue graus de responsabilidade entre família, poder público e sociedade civil. Além disso, o parágrafo único do art. 4º, que trata da garantia de prioridade (primazia de atendimento, precedência, preferência e destinação privilegiada de recursos), não respalda a hierarquização proposta pela afirmativa. Assim, ainda que o final do enunciado mencione corretamente as garantias de precedência e destinação de recursos, a base conceitual da assertiva está incorreta. Portanto, a afirmativa II deve ser considerada falsa por violar a essência do art. 4º, que consagra a responsabilidade compartilhada e não subsidiária entre os sujeitos do dever.

Afirmativa III: “Os direitos fundamentais da criança e do adolescente são universais e devem ser garantidos sem qualquer forma de discriminação (...)” Esta afirmativa reproduz fielmente o conteúdo dos arts. 3º e 5º do ECA, os quais asseguram a universalidade dos direitos e a proibição de discriminação de qualquer natureza. O parágrafo único do art. 3º (Lei nº 13.257/2016) reforça essa amplitude, detalhando múltiplas formas de discriminação vedadas. Logo, a afirmativa III está correta.

Afirmativa IV: “A interpretação das disposições do ECA deve considerar, de forma equilibrada, os fins sociais da lei, as exigências do bem comum e a condição específica da criança e do adolescente como sujeitos em fase de desenvolvimento.” O art. 6º do ECA dispõe: “Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.” A afirmativa IV preserva todos os elementos essenciais do artigo: fins sociais; exigências do bem comum; condição peculiar da criança e do adolescente. A expressão “de forma equilibrada” introduz apenas um recurso redacional, sem alterar o conteúdo jurídico, uma vez que a interpretação sistemática das normas exige precisamente o equilíbrio entre os fatores indicados. Assim, o item deve ser considerado correto.

Após análise comparativa entre as afirmativas e os dispositivos legais: A Afirmativa I é considerada incorreta, pois diverge da literalidade do artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, apresentando imprecisões técnicas e conceituais quanto aos termos “incompletos”, “completos” e “excepcionalmente”. A Afirmativa II também é incorreta, uma vez que introduz uma hierarquia inexistente no artigo 4º do ECA, contrariando o princípio da corresponsabilidade entre família, sociedade e poder público na efetivação dos direitos da criança e do adolescente. A Afirmativa III é correta, por estar em conformidade com o artigo 3º e seu parágrafo único, que asseguram a universalidade e a não discriminação no gozo dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Por fim, a Afirmativa IV é igualmente correta, pois está alinhada ao artigo 6º do ECA, preservando o sentido jurídico original e os critérios de interpretação previstos pela norma. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar: alternativa D (III e IV, apenas).

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	35	32	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O currículo, na perspectiva defendida por autores como Ana Maria Eyng (2012), deve ser compreendido como uma prática social intencional que articula conhecimentos, valores e relações sociais, construída historicamente no espaço escolar, e que contribui para a formação de identidades e de sentidos. Essa abordagem ultrapassa a visão tradicional de currículo como simples prescrição de conteúdo, ou como mero guia de planejamento e execução de competências, assumindo um papel político, cultural e formativo na constituição dos sujeitos e na construção do conhecimento. Assim, a alternativa A é a que melhor reflete essa concepção crítica e contextualizada, segundo a qual o currículo é um processo dinâmico, histórico e social, que se materializa nas práticas escolares e nas interações entre professores, estudantes e saberes. As demais alternativas reduzem o currículo a dimensões técnicas ou instrumentais, distanciando-se da compreensão ampla e formativa presente nos fundamentos contemporâneos da área.

Fonte:

- EYNG, Ana Maria. *Currículo Escolar*. Série Processos Educacionais. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

Cargo: Arquiteto

BRANCA	VERDE
02	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
04	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”. A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global.” (1º§) é composto por:”, a alternativa “C) Uma oração apenas, denominada oração absoluta.” foi adequadamente indicada como correta. No período destacado, há apenas um verbo: “são” (verbo de ligação). Não há nenhum outro verbo que indique uma nova ação ou relação de

dependência sintática. Tudo o que vem depois (“por alterações de pensamento...”) funciona como complemento nominal e adjunto adverbial de modo, sem verbo. Essa oração não depende nem está ligada a outra por coordenação ou subordinação. Uma oração que aparece isolada, sem depender nem coordenar-se a outra, é chamada de oração absoluta. A alternativa “A) Duas orações coordenadas.” não pode ser indicada como correta, pois, só há um verbo. A alternativa “B) Uma oração principal e duas subordinadas.” não pode ser indicada como correta, pois não há orações subordinadas (nenhuma conjunção subordinativa ou verbo dependente). A alternativa “D) Uma oração principal e uma subordinada adverbial.” não pode ser indicada como correta, pois, o trecho “em associação à angústia...” é locução prepositiva, não uma oração (não tem verbo).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descriptiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
16	17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
23	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base nas disposições legais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992). Com base na legislação vigente, a única alternativa incorreta é: “A ocorrência de um dolo genérico é necessária e suficiente para penalizar o agente pelas condutas tipificadas pela Lei de Improbidade Administrativa vigente.”, pois essa afirmativa não está consoante com a legislação vigente anteriormente citada, nem, tampouco, com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV. A esse respeito, vide transcrições a seguir.

LEI 8.429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).

CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

[...]

CAPÍTULO V - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

[...]

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Julgado mérito de tema com repercussão geral - TRIBUNAL PLENO

Certidão de Julgamento da Sessão Extraordinária de 18/08/2022

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 1.199 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para extinguir a presente ação, e, por maioria, o Tribunal acompanhou os fundamentos do voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), vencidos, parcialmente e nos termos de seus respectivos votos, os Ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Na sequência, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". Redigirá o acórdão o Relator. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.8.2022.

Fontes:

- Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- Julgamento do Tema 1199 pelo Supremo Tribunal Federal.

BRANCA	VERDE
24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão impugnada aborda o tratamento de dados pessoais, em conformidade com a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O enunciado descreve de forma clara uma situação de atendimento de emergência na área da saúde, hipótese que se enquadra nas bases legais previstas no art. 7º, VII e VIII, e no art. 11, II, “e” e “f”, da LGPD, que autorizam o tratamento de dados pessoais e sensíveis para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular, bem como para a tutela da saúde, sem necessidade de consentimento. Assim, o acesso inicial de Antônio ao prontuário do paciente é legítimo.

Por outro lado, o compartilhamento posterior com Eduardo configura tratamento irregular, pois o servidor não possuía atribuição funcional para tal acesso, tampouco a finalidade do compartilhamento se enquadra nas hipóteses legais da LGPD.

O art. 13 da LGPD, invocado em um dos recursos, refere-se a “órgãos de pesquisa” formalmente instituídos e não a pesquisas de caráter pessoal realizadas por servidores, não havendo previsão que ampare o compartilhamento descrito no caso concreto.

Ademais, o enunciado não permite interpretar que Eduardo atuava em nome de órgão de pesquisa, nem que o compartilhamento observava os requisitos de anonimização e finalidade pública previstos na legislação. Da mesma forma, não procede a alegação de que o acesso inicial seria irregular por ausência de consentimento, pois o contexto de emergência justifica o tratamento com base legal diversa.

Logo, não se verifica erro material nem fundamento jurídico que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão, uma vez que a alternativa “D” reflete de forma precisa a aplicação dos arts. 6º, 7º, 11 e 13 da LGPD.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Julgamento: Correto. Conforme art. 40 da LOM.

Art. 40 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

II. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador-Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

Julgamento: Correto. Conforme art. 41, §1º, da LOM.

Art. 41, § 1º O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

III. O Prefeito pode se ausentar do município, sem necessidade de autorização da Câmara Municipal, por até quinze dias.

Julgamento: Correto. Conforme art. 44 da LOM.

Art. 44 O Prefeito residirá no Município e dele não poderá ausentar-se sem autorização da Câmara Municipal por mais de quinze dias, sob pena de perder o cargo, salvo se em gozo de férias ou licença.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990].

BRANCA	VERDE
28	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

() São penalidades disciplinares, entre outras, a advertência, a suspensão e a demissão.

Julgamento: Correto. Conforme art. 175.

Art. 175 - São penalidades disciplinares: I - Advertência; II - Suspensão; III - Demissão; IV - Cassação de aposentadoria ou disponibilidade; V - Destituição de cargo em comissão; VI - Destituição de função gratificada.

() A exoneração de cargo efetivo tem caráter punitivo e se dá sempre a juízo da autoridade competente.

Julgamento: Incorreto. Conforme arts. 48 e 49. A exoneração não tem caráter punitivo.

Art. 48 - A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo Único - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - Quando tendo tomado posse, não entrar no exercício.

Art. 49 - A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I - A juízo da autoridade competente;

II - A pedido do próprio servidor.

() Remoção é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas funções em outro órgão, ou unidade administrativa da Administração Direta, Autarquias ou Fundações, sem que se modifique a sua situação funcional.

Julgamento: Correto. Conforme art. 56, caput.

Art. 56 - Remoção é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas funções em outro órgão, ou unidade administrativa da Administração Direta, Autarquias ou Fundações, sem que se modifique a sua situação funcional.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA	VERDE
33	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 524/2011 - institui o Código Municipal de Obras do município de Uberlândia e de seus distritos – em seu:

Art. 27: O habite-se será expedido mediante a verificação de atendimento dos seguintes itens: (Redação dada pela Lei Complementar nº 713/2020)

- edificação concluída de acordo com o projeto arquitetônico simplificado ou completo aprovado ou protocolizado no sistema "alvará ligeiro"; (Redação dada pela Lei Complementar nº 713/2020)

II - cobertura;

III - piso acabado;

IV - instalações hidráulicas e sanitárias liberadas pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE ou órgão competente;

V - instalações de isolamento acústico quando for o caso, liberadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

VI - existência de placa de numeração oficial, calçadas fronteiriças concluídas com recipiente de lixo e com uma árvore plantada para cada 10m (dez metros) de testada, observando-se o seguinte:

a) nas calçadas situadas do lado de rede elétrica, exige-se o plantio de árvore de pequeno porte, e que não as danifique;

b) as árvores plantadas e o recipiente de lixo instalado de acordo com a Lei nº 12.578, de 30 de novembro de 2016 e suas alterações, ou outra que vier a substituí-la, bem como com a legislação aplicável; (Redação dada pela Lei Complementar nº 713/2020)

VII - elevadores, escadas rolantes e monta-cargas em funcionamento, acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável e de certificado expedido pela firma instaladora declarando que os aparelhos estão em perfeitas condições de funcionamento, que foram testados e obedecem às normas técnicas vigentes; X - caixa para recebimento de correspondência conforme o que se segue:

a) com acesso ao logradouro público;

b) serem individuais nas edificações, com mais de uma unidade e sem portaria.

XI - acessibilidade, nos casos previstos em lei. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 713/2020)

Conforme o enunciado, solicita-se que seja assinalada a exceção da obrigatoriedade e, conforme se verifica a legislação, não é um requisito para emissão do habite-se a garantia de atendimento aos padrões de conforto térmico, luminoso e acústico. Cabe ressaltar que os padrões de conforto são estabelecidos de modo individual conforme análise do terreno, orientação solar e dos ventos, matérias e técnicas construtivas. Portanto, a garantia destes itens não pode ser obrigatória.

Cabe o adendo que “garantia de conforto” é uma concepção distinta do atendimento de padrões mínimos para iluminação e ventilação de um determinado ambiente e estes sim, devem ser sempre respeitados em projeto.

BRANCA	VERDE
35	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 525/2011 - dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do município de Uberlândia e dá outras disposições, verifica-se que a Área Central, objeto de questionamento realizado em enunciado, é previamente estabelecida por esta legislação, conforme art. 14 "Ficam criadas as Áreas de Diretrizes Especiais, definidas como regiões de sobrezoneamento, cujos parâmetros urbanísticos diferem das demais zonas:

I - Área de Diretrizes Especiais I - ADE - I: Perímetro de Requalificação Urbanística - é composta pelas regiões que estão inseridas no perímetro de Requalificação Urbanística e compreende o Bairro Fundinho, **Área Central**, Região da Praça Sérgio Pacheco e Av. Monsenhor Eduardo;"

Considerando especificamente a Subseção IV. Índices Urbanísticos, verifica-se que esta área central possui limites estabelecidos que se apresentam em coerência com a alternativa correta, sendo assim:

I - ÍNDICES URBANÍSTICOS

Região	Taxa de Ocupação (%)	Coefficiente de Aproveitamento	Afastamento Frontal Mínimo (m)	Afastamento Lateral e Fundo Mínimo (m)	Testada Mínima do Lote	Dimensão Mínima do Lote
Fundinho - ZCF	70,00%	1,5 (1) (2)	Facultativo	1,50 m	10,00 m	250,00 m
Área Central/ Hipercentro	100,00%	4,5	Facultativo	Facultativo	10,00 m	250,00 m
Regiões da Praça Sérgio Pacheco	De acordo com a zona em que o imóvel estiver inserido (3)	De acordo com a zona em que o imóvel estiver inserido	3,00 m	1,50 m	10,00 m]	250,00 m
Avenida Monsenhor Eduardo e adjacências	70%(3)	De acordo com a zona em que o imóvel estiver inserido	3,00 m	1,50 m	10,00 m	250,00 m

Portanto, não há equívoco na nomenclatura. Esta divisão existe e é regulamentada pela lei. Além desta divisão, existem outras subdivisões, que não foram adotadas nesta questão. O entendimento, portanto, é claro e objetivo conforme região designada pela legislação municipal.

BRANCA	VERDE
38	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei nº 12.187/2009, em seu Artigo 6º, elenca quais são os "Instrumentos" da PNMC. Os instrumentos são os meios, ferramentas e mecanismos utilizados para que a política seja implementada e seus objetivos alcançados.

Dentre os instrumentos listados no Artigo 6º, encontramos explicitamente os itens mencionados na questão:

Inciso V: as medidas de divulgação, educação e conscientização;

Inciso VII: a avaliação de impactos ambientais sobre o microclima e o macroclima;

Inciso VIII: o monitoramento climático nacional;

Portanto, os elementos citados na questão são, por definição legal, instrumentos da PNMC.

A alternativa D descreve o conceito de adaptação às mudanças climáticas. Embora o monitoramento, a avaliação de impactos e a educação sejam *fundamentais* para criar medidas de adaptação (redução de vulnerabilidade), eles não são *apenas* isso. Eles são instrumentos mais amplos que servem a múltiplos objetivos da política, incluindo também a mitigação (redução de emissões) e a implementação geral da lei.

BRANCA	VERDE
39	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado é objetivo ao aferir o conhecimento sobre o segmento específico, sendo este: "as travessias de pedestres em espaços de uso coletivo e privativo, com circulação de veículos".

Diante desta especificidade, em consulta à norma técnica, verifica-se:

6.12.7 Travessia de pedestres em vias públicas ou em áreas internas de edificações

As travessias de pedestres nas vias públicas, nas vias de áreas internas de edificações ou em espaços de uso coletivo e privativo, com circulação de veículos, devem ser acessíveis das seguintes formas: com redução de percurso, com faixa elevada ou com rebaixamento de calçada. A definição da localização das travessias nas vias públicas (no meio de quadra, próximo às esquinas ou nas esquinas) é de responsabilidade do município.

Assim, com base nas diretrizes técnicas de acessibilidade, prezando pela travessia em área com circulação de veículo, está correta a alternativa que aponta para o uso de redução de percurso como maneira de possibilitar a acessibilidade.

BRANCA	VERDE
40	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Bairro Fundinho é um dos mais antigos de Uberlândia e objeto de requalificação e conservação previsto no Plano Diretor Municipal. A situação hipotética descrita em enunciado deve ser analisada nos termos da legislação municipal. Como todo projeto - novo ou de reforma-as intervenções sempre precisarão ser aprovadas pela Prefeitura e pelo órgão ambiental competente visando o mínimo de impacto na edificação, bem como no entorno.

No entanto, existem algumas intervenções que são expressamente proibidas, isto é, que não poderão ser realizadas mesmo se planejadas. Este é o caso da verticalização.

Adotando como fundamentação o Plano Diretor - Lei Complementar nº 432/2006, verifica-se:

Art. 19 – São diretrizes da política de uso e ocupação do solo, no Município de Uberlândia, a serem observadas na legislação urbanística que regulamenta o presente Plano Diretor:

(...)

XI - descaracterizar a Área Central e o Bairro Fundinho como corredor estrutural do transporte coletivo e recuperar sua qualidade de vida urbana;

XIII - constituir a Zona Cultural do Fundinho - ZCF, com parâmetros urbanísticos que lhe garantam especificidade cultural tendo como referência o documento Inventário de Diretrizes Especiais de Uso e Ocupação do Solo do Bairro Fundinho, elaborado pela Universidade Federal de Uberlândia;

XIV - requalificar o Fundinho com a finalidade de resgatar a identidade e a história da cidade;

XV - proibir a verticalização e o alargamento ou abertura de novas vias na futura Zona Cultural do Fundinho - ZCF;

Cargo: Assistente Social

BRANCA	VERDE
02	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
03	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Como característica de estruturas linguísticas para o gênero textual apresentado, é possível observar:”, a alternativa “B) Preferência por períodos compostos.” foi adequadamente indicada como correta. O texto apresenta frases longas, com várias orações coordenadas e subordinadas, o que caracteriza períodos compostos.

Exemplos do texto:

“Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais.”

“O aumento no tempo dispensado utilizando as redes sociais relaciona-se ao sentimento de isolamento do mundo real, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais.”

Isso é típico de textos científicos ou acadêmicos, que buscam explicitar relações complexas entre ideias.

A alternativa “A) Linguagem formal e subjetiva.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto é formal, sim, mas não é subjetivo; apresenta informações objetivas, dados estatísticos e referências de órgãos oficiais, como OMS e IBGE. A subjetividade envolveria opiniões pessoais, sentimentos ou julgamentos, que não aparecem aqui. A alternativa “C) Preferência pela ordem indireta como escolha linguística.” não pode ser indicada como correta, pois, a ordem indireta significa inverter a sequência natural sujeito-verbo-objeto. No texto, a ordem sintática predominante é direta, típica de textos científicos: “O uso de mídias sociais é um hábito relativamente recente.” Não há evidência de inversões frequentes de sujeito e predicado. A alternativa “D) Emprego dos pronomes pessoais como delimitadores do público-alvo.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não usa pronomes pessoais como “você”, “nós” para se dirigir ao leitor. Ele se mantém em terceira pessoa e impessoal, característica de textos expositivos ou científicos, onde o público-alvo é amplo, acadêmico ou informativo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
04	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”. A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
05	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “D) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “A) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “B) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “C) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global.” (1º§) é composto por:”, a alternativa “C) Uma oração apenas, denominada oração absoluta.” foi adequadamente indicada como correta. No período destacado, há apenas um verbo: “são” (verbo de ligação). Não há nenhum outro verbo que indique uma nova ação ou relação de dependência sintática. Tudo o que vem depois (“por alterações de pensamento...”) funciona como complemento nominal e adjunto adverbial de modo, sem verbo. Essa oração não depende nem está ligada a outra por coordenação ou subordinação. Uma oração que aparece isolada, sem depender nem coordenar-se a outra, é chamada de oração absoluta. A alternativa “A) Duas orações coordenadas.” não pode ser indicada como correta, pois, só há um verbo. A alternativa “B) Uma oração principal e duas subordinadas.” não pode ser indicada como correta, pois não há orações subordinadas (nenhuma conjunção subordinativa ou verbo dependente). A alternativa “D) Uma oração principal e uma subordinada adverbial.” não pode ser indicada como correta, pois, o trecho “em associação à angústia...” é locução prepositiva, não uma oração (não tem verbo).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Releia o 1º§. “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global. Esses problemas são decorrentes de aspectos biológicos associados a(1) fatores culturais e muito influenciados pela sociedade, podendo ser intensificados por uma predisposição do indivíduo. Os transtornos mentais, especialmente a(2) ansiedade e a(3) depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais. De acordo com a(4) Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 350 milhões de pessoas no mundo vivem com depressão. A(5) Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 apresentou prevalência de depressão em 7,6% (IC95% 1,2-8,1) da população adulta brasileira. Tais números tornaram a(6) saúde mental uma prioridade de saúde pública.” Os termos destacados que possuem o mesmo valor semântico e gramatical são apenas”, a opção “D) 2, 3, 4, 5 e 6.” foi adequadamente indicada como correta.

a(1) fatores culturais – No destaque, “a” é uma preposição, exigida pelo termo “associados” (“associar-se a”). Classe gramatical: preposição. Valor semântico: indica relação de dependência/ligação.

a(2) ansiedade - “especialmente a ansiedade e a depressão”. No destaque, “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “ansiedade”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(3) depressão - Mesma estrutura do caso anterior (“a depressão”). Classe gramatical: artigo definido feminino singular. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(4) Organização Mundial da Saúde - “de acordo com a Organização Mundial da Saúde”. O “a” aqui também é artigo definido feminino singular, acompanhando o substantivo “Organização”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

A(5) Pesquisa Nacional de Saúde - O “A” é artigo definido feminino singular, antes de um nome próprio de instituição. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores (determinação).

a(6) saúde mental - “tornaram a saúde mental uma prioridade”. O “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “saúde”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores. Assim, o a(1) é preposição, diferente dos demais. Os a(2), a(3), a(4), a(5) e a(6) são artigos definidos femininos singulares com o mesmo valor semântico e gramatical.

A alternativa “A)” não pode ser considerada correta porque inclui o “a(1)” (preposição) junto com artigos. A alternativa “B)” não pode ser indicada como correta porque também inclui o “a(1)” (preposição). O mesmo ocorre com a alternativa “C)”.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descriptiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
09	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “De acordo com o IBGE, 70% da população brasileira tem acesso à internet, além disso, o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet, estando online em média 9 horas e 29 minutos por dia, sendo que 40% (3 horas e 34 minutos) deste tempo é utilizado em mídias sociais.” (2º§),

a expressão “além disso” indica:”, a alternativa “D) Conectivo aditivo empregado na introdução de uma informação vinculada ao exposto anteriormente.” foi adequadamente indicada como correta. A locução “além disso” é um conectivo aditivo, ou seja, introduz uma ideia que acrescenta outra anterior, mantendo relação de adição. Ela equivale a expressões como: “também”, “outrossim”, “de mais a mais”, “somando-se a isso”. Portanto, o papel dela é acrescentar nova informação, não retomar, resumir, nem confirmar. A nova informação (“o Brasil é o segundo país...”) está vinculada ao que veio antes (“70% da população tem acesso à internet”), ou seja, a segunda ideia complementa a primeira, reforçando o argumento sobre o uso intenso da internet no Brasil.

A alternativa “A) “Retomada de informação e ideia anterior por meio de síntese objetiva.”” não pode ser indicada como correta, pois, “além disso” não resume nem sintetiza o que veio antes; ela acrescenta uma informação nova, o conectivo de síntese seria, por exemplo, “em suma”, “portanto”, “assim”. A alternativa “B) “Apropriação de uma informação citada anteriormente e confirmada por meio de dados precisos.”” não pode ser indicada como correta, pois, o conectivo não confirma, mas acrescenta. A informação após “além disso” (“o Brasil é o segundo país...”) não confirma a anterior (“70% da população tem acesso à internet”), mas complementa o argumento com outro dado. A alternativa “C) “Expressão circunstancial empregada no fortalecimento da argumentação desenvolvida no período.”” não pode ser indicada como correta, pois, embora “além disso” contribua para a coesão argumentativa, o foco não é a circunstância, e sim a adição.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
10	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o contexto apresentado, indique a alternativa cujo termo sugerido não pode substituir o termo destacado de forma a preservar o significado original do texto.”, a alternativa “B) “[...] por meio de divulgação de conteúdos de qualidade e que *promovam* o bem-estar social.” (4º§) – esmoreçam” foi adequadamente indicada como gabarito. O verbo original “promover” significa fomentar, contribuir positivamente para algo, ao substituir por “esmoreçam” o sentido é modificado já que “esmorecer” significa diminuir, perder força, enfraquecer, que é o oposto de “promover”. A alternativa “A) a participação intensiva – intensa” não pode ser indicada como gabarito, pois, “intensiva” e “intensa” têm significados muito próximos neste contexto: ambas indicam grande envolvimento ou frequência. A alternativa “C) prevalência – preponderância” não pode ser indicada como gabarito, pois, “prevalência” refere-se à frequência ou proporção de algo em uma população e “preponderância” significa predominância ou superioridade, que é equivalente ao contexto do aumento de transtornos, mantendo o sentido do texto. A alternativa “D) impactante – marcante” não pode ser indicada como gabarito. “Impactante” significa que causa impacto ou efeito forte, e “marcante” significa que chama atenção ou deixa impressão forte. No contexto do efeito na saúde mental, essa substituição mantém o sentido.

Fontes:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCA	VERDE
12	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A tabela dá contagens absolutas num universo de 240 aparelhos, por isso a probabilidade de um evento A é simplesmente $n(A)/240$, em que $n(A)$ é a quantidade de elementos do evento A. Sendo assim, não é necessário que os eventos sejam mutuamente exclusivos ou independentes para computar essas proporções. Além disso, as probabilidades pedidas são proporções observadas na amostra (podem ser expressas como frações, decimais ou percentuais), não se trata de “probabilidade da pior hipótese” nem de outro conceito distinto. O evento X (“embalagem rígida”) ocorre em $30 + 70 = 100$ aparelhos, então $P(X)=100/240=5/12$. O evento Y (“com defeito e embalagem flexível”) ocorre em 20 aparelhos, logo $P(Y)=20/240=1/12$. O evento Z (“sem defeito e embalagem flexível”) ocorre em 120 aparelhos, então $P(Z)=120/240=1/2$.

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
16	17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x)>0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
20	12

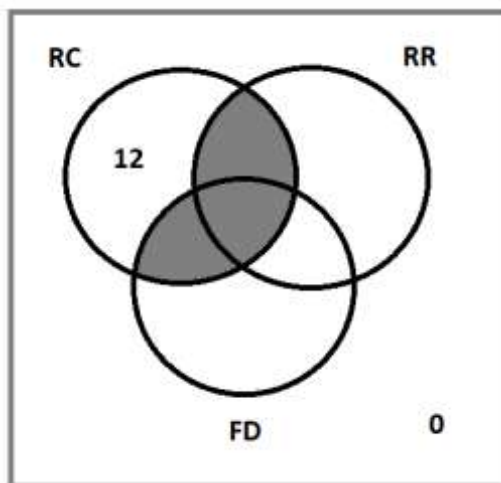
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No enunciado:

“Todos fizeram pelo menos um curso” significa que não há fisioterapeuta que não tenha feito nenhum curso. Ou seja, cada pessoa fez um ou mais cursos. O “pelo menos” define o limite inferior, mas não implica exclusividade: alguém pode ter feito dois ou três cursos.

“Apenas um curso” indica exclusividade: o fisioterapeuta fez exatamente aquele curso e nenhum outro. Por exemplo, “apenas reabilitação cardíaca” significa que a pessoa não fez nem reabilitação respiratória nem fisioterapia desportiva.

Portanto, a ausência de “apenas” não gera ambiguidade, porque os números fornecidos para interseções (como “22 fizeram C e R”) deixam claro que ali estão incluídas as pessoas que podem ter feito também outro curso (ou seja, a interseção de dois cursos pode incluir o terceiro curso). É justamente isso que permite resolver a questão com o princípio da inclusão-exclusão. Assim, considere RC = Reabilitação Cardíaca, RR = Reabilitação Respiratória e FD = Fisioterapia Desportiva. Com as duas primeiras informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:

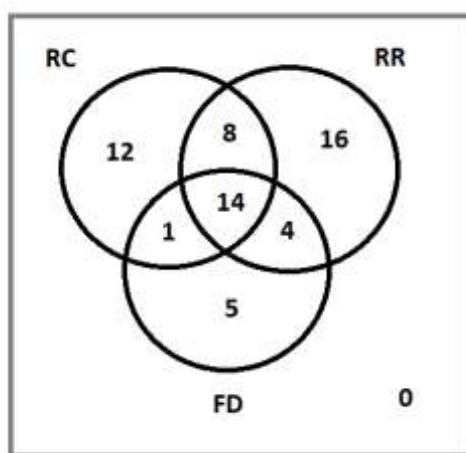


A área hachurada deve, portanto, ter um total de $35 - 12 = 23$ elementos. Logo, em notação de conjuntos, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23$. A partir das informações 4 e 6:

22 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e reabilitação respiratória, implicando que $RR \cap RC = 22$.

15 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e fisioterapia desportiva, implicando que $FD \cap RC = 15$. Portanto, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow 22 + 15 - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow (RR \cap RC \cap FD) = 14$.

Com as demais informações do enunciado, tem-se o diagrama de Venn completo:



BRANCA	VERDE
23	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base nas disposições legais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992). Com base na legislação vigente, a única alternativa incorreta é: “A ocorrência de um dolo genérico é necessária e suficiente para penalizar o agente pelas condutas tipificadas pela Lei de Improbidade Administrativa vigente.”, pois essa afirmativa não está consoante com a legislação vigente anteriormente citada, nem, tampouco,

com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV. A esse respeito, vide transcrições a seguir.

LEI 8.429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).

CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

[...]

CAPÍTULO V - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

[...]

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Julgado mérito de tema com repercussão geral - TRIBUNAL PLENO

Certidão de Julgamento da Sessão Extraordinária de 18/08/2022

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 1.199 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para extinguir a presente ação, e, por maioria, o Tribunal acompanhou os fundamentos do voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), vencidos, parcialmente e nos termos de seus respectivos votos, os Ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Na sequência, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". Redigirá o acórdão o Relator. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.8.2022.

Fontes:

- Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- Julgamento do Tema 1199 pelo Supremo Tribunal Federal.

BRANCA	VERDE
25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os conceitos apresentados no enunciado da questão reproduzem de forma literal as definições constantes do art. 4º, incisos VI a IX, da Lei nº 12.527/2011.

Nos termos do referido dispositivo legal:

“VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.”.

Assim, a correspondência correta é: I – primariedade; II – integridade; III – autenticidade; IV – disponibilidade, exatamente como previsto na alternativa “B”.

Não há, portanto, margem para interpretações diversas nem divergência doutrinária capaz de gerar dupla resposta correta, uma vez que a questão exige o reconhecimento de definições legais expressas. As demais alternativas apresentam correspondências distintas do texto normativo, motivo pelo qual estão incorretas.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Julgamento: Correto. Conforme art. 40 da LOM.

Art. 40 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

II. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador-Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

Julgamento: Correto. Conforme art. 41, §1º, da LOM.

Art. 41, § 1º O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

III. O Prefeito pode se ausentar do município, sem necessidade de autorização da Câmara Municipal, por até quinze dias.

Julgamento: Correto. Conforme art. 44 da LOM.

Art. 44 O Prefeito residirá no Município e dele não poderá ausentar-se sem autorização da Câmara Municipal por mais de quinze dias, sob pena de perder o cargo, salvo se em gozo de férias ou licença.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990].

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
28	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

() São penalidades disciplinares, entre outras, a advertência, a suspensão e a demissão.

Julgamento: Correto. Conforme art. 175.

Art. 175 - São penalidades disciplinares: I - Advertência; II - Suspensão; III - Demissão; IV - Cassação de aposentadoria ou disponibilidade; V - Destituição de cargo em comissão; VI - Destituição de função gratificada.

() A exoneração de cargo efetivo tem caráter punitivo e se dá sempre a juízo da autoridade competente.

Julgamento: Incorreto. Conforme arts. 48 e 49. A exoneração não tem caráter punitivo.

Art. 48 - A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo Único - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - Quando tendo tomado posse, não entrar no exercício.

Art. 49 - A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I - A juízo da autoridade competente;

II - A pedido do próprio servidor.

() Remoção é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas funções em outro órgão, ou unidade administrativa da Administração Direta, Autarquias ou Fundações, sem que se modifique a sua situação funcional.

Julgamento: Correto. Conforme art. 56, caput.

Art. 56 - Remoção é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas funções em outro órgão, ou unidade administrativa da Administração Direta, Autarquias ou Fundações, sem que se modifique a sua situação funcional.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA	VERDE
29	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Decreto Municipal nº 20.179/2023, que aprova o Código de Ética do Servidor Público e da Alta Administração Municipal. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O inciso XIX do art. 9º veda o recebimento de qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, presente, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si ou familiares, de pessoa física ou jurídica que tenha interesse em atos de sua responsabilidade. Embora o parágrafo único do art. 9º estabeleça exceções para objetos de valor comercial inferior a R\$ 100,00 (entre outras condições), a caneta oferecida é de luxo e possui alto valor comercial, conforme expressamente mencionado no enunciado.

O gabarito correto, portanto, é:

“Deve recusar o presente, pois, apesar de parecer inofensivo, excede o valor permitido para brindes e pode configurar favorecimento ou conflito de interesses, sendo vedado pelo Código de Ética.”

As demais alternativas não se sustentam perante os dispositivos legais mencionados.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do Servidor Público e da Alta Administração Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 2023.

BRANCA	VERDE
31	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) É um dever e atribuição profissional o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. INCORRETO: Trata-se de um princípio fundamental. Os deveres e atribuições do Código de Ética do Assistente Social referem-se às responsabilidades éticas e legais da profissão. Conforme o Código de Ética, os deveres do assistente social incluem desempenhar a profissão com responsabilidade e eficiência, defender os direitos sociais dos usuários, e programar, administrar e executar os serviços sociais. Além disso, é dever do profissional denunciar falhas institucionais, utilizar o número do seu registro no conselho profissional, e zelar pela confidencialidade das informações obtidas. Atribuições privativas são as atividades de uma profissão que somente podem ser exercidas por profissionais legalmente habilitados e registrados. As atribuições do assistente social conforme o Código de Ética inclui a execução de serviços sociais, a defesa dos direitos sociais dos usuários, a contribuição para a alteração da correlação de forças institucionais, a denúncia de falhas em normas que violem o código e o uso transparente de recursos. Além disso, o profissional deve desempenhar suas atividades com eficiência, observando a legislação, e se abster de práticas discriminatórias ou de abuso de poder.

B) A liberdade é uma atividade que diz respeito aos elementos técnicos e instrumentais do serviço social. Assim, congrega a ação profissional do serviço social nos diversos espaços sócio-ocupacionais nos quais o assistente social está inserido. INCORRETO: A afirmação de que "a liberdade é uma atividade que diz respeito aos elementos técnicos e instrumentais do Serviço Social" é incorreta e simplista sob a perspectiva ético-política predominante na profissão no Brasil. A liberdade, no contexto do Serviço Social, é um princípio ético fundamental que orienta toda a ação profissional, e não apenas uma atividade relacionada aos instrumentais técnicos. A liberdade é um dos valores fundamentais consagrados no Código de Ética Profissional do Assistente Social, que direciona o projeto ético-político da profissão.

C) A liberdade como capacidade humana é o fundamento da Ética; o Código de 1993 indica um “dever ser” no reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. CORRETA.

D) A categoria “liberdade” no serviço social, sob uma perspectiva teleológica, refere-se à ação humana intencional e direcionada a um fim, com o objetivo de transformar a realidade social e garantir direitos; é a liberdade que age na transformação da natureza para a produção de valores de uso. INCORRETO: A afirmação de que a categoria trabalho no Serviço Social, sob uma perspectiva teleológica, se refere à ação humana intencional e direcionada a um fim, com o objetivo de transformar a realidade social e garantir direitos, e que é a liberdade que age na transformação da natureza para a produção de valores de uso, está correta em essência e alinhada aos fundamentos teóricos do Serviço Social, particularmente à ontologia do ser social de Lukács e à teoria social crítica marxista. A categoria "trabalho" como fundamental para o "ser social" na ontologia (principalmente a marxista) é a ideia de que o trabalho é a atividade humana que diferencia o homem dos outros seres, pois permite transformar a natureza para satisfazer necessidades coletivas e individuais, moldando a própria sociedade. Para o Serviço Social, entender o trabalho como categoria ontológica é crucial para compreender sua função, pois a profissão atua nas diversas expressões da "questão social", que estão intrinsecamente ligadas às condições históricas e sociais do trabalho.

BRANCA	VERDE
32	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A luta pela garantia da jornada de trabalho de 30h semanais sem redução salarial para toda a categoria de assistentes sociais avançou no Congresso. O Projeto de Lei nº 2635/2020, de autoria do deputado Gervásio Maia (PSB-PB), que visa alterar a Lei nº 8.662/93 para incluir expressamente a jornada de 30 horas para quem trabalha sob o regime estatutário, foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) na última semana. O PL já havia sido aprovado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTRAP) e na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), esta última com substitutivo relatado pela deputada Laura Carneiro (PSD-RJ),

que incorporou contribuições técnicas do CFESS. Agora, o projeto de lei segue para análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - sem prazo definido - e, se aprovado, irá para o Senado, onde também passará pela análise das comissões. E o piso? Vai ter audiência pública! Atualmente, o PL nº 1.827/2019 (piso salarial), junto a outros apensados, possui a tramitação mais avançada dentre os que tratam do piso salarial de assistentes sociais. Ele tramita, neste momento, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, que é responsável por analisar aspectos financeiros e orçamentários das proposições. Como a instituição de um piso salarial incide na despesa pública, esta fase exige especial atenção. A deputada Laura Carneiro, que é relatora do PL 1827/19, participou recentemente da sessão solene em homenagem do Dia da(o) Assistente Social na Câmara dos Deputados, evento no qual o CFESS também marcou presença, e declarou estar analisando as contribuições do CFESS e de demais entidades para o PL, além de construir um caminho possível para a aprovação do projeto na comissão. O Conselho Federal segue em articulação com o gabinete da deputada, na defesa da imediata votação e aprovação do projeto de lei, para que possa continuar a tramitação na Câmara dos Deputados. A relatora do PL também solicitou a realização de uma audiência pública na Câmara para debater o PL 1827, o que foi aprovado e terá data divulgada em breve. A explanação III encontra-se equivocada, pois remete à legislação da PNAS.

Fonte:

- CFESS. Projeto de Lei que amplia 30h para profissionais em regime estatutário avança na Câmara. Data de publicação: 3 de junho de 2025 Fotos: Karlla Braga/estagiária sob supervisão Créditos: Diogo Adjuto/CFESS. Link: <https://www.cfess.org.br/noticia/view/2238/projeto-de-lei-que-amplia-30h-para-profissionais-em-regime-estatutario-avanca-na-camara>

BRANCA	VERDE
33	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente estudo analisa a proposta de redução da maioria penal no Brasil à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enfocando suas implicações jurídicas e sociais. A pesquisa parte de uma perspectiva interdisciplinar, examinando a tensão entre os princípios da proteção integral e da responsabilização penal juvenil, especialmente no contexto do artigo 228 da Constituição Federal, que assegura a inimputabilidade penal aos menores de 18 anos. O trabalho contextualiza o ECA como marco legal fundamental na defesa dos direitos infantojuvenis, mas reconhece que o aumento da criminalidade juvenil tem impulsionado propostas legislativas como a PEC 171/1993, fomentando debates intensos e polarizados. A metodologia utilizada é qualitativa e bibliográfica, baseada em doutrinas jurídicas, legislações nacionais e internacionais, jurisprudência e dados estatísticos do sistema socioeducativo. O estudo identifica a criminalidade juvenil como fenômeno multifatorial, vinculado à exclusão social, falhas educacionais e ausência de políticas públicas eficazes. Os resultados evidenciam que medidas meramente punitivas não reduzem a violência de forma eficaz, sendo necessário um modelo de justiça juvenil focado na educação, reabilitação e inclusão social. A redução da maioria penal, além de levantar dúvidas sobre sua efetividade, pode comprometer direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana. Conclui-se que o enfrentamento da violência juvenil deve priorizar políticas públicas integradas, baseadas na prevenção, assistência e responsabilização pedagógica, alinhadas aos preceitos constitucionais e aos compromissos internacionais de proteção à infância e adolescência.

Fonte:

- SILVA, A. T.; FERREIRA, S. B. F. A redução da maioria penal no Brasil: implicações jurídicas e sociais em perspectiva interdisciplinar. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, Brasil, São Paulo, v. 8, n. 18, p. e082089, 2025. DOI: 10.55892/jrg.v8i18.2089. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2089>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRANCA	VERDE
34	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os instrumentos diretos são aqueles que proporcionam uma interação face a face, ou seja, por meio da linguagem gestual, pelo diálogo ou pela entonação. Os instrumentos indiretos consistem no registro da interação realizada pelo instrumental face a face, independentemente da metodologia utilizada – entrevista, visita, acolhimento e/ou atendimento social. VERDADEIRA: instrumentos diretos envolvem interação presencial (ou "face a face"), como a entrevista ou a visita, utilizando linguagem oral, gestual e entonação. Já os instrumentos indiretos são os registros escritos dessas interações, como relatórios ou prontuários, que documentam o que aconteceu. Os Instrumentos diretos são aqueles que proporcionam uma interação face a face, ou seja, por meio da linguagem gestual, pelo diálogo ou pela entonação. Os instrumentos indiretos consistem no registro da interação realizada pelo instrumental face a face, independente da metodologia utilizada, entrevista, visita, acolhimento e/ou atendimento social.

A perícia social é uma técnica que exige planejamento e consiste no levantamento de documentos e coleta de dados já existentes acerca de determinada demanda social, e que tem início pelo estudo social. No campo jurídico, a perícia social se constitui em um meio de prova, por se tratar de uma declaração técnica. VERDADEIRA: No âmbito das políticas sociais, a perícia social tem o importante papel de ser um instrumento que reforça as decisões referentes à concessão de benefícios, garantindo assim o acesso aos direitos sociais e a superação da vulnerabilidade e risco social. A perícia social é uma técnica que exige planejamento, que consiste no levantamento de documentos e coleta dados já existentes acerca de uma determinada demanda social, e que tem início pelo Estudo Social. No campo jurídico, a perícia social constitui-se em um meio de prova, por se tratar de uma declaração técnica. A perícia social é uma declaração técnica especializada que se fundamenta no estudo social e é usada como meio de prova no campo jurídico. Ela é uma técnica que exige planejamento e consiste na coleta de dados e documentos já existentes sobre uma demanda social específica para análise.

Assim como a dinâmica de grupo, as reuniões são espaços coletivos. São encontros grupais que têm como objetivo estabelecer alguma espécie de reflexão sobre determinado tema. Mas, sobretudo, uma reunião tem como objetivo a tomada de decisão sobre algum assunto. VERDADEIRA: Assim como a dinâmica de grupo, as reuniões são espaços coletivos. São encontros grupais, que têm como objetivo estabelecer alguma espécie de reflexão sobre determinado tema. Mas, sobretudo, uma reunião tem como objetivo a tomada de uma decisão sobre algum assunto. As reuniões podem ocorrer com diferentes sujeitos – podem ser realizadas junto à população usuária, junto à equipe de profissionais que trabalham na instituição. Enfim ela se realiza em todo espaço em que se pretende que uma determinada decisão não seja tomada individualmente, mas coletivamente. Essa postura já indica que, ao coletivizar a decisão, o coordenador de uma reunião se coloca em uma posição democrática.

Fonte:

- TONIOLO, C. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008.

BRANCA	VERDE
35	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I. A política de assistência social tem por objetivo a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos. CORRETA: Art. 2. A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice [etc.]

II. A supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica e universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas

públicas, são princípios fundamentais do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, compartilhados como diretrizes das PNAS/SUAS. INCORRETA: Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios: I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica (CAPÍTULO II - Dos Princípios e das Diretrizes - SEÇÃO I Dos Princípios: LOAS/1993)

III. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. CORRETA: O CRAS e o CREAS são unidades públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que funcionam como pontos de interface com outras políticas públicas, articulando, coordenando e oferecendo serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. O CRAS foca na proteção social básica, enquanto o CREAS é para casos que exigem atendimento especializado.

Art. 6.-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) [...] Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Art. 2º A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) [ETC.] [...] Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios: I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. SEÇÃO II Das Diretrizes Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Fonte:

- Brasil. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.

BRANCA	VERDE
36	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010), a PNH propõe a valorização dos sujeitos envolvidos no processo de produção da saúde, a ampliação do diálogo entre trabalhadores e usuários e a cogestão dos processos de trabalho, buscando fortalecer o vínculo e a corresponsabilidade no cuidado. Esses princípios se expressam, por exemplo, na criação de espaços coletivos de escuta e reflexão, como rodas de conversa, grupos de usuários e fóruns de gestão compartilhada, voltados à democratização das relações e à construção conjunta do cuidado.

A alternativa D, ao enfatizar o “fortalecimento da autoridade técnica” e o “disciplinamento da demanda”, remete a um modelo de gestão verticalizado, centrado na autoridade dos profissionais e na normatização das práticas, o que contraria diretamente a concepção da PNH, que rejeita o autoritarismo técnico e o enfoque biomédico como formas de cuidado desumanizado.

Já a alternativa C expressa de forma inteiramente coerente os fundamentos da PNH, ao propor a criação de espaços coletivos de diálogo, escuta qualificada, vínculo com o território e corresponsabilização entre trabalhadores e usuários, todos dispositivos de humanização reconhecidos nas diretrizes oficiais da política.

Dessa forma, o gabarito oficial deve ser mantido, pois é o único que traduz com precisão a proposta da PNH no contexto da Atenção Básica.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Cadernos HumanizaSUS: Atenção Básica e Humanização*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRANCA	VERDE
37	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão propõe a identificação da alternativa que melhor expressa a lógica descentralizada e participativa prevista na legislação do SUAS.

O gabarito oficial (alternativa D) deve ser mantido, pois é o único que reflete, de forma integral, o princípio da descentralização político-administrativa com comando único em cada esfera de governo, e o fortalecimento da capacidade de gestão local com responsabilização municipal, planejamento, oferta de serviços e institucionalização do controle social.

A alternativa C é incompatível com os fundamentos do SUAS, pois propõe “estratégias autônomas de gestão municipal que atenuem os impactos das deliberações participativas”. Tal formulação contraria frontalmente os princípios da participação e do controle social estabelecidos na LOAS (art. 6º e 18), que preveem a gestão democrática e compartilhada, bem como o papel deliberativo dos conselhos de assistência social. A autonomia municipal no SUAS é garantida dentro da corresponsabilidade federativa, não pela atenuação das instâncias participativas.

A alternativa A, por sua vez, também não pode ser considerada correta, pois sugere que o município “adira plenamente às diretrizes do plano estadual, evitando a sobreposição de instrumentos locais”. Essa orientação fere o princípio da autonomia municipal no planejamento e execução das ações socioassistenciais, previsto na legislação.

Fonte:

- BRASIL. Decreto nº 7.492, de 22 de junho de 2011. Regulamenta o Sistema Único de Assistência Social – SUAS; redesenha a organização da Política Nacional de Assistência Social, reformula instrumentos e estratégias de direcionamento e de apoio técnico ao SUAS; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 jun. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm . Acesso em: 05 jul. 2025.

Cargo: Assistente Técnico de Som

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se que o termo “mas” é uma conjunção coordenativa adversativa, usada para ligar duas orações ou termos que expressam ideias opostas ou contrárias. É sinônima de: “porém”; “todavia”; “contudo”; entre outras. O termo “como”, nesse caso, indica conformidade com algo que foi dito ou estabelecido.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA
21

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O endereço IP (Internet Protocol) é um identificador lógico atribuído a um dispositivo em uma rede, mas ele não é, necessariamente, único na Internet por vários motivos:

Em redes locais (como empresas, escolas ou residências), diversos dispositivos compartilham o mesmo endereço IP público por meio do NAT. Assim, vários equipamentos diferentes (computadores, celulares, impressoras, etc.) podem acessar a Internet com o mesmo endereço IP público.

Provedores de Internet geralmente atribuem endereços IP de forma dinâmica por meio do DHCP. Isso significa que o mesmo IP pode ser usado por diferentes dispositivos em momentos distintos, o que descaracteriza a exclusividade permanente.

Portanto, não existe uma alternativa correta, sendo a questão anulada.

- Fontes:
KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2021.
- TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021.

BRANCA
22

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Impressoras e monitores podem ser tanto de entrada quanto de saída; por exemplo, impressoras multifuncionais e monitores com touch screen. Scanners são considerados dispositivos de entrada e não de saída.

Portanto, há duas alternativas incorretas, sendo a questão anulada.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado descreve a situação observada durante um show (forte eco e reverberação), mas não afirma que a intervenção deve ocorrer imediatamente ou durante o mesmo evento. A pergunta solicita:

“Qual das ações a seguir é a mais eficaz para melhorar as condições acústicas desse ambiente?”

Ou seja, refere-se à melhoria do ambiente em condições gerais, não à solução instantânea no meio da apresentação. No contexto de acústica arquitetônica, é padrão identificar um problema durante o uso real do espaço e propor intervenções posteriores para eventos futuros, o que é coerente com a alternativa (B).

A reverberação excessiva ocorre devido à presença de superfícies altamente reflexivas que prolongam o tempo de decaimento sonoro. Materiais porosos e absorventes, como cortinas grossas e tapetes, reduzem a intensidade da reflexão sonora, diminuindo significativamente a reverberação — solução aplicada tanto em teatros, auditórios quanto estúdios.

Cargo: Auditor Fiscal Tributário

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	06	10	03

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.

No texto em análise, as informações contidas nas alternativas A, B e D podem ser confirmadas no texto.

O que se afirma em A está correto, segundo o 5º parágrafo do texto: “a organização sintática pode ser ajustada para atender a demandas pragmáticas específicas, sem comprometer a funcionalidade ou a clareza, desde que o contexto seja apropriado”. Dessa forma, uma estrutura sintática poderá se adaptar à comunicação em diversos contextos ou a depender do contexto.

A ideia expressa na alternativa B pode ser confirmada no 1º parágrafo: “Entre placas de mercados e anúncios improvisados, as frases “vende frango-se” e “forra banco-se” surgem como exemplos fascinantes de como a linguagem pode se adaptar às necessidades práticas do cotidiano. O deslocamento do “-se” para depois do sujeito paciente, embora desafie as regras da gramática padrão, cumpre com a missão essencial da linguagem: comunicar.”

A ideia contida na alternativa D também pode ser confirmada no 6º parágrafo “Por trás dessa inversão está uma questão ainda mais interessante: a voz passiva sintética, usada em “vende-se frango”, pode não ser uma estrutura produtiva na língua falada”. e também no 7º parágrafo: “A dificuldade em internalizar a passiva sintética na fala pode ser um dos motivos pelos quais sua aplicação na escrita informal é frequentemente ajustada”.

Por fim, o que se afirma em C está incorreto, de acordo com o texto. Apesar de o 8º parágrafo afirmar que “Enquanto as regras tradicionalistas insistem na “correção”, a fala das ruas faz o que precisa ser feito: comunica-se, funciona e segue em frente”, não há uma ordem de importância entre “a fala das ruas” e “as regras tradicionais”, em que aquela se sobreponha a estas, ou seja, uma não é mais importante que a outra. Dessa forma, a ideia expressa é de contraposição entre duas perspectivas sobre o uso da linguagem, o que pode ser confirmado pela presença da conjunção “enquanto” que, no contexto, é empregada com valor semântico de oposição: de um lado, a preocupação com a forma; de outro, com a eficácia comunicativa. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	08	04	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor de um texto pode adotar pelo menos dois pontos de vista diferentes diante do assunto que aborda: ele pode ter uma postura impessoal, isto é, tratar o assunto de forma imparcial, distanciada – nesse caso, os verbos e pronomes ficam na 3ª pessoa – e pode ter uma postura pessoal, permitindo identificar claramente quem fala no texto e deixando transparecer boa dose de subjetividade – nesse caso, são empregados alguns verbos e pronomes em 1ª pessoa.

Já o texto com marcas de personalidade leva a crer que as ideias defendidas pelo autor constituem apenas uma opinião particular, e não uma verdade. Por essa razão, sempre que desejamos expor um assunto de forma objetiva e persuadir nossos interlocutores, é conveniente lançar mão da impessoalidade.

Sendo assim, em B, a estrutura de voz passiva sintética, sem agente explícito, confere impessoalidade ao enunciado. Também em C há manutenção da impessoalidade da frase, mesmo com estrutura atípica de voz passiva, em que o pronome apassivador se desloca para a posição pós-verbal.

Em D, novamente, permanece o caráter impessoal do enunciado com o emprego do verbo “ter” com o mesmo sentido do verbo “haver”, já que nesse contexto não há presença de sujeito. “Frango”, na frase, é objeto direto do verbo “ter”. Por fim, o enunciado com marca linguística de personalidade se encontra em A, pois a forma verbal “vendo” está flexionada na primeira pessoa do singular. Mesmo que o sujeito seja determinado – “eu” –, ele está implícito na desinência número-pessoal “-o” da forma verbal “vendo”. Vale a pena lembrar que o enunciado da questão pede que

o candidato assinale a alternativa que não mantém a impessoalidade ou, em outras palavras, que mantém a pessoalidade. Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	07	09	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.,

A questão em análise explora a noção de “erro linguístico” defendida pelo autor em relação à construção “vende frango-se”.

Na tradição escolar, o “erro linguístico” costuma ser entendido como toda forma de uso da língua que não segue as normas da gramática tradicional. No entanto, os estudos linguísticos modernos têm mostrado que essa visão é limitada e preconceituosa, pois ignora a diversidade linguística e o caráter social da língua.

Assim, as informações contidas nas alternativas A, B e D, embora tenham sido mencionadas no texto, não se relacionam com a noção de “erro” em linguagem discutida pelo autor. Somente a informação contida na alternativa C pode ser confirmada nos seguintes parágrafos:

1º = “Mais do que um simples “erro gramatical”, essa construção é, na verdade, um reflexo de criatividade linguística e funcionalidade”.

7º = “Nesse caso, “vende frango-se” não seria um “erro”, mas uma adaptação da língua às formas mais intuitivas e funcionais de comunicação”.

9º = “Ao desafiar a norma padrão, ela nos convida a repensar o que é considerado “certo” ou “errado” na linguagem e a reconhecer que as regras existem para servir à comunicação, e não o contrário”.

Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	09	02	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No texto, percebemos a presença dos modalizadores pelos elementos linguísticos que os expressam. Esses funcionam como indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação a seu discurso. Eles revelam o grau de engajamento do falante em relação ao conteúdo proposicional veiculado.

A única alternativa que apresenta uma opinião dada por meio de um advérbio modalizador se encontra na letra D. Essa opinião é expressa pelo advérbio “ainda”, que realça a importância dada pelo autor ao fenômeno linguístico que ele analisa no texto, deixando evidente a crença de que o aspecto que será apontado é, segundo sua opinião, muito mais importante e “interessante” do que o anteriormente citado.

Os advérbios destacados nas demais alternativas são apontam para os posicionamentos do autor. Em A, “depois” foi empregado com ideia de ordem ou posição numa sequência; em B, “frequentemente” aponta para a ideia de tempo e em C, “como” aponta para a ideia de modo. Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, I. V. G. A inter-ação pela linguagem. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	04	03	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É necessário que o candidato reconheça as relações coesivas do texto, mais especificamente as repetições ou substituições, que servem para estabelecer a continuidade textual. A compreensão de informações e ideias apresentadas pelo autor ultrapassa a simples decodificação e depende da devida percepção dessas relações para o efetivo entendimento da leitura.

Dessa forma, das quatro expressões citadas nas alternativas, apenas três delas retomam “vende frango-se”. Para confirmar qual expressão não se refere a “vende frango-se”, basta que o candidato encontre a localização de cada uma delas no texto e verifique qual é o referente de cada expressão. Ao fazer isso, constatará que apenas “essa configuração” não se refere a “vende frango-se”, mas sim a “vende-se frango”. Confira:

“A estrutura é particularmente eficaz em contextos informais, como anúncios de venda (...) Apesar de se afastar da norma tradicional, a frase mantém a impessoalidade característica da voz passiva por meio da partícula “-se”, que continua a desempenhar sua função gramatical.

Embora a construção seja funcional no contexto específico...”

Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- COSTA V AL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e Coerência Textual. 9. ed. Ática, 2000.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, I. V. G. A inter-ação pela linguagem. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- KOCH, I. V. G. A coesão textual. 17. Ed. São Paulo: Contexto, 2002
- ROSENAL, Marcelo *et al.* Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	02	07	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A crase é a fusão do “a” preposição com o “a” artigo. Portanto, considerando os casos mais comuns, só há ocorrência de crase quando o verbo ou o nome exigir preposição e o substantivo for feminino, pois poderá ser antecedido por um artigo também feminino. O acento que indica que houve fusão entre o artigo e a preposição é o acento grave (`).

Analisemos o emprego da crase nas passagens destacadas do texto:

A. “ligada a preposição” = INCORRETO

O adjetivo “ligada” exige a preposição “a” e a palavra feminina “preposição”, no contexto em questão, é antecedido pelo artigo definido feminino “a”. Assim, haverá crase: “ligada à preposição”. Haverá contextos em que a palavra “preposição” poderá não estar antecedido pelo artigo “a” e, por isso, não ocorrerá crase. No entanto, se no fragmento “estar diretamente conectada ao verbo”, a palavra “verbo” é antecedido pelo artigo “o”, conclui-se que, se substituída pelo termo “preposição”, este também será antecedido por artigo. Com isso, a crase será obrigatória.

B. “dá lugar à uma ideia” = INCORRETO

O verbo “dar” exige dois complementos, um sem e outro com a preposição “a”. A palavra feminina “ideia”, na frase, não é antecedido pelo artigo definido feminino “a”, mas sim pelo artigo indefinido feminino “uma”. Assim, não houve encontro de preposição “a” com artigo “a”. Logo, não haverá crase.

C. “dedicar-se àquele projeto” = CORRETO

O verbo “dedicar(-se)” exige a preposição “a” e, como o pronome “aquele” começa com “a”, a preposição “a” se “funde” com o “a” inicial do pronome “aquele”. Portanto, o gabarito é letra C.

D. “obedecer as normas” = INCORRETO

O verbo “obedecer” exige a preposição “a”. A palavra feminina “normas” é antecedido pelo artigo definido feminino “as”; assim, haverá crase: “obedecer às normas”.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	05	06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Voz verbal é a forma como o verbo se encontra para indicar sua relação com o sujeito.

- Voz ativa: ação é praticada pelo sujeito. Ex.: A criança arrumou os brinquedos.
- Voz passiva: ação é sofrida pelo sujeito.

Ex.: Os brinquedos foram arrumados pela criança. (Analítica)

Arrumaram-se os brinquedos. (Sintética ou pronominal)

A marca principal da voz passiva analítica é a locução verbal formada pelos verbos ser/estar/ficar + particípio (normalmente é o verbo ser)

A marca principal da voz passiva sintética é o verbo transitivo direto (VTD) ou transitivo direto e indireto (VTDI) acompanhado do pronome apassivador se. O sujeito vem explícito e o verbo concorda com ele em número e pessoa.

Transposição de vozes: para haver passagem de voz ativa para passiva (e vice-versa) é preciso que o verbo seja transitivo direto ou verbo transitivo direto e indireto.

Ex. Eu comi o bolo. (VTD) / O bolo foi comido por mim.

Ele deu cem reais ao irmão. (VTDI) / Cem reais foram dados ao irmão por ele.

A. “Esse deslocamento serve a uma função pragmática clara...”

*A uma função pragmática clara é servida por esse deslocamento. (???)

B. “...essa inversão emergente cumpre sua função comunicativa...”

Sua função comunicativa é cumprida por essa inversão emergente

C. “...a frase mantém a impessoalidade característica da voz passiva...”

A impessoalidade característica da voz passiva é mantida pela frase.

D. “Essa configuração caracteriza a voz passiva sintética no português...”

A voz passiva sintética no português é caracterizada por essa configuração.

Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	01	08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A voz passiva sintética é usada para indicar que o sujeito da oração sofre a ação verbal. Neste tipo de voz passiva, não existe agente da passiva. A voz passiva sintética apresenta a seguinte estrutura: verbo transitivo + pronome se + sujeito paciente. O verbo pode ser conjugado na 3ª pessoa do singular ou na 3ª pessoa do plural, estabelecendo concordância com o sujeito paciente:

Ouviu-se a reclamação.

Ouviram-se as reclamações.

Entregou-se o diploma.

Entregaram-se os diplomas.

Por outro lado, a palavra “se”, quando empregada junto a verbos intransitivos ou transitivos indiretos, não exerce qualquer função sintática na oração. A sua forma está sendo empregada tão somente para marcar um sujeito indeterminado. Por isso, o verbo permanece na terceira pessoa do singular, mesmo quando o complemento verbal

sugere um sujeito no plural. Isso ocorre porque o “se” torna o sujeito da oração indeterminado, ou seja, não é possível identificar quem pratica a ação verbal. Exemplos:

Morre-se de fome.

- morrer: verbo intransitivo.
- se: índice de indeterminação do sujeito = alguém morre

Acreditava-se nas palavras do messias.

- acreditar: verbo transitivo indireto
- se: índice de indeterminação do sujeito = alguém acreditava

Nas orações em que aparece o índice de indeterminação do sujeito, a concordância verbal é fixa: verbo na terceira pessoa do singular. Dessa forma, tem-se marcado o fato de não se poder identificar um sujeito exato.

A. INCORRETO: *Tratam-se de dois exemplos.* O “se” é índice de indeterminação do sujeito; por isso, o verbo deve permanecer na 3ª pessoa do singular: *Trata-se de dois exemplos.*

B. CORRETO: *Compram-se veículos usados.* O “se” é pronome apassivador. O verbo concorda com o sujeito paciente “veículos usados”.

C. CORRETO: *Forram-se bancos com tecido.* O “se” é pronome apassivador. O verbo concorda com o sujeito “bancos com tecido”.

D. CORRETO: *Alugam-se quartos mobiliados.* O “se” é pronome apassivador. O verbo concorda com o sujeito paciente “quartos mobiliados”.

Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- SACCONI, Luiz A. Nossa gramática completa. 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	18	20	13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão deve ser anulada porque o enunciado apresenta ambiguidade que permite múltiplas interpretações matematicamente válidas, comprometendo a objetividade exigida em provas de múltipla escolha. Não está especificado se a ordem dos grupos de roupas deve ser considerada fixa ou permutável, nem se as peças dentro de cada grupo devem ser tratadas como distintas ou idênticas, o que leva a diferentes resultados numéricos. Essa falta de clareza impede que se determine uma única alternativa correta, tornando a questão insolúvel de forma inequívoca e, portanto, passível de anulação.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	11	19	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão evidencia na sua pergunta que o universo de referência compreende os equipamentos do almoxarifado. Note que a pergunta começa com "Qual é a porcentagem dos equipamentos no almoxarifado..." , ou seja, notebooks e tablets juntos. Dessa forma, para determinar a porcentagem de notebooks destinados a setores não administrativos, considere o total de equipamentos como 100. Sabe-se que 60% dos equipamentos são notebooks e que 75% dos equipamentos estão destinados aos setores administrativos, dos quais 60% são notebooks. Logo, o número de notebooks administrativos é 60% de 75 = 45, e o total de notebooks é 60, de modo que os notebooks não administrativos são 60 – 45 = 15. Portanto, a porcentagem em relação ao total de equipamentos é $15/100 \times 100\% = 15\%$.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	13	17	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De trás pra frente, Lucas está na 60ª posição. Então, na ordem normal, Lucas está na posição $250 - 60 + 1 = 191$ ª. Entre Diana e a pessoa que ficou em 3º lugar havia exatamente 20 outras pessoas. Então Diana ficou na posição $3 + 20 + 1 = 24$ ª. Assim, Diana está na posição 24ª e Lucas está na posição 191ª. O número de pessoas entre eles (excluindo os dois) é $191 - 24 - 1 = 166$ pessoas. Para entender este raciocínio final, imagine que Diana estivesse em 2º e Lucas em 4º. Assim, o número de pessoas entre eles (excluindo os dois) seria $4 - 2 - 1 = 1$ pessoa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	23	21	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O art. 6º da Constituição Federal estabelece os direitos sociais e, conforme a interpretação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal e pela doutrina constitucionalista, o rol nele contido é exemplificativo, admitindo a incorporação de novos direitos por meio de emenda constitucional, como ocorreu com a inclusão da moradia (EC nº 26/2000), da alimentação (EC nº 64/2010) e da renda básica familiar (EC nº 114/2021). Assim, a própria evolução normativa comprova o caráter aberto e não taxativo do dispositivo.

Quanto ao parágrafo único do art. 6º, incluído pela Emenda Constitucional nº 114/2021, seu texto assegura expressamente “a todo brasileiro em situação de vulnerabilidade o direito a uma renda básica familiar, garantida por programa permanente de transferência de renda”. Portanto, o termo “permanente” é o único que reflete fielmente o comando constitucional.

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 out. 2025. GONÇALVES, N. W. S.; *et al.* Direitos sociais. São Paulo: Appris Editora, 2019.
- MORAES, A. Direito constitucional. 41 ed. São Paulo: Atlas, 2025.
- SARLET, I. W. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	22	22	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D permanece correta, pois traduz adequadamente o conceito de centralização administrativa, conforme amplamente aceito na doutrina majoritária. A centralização ocorre quando o Estado executa diretamente as atividades administrativas, sem transferi-las a outras pessoas jurídicas, utilizando-se, para tanto, de seus órgãos e agentes da administração direta. O fato de a assertiva mencionar a atuação “por meio de órgãos e agentes da administração direta” não descaracteriza o conceito de centralização, uma vez que esses órgãos são justamente os instrumentos pelos quais o Estado, enquanto pessoa jurídica, exerce suas funções de forma direta. Assim, a alternativa não confunde centralização com desconcentração, mas descreve a forma operacional pela qual o ente estatal atua centralizadamente.

As demais alternativas apresentam incorreções conceituais: a A confunde descentralização com desconcentração; a B atribui à descentralização a transferência de competência legislativa, o que não ocorre; e a C erra ao afirmar que a descentralização ocorre dentro da mesma pessoa jurídica, o que caracteriza desconcentração. Assim, não há ambiguidade ou erro conceitual que justifique a anulação da questão.

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 out. 2025.
- CARVALHO FILHO, J. S. Manual de Direito Administrativo. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 48. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.
- PAULO, V.; ALEXANDRINO, M. Direito administrativo descomplicado. 34 ed. São Paulo: Método: 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	30	29	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) No caso, a conduta é passível de aplicação de advertência e suspensão de trinta dias, de forma cumulativa.

Julgamento: Incorreta. A infração de "revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo" é punível com a penalidade de Demissão, e não com advertência ou suspensão. Vide justificativa detalhada na alternativa D.

B) A conduta é punida com exoneração a bem do serviço público, mediante declaração do chefe da repartição onde Luana está lotada.

Julgamento: Incorreta. A penalidade aplicável é a demissão. Além disso, a competência para aplicar a demissão é do Prefeito, e não do chefe da repartição. Vide justificativa detalhada na alternativa D.

C) A revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo enseja a penalidade de demissão, a ser aplicada pelo Prefeito Municipal.

Julgamento: Correta. O art. 180, IX, estabelece que a revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo é motivo para demissão. Ademais, o art. 189, I, determina que:

Art. 189 - As penalidades disciplinares serão aplicadas: I - Pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo dirigente superior de autarquia e fundação, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão ou entidade;

Ademais, não assiste razão às razões recursais que mencionam que a penalidade poderia ser aplicada pelo Presidente da Câmara ou dirigente superior de autarquia/fundação. A análise da questão deve ser feita de acordo com o caso hipotético colocado em análise. Luana é servidora da Prefeitura de Uberlândia, vinculada ao Poder Executivo; assim, a única autoridade que detém competência legal para seu ato de demissão é o Chefe do Executivo (Prefeito). A correta aplicação da lei ao caso concreto é objeto de avaliação da questão e não a mera reprodução do diploma legal de forma desconexa ao caso apresentado.

D) Trata-se de conduta punível com suspensão de até quinze dias, que terá seu registro cancelado após o decurso de três anos de efetivo exercício.

Julgamento: Incorreta. A penalidade aplicável para a infração é a demissão, sendo a suspensão reservada para casos menos graves (Art. 178).

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fontes:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	31	31	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao seguinte conteúdo programático: “Renúncia de receita e geração de despesas; Capacidade e esforço fiscal; Despesas obrigatórias e discricionárias”; Lei de Responsabilidade Fiscal e seus princípios; Governança e compliance no setor público.”

A única alternativa que atende ao comando da questão é: “I e II, apenas.” A afirmativa “III” está INCORRETA. Vide acórdão TCU transcrito a seguir, qual foi devidamente adaptado.

Número do Acórdão: ACÓRDÃO 1691/2023 - PLENÁRIO

Relator: AROLDO CEDRAZ

Processo: 043.192/2021-1 launch

Tipo de processo: ACOMPANHAMENTO (ACOM)

Data da sessão: 16/08/2023

Número da ata: 34/2023 - Plenário

Recursos: Acórdão 2489/2024 - Plenário

Interessado / Responsável / Recorrente

3. Interessados/Responsáveis: não há.

Entidade: Secretaria de Orçamento Federal-MP; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República; Secretaria -Executiva do Ministério da Economia (Extinto).

Representante do Ministério Público: Não atuou.

Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).

Representante Legal: Não há.

Assunto: Acompanhamento com a finalidade de avaliar a conformidade das medidas normativas de criação de despesas obrigatórias de caráter continuado e de criação ou expansão das renúncias de receitas tributárias.

Sumário: ACOMPANHAMENTO. CRIAÇÃO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO. RENÚNCIAS DE RECEITAS. ESTIMATIVAS E MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO. FALHAS. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA.

Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Acompanhamento com objetivo de avaliar, no âmbito do exercício de 2021, a conformidade das medidas normativas de criação de despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCCs), de criação ou expansão das renúncias de receitas tributárias, bem como o controle e o acompanhamento destes benefícios, no que concerne às disposições da Constituição Federal (CF/1988), da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, com amparo no art. 3º, inciso IV, alíneas "a" e "b", da Resolução-TCU 142/2001, em:

9.1. dar ciência à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Planejamento e Orçamento e ao Ministério da Fazenda, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 2º, inciso II, e 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020:

9.1.1. da necessidade de regulamentar as providências administrativas e/ou judiciais nos casos de rejeição de veto, por parte do Poder Legislativo, a dispositivos legais que instituam renúncias de receitas sem a devida adequação orçamentária, financeira, constitucional e legal, considerando o disposto no § 2º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os comandos contidos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, as deliberações deste Tribunal consubstanciadas nos Acórdão 1840/2019-TCU-Plenário, 1.907/2019-TCU-Plenário, 62/2020-TCU-Plenário e 2.198/2020-TCU-Plenário, bem como a recomendação e os alertas contidos nos Pareceres Prévios sobre as Contas do Presidente da República dos exercícios de 2019 e 2021;

9.1.2. da necessidade de fiel observância aos requisitos constitucionais e legais para geração de despesas com pessoal de caráter obrigatório e continuado, especialmente a demonstração da existência de recursos suficientes para custeio da despesa ao longo do tempo, seja pelo aumento permanente de receita, seja pela redução permanente de outra despesa, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

9.1.3. de que ausência de regulamentação, quanto às providências administrativas e judiciais a serem tomadas em relação a DOCCs criadas e cuja norma de origem foi considerada ineficaz, dificulta aos órgãos tomarem medidas

pertinentes para impossibilitar a realização dessa despesa, em especial quando não cumpridas as medidas compensatórias exigidas no art. 17 da LRF;

Fontes:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei Complementar nº 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- ACÓRDÃO 1691/2023 - PLENÁRIO (Tribunal de Contas da União).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	32	32	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A decisão pela improcedência do recurso e manutenção do gabarito na alternativa "C" baseou-se em dois fundamentos principais.

Primeiramente, quanto ao alegado erro material na citação do BACEN como órgão aprovador do financiamento, foi reconhecido que, embora tecnicamente imprecisa, a menção foi considerada um erro periférico e irrelevante para o propósito da questão. O objetivo central da avaliação não era o conhecimento de Direito Bancário, mas sim a aplicação da Teoria Geral do Negócio Jurídico Condicional. O equívoco na nomenclatura do agente financiador não alterou a essência jurídica do problema, que residia na existência de uma condição suspensiva (a obtenção do financiamento) e nos deveres de boa-fé decorrentes.

Em segundo lugar, sobre a interpretação da condição suspensiva, rejeitou-se a alegação de ambiguidade. A análise firmou que, embora o Art. 125 do Código Civil estabeleça que o direito não é adquirido antes da verificação da condição, a expectativa de direito do comprador é protegida pelo Art. 126 e, fundamentalmente, pelo princípio da boa-fé objetiva (Art. 422). A conduta da vendedora ("Beta Investimentos S.A.") de alienar o imóvel a um terceiro durante a pendência da condição configurou um ato ilícito contratual, pois violou o dever de lealdade e frustrou ativamente o direito esperado pela compradora, justificando assim a responsabilidade por perdas e danos e a multa contratual, como descrito na alternativa correta.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	33	33	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item II é verdadeiro, uma vez que se trata do conteúdo da decisão do STJ no REsp n. 1.942.196/PR, relator Ministro Afrânio Vilela, Primeira Seção, julgado em 12/3/2025, DJEN de 7/4/2025. O REsp indicado não se refere aos atos de improbidade. Quanto ao argumento do conteúdo programático, é perfeitamente possível se exigir posições de Tribunais Superiores e Súmulas sobre a matéria improbidade (que constava do edital). Ao se cobrar a matéria "improbidade administrativa", é possível que se cobre a legislação, posições doutrinárias e entendimentos pacificados dos Tribunais. Outrossim, não constou nas questões os incisos I e II do art. 11 da LIA já revogados pela Lei n. 14.230/2021. Além disso, a questão do dolo não possui relação direta para a resposta das alternativas II e III. Por fim, o item II indicou que a multa civil é prevista na Lei de Improbidade, e não os juros e correção (Eis o enunciado: "Na multa civil prevista na Lei nº 8.429/1992, a correção monetária e os juros de mora devem incidir a partir da data do ato ímprobo"). Ademais, a questão mencionava expressamente: "três afirmativas relacionadas aos entendimentos do STJ".

Fonte:

- REsp n. 1.942.196/PR

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	35	35	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O anexo da Lei Complementar nº 336/2003, do município de Uberlândia, trata das hipóteses de incidência ISSQN. João, auditor fiscal tributário do município de Uberlândia, ao fiscalizar empresa de beneficiamento de aço, observa que ela realiza, por encomenda, cortes e tratamentos térmicos sobre bobinas, fornecidas pelos clientes ao beneficiamento e por eles destinadas à industrialização ou comercialização. O serviço realizado pela empresa, portanto, não altera a destinação das bobinas dadas pelos clientes.

Nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores, sobre a incidência do ISSQN do município, é correto afirmar que:

A) Não haverá incidência do tributo na atividade, tendo-se em vista que o serviço não está previsto em nenhum dos itens do anexo da Lei Complementar nº 336/2003.

B) Haverá incidência do ISSQN sobre a operação, cobrada a alíquota de dois por cento sobre o valor do serviço, nos termos do anexo da Lei Complementar Municipal nº 336/2003.

C) Haverá incidência do ISSQN sobre a operação, cobrada a alíquota de três por cento sobre o valor do serviço, nos termos do anexo da Lei Complementar Municipal nº 336/2003.

D) Não haverá incidência do tributo na atividade, tendo-se em vista que referida operação, apesar de prevista em item do anexo da Lei Complementar nº 336/2003, configura etapa intermediária do ciclo produtivo da mercadoria fornecida pelo cliente para beneficiamento.

TEMA 816:

Descrição: Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 93, IX, 150, IV, 153, § 3º, II, 155, § 2º, e 156, III, da Constituição Federal, a possibilidade de incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN em operação de industrialização por encomenda, realizada em materiais fornecidos pelo contratante, quando referida operação configura etapa intermediária do ciclo produtivo de mercadoria. Debatem-se, ainda, as balizas para a aferição da existência de efeito confiscatório na aplicação de multas fiscais moratórias.

Tese:

É inconstitucional a incidência do ISS a que se refere o subitem 14.05 da Lista anexa à LC nº 116/03 se o objeto é destinado à industrialização ou à comercialização; 2. As multas moratórias instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e municípios devem observar o teto de 20% do débito tributário.

<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/tema.asp?num=816>

Item 14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. | 2% |

<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/jurisprudencia/recurso-repetitivo-e-repercussao-geral/detalhes-de-recurso-repetitivo-8ACC8159963CE6730196879413210D5D-00.htm>

O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 816 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário, assentando a insubsistência da execução fiscal movida pela Fazenda Pública do Município de Contagem, com a inversão dos ônus sucumbenciais fixados na sentença. Foram fixadas as seguintes teses:

"1. É inconstitucional a incidência do ISS a que se refere o subitem 14.05 da Lista anexa à LC nº 116/03 se o objeto é destinado à industrialização ou à comercialização;

2. As multas moratórias instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e municípios devem observar o teto de 20% do débito tributário", e, no que diz respeito apenas à primeira tese fixada, atribuiu eficácia ex nunc, a contar da data de publicação da ata de julgamento do mérito, para: a) impossibilitar a repetição de indébito do ISS em favor de quem recolheu esse imposto até a véspera da referida data, vedando, nesse caso, a cobrança do IPI e do ICMS em relação aos mesmos fatos geradores; b) impedir que os municípios cobrem o ISS em relação aos fatos geradores ocorridos até a véspera daquela data. Ficam ressalvadas (i) as ações judiciais ajuizadas até a véspera da mesma data, inclusive as de repetição de indébito e as execuções fiscais em que se discuta a incidência do ISS, e (ii) as hipóteses de comprovada bitributação relativas a fatos geradores ocorridos até a véspera da mencionada data, casos em que o contribuinte terá direito à repetição do indébito do ISS e não do IPI/ICMS, respeitado o prazo prescricional, independentemente da propositura de ação judicial até esse marco. No caso de não recolhimento nem do ISS nem do IPI/ICMS, o Tribunal entendeu pela incidência do IPI/ICMS em relação aos fatos geradores ocorridos até a véspera da publicação da ata de

juízo do mérito. Tudo nos termos do voto do Relator, vencidos o Ministro Alexandre de Moraes, que negava provimento ao recurso, e, relativamente à inclusão do IPI na modulação temporal, os Ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes. Nesta assentada, reajustaram seus votos para acompanhar o Relator os Ministros Luiz Fux e Luís Roberto Barroso (Presidente). Não votou o Ministro Flávio Dino, sucessor da Ministra Rosa

Fontes:

- Weber, que já havia votado em assentada anterior. Plenário, 26.2.2025. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4755293>
- <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/procuradoria-geral-do-municipio/legislacoes/>
- <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/mg/uberlandia>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	34	34	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O anexo da Lei Complementar nº 336/2003, do município de Uberlândia, trata das hipóteses de incidência ISSQN. Tício, auditor fiscal tributário do município de Uberlândia, em fiscalização a uma farmácia de manipulação, observa a ocorrência de duas atividades; analise-as.

1. Preparo e fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses, em caráter pessoal, para consumo; e
2. Preparo e fornecimento de medicamentos por ela produzidos, dispostos em prateleira e ofertados ao público consumidor em geral.

Nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores, sobre a incidência do ISSQN do município ou do ICMS sobre as atividades, assinale a afirmativa correta.

- A) Haverá incidência do ISSQN sobre as operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses, em caráter pessoal, para consumo; e incidirá o ICMS sobre os medicamentos de prateleira por elas produzidos, ofertados ao público consumidor.
- B) Haverá incidência somente do ISSQN tanto sobre as operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses, em caráter pessoal, para consumo quanto sobre os medicamentos de prateleira por elas produzidos, ofertados ao público consumidor.
- C) Haverá incidência somente do ICMS tanto sobre as operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses, em caráter pessoal, para consumo quanto sobre os medicamentos de prateleira por elas produzidos, ofertados ao público consumidor.
- D) Haverá incidência do ICMS sobre as operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses, em caráter pessoal, para consumo; e incidirá o ISSQN sobre os medicamentos de prateleira por elas produzidos, ofertados ao público consumidor

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	36	37	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser analisada sob a ótica da conta "Caixa e Equivalentes de Caixa". A venda de um imóvel provoca, por óbvio, uma redução no Ativo Imobilizado, daí talvez tenha surgido a dúvida do candidato; contudo, o ingresso do numerário decorrente da venda nas disponibilidades da empresa provoca, na DFC, um fluxo positivo, pois aumenta o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Portanto, é equivocado o entendimento do recorrente, e a terminologia técnica utilizada na alternativa correta é adequada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	38	38	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata da aplicação dos princípios constitucionais da anterioridade anual e nonagesimal (art. 150, III, “b” e “c”, da Constituição Federal) à hipótese de majoração da alíquota do ICMS por medida provisória estadual, editada em 27 de dezembro de 2022, posteriormente convertida em lei em 15 de março de 2023, com início da cobrança previsto para 5 de abril de 2023.

O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa D, segundo a qual a cobrança seria inconstitucional, pois a conversão da medida provisória em lei ocorreu em março de 2023, devendo, em observância ao princípio da anterioridade anual, produzir efeitos apenas a partir de 1º de janeiro de 2024.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão recente e específica sobre a matéria (ADI 7.375/TO, Rel. Min. André Mendonça, julgada em 29/09/2023, Info 1110), firmou o entendimento de que a cobrança de aumento de alíquota de ICMS decorrente de medida provisória estadual somente produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte à conversão da MP em lei, em atenção ao princípio da anterioridade anual previsto no art. 150, III, “b”, da CF/88.

Assim, para efeitos de vigência tributária, o marco inicial de contagem da anterioridade é a data de conversão da medida provisória em lei, e não a da sua edição, de modo que a cobrança iniciada em abril de 2023 viola a limitação constitucional.

A alternativa D reflete integralmente essa orientação jurisprudencial atual e específica do STF, aplicável ao caso em exame, razão pela qual deve ser mantida como correta.

As demais alternativas incorrem em erro: a letra A restringe indevidamente a edição de medidas provisórias em matéria tributária; a letra B ignora a aplicabilidade da anterioridade anual ao ICMS; e a letra C desconsidera o entendimento firmado na ADI 7.375/TO, que impõe a observância da conversão legislativa como marco da anterioridade.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	40	39	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando-se cada uma das assertivas, tem-se:

Assertiva I. CF, art. 150, III, “b”: Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:[...]III - cobrar tributos:[...]b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Portanto, a assertiva I está correta.

A assertiva II inverte os conceitos corretos e por tal razão está errada. "É bem de ver que o Princípio da Anterioridade se vincula à eficácia da norma, diferentemente do que ocorre com o Princípio da Irretroatividade, analisado em seguida, que se atrela à vigência da lei." (PAROLIN, Marcos Cesar Pavani. Curso de Direito Tributário. 3. ed. [S.l.]: Del Rey, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 06 jul. 2025.)

Assertiva III está correta, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal: "[...] 8. Os impostos são regidos pela capacidade contributiva do sujeito passivo e seus fatos geradores são situações da vida relacionadas aos contribuintes, ao passo em que as taxas são regidas pelo princípio da comutatividade ou retributividade, devendo o seu fato gerador necessariamente corresponder a uma atividade estatal, seja ela correspondente ao exercício regular do poder de polícia ou a prestação de um serviço público específico e divisível prestado ou colocado à disposição do contribuinte. Em razão do exposto, julgo improcedentes os recursos, mantendo-se o gabarito publicado.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	39	40	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dispõe o art. 159 da Constituição Federal:

Art. 159. A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, 50% (cinquenta por cento), da seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; (Vide Lei Complementar nº 62, de 1989) (Regulamento)

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; (Vide Lei Complementar nº 62, de 1989) (Regulamento)

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

Colhe-se da Doutrina:

"Por outro lado, a EC nº 132/23 também modificou a repartição tributária do IR, do IPI e do novo IS (Imposto Seletivo), agora previsto com base na Reforma Tributária conforme o art. 153, VIII, ao estabelecer que a União entregará do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e, do IS, 50%, dos quais 21,5% serão destinados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios e 3% para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer." (PAROLIN, Marcos Cesar Pavani. Curso de Direito Tributário. 3. ed. [S.l.]: Del Rey, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 05 jul. 2025.)

Diante do exposto, improcedentes os recursos.

Cargo: Bibliotecário

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Após a leitura, pode-se afirmar que o tema apresentado no texto está corretamente indicado em:", a alternativa "C) Efeitos e consequências do impacto produzido pela utilização das redes sociais na vida das pessoas." foi adequadamente indicada como correta. Essa alternativa destaca os efeitos e consequências do uso das redes sociais, que é justamente o tema central do texto. Ou seja, o texto trata de como o uso das redes sociais influencia, positiva ou negativamente, a vida das pessoas, incluindo aspectos comportamentais, emocionais ou sociais. É uma generalização adequada do tema sem introduzir ideias externas, resumindo o núcleo do texto. A alternativa "A) Demandas urgentes e necessárias no enfrentamento do isolamento social e digital." não pode ser indicada como correta, pois, esta alternativa fala em "demandas urgentes e necessárias" e foca em "isolamento social e digital". O texto não apresenta soluções ou demandas para enfrentar problemas; ele descreve impactos e consequências, não estratégias ou ações. A alternativa "B) Diagnósticos possíveis mediante a realidade vivida pelas pessoas em meio à era da tecnologia." não pode ser considerada correta, pois, "Diagnósticos possíveis" sugere uma análise médica ou científica para identificar problemas, o texto não trata de diagnósticos, mas de observações ou consequências do uso das redes sociais. Ou seja, a ideia de "diagnóstico" adiciona um conceito que não está presente no tema principal do texto. A alternativa "D) Caminhos possíveis para o desvencilhamento tecnológico como solução para o adoecimento mental." não pode ser indicada como correta, pois, o texto não propõe formas de se desligamento das redes nem soluções para problemas mentais. Ele descreve efeitos e impactos, não recomendações ou intervenções.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Como característica de estruturas linguísticas para o gênero textual apresentado, é possível observar:”, a alternativa “B) Preferência por períodos compostos.” foi adequadamente indicada como correta. O texto apresenta frases longas, com várias orações coordenadas e subordinadas, o que caracteriza períodos compostos.

Exemplos do texto:

“Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais.”

“O aumento no tempo dispensado utilizando as redes sociais relaciona-se ao sentimento de isolamento do mundo real, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais.”

Isso é típico de textos científicos ou acadêmicos, que buscam explicitar relações complexas entre ideias.

A alternativa “A) Linguagem formal e subjetiva.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto é formal, sim, mas não é subjetivo; apresenta informações objetivas, dados estatísticos e referências de órgãos oficiais, como OMS e IBGE. A subjetividade envolveria opiniões pessoais, sentimentos ou julgamentos, que não aparecem aqui. A alternativa

“C) Preferência pela ordem indireta como escolha linguística.” não pode ser indicada como correta, pois, a ordem indireta significa inverter a sequência natural sujeito-verbo-objeto. No texto, a ordem sintática predominante é direta,

típica de textos científicos: “O uso de mídias sociais é um hábito relativamente recente.” Não há evidência de inversões frequentes de sujeito e predicado. A alternativa “D) Emprego dos pronomes pessoais como delimitadores do público-alvo.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não usa pronomes pessoais como “você”, “nós” para se dirigir ao leitor. Ele se mantém em terceira pessoa e impessoal, característica de textos expositivos ou científicos, onde o público-alvo é amplo, acadêmico ou informativo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”. A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global.” (1º§) é composto por:”, a alternativa “C) Uma oração apenas, denominada oração absoluta.” foi adequadamente indicada como correta. No período destacado, há apenas um verbo: “são” (verbo de ligação). Não há nenhum outro verbo que indique uma nova ação ou relação de dependência sintática. Tudo o que vem depois (“por alterações de pensamento...”) funciona como complemento nominal e adjunto adverbial de modo, sem verbo. Essa oração não depende nem está ligada a outra por coordenação ou subordinação. Uma oração que aparece isolada, sem depender nem coordenar-se a outra, é chamada de oração absoluta. A alternativa “A) Duas orações coordenadas.” não pode ser indicada como correta, pois, só há um verbo. A alternativa “B) Uma oração principal e duas subordinadas.” não pode ser indicada como correta, pois não há orações subordinadas (nenhuma conjunção subordinativa ou verbo dependente). A alternativa “D) Uma oração principal e uma subordinada adverbial.” não pode ser indicada como correta, pois, o trecho “em associação à angústia...” é locução prepositiva, não uma oração (não tem verbo).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base em disposições constitucionais e jurisprudência sobre o tema. A questão atende ao seguinte conteúdo programático: “1. Constituição Federal de 1988: 1.1. Dos Princípios Fundamentais. 1.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 1.3. Dos direitos sociais. 1.4. Da Organização do Estado. 1.5. Da Administração Pública.”

A única alternativa que atende ao comando da questão é: “I e III, apenas.”. A afirmativa II está incorreta.

Conforme artigo 37 da Constituição Federal de 1988, transcrito a seguir, a Administração Pública é composta pela Administração Direta e Indireta. A Administração Direta inclui os órgãos dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, enquanto a Administração Indireta engloba autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Dessa forma, as entidades do terceiro setor não integram o conceito constitucional de “Administração Pública”, mas elas devem se pautar pelos princípios que orientam a atuação estatal.

CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)

(Fonte: CF/1988)

1 INFORMATIVO

1.1 Plenário

DIREITO ADMINISTRATIVO – SERVIÇOS PÚBLICOS; SERVIÇOS SOCIAIS; SAÚDE; TERCEIRO SETOR; MODELOS DE GESTÃO; DESCENTRALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

DIREITO CONSTITUCIONAL – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO; ORDEM SOCIAL; SAÚDE

Serviços públicos não exclusivos: programa de descentralização da execução de serviços sociais para as entidades do terceiro setor no âmbito estadual - ADI 7.629/MG

Resumo:

É constitucional — e não ofende a diretriz constitucional da participação popular no âmbito do Sistema Único de Saúde (CF/1988, art. 198, III) — lei estadual que dispõe sobre programa de descentralização da execução de serviços públicos não exclusivos para as entidades do terceiro setor, desde que esse modelo de gestão seja conduzido de forma pública, objetiva e impessoal (CF/1988, art. 37, caput), sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público e do Tribunal de Contas correspondentes quanto à utilização de verbas públicas.

Conforme jurisprudência desta Corte (1), deve prevalecer a autonomia de cada ente federativo na ausência de um modelo de organização administrativa predefinido pela Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, é constitucional a prestação de serviços públicos sociais por entidades do terceiro setor, pois há margem político-administrativa para a adoção desse modelo de gestão no caso de serviços que não necessitem ser prestados de forma exclusiva ou privativa pelo Estado.

A atuação das entidades do terceiro setor — entre as quais se incluem as organizações sociais, as organizações da sociedade civil de interesse público e as organizações da sociedade civil — deve se pautar pelos princípios que

orientam a atuação estatal (CF/1988, art. 37, caput), apesar de elas não integrarem o conceito constitucional de “Administração Pública”.

Na espécie, os dispositivos impugnados apenas viabilizam a escolha político-administrativa do estado-membro, cuja opção é admitida constitucionalmente. Ademais, o controle social pode ser realizado de diversas maneiras, não se restringindo à participação direta. Dessa forma, não se pretende reduzir a participação da comunidade, pois, no curso do procedimento de descentralização, são assegurados outros mecanismos fiscalizatórios, em especial, as regras relativas à seleção pública e ao controle exercido pelo Tribunal de Contas e pelo Parquet.

Com base nesses e em outros entendimentos, o Plenário, por unanimidade, julgou parcialmente procedente a ação, a fim de conferir interpretação conforme a Constituição, para assentar que o procedimento de descentralização da execução dos serviços públicos não exclusivos para as entidades do terceiro setor, regulado pela Lei nº 23.081/2018 do Estado de Minas Gerais, deve ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, em observância aos princípios do art. 37, caput, da CF/1988, sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público e do Tribunal de Contas quanto à utilização de verbas públicas.

(Fonte: Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal)

Fontes:

- Constituição Federal de 1988.
- Jurisprudência do STF.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Julgamento: Correto. Conforme art. 40 da LOM.

Art. 40 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

II. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador-Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

Julgamento: Correto. Conforme art. 41, §1º, da LOM.

Art. 41, § 1º O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

III. O Prefeito pode se ausentar do município, sem necessidade de autorização da Câmara Municipal, por até quinze dias.

Julgamento: Correto. Conforme art. 44 da LOM.

Art. 44 O Prefeito residirá no Município e dele não poderá ausentar-se sem autorização da Câmara Municipal por mais de quinze dias, sob pena de perder o cargo, salvo se em gozo de férias ou licença.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei nº 12.244/2010, também conhecida como a **Lei da Biblioteca Escolar**, trata da universalização das bibliotecas em instituições de ensino públicas e privadas no Brasil. Ela estabelece que todas as escolas devem contar com bibliotecas e prevê um prazo para que isso aconteça, além de determinar a obrigatoriedade de um acervo mínimo de um livro por aluno e a presença de um bibliotecário. A Lei encontra-se em vigor e o Art. 3º, § 2º expressa claramente: “O processo de universalização das bibliotecas escolares de que trata esta Lei será feito mediante a observância do disposto nas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõem sobre o exercício da profissão de bibliotecário. Já a Lei nº 14.837 de 2024, só altera, ou acrescenta, à Lei nº 12.244/2010 a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) e detalha mais como deve se compor o acervo escolar. As duas leis não vinculam ao profissional bibliotecário a política de desenvolvimento do acervo, tarefa considerada como primordial e da competência do bibliotecário.

Fontes:

- BRBRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. Brasília, 2010. Acesso:
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Itens de prova não precisam transcrever normas técnicas de modo literal; é suficiente que preservem o conteúdo conceitual correto. A questão avaliou conhecimento sobre elementos que devem ser evitados em resumos, exatamente o que trata a NBR 6028:2021, 3.3.

Sobre o modal verbal (“convém” × “deve-se”), ressalta-se que em linguagem normativa, “convém” expressa recomendação e “deve” expressa prescrição. Para fins avaliativos, transformar a recomendação em orientação imperativa (“deve-se evitar”) não altera o núcleo semântico do conteúdo cobrado, a saber, que símbolos, contrações, reduções e fórmulas, equações, diagramas são indesejáveis em resumos, salvo exceções justificadas. A questão não pedia distinção entre força normativa dos verbos; pedia reconhecer o que (quais itens) se evita.

Com relação à omissão de qualificadores, isso não gera erro material. As expressões complementares da norma (“que não seja de uso corrente”; “quando imprescindível, defini-los na primeira vez...”) atuam como condicionantes e exceções, não como inversão do sentido principal. A alternativa da prova enuncia corretamente os grupos de elementos que a norma orienta evitar; a não reprodução de todas as condições de exceção não transforma o correto em incorreto, apenas torna a redação mais sintética, suficiente para a compreensão e para a escolha da resposta adequada.

Deste modo, os termos apontados nas alternativas: “Símbolos, contrações, reduções, entre outros” e “Fórmulas, equações, diagramas, entre outros” correspondem literalmente aos conjuntos elencados na norma (NBR 6028:2021, 3.3, alíneas “a” e “b”), resguardada a natureza exemplificativa do “entre outros”. Logo, não há erro conceitual, tampouco indução a resposta diversa da prevista. A formulação adotada não compromete a compreensão do comando nem das alternativas. O enunciado permitiu identificar, sem ambiguidade, os elementos cuja presença deve ser evitada em resumos científicos, objetivo claro da norma e da questão.

Fonte:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6028: informação e documentação - resumo - apresentação*. Rio de Janeiro: 2011. 3 p.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado versa ficha catalográfica, formato manual, tema de descrição bibliográfica e pontos de acesso, regido por códigos de catalogação (p.ex., AACR2; também RDA), e não por normas de normalização acadêmica da ABNT (p.ex., NBR 6023, que trata de referências). A pretensão confunde esferas distintas: catálogos bibliográficos seguem códigos de catalogação; trabalhos acadêmicos seguem ABNT. Logo, a fonte normativa apropriada para a questão é, sim, o código de catalogação.

Pelo AACR2, em coletânea produzida sob direção editorial (obra “organizada por”), a entrada principal é feita pelo título da obra (regra 21.7B). Os editores/organizadores recebem pontos de acesso secundários (regra 21.30D1). Assim, a linha de entrada da ficha não começa pelo(s) nome(s) dos organizadores, mas pelo título; os nomes dos organizadores aparecem na área de responsabilidade e como entradas secundárias.

Ainda sob o AACR2, entrada principal é única. Em nenhuma hipótese se constrói entradas principais múltiplas por pessoas, entidades ou eventos. A proposta do recorrente — entrada principal com duas pessoas (“Carvalho; Vidal”) — contraria diretamente a parte II do AACR2, pontos de acesso.

O próprio exemplo trazido na peça recursal explicita tratar-se de “organizadoras”. Isto qualifica a obra como coletânea organizada, atraindo a regra 21.7B (entrada pelo título) e 21.30D1 (pontos de acesso secundários para as organizadoras). A alternativa indicada pela candidata (alternativa D) apresenta entrada principal por nomes pessoais múltiplos, solução incompatível com o AACR2 para esse caso. O gabarito oficial, ao exigir entrada pelo título com acessos secundários às organizadoras, está alinhado ao código.

Fonte:

- MEY, Eliane Serrão Alves. *Não brigue com a catalogação!* Brasília: Briquet de Lemos, 2003. 186 p.
- JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR; FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (TRAD). *Código de catalogação anglo-americano*. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 2004. 1 v. (várias paginações)

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verificar veracidade hoje exige confrontar múltiplas origens (sites, agregadores, redes sociais, reencaminhamentos em *apps* móveis/*desktop*, bases especializadas). O volume, a heterogeneidade (formatos, níveis de qualidade, linguagens) e a dispersão por plataformas aumentam a carga de checagem (tempo, critérios, triangulação), logo tornam a verificação mais complexa, exatamente o que afirma a I. Com isso, a afirmativa I não é ambígua nem contraditória.

A frase estabelece uma relação causal clara: a verificação é complexa devido à quantidade e à dispersão de fontes (incluídos “sites especializados”, que também exigem avaliação crítica de autoridade, escopo e método). Não há incompatibilidade lógica.

As quatro afirmativas I, II, III e IV são corretas.

Fonte:

- CAMPELLO, Bernadete Santos. *A biblioteca como lugar de aprendizagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.
- AMARO, Vagner. *Mediação da leitura e biblioteca escolar*. Rio de Janeiro: Malê, 2025.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas. Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e identifique informações que constam no texto apenas com uma roupagem diferente, ou seja, a mesma informação veiculada por meio de paráfrases. Nesse sentido, o candidato deve identificar as ideias que podem e que não podem ser comprovadas no texto.

De acordo com o dicionário Houaiss, “irregularidade” significa: 1. qualidade ou estado de irregular; falta de regularidade; desigualdade, intermitência; 2. caráter do que está fora da norma, do habitual; falta, defeito. Considerando as informações veiculadas no 5º parágrafo (falhas na formação escolar anterior dos alunos, os alunos não submeterem seus trabalhos à revisão profissional e esses mesmos alunos revisarem os trabalhos de outros estudantes), a aceção adquirida pelo termo “irregularidade”, no contexto em análise, diz respeito à permanência das infrações à norma culta ou a existência de inadequação no uso da norma culta escrita. As demais alternativas não se relacionam com o termo “irregularidade” no contexto em questão. Portanto, o gabarito é a letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trabalha com os conceitos de denotação e conotação.

Denotação é a significação objetiva da palavra; é a palavra em "estado de dicionário". Exemplo: Os domadores conseguiram enjaular a fera. “Fera” foi empregado em sentido denotativo, ou seja, em seu sentido próprio, que é animal selvagem, violento.

Já conotação é a significação subjetiva da palavra; ocorre quando a palavra evoca outras realidades por associações que ela provoca. Exemplo: Aquela aluna é fera na matemática. “Fera” foi empregado em sentido conotativo, isto é, seu sentido original foi modificado, passando a indicar a ideia de alguém muito bom em matemática, que tem profundo conhecimento sobre a teoria.

Assim, em A, “...arredondar o orçamento...” significa aumentar, melhorar a renda, ou seja, os ganhos econômicos. Em B, “...revisores de mão pesada...” são revisores muito rígidos, muito exigentes, intolerantes às infrações gramaticais.

Em C, “...escreve contra o relógio...” significa que escreve celeremente, ou seja, pelo fato de o tempo ser exíguo, precisa escrever rapidamente, velozmente. Por fim, em D, “...atua longe dos holofotes...” significa que trabalha discretamente, sem chamar a atenção das pessoas e não necessariamente de forma isolada. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTHAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Essa é uma questão que trabalha com a noção de paráfrase. A paráfrase, originária do grego *para-phrasis* (repetição de uma sentença), constitui-se na recriação textual, tendo como suporte um texto-fonte. Ao parafrasearmos um texto, estamos atribuindo-lhe uma nova “roupagem” discursiva, embora mantendo a mesma ideia contida no texto original. Dessa forma, em A, os termos “por certo” e “seguramente” apresentam ideias semanticamente equivalentes no contexto em que foram empregados. “Por certo” indica certeza, segurança ou concordância com algo. “Seguramente” também indica algo com grande certeza, algo repleto de segurança.

Em B, os termos “sem dúvida” e “evidentemente” são semanticamente equivalentes no contexto. “Sem dúvida” indica certeza ou convicção sobre algo. “Evidentemente” significa algo que se compreende sem dificuldade, que não oferece dúvidas; claro, óbvio, inequívoco.

Em D, “por vezes” e “ocasionalmente” apresentam correspondência semântica no contexto em análise. “Por vezes” significa algo que ocorre de vez em quando, com frequência regular, mas não sempre. “Ocasionalmente” significa algo que acontece de forma não regular, esporádica ou em intervalos irregulares.

No entanto, em C, “em tese” e “efetivamente” apresentam ideias distintas, na verdade, opostas. Em tese quer dizer algo hipotético, com possibilidade de acontecer ou não. É uma expressão utilizada para indicar que algo é válido ou verdadeiro em teoria, mas que pode não ser na prática, ou que é uma possibilidade geral, mas não necessariamente uma certeza. “Efetivamente” indica que algo acontece ou é verdadeiro de forma concreta e não apenas em teoria. Serve para confirmar ou enfatizar que algo é verdadeiro, acontece ou produz efeitos reais. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTHAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A variação diastrática é a mudança na linguagem provocada por fatores sociais. Ela aparece quando diferentes grupos da sociedade, como estudantes, profissionais, idosos ou jovens, utilizam modos distintos de se expressar. Isso inclui vocabulário, pronúncia e até formas gramaticais. Essa variação está diretamente ligada à realidade de quem fala. Pessoas com mais acesso à educação formal costumam seguir com mais rigor as normas da gramática padrão. Já grupos com menor escolaridade podem usar formas mais próximas da oralidade popular, sem que isso represente erro linguístico. Portanto, o gabarito é a letra A.

Letra B - Variação Diafásica (situacional): está relacionada ao contexto em que a língua é usada. A forma como falamos com amigos é diferente da forma como falamos em uma entrevista de emprego, por exemplo. Isso envolve a escolha de um registro linguístico mais formal ou informal, dependendo da situação.

Letra C – Variação Diacrônica (histórica): trata das mudanças que a língua sofre ao longo do tempo. O português medieval, por exemplo, é diferente do português atual. Palavras e expressões caem em desuso, outras são criadas e a gramática e a pronúncia também podem mudar com o tempo.

Letra D - Variação Diatópica (geográfica): refere-se às diferenças linguísticas entre regiões geográficas. Por exemplo, o português brasileiro e o português europeu são variações diatópicas do mesmo idioma. Dentro do Brasil, também existem variações regionais, como o uso de diferentes termos para a mesma fruta (macaxeira, aipim, mandioca).

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTHAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nessa questão, é necessário que o candidato reconheça as relações coesivas do texto, mais especificamente as repetições ou substituições, que servem para estabelecer a continuidade textual. A compreensão de informações e ideias apresentadas pelo autor ultrapassa a simples decodificação e depende da devida percepção dessas relações para o efetivo entendimento da leitura.

A. INCORRETO: os pronomes “desse”, “estes” e “seus” não exercem, no contexto, respectivamente, função anafórica, catafórica e anafórica. Os três são pronomes anafóricos. Não há, no 4º parágrafo, pronome com função catafórica.

B. CORRETO: no 5º parágrafo, os pronomes “deles” e “seus” retomam antecedentes textualmente distintos. “Deles” retoma “estudantes” e “seus” retoma “alunos”. No entanto, considerando o contexto, os termos “estudantes” e

“alunos” estão sendo claramente utilizados pela autora como sinônimos, o que pode ser confirmado no parágrafo: “Os textos produzidos por estudantes universitários, por vezes, refletem falhas da formação escolar anterior – e quem o diz são os próprios professores que leem os trabalhos deles. Alguns orientadores sugerem a alunos que submetam seus trabalhos à revisão profissional, mas muitos outros não o fazem. Além disso, frequentemente esses trabalhos são revisados por outros estudantes...”.

C. INCORRETO: no 5º parágrafo, a substituição do pronome “o” (1ª e 2ª ocorrências) pelo pronome “isto” não provocará qualquer alteração semântica. No entanto, ocorrerá inadequação linguística, uma vez que o mais recomendado é o emprego do pronome de 2ª pessoa “isso”, exatamente por se tratar de pronome com função anafórica.

D. INCORRETO: o pronome “seus” em “seus trabalhos” (5º§) não gera ambiguidade no contexto, pois está claro que os trabalhos pertencem aos alunos e não aos orientadores/professores, pois a autora afirma, de forma inequívoca: “...e quem o diz são os próprios professores que leem os trabalhos deles” (dos alunos). Portanto, o gabarito é letra B.

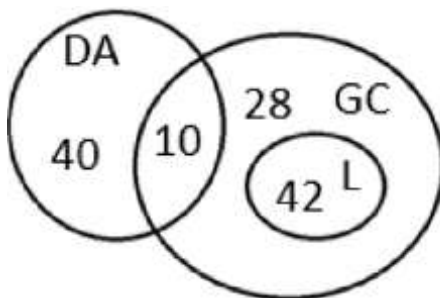
Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- COSTA V AL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e Coerência Textual. 9. ed. Ática, 2000.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, I. V. G. A inter-ação pela linguagem. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- KOCH, I. V. G. A coesão textual. 17. Ed. São Paulo: Contexto, 2002
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seja GC = Gestão de Projetos, L = Licitações e DA = Direito Administrativo. Como $|GC|=80$ e 28 servidores têm interesse somente em GC, então $80-28=52$ correspondem aos que têm interesse em L e/ou em $GC \cap DA$, ou seja, $|L|+|GC \cap DA|=52$. Sabendo que todos os 120 servidores têm interesse em pelo menos uma área e que $L \subseteq GC$ e $L \cap DA = \emptyset$, tem-se que $120=|GC \cup DA|=80+50-|GC \cap DA|$, o que implica $|GC \cap DA|=10$. Substituindo, obtém-se que $|L|=52-10=42$. Veja o diagrama de Venn abaixo que resume todo o raciocínio:



BRANCA
12

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado da questão 12 apresenta ambiguidade e inconsistência interna entre o texto e os dados numéricos. A expressão “90 cientistas estão envolvidos em dois projetos distintos” induz à interpretação de que todos os 90 cientistas participam de pelo menos um dos projetos, enquanto os valores fornecidos (54, 36 e 18) indicam, pelo princípio da inclusão e exclusão, um total de apenas 72 cientistas envolvidos. Essa divergência permite duas leituras possíveis, que conduzem a respostas diferentes, comprometendo a objetividade e a unicidade da solução. Diante disso, a questão deve ser anulada.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado afirma que as vendas seguem uma progressão aritmética, portanto supõe-se essa hipótese; partindo de janeiro com 20 cursos e fevereiro com 60 (triplicou em relação a janeiro), nota-se que a diferença entre fevereiro e janeiro é 40 e, seguindo mecanicamente essa mesma diferença mês a mês, obtém-se março = $60 + 40 = 100$, abril = $100 + 40 = 140$, maio = $140 + 40 = 180$ e junho = $180 + 40 = 220$; assim, a única resposta correta sob a hipótese explicitada no enunciado é 220.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A frase “nenhuma caixa contenha todos os livros” é clara e objetiva, não dando margem a interpretações distintas da pretendida. A expressão, em português, significa apenas que não é permitido que uma única caixa concentre os quatro livros, ou seja, que todos fiquem juntos dentro de uma mesma caixa. Em nenhum momento o texto sugere que todas as caixas devam conter algum livro ou que nenhuma possa ficar vazia, interpretação esta que extrapola o sentido literal e direto da frase. A estrutura da oração é negativa e restritiva, limitando-se à ideia de proibição de totalidade em uma só caixa, e não de obrigatoriedade de preenchimento de todas as caixas. Dessa forma, o enunciado não é ambíguo, pois expressa com precisão a condição exigida. Seguindo essa interpretação, cada livro pode ser colocado em qualquer uma das quatro caixas, totalizando $4 \times 4 \times 4 \times 4 = 256$ possibilidades. Como há 4 formas em que todos os livros ficam juntos (todos na vermelha, todos na azul, todos na verde ou todos na amarela), essas devem ser excluídas, restando $256 - 4 = 252$ maneiras válidas.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

As razões recursais não merecem prosperar.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) A improbidade, independentemente do número de faltas.

Julgamento: Incorreta. A lei tipifica a conduta como inassiduidade habitual. Improbidade Administrativa é uma infração de natureza distinta e não se confunde com a ausência injustificada definida por critério temporal. Vide embasamento detalhado na alternativa D.

B) A insubordinação grave em serviço, considerando o desrespeito aos seus superiores.

Julgamento: Insubordinação grave está relacionada a descumprimento de ordens e não a faltas ao serviço. A conduta descrita é de falta, e não de insubordinação. Vide embasamento detalhado na alternativa D.

C) O abandono de cargo, conceituado pela lei como a ausência intencional do servidor por mais de trinta dias no período de doze meses.

Julgamento: O abandono de cargo é a ausência intencional por mais de trinta dias consecutivos (Art. 186). Como as faltas no caso são não consecutivas (interpoladas), a conduta se amolda ao conceito de Inassiduidade Habitual. Vide embasamento detalhado na alternativa D.

D) A inassiduidade habitual, caracterizada pela falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Julgamento: Correto. A definição contida na alternativa engloba exatamente o que estabelece o Art. 187 da Lei Complementar nº 040/1992. A situação narrada (70 dias de faltas interpoladas em 12 meses) se amolda a este conceito.

Art. 187 - Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

Cargo: Conservador-Restaurador

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra C. O homem teve, desde sempre, sentido de fazer perdurar no tempo todos os objetos que fossem úteis às suas necessidades, reparando aquilo que tivesse alguma função específica. A atividade de restauro tem origem nos séculos XVIII e XIX. Até esta data, os monumentos sofreram diversas ações de conservação, alteração de uso e renovação, que não devem ser designadas de restauro, tal como hoje é entendido. O Renascimento, movimento cultural e artístico que surgiu na Itália no século XIV e XV, e que se caracterizou por uma imitação da antiguidade greco-romana, será a primeira etapa da história ocidental que tem consciência do passado, e que adota algumas medidas para tentar recuperar ou conservar amostras daquele tempo. O gosto pela história e pela literatura antiga fomentaram uma cultura inspirada nos ideais do mundo clássico, que viria a favorecer a alteração do gosto em relação às formas góticas. Analisaram-se e estudaram-se os escritos, desenhos e relevos, assim como as ruínas romanas, o que conferiu aos artistas do século XV o conhecimento do perfeito equilíbrio das formas e dos volumes, permitindo a criação de obras originais, representativas daquela época. Mas foi um fato histórico em França, do qual resultou a destruição de numerosos monumentos e documentos do passado, que apressou a definição de critérios de intervenção e de uma linha de atuação. A Revolução Francesa, em 1789, marca também o início da Idade Contemporânea. Com a revolução vem o vandalismo, a degradação e o desaparecimento de alguns monumentos, que tornam urgente promover o interesse público pelos monumentos e a intervenção do Estado na sua salvaguarda. Em 1794, a Convenção Nacional Francesa, promulgou um decreto que declarava: - “Os cidadãos são os depositários de um bem, do qual a Comunidade tem direito a pedir contas. Os bárbaros e os escravos detestam a ciência e não respeitam as obras de arte. Os homens livres as amam e conservam”. É então necessário proteger os monumentos e iniciar a discussão sobre a metodologia de conservação e restauro. A história recente está plena de ideias diversas e protagonistas diferentes em vários países, e por isso percebeu-se a necessidade de estabelecer regras aceitas internacionalmente, tendo em vista solucionar os problemas complexos de salvaguarda do património artístico e histórico. Em 1921, no Congresso Internacional de História e de Arte em Paris, manifesta-se essa necessidade, assim

como em Roma em 1930, mas foi em Atenas no ano de 1931, que se realizou uma conferência com resultados para o futuro. Uma outra fase na história do restauro é marcada pela II Guerra Mundial que afetou a Europa no século XX. A guerra deixou arrasadas muitas cidades e consequentemente grande parte das construções existentes, algumas completamente arruinadas e outras com marcas de destruição profundas, provocadas pelos incêndios e pelos efeitos bélicos. Diante a desastrosa destruição de monumentos históricos com valor artístico e cultural, surgiu a necessidade de inovar em relação à conservação com intervenção mínima dos princípios da Carta de Atenas. Consequentemente, o sentimento pelo valor artístico do monumento destruído supera o valor histórico.

Fonte:

- Breve história da teoria da conservação e do restauro Eduarda Luso¹ Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal Paulo B. Lourenço² Universidade do Minho, Guimarães, Portugal Manuela Almeida³ Universidade do Minho, Guimarães, Portugal.
- BRANDI, Cesare. *Teoria del restauro* 6. ed. Torino: Einaudi, 1977 [publicada em português: São Paulo: Ateliê, 2006]
- BROOKS, Mary et al. Restauração e conservação: algumas questões para os conservadores. A perspectiva da conservação de têxteis. Trad. Teresa Cristina Toledo de Paula. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, jan.-dez. 1994. (Nova série).
- BOITO, Camillo. Os Restauradores. Cotia: Ateliê, 2002

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Gabriella da Silva Motta Barros, nos processos de restauração de documentos ou objetos, são considerados os seguintes aspectos:

I - A restauração é a última medida de socorro oferecida a um documento.

II - Não se faz necessária a restauração quando o acervo possuir condições favoráveis de preservação e conservação.

III - A restauração tem o dever de tornar o objeto reutilizável e também de ser sutil e, ao mesmo tempo, identificável, para que não crie um falso histórico e artístico.

IV - Um aspecto de extrema importância na restauração é a reversibilidade de suas intervenções, pois elas não devem prejudicar uma futura intervenção que, porventura, se torne necessária.

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito: A) I, II, III e IV.

Fonte:

- BARROS, Gabriella da Silva Motta. Restauração de documentos com suporte em papel: um estudo de caso no Centro de Documentação da Universidade de Brasília. Monografia apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, 2009. p. 24-26.

Cargo: Contador

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas. Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e identifique informações que constam no texto apenas com uma roupagem diferente, ou seja, a mesma informação veiculada por meio de paráfrases.

Nesse sentido, o candidato deve proceder a uma leitura criteriosa para perceber que, ao longo do texto, a autora não apenas cita, mas também desenvolve ideias relacionadas ao alijamento do copidesque do meio jornalístico e do meio acadêmico, discute as mudanças do modelo de correção gramatical da língua escrita padrão e também defende a desconstrução da imagem distorcida da atividade profissional de revisor. Porém, ela só não discute com profundidade as diferenças entre a língua falada no Brasil e a língua falada em Portugal. Apenas menciona superficialmente essa ideia no 1º parágrafo. No entanto, em nenhum outro momento do texto essa ideia é retomada. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas. Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e identifique informações que constam no texto apenas com uma roupagem diferente, ou seja, a mesma informação veiculada por meio de paráfrases. Nesse sentido, o candidato deve identificar a ideia que não pode ser comprovada no texto.

No texto em análise, as ideias contidas nas alternativas A, B e D não encontram respaldo no texto. Apenas a informação expressa na alternativa C pode ser confirmada pelo texto e se encontra no 4º parágrafo: “O fato é que, sem o revisor, a tendência é haver menos rigor no uso da norma padrão”. (...) “Na prática, o que eram “erros gramaticais”, às vezes mero fruto de lapso, ganharia status de modelo de correção”. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e identifique informações que constam no texto apenas com uma roupagem diferente, ou seja, a mesma informação veiculada por meio de paráfrases. Nesse sentido, o candidato deve identificar as ideias que podem e que não podem ser comprovadas no texto.

I. CORRETO: Com ou sem o trabalho do revisor, o elitismo na linguagem continuará existindo.

Essa informação se encontra no 7º parágrafo: “Em outras palavras, a posição ‘progressista’ no debate é a que introduz como modelo de correção gramatical os textos jornalísticos e universitários em ‘estado puro’, que, afinal, sem a interferência fantasmagórica do revisor, seriam a expressão ‘real’ da língua da camada culta da população. Com esse modelo, por certo, não nos livramos do “elitismo”, mas, talvez, apenas dos revisores.” Em outras palavras: instituir um modelo de correção, independentemente de ser o cânone literário ou outro cânone qualquer, continua excluindo variedades de linguagem que não são eleitas como “modelo” para uma linguagem considerada culta ou padrão. Sendo assim, qualquer cânone que se escolha selecionará uma variedade de linguagem em detrimento de outra. Isso, por si só, será um procedimento elitista, de segregação.

II. INCORRETO: É intrínseco ao ofício de revisor não só proceder às correções gramaticais como também intervir no estilo pessoal dos escritores.

As informações contidas no 8º parágrafo sobre as características gerais e inerentes à categoria profissional dos revisores contradiz a ideia contida na afirmativa: “Não vamos negar que haja revisores de mão pesada, pouco sensíveis ao estilo de algum escritor, mas é falso tomá-los como padrão da profissão. O revisor não é um mero “caçador de erros”, muito menos alguém que decore meia dúzia de regras gramaticais e se gabe de suposta sapiência para diminuir o valor alheio. Existe gente séria fazendo trabalho sério nessa área, gente que estuda, pesquisa, consulta, confere, mas atua longe dos holofotes...”.

III. CORRETO: A revisão de textos deve ser encarada como um trabalho de refinamento e de busca da precisão e não como um instrumento de opressão.

Essa afirmativa é uma paráfrase do subtítulo do texto original, que foi propositalmente omitido: *Longe de ser um instrumento de opressão, a revisão de textos é um trabalho de refinamento e de busca da precisão.*

IV. INCORRETO: O tradicional modelo de correção gramatical – as obras literárias clássicas – será substituído pelo novo cânone da norma culta escrita – os textos jornalísticos e acadêmicos.

Em momento algum, no texto, a autora afirma, categoricamente, que o modelo de correção gramatical tradicional – as obras literárias clássicas – será substituído pelo novo cânone – os textos jornalísticos e acadêmicos, como pode ser confirmado no 2º parágrafo: “...propõe-se uma atualização do cânone da língua padrão, que estaria ultrapassado. Assim, as obras literárias consagradas deixariam de ser o modelo de correção gramatical, papel que passaria a ser desempenhado pelo texto jornalístico e pela produção acadêmica”.

Dessa forma, ela apenas afirma que há um movimento para que isso ocorra. No entanto, ela acredita que esse empreendimento não obterá êxito, conforme se pode observar no último parágrafo: “Ao que tudo indica, esse “novo cânone”, se sair do discurso fácil de ser “curtido” nas redes sociais, vai enfrentar grandes dificuldades técnicas, se não a total impossibilidade de concretização. Com objetivos pouco claros, pode ser apenas uma batalha fadada a ser inglória”. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas. Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e identifique informações que constam no texto apenas com uma roupagem diferente, ou seja, a mesma informação veiculada por meio de paráfrases. Nesse sentido, o candidato deve identificar as ideias que podem e que não podem ser comprovadas no texto.

De acordo com o dicionário Houaiss, “irregularidade” significa: 1. qualidade ou estado de irregular; falta de regularidade; desigualdade, intermitência; 2. caráter do que está fora da norma, do habitual; falta, defeito. Considerando as informações veiculadas no 5º parágrafo (falhas na formação escolar anterior dos alunos, os alunos não submeterem seus trabalhos à revisão profissional e esses mesmos alunos revisarem os trabalhos de outros estudantes), a acepção adquirida pelo termo “irregularidade”, no contexto em análise, diz respeito à permanência das infrações à norma culta ou a existência de inadequação no uso da norma culta escrita. As demais alternativas não se relacionam com o termo “irregularidade” no contexto em questão. Portanto, o gabarito é a letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trabalha com os conceitos de denotação e conotação.

Denotação é a significação objetiva da palavra; é a palavra em “estado de dicionário”. Exemplo: Os domadores conseguiram enjaular a fera. “Fera” foi empregado em sentido denotativo, ou seja, em seu sentido próprio, que é animal selvagem, violento.

Já conotação é a significação subjetiva da palavra; ocorre quando a palavra evoca outras realidades por associações que ela provoca. Exemplo: Aquela aluna é fera na matemática. “Fera” foi empregado em sentido conotativo, isto é, seu sentido original foi modificado, passando a indicar a ideia de alguém muito bom em matemática, que tem profundo conhecimento sobre a teoria.

Assim, em A, “...arredondar o orçamento...” significa aumentar, melhorar a renda, ou seja, os ganhos econômicos. Em B, “...revisores de mão pesada...” são revisores muito rígidos, muito exigentes, intolerantes às infrações gramaticais.

Em C, “...escreve contra o relógio...” significa que escreve celeremente, ou seja, pelo fato de o tempo ser exíguo, precisa escrever rapidamente, velozmente. Por fim, em D, “...atua longe dos holofotes...” significa que trabalha discretamente, sem chamar a atenção das pessoas e não necessariamente de forma isolada. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Essa é uma questão que trabalha com a noção de paráfrase. A paráfrase, originária do grego *para-phrasis* (repetição de uma sentença), constitui-se na recriação textual, tendo como suporte um texto-fonte. Ao parafrasearmos um texto, estamos atribuindo-lhe uma nova “roupagem” discursiva, embora mantendo a mesma ideia contida no texto original. Dessa forma, em A, os termos “por certo” e “seguramente” apresentam ideias semanticamente equivalentes no contexto em que foram empregados. “Por certo” indica certeza, segurança ou concordância com algo. “Seguramente” também indica algo com grande certeza, algo repleto de segurança.

Em B, os termos “sem dúvida” e “evidentemente” são semanticamente equivalentes no contexto. “Sem dúvida” indica certeza ou convicção sobre algo. “Evidentemente” significa algo que se compreende sem dificuldade, que não oferece dúvidas; claro, óbvio, inequívoco.

Em D, “por vezes” e “ocasionalmente” apresentam correspondência semântica no contexto em análise. “Por vezes” significa algo que ocorre de vez em quando, com frequência regular, mas não sempre. “Ocasionalmente” significa algo que acontece de forma não regular, esporádica ou em intervalos irregulares.

No entanto, em C, “em tese” e “efetivamente” apresentam ideias distintas, na verdade, opostas. Em tese quer dizer algo hipotético, com possibilidade de acontecer ou não. É uma expressão utilizada para indicar que algo é válido ou verdadeiro em teoria, mas que pode não ser na prática, ou que é uma possibilidade geral, mas não necessariamente uma certeza. “Efetivamente” indica que algo acontece ou é verdadeiro de forma concreta e não apenas em teoria. Serve para confirmar ou enfatizar que algo é verdadeiro, acontece ou produz efeitos reais. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTHAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A variação diastrática é a mudança na linguagem provocada por fatores sociais. Ela aparece quando diferentes grupos da sociedade, como estudantes, profissionais, idosos ou jovens, utilizam modos distintos de se expressar. Isso inclui vocabulário, pronúncia e até formas gramaticais. Essa variação está diretamente ligada à realidade de quem fala. Pessoas com mais acesso à educação formal costumam seguir com mais rigor as normas da gramática padrão. Já grupos com menor escolaridade podem usar formas mais próximas da oralidade popular, sem que isso represente erro linguístico. Portanto, o gabarito é a letra A.

Letra B - Variação Diafásica (situacional): está relacionada ao contexto em que a língua é usada. A forma como falamos com amigos é diferente da forma como falamos em uma entrevista de emprego, por exemplo. Isso envolve a escolha de um registro linguístico mais formal ou informal, dependendo da situação.

Letra C – Variação Diacrônica (histórica): trata das mudanças que a língua sofre ao longo do tempo. O português medieval, por exemplo, é diferente do português atual. Palavras e expressões caem em desuso, outras são criadas e a gramática e a pronúncia também podem mudar com o tempo.

Letra D - Variação Diatópica (geográfica): refere-se às diferenças linguísticas entre regiões geográficas. Por exemplo, o português brasileiro e o português europeu são variações diatópicas do mesmo idioma. Dentro do Brasil, também existem variações regionais, como o uso de diferentes termos para a mesma fruta (macaxeira, aipim, mandioca).

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTHAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nessa questão, é necessário que o candidato reconheça as relações coesivas do texto, mais especificamente as repetições ou substituições, que servem para estabelecer a continuidade textual. A compreensão de informações e ideias apresentadas pelo autor ultrapassa a simples decodificação e depende da devida percepção dessas relações para o efetivo entendimento da leitura.

A. INCORRETO: os pronomes “desse”, “estes” e “seus” não exercem, no contexto, respectivamente, função anafórica, catafórica e anafórica. Os três são pronomes anafóricos. Não há, no 4º parágrafo, pronome com função catafórica.

B. CORRETO: no 5º parágrafo, os pronomes “deles” e “seus” retomam antecedentes textualmente distintos. “Deles” retoma “estudantes” e “seus” retoma “alunos”. No entanto, considerando o contexto, os termos “estudantes” e

“alunos” estão sendo claramente utilizados pela autora como sinônimos, o que pode ser confirmado no parágrafo: “Os textos produzidos por estudantes universitários, por vezes, refletem falhas da formação escolar anterior – e quem o diz são os próprios professores que leem os trabalhos deles. Alguns orientadores sugerem a alunos que submetam seus trabalhos à revisão profissional, mas muitos outros não o fazem. Além disso, frequentemente esses trabalhos são revisados por outros estudantes...”.

C. INCORRETO: no 5º parágrafo, a substituição do pronome “o” (1ª e 2ª ocorrências) pelo pronome “isto” não provocará qualquer alteração semântica. No entanto, ocorrerá inadequação linguística, uma vez que o mais recomendado é o emprego do pronome de 2ª pessoa “isso”, exatamente por se tratar de pronome com função anafórica.

D. INCORRETO: o pronome “seus” em “seus trabalhos” (5º§) não gera ambiguidade no contexto, pois está claro que os trabalhos pertencem aos alunos e não aos orientadores/professores, pois a autora afirma, de forma inequívoca: “...e quem o diz são os próprios professores que leem os trabalhos deles” (dos alunos). Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- COSTA V AL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e Coerência Textual. 9. ed. Ática, 2000.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, I. V. G. A inter-ação pela linguagem. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- KOCH, I. V. G. A coesão textual. 17. Ed. São Paulo: Contexto, 2002
- ROSENTHAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
12

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado da questão 12 apresenta ambiguidade e inconsistência interna entre o texto e os dados numéricos. A expressão “90 cientistas estão envolvidos em dois projetos distintos” induz à interpretação de que todos os 90 cientistas participam de pelo menos um dos projetos, enquanto os valores fornecidos (54, 36 e 18) indicam, pelo princípio da inclusão e exclusão, um total de apenas 72 cientistas envolvidos. Essa divergência permite duas leituras possíveis, que conduzem a respostas diferentes, comprometendo a objetividade e a unicidade da solução. Diante disso, a questão deve ser anulada.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado afirma que as vendas seguem uma progressão aritmética, portanto supõe-se essa hipótese; partindo de janeiro com 20 cursos e fevereiro com 60 (triplicou em relação a janeiro), nota-se que a diferença entre fevereiro e janeiro é 40 e, seguindo mecanicamente essa mesma diferença mês a mês, obtém-se março = 60 + 40 = 100, abril =

$100 + 40 = 140$, maio = $140 + 40 = 180$ e junho = $180 + 40 = 220$; assim, a única resposta correta sob a hipótese explicitada no enunciado é 220.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O maior número de identificações que se pode escolher sem que apareça um par consecutivo é obtido escolhendo todas as etiquetas ímpares 1,3,5,...,91, das quais há $(91+1)/2=46$, o que fornece um exemplo explícito de seleção com 46 elementos e sem dois consecutivos; portanto escolher 46 não assegura a presença de números sucessivos, e só ao escolher $46+1=47$ exemplares se garante, por contradição com a existência da seleção sem consecutivos, que haverá pelo menos dois números sucessivos. Assim, 47 exemplares é a menor quantidade que precisa ser escolhida para assegurar que, entre eles, pelo menos dois possuam números sucessivos nas etiquetas.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A frase “nenhuma caixa contenha todos os livros” é clara e objetiva, não dando margem a interpretações distintas da pretendida. A expressão, em português, significa apenas que não é permitido que uma única caixa concentre os quatro livros, ou seja, que todos fiquem juntos dentro de uma mesma caixa. Em nenhum momento o texto sugere que todas as caixas devam conter algum livro ou que nenhuma possa ficar vazia, interpretação esta que extrapola o sentido literal e direto da frase. A estrutura da oração é negativa e restritiva, limitando-se à ideia de proibição de totalidade em uma só caixa, e não de obrigatoriedade de preenchimento de todas as caixas. Dessa forma, o enunciado não é ambíguo, pois expressa com precisão a condição exigida. Seguindo essa interpretação, cada livro pode ser colocado em qualquer uma das quatro caixas, totalizando $4*4*4*4=256$ possibilidades. Como há 4 formas em que todos os livros ficam juntos (todos na vermelha, todos na azul, todos na verde ou todos na amarela), essas devem ser excluídas, restando $256-4=252$ maneiras válidas.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei nº 14.230/2021, que reformulou a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), estabeleceu expressamente, em seu art. 1º, §2º, que “*considera-se ato de improbidade administrativa a conduta dolosa do agente público que atente contra os princípios da administração pública, que importe enriquecimento ilícito ou cause dano ao erário*”. Ou seja, a configuração do ato de improbidade exige a presença de dolo específico, inclusive nos casos de violação aos princípios da administração pública.

Assim, está incorreta a alternativa A, pois a responsabilização por improbidade não é objetiva nem se presume pela mera ilegalidade ou omissão do gestor — exige-se a comprovação do elemento subjetivo dolo. Já a alternativa C, que afirma exatamente essa necessidade de comprovação do dolo específico para a responsabilização por improbidade, é a única compatível com o texto legal e com a jurisprudência vigente.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 07 nov. 2025.
- _____. Lei nº 14.320, de 25 de outubro de 2021. Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm. Acesso em: 07 nov. 2025.

- CAMPOS, J. H. M. M.; SILVA, J. G.; SILVA, B. C.; COELHO, K. A. Improbidade Administrativa após a reforma da Lei nº 14.230/2021. In: SILVA, B. C.; COELHO, K. A. (Org.). Temas emergentes da nova administração pública brasileira. Guarujá: Científica Digital, 2025.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. As Comissões Parlamentares de Inquérito, entre outras especificações, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo.

Julgamento: Correto. Conforme art. 19, §2º.

§ 2º As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores.

II. A competência de expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos é privativa do Prefeito Municipal, não podendo ser delegada aos Secretários.

Julgamento: Incorreto. Conforme art. 49, III.

Art. 49 (...) Parágrafo Único - Compete aos Secretários Municipais, além de outras atribuições conferidas em Lei:

(...) III - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

Ainda, o art. 46 permite ao Prefeito delegar aos Secretários Municipais funções administrativas que não sejam de sua competência privativa, como é o caso da expedição de instruções nas hipóteses mencionadas.

III. O Prefeito poderá delegar, por decreto, aos Secretários Municipais e ao Procurador Municipal, funções administrativas que não sejam de sua competência privativa.

Julgamento: Correto. Conforme art. 46.

Art. 46 O Prefeito poderá delegar, por decreto, aos Secretários Municipais e ao Procurador Municipal, funções administrativas que não sejam de sua competência privativa.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita que assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

Desse modo, tem-se, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF, 2025):

(F) A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (e não Lei 4.320/1964), que se refere às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece as normas para elaboração e publicação do RREO.

Embasamento bibliográfico: Manual de Demonstrativos Fiscais (2025), página 170, tópico 03.00.01. INTRODUÇÃO.

(V) O RREO deverá ser assinado pelo Chefe do Poder Executivo que estiver no exercício do mandato na data da publicação do relatório ou por pessoa a quem ele tenha legalmente delegado essa competência.

(V) Não há diferenciação entre os entes no tocante à necessidade (explicitamente à necessidade, não ao conteúdo) de elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Se houver diferenciação, esta deve constar em tópico específico em cada um deles.

Embasamento bibliográfico: Manual de Demonstrativos Fiscais (2025), página 171, tópico 03.00.02.01. Entes da Federação.

(F) São demonstrativos do RREO, entre outros, o Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (esse é do Anexo de Metas Fiscais) e o Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas. *APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS É UM ANEXO QUE INTEGRA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000.*

Manual de Demonstrativos Fiscais (2025), página 170, tópico 03.00.01. INTRODUÇÃO.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 14. ed. 2025. Disponível em: < <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf> >.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede que indique as afirmativas corretas sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o preconiza a Constituição Federal de 1988.

Desse modo tem-se:

I – A afirmativa I está correta, pois, de acordo com o artigo 165 § 2º da Constituição Federal de 1988, a LDO estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e estabelece parâmetros para iniciativa de lei de fixação das remunerações no âmbito dos órgãos do poder legislativo.

II – A afirmativa II está correta, pois, de acordo com o artigo 35 § 2º item II da Constituição Federal de 1988, o projeto da LDO deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até oito meses e meio antes do encerramento do exercício.

III – A afirmativa III está incorreta, pois, de acordo com o artigo 57 da Constituição Federal de 1988, se o Congresso Nacional não devolver o projeto da LDO para sanção no prazo estipulado (até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa), a sessão legislativa federal NÃO se interrompe. O recesso parlamentar, que constitucionalmente ocorreria de 18 a 31 de julho, fica automaticamente suspenso (ou o Congresso entra em "recesso branco") enquanto a LDO não for aprovada e enviada para sanção presidencial. O Congresso permanece, portanto, em sessão legislativa ordinária e não pode iniciar o recesso sem cumprir essa obrigação constitucional.

Fonte:

- BRASIL. Constituição (1988). República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm 1988.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede que se assinale a alternativa incorreta sobre regime de adiantamento (suprimento de fundos).

Desse modo tem-se, de acordo com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2025), páginas 137, 138 e 139, bem como os artigos 68 e 69 da Lei nº 4.320/1964:

A letra B está incorreta, pois O adiantamento NÃO representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, NÃO ocorre redução no patrimônio líquido.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 11. ed. 2024.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede que se assinale a alternativa incorreta sobre regime de adiantamento (suprimento de fundos).

Desse modo tem-se, de acordo com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2025), páginas 137, 138 e 139, bem como os artigos 68 e 69 da Lei nº 4.320/1964:

A letra B está incorreta, pois O adiantamento NÃO representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, NÃO ocorre redução no patrimônio líquido.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 11. ed. 2024.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita que assinale a afirmativa correta de acordo com o conteúdo da apresentação das demonstrações contábeis está normatizada pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

I – A afirmativa I está correta, pois, de acordo com o item 7.10 da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG Estrutura Conceitual, a compensação ocorre quando a entidade reconhece e mensura tanto ativo como passivo como unidades de conta separadas, mas as agrupa em um único valor líquido no balanço patrimonial.

II – A afirmativa II está correta, pois, de acordo com o item 7.14 da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG Estrutura Conceitual, a classificação é aplicada, entre outros aspectos, a receitas e despesas resultantes da unidade de conta selecionada de ativo ou passivo.

III – A afirmativa III está incorreta, pois, de acordo com os itens 4.54 e 7.10 da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG Estrutura Conceitual, compensar ativos e passivos é diferente de tratar um conjunto de direitos e obrigações como uma única unidade de conta.

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade – Estrutura Conceitual.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) O termo provisão NÃO deve remeter a elementos do ativo, como, por exemplo, o ajuste para perdas de recebíveis (item 16 da NBC TSP 03).

B) Os passivos contingentes NÃO devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, e deverão ser divulgados em notas explicativas (itens 35 e 36 da NBC TSP 03).

C) As provisões se distinguem dos demais passivos porque envolvem incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua extinção (e não criação) (item 19 da NBC TSP 03).

D) São reconhecidas como provisões apenas as obrigações decorrentes de eventos passados que existam independentemente das ações futuras da entidade. Aqui não se fala de todas as condições para reconhecimento de uma provisão, mas sim que somente uma provisão decorrente de eventos passados que existam independentemente das ações futuras da entidade é reconhecida. Ou seja, uma provisão (ou operação) que não atende esse critério não é reconhecida. (item 22 da NBC TSP 03).

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede que assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000.

Desse modo, tem-se:

A) A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.

B) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25%.

C) É uma exigência para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, a existência de dotação específica.

D) A transparência fiscal será assegurada, entre outros aspectos, pelo incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão do orçamento.

Fonte:

- BRASIL. Lei complementar no 101, de 4 de maio de 2000. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede que assinale a alternativa correta sobre a depreciação do ativo imobilizado, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07.

Desse modo, tem-se:

A) Ao final da vida útil, o valor contábil do ativo será igual ao seu valor residual, ou na falta deste, igual a zero (item 69 da NBC TSP 07).

B) A depreciação do ativo imobilizado NÃO cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado temporariamente de uso (item 71 da NBC TSP 07).

C) Para efetuar a depreciação é necessário que a base monetária inicial seja confiável, ou seja, o valor registrado deve espelhar o valor justo (itens 37, 38 da NBC TSP 07).

D) A causa que influencia a redução do valor do imobilizado pela depreciação é a existência de duração limitada (letras b e c do item 72 da NBC TSP 07), prazo legal ou contratualmente limitado (letra d do item 72 da NBC TSP 07).

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

Cargo: Desenhista

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A temática textual refere-se ao assunto central ou tema principal que um texto aborda. É o tópico ou ideia que guia o desenvolvimento do texto e sobre o qual o autor está escrevendo. Em outras palavras, é o que o texto está tratando ou discutindo. Considerando as ideias apresentadas, é possível perceber que o assunto principal abordado ao longo do texto é: a condição feminina e a busca por identidade, através de uma profunda sensibilidade. “A criada” é um conto que, através de uma linguagem poética e de uma narrativa intimista, explora a complexidade da experiência humana, a busca por identidade e a riqueza da vida interior de uma personagem que, apesar de sua condição social, revela uma profunda sensibilidade e percepção do mundo. Tal fato pode ser claramente evidenciado através dos trechos: “Sim, havia profundidade nela. Mas ninguém encontraria nada se descesse nas suas profundezas – senão a própria profundidade, como na escuridão se acha a escuridão” (7º§); “Ah, então devia ser esse o seu mistério: ela descobrira um atalho para a floresta. Decerto nas suas ausências era para lá que ia” (8º§); “Ela se arranjava para servir muito mais remotamente, e a outros deuses. Sempre com a inteireza de espírito que trouxera da floresta. Sem um pensamento: apenas corpo se movimentando calmo, rosto pleno de uma suave esperança que ninguém dá e ninguém tira” (11º§).

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, a misteriosa infante, em “A criada”, descobria em seu momento de inércia total um atalho para floresta. Era provável que a jovem se dirigisse para lá, assim teria tempo e espaço para se encontrar e compreender quem era ela. Neste lugar sem o tempo marcado pelo relógio, Eremita poderia, então, livrar-se das solicitações e das cobranças do seu mundo de criada. Não voltaria impune de seu instante consigo mesma, estaria renovada. Considera-se que Eremita precisa voltar à sua tristeza; regressava branda e ignorante, mas com “olhos completos”. É possível perceber que Eremita vivia numa espécie de mundo paralelo, onde ela não era a simples criada, mas a sacerdotisa de um mistério bem guardado. E isso tudo acontecia no exercício de seus deveres diários: ela entre mundos. Em “Ah, então devia ser esse o seu mistério: ela descobrira um atalho para a floresta”, Clarice Lispector cria uma atmosfera de afastamento em torno da personagem. As demais transcrições dadas para análise retratam apenas fatos secundários abordados no texto.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se que o termo “mas” é uma conjunção coordenativa adversativa, usada para ligar duas orações ou termos que expressam ideias opostas ou contrárias. É sinônima de: “porém”; “todavia”; “contudo”; entre outras. O termo “como”, nesse caso, indica conformidade com algo que foi dito ou estabelecido.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa incorreta é sobre os hábitos de Eremita; a criada precisa voltar à sua tristeza, regressava branda e ignorante, mas, com “olhos completos”. Deixava, então, a inércia e retomava seus hábitos cotidianos: serena ao retirar o dinheiro da patroa, discricção ao retirar itens da dispensa, o modo fúgitivo de comer o pão. Novamente os chamados, os pedidos e as aflições de uma criada, não mais a floresta onde conhecia todos os segredos e lá poderia ser levada à fogueira. “O fictício não está nunca nas coisas nem nos homens, mas na impossível verossimilhança do que está entre eles”; aquilo que Eremita não pode contar, nem expressar, fica recluso em seu mundo particular, não pode vir à tona para sua vida de criada. Eremita vive em uma espécie de mundo paralelo, onde ela não era a simples criada, mas a sacerdotisa de um mistério bem guardado. Conclui-se, portanto, que os costumes habituais de Eremita não são considerados “segredos” de seu mundo particular; fazem parte, na verdade, da sua vida de criada. As demais afirmações estão coerentes com o texto de Clarice Lispector.

BRANCA
21

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O endereço IP (Internet Protocol) é um identificador lógico atribuído a um dispositivo em uma rede, mas ele não é, necessariamente, único na Internet por vários motivos:

Em redes locais (como empresas, escolas ou residências), diversos dispositivos compartilham o mesmo endereço IP público por meio do NAT. Assim, vários equipamentos diferentes (computadores, celulares, impressoras, etc.) podem acessar a Internet com o mesmo endereço IP público.

Provedores de Internet geralmente atribuem endereços IP de forma dinâmica por meio do DHCP. Isso significa que o mesmo IP pode ser usado por diferentes dispositivos em momentos distintos, o que descaracteriza a exclusividade permanente.

Portanto, não existe uma alternativa correta, sendo a questão anulada.

- Fontes:
KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2021.
- TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021.

BRANCA
22

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Impressoras e monitores podem ser tanto de entrada quanto de saída; por exemplo, impressoras multifuncionais e monitores com touch screen. Scanners são considerados dispositivos de entrada e não de saída.

Portanto, há duas alternativas incorretas, sendo a questão anulada.

BRANCA
31

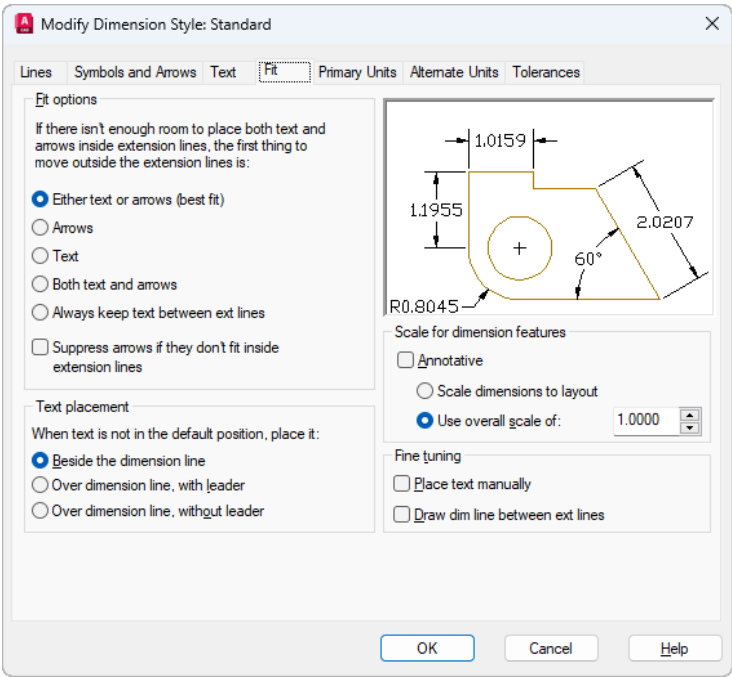
Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Conforme os autores Cunha, Guilherme Bernardino na obra **Informática básica, 2017**, “os sistemas operacionais agrupam os dados em compartimentos lógicos para armazená-los em disco (memória secundária, tais como hd,

pendrive, etc).” As informações agrupadas na memória RAM se perdem com o desligamento do Computador. Por essa razão, a alternativa V, a qual afirma que os arquivos são armazenados na memória RAM está incorreta. A banca julga que procedente o recuso. A questão deve ser anulada, pois não existe alternativa a ser escolhida.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.
Conforme User Guide e Dimension Style Manager Reference, In **Fit Tab (Dimension Style Manager)**, disponível no link: <https://help.autodesk.com/view/ACD/2025/ENU/?guid=GUID-17FAE4A5-34C7-4D87-BFC5-E3791C083E73> a propriedade "User overall scale" no AutoCAD, localizada nas opções de estilo de cota, define o fator de escala geral aplicado a todas as variáveis da cota que especificam tamanhos, distâncias ou deslocamentos. Essencialmente, ela permite controlar de uma vez o tamanho de todos os elementos visuais de uma cota. É usada para garantir que textos, setas, linhas e outros elementos visuais das cotas tenham um tamanho legível e adequado para o resultado final da plotagem, independentemente da escala real do desenho. A banca julga o recurso improcedente.



BRANCA
34

Recurso Procedente. Anula-se a questão.
Segundo Souza Oliveira dos Santos em Curso Prático de Desenho Técnico em AutoCAD, quando um bloco é inserido, o software verifica as camadas que o compõem. Se essas camadas ainda não existirem no desenho de destino, elas são criadas com suas propriedades originais. Logo a redação da alternativa D apresenta um erro conceitual ao afirmar que “As camadas originais do bloco são recriadas no desenho de destino com seus nomes e propriedades (cor, tipo de linha etc.), contanto que já existam camadas com os mesmos nomes.” O correto é contanto que já não existam camadas com os mesmos nomes.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme bibliografia SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Instalações elétricas. São Paulo, editora SENAI, a alternativa avalia capacidade de interpretação do desenho técnico, a partir da planta e os símbolos nela expostos.

I. As indicações "#2.5" em várias linhas indicam que será necessário a aquisição de fiação de 2.5 mm², para a iluminação. Na planta essa bitola foi colocada para indicações da tomada. Opção INCORRETA

II. O circuito "1" e "1a" indicam que a secretaria terá de solicitar a instalação de dois(2) interruptores paralelos, os quais controlam dois pontos de luz no centro de "100W" cada. Opção CORRETA

III. As linhas tracejadas no circuito dois (2) indicam que a secretaria terá que realizar obras para embutir os eletrodutos. A alternativa cobra apenas a interpretação quanto a embutimento, não se solicitou a indicação do local ou tipo de embutimento. se embutir o CORRETA

IV. A planta elétrica que será necessário realizar a instalação de duas tomadas baixas, duas tomadas de média altura e uma tomada alta, em média 2m do piso acabado. Na planta há apenas uma indicação de tomada de média altura, sinalizada pelo triângulo metade preto, metade branco, na parede ao lado do quadro de distribuição. Opção INCORRETA

V. QD/LF Quadro de Distribuição; ponto central da instalação elétrica, onde a energia da rede externa entra e é distribuída para os diferentes circuitos internos, geralmente contendo disjuntores para proteção. Opção CORRETA.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a NBR 6492: Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos – Requisitos. Rio de Janeiro, 2021. A Tabela A.3 do Anexo A da NBR 6492:2021, especifica as alturas de letras e algarismos para diversas finalidades, sendo 3,5 mm a altura correta para a denominação de ambientes, marcação de eixos e representação gráfica de acesso.

Cargo: Engenheiro Agrônomo

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:", a alternativa "C) I e III, apenas." foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de

autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”. A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “D) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “A) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “B) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “C) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global.” (1º§) é composto por:”, a alternativa “C) Uma oração apenas, denominada oração absoluta.” foi adequadamente indicada como correta. No período destacado, há apenas um verbo: “são” (verbo de ligação). Não há nenhum outro verbo que indique uma nova ação ou relação de dependência sintática. Tudo o que vem depois (“por alterações de pensamento...”) funciona como complemento nominal e adjunto adverbial de modo, sem verbo. Essa oração não depende nem está ligada a outra por coordenação ou subordinação. Uma oração que aparece isolada, sem depender nem coordenar-se a outra, é chamada de oração absoluta. A alternativa “A) Duas orações coordenadas.” não pode ser indicada como correta, pois, só há um verbo. A alternativa “B) Uma oração principal e duas subordinadas.” não pode ser indicada como correta, pois não há orações subordinadas (nenhuma conjunção subordinativa ou verbo dependente). A alternativa “D) Uma oração principal e uma subordinada adverbial.” não pode ser indicada como correta, pois, o trecho “em associação à angústia...” é locução prepositiva, não uma oração (não tem verbo).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descriptiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o contexto apresentado, indique a alternativa cujo termo sugerido não pode substituir o termo destacado de forma a preservar o significado original do texto.”, a alternativa “B) “[...] por meio de divulgação de conteúdos de qualidade e que promovam o bem-estar social.” (4º§) – esmoreçam”

foi adequadamente indicada como gabarito. O verbo original “promover” significa fomentar, contribuir positivamente para algo, ao substituir por “esmoreçam” o sentido é modificado já que “esmorecer” significa diminuir, perder força, enfraquecer, que é o oposto de “promover”. A alternativa “A) a participação intensiva – intensa” não pode ser indicada como gabarito, pois, “intensiva” e “intensa” têm significados muito próximos neste contexto: ambas indicam grande envolvimento ou frequência. A alternativa “C) prevalência – preponderância” não pode ser indicada como gabarito, pois, “prevalência” refere-se à frequência ou proporção de algo em uma população e “preponderância” significa predominância ou superioridade, que é equivalente ao contexto do aumento de transtornos, mantendo o sentido do texto. A alternativa “D) impactante – marcante” não pode ser indicada como gabarito. “Impactante” significa que causa impacto ou efeito forte, e “marcante” significa que chama atenção ou deixa impressão forte. No contexto do efeito na saúde mental, essa substituição mantém o sentido.

Fonte:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado é claro ao dizer “25% dos que ainda não haviam sido vacinados” e “50% das pessoas restantes”, o que indica que os percentuais incidem sobre o remanescente em cada etapa (ou seja, sobre M-20 na 2ª hora e sobre o que sobra após ela na 3ª), logo a interpretação algébrica é única. Além disso, a expressão “ao final da campanha, nessa manhã” apenas situa o término da sequência de três horas descrita, indicando que a campanha se encerrou naquele turno, sem gerar qualquer ambiguidade temporal ou múltiplas interpretações. Aplicando-se corretamente o raciocínio, tem-se M-20 após a 1ª hora, $0,75(M-20)$ após a 2ª hora e $0,5 \cdot 0,75(M-20) = 0,375(M-20)$ após a 3ª hora; como ao final restaram 15 pessoas, $0,375(M-20) = 15 \Rightarrow M-20 = 40 \Rightarrow M = 60$, portanto a resposta correta é 60.

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

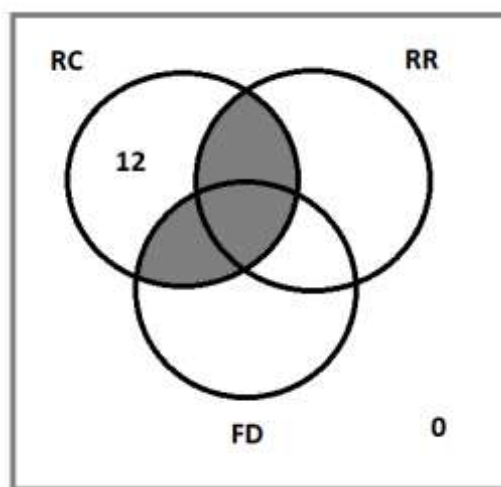
BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No enunciado:

“Todos fizeram pelo menos um curso” significa que não há fisioterapeuta que não tenha feito nenhum curso. Ou seja, cada pessoa fez um ou mais cursos. O “pelo menos” define o limite inferior, mas não implica exclusividade: alguém pode ter feito dois ou três cursos.

“Apenas um curso” indica exclusividade: o fisioterapeuta fez exatamente aquele curso e nenhum outro. Por exemplo, “apenas reabilitação cardíaca” significa que a pessoa não fez nem reabilitação respiratória nem fisioterapia desportiva. Portanto, a ausência de “apenas” não gera ambiguidade, porque os números fornecidos para interseções (como “22 fizeram C e R”) deixam claro que ali estão incluídas as pessoas que podem ter feito também outro curso (ou seja, a interseção de dois cursos pode incluir o terceiro curso). É justamente isso que permite resolver a questão com o princípio da inclusão-exclusão. Assim, considere RC = Reabilitação Cardíaca, RR = Reabilitação Respiratória e FD = Fisioterapia Desportiva. Com as duas primeiras informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:

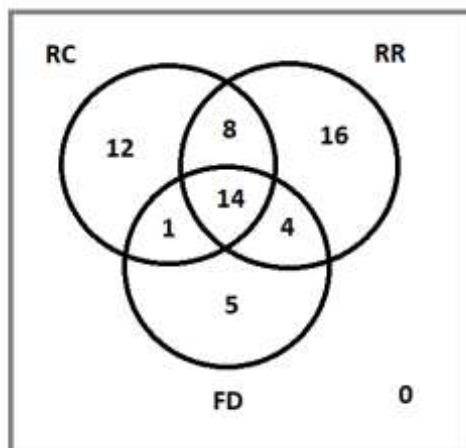


A área hachurada deve, portanto, ter um total de $35 - 12 = 23$ elementos. Logo, em notação de conjuntos, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23$. A partir das informações 4 e 6:

22 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e reabilitação respiratória, implicando que $RR \cap RC = 22$.

15 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e fisioterapia desportiva, implicando que $FD \cap RC = 15$. Portanto, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow 22 + 15 - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow (RR \cap RC \cap FD) = 14$.

Com as demais informações do enunciado, tem-se o diagrama de Venn completo:



BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nas citações bibliográficas, a deficiência de Enxofre é marcada por clorose em folhas novas. Clorose é um sintoma que por definição é a presença de tom amarelo, portanto não há nenhuma incorreção na afirmação que "folhas novas amareladas" é um sintoma de deficiência de enxofre. A associação de amarelecimento com a sua presença em folhas novas, devido à baixa mobilidade do nutriente, pode ser o diagnóstico diferencial da deficiência de nitrogênio.

Fonte:

- MALAVOLTA, E. e FERNANDES, D R e ROMERO, J P. Seja o doutor do seu cafezal. Informações Agronômicas. Encarte especial, n. 64, p. 1-12, 1993 Tradução. Acesso em: 04 jul. 2025.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Com os parâmetros informados pode-se calcular a necessidade de calagem, com um método amplamente utilizado no estado de Minas Gerais sem a necessidade de qualquer transformação ou utilização de fatores de correção como apresentado abaixo.

$$NC(t/ha) = CTC(T) * (Vc - Vs) / PRNT$$

Onde:

CTC(T) é o índice de saturação de bases do solo a pH 7

Vc= Índice de saturação de bases ideal da cultura

Vs= Índice de saturação de bases do solo.

PRNT é o poder relativo de neutralização total do calcário.

assim temos: $NC = 7,84(60-32,4)/90 = 2,4 \text{ t/ha}$.

Fonte:

- RIBRIERO, A.C.; GUIMARÃES, P.T.G.; ALVAREZ V., V.H. (eds.). Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais - 5ª Aproximação. Viçosa, MG: CFSEMG, 1999. acessado em 04/07/2025.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conceito de Evapotranspiração de Referência adotado pela FAO é bastante claro quando determina que Evapotranspiração de referência é a evapotranspiração de uma cultura de referência cobrindo completamente o solo, sem limitação hídrica e em crescimento ativo. Situações especiais, onde a mesma se aproxima da Evapotranspiração da cultura, não foram apontadas no enunciado para permitirem tais interpretações. Quanto o uso da Sigla ETO ao invés de ETo, como juntamente foi discriminado por extenso o nome Evapotranspiração de referência, a diferença não interfere na escolha da resposta correta.

Fonte:

- STONE, L. F.; SILVEIRA, P. M. da. Determinação da evapotranspiração para fins de irrigação. Embrapa Arroz e Feijão Goiânia: EMBRAPA-CNPAP, 1995. 49p

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a resolução DC/ANVISA Nº 294 DE 29/07/2019 no seu artigo Art. 39 as categorias são as seguintes:

- I - Categoria 1: Produto Extremamente Tóxico - faixa vermelha;
- II - Categoria 2: Produto Altamente Tóxico - faixa vermelha;
- III - Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico - faixa amarela;
- IV - Categoria 4: Produto Pouco Tóxico - faixa azul;
- V - Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo - faixa azul; e
- VI - Não Classificado - Produto Não Classificado - faixa verde.

Portanto somente a alternativa D : Categoria 1: produto extremamente tóxico – faixa vermelha Categoria 2: produto altamente tóxico – faixa vermelha Categoria 3: produto moderadamente tóxico – faixa amarela Categoria 4: produto pouco tóxico – faixa azul Categoria 5: produto improvável de causar dano agudo – faixa azul Não classificado: produto não classificado – faixa verde. Atende corretamente todas as correspondências. Tal conteúdo está contido no item: INSUMOS AGRÍCOLAS (sementes, mudas e agrotóxicos e afins): 1 Produção de sementes e mudas. 2 Toxicologia e classificação dos agrotóxicos. Constante no edital.

Fonte:

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 294, de 29 de julho de 2019. Dispõe sobre os critérios para avaliação e classificação toxicológica, priorização da análise e comparação da ação toxicológica de agrotóxicos, componentes, afins e preservativos de madeira. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 146, p. 78, 31 jul. 2019.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta as formulações e propriedades de duas importantes caldas utilizadas na agroecologia. Como o enunciado não determina especificidades de uso e formulação a interpretação deve ser feita baseada na análise geral, de modo que Calda Sulfocálcica é um insumo com conhecida ação acaricida e formulado basicamente com enxofre e cal enquanto a Calda Bordalesa de modo geral tem ação fungicida e é formulada com sulfato de cobre e cal.

Fonte:

- SANTOS, A. H. dos; AMARAL, D. R. *Produção e uso de caldas bordalesa e sulfocálcica no controle de pragas e doenças*. Viçosa: EPAMIG, 2014. 20 p. (Boletim Técnico, 101). Disponível em: <https://www.epamig.br>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRANCA
40

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O Item 3 da questão “A utilização de cochos cobertos é uma medida necessária à aplicação correta da técnica”, apesar de apresentar-se como uma boa prática de manejo não limita a aplicação da técnica como apresentado nos argumentos dos candidatos. Assim, recomendo a anulação da questão.

Fonte:

- Morenz, M. J. F. et al. Cana com ureia na alimentação de bovinos: cartilhas adaptadas ao letramento do produtor. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 32 p.

BRANCA

02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA

03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Como característica de estruturas linguísticas para o gênero textual apresentado, é possível observar:”, a alternativa “B) Preferência por períodos compostos.” foi adequadamente indicada como correta. O texto apresenta frases longas, com várias orações coordenadas e subordinadas, o que caracteriza períodos compostos.

Exemplos do texto:

“Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais.”

“O aumento no tempo dispensado utilizando as redes sociais relaciona-se ao sentimento de isolamento do mundo real, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais.”

Isso é típico de textos científicos ou acadêmicos, que buscam explicitar relações complexas entre ideias.

A alternativa “A) Linguagem formal e subjetiva.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto é formal, sim, mas não é subjetivo; apresenta informações objetivas, dados estatísticos e referências de órgãos oficiais, como OMS e

IBGE. A subjetividade envolveria opiniões pessoais, sentimentos ou julgamentos, que não aparecem aqui. A alternativa “C) Preferência pela ordem indireta como escolha linguística.” não pode ser indicada como correta, pois, a ordem indireta significa inverter a sequência natural sujeito-verbo-objeto. No texto, a ordem sintática predominante é direta, típica de textos científicos: “O uso de mídias sociais é um hábito relativamente recente.” Não há evidência de inversões frequentes de sujeito e predicado. A alternativa “D) Emprego dos pronomes pessoais como delimitadores do público-alvo.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não usa pronomes pessoais como “você”, “nós” para se dirigir ao leitor. Ele se mantém em terceira pessoa e impessoal, característica de textos expositivos ou científicos, onde o público-alvo é amplo, acadêmico ou informativo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais”.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”. A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “D) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “A) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “B) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “C) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descriptiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “De acordo com o IBGE, 70% da população brasileira tem acesso à internet, além disso, o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet, estando online em média 9 horas e 29 minutos por dia, sendo que 40% (3 horas e 34 minutos) deste tempo é utilizado em mídias sociais.” (2º§), a expressão “além disso” indica:”, a alternativa “D) Conectivo aditivo empregado na introdução de uma informação vinculada ao exposto anteriormente.” foi adequadamente indicada como correta. A locução “além disso” é um conectivo aditivo, ou seja, introduz uma ideia que acrescenta outra anterior, mantendo relação de adição. Ela equivale a expressões como: “também”, “outrossim”, “de mais a mais”, “somando-se a isso”. Portanto, o papel dela é acrescentar nova informação, não retomar, resumir, nem confirmar. A nova informação (“o Brasil é o segundo país...”) está vinculada ao que veio antes (“70% da população tem acesso à internet”), ou seja, a segunda ideia complementa a primeira, reforçando o argumento sobre o uso intenso da internet no Brasil.

A alternativa “A) “Retomada de informação e ideia anterior por meio de síntese objetiva.”” não pode ser indicada como correta, pois, “além disso” não resume nem sintetiza o que veio antes; ela acrescenta uma informação nova, o conectivo de síntese seria, por exemplo, “em suma”, “portanto”, “assim”. A alternativa “B) “Apropriação de uma informação citada anteriormente e confirmada por meio de dados precisos.”” não pode ser indicada como correta, pois, o conectivo não confirma, mas acrescenta. A informação após “além disso” (“o Brasil é o segundo país...”) não confirma a anterior (“70% da população tem acesso à internet”), mas complementa o argumento com outro dado. A alternativa “C) “Expressão circunstancial empregada no fortalecimento da argumentação desenvolvida no período.”” não pode ser indicada como correta, pois, embora “além disso” contribua para a coesão argumentativa, o foco não é a circunstância, e sim a adição.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A tabela dá contagens absolutas num universo de 240 aparelhos, por isso a probabilidade de um evento A é simplesmente $n(A)/240$, em que $n(A)$ é a quantidade de elementos do evento A. Sendo assim, não é necessário que os eventos sejam mutuamente exclusivos ou independentes para computar essas proporções. Além disso, as probabilidades pedidas são proporções observadas na amostra (podem ser expressas como frações, decimais ou percentuais), não se trata de “probabilidade da pior hipótese” nem de outro conceito distinto. O evento X (“embalagem rígida”) ocorre em $30 + 70 = 100$ aparelhos, então $P(X)=100/240=5/12$. O evento Y (“com defeito e embalagem flexível”) ocorre em 20 aparelhos, logo $P(Y)=20/240=1/12$. O evento Z (“sem defeito e embalagem flexível”) ocorre em 120 aparelhos, então $P(Z)=120/240=1/2$.

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado define claramente que X corresponde ao número inicial de leitores, ao afirmar: “Inicialmente, X leitores iriam dividir o valor igualmente”, e em seguida informa que 2 deles desistiram, de modo que os restantes pagam R\$ 4,00 a mais cada. Não há, portanto, dupla interpretação válida: X é inequivocamente o total inicial de participantes. Para resolver a questão, seja X o número inicial de leitores, cada um pagaria $240/X$; após a desistência de 2 leitores, os $X-2$ restantes pagam $240/(X-2)$, e a diferença é R\$ 4, ou seja, $240/(X-2) - 240/X = 4$. Resolvendo a equação, obtém-se $X=12$ como raiz positiva. Assim, a resposta correta é 12.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

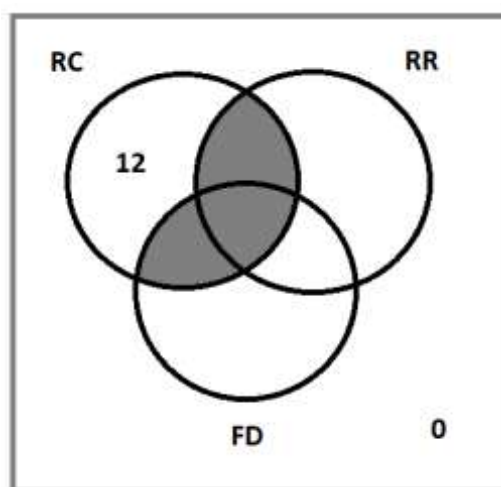
BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No enunciado:

“Todos fizeram pelo menos um curso” significa que não há fisioterapeuta que não tenha feito nenhum curso. Ou seja, cada pessoa fez um ou mais cursos. O “pelo menos” define o limite inferior, mas não implica exclusividade: alguém pode ter feito dois ou três cursos.

“Apenas um curso” indica exclusividade: o fisioterapeuta fez exatamente aquele curso e nenhum outro. Por exemplo, “apenas reabilitação cardíaca” significa que a pessoa não fez nem reabilitação respiratória nem fisioterapia desportiva. Portanto, a ausência de “apenas” não gera ambiguidade, porque os números fornecidos para interseções (como “22 fizeram C e R”) deixam claro que ali estão incluídas as pessoas que podem ter feito também outro curso (ou seja, a interseção de dois cursos pode incluir o terceiro curso). É justamente isso que permite resolver a questão com o princípio da inclusão-exclusão. Assim, considere RC = Reabilitação Cardíaca, RR = Reabilitação Respiratória e FD = Fisioterapia Desportiva. Com as duas primeiras informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:

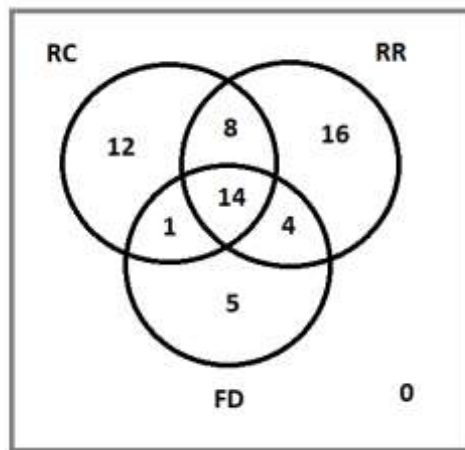


A área hachurada deve, portanto, ter um total de $35 - 12 = 23$ elementos. Logo, em notação de conjuntos, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23$. A partir das informações 4 e 6:

22 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e reabilitação respiratória, implicando que $RR \cap RC = 22$.

15 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e fisioterapia desportiva, implicando que $FD \cap RC = 15$. Portanto, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow 22 + 15 - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow (RR \cap RC \cap FD) = 14$.

Com as demais informações do enunciado, tem-se o diagrama de Venn completo:



BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base nas disposições legais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992). Com base na legislação vigente, a única alternativa incorreta é: “A ocorrência de um dolo genérico é necessária e suficiente para penalizar o agente pelas condutas tipificadas pela Lei de Improbidade Administrativa vigente.”, pois essa afirmativa não está consoante com a legislação vigente anteriormente citada, nem, tampouco, com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV. A esse respeito, vide transcrições a seguir.

LEI 8.429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).

CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

[...]

CAPÍTULO V - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

[...]

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Julgado mérito de tema com repercussão geral - TRIBUNAL PLENO

Certidão de Julgamento da Sessão Extraordinária de 18/08/2022

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 1.199 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para extinguir a presente ação, e, por maioria, o Tribunal acompanhou os fundamentos do voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), vencidos, parcialmente e nos termos de seus respectivos votos, os Ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Na sequência, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se -

nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". Redigirá o acórdão o Relator. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.8.2022.

Fontes:

- Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- Julgamento do Tema 1199 pelo Supremo Tribunal Federal.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Julgamento: Correto. Conforme art. 40 da LOM.

Art. 40 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

II. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador-Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

Julgamento: Correto. Conforme art. 41, §1º, da LOM.

Art. 41, § 1º O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

III. O Prefeito pode se ausentar do município, sem necessidade de autorização da Câmara Municipal, por até quinze dias.

Julgamento: Correto. Conforme art. 44 da LOM.

Art. 44 O Prefeito residirá no Município e dele não poderá ausentar-se sem autorização da Câmara Municipal por mais de quinze dias, sob pena de perder o cargo, salvo se em gozo de férias ou licença.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990].

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão propôs avaliar o conhecimento do candidato sobre a responsabilidade pelo gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, no que se refere à logística reversa de embalagens, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

A logística reversa é definida nos arts. 30 e 33 da lei como instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e restituição dos resíduos ao setor empresarial, para reaproveitamento ou outra destinação ambientalmente adequada.

O art. 33, caput, é claro ao estabelecer que são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, de forma independente do serviço público de limpeza urbana, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes. Portanto, o núcleo central da questão — a responsabilidade compartilhada entre os agentes da cadeia produtiva — foi corretamente abordado pela alternativa D.

Os parágrafos citados pelos recorrentes (§§ 1º, 2º e 7º) não invalidam o comando do caput; apenas complementam e detalham as condições de aplicação da logística reversa, indicando que a abrangência e o modo de execução podem variar conforme acordos setoriais e viabilidade técnica e econômica. Tais dispositivos não alteram o princípio da responsabilidade compartilhada, tampouco o fato de que o sistema deve ser estruturado pelos agentes privados, independentemente da coleta pública convencional.

Ademais, o § 7º apenas faculta ao titular do serviço público participar de ações de logística reversa, mediante acordo e remuneração, mas não transfere a ele a responsabilidade primária pela implementação do sistema.

Assim, a redação da alternativa D está em conformidade direta com o texto legal, enquanto as demais alternativas atribuem responsabilidades indevidas a consumidores, cooperativas ou exclusivamente ao poder público, contrariando o conteúdo normativo da Lei nº 12.305/2010.

A questão avalia corretamente o entendimento sobre a responsabilidade compartilhada na logística reversa de embalagens, conforme o art. 33, caput, da Lei nº 12.305/2010. As razões apresentadas não demonstram erro material ou conceitual no enunciado nem na alternativa considerada correta.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 ago. 2010.
- BRASIL. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305/2010.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Tópico 6.3 do edital – Gerenciamento de Resíduos Sólidos abrange as etapas de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final, o que inclui de forma implícita e necessária a classificação técnica dos resíduos sólidos. Assim, o tema encontra-se contemplado no conteúdo programático.

Quanto à alegação de desatualização normativa, é importante esclarecer que, embora a ABNT NBR 10004:2024 tenha sido publicada em novembro de 2024, sua implementação efetiva e adoção obrigatória ainda estavam em fase de transição no início de 2025.

A ABNT não estabelece revogação automática das versões anteriores; a substituição depende de atualização por órgãos ambientais, instituições públicas e legislações correlatas.

No contexto brasileiro, até o momento da realização deste concurso (2025), a NBR 10004:2004 ainda era amplamente referenciada por legislações estaduais, municipais e licitações públicas, além de ser utilizada pelos órgãos ambientais e no ensino técnico-acadêmico.

Portanto, a aplicação dessa norma é tecnicamente válida e didaticamente adequada para aferir o conhecimento do candidato sobre a classificação de resíduos sólidos conforme a estrutura tradicional:

Classe I – Perigosos

Classe II-A – Não inertes

Classe II-B – Inertes

A nova norma (NBR 10004:2024) propõe mudanças conceituais relevantes, baseadas em propriedades de perigo segundo o GHS, mas não invalida retroativamente a utilização da estrutura anterior em avaliações realizadas durante o período de transição normativa.

A alternativa D expressa corretamente os critérios da NBR 10004:2004, ainda vigente e amplamente adotada à época, enquanto as demais alternativas apresentam erros técnicos e normativos.

A questão está adequada ao conteúdo programático e tecnicamente coerente com o contexto normativo vigente à época do concurso (2025), considerando o período de transição entre as versões da NBR 10004.

A utilização da versão 2004 é legítima e amplamente reconhecida pelos órgãos ambientais até a consolidação da nova metodologia introduzida pela norma de 2024.

Fontes:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10004:2004 – Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10004:2024 – Resíduos – Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 ago. 2010.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei nº 9.985/2000 (SNUC) estabelece:

Parque Nacional (Art. 11): áreas de preservação para proteção integral de ecossistemas, permitindo pesquisa científica, recreação e turismo ecológico. Não há exigência de “grande extensão” mínima, mas o conceito prático e administrativo do órgão gestor considera que parques envolvem áreas relativamente amplas, compatíveis com a preservação de ecossistemas e recreação. O acesso e visitas são disciplinados pelo órgão gestor, o que a banca traduziu didaticamente como “acesso controlado”. Esta simplificação é aceitável para fins de avaliação de concurso, pois não altera a essência do conceito.

Área de Proteção Ambiental – APA (Art. 15): unidade de uso sustentável, podendo incluir áreas públicas ou privadas, com normas específicas de proteção e uso compatível com a conservação. A lei menciona que, em geral, a APA abrange áreas extensas, mas a ênfase principal é a compatibilização do uso sustentável com a proteção ambiental, que é o critério central para a classificação didática no concurso.

A descrição do gabarito, portanto, adotou critérios simplificados e didáticos, comuns em questões de concursos, para diferenciar Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, mantendo coerência com o conteúdo programático e com a legislação vigente.

A sequência 2, 1, 3, 4 (Reserva Extrativista, Estação Ecológica, Parque Nacional, APA) mantém correlação correta entre: Unidades de uso sustentável (2 e 4)

Unidades de proteção integral (1 e 3)

A questão avalia corretamente a distinção entre Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, conforme o SNUC. As descrições utilizadas foram simplificações didáticas aceitáveis para fins de concurso, mantendo a coerência com o conteúdo programático e os conceitos legais fundamentais.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRANCA
36

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A primeira afirmativa diz:

“A introdução de peixes onívoros pode reduzir a pressão de pastagem sobre o fitoplâncton, ao competir com os peixes herbívoros, e alterar o equilíbrio trófico.”

Competição ecológica: ocorre quando duas espécies utilizam um mesmo recurso limitado.

Peixes onívoros: consomem tanto fitoplâncton quanto peixes herbívoros ou outros recursos, mas no contexto da questão, o fitoplâncton permanece como recurso principal.

Ao introduzir peixes onívoros, o número total de organismos consumindo fitoplâncton aumenta, elevando a pressão de pastagem sobre o recurso.

Portanto, a afirmação de que a pressão seria reduzida é incorreta, contrariando princípios ecológicos bem estabelecidos (CAIN et al., 2018, p. 274).

As demais afirmativas permanecem corretas:

2ª afirmativa: falsa (produtores primários são fitoplâncton, não zooplâncton)

3ª afirmativa: verdadeira (biomagnificação concentra-se nos peixes carnívoros do topo)

4ª afirmativa: falsa (transferência de energia entre níveis tróficos é baixa, <20%)

Portanto, a sequência tecnicamente correta é: F, F, V, F.

A primeira afirmativa contém interpretação inadequada sobre competição e pressão de pastejo em cadeias tróficas aquáticas. A sequência fornecida pelo gabarito oficial (V, F, V, F) não reflete o comportamento ecológico correto. Assim, a questão deve ser anulada para não prejudicar os candidatos que seguiram literatura atualizada e referência normativa em ecologia.

Fonte:

- CAIN, Michael L.; BOWMAN, William D.; HACKER, Sally D. *Ecologia*, 3ª ed., Porto Alegre: ArtMed, 2018. p. 274. ISBN 9788582714690.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

1ª Afirmativa: De fato, a Lei nº 12.608/2012, em seu art. 8º, VI, estabelece que compete ao Município declarar situação de emergência e estado de calamidade pública, sem mencionar condicionantes. No entanto, o reconhecimento posterior pelos demais entes é um procedimento administrativo complementar, previsto no Decreto nº 7.257/2010 e na Instrução Normativa nº 36/2020, indispensável para o acesso a apoio e recursos federais.

Assim, a redação da afirmativa (“desde que... reconhecida pelo Estado e pela União”) não cria condição inexistente, mas reflete o encadeamento institucional previsto na legislação infralegal, em que a decretação é municipal, mas o reconhecimento pode ocorrer pelos demais entes para fins operacionais.

Logo, a afirmativa deve ser considerada verdadeira, pois expressa, ainda que de forma sintética, o fluxo normativo entre os níveis federativos conforme a Lei nº 12.608/2012 (art. 8º, VI) combinada com o Decreto nº 7.257/2010 (arts. 2º, §1º, e 6º) e a IN nº 36/2020 (arts. 6º e 7º).

2ª Afirmativa: Essa previsão é expressa no art. 2º, §1º, do Decreto nº 7.257/2010, que condiciona o acesso a recursos federais à existência de reconhecimento federal da situação de emergência.

Portanto, a afirmativa é verdadeira.

3ª Afirmativa: A caracterização de um desastre requer dados técnicos objetivos, especialmente a classificação e codificação conforme o Formulário de Informações sobre Desastres (FIDE) e a IN nº 36/2020, que exige a avaliação do nível de severidade e intensidade do evento.

Logo, a afirmativa é falsa.

4ª Afirmativa: Embora o Plano de Contingência Municipal (Plancon) não conste como documento obrigatório no pedido de reconhecimento federal (art. 6º da IN nº 36/2020), sua existência é prevista como diretriz fundamental da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), conforme o art. 3º, incisos II, IV e VIII da Lei nº 12.608/2012, que estabelece o dever dos entes federativos de manter planos de contingência, prevenção e preparação para emergências.

Além disso, o Manual de Planejamento de Defesa Civil (MDR/SEDEC, 2021) define o Plano de Contingência como instrumento de planejamento obrigatório no âmbito da gestão de riscos, cuja ausência pode restringir a obtenção de apoio técnico e financeiro da União, por representar falha na etapa de preparação prevista na PNPDEC.

Portanto, embora o plano não seja formalmente exigido como anexo obrigatório no processo administrativo de reconhecimento, ele constitui um requisito funcional da política pública, compondo os elementos de planejamento mínimo exigidos para a atuação coordenada e o acesso a recursos federais.

Assim, a afirmativa, interpretada sob a ótica das diretrizes da PNPDEC e das normas operacionais da SEDEC/MDR, é considerada verdadeira.

Após reavaliação integral da questão e do recurso apresentado:

As quatro afirmativas foram corretamente classificadas conforme o gabarito oficial (V, V, F, V).

A questão reflete com precisão a legislação e a estrutura federativa da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012; Decreto nº 7.257/2010; IN nº 36/2020).

As alegações do candidato não demonstram inconsistência técnica ou jurídica suficiente para caracterizar erro material ou múltipla interpretação.

Parecer final: Recurso improcedente. Mantém-se o gabarito oficial – letra B (V, V, F, V).

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 abr. 2012.
- BRASIL. Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010. Regulamenta a Medida Provisória nº 494, de 2 de julho de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC e o reconhecimento de situação de emergência e de estado de calamidade pública. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 ago. 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020. Dispõe sobre os procedimentos e critérios para a decretação, o reconhecimento e a solicitação de recursos federais em caso de desastres. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 dez. 2020.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) Incorreta – embora o diagnóstico ambiental do EIA envolva a identificação de APPs, a delimitação das mesmas não é um requisito obrigatório isolado do EIA. A Resolução CONAMA nº 01/1986 exige o diagnóstico ambiental da área de influência, incluindo descrição do meio físico, biológico e socioeconômico, mas não impõe como elemento obrigatório exclusivo a delimitação de APPs. Assim, a alternativa apresenta uma interpretação parcial e restritiva, não representando um requisito mínimo do EIA.

B) Incorreta – a análise de alternativas técnicas no EIA deve priorizar redução de impactos ambientais, não a viabilidade econômica, conforme art. 6º da Resolução CONAMA nº 01/1986.

C) Incorreta – medidas compensatórias monetárias não são obrigatórias no EIA, e a Lei nº 9.985/2000 refere-se a unidades de conservação, não ao licenciamento ambiental ou ao EIA.

D) Correta – o EIA deve propor medidas mitigadoras para os impactos negativos, acompanhadas de programas de monitoramento e acompanhamento dos efeitos, conforme definido na Resolução CONAMA nº 01/1986, art. 6º. Esta alternativa descreve corretamente um requisito obrigatório do EIA, sendo o único elemento que caracteriza de forma inequívoca a obrigatoriedade legal do instrumento.

Apesar de a alternativa A conter informações verdadeiras sobre a identificação de APPs no diagnóstico ambiental, ela não configura elemento obrigatório isolado do EIA, sendo parte de um conjunto mais amplo de atividades de levantamento ambiental. A alternativa D representa o requisito mínimo e indispensável exigido para o EIA, incluindo a proposição de medidas mitigadoras e programas de monitoramento, conforme a legislação aplicável.

Fontes:

- BRASIL. Resolução CONAMA nº 01/1986 – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.
- BRASIL. Lei nº 12.651/2012 – Proteção de Áreas de Preservação Permanente.

Cargo: Engenheiro Civil

BRANCA	VERDE
02	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
03	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Como característica de estruturas linguísticas para o gênero textual apresentado, é possível observar:”, a alternativa “B) Preferência por períodos compostos.” foi adequadamente

indicada como correta. O texto apresenta frases longas, com várias orações coordenadas e subordinadas, o que caracteriza períodos compostos.

Exemplos do texto:

“Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais.”

“O aumento no tempo dispensado utilizando as redes sociais relaciona-se ao sentimento de isolamento do mundo real, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais.”

Isso é típico de textos científicos ou acadêmicos, que buscam explicitar relações complexas entre ideias.

A alternativa “A) Linguagem formal e subjetiva.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto é formal, sim, mas não é subjetivo; apresenta informações objetivas, dados estatísticos e referências de órgãos oficiais, como OMS e IBGE. A subjetividade envolveria opiniões pessoais, sentimentos ou julgamentos, que não aparecem aqui. A alternativa “C) Preferência pela ordem indireta como escolha linguística.” não pode ser indicada como correta, pois, a ordem indireta significa inverter a sequência natural sujeito-verbo-objeto. No texto, a ordem sintática predominante é direta, típica de textos científicos: “O uso de mídias sociais é um hábito relativamente recente.” Não há evidência de inversões frequentes de sujeito e predicado. A alternativa “D) Emprego dos pronomes pessoais como delimitadores do público-alvo.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não usa pronomes pessoais como “você”, “nós” para se dirigir ao leitor. Ele se mantém em terceira pessoa e impessoal, característica de textos expositivos ou científicos, onde o público-alvo é amplo, acadêmico ou informativo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
04	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais”. foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”.

A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
05	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “D) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “A) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “B) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “C) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Releia o 1º§. “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global. Esses problemas são decorrentes de aspectos biológicos associados a(1) fatores culturais e muito influenciados pela sociedade, podendo ser intensificados por uma predisposição do indivíduo. Os transtornos mentais, especialmente a(2) ansiedade e a(3) depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais. De acordo com a(4) Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 350 milhões de pessoas no mundo vivem com depressão. A(5) Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 apresentou prevalência de depressão em 7,6% (IC95% 1,2-8,1) da população adulta brasileira. Tais números tornaram a(6) saúde mental uma prioridade de saúde pública.” Os termos destacados que possuem o mesmo valor semântico e gramatical são apenas”, a opção “D) 2, 3, 4, 5 e 6.” foi adequadamente indicada como correta.

a(1) fatores culturais – No destaque, “a” é uma preposição, exigida pelo termo “associados” (“associar-se a”). Classe gramatical: preposição. Valor semântico: indica relação de dependência/ligação.

a(2) ansiedade - “especialmente a ansiedade e a depressão”. No destaque, “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “ansiedade”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(3) depressão - Mesma estrutura do caso anterior (“a depressão”). Classe gramatical: artigo definido feminino singular. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(4) Organização Mundial da Saúde - “de acordo com a Organização Mundial da Saúde”. O “a” aqui também é artigo definido feminino singular, acompanhando o substantivo “Organização”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

A(5) Pesquisa Nacional de Saúde - O “A” é artigo definido feminino singular, antes de um nome próprio de instituição. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores (determinação).

a(6) saúde mental - “tornaram a saúde mental uma prioridade”. O “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “saúde”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores. Assim, o a(1) é preposição, diferente dos demais. Os a(2), a(3), a(4), a(5) e a(6) são artigos definidos femininos singulares com o mesmo valor semântico e gramatical.

A alternativa “A)” não pode ser considerada correta porque inclui o “a(1)” (preposição) junto com artigos. A alternativa “B)” não pode ser indicada como correta porque também inclui o “a(1)” (preposição). O mesmo ocorre com a alternativa “C)”.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descriptiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
16	17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
23	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base nas disposições legais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992). Com base na legislação vigente, a única alternativa incorreta é: “A ocorrência de um dolo genérico é necessária e suficiente para penalizar o agente pelas condutas tipificadas pela Lei de Improbidade Administrativa vigente.”, pois essa afirmativa não está consoante com a legislação vigente anteriormente citada, nem, tampouco, com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV. A esse respeito, vide transcrições a seguir.

LEI 8.429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).

CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

[...]

CAPÍTULO V - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

[...]

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Julgado mérito de tema com repercussão geral - TRIBUNAL PLENO

Certidão de Julgamento da Sessão Extraordinária de 18/08/2022

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 1.199 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para extinguir a presente ação, e, por maioria, o Tribunal acompanhou os fundamentos do voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), vencidos, parcialmente e nos termos de seus respectivos votos, os Ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Na sequência, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". Redigirá o acórdão o Relator. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.8.2022.

Fontes:

- Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- Julgamento do Tema 1199 pelo Supremo Tribunal Federal.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Julgamento: Correto. Conforme art. 40 da LOM.

Art. 40 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

II. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador-Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

Julgamento: Correto. Conforme art. 41, §1º, da LOM.

Art. 41, § 1º O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

III. O Prefeito pode se ausentar do município, sem necessidade de autorização da Câmara Municipal, por até quinze dias.

Julgamento: Correto. Conforme art. 44 da LOM.

Art. 44 O Prefeito residirá no Município e dele não poderá ausentar-se sem autorização da Câmara Municipal por mais de quinze dias, sob pena de perder o cargo, salvo se em gozo de férias ou licença.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
31	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva (I) é falsa, pois o método do equilíbrio-limite considera que o solo se comporta como material rígido-plástico, isto é, rompe-se bruscamente, sem se deformar. O método do equilíbrio-limite (MEL) assume que o solo se comporta como um material rígido-plástico, e não rígido-elástico. Ou seja, o solo não apresenta deformações significativas até o momento da ruptura, e quando rompe, ocorre uma deformação plástica súbita. Além disso, o MEL não considera o comportamento elástico nem o processo de deformação progressiva.

A assertiva (II) é correta, pois o método de Fellenius (ou método do círculo de Bishop simples, ou método da fatia não interativa) não leva em consideração os componentes horizontais das forças entre fatias, e também não trata corretamente as pressões neutras, simplificando sua influência. Por esse motivo, pode gerar resultados mais conservadores (ou seja, com fatores de segurança mais baixos) quando comparado ao método de Bishop Simplificado, que é mais rigoroso. Essa diferença é conhecida na literatura, sendo o Bishop Simplificado mais preciso, especialmente em situações com presença de água e pressão neutra significativa.

A alternativa (III) é correta, pois o método de Bishop Simplificado considera o equilíbrio das forças verticais e o momento das forças em relação ao centro de rotação. Ele não resolve explicitamente o equilíbrio horizontal das forças entre as fatias, sendo considerado um método de equilíbrio parcial, mas muito mais preciso que o de Fellenius.

Após análise do recurso, verifica-se que o gabarito original permanece correto. A assertiva (I) está incorreta ao descrever o comportamento do solo como rígido-elástico, quando os métodos de equilíbrio-limite consideram o solo

como rígido-plástico. Já as assertivas (II) e (III) estão corretas dentro do contexto conceitual da questão: o método de Fellenius é mais conservativo e o método de Bishop Simplificado considera o equilíbrio das forças na direção vertical.

Fonte:

- MASSAD, Façal. Obras de Terra: Curso Básico de Geotecnia. 2. ed. Porto Alegre: Oficina de Texto, 2025. E-book. p.23. ISBN 9788579751028. Capítulo 3, página 22.

BRANCA	VERDE
32	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão solicitava que o candidato identificasse a etapa correta dentro da programação de investigação geotécnica, conforme a prática consagrada e a literatura especializada (Referencia: VELLOSO, Dirceu de A.; LOPES, Francisco de R. Fundações: Critérios de Projeto, Investigação do Subsolo, Fundações Superficiais, Fundações Profundas. Porto Alegre: Oficina de Texto, 2025. E-book. p.25. ISBN 9788579752094. Capítulo 3, página 25.). Nesse contexto, a alternativa do gabarito divulgado expressa corretamente o conceito de investigação na fase de execução, cujo objetivo é confirmar as condições do subsolo em áreas críticas da obra ou onde haja grande variação dos solos. Trata-se de definição amplamente aceita em manuais e referências técnicas, sendo válida para qualquer tipo de obra, ainda que de porte médio, como uma escola municipal. A menção a “pilares de pontes” é apenas um exemplo ilustrativo, sem restringir a aplicabilidade do conceito a esse tipo de estrutura. Mesmo em edificações comuns, é possível haver pontos singulares que justifiquem sondagens complementares, como variação de camadas, presença de lençol freático ou aterros recentes.

BRANCA	VERDE
33	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D afirma que “é conveniente a determinação de uns cinco pontos [...]” para traçar a curva de compactação do ensaio Proctor normal. A expressão “uns cinco” é utilizada de forma didática para indicar aproximadamente cinco pontos, o que não compromete o conceito principal da questão. O objetivo do item era avaliar o conhecimento do candidato sobre a distribuição dos pontos na curva seca, próxima à umidade ótima e úmida, e não exigir a citação literal e rigorosa da norma. Sobre a norma NBR 7182:2020: De fato, a norma indica a necessidade de cinco pontos experimentais, com dois na região seca, um próximo à umidade ótima e dois na região úmida. A alternativa D mantém a ideia essencial do procedimento, transmitindo corretamente a distribuição dos pontos ao longo da curva, cumprindo o propósito pedagógico da questão. A leve diferença de redação (“uns cinco pontos”) não gera erro conceitual ou ambiguidade que impeça a identificação de uma alternativa correta.

Análise das demais alternativas: A) Incorreta – O ensaio CBR é usado principalmente em pavimentos flexíveis, não rígidos. B) Incorreta – O gráfico de compactação relaciona teor de umidade (%) e peso específico seco, não “peso específico por tensão”. C) Incorreta – A escolha do equipamento de compactação depende de tipo de solo, espessura da camada e finalidade, não apenas do custo. Portanto, a alternativa D permanece como a única correta, representando corretamente o conceito do ensaio de compactação conforme a literatura técnica e normas aplicáveis. Referencia: CAPUTO, Homero P.; CAPUTO, Armando N. Mecânica dos Solos: Teoria e Aplicações. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022. E-book. p.81. ISBN 9788521638032. Capítulo 9, página 81.

BRANCA	VERDE
35	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme apontam Villela & Mattos (1975) e Tucci (2009), o fator de forma (kf) é apenas um dos parâmetros que influenciam o comportamento hidrológico de uma bacia. Aspectos como declividade média, tempo de concentração, uso e ocupação do solo, impermeabilização, cobertura vegetal e regime de chuvas também exercem influência sobre o escoamento superficial e o risco de cheias. Entretanto, a questão em análise possui caráter conceitual e introdutório, restringindo-se à relação geométrica clássica entre a forma da bacia e o padrão de resposta hidrológica, conteúdo amplamente consolidado na literatura básica de Hidrologia. Dentro desse contexto didático, entende-se que a alternativa apresentada no gabarito apresenta uma afirmação correta em termos gerais, não sendo apresentado pelo candidato argumentos ou trechos que a tornem inválida, pois bacias mais alongadas, com menores valores de kf, tendem a distribuir o escoamento ao longo do tempo, reduzindo a probabilidade de picos elevados de vazão em comparação a bacias mais compactas. Assim, o princípio hidrológico expresso na alternativa está de acordo com o entendimento convencional adotado em manuais técnicos e acadêmicos.

Destaca-se que a afirmativa se apoia plenamente na literatura do tema (vide JÚNIOR, Antenor Rodrigues B. Elementos de hidrologia aplicada. São Paulo: Editora Blucher, 2022. E-book. p.43. ISBN 9786555060812. Capítulo 2, página 37.). Outros fatores não restringem ou prejudicam a alternativa do item, pois o mesmo não exclui outros parâmetros. Além disso, todas as demais alternativas são claramente incorretas segundo a literatura especializada, desta forma o recurso é improcedente.

BRANCA	VERDE
36	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argamassa fluída é quando o volume de pasta supera o volume de vazios granular, fazendo com que os grãos do agregado fiquem dispersos na pasta e afastados entre si. Alternativa verdadeira.

Argamassa plástica é quando há um desequilíbrio entre o volume de pasta e o volume de vazios entre os grãos do agregado, fazendo com que haja menor coesão entre os materiais constituintes. Alternativa incorreta, pois a argamassa plástica ocorre quando há um equilíbrio entre o volume de pasta e o volume de vazios entre os grãos do agregado, fazendo com que haja mais coesão entre os materiais constituintes.

Argamassa hidráulica é constituída por aglomerantes hidráulicos como o cimento Portland e a cal hidratada. Alternativa incorreta, pois a cal hidratada não é considerada um aglomerante hidráulico, e sim aéreo.

Argamassa semiseca é quando o volume de pasta é superior ao volume de vazios intragranular, com isso há o contato entre os grãos do agregado. Alternativa falsa, pois a argamassa semiseca é quando o volume de pasta é inferior ao volume de vazios intragranular, com isso há o contato entre os grãos do agregado. Nesse caso, a argamassa tem aspecto áspero e nos canteiros de obra é usualmente denominada “argamassa farofa” pelo aspecto solto entre os constituintes.

Deste modo, o recurso é considerado improcedente, podendo a bibliografia ser consultada em: BAUER, L. A F.; DIAS, João F. Materiais de Construção. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2025. E-book. p.332. ISBN 9788521639060. Capítulo 16, página 330.

BRANCA	VERDE
37	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa do gabarito afirma que “As válvulas redutoras de pressão são agentes de gestão operacional das pressões do sistema, redistribuindo-as e aumentando o desempenho das redes e de seus elementos acessórios”. Embora o texto utilize terminologia sintética e resumida, a afirmação não apresenta erro conceitual grave, sendo compatível com o entendimento técnico sobre o papel das válvulas redutoras de pressão (VRPs) no gerenciamento operacional de sistemas de abastecimento. Conforme a literatura geral, as VRPs têm como função principal controlar e limitar as

pressões em determinados pontos da rede, prevenindo perdas, rompimentos e variações excessivas de carga hidráulica. Ao exercer esse controle, as válvulas promovem a estabilização do regime de pressões ao longo do sistema, o que pode ser entendido, em linguagem didática, como “redistribuição de pressões” – ou seja, uma adequação das condições hidráulicas entre os diferentes setores da rede. Do mesmo modo, o termo “aumentar o desempenho das redes” deve ser interpretado no contexto operacional e funcional, e não como incremento direto da vazão ou da eficiência hidráulica. O controle adequado das pressões reduz perdas por vazamento, melhora a durabilidade dos componentes e assegura o funcionamento estável do sistema, o que resulta, de forma indireta, em melhor desempenho global do sistema de distribuição. Portanto, a alternativa do gabarito expressa corretamente, dentro do nível de aprofundamento esperado em uma questão de caráter conceitual, a função das VRPs como instrumentos de gestão operacional das pressões em sistemas de abastecimento, sendo o recurso improcedente.

Fonte:

- BITTENCOURT, Cláudia; PAULA, Maria Aparecida Silva de. Tratamento de Água e Efluentes - Fundamentos de Saneamento Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos. Rio de Janeiro: Érica, 2014. E-book. p.171. ISBN 9788536521770.

BRANCA	VERDE
39	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A norma NBR 10844/1989 traz a seguinte redação: "5.6.1 Os condutores verticais devem ser projetados, sempre que possível, em uma só prumada. Quando houver necessidade de desvio, devem ser usadas curvas de 90º de raio longo ou curvas de 45º e devem ser previstas peças de inspeção."

A alternativa proposta como do gabarito mostra: "Quando houver necessidade de desvio de um condutor vertical, devem ser utilizadas curvas de 90º de raio longo ou curvas de 45º, além de se prever peças de inspeção." Não há nenhuma afirmação incorreta de forma comparativa com a redação da norma, e de outros livros da literatura, como em JÚNIOR, Roberto de C. Instalações Prediais Hidráulico-Sanitárias. 4. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2020. E-book. p.254. ISBN 9786555060270. Desta forma esse recurso é improcedente.

BRANCA	VERDE
40	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa B, que relata "A maneira de fixação e a cor do condutor utilizada da instalação predial." é incorreta, pois apesar da maneira de fixação (ex: embutido, ao ar livre, em eletroduto etc.) ser relevante, porque influencia na dissipação térmica, a cor do condutor não tem qualquer relação com capacidade de condução de corrente ou aquecimento, sendo apenas uma convenção para identificação dos condutores (ex.: fase, neutro, terra). Logo esta alternativa possui elementos que a tornam incorreta, atendo a solicitação da questão, sendo o recurso avaliado como improcedente.

Fonte:

- NISKIER, Julio. Manual de Instalações Elétricas, 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2014. E-book. p.124. ISBN 978-85-216-2745-6. Capítulo 4, página 124.

BRANCA

02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA

04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais”. foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”.

A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “D) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “A) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “B) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “C) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global.” (1º§) é composto por:”, a alternativa “C) Uma oração apenas, denominada oração absoluta.” foi adequadamente indicada como correta. No período destacado, há apenas um verbo: “são” (verbo de ligação). Não há nenhum outro verbo que indique uma nova ação ou relação de dependência sintática. Tudo o que vem depois (“por alterações de pensamento...”) funciona como complemento nominal e adjunto adverbial de modo, sem verbo. Essa oração não depende nem está ligada a outra por coordenação ou subordinação. Uma oração que aparece isolada, sem depender nem coordenar-se a outra, é chamada de oração absoluta. A alternativa “A) Duas orações coordenadas.” não pode ser indicada como correta, pois, só há um verbo. A alternativa “B) Uma oração principal e duas subordinadas.” não pode ser indicada como correta, pois não há orações subordinadas (nenhuma conjunção subordinativa ou verbo dependente). A alternativa “D) Uma oração principal e uma subordinada adverbial.” não pode ser indicada como correta, pois, o trecho “em associação à angústia...” é locução prepositiva, não uma oração (não tem verbo).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base em disposições constitucionais e jurisprudência sobre o tema.

A única alternativa que atende ao comando da questão é: *“A hierarquização prevista na Constituição Federal de 1988 impõe aos Estados a obrigação de gerir os sistemas de alta complexidade, sendo do ente estadual e não do ente municipal a responsabilidade pelo atendimento à pacientes com doenças crônicas.”*

Esta afirmativa não está consoante com as disposições constitucionais, legislação vigente e jurisprudência.

(vide transcrição a seguir)

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Número: 1.0209.19.004266-0/003

Númeração: 0042660

Relator: Des.(a) Renato Dresch

Relator do Acórdão: Des.(a) Renato Dresch

Data do Julgamento: 28/01/2025

Data da Publicação: 14/02/2025

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SAÚDE PÚBLICA. REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. SOLIDÁRIA SISTÊMICA DOS ENTES FEDERATIVOS. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES MUNICIPAIS. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

- Apelação contra sentença que condenou município a disponibilizar, no prazo de 60 dias, procedimento cirúrgico indicado para paciente com otite média crônica, sob pena de bloqueio de valores, com responsabilidade subsidiária do estado.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO - Há duas questões em discussão:

(i) definir se a responsabilidade pela realização do procedimento compete ao município ou ao estado, à luz da organização do SUS;

(ii) verificar se houve omissão do município no cumprimento de suas obrigações.

III. RAZÕES DE DECIDIR

- A responsabilidade pela prestação de serviços de saúde é de solidária sistêmica entre os entes federativos, conforme o Tema 793 do STF, permitindo ao paciente demandar qualquer um deles.

- O município, como gestor pleno, deve assegurar o atendimento inicial e a inclusão do paciente na rede regionalizada, conforme art. 196 da Constituição e Lei nº 8.080/1990.

- A ausência de registro no sistema de regulação (SUSfácil) demonstra omissão do município, especialmente diante da demora excessiva para realização do procedimento, em desacordo com os prazos recomendados no Enunciado nº 93 do CNJ.

- Não foi comprovada pactuação que afastasse a responsabilidade municipal, sendo este o responsável inicial pela continuidade do atendimento.

IV. DISPOSITIVO E TESE

- Recurso desprovido. TESE DE JULGAMENTO:

- A responsabilidade solidária entre os entes federativos no SUS não exime o município, como gestor pleno, de garantir o atendimento inicial e a inserção do paciente na rede regionalizada.

- A demora injustificada para a realização de procedimentos cirúrgicos previstos no SUS caracteriza mora administrativa e enseja a responsabilização do ente público.

DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS:

CF/1988, arts. 196 e 197; Lei nº 8.080/1990, arts. 15 a 19-U; Decreto nº 7.508/2011, arts. 8º, 12, 13, 15, 19, 23, 32, 35, e 39.

Jurisprudência relevante citada: STF, RE nº 855.178, Rel. Min. Luiz Fux, Tema 793 da Repercussão Geral, j. 15.03.2018.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0209.19.004266-0/003 - COMARCA DE CURVELO - APELANTE(S): M.C. - APELADO(A)(S): E.M.G., M.P.-M. - INTERESSADO(S): C.P.M.F.

A C Ó R D ã O

(SEGREDO DE JUSTIÇA)

Vistos etc., acorda, em Turma, a 7ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.

DES. RENATO DRESCH RELATOR

V O T O

Trata-se de apelação interposta pelo MUNICÍPIO DE CURVELO da sentença (ordem 81) prolatada pelo Juiz da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Curvelo que, nos autos da ação civil pública ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, julgou procedente o pedido "para condenar o Município de Curvelo a, no prazo de sessenta dias, disponibilizar o procedimento cirúrgico pleiteado, além de todos os procedimentos prévios e posteriores que forem necessários, respondendo o Estado de Minas Gerais subsidiariamente, tudo sob pena de bloqueio de valores."

O apelante alega, em suma, que a regra de hierarquização prevista na Constituição Federal (CF) impõe ao Estado o dever de gerir os sistemas de alta complexidade de referência estadual e regional, sendo do ente estadual e não do ente municipal a responsabilidade pelo atendimento à paciente.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988.
- Acórdão: Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Número: 1.0209.19.004266-0/003. Numeração: 0042660 de 28/01/2025.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base nas disposições legais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992). Com base na legislação vigente, a única alternativa incorreta é: "A ocorrência de um dolo genérico é necessária e suficiente para penalizar o agente pelas condutas tipificadas pela Lei de Improbidade Administrativa vigente.", pois essa afirmativa não está consoante com a legislação vigente anteriormente citada, nem, tampouco, com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV. A esse respeito, vide transcrições a seguir.

LEI 8.429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).

CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

[...]

CAPÍTULO V - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

[...]

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Julgado mérito de tema com repercussão geral - TRIBUNAL PLENO

Certidão de Julgamento da Sessão Extraordinária de 18/08/2022

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 1.199 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para extinguir a presente ação, e, por maioria, o Tribunal acompanhou os fundamentos do voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), vencidos, parcialmente e nos termos de seus respectivos votos, os Ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Na sequência, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". Redigirá o acórdão o Relator. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.8.2022.

Fontes:

- Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- Julgamento do Tema 1199 pelo Supremo Tribunal Federal.

BRANCA
31

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão propõe seis assertivas relacionadas à elaboração e manutenção do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), previsto na NR-1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

Foram apresentadas seis afirmativas a serem julgadas como verdadeiras (V) ou falsas (F). Analisando cada uma das afirmativas, tem-se que: 1) Verdadeira. De acordo com o item 1.5.3.1 da NR-1, o PGR deve contemplar todos os riscos ocupacionais presentes no ambiente de trabalho, sem restrição a categorias de agentes. Assim, riscos psicossociais (como sobrecarga e conflitos) devem ser incluídos e geridos com o mesmo rigor que os físicos, químicos, biológicos e ergonômicos; 2) Falsa. A NR-1 (item 1.5.4.2) determina que a organização deve identificar perigos e avaliar riscos, adotando medidas de controle. Entretanto, a norma não prevê autuação automática por falhas no levantamento preliminar, mas apenas pela não implementação do PGR ou pela ausência de medidas de controle exigidas. Logo, a afirmativa incorre em excesso interpretativo, pois menciona penalidade inexistente no texto normativo; 3) Falsa. O item 1.5.5.3 da NR-1 exige a consulta direta aos trabalhadores quanto à percepção de riscos, independentemente da existência de CIPA. Esta comissão não substitui a obrigatoriedade de consulta — ela apenas complementa a participação. Portanto, a afirmativa é incorreta; 4) Falsa. A NR-1 não prevê essa dispensa geral. O PGR deve ser mantido ativo e atualizado continuamente (item 1.5.7.3). As únicas exceções estão previstas no item 1.8, aplicáveis apenas a: Microempreendedor Individual (MEI) – item 1.8.1; Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) de grau de risco 1 ou 2, sem exposição a agentes físicos, químicos e biológicos – item 1.8.4. Portanto, a afirmativa generaliza indevidamente essas exceções e está incorreta, como apontado em vários recursos. O cenário descrito (almoxarifado de prefeitura com riscos físicos, mecânicos e psicossociais) não se enquadra em nenhuma dessas dispensas; 5) Verdadeira. Conforme item 1.5.5.1, alínea “e”, a priorização deve considerar gravidade, probabilidade e número de trabalhadores expostos. Essa afirmativa está correta e em total conformidade com a NR-1; 6) Falsa. O item 1.5.7.4 da NR-1 é claro: o PGR deve ser revisto pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver alterações significativas nos

riscos, acidentes graves ou solicitação da CIPA ou trabalhadores. O prazo de “dois anos” citado na questão não tem respaldo normativo.

Todos os recursos analisados (1 a 7) convergem em torno de dois pontos principais: i) Discordância quanto à veracidade do item IV (“manter o PGR ativo”); i) Suposta inexistência de alternativa correta. Após verificação detalhada, a banca conclui que os argumentos relativos ao item IV estão corretos do ponto de vista técnico, pois a afirmativa realmente é falsa (não há previsão normativa de desativação do PGR). Todavia, a questão já reflete essa correção no gabarito final (letra B), que considera o item IV como falso. Assim sendo, não procede pedido de anulação, já que a alternativa correta existe, sendo atendido parcialmente com alteração do gabarito para a alternativa B) V, F, F, F, V, F.

Assim, embora os candidatos tenham apresentado argumentações coerentes, elas confirmam o mesmo raciocínio adotado pela banca, reforçando que o gabarito B é o único correto.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ABNT NBR 14280:2001, intitulada “Cadastro de Acidente do Trabalho — Procedimento e Classificação”, estabelece três formas distintas de análise estatística: 1) Item 2.11 / 3.6.1.1 – *Taxa de frequência de acidentes*: total de acidentes (com ou sem afastamento); 2) Item 2.12 / 3.6.1.2 – *Taxa de frequência de acidentados com lesão com afastamento*; 3) Item 2.13 – *Taxa de frequência de acidentados com lesão sem afastamento*.

A norma, entretanto, não define genericamente a “taxa de frequência” (2.11) como padrão preferencial; pelo contrário, em seu Anexo B (Notas Explicativas e Aplicações), recomenda que, para comparações de desempenho e relatórios gerenciais, sejam utilizados indicadores que expressem a perda de capacidade laborativa, isto é, acidentes com afastamento.

O uso da TFCA — Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento tornou-se, inclusive, a métrica de referência no contexto da legislação trabalhista e previdenciária brasileira, por refletir apenas os eventos que geram interrupção do trabalho e custos previdenciários, o que é coerente com o contexto do enunciado (análise de desempenho em SST para relatório anual do serviço público celetista).

O enunciado afirma que o engenheiro deveria apresentar “os indicadores de acidentalidade relativos ao exercício de 2024”, conforme a legislação previdenciária e a norma técnica (NBR 14280), com destaque para: “indicadores mais coerentes com a análise técnica para o cálculo do desempenho da segurança do trabalho”.

A expressão “mais coerentes com a análise técnica” direciona o candidato para o uso padronizado dos indicadores de gestão de desempenho (TF e TG) baseados em afastamentos, adotados por órgãos públicos, empresas e relatórios anuais de SST (RAG, SESMT, CIPA). Portanto, a interpretação adequada é a do item 3.6.1.2 da NBR 14280 — *Taxa de frequência de acidentes com afastamento* —, e não a do item 3.6.1.1, de caráter meramente estatístico.

Assim, de acordo com os dados:

- Acidentes com afastamento: 5
- Dias perdidos: $5 \times 20 = 100$ dias
- Horas-homens de exposição (HE): 396.000 h

Taxa de Frequência (TF):

$$TF = \frac{n^{\circ} \text{ de acidentes com afastamento} \times 1.000.000}{HE} = \frac{5 \times 1.000.000}{396.000} = 12,626$$

Taxa de Gravidade (TG):

$$TG = \frac{\text{dias perdidos} \times 1.000.000}{HE} = \frac{100 \times 1.000.000}{396.000} = 252,52$$

O item 3.6.2 da NBR 14280 estabelece que as taxas podem ser expressas com até duas casas decimais ou arredondadas ao inteiro mais próximo, dependendo do uso estatístico. Portanto, expressar 252,52 não viola a norma — trata-se de uma representação numérica aceitável e amplamente utilizada em relatórios de SST.

Os arts. 19 a 21 da Lei nº 8.213/1991 e os arts. 337 e 338 do Decreto nº 3.048/1999 consideram, para fins de indicadores previdenciários e de reabilitação, apenas os acidentes que resultam em incapacidade temporária, permanente ou morte, ou seja, aqueles com afastamento.

Assim, a escolha da TF baseada em afastamentos harmoniza-se com o contexto legal do enunciado, que envolve a elaboração de indicadores para gestão pública e previdenciária.

A questão encontra-se tecnicamente correta, clara e amparada pela NBR 14280:2001 e pela legislação previdenciária. Os indicadores calculados (TF = 12,63; TG = 252,52) representam a prática consolidada em análises de desempenho de SST em órgãos públicos e empresas privadas.

A referência normativa citada pelos recorrentes confirma, inclusive, a dualidade de métodos possíveis, mas o comando da questão orienta de forma inequívoca para aquele utilizado em relatórios de desempenho — a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (item 3.6.1.2). Portanto, a banca decide por indeferir os recursos. Mantém-se o gabarito oficial: (12,63 / 252,52).

Fonte:

- ABNT NBR 14280:2001, itens 3.6.1.2 e 3.6.2; Lei nº 8.213/1991, arts. 19–21; Decreto nº 3.048/1999, arts. 337–338.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Com relação a afirmativa III, a questão não confere ao engenheiro de segurança competência exclusiva ou decisória sobre o nexo causal; o texto refere-se a apoio técnico à autarquia previdenciária. De acordo com a Lei nº 8.213/1991, art. 89, §1º – o INSS poderá firmar convênios e parcerias com órgãos públicos (inclusive municipais) para execução de ações de reabilitação profissional; o Decreto nº 3.048/1999, arts. 337 e 338 – a análise de nexo técnico pode considerar informações oriundas de laudos técnicos e relatórios ambientais elaborados por engenheiros de segurança e técnicos em SST; e a Lei nº 7.410/1985 e Decreto nº 92.530/1986 – definem como atribuição do engenheiro de segurança investigar e analisar condições ambientais de trabalho e subsidiar a determinação do nexo causal entre riscos e agravos. Assim, o engenheiro não determina o nexo técnico previdenciário (função médica e pericial), mas fornece os subsídios técnicos ambientais que auxiliam o INSS nesse processo. A afirmativa, portanto, é correta dentro do sentido de apoio técnico, e não de decisão médica ou pericial.

Com relação a afirmativa VI, a NR-04, itens 4.12 e 4.13, estabelece que os profissionais do SESMT: i) devem colaborar permanentemente com a CIPA (4.12); ii) têm como atribuição investigar acidentes e recomendar medidas de controle e prevenção (4.13, alíneas “a”, “b” e “d”). Portanto, embora a norma utilize linguagem funcional e não exemplificativa, é inequívoco que o engenheiro de segurança pode auxiliar na investigação e propor medidas corretivas, sendo isso parte de suas atribuições legais. Afirmativa VI está correta e coerente com o texto normativo.

A questão avaliou corretamente o conhecimento sobre integração institucional em SST e as interfaces de atuação do engenheiro de segurança do trabalho.

O enunciado não confere ao profissional atribuições médicas, mas reconhece sua função técnica consultiva perante o INSS e outros órgãos.

Não há inconsistência conceitual nem imprecisão normativa que comprometa a validade da questão.

Após análise dos fundamentos apresentados nos recursos a banca decide por indeferir o Recurso, sendo o gabarito oficial mantido inalterado: letra C (I, II, III, V e VI).

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão não apresenta incompatibilidade conceitual entre normas legais e voluntárias. Ele solicita apenas que o candidato identifique, entre as afirmativas propostas, quais estão corretas segundo os princípios e

requisitos citados. As normas internacionais (ISO 31000 e ISO 45001) não substituem, mas complementam a legislação nacional.

A NR-01, em seu item 1.5.3.1.2, expressamente reconhece a possibilidade de integração dos sistemas de gestão internacionais aos programas legais obrigatórios (PGR, PCMSO etc.), o que garante a coerência entre as referências utilizadas. Dessa forma, mesmo diante de afirmativas incorretas (III e V), a questão preserva uma única alternativa correta — letra C (I, II e IV) — plenamente amparada nos textos normativos.

A questão apresenta fundamentação técnica coerente e avalia o conhecimento do candidato sobre a integração entre normas internacionais de gestão e a legislação brasileira de SST. As inconsistências apontadas pelo recorrente já são reconhecidas e tratadas pelo gabarito oficial, que mantém apenas as afirmativas I, II e IV como verdadeiras. Assim, não há vício de formulação nem violação de coerência normativa.

BRANCA
39

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão aborda o conteúdo da Norma Regulamentadora 16 (atividades e operações perigosas), trazendo em seu enunciado um caso prático onde um trabalhador (servidor público) transporta líquidos combustíveis em galões metálicos, cada galão de 20 litros de capacidade, sendo a capacidade total transportadas de 120 litros.

Analisando a NR-16, no item 16.6, verifica-se que *“as operações de transporte de inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, em quaisquer vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade, exclusão para o transporte em pequenas quantidades, até o limite de 200 (duzentos) litros para os inflamáveis líquidos”*. Para tanto, observa-se que ainda há nessa norma condições de segurança orientadas para operações de transporte de vasilhames de pequenas quantidades e que, para isso, o Anexo 2 da referida NR orienta que, em seu item 4: Não caracterizam periculosidade, para fins de percepção de adicional: “4.1 - o manuseio, a armazenagem e o transporte de líquidos inflamáveis em embalagens certificadas, simples, compostas ou combinadas, desde que obedecidos os limites consignados no Quadro I”, e este, apresentando as condições dos tipos de vasilhames de acordo com a sua capacidade e composição do material, conforme segue:

Quadro I: Recipientes de Vidro com mais de 5 e até 10 litros; Plástico com mais de 5 e até 30 litros; Metal com mais de 5 e até 40 litros. Portanto, a alternativa do gabarito preliminar indica os tópicos 1 e 2 como certos, prevendo que o transporte de inflamáveis em veículos sem segurança adequada caracteriza periculosidade, mesmo abaixo de 200 litros.

Diante do exposto as afirmações I e II estariam corretas conforme o gabarito preliminar, porém, o enunciado da questão descreve o transporte em “galões metálicos de 20 litros”, mas não cita em nenhum momento quanto à condição de vedação (se são ou não hermeticamente fechados).

Porém, a afirmativa I foi considerada verdadeira sob a justificativa que os vasilhames não são hermeticamente fechados, entretanto, não há elementos no enunciado que confirmem tal informação que foi introduzida apenas no corpo da assertiva, e não descrita no texto base, o que em tese apresenta uma explicação falsa desta afirmativa.

Diante do exposto, a segunda afirmação é a única correta, modificando-se assim o gabarito da questão, alterando a resposta da questão para a alternativa B (assertiva II).

Cargo: Engenheiro Eletricista

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais”. foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”. A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A tabela dá contagens absolutas num universo de 240 aparelhos, por isso a probabilidade de um evento A é simplesmente $n(A)/240$, em que $n(A)$ é a quantidade de elementos do evento A. Sendo assim, não é necessário que os eventos sejam mutuamente exclusivos ou independentes para computar essas proporções. Além disso, as probabilidades pedidas são proporções observadas na amostra (podem ser expressas como frações, decimais ou percentuais), não se trata de “probabilidade da pior hipótese” nem de outro conceito distinto. O evento X (“embalagem rígida”) ocorre em $30 + 70 = 100$ aparelhos, então $P(X)=100/240=5/12$. O evento Y (“com defeito e embalagem flexível”) ocorre em 20 aparelhos, logo $P(Y)=20/240=1/12$. O evento Z (“sem defeito e embalagem flexível”) ocorre em 120 aparelhos, então $P(Z)=120/240=1/2$.

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x)>0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo programático para um cargo de nível superior, como o de Engenheiro Eletricista, elenca as áreas de conhecimento exigidas, e não um rol exaustivo de toda a bibliografia ou de todas as normas técnicas aplicáveis a cada tópico.

A questão está plenamente amparada pelos seguintes itens do edital: "Sistemas elétricos de potência" e "Distribuição de energia elétrica": A NBR 14039 (Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV) é a norma técnica *fundamental* que rege o projeto e a execução de instalações de distribuição em média tensão no Brasil. É conhecimento basilar e indissociável dos tópicos citados. "Construção, operação e manutenção de redes de alta e baixa tensão": O edital cobra explicitamente redes de "alta tensão". No contexto da distribuição, a média tensão (faixa coberta pela NBR 14039) é frequentemente referida como "alta tensão de distribuição". "Projeto de instalações elétricas... industriais": Instalações comerciais de médio/grande porte e industriais são quase invariavelmente alimentadas em média tensão, exigindo subestações que são objeto da NBR 14039. "Normas de distribuição das concessionárias de energia elétrica": Este item é crucial. As normas técnicas (NDU) das concessionárias locais (como a CEMIG, em Minas Gerais) são *baseadas e complementares* à NBR 14039. É impossível compreender as normas da concessionária sem o domínio da norma-mãe de média tensão.

O fato de a NBR 5410 (baixa tensão) ser citada nominalmente não cria a obrigação de listar *todas* as demais normas aplicáveis, nem exclui a cobrança da NBR 14039, que é o pilar complementar da NBR 5410. Ambas são de conhecimento mandatário para a prática da engenharia elétrica no país.

Quanto à afirmativa 2: A interpretação do enunciado está equivocada. O enunciado afirma que a instalação "é obrigatória *conforme normas específicas*", o que significa que a obrigatoriedade é, por definição, *condicional* a regras (de potência, demanda, etc.). A afirmativa testa uma dessas condições. Além disso, embora a ANEEL (REN 1000/2021) utilize o critério de *demanda* (> 75 kW) para definir a conexão em média tensão, diversas normas de concessionárias (item do edital) estabelecem regras práticas baseadas em *potência instalada* para fornecimentos. É prática comum e normatizada por muitas concessionárias que instalações com transformadores de potência reduzida (ex: 112,5 kVA, 150 kVA, 225 kVA) em poste (subestação aérea simplificada) tenham a medição em baixa tensão (secundária), desde que a demanda contratada se enquadre. Portanto, a afirmativa é considerada verdadeira.

Quanto à afirmativa 3: O argumento de que o único critério seria a demanda (REN 1000) está incompleto e não reflete a totalidade da prática normativa. Embora a REN 1000/2021 defina o *ponto de conexão* com a rede da concessionária, ela não rege a totalidade do projeto interno da subestação do consumidor, que também deve seguir a NBR 14039 e as normas da concessionária (item previsto no edital).

As normas de diversas concessionárias *exigem* a instalação de um posto de medição e proteção geral em média tensão (primária) para consumidores que possuem mais de um transformador em sua planta, mesmo que a demanda total seja baixa. O objetivo é garantir um único ponto de entrada, medição e proteção geral para a instalação, facilitando a operação, manutenção e seletividade da proteção. A afirmativa descreve uma regra de projeto comum e exigida por concessionárias. Portanto, a afirmativa é considerada verdadeira.

Os demais itens da questão também foram reanalisados e considerados corretos (1 e 4 como verdadeiras, 5 como falsa, de acordo com os itens 5.3.1.1 e 5.3.1.2 da NBR 14039:2003). Estando os argumentos apresentados nos recursos incorretos e a questão devidamente amparada pelo edital e pela literatura técnica, a banca decide por sua manutenção.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente, a cobrança da NBR 14039 é legítima. O conteúdo programático para um cargo de nível superior como Engenheiro Eletricista elenca as áreas de conhecimento, e não um rol exaustivo de toda a bibliografia ou de todas as normas técnicas aplicáveis. As afirmativas 1 e 3 estão plenamente amparadas pelos seguintes itens do edital: "Sistemas elétricos de potência", "Distribuição de energia elétrica", "Projeto de instalações elétricas... industriais" e "Normas de distribuição das concessionárias de energia elétrica". A NBR 14039 é a norma basilar para instalações de média tensão e é de conhecimento indissociável dos tópicos listados.

Em segundo lugar, a questão é multidisciplinar, o que é uma prática avaliativa válida. O enunciado e as afirmativas 2, 4 e 5 referem-se a SPDA, tópico explicitamente coberto pelo item "Sistemas de prevenção contra descargas atmosféricas e aterramento" do edital. Uma única questão pode, validamente, avaliar a capacidade do candidato de integrar conhecimentos de diferentes, mas correlatas, áreas de sua atuação profissional.

Afirmativa 1: A afirmativa é Falsa (F). O valor de 225 kVA é um limite comum em normas de concessionárias, mas é frequentemente utilizado para definir o *tipo* de subestação (ex: aérea simplificada vs. abrigada), e não para tornar a construção de um posto de medição "opcional". A obrigatoriedade da medição em média tensão (primária) segue critérios de demanda e/ou potência instalada (como a REN 1000/2021) que não tornam a medição opcional por este critério.

Afirmativa 2 : A afirmativa é Verdadeira (V). Ela descreve corretamente a função da conexão de ensaio (junta de medição) do SPDA, conforme a NBR 5419: ela deve permanecer fechada (garantindo a continuidade) e ser aberta *apenas e somente* durante o procedimento de medição da resistência de aterramento.

Afirmativa 3 : A afirmativa é Falsa (F). A NBR 14039 (item 5.3.1.2) é clara ao exigir o uso de disjuntor com relés secundários para a proteção geral de subestações com potência *superior* a 300 kVA. O sistema mais simples (chave e fusível) é permitido apenas para potências *inferiores* a esse limite. A afirmativa inverte a regra.

Afirmativa 4 :A afirmativa é Verdadeira (V). Trata-se da descrição conceitual e funcional correta do subsistema de aterramento do SPDA, que visa dispersar a corrente e equalizar potenciais.

Afirmativa 5 : A afirmativa é considerada Verdadeira (V). Os valores citados (1,5m para condutores de descida/vertical e 1,0m para condutores em cobertura/horizontal) são referências técnicas consagradas, presentes na versão anterior da norma (NBR 5419:2005) e ainda amplamente difundidos na literatura técnica e em projetos. Embora a versão atual (2015) tenha unificado os espaçamentos (1,0m para ambos), os valores citados são factualmente corretos dentro de um contexto normativo e prático reconhecido, validando a afirmativa.

Dessa forma, a sequência correta é F, V, F, V, V, que corresponde exatamente à Alternativa C.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após reanálise técnica da questão e da bibliografia pertinente (como Fitzgerald, Kingsley, Umans ou Chapman), a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO do recurso, mantendo-se o gabarito preliminar (Alternativa D).

A fundamentação da banca é que a sequência correta é, de fato, 4, 5, 3, 2, 1, conforme apresentado na alternativa D. A confusão do recorrente reside na associação dos conceitos de "Força magnetomotriz" e "Lei de Ampère". A análise correta é:

A definição () Relação entre variáveis físicas responsáveis pela indução de efeitos em meios suscetíveis a campos. refere-se à (4) Força magnetomotriz total (FMM). A FMM (causa) é a "variável física" (ou "força") responsável pela "indução de efeitos" (o fluxo) no meio.

A definição () Estrutura conceitual que permite traduzir comportamentos físicos complexos em modelos equivalentes mais familiares. refere-se à (5) Analogia com circuito elétrico, que equipara FMM à Tensão, Fluxo à Corrente e Relutância à Resistência.

A definição () Quantificação da capacidade de resposta de um sistema à aplicação de uma força, resultando em um efeito mensurável. refere-se à (3) Permeância. A permeância é a "capacidade de resposta" do meio à FMM (a "força"), resultando no "efeito" (fluxo).

A definição () Representação da intensidade do campo magnético induzido pela corrente que circula em um circuito fechado. refere-se à (2) Lei de Ampère. Esta lei é a representação fundamental que relaciona a "intensidade do campo magnético" com a "corrente que circula" em um "circuito fechado" (caminho).

A definição () Definição da oposição ao estabelecimento de um fenômeno... refere-se à (1) Relutância total. A relutância é, por definição, a "oposição" ao estabelecimento do fluxo magnético.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A "Sequência de Acionamento" apresentada graficamente na questão é a informação que deve ser utilizada para julgar as afirmativas. Esta sequência mostra:

Passo 2: K3 Liga Passo 3: K2 Liga e K3 Desliga Passo 4: K1 Liga e K2 Desliga

O ato de desligar um contator (K3 Desliga no Passo 3 e K2 Desliga no Passo 4) que estava curto-circuitando um resistor, tem como efeito aumentar a resistência vista pelo rotor (ou, mais precisamente, reinserir uma resistência que havia sido removida).

Portanto, o "controle das chaves" descrito na sequência gráfica envolve tanto operações que diminuem a resistência (ligar contadores) quanto operações que aumentam a resistência (desligar contadores). A Afirmativa I está tecnicamente correta ao descrever o mecanismo de controle apresentado.

Embora se reconheça uma inconsistência entre a lógica de implementação (Diagrama de Comando) e a sequência física do processo (Gráfico "Sequência de Acionamento"), as afirmativas da questão referem-se ao processo de partida e à sequência de acionamento do motor, e não à validação do circuito de comando que a implementa.

A informação dominante para a análise das afirmativas é o gráfico "Sequência de Acionamento", que descreve o que ocorre fisicamente. Com base nesta sequência:

Afirmativa I: Correta, como explicado acima. Afirmativa II: Incorreta. A sequência não é uma simples adição de K3, K2, K1. Ela envolve o desligamento de contadores em etapas intermediárias. Afirmativa III: Incorreta. A máxima velocidade ocorre no Passo 4 (quando K1 é acionado e todas as resistências são removidas), e não ao acionar K3 (Passo 2). Afirmativa IV: Incorreta. O motor atinge a velocidade nominal após a conclusão da variação das resistências (Passo 4), e não mantendo todas as chaves fechadas simultaneamente.

Sendo a Afirmativa I a única correta com base nas informações fornecidas sobre a sequência de partida, o gabarito (A) está mantido.

BRANCA
39

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A análise técnica detalhada que fundamenta a anulação é:

Análise da Afirmativa I: "A afirmativa está INCORRETA. Conforme o diagrama, as tensões E_a e E_c possuem ambos ângulo de zero graus ($E_a = 1.5 \text{ angulo } 0$; $E_c = 1.5 \text{ angulo } 0$). Estando em fase, a defasagem entre elas é nula. A expressão "defasadas entre si" pressupõe uma defasagem mútua entre todos os pares de tensão do conjunto, o que é factualmente falso.

Análise da Afirmativa II: A afirmativa está conceitualmente INCORRETA. A impedância (medida em Ohms) é uma característica passiva de um componente. A potência reativa (medida em VAR ou kVAR) é uma grandeza de fluxo que depende da corrente que atravessa a impedância. É um erro técnico fundamental afirmar que uma impedância, por si só, "resulta" em uma potência reativa sem especificar a corrente.

Análise da Afirmativa IV: A afirmativa está tecnicamente INCORRETA. A impedância $j0,4$ é um reator puro, ou seja, sua componente resistiva (R) é zero. A potência ativa (P) é dissipada apenas na componente resistiva de um circuito ($P = I^2 \cdot R$). Se a resistência é zero, a potência ativa dissipada é obrigatoriamente nula, e não $0,3 \text{ kW}$.

Constata-se que as afirmativas I, II e IV contêm erros técnicos e que a única afirmativa correta (III) não está disponível como resposta única. Todas as alternativas de múltipla escolha contêm, obrigatoriamente, ao menos um item incorreto.

Diante da ausência de uma alternativa válida, a questão é anulada.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A fundamentação da banca é que o recurso parte de uma interpretação tecnicamente equivocada dos conceitos apresentados, invertendo as definições de "Seletividade" e "Disjuntor". A análise correta que confirma o gabarito (D) é:

Primeira Definição: Critério de coordenação que busca limitar a zona de interrupção do fornecimento, embora dependa de múltiplos fatores como tempo, corrente e curva de atuação.

Corresponde a: (4) Seletividade entre dispositivos.

A definição descreve textualmente o *conceito* de seletividade. A seletividade é, por definição, um "critério de coordenação" que visa "limitar a zona de interrupção" (desligar apenas o dispositivo mais próximo da falha). O erro do recorrente foi confundir o *critério* (Seletividade) com o *dispositivo* (Disjuntor) que o executa.

Segunda Definição: () Elemento cuja presença, embora passiva em regime normal, adquire papel ativo quando há falha entre componentes vivos e partes metálicas expostas.

Corresponde a: (2) Condutor de proteção (PE).

Descrição precisa do condutor PE (terra), que é passivo em operação normal e torna-se o caminho ativo da corrente de falha.

Terceira Definição: () Medida que visa manter potenciais dentro de limites fisiológicos seguros, mas que não atua sobre correntes diferenciais nem substitui sistemas de desligamento automático.

Corresponde a: (5) Aterramento de proteção.

O aterramento de proteção é uma "medida" (equalização de potenciais) para segurança, distinguindo-se de dispositivos DR (correntes diferenciais) ou disjuntores (desligamento).

Quarta Definição: () Parâmetro que, embora associado ao dimensionamento de componentes de proteção, também influencia a seletividade e a topologia do esquema elétrico adotado.

Corresponde a: (3) Impedância de curto-circuito.

A impedância de curto-circuito é o "parâmetro" essencial usado para dimensionar a capacidade de interrupção dos dispositivos e para o cálculo da seletividade amperimétrica.

Quinta Definição: () Estrutura lógica cuja finalidade é preservar a continuidade do fornecimento e limitar os danos em caso de falhas, sem necessariamente impedir a propagação do defeito no instante inicial.

Corresponde a: (1) Disjuntor termomagnético.

O disjuntor é a "estrutura lógica" (o dispositivo físico) que "preserva a continuidade" (em operação normal) e "limita danos em caso de falhas" (atuando na sobrecarga ou curto-circuito).

Portanto, a sequência correta é 4, 2, 5, 3, 1, que corresponde exatamente à Alternativa D.

Cargo: Farmacêutico-Bioquímico

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:", a alternativa "(C) I e III, apenas." foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e

Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Como característica de estruturas linguísticas para o gênero textual apresentado, é possível observar:”, a alternativa “B) Preferência por períodos compostos.” foi adequadamente indicada como correta. O texto apresenta frases longas, com várias orações coordenadas e subordinadas, o que caracteriza períodos compostos.

Exemplos do texto:

“Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais.”

“O aumento no tempo dispensado utilizando as redes sociais relaciona-se ao sentimento de isolamento do mundo real, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais.”

Isso é típico de textos científicos ou acadêmicos, que buscam explicitar relações complexas entre ideias.

A alternativa “A) Linguagem formal e subjetiva.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto é formal, sim, mas não é subjetivo; apresenta informações objetivas, dados estatísticos e referências de órgãos oficiais, como OMS e IBGE. A subjetividade envolveria opiniões pessoais, sentimentos ou julgamentos, que não aparecem aqui. A alternativa “C) Preferência pela ordem indireta como escolha linguística.” não pode ser indicada como correta, pois, a ordem indireta significa inverter a sequência natural sujeito-verbo-objeto. No texto, a ordem sintática predominante é direta, típica de textos científicos: “O uso de mídias sociais é um hábito relativamente recente.” Não há evidência de inversões frequentes de sujeito e predicado. A alternativa “D) Emprego dos pronomes pessoais como delimitadores do público-alvo.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não usa pronomes pessoais como “você”, “nós” para se dirigir ao leitor. Ele se mantém em terceira pessoa e impessoal, característica de textos expositivos ou científicos, onde o público-alvo é amplo, acadêmico ou informativo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descriptiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado define claramente que X corresponde ao número inicial de leitores, ao afirmar: “Inicialmente, X leitores iriam dividir o valor igualmente”, e em seguida informa que 2 deles desistiram, de modo que os restantes pagam R\$ 4,00 a mais cada. Não há, portanto, dupla interpretação válida: X é inequivocamente o total inicial de participantes. Para resolver a questão, seja X o número inicial de leitores, cada um pagaria $240/X$; após a desistência de 2 leitores, os $X-2$ restantes pagam $240/(X-2)$, e a diferença é R\$ 4, ou seja, $240/(X-2) - 240/X = 4$. Resolvendo a equação, obtém-se $X=12$ como raiz positiva. Assim, a resposta correta é 12.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x)>0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Julgamento: Correto. Conforme art. 40 da LOM.

Art. 40 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

II. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador-Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

Julgamento: Correto. Conforme art. 41, §1º, da LOM.

Art. 41, § 1º O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

III. O Prefeito pode se ausentar do município, sem necessidade de autorização da Câmara Municipal, por até quinze dias.

Julgamento: Correto. Conforme art. 44 da LOM.

Art. 44 O Prefeito residirá no Município e dele não poderá ausentar-se sem autorização da Câmara Municipal por mais de quinze dias, sob pena de perder o cargo, salvo se em gozo de férias ou licença.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA
31

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Os membros da banca julgam o recurso procedente, considerando que, na alternativa “D — É dever do farmacêutico notificar os órgãos sanitários competentes e o detentor do registro de um medicamento de quaisquer desvios de qualidade ou eventos adversos relatados; mesmo que não esteja no exercício efetivo da profissão, seu registro precisa estar ativo junto a um conselho regional”, o uso do ponto e vírgula (;) separa as duas orações de forma a torná-las independentes, o que compromete a interpretação adequada da assertiva. Embora as demais alternativas (A, B e C) apresentem correção quanto ao conteúdo ético previsto no Código de Ética Farmacêutica e semântica, a banca, visando à isonomia e à integridade do processo avaliativo, decide pela anulação da questão, uma vez que essa medida não acarreta prejuízo a nenhum dos candidatos.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há erros nas alternativas A, B e C. Por outro lado, na alternativa D diz-se que uma vantagem da implantação de farmácias de manipulação em unidades de Farmácias Básicas é a oportunidade de atender necessidades terapêuticas dos pacientes conforme prescrições padronizadas. Conforme a legislação sanitária vigente, as farmácias magistrais, sejam pertencentes à rede básica, hospitalar ou privada, só podem realizar manipulação mediante prescrição médica individualizada, destinada a atender necessidades específicas de cada paciente e não prescrições padronizadas. Dessa forma, a banca conclui que a alternativa D está incorreta e, portanto, o gabarito oficial deve ser mantido inalterado uma vez que pede para ser assinalada a alternativa incorreta.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pede-se a concentração do cetoprofeno expressa em mg em 1 mL. Se há 3.750 mg (3,75 g) do insumo farmacêutico ativo (IFA) na massa total da formulação, para saber a quantidade em 1 mL ou 1g, este valor deve ser dividido pela massa total e não multiplicado, como demonstrado. Esta operação equivale a 25 mg do IFA em 1 mL ou 1 grama. Já a massa total do IFA para preparar toda a formulação é 3.750 mg (3,75 g). Portanto, a banca conclui que a alternativa C está correta e que o gabarito oficial deve ser mantido inalterado.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme os princípios de farmacotécnica, deve-se aplicar o fator de correção para ajustar o teor do cetoprofeno, que apresenta pureza de 93,5%, correspondendo a um fator de 1,07. Assim, para que a formulação contenha 3,75 g do insumo farmacêutico ativo (IFA) em massa pura, é necessário pesar 4,01 g de cetoprofeno, considerando o fator de correção. Portanto, o cálculo apresentado na questão está correto, e a alternativa correta é a letra D, motivo pelo qual o gabarito deve ser mantido inalterado.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta é dada na letra "C - Epidemia de influenza A por H3N2", condizente com o gabarito indicado. Para melhor esclarecimento, trazemos a definição de epidemia, que se adequa ao enunciado da questão: termo que define o aparecimento súbito de uma doença ou condição de saúde, que se propaga por dada zona geográfica, se caracterizando por uma elevação inesperada e descontrolada no número de incidência ou notificações, ultrapassando valores do limiar em dado período de tempo.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A identificação dos IFAs faz parte do processo de interpretação da questão, sendo uma etapa essencial para sua resolução. Essa interpretação é viável, pois os anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) possuem afinidades distintas pelos sítios de ligação, o que influencia diretamente tanto o mecanismo de ação quanto as reações adversas observadas. Trata-se de conteúdo básico da farmacologia dos anti-inflamatórios, amplamente abordado na literatura acadêmica. Conforme indicado pelo próprio requerente e demonstrado no rodapé da figura apresentada na questão, as informações encontram-se disponíveis na referência Rang, H.P. et al. *Rang & Dale: Farmacologia*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2016. p. 321. Dessa forma, a banca conclui que não há falhas no enunciado ou no gabarito oficial, motivo pelo qual mantém a questão e o gabarito inalterados.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi elaborada com frases curtas e diretas, favorecendo a objetividade exigida em provas dessa natureza. Ainda que as alternativas não esgotem todos os aspectos relacionados ao tema central, elas permitem uma análise interpretativa precisa e fundamentada. Em outras palavras, cada assertiva aborda pontos específicos do conteúdo, sendo possível avaliar sua correção ou incorreção de forma isolada, sem prejuízo de compreensão. Na alternativa B, por exemplo, a incorreção está na afirmação de que os AINEs ativam a síntese de prostaglandinas, quando, na realidade, atuam por inativação. Dessa forma, a banca conclui que não há falhas no enunciado ou no gabarito oficial, motivo pelo qual mantém a questão e o gabarito inalterados.

Cargo: Fiscal de Defesa do Consumidor

BRANCA	VERDE
01	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão avalia o conhecimento sintático do candidato no seguinte trecho: E, para isso, professores bem formados, apoiados e valorizados são profissionais-chave em todo esse processo". O trecho é formado por apenas um verbo: "são" e o sujeito é "professores". Assim, se trata de um período simples formado por apenas um sujeito. O verbo está na terceira pessoa do plural para concordar com professores que está no plural. "Formados, apoiados e valorizados", apesar de estarem na forma nominal participípio, funciona como qualificador de "professores", nesse contexto, atuam como adjetivos e não formam novas orações. A concordância "profissionais-chave" não está incorreta. Chave está

como invariável, com isso, não vai para o plural. A alternativa correta é Trata-se de um período simples e formado por apenas um sujeito.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE
03	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O título de um texto antecipa a informação central que será nele tratada. Assim, o título “Da proibição dos celulares à educação integral para a cidadania digital” nos apresenta sua argumentação central: não basta proibir, é preciso formar cidadão digital. No entanto, o autor não defende a restrição como tese principal. Ele reconhece que a proibição pode ter benefícios iniciais, mas sua tese central é a necessidade de uma formação digital consciente, e não a simples proibição. Assim, a afirmativa II é incorreta.

“A educação para uma cidadania digital anula a proibição de celulares nas escolas.” Afirmativa incorreta: O autor defende que a proibição pode ser o ponto de partida, mas não o ponto final. “Restringir o uso de celulares nas escolas deve ser visto como o começo da conversa, e não como seu ponto final.”

A afirmativa I é a correta, pois há uma progressão que parte do início que é a proibição até chegar à formação cidadã. Nesse sentido, nota-se que o autor não se coloca contra a proibição dos celulares nas escolas, mas vê essa ação como ponto inicial e que deve, na verdade progredir, caminhar para uma formação cidadã digital. Com isso, a proibição antecede a formação cidadã. Portanto, a única afirmativa correta é O título parte de uma temática progressiva, partindo de uma visão mais limitada para uma visão mais ampla.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. 216p.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.

BRANCA	VERDE
05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão avalia a compreensão do trecho-base com foco na análise sintática. A base para a questão é o seguinte trecho: “Considerando que o Brasil é um dos países em que as pessoas passam mais tempo online e nas redes sociais, restringir o uso de celulares nas escolas deve ser visto como o começo da conversa, e não como seu ponto final.” A oração principal é “restringir o uso de celulares nas escolas deve ser visto como o começo da conversa, e não como seu ponto final”. A segunda oração “Considerando que o Brasil é um dos países em que as pessoas passam mais tempo on-line e nas redes sociais” é uma oração subordinada causal reduzida de gerúndio, pois o verbo aparece na forma nominal “considerando”, sem um conectivo explícito. Apresenta uma causa, uma explicação para o que é exposto na oração principal. O verbo passar, neste contexto, tem valor de passagem de tempo, portanto, é transitivo e seu objeto é “mais tempo”. Essa oração não expressa condição; ela é uma oração principal declarativa.

“Considerando que o Brasil é um dos países em que as pessoas passam mais tempo on-line e nas redes sociais, [...]’ tem valor adversativo.” Incorreta. O valor adversativo indica oposição (como em “mas”, “porém”, “contudo”), O trecho expressa uma causa, uma explicação.

Assim, a alternativa correta é “A primeira oração é uma oração subordinada e introduz uma causa para o que é apresentado na oração principal.”

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No período original, há correlação entre duas ações futuras: uma condicional no futuro, e a principal também no futuro. Ao substituir "se" por "caso", ocorre uma mudança no tempo verbal da oração condicional: o verbo fica no modo subjuntivo, assim, a flexão adequada do verbo ser é na terceira pessoa do presente do indicativo. O verbo “precisarão” permanece no futuro do presente do indicativo, pois está na oração principal e expressa uma consequência futura. As demais flexões estão em desacordo com a gramática da língua portuguesa.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE
07	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem como base o seguinte fragmento: “Mais do que uma medida normativa, tal resolução representa um convite a pensarmos a educação de forma integrada, conectando os desafios do presente às competências do futuro. Ela nos provoca a buscar equilíbrio entre proteção e protagonismo, entre limite e liberdade, entre lei e a formação de cidadãos virtuosos.” Das alternativas como opções de respostas, a correta é o trecho “[...]buscar equilíbrio entre proteção e protagonismo, entre limite e liberdade, entre lei e a formação de cidadãos virtuosos[...]” é formado por pares contrastivos os quais completam o termo “equilíbrio”. Os pares são opostos, assim, se contrastam. Além disso, estão relacionados ao substantivo “equilíbrio”, portanto, funcionam como complemento de um nome, assim, exercem a função de complemento nominal.

O pronome do caso reto “ela” substitui o termo “educação”. A alternativa está incorreta, pois o pronome do caso reto retoma o termo “resolução”.

A expressão “mais do que” tem valor de exclusão em relação ao caráter normativo da resolução. A expressão quer dizer que a resolução é além de uma medida normativa, pois traz uma visão ampla da educação digital. Assim, a alternativa está incorreta.

O verbo “provocar” está no sentido de induzir alguém a fazer algo; portanto, é transitivo direto e o pronome “nos” é objeto direto desse verbo.

O verbo provocar está no sentido de induzir alguém a fazer algo e o pronome “nos” é objeto direto deste verbo: provoca quem? (nos). O verbo, conforme o contexto, tem realmente o significado de “induzir alguém a fazer algo” e o pronome”. Esse alguém é o pronome pessoal do caso oblíquo “nos” que funciona como objeto direto: ela

provoca quem? “Nos”. O termo “a buscar equilíbrio” é o complemento de sentido, funcionando como objeto indireto (provoca alguém a algo). Assim, o verbo é transitivo direto e indireto, (provoca quem? (nos) a quê? (a buscar equilíbrio) o que torna a alternativa incorreta.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE
09	02

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão centraliza-se no seguinte período: é preciso formar bem as consciências.” A expressão “é preciso” é uma estrutura impessoal — ou seja, não tem sujeito. Isso ocorre porque o adjetivo “preciso” (no sentido de “necessário”) não se refere a ninguém ou a nada em específico, mas expressa uma ideia geral de necessidade. Assim, o verbo “ser” permanece sempre na 3ª pessoa do singular (“é preciso”), e não concorda com nenhum termo. o trecho “formar bem as consciências” funciona como uma oração reduzida de infinitivo, completando o sentido da locução impessoal “é preciso”. Entretanto, essa oração não exerce a função de sujeito gramatical, pois o período principal é impessoal. Dessa forma, confirma-se a alteração do gabarito para a alternativa B “ A expressão “é preciso” é impessoal; portanto, o período não tem sujeito”. As demais alternativas estão incorretas:

“O sujeito é ‘formar bem as consciências.’” A expressão “é preciso” é impessoal, funcionando como um predicado formado por verbo de ligação mais o predicativo “preciso”, que não se refere a sujeito algum.

“O verbo ‘formar’ está no infinitivo e funciona como objeto direto de ‘preciso’.” A estrutura “é preciso” não é um verbo transitivo (que exige objeto), e sim uma locução impessoal formada por verbo de ligação e adjetivo.

“A oração é introduzida por verbo de ligação e ‘formar bem as consciências’ tem a função de predicativo do sujeito.” Embora o verbo “é” seja realmente um verbo de ligação, não há sujeito; logo, não há predicativo do sujeito.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE
11	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e nível exigido, apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir.

Agrupar-se “UBER” como um bloco único, sendo assim, deve-se permutar

UBER LANDIA

Ou seja, um total de 7 (1 bloco + 6 letras). Como há 2 letras A repetidas

$$\text{número de anagramas} = \frac{7!}{2!} = \frac{7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2!}{2!} = 7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 = 2520$$

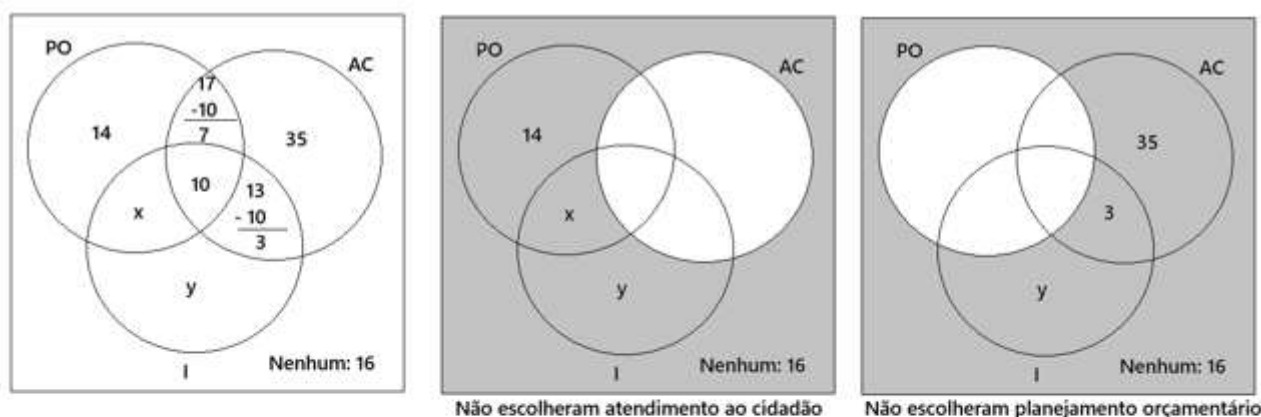
Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
13	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir. Nomeando as opções planejamento orçamentário, atendimento ao cidadão e inovação por PO, AC e I, respectivamente, os diagramas ilustram a situação:



$$\text{Não escolheram planejamento orçamentário} = 35 + 3 + y + 16$$

$$57 = 35 + 3 + y + 16$$

$$y = 3$$

$$\text{Não escolheram atendimento ao cidadão} = 14 + x + y + 16$$

$$54 = 14 + x + y + 16$$

$$x = 21$$

$$\text{total} = 14 + 7 + 10 + 21 + 35 + 3 + 3 + 16 = 109$$

Portanto, o total de entrevistados é dado por

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
14	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir. O enunciado deixa claro que o triângulo é equilátero ao afirmar que "o comprimento de cada lado é de, aproximadamente, 0,8 unidade de comprimento (u.c.)".

A área de um triângulo equilátero é dada por:

$$A = \frac{l^2\sqrt{3}}{4}$$

Substituindo = 0,8:

$$A = \frac{(0,8)^2\sqrt{3}}{4} = \frac{0,64\sqrt{3}}{4} = 0,16\sqrt{3} = \frac{16\sqrt{3}}{100} = \frac{4\sqrt{3}}{25}.$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
15	13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e apresenta enunciado claro, objetivo. Entretanto, o item contém erro técnico de digitação na resposta. Resposta correta seria:

$$\frac{\sqrt{10}}{\sqrt{5}-1}.$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e nível exigido, apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir.

Multiplicando as matrizes, tem-se

$$\begin{bmatrix} 5 & 4 & 2 \\ 3 & 6 & 1 \end{bmatrix} \cdot \begin{bmatrix} 2 & 1 & 3 \\ 1 & 2 & 1 \\ 3 & 0 & 2 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 5 \times 2 + 4 \times 1 + 2 \times 3 & 5 \times 1 + 4 \times 2 + 2 \times 0 & 5 \times 3 + 4 \times 1 + 2 \times 2 \\ 15 \times 2 + 6 \times 1 + 1 \times 3 & 3 \times 1 + 6 \times 2 + 1 \times 0 & 3 \times 3 + 6 \times 1 + 1 \times 2 \end{bmatrix}$$

$$R = I \cdot P = \begin{bmatrix} 20 & 13 & 23 \\ 15 & 15 & 17 \end{bmatrix}.$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
19	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e nível exigido, apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir.

Dividindo-se o polinômio $P(x)$ pelo polinômio $Q(x)$, tem-se

$$\begin{array}{r}
 x^3 + ax^2 + bx + 5 \quad \Big| \quad x^2 + 2x + 1 \\
 \underline{-x^3 - 2x^2 - x} \\
 (a - 2)x^2 + (b - 1)x + 5 \\
 \underline{-(a - 2)x^2 - 2(a - 2)x - (a - 2)} \\
 (b - 2a + 3)x + (7 - a)
 \end{array}$$

Como o polinômio é divisível, então devemos igualar o resto ao polinômio nulo, ou seja,

$$\begin{cases} 7 - a = 0 \\ b - 2a + 3 = 0 \end{cases}$$

Portanto, $a = 7$ e $b = 11$. Assim, o produto é

$$a \cdot b = 7 \cdot 11 = 77.$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
20	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmação do supervisor é: “Nenhum agente de saúde com contrato temporário frequenta esta unidade”, que, em lógica proposicional, equivale a “Para todo agente temporário, ele não frequenta a unidade”. A negação de uma frase do tipo “nenhum” é: “existe ao menos um”, ou seja, basta que haja pelo menos um agente temporário que frequente a unidade para tornar a afirmação original falsa. Assim, a negação correta é: “Alguns agentes de saúde com contrato temporário frequentam esta unidade”, que corresponde à alternativa A, enquanto as demais alternativas repetem ou reforçam a afirmação original em vez de negá-la.

BRANCA	VERDE
23	21

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Na questão, deve-se considerar os conceitos fundamentais de sistemas operacionais e assinalar a afirmativa correta. A alternativa D, descrita como “Gerenciam recursos de hardware como memória, processador e dispositivos de entrada e saída”, é a opção correta apresentada no gabarito.

O S.O. viabiliza a execução de navegadores e de programas de escritório. Tais programas são aplicações de usuário que dependem dos serviços do S.O. Além disso, o S.O. é um gerenciador de recursos como memória, processador e dispositivos de E/S.

Portanto, há duas alternativas corretas, sendo a questão anulada.

Fontes:

- TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

BRANCA	VERDE
31	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva de que “É dispensável o Aviso de Recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros” é a correta em virtude de a jurisprudência dominante do STJ reconhecer que é suficiente o envio da comunicação escrita ao endereço do consumidor, não sendo necessário o aviso de recebimento (AR). O objetivo do art. 43, § 2º, é apenas garantir a oportunidade de ciência prévia, e não condicionar a inscrição à efetiva leitura ou recebimento da carta. Neste sentido é o julgamento exarado pelo STJ, no REsp 1083291 / RS / Tese fixada no Tema Repetitivo 59, STJ: *É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros*

A assertiva que dispõe que “A ausência de Aviso de Recebimento (AR) na carta enviada ao consumidor invalida a comunicação prévia exigida pelo CDC, tornando ilegítima a negativação e autorizando a reparação por danos morais.” é errada em virtude do entendimento firmado pelo STJ no julgamento do REsp 1083291 / RS / Tese fixada no Tema Repetitivo 59, STJ, de que não é necessário o aviso de recebimento (AR). Basta comprovar que a comunicação foi enviada ao endereço do consumidor, não sendo exigível que ele tenha efetivamente recebido a correspondência.

BRANCA	VERDE
33	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão exige que o candidato marque a assertiva de acordo com o disposto no CDC e conforme o art. 26, §§ 2º e 3º do CDC, a reclamação formal do consumidor obsta o curso do prazo decadencial até a resposta negativa do fornecedor, que, no caso, nem foi dada. Além disso, o produto estava dentro da sua expectativa de durabilidade e a instauração de processo administrativo (ou inquérito civil) também interrompe o prazo. Portanto, a decadência não se consumou e Joana ainda pode exercer o direito quanto ao vício.

Outrossim, o CDC deve ser interpretado de forma teleológica e pró-consumidor, em respeito aos princípios da boa-fé objetiva e da vulnerabilidade do consumidor (arts. 4º e 6º do CDC).

Além disso, a instauração de processo administrativo perante o Procon tem por finalidade promover a solução do conflito de consumo e obstar a perda do direito de ação enquanto a questão é analisada em sede administrativa, aplicando-se analogicamente o art. 26, §2º, II, do CDC, que admite causas de suspensão da decadência.

Trata-se de interpretação sistemática e teleológica da norma, que privilegia a efetividade da proteção consumerista e evita que o silêncio do fornecedor e a tramitação administrativa prejudiquem a parte vulnerável.

BRANCA	VERDE
34	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva “C” dispõe que A desconsideração da personalidade jurídica no CDC se limita à responsabilização dos sócios da empresa, não podendo alcançar sociedades controladoras ou consorciadas, salvo em caso de falência devidamente decretada está incorreta uma vez que o CDC expressamente prevê a possibilidade de responsabilizar sociedades controladoras (art. 28, § 2º, CDC), consorciadas (§ 3º) e coligadas (§ 4º), inclusive além dos sócios, independentemente de falência. A norma é mais ampla que a responsabilidade societária tradicional.

Já a assertiva “D” afirma que O CDC adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica sempre que esta representar obstáculo ao ressarcimento do consumidor, sendo dispensável a prova de fraude, dolo ou confusão patrimonial é considerada correta em virtude de o CDC adota a teoria menor, permitindo a desconsideração da personalidade jurídica sempre que ela se apresentar como obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados ao consumidor (art. 28, § 5º). Não é exigido, como na teoria maior, prova de fraude, confusão patrimonial ou desvio de finalidade.

BRANCA	VERDE
36	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva “A” afirma que a publicidade enganosa que induz a erro um grupo determinável de consumidores caracteriza interesse coletivo, e a associação está legitimada desde que comprove autorização assemblear expressa, a qual é considerada errada em virtude de a publicidade enganosa que atinge um grupo de consumidores com base em uma relação jurídica comum caracteriza, na verdade, interesse individual homogêneo (art. 81, III), e não coletivo stricto sensu (art. 81, II). Além disso, não se exige autorização assemblear (art. 82, IV do CDC).

Já a assertiva “D” afirma que a associação possui legitimidade para ajuizar a ação coletiva visando à tutela de interesses individuais homogêneos, desde que respeitado o prazo de um ano de constituição e a pertinência temática de sua atuação, sendo desnecessária a autorização assemblear. A aludida assertiva está correta em virtude de a associação estar legitimada para a ação coletiva, conforme art. 82, IV do CDC, desde que esteja legalmente constituída há pelo menos um ano e tenha como finalidade institucional a defesa de interesses do consumidor, o que é o caso.

Além disso, não há necessidade de autorização assemblear (dispensada expressamente pelo art. 82, IV).

A matéria (publicidade enganosa com origem comum) se insere na hipótese de interesse individual homogêneo, conforme art. 81, III.

BRANCA	VERDE
38	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão é suficiente e objetivo, descrevendo expressamente que “o preço total do imóvel, bem como o valor da comissão, estavam discriminados em quadro-resumo no início do instrumento contratual”.

Essa informação preenche exatamente o requisito de “prévia informação clara e destacada” ao consumidor, conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, de modo que não há omissão, ambiguidade ou erro material no enunciado.

No que diz respeito às assertivas, o gabarito considerou a assertiva “A” errada em virtude do entendimento do STJ de não impor obrigação exclusiva ao incorporador. A transferência da obrigação ao comprador é válida, desde que respeitados os requisitos de transparência e destacada a comissão no preço total. Não há impedimento absoluto à cobrança. (STJ, Tema Repetitivo 938, exarado no REsp 1.599.511/SP), enquanto a questão afirma que mesmo que o valor da comissão de corretagem esteja informado, o dever de pagamento cabe exclusivamente ao incorporador, por se tratar de despesa interna do empreendimento.

A assertiva “B” está igualmente errada ao afirmar que a cláusula que transfere ao comprador a responsabilidade pela comissão de corretagem é nula de pleno direito, por impor obrigação sem contraprestação ao consumidor, violando o princípio da boa-fé objetiva”, uma vez que a validade não depende de contratação direta do corretor pelo

consumidor. Mesmo que o corretor tenha sido contratado pela incorporadora, a cláusula pode ser válida, desde que o consumidor seja previamente informado (STJ, Tema Repetitivo 938, exarado no REsp 1.599.511/SP).

Já a assertiva “C” afirma que a cláusula que transfere o encargo da comissão ao comprador é válida apenas quando o corretor é contratado diretamente pelo consumidor, não sendo admitida tal transferência em contratos firmados com o incorporador, o que está errado uma vez que a validade não depende de contratação direta do corretor pelo consumidor. Mesmo que o corretor tenha sido contratado pela incorporadora, a cláusula pode ser válida, desde que o consumidor seja previamente informado (STJ, Tema Repetitivo 938, exarado no REsp 1.599.511/SP).

A assertiva verdadeira é a constante na alternativa “D” a qual dispõe expressamente que a cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária é válida desde que haja prévia.

O STJ fixou a seguinte tese no REsp 1.599.511/SP (Tema 938): Validade da cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem;

Assim, desde que o consumidor tenha sido informado com clareza sobre o valor do imóvel e da corretagem, a cláusula é válida.

Cargo: Fiscal de Obras

BRANCA
09

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão centraliza-se no seguinte período: é preciso formar bem as consciências. A expressão “é preciso” é uma estrutura impessoal — ou seja, não tem sujeito. Isso ocorre porque o adjetivo “preciso” (no sentido de “necessário”) não se refere a ninguém ou a nada em específico, mas expressa uma ideia geral de necessidade. Assim, o verbo “ser” permanece sempre na 3ª pessoa do singular (“é preciso”), e não concorda com nenhum termo. o trecho “formar bem as consciências” funciona como uma oração reduzida de infinitivo, completando o sentido da locução impessoal “é preciso”. Entretanto, essa oração não exerce a função de sujeito gramatical, pois o período principal é impessoal. Dessa forma, confirma-se a alteração do gabarito para a alternativa B " A expressão “é preciso” é impessoal; portanto, o período não tem sujeito". As demais alternativas estão incorretas:

“O sujeito é ‘formar bem as consciências’.” A expressão “é preciso” é impessoal, funcionando como um predicado formado por verbo de ligação mais o predicativo “preciso”, que não se refere a sujeito algum.

“O verbo ‘formar’ está no infinitivo e funciona como objeto direto de ‘preciso’.” A estrutura “é preciso” não é um verbo transitivo (que exige objeto), e sim uma locução impessoal formada por verbo de ligação e adjetivo.

“A oração é introduzida por verbo de ligação e ‘formar bem as consciências’ tem a função de predicativo do sujeito.” Embora o verbo “é” seja realmente um verbo de ligação, não há sujeito; logo, não há predicativo do sujeito.

Fontes:

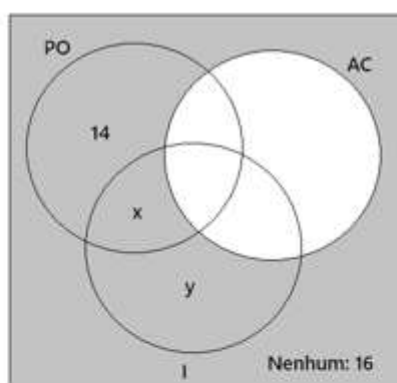
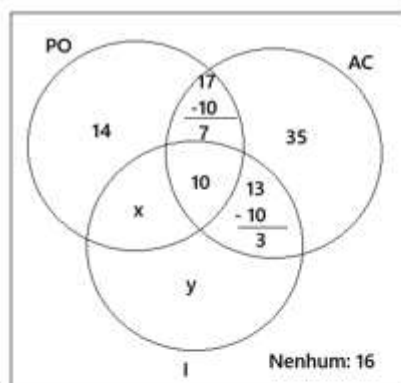
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA
13

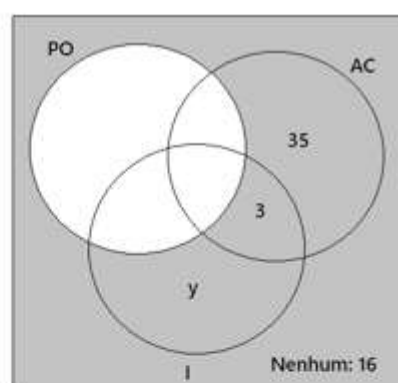
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir.

Nomeando as opções planejamento orçamentário, atendimento ao cidadão e inovação por PO, AC e I, respectivamente, os diagramas ilustram a situação:



Não escolheram atendimento ao cidadão



Não escolheram planejamento orçamentário

$$\text{Não escolheram planejamento orçamentário} = 35 + 3 + y + 16$$

$$57 = 35 + 3 + y + 16$$

$$y = 3$$

$$\text{Não escolheram atendimento ao cidadão} = 14 + x + y + 16$$

$$54 = 14 + x + y + 16$$

$$x = 21$$

$$\text{total} = 14 + 7 + 10 + 21 + 35 + 3 + 3 + 16 = 109$$

Portanto, o total de entrevistados é dado por

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e apresenta enunciado claro, objetivo. Entretanto, o item contém erro técnico de digitação na resposta. Resposta correta seria:

$$\frac{\sqrt{10}}{\sqrt{5} - 1}.$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e nível exigido, apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir.

A reta apresentada passa pelos pontos (0,3) e (2,0). O coeficiente linear é dado por $b=3$, pois é o valor de y para o qual $x = 0$. Calculando o coeficiente angular, tem-se

$$a = \frac{\Delta y}{\Delta x} = \frac{3 - 0}{0 - 2} = -\frac{3}{2}$$

Assim,

$$a + b = -\frac{3}{2} + 3 = \frac{-3 + 6}{2} = \frac{3}{2}$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
23

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Na questão, deve-se considerar os conceitos fundamentais de sistemas operacionais e assinalar a afirmativa correta. A alternativa D, descrita como “Gerenciam recursos de hardware como memória, processador e dispositivos de entrada e saída”, é a opção correta apresentada no gabarito.

O S.O. viabiliza a execução de navegadores e de programas de escritório. Tais programas são aplicações de usuário que dependem dos serviços do S.O. Além disso, o S.O. é um gerenciador de recursos como memória, processador e dispositivos de E/S.

Portanto, há duas alternativas corretas, sendo a questão anulada.

Fontes:

- TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

Cargo: Fiscal de Transportes

BRANCA	VERDE
01	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Como palavra derivada de *tentiginis*, “tentação” significa ardor amoroso. Ante tais sentidos para o termo, percebe-se que o título do conto de Clarice Lispector não é desprezível. A palavra é carregada de segundas intenções – que o digam Adão e Eva no Paraíso – como carregada de segundas intenções está a autora, ao usá-la num texto que envolve aparentemente dois seres desprovidos da noção de sexualidade. Mas o texto indicia o tempo todo a força de Eros; observe: “Sabe-se apenas que se comunicaram rapidamente, pois não havia tempo” (8º§); “Pediam-se com urgência,

com encabulamento, surpreendidos” (8º§); “Mas ambos eram comprometidos” (10º§); “Ela com sua infância impossível, o centro da inocência que só se abriria quando ela fosse uma mulher. Ele, com sua natureza aprisionada” (11º§). Considerando a reação da menina e do cão quando se encontram, é possível inferir o título pode indicar o impulso de ficarem juntos (a menina ruiva e o *basset* ruivo), uma tentação de se pertencerem. As demais informações dadas para análise são inadequadas e incoerentes, tendo em vista as ideias apresentadas ao longo do texto.

BRANCA	VERDE
03	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Clarice Lispector se vale de uma linguagem inusitada, insólita, marcada por lacunas. Quando diz, por exemplo, “Era um *basset* lindo e miserável, doce sob a sua fatalidade”, na palavra “fatalidade” há uma lacuna. Percebe-se que o fragmento, ou seja, a informação tem falhas, omissões ou ausências significativas. É possível perceber que algo que não está completo, que há espaços vazios faltam tópicos na informação. O leitor fica a indagar a que se refere tal fatalidade: à condição de cachorro do *basset*?; ao fato de ser ruivo?; à impossibilidade de unir-se à sua outra metade?; à sua natureza aprisionada? Essas e outras lacunas ficam a cargo e a termo do leitor que irá preenchê-las, conforme o grau de tentação que o conto lhe proporcionar.

BRANCA	VERDE
04	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema central é a ideia principal ou mensagem que o autor deseja transmitir através de sua obra. É o conceito ou assunto que permeia todo o texto, fornecendo um fio condutor para a compreensão do conteúdo. Em outras palavras, o tema central é a essência do que está sendo abordado, a problemática principal que o autor deseja discutir ou a mensagem que ele quer que o público compreenda. O tema central do conto de Clarice Lispector é a solidão. Tal fato pode ser claramente comprovado através dos trechos: “Na rua vazia as pedras vibravam de calor [...]” (2º§); “Na rua deserta nenhum sinal de bonde” (2º§); “A possibilidade de comunicação surgiu no ângulo quente da esquina, acompanhando uma senhora, e encarnada na figura de um cão” (3º§); “Entre tantos seres que estão prontos para se tornarem donos de outro ser, lá estava a menina que viera ao mundo para ter aquele cachorro” (6º§).

BRANCA	VERDE
05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A preposição “até” indica limite, seja de espaço, tempo ou quantidade. Ela marca o ponto final de uma ação ou estado, seja físico, temporal ou figurado. Considerando o trecho dado para análise, pode-se afirmar que tal preposição introduz a ideia de “limite” espacial.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. rev., ampl. e atual. Conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE
06	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra “desalento”, considerando o contexto em que se encontra empregada, se refere a: desânimo; esmorecimento; abatimento; tristeza. “Fomento” significa: estímulo; incremento; incentivo; impulso. As demais associações estão coerentes, tendo em vista a conjuntura textual: fremia (tremia, uivava); estacou (parou, empacou); e encabulamento (constrangimento, retraimento).

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. rev., ampl. e atual. Conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 1.0, intranet, março de 2004.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A conjunção “pois”, pode ser utilizada de duas formas principais: explicativa e conclusiva. Quando explicativa, equivale a “porque”, “visto que” e introduz uma justificativa para algo mencionado anteriormente. Quando conclusiva, equivale a “portanto”, “logo” e indica uma conclusão a partir de algo já dito. A pontuação é crucial para diferenciar os dois usos: a conjunção explicativa normalmente vem precedida de vírgula, enquanto a conclusiva pode aparecer entre vírgulas ou no final da oração, após uma vírgula. Em resumo, a conjunção “pois” pode ser explicativa ou conclusiva, e a vírgula é um elemento importante para determinar seu sentido na frase.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. rev., ampl. e atual. Conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE
08	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em português, oração é uma unidade linguística que contém um verbo (ou locução verbal) e possui sentido completo; frase é um enunciado que também tem sentido completo, mas pode ou não conter um verbo. Em resumo, toda oração é uma frase, mas nem toda frase é uma oração. Dessa forma, “Desprevenido, acostumado, cachorro” trata-se de uma frase nominal. Uma frase é qualquer enunciado com sentido completo, e nem sempre esse sentido é expresso por um verbo.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. rev., ampl. e atual. Conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRANCA	VERDE
10	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em um texto, a opinião do autor em primeira pessoa é expressa através do uso dos pronomes “eu” e “nós”, indicando que o autor está compartilhando suas próprias ideias, sentimentos ou experiências diretamente com o leitor. Essa perspectiva torna o texto mais pessoal e subjetivo, permitindo que o autor se posicione de forma clara sobre o tema abordado. A presença do pronome “nos” indica que o autor está falando em seu próprio nome. A escolha de palavras e expressões, como “desalento contra desalento”, que refletem o ponto de vista pessoal do autor, em vez de apresentar fatos objetivos, é outra característica da opinião em primeira pessoa.

BRANCA	VERDE
18	14

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado afirma que “nos dias seguintes, a quantidade arrecadada continuou seguindo o mesmo padrão de crescimento observado nos três primeiros dias”, sem especificar se esse padrão se refere a crescimento proporcional (progressão geométrica) ou a acréscimos diários crescentes (progressão aritmética de segunda ordem). Ambas as interpretações são matematicamente coerentes e leva a resultados distintos. Essa ambiguidade torna impossível determinar uma única resposta correta, comprometendo a clareza, a objetividade e a isonomia entre os candidatos, motivo pelo qual a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
20	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está contida no tópico “Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras” porque exige identificar o padrão das quartas-feiras de um mês, ou seja, sequências numéricas no tempo, e a partir desse padrão deduzir qual será a última quarta-feira de novembro. Os dias formam uma sequência regular (a cada sete dias), e o candidato precisa aplicar raciocínio lógico dedutivo para continuar a sequência e determinar o último atendimento, caracterizando claramente uma aplicação de sequência lógica numérica no contexto temporal. As quartas-feiras ocorreram nos seguintes dias: em agosto, dias 6, 13, 20 e 27; em setembro, dias 3, 10, 17 e 24; em outubro, dias 1, 8, 15, 22 e 29; e em novembro, dias 5, 12, 19 e 26. Assim, o último dia de retorno à Tapiraí em novembro foi no dia 26.

BRANCA	VERDE
23	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta é a letra C) Nota de rodapé, pois insere uma explicação vinculada ao trecho selecionado na mesma página.

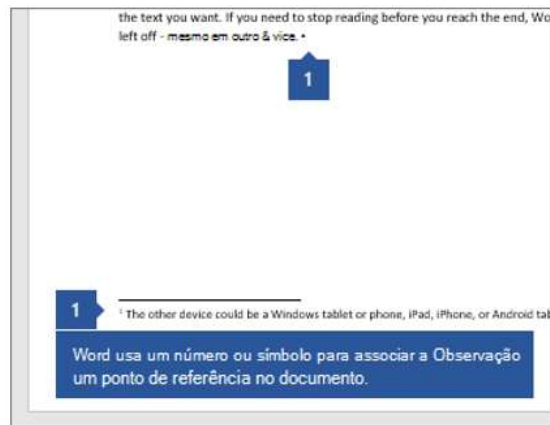
O enunciado descreve uma situação de documento final, em que a observação deve integrar o conteúdo do texto de forma clara e organizada, sem se tratar de anotação de revisão ou comentário interno.

O recurso Comentário é voltado para revisão, colaboração e sugestões entre autores, sendo exibido na margem lateral e podendo não constar na versão final impressa do documento. Por esse motivo, não atende ao objetivo da questão, que é apresentar uma explicação ao leitor final.

Já a Nota de rodapé:

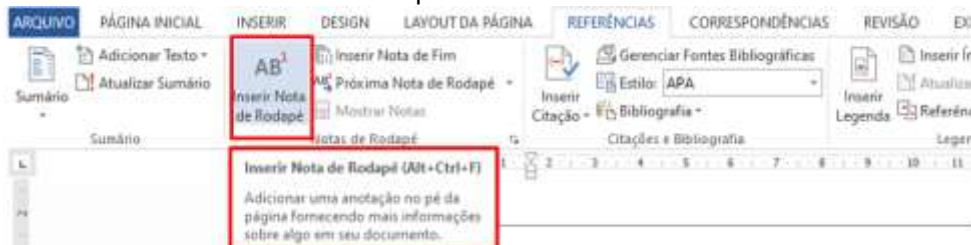
- vincula-se diretamente ao termo selecionado;
- é apresentada na mesma página, de forma discreta;
- integra o conteúdo final do documento;
- é o recurso convencional para explicações, definições, esclarecimentos e referências adicionais.

Além disso, conforme orientação oficial da Microsoft: “as notas de rodapé aparecem no final da página, e as notas de fim ficam no final do documento ou da seção. Um número ou símbolo na nota de rodapé ou na nota de fim corresponde a uma marca de referência no documento.”



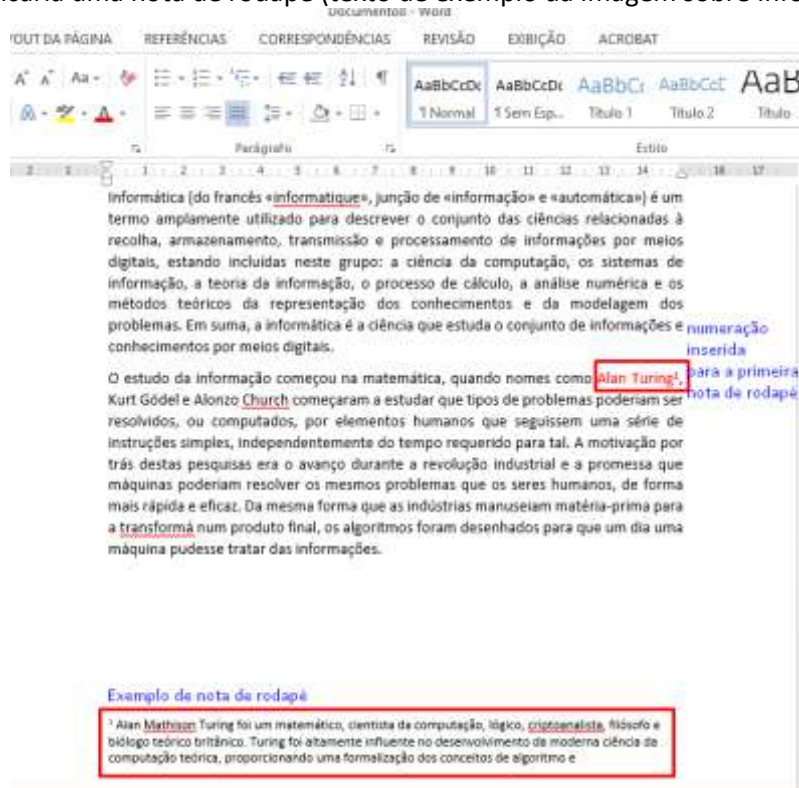
Passos para inserir uma nota de rodapé no Word 2019:

1. Clique no ponto do texto onde deseja criar a referência.
2. Acesse a guia Referências.
3. Selecione Inserir Nota de Rodapé ou Inserir Nota de Fim.



4. Observe que a nota aparecerá no rodapé da página ou ao final do documento.
5. Digite o conteúdo desejado na nota.

Como ficaria uma nota de rodapé (texto de exemplo da imagem sobre Informática)



Portanto, não há erro no enunciado e não se configuram múltiplas respostas corretas. A finalidade descrita na questão corresponde claramente ao uso de Nota de Rodapé, e não de Comentário. Dessa forma, o recurso é indeferido, mantendo-se o gabarito original.

Fonte:

- Inserir notas de rodapé e notas de fim – Microsoft Support Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/inserir-notas-de-rodape-e-notas-de-fim-61f3fb1a-4717-414c-9a8f-015a5f3ff4cb>

BRANCA	VERDE
31	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sobre a 1ª afirmativa (cruzamentos sem sinalização), o CTB é categórico: *“Quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem aquele que vier pela direita do condutor.”* (art. 29, III, “c”, CTB). A norma não prevê “acordo” entre condutores, nem verbal nem gestual. O princípio da direita é regra objetiva e cogente, cujo descumprimento configura infração grave (art. 29 c/c art. 186, II). Assim, a afirmativa é verdadeira, e o argumento apresentado é improcedente.

Sobre a 5ª afirmativa (semáforo intermitente no amarelo e preferência do pedestre), o art. 44, parágrafo único, do CTB dispõe expressamente: *“Nos cruzamentos e passagens de nível, os condutores devem permitir a passagem de pedestres e ciclistas que já tenham iniciado a travessia, mesmo quando o semáforo estiver intermitente no amarelo.”* Portanto, não há ambiguidade: quando o pedestre já se encontra em travessia, a prioridade é dele — independentemente do estado do semáforo. A norma visa proteger o usuário mais vulnerável, conforme o art. 29, §2º, que impõe ao condutor “maior responsabilidade pela segurança dos demais”.

A interpretação de que o amarelo intermitente apenas exige cautela não se sobrepõe ao direito de passagem do pedestre já em travessia, que é norma de proteção obrigatória, e não mera recomendação.

A questão está tecnicamente correta e em total conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (MBST, Vol. IV – Sinalização Semafórica). Não há ambiguidade, erro de formulação ou contradição normativa. O comando exige apenas o reconhecimento das regras legais de preferência e prioridade, que foram corretamente aplicadas. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito oficial.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro): arts. 29, 38, 44, §único e 70.
- CONTRAN. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume IV – Sinalização Semafórica.
- Resolução CONTRAN nº 160/2004.

BRANCA	VERDE
33	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando cada afirmativa: I. Verdadeira. As vias coletoras têm como função canalizar o tráfego das vias locais para as arteriais, e vice-versa. Elas fazem a transição funcional no sistema viário e distribuem o tráfego de forma intermediária. II. Falsa. As vias arteriais são destinadas à circulação de longa distância, com alta capacidade de fluxo. Não devem permitir muitos acessos diretos a propriedades, pois isso compromete sua fluidez. III. Verdadeira. As vias locais atendem ao tráfego de acesso restrito e de baixa velocidade, servindo diretamente às residências, comércios de bairro e instituições de pequeno porte. IV. Verdadeira. A hierarquização viária é um instrumento fundamental para o planejamento urbano e a gestão do sistema viário, pois define funções, prioridades de circulação, tipos de veículos permitidos e regras de sinalização e infraestrutura. V. Falsa. As vias arteriais urbanas são parte do sistema interno da cidade e, muitas vezes, suportam linhas de transporte coletivo. A conexão entre zonas urbanas e rurais é função mais típica de vias de acesso ou estradas vicinais. Além disso, excluir o transporte coletivo das arteriais seria incompatível com a função dessas vias.

A questão está corretamente formulada e tecnicamente precisa, baseada na ABNT NBR 9074/1985, no Manual de Projeto Geométrico de Vias Urbanas (DNIT, 2006) e na Lei nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana). As afirmativas I, III e IV refletem fielmente as funções das vias coletoras, locais e o princípio da hierarquização viária. As assertivas II e V são incorretas, pois contradizem os conceitos normativos: as vias arteriais não permitem acesso direto a garagens e possuem alta capacidade de fluxo; o transporte coletivo integra as vias arteriais, não sendo nelas excluído.

O enunciado está claro, objetivo e em conformidade técnica com os manuais e legislações vigentes.

Fontes:

- ANTÔNIO, N. G. *Planejamento e Gestão do Sistema Viário Urbano*. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.
- BRASIL. Manual de Projeto Geométrico de Vias Urbanas – DNIT, 2022.
- Manual de Planejamento de Sistemas Viários Urbanos – DNIT; Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

BRANCA	VERDE
37	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A análise do enunciado demonstra que o comando da questão solicita “a alternativa que indica corretamente as infrações que deverão ser lavradas”, tendo como foco a conduta observada pelo fiscal no exercício da fiscalização de campo, e não o simples porte documental. O item descreve duas irregularidades de natureza operacional e técnica — (1) porta travada por fita plástica e (2) obstrução da visibilidade no para-brisa —, ambas classificadas como infrações graves (CTB, art. 230, incisos IX e XVI), com medida administrativa de retenção do veículo para regularização, e que colocam em risco direto a segurança viária.

Essas condutas, portanto, constituem infrações típicas de fiscalização veicular e se enquadram integralmente na alternativa D.

A terceira situação — ausência momentânea do Certificado de Licenciamento Anual (CLA) — configura infração leve (art. 232 do CTB), mas não compromete a segurança operacional e não integra o núcleo da questão, cujo contexto é a verificação de condições físicas e de segurança do veículo. Além disso, a infração do art. 232 é autônoma e acessória, não vinculada às irregularidades materiais descritas. Logo, sua ausência na alternativa não torna a resposta incorreta, mas condizente com o foco técnico do problema proposto.

Por fim, a menção à “apreensão” na alternativa A reforça sua improcedência, pois a penalidade de apreensão foi realmente revogada (Lei nº 13.281/2016), permanecendo apenas a medida administrativa de retenção — o que confirma a impropriedade dessa opção e valida a correção da alternativa D.

A questão está corretamente elaborada e juridicamente adequada, amparada nos arts. 230, incisos IX e XVI, e 232 do CTB, bem como nas Resoluções CONTRAN nº 14/1998 e nº 887/2021.

O gabarito oficial identifica corretamente as infrações principais relacionadas à segurança e à visibilidade, atendendo integralmente ao comando da questão.

Não há vício de formulação, omissão relevante nem ambiguidade normativa.

Fontes:

- Lei nº 9.503/1997 (CTB): arts. 230, IX, XVI e 232.
- Lei nº 13.281/2016: revoga a penalidade de apreensão do veículo.
- Resolução CONTRAN nº 14/1998: define equipamentos obrigatórios.
- Resolução CONTRAN nº 887/2021: estabelece requisitos técnicos de segurança para transporte coletivo urbano.

BRANCA	VERDE
40	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando de forma completa a cada uma das afirmativas, tem-se que:

I – Verdadeira. Conforme o art. 269 do CTB, as medidas administrativas (recolhimento de CNH, CRLV, retenção ou remoção de veículo etc.) podem ser aplicadas de forma imediata pela autoridade ou agente de trânsito, independentemente de processo administrativo. Essas medidas têm caráter cautelar e não punitivo, objetivando restabelecer a segurança e a legalidade no momento da infração.

II - Verdadeira. A garantia do contraditório e da ampla defesa está prevista no art. 5º, LV da Constituição Federal e regulamentada no CTB, arts. 280 a 282. O art. 281 determina a anulação do auto de infração se não houver notificação para defesa prévia, e o art. 282, §1º confirma a necessidade de duas notificações: da autuação e da penalidade. Logo, a afirmativa está correta.

III - Verdadeira. A Lei nº 13.281/2016 revogou o art. 262 do CTB, que previa a apreensão do veículo como penalidade. Atualmente, utiliza-se a remoção ao depósito (art. 270), sem caráter de penalidade, mas de medida administrativa temporária. Portanto, correta.

4 - Falsa. De fato, o prazo mínimo é de 15 dias, conforme o art. 4º, §2º da Resolução CONTRAN nº 619/2016, mas não há previsão legal de prorrogação. A autoridade não pode ampliar o prazo por ato discricionário, sob pena de violar o princípio da legalidade administrativa. Portanto, falsa.

V - Verdadeira. Prevista no art. 267 do CTB, é uma penalidade alternativa e educativa, aplicável sob dois requisitos cumulativos: i) A infração deve ser leve ou média; ii) O condutor não pode ser reincidente na mesma infração nos últimos 12 meses. Depende, ainda, de juízo de conveniência da autoridade.

Logo, correta.

VI - Falsa. O art. 96, I, 'a' do CTB define "via" como toda a superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo pista, calçada, acostamento, canteiro central, ilhas e refúgios. Logo, a afirmativa é incorreta ao restringir o conceito apenas ao tráfego motorizado.

VII - Verdadeira. O art. 24, VI e VIII do CTB confere à autoridade de trânsito a competência para aplicar penalidades e adotar medidas administrativas. A delegação de competência é admitida pela Lei nº 9.784/1999 (art. 12) e pela Resolução CONTRAN nº 404/2012, desde que formalizada por ato administrativo. Portanto, correta.

A questão está redigida de forma precisa e compatível com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e com a Lei nº 9.784/1999.

As interpretações apresentadas pelos recorrentes não encontram respaldo jurídico, pois confundem discricionariedade com automatismo (art. 267) e competência com execução delegável (art. 24).

Fontes:

- BRASIL. *Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997*. Código de Trânsito Brasileiro.
- BRASIL. *Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999*. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- CONTRAN. *Resolução nº 619, de 6 de setembro de 2016*. Dispõe sobre procedimentos para aplicação das penalidades.

Cargo: Fiscal Sanitário/Enfermagem

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O título de um texto antecipa a informação central que será nele tratada. Assim, o título "Da proibição dos celulares à educação integral para a cidadania digital" nos apresenta sua argumentação central: não basta proibir, é preciso formar cidadão digital. No entanto, o autor não defende a restrição como tese principal. Ele reconhece que a proibição pode ter benefícios iniciais, mas sua tese central é a necessidade de uma formação digital consciente, e não a simples proibição. Assim, a afirmativa II é incorreta.

"A educação para uma cidadania digital anula a proibição de celulares nas escolas." Afirmativa incorreta: O autor defende que a proibição pode ser o ponto de partida, mas não o ponto final. "Restringir o uso de celulares nas escolas deve ser visto como o começo da conversa, e não como seu ponto final."

A afirmativa I é a correta, pois há uma progressão que parte do início que é a proibição até chegar à formação cidadã. Nesse sentido, nota-se que o autor não se coloca contra a proibição dos celulares nas escolas, mas vê essa ação como ponto inicial e que deve, na verdade progredir, caminhar para uma formação cidadã digital. Com isso, a proibição antecede a formação cidadã. Portanto, a única afirmativa correta é O título parte de uma temática progressiva, partindo de uma visão mais limitada para uma visão mais ampla.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. 216p.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem como base o seguinte fragmento: “Mais do que uma medida normativa, tal resolução representa um convite a pensarmos a educação de forma integrada, conectando os desafios do presente às competências do futuro. Ela nos provoca a buscar equilíbrio entre proteção e protagonismo, entre limite e liberdade, entre lei e a formação de cidadãos virtuosos.” Das alternativas como opções de respostas, a correta é o trecho “[...] buscar equilíbrio entre proteção e protagonismo, entre limite e liberdade, entre lei e a formação de cidadãos virtuosos[...]” é formado por pares contrastivos os quais completam o termo “equilíbrio”. Os pares são opostos, assim, se contrastam. Além disso, estão relacionados ao substantivo “equilíbrio”, portanto, funcionam como complemento de um nome, assim, exercem a função de complemento nominal.

O pronome do caso reto “ela” substitui o termo “educação”. A alternativa está incorreta, pois o pronome do caso reto retoma o termo “resolução”.

A expressão “mais do que” tem valor de exclusão em relação ao caráter normativo da resolução. A expressão quer dizer que a resolução é além de uma medida normativa, pois traz uma visão ampla da educação digital. Assim, a alternativa está incorreta.

O verbo “provocar” está no sentido de induzir alguém a fazer algo; portanto, é transitivo direto e o pronome “nos” é objeto direto desse verbo.

O verbo provocar está no sentido de induzir alguém a fazer algo e o pronome “nos” é objeto direto deste verbo: provoca quem? (nos). O verbo, conforme o contexto, tem realmente o significado de “induzir alguém a fazer algo” e o pronome”. Esse alguém é o pronome pessoal do caso oblíquo “nos” que funciona como objeto direto: ela provoca quem? “Nos”. O termo “a buscar equilíbrio” é o complemento de sentido, funcionando como objeto indireto (provoca alguém a algo). Assim, o verbo é transitivo direto e indireto, (provoca quem? (nos) a quê? (a buscar equilíbrio) o que torna a alternativa incorreta.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA
09

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão centraliza-se no seguinte período: é preciso formar bem as consciências. A expressão “é preciso” é uma estrutura impessoal — ou seja, não tem sujeito. Isso ocorre porque o adjetivo “preciso” (no sentido de “necessário”) não se refere a ninguém ou a nada em específico, mas expressa uma ideia geral de necessidade. Assim, o verbo “ser” permanece sempre na 3ª pessoa do singular (“é preciso”), e não concorda com nenhum termo. o trecho “formar bem as consciências” funciona como uma oração reduzida de infinitivo, completando o sentido da locução impessoal “é preciso”. Entretanto, essa oração não exerce a função de sujeito gramatical, pois o período principal é impessoal. Dessa forma, confirma-se a alteração do gabarito para a alternativa B " A expressão “é preciso” é impessoal; portanto, o período não tem sujeito". As demais alternativas estão incorretas:

“O sujeito é ‘formar bem as consciências’.” A expressão “é preciso” é impessoal, funcionando como um predicado formado por verbo de ligação mais o predicativo “preciso”, que não se refere a sujeito algum.

“O verbo ‘formar’ está no infinitivo e funciona como objeto direto de ‘preciso’.” A estrutura “é preciso” não é um verbo transitivo (que exige objeto), e sim uma locução impessoal formada por verbo de ligação e adjetivo.

“A oração é introduzida por verbo de ligação e ‘formar bem as consciências’ tem a função de predicativo do sujeito.” Embora o verbo “é” seja realmente um verbo de ligação, não há sujeito; logo, não há predicativo do sujeito.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O objetivo da questão é avaliar o conhecimento quanto ao uso das conjunções, visto que são palavras ou expressões que relacionam orações e partes do texto. Tais palavras podem ser substituídas por outras desde que mantenham o mesmo sentido conforme o contexto. Assim, seguem as análises das opções de respostas:

“A questão não é “demonizar” a tecnologia, mas sim buscar formas mais humanas e virtuosas de interagir com ela.” – Portanto. A conjunção “mas” tem valor adversativo, isto é, introduz uma informação de oposição ao que foi dito anteriormente, enquanto a conjunção “portanto” introduz uma conclusão do que foi dito anteriormente. Com isso, a alternativa é incorreta.

“Nesse contexto, formar melhor nossos professores para o uso virtuoso das tecnologias é um imperativo profundamente democrático.” - Apesar disso. A expressão coesiva “nesse contexto” tem a função de retomar o que foi dito antes e introduzir uma informação relacionada ao que foi dito. A expressão “Apesar disso” tem a função de introduzir uma informação que se opõe ao que foi dito. Nesse caso, a alternativa é incorreta.

“Afinal, se a escola se tornar um espaço de alienação em relação ao mundo real, ela deixará de cumprir seu papel de apoiar os estudantes[...]” – Todavia. A palavra afinal é um conector frásico com a função conclusiva, se opondo a “todavia” que tem a função de oposição, alternativa incorreta.

“Estamos, portanto, diante de um dilema complexo: após a proibição dos celulares nas escolas, o que faremos para preparar nossas crianças e adolescentes[...]” – em vista disso. A conjunção “portanto” tem a função conclusiva e pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido do trecho, por “em vista disso” que indica conclusão. Alternativa correta.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).

BRANCA
15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e apresenta enunciado claro, objetivo. Entretanto, o item contém erro técnico de digitação na resposta. Resposta correta seria:

$$\frac{\sqrt{10}}{\sqrt{5} - 1}$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmação do supervisor é: “Nenhum agente de saúde com contrato temporário frequenta esta unidade”, que, em lógica proposicional, equivale a “Para todo agente temporário, ele não frequenta a unidade”. A negação de uma frase do tipo “nenhum” é: “existe ao menos um”, ou seja, basta que haja pelo menos um agente temporário que frequente a unidade para tornar a afirmação original falsa. Assim, a negação correta é: “Alguns agentes de saúde com contrato temporário frequentam esta unidade”, que corresponde à alternativa A, enquanto as demais alternativas repetem ou reforçam a afirmação original em vez de negá-la.

BRANCA
23

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Na questão, deve-se considerar os conceitos fundamentais de sistemas operacionais e assinalar a afirmativa correta. A alternativa D, descrita como “Gerenciam recursos de hardware como memória, processador e dispositivos de entrada e saída”, é a opção correta apresentada no gabarito.

O S.O. viabiliza a execução de navegadores e de programas de escritório. Tais programas são aplicações de usuário que dependem dos serviços do S.O. Além disso, o S.O. é um gerenciador de recursos como memória, processador e dispositivos de E/S.

Portanto, há duas alternativas corretas, sendo a questão anulada.

Fontes:

- TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Resolução SES/MG nº 7.426/2021 estabelece, de forma geral, que as atividades classificadas como Nível de Risco III requerem inspeção sanitária prévia, análise documental e, em muitos casos, a aprovação de projeto arquitetônico antes do início da operação. A expressão "quando aplicável" reflete a possibilidade de que, em algumas situações específicas (como as ressalvadas no Anexo IV da Resolução), a aprovação do projeto arquitetônico não seja exigida. A banca entende que a alternativa C é a que melhor descreve o processo geral de licenciamento para atividades de Nível de Risco III, conforme estabelecido na Resolução. As demais alternativas apresentam informações incorretas ou incompletas sobre os procedimentos de licenciamento para diferentes níveis de risco.

A sua interpretação literal do Art. 9º, parágrafo único, é válida, mas a banca considera que a alternativa C, em sua totalidade, reflete de forma mais abrangente e precisa as exigências para atividades de Nível de Risco III, levando em consideração a possibilidade de exceções previstas na própria Resolução.

Fonte:

- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Resolução SES/MG nº 7.426, de 25 de fevereiro de 2021. Estabelece as regras do licenciamento sanitário e os prazos para resposta aos requerimentos de liberação de atividade econômica de que trata o Decreto Estadual n.º 48.036, de 10 de setembro de 2020, no âmbito da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Embora a preocupação com a segurança e a prevenção de acidentes com materiais perfurocortantes seja válida, o enunciado da questão específica que as seringas estão "desconectadas" dos frascos de vacina e armazenadas junto a resíduos comuns. A RDC 222/2018 estabelece que agulhas e seringas com agulhas devem ser descartadas como perfurocortantes (Grupo E). No entanto, seringas desconectadas, sem agulha, e que não apresentem características perfurocortantes evidentes, não se enquadram necessariamente nessa classificação. O enunciado não indica que as seringas desconectadas apresentam resíduos de sangue visíveis ou características perfurocortantes que justifiquem seu manejo como resíduo do Grupo E.

A alternativa B está incorreta. A RDC 222/2018, em seu Anexo I, especifica que os resíduos do Grupo A1 (que incluem resíduos de vacinação com microrganismos vivos) devem ser acondicionados em sacos vermelhos ou contêineres rígidos, não em sacos brancos leitosos, que são utilizados para outros tipos de resíduos. Além disso, o simples fato de identificar o saco branco como "infectante" não torna o procedimento correto, pois a cor do saco indica o tipo de resíduo e o tratamento adequado.

Alternativa C: A alternativa C está correta. A RDC 222/2018 determina que bolsas de sangue vencidas e materiais com sangue na forma livre devem ser tratados antes da disposição final, sendo vedado seu descarte como resíduos comuns.

Fonte:

- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 mar. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/rdc-222-de-marco-de-2018-comentada.pdf/view>

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O edital especifica o conhecimento da Lei nº 5.991/1973, que é o tema central da questão. A Lei nº 13.732/2018 é uma alteração subsequente à Lei nº 5.991/1973. Compreender as atualizações e modificações de uma lei é inerente ao conhecimento da lei em si. Não se espera que o candidato conheça apenas o texto original de 1973, mas também as alterações que o moldaram ao longo do tempo. A exigência de conhecimento das atualizações legislativas é razoável e não configura extrapolação do edital, pois está diretamente relacionada ao tema central da questão.

A Lei nº 13.732/2018 estabelece a validade nacional das receitas, *inclusive* para medicamentos sujeitos a controle especial. No entanto, a própria lei ressalva que essa validade deve observar as normas sanitárias. Ou seja, a validade nacional não é irrestrita e está sujeita às regulamentações específicas da Anvisa para medicamentos controlados (Portaria nº 344/1998 e demais RDCs). A alternativa B não afirma que a validade é irrestrita, mas sim que a lei assegura a validade nacional *inclusive* para esses medicamentos, o que é correto, desde que observadas as normas sanitárias. Embora as resoluções da Anvisa (como a RDC nº 44/2009) sejam de grande importância e regulem muitos aspectos do comércio e da dispensação de medicamentos, elas não revogaram a Lei nº 5.991/1973. Uma resolução da Anvisa não tem o poder de revogar uma lei federal. As resoluções complementam e detalham a lei, mas não a substituem completamente. A Lei nº 5.991/1973 ainda é a base legal para o controle sanitário do comércio de medicamentos no Brasil.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 1973.
- BRASIL. Lei nº 13.732, de 11 de outubro de 2018. Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para assegurar a validade, em todo o território nacional, de receita médica ou odontológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 out. 2018.

Cargo: Fiscal Sanitário/Farmácia

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão avalia a compreensão do trecho-base com foco na análise sintática. A base para a questão é o seguinte trecho: “Considerando que o Brasil é um dos países em que as pessoas passam mais tempo online e nas redes sociais, restringir o uso de celulares nas escolas deve ser visto como o começo da conversa, e não como seu ponto final.” A oração principal é “restringir o uso de celulares nas escolas deve ser visto como o começo da conversa, e não como seu ponto final”. A segunda oração “Considerando que o Brasil é um dos países em que as pessoas passam mais tempo on-line e nas redes sociais” é uma oração subordinada causal reduzida de gerúndio, pois o verbo aparece na forma nominal “considerando”, sem um conectivo explícito. Apresenta uma causa, uma explicação para o que é exposto na oração principal. O verbo passar, neste contexto, tem valor de passagem de tempo, portanto, é transitivo e seu objeto é “mais tempo”. Essa oração não expressa condição; ela é uma oração principal declarativa.

“Considerando que o Brasil é um dos países em que as pessoas passam mais tempo on-line e nas redes sociais, [...]” tem valor adversativo.” Incorreta. O valor adversativo indica oposição (como em “mas”, “porém”, “contudo”), O trecho expressa uma causa, uma explicação.

Assim, a alternativa correta é “A primeira oração é uma oração subordinada e introduz uma causa para o que é apresentado na oração principal.”

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA
09

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão centraliza-se no seguinte período: é preciso formar bem as consciências. A expressão “é preciso” é uma estrutura impessoal — ou seja, não tem sujeito. Isso ocorre porque o adjetivo “preciso” (no sentido de “necessário”) não se refere a ninguém ou a nada em específico, mas expressa uma ideia geral de necessidade. Assim, o verbo “ser” permanece sempre na 3ª pessoa do singular (“é preciso”), e não concorda com nenhum termo. o trecho “formar bem as consciências” funciona como uma oração reduzida de infinitivo, completando o sentido da locução impessoal “é preciso”. Entretanto, essa oração não exerce a função de sujeito gramatical, pois o período principal é impessoal. Dessa forma, confirma-se a alteração do gabarito para a alternativa B " A expressão “é preciso” é impessoal; portanto, o período não tem sujeito". As demais alternativas estão incorretas:

“O sujeito é ‘formar bem as consciências’.” A expressão “é preciso” é impessoal, funcionando como um predicado formado por verbo de ligação mais o predicativo “preciso”, que não se refere a sujeito algum.

“O verbo ‘formar’ está no infinitivo e funciona como objeto direto de ‘preciso’.” A estrutura “é preciso” não é um verbo transitivo (que exige objeto), e sim uma locução impessoal formada por verbo de ligação e adjetivo.

“A oração é introduzida por verbo de ligação e ‘formar bem as consciências’ tem a função de predicativo do sujeito.” Embora o verbo “é” seja realmente um verbo de ligação, não há sujeito; logo, não há predicativo do sujeito.

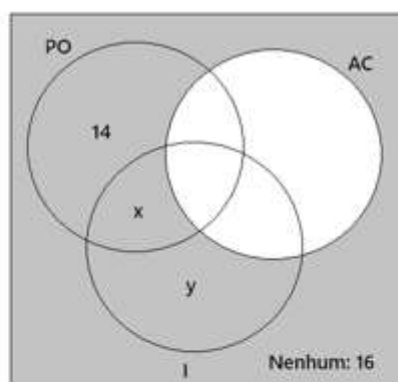
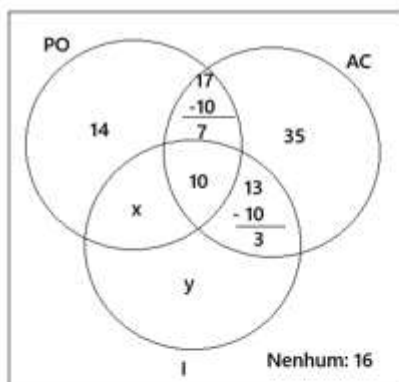
Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

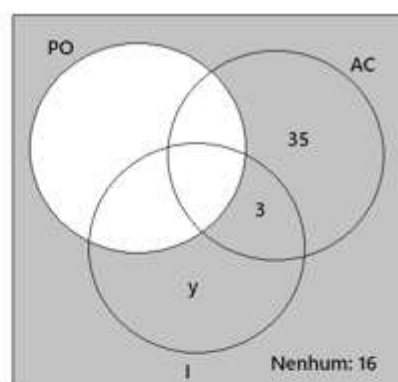
BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir. Nomeando as opções planejamento orçamentário, atendimento ao cidadão e inovação por PO, AC e I, respectivamente, os diagramas ilustram a situação:



Não escolheram atendimento ao cidadão



Não escolheram planejamento orçamentário

$$\text{Não escolheram planejamento orçamentário} = 35 + 3 + y + 16$$

$$57 = 35 + 3 + y + 16$$

$$y = 3$$

$$\text{Não escolheram atendimento ao cidadão} = 14 + x + y + 16$$

$$54 = 14 + x + y + 16$$

$$x = 21$$

$$\text{total} = 14 + 7 + 10 + 21 + 35 + 3 + 3 + 16 = 109$$

Portanto, o total de entrevistados é dado por

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e apresenta enunciado claro, objetivo. Entretanto, o item contém erro técnico de digitação na resposta. Resposta correta seria:

$$\frac{\sqrt{10}}{\sqrt{5} - 1}$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
23

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Na questão, deve-se considerar os conceitos fundamentais de sistemas operacionais e assinalar a afirmativa correta. A alternativa D, descrita como “Gerenciam recursos de hardware como memória, processador e dispositivos de entrada e saída”, é a opção correta apresentada no gabarito.

O S.O. viabiliza a execução de navegadores e de programas de escritório. Tais programas são aplicações de usuário que dependem dos serviços do S.O. Além disso, o S.O. é um gerenciador de recursos como memória, processador e dispositivos de E/S.

Portanto, há duas alternativas corretas, sendo a questão anulada.

Fontes:

- TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa 2 da sequência é falsa, nela está descrito: "O Serviço do tipo II pode realizar exames de análises clínicas utilizando metodologias própria (in house) desde que sob supervisão de um Serviço Tipo III". Entretanto, conforme Art.16 da Subseção II da RDC nº 786/2023 (ANVISA) diz : "Ao Serviço Tipo II é proibido realizar a fase analítica do EAC por meio de metodologias próprias (in house)". Ao realizar exames de análises clínicas, inclui cumprir ou realizar a fase analítica. A fase analítica faz parte de uma das três fases dos Exames de Análises Clínicas, ela corresponde a análise do material coletado, ou seja, é o momento em que as amostras são efetivamente analisadas dentro do laboratório. Essa etapa é altamente controlada e depende de equipamentos sofisticados, reagentes de qualidade e profissionais capacitados. Portanto, ao afirmar que o Serviço tipo II pode realizar exames de análises clínicas utilizando metodologias própria (in house) sob supervisão, está incorreta devido ao fato do Art. 16 da Subseção II proibir realizar a fase analítica do EAC por meio de metodologias próprias (in house).

Afirmativa I – VERDADEIRA

Conforme o Art. 10 (VI e VIII) da RDC 786/2023, são proibidas ao Serviço Tipo I atividades como punção venosa, e uso de urina como material biológico para EAC.

Afirmativa II – FALSA

Serviço Tipo II não pode realizar EAC utilizando metodologias próprias (in house), mesmo com supervisão de Serviço Tipo III, conforme Art. 16 da Subseção II.

Afirmativa III – VERDADEIRA

Art. 15, incisos IV, VI, VII e VIII, autoriza o Serviço Tipo II a realizar exames presenciais, inclusive em domicílios, empresas e unidades itinerantes.

Afirmativa IV – VERDADEIRA

Segundo o Art. 9º, (IV e I) o Serviço Tipo I deve realizar todas as etapas in loco, com produtos para diagnóstico in vitro que tenham leitura exclusivamente visual e não utilizem instrumentos

Fonte:

- Resolução - RDC nº 786, de 5 de maio de 2023 da ANVISA. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-786-de-5-de-maio-de-2023-4823942282>- As 3 fases de um exame laboratorial: entenda cada etapa do processo. <https://www.sbac.org.br/canalexpositor/as-3-fases-de-um-exame-laboratorial-entenda-cada-etapa-do-processo/3>- As 3 fases dos exames laboratoriais. <https://labbiolab.com.br/as-tres-fases-dos-exames-laboratoriais/>

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O caso descrito na questão caracteriza um paciente afásico que apresenta um discurso fluente, com déficit na nomeação e na compreensão, porém deixa claro que a repetição é preservada, logo, o diagnóstico seria afasia transcortical sensorial, excluindo, portanto, todas as outras alternativas.

Fonte:

- Ortiz KZ. Afasia. In: Ortiz KZ. Distúrbios Neurológicos Adquiridos – Linguagem e Cognição. 2.ed. p.53, 2010.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na fase pré-silábica, a criança ainda não associa a escrita aos sons da fala. Entretanto, ela já compreende a natureza simbólica da escrita e dedica um grande esforço intelectual na definição das suas características distintivas. A escrita silábica representa um importante marco no desenvolvimento da escrita. Além de constituir a primeira manifestação da compreensão infantil de que a escrita representa a fala, a hipótese silábica chama a atenção da criança para as semelhanças e diferenças sonoras entre as palavras. Na fase alfabética consolidada, as crianças passam a ser capazes de operar com unidades compostas por duas ou mais letras, as quais correspondem a sílabas ou partes de sílabas nas palavras. Portanto, a sequência correta é V, F, F, conforme divulgado no gabarito preliminar.

Fonte:

- Cardoso-Martins C, Corrêa MF. O Desenvolvimento da Escrita nos Anos Pré-Escolares: Questões Acerca do Estágio Silábico. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, 2008, Vol. 24 n. 3, pp. 279.

BRANCA

04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”. A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA

05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “D) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “A) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “B) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “C) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Comenta-se a seguir, a avaliação pertinente a cada alternativa da questão de modo a responder ao recurso interposto.

A) O atendimento e o tratamento de esgoto continuam a ter uma oferta menor que a demanda na maioria das cidades expostas no quadro.

CORRETA. Com base nos dados da tabela observa-se que o atendimento e o tratamento de esgoto ainda apresentam uma oferta menor que a demanda para a quase totalidade dos municípios destacados. As exceções correspondem à algumas cidades localizadas nos estados da região Centro-Sul do país (por exemplo Maringá e São José do Rio Preto).

B) Os serviços de saneamento deverão ser universalizados em todo o país até 2050, de acordo com o Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

INCORRETA. O Novo Marco Legal do Saneamento Básico prevê a universalização dos serviços de saneamento básico no Brasil até 2033.

C) O atendimento relativo à oferta de água tratada e canalizada é superior a sessenta por cento para todas as cidades brasileiras expostas no quadro.

INCORRETA. Observa-se na tabela que as cidades de Santarém (PA) e Porto Velho (capital de RO) apresentam uma oferta de água inferior a 50%.

D) Os serviços de saneamento básico e o atendimento de água estão proporcionalmente ofertados em todas as cidades e regiões expostas no quadro.

INCORRETA. Os dados explicitam as desigualdades regionais brasileiras em um dos principais aspectos sociais, que é o saneamento básico. Observe-se as diferenças entre as cidades localizadas no Centro-Sul frente àquelas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Fonte:

- PINHONI, M. Só 3 das 100 cidades mais populosas do país universalizaram saneamento básico, diz estudo. **G1**, 20 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/20/so-3-das-100-cidades-mais-populosas-do-pais-universalizaramsaneamento-basico-diz-estudo-veja-ranking.ghml>

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em primeiro lugar, ressalte-se que o comando da questão indica:

Com base nos dados do infográfico e outras informações sobre a população brasileira, é INCORRETO afirmar A expressão "outras informações sobre a população brasileira" indica a necessidade não somente de realizar a leitura e interpretação do infográfico, mas relacionar tais informações a outras dimensões acerca do tema tratado. Especificamente no tocante à relação entre a população brasileira e acesso à internet, divulga-se recorrentemente seja na imprensa em geral, seja em pesquisas acadêmicas, que o aumento do acesso à internet, no Brasil, ocorre em razão do acesso ao celular. Ademais, considera-se a indicação "outras informações sobre a população brasileira", temática presente no programa do concurso. Essa informação, portanto, é de uso corrente e comum especialmente quando associada ao tema "população brasileira", não sendo alvo de "vício de estrutura".

Apresenta-se a seguir, a resposta a cada alternativa da questão, de modo a responder aos recursos interpostos.

A) A Internet é acessada, no Brasil, de modo equitativo nas áreas urbanas e rurais.

INCORRETA. Há desequilíbrio no acesso à Internet entre as áreas urbanas (85% da população urbana acessava a Internet em 2023) e as áreas rurais (78% da população rural tinha acesso à Internet em 2023).

B) A maior escolaridade se reflete, no Brasil, também por maior acesso à Internet.

CORRETA. O infográfico demonstra que quanto maior a escolaridade, maior é o acesso à Internet.

C) A maior parte dos brasileiros acessa a Internet a partir do uso de telefone celular.

CORRETA. A maior parte da população brasileira usa o telefone celular para acesso à Internet.

D) A desigualdade de renda, no Brasil, se reflete também no desigual acesso à Internet.

CORRETA. OS dados do infográfico possibilitam observar que, no Brasil, entre os mais ricos, quase 100% usam a rede mundial de computadores, enquanto nas classes D e E esse índice cai para 69%.

Fonte:

- SILVA, V. H.; OTAVIO, M. Acesso à internet cresce no Brasil e chega a 84% da população, diz pesquisa. **G1**, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/11/16/acesso-a-internet-cresce-no-brasil-e-chega-a-84percentda-populacao-em-2023-diz-pesquisa.ghml> Acesso em 18 jul 2025

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Comenta-se cada alternativa de modo a responder aos recursos interpostos.

A) A centralidade dos processos físico-naturais para a elaboração e execução do planejamento estatal na escala municipal ou nacional.

INCORRETA. A consideração dos aspectos físico-naturais para o estabelecimento de processos de regionalização e políticas de planejamento está articulada a uma perspectiva mais determinista em torno de sua concepção e, na história do pensamento geográfico acerca desse conceito, situa-se na transição entre os séculos XIX e XX, inspirando-se nas perspectivas de Paul Vidal de la Blache em relação às divisões “fundamentais do território francês” (Haesbaert, 2021, pág. 35). O problema aqui diz respeito à expressão “centralidade dos processos físico-naturais”.

B) A articulação mais estritamente vinculada ao espaço que é construído, considerando-se que o espaço social “condensa o tempo”.

CORRETA. No contexto contemporâneo, a construção de processos e procedimentos de regionalização do espaço precisa considerar o processo de construção do próprio espaço, e nesse caso, “condensa o tempo” na medida em que “não se confunde apenas com interesses e estratégias sociais em curso, incorpora sempre, em maior ou menor grau, uma dimensão “não humana” ou irredutível à ação humana; nesse sentido, o espaço regional pode comportar lógicas predominantemente zonais ou reticulares” (Haesbaert, pág. 188)

C) A conexão entre diferentes escalas e dimensões do espaço, tendo em vista aspectos políticos, econômicos, de significação e naturais.

CORRETA. As regiões e processos de regionalização, na contemporaneidade evidenciam uma articulação entre diferentes escalas e dimensões do espaço, “no sentido do controle (político), da produção (econômica), das significações (culturais) e da construção físico-ambiental (natural) embutidas no Desordenamento regional”. (Haesbaert, pág. 189)

D) A sua relação com distintos sujeitos sociais, o que inclui os “mentores intelectuais” do conceito, como os geógrafos e/ou os planejadores.

CORRETA. Para compreender os processos de regionalização no contexto contemporâneo necessita-se perceber a articulação entre distintos sujeitos sociais, o que incluir os mentores dessa concepção, a exemplo dos geógrafos e planejadores. (Haesbaert, pág. 188)

Fonte:

- COSTA, R. H. da. **Regional-global – dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Apresenta-se a seguir a avaliação de cada alternativa da questão, de modo a responder ao recurso.

A) No período da ditadura civil-militar, houve uma intensificação do processo de industrialização e integração nacional por meio de inúmeras obras de grande porte, com vultosos empréstimos internacionais.

CORRETA. No período da ditadura civil-militar (1964-1985) houve intensificação do processo de industrialização e integração nacional por meio de obras de grande porte, custeado por vultosos empréstimos internacionais, a exemplo da rodovia Transamazônica, ponte Rio-Niterói, entre outras.

B) As políticas implementadas durante os governos Vargas ampliaram o poder das oligarquias agrárias e dinamizaram a economia e a industrialização, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

INCORRETA. As políticas implementadas nos dois governos Vargas reduziram o poder das oligarquias agrárias e dinamizaram a economia e a industrialização e simultaneamente, acentuaram as desigualdades regionais

C) A industrialização ganhou força a partir do final da década de 1930, no Brasil, com grandes investimentos do Estado em infraestrutura e criação de empresas estatais que consolidaram a industrialização no país.

CORRETA. A partir da implantação do Estado Novo, o processo de industrialização ganhou força no Brasil, com a realização de grandes investimentos do Estado na infraestrutura e criação de empresas estatais.

D) As políticas implementadas a partir da década de 1990, no Brasil, levaram a uma redução da industrialização e, como resultado, a Indústria de Transformação (IT), que representava 36% do PIB (em meados da década de 1980), caiu para 12,9% em 2022.

CORRETA. As políticas implementadas no Brasil a partir da década de 1990, tais como as privatizações, a abertura do mercado interno para empresas estrangeiras, a redução das tarifas de importação e a eliminação dos levou ao enfraquecendo a indústria nacional e, como demonstrado no infográfico, a indústria de transformação (IT), que chegou a representar 36% do PIB, caiu para 12,9% em 2022.

Fonte:

- PIQUET, Rosélia. Indústria e território no Brasil contemporâneo. São Paulo. Garamond Universitária, 2007.
- VASQUEZ, R. Reindustrialização do país volta ao debate. Valor econômico, São Paulo, 24 maio 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/24/reindustrializacao-do-pais-volta-ao-debate.ghtml> Acesso em 18 jul 2025

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Apresenta-se a análise de cada alternativa, de modo a responder ao recurso interposto.

A) O sistema agrícola orgânico apresenta lucratividade igual ou maior quando comparado ao sistema agrícola convencional.

CORRETO. A partir da comparação estabelecida no infográfico entre os sistemas agrícolas convencional e orgânico, observa-se que, em relação à lucratividade, o sistema orgânico é mais lucrativo que o sistema convencional e isso é uma decorrência do fato de os custos totais, no sistema convencional, serem maiores que os custos totais no sistema orgânico.

B) O sistema agrícola convencional é responsável por mais empregos de trabalhadores quando comparado ao sistema orgânico.

INCORRETO. O sistema convencional, quando comparado ao orgânico, emprega menos trabalhadores. Observa-se no infográfico que o emprego de trabalhadores, no sistema convencional, sequer atinge o segundo círculo, ao passo que no sistema orgânico, o emprego de trabalhadores ultrapassa esse círculo.

C) O sistema agrícola convencional apresenta maior produtividade e garante oferta de produtos agrícolas durante todo o ano.

CORRETO. O sistema agrícola convencional não depende da sazonalidade das plantas e, com isso, garante oferta de produtos agrícolas durante todo o ano e apresenta maior produtividade que o sistema orgânico.

D) O sistema agrícola orgânico é mais balanceado quando se considera o equilíbrio das interações entre sistemas biótico e abiótico.

CORRETO. O infográfico evidencia que o sistema orgânico é mais equilibrado no que concerne às interações entre os sistemas bióticos e abióticos.

Fonte:

- REGANOLD, J., WACHTER, J. Organic agriculture in the twenty-first century. Nature Plants, num. 2, 15221, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nplants.2015.221> Acesso em 18 jul 2025

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão afirma: Com base no gráfico e, ainda, a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil, assinale a afirmativa correta.

Desde a década de 1990, discute-se a composição do IDH, que envolve a expectativa de vida, educação e renda per capita. Desse modo, a composição de cada quesito que constitui o IDH é objeto de análise e avaliação há pelo menos três décadas, sendo de conhecimento público as oscilações relativas a cada um no tocante à população brasileira, tópico presente no programa do concurso.

A) Observa-se, em todo o período, forte oscilação nos índices de IDH do Brasil.

INCORRETA. O gráfico demonstra que em todo o período houve crescimento do IDH no Brasil, com pequena oscilação entre 2015 e 2022.

B) Constata-se que a expectativa de vida contribui para a elevação do IDH no país.

CORRETA. No Brasil, desde pelo menos a década de 1960 observa-se aumento da expectativa de vida, ancorada na melhoria das condições sanitárias, dos investimentos em saúde pública e na prevenção de doenças, no acesso às vacinas, em melhorias na alimentação e em decorrência do estímulo a uma vida saudável.

C) Nota-se que o IDH brasileiro permaneceu relativamente estável entre 2013 e 2022.

INCORRETA. O gráfico evidencia que entre 1990 e 2013 houve crescimento contínuo do IDH no Brasil e não, estabilidade.

D) Verifica-se que a educação é um índice que contribui para a elevação do IDH no país.

INCORRETA. Os índices de educação “puxam” o IDH brasileiro para baixo pois, enquanto em termos globais o tempo médio da educação básica é de 12 anos, a média de permanência dos estudantes brasileiros na escola foi de 9,9 anos em 2022, o que contribuiu para uma avaliação desfavorável do indicador.

Fonte:

- BRASIL cai duas posições no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano.
- G1, 13 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/13/brasil-caiduas-posicoes-no-ranking-doindice-de-desenvolvimentohumano.ghtml> Acesso em 18 jul 2025
- IPEA. Atlas de desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/> Acesso em 18 jul 2025

Cargo: Inspetor Escolar

BRANCA	VERDE
01	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a situação referente a atitudes que envolvem a (des)conexão humana (3º§), de acordo com o texto, assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “B) “Atitudes reais envolvendo bebês reborn, bebês robôs, cachorros robôs, entre outros conduzem a questionamentos imprescindíveis para a sociedade.” foi adequadamente indicada como correta. O texto menciona que esses comportamentos (como o apego a substitutos artificiais de seres vivos) são reais, já acontecem. E que essas atitudes levam a reflexões importantes sobre a conexão e a desconexão humanas, sobre o que é “afeto”, “presença”, e como a tecnologia interfere nas relações humanas. Ou seja, a alternativa interpreta fielmente a ideia central do 3º parágrafo. A alternativa A) “Do ponto de vista global, o Brasil tem caminhado na contramão das tendências mundiais, acelerando o processo de isolamento humano.” não pode ser indicada como correta. O texto não menciona Brasil nem faz comparações globais. Essa afirmação introduz uma informação não presente no texto, logo é uma inferência indevida. A alternativa C) “A inexistência da conexão humana é um fato alarmante e real consequente da utilização excessiva da tecnologia como solução para todo tipo de demanda na atualidade.” não pode ser indicada como correta. O texto não afirma que a

conexão humana deixou de existir (“inexistência” é exagero). O que o texto faz é alertar sobre o risco de perda de vínculos e questionar a substituição das relações humanas por relações artificiais. Portanto, o texto problematiza, não afirma como fato consumado. A alternativa D) “O fortalecimento das conexões humanas depende, principalmente, da necessidade que se tem de romper com tecnologias em que não há objetivos relevantes para a sociedade.” não pode ser indicada como correta. O texto não defende romper com a tecnologia, ele fala sobre refletir sobre seu uso e os impactos na convivência humana, não sobre rejeitá-la, ou seja, a ideia não é de ruptura, e sim de equilíbrio e consciência.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
02	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando as informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que bebês reborn:”, a alternativa “B) São elementos inseridos em uma prática com indicativos de questões de saúde que necessitam de atenção e cuidados específicos.” foi adequadamente indicada como correta. De acordo com o texto: “Profissionais explicando que essa fuga da realidade distorce o que é real e que essas pessoas ficam na ilusão, na fantasia, colocam vida em algo que não existe, tratando-se de pessoas devastadas emocionalmente, carentes, com problemas psicológicos graves.” O uso excessivo ou distorcido dos bebês reborn é visto como sinal de desequilíbrio emocional e psicológico, há indícios de questões de saúde mental que merecem atenção e cuidado especializado. Portanto, trata-se de uma prática que revela problemas de saúde emocional, necessitando de atenção. A alternativa “A) Constituem uma nova tecnologia criada pelo ser humano que ultrapassa limites inimagináveis há alguns anos.” não pode ser indicada como correta. O texto diferencia bebês reborn (bonecas hiper-realistas feitas à mão) de bebês robôs (lovots), que sim são tecnologias. Os reborn não são tecnologias avançadas; são criações artesanais, associadas a comportamentos humanos e não à inovação tecnológica. Logo, essa opção confunde os bebês reborn com os robôs, o que o texto não faz. A alternativa “C) Representam uma promessa de que os relacionamentos humanos serão, no futuro, positivamente diferentes dos estabelecidos por gerações anteriores.” não pode ser indicada como correta. O texto não vê positividade no fenômeno, pelo contrário, mostra preocupação com a substituição das relações humanas por objetos e máquinas. “Pessoas estão substituindo o humano pelo que não é humano, ou seja, substituindo seres vivos por máquinas.” Logo, não há nenhuma “promessa positiva” nos bebês reborn. A alternativa “D) Estão entre as propostas de práticas sociais apresentadas na contemporaneidade que mais afetam a população em geral, seja psicológica ou financeiramente.” não pode ser indicada como correta. O texto não diz que essa prática afeta a população em geral — fala de casos pontuais e de certos grupos (pessoas carentes, solitárias, emocionalmente abaladas). Ele cita até um caso judicial isolado e custos elevados, mas não generaliza o impacto para “a população em geral”, ou seja, o texto aponta um fenômeno preocupante, mas não o mais impactante nem universal.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
03	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com as ideias e informações apresentadas no texto, os termos destacados em “A desumanização que quer ser normalizada” (parte do título) podem ser compreendidos como:”, a alternativa “D) Tornar natural o processo de negar ou retirar características humanas de um indivíduo ou grupo.” foi

adequadamente indicada como correta. O texto discute comportamentos contemporâneos que substituem relações humanas por relações artificiais — como o apego a bebês reborn, robôs, IAs, etc. O autor critica esse movimento, chamando-o de “desumanização”, ou seja, perda da essência humana, da empatia e das conexões reais. No título, “A desumanização que quer ser normalizada”, o autor denuncia um processo social perigoso: o de tornar natural algo que deveria causar estranhamento, a perda da humanidade. “Desumanização” = processo de negar, apagar ou retirar características humanas como empatia, afetividade, sensibilidade, convivência social. “Normalizada” = tornar algo comum, natural, aceitável, mesmo que seja problemático. Juntas, as palavras indicam a tentativa de naturalizar a perda da humanidade, ou seja, de aceitar como normal comportamentos que afastam o humano do humano. Isso está adequado ao no sentido do texto, que mostra pessoas preferindo bonecos, robôs e IAs a relações reais, um sinal de desumanização que está sendo tratada como normal. A alternativa “A) Simular atos de exclusão social com objetivo de exemplificar situações inapropriadas.” não pode ser indicada como correta. O texto não fala em simulação nem em exemplo pedagógico, não mostra pessoas “fingindo desumanizar” para mostrar que é errado; ele fala de casos reais de desumanização que estão acontecendo. Portanto, não há simulação nem exemplificação. A alternativa “B) Padronizar determinado tratamento desprezível conferido a um grupo social específico.” não pode ser indicada como correta. O texto não trata de um grupo social específico (como minoria étnica, política, etc.), fala de um fenômeno geral da sociedade moderna, que afeta a todos, não de “tratamento desprezível” a um grupo particular. Logo, não há relação com “padronizar tratamento a um grupo específico”. A alternativa “C) Dissipar posturas recorrentes referentes a atos desumanos, impedindo-os de se perpetuarem.” não pode ser indicada como correta. “Dissipar” = espalhar / enfraquecer / fazer desaparecer. O texto não fala em combater ou impedir a desumanização, mas em alertar sobre o perigo de ela se tornar normalizada, ou seja, o título fala em fortalecimento e naturalização, não em dissipação ou combate.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
04	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Referente ao gênero textual, pode-se afirmar que o texto apresentado se classifica como:”, a alternativa “B) Artigo de opinião.” foi adequadamente indicada como correta. O texto é um artigo de opinião porque apresenta claramente as características centrais desse gênero como:

Tema atual e relevante: O texto trata de um fenômeno contemporâneo — a substituição das relações humanas por vínculos artificiais (bebês reborn, robôs, IAs).

Tese (posição do autor): O autor se posiciona criticamente — condena a “desumanização” e a tentativa de torná-la normal. “Pessoas estão substituindo o humano pelo que não é humano.” “Parece-nos que as pessoas querem comodidade, pouco desgaste, envolvimento e exposição.”

Argumentação: Ele apresenta argumentos e exemplos (casos de guarda judicial, projetos de lei, opiniões de profissionais) para sustentar sua visão crítica.

Opinião: Há presença de juízos de valor, intervenções pessoais e marcas de subjetividade, típicas de quem quer influenciar o leitor. “É um questionamento necessário no atual momento social.” “Parece-nos que as pessoas querem comodidade...”

Objetivo comunicativo: O autor quer levar o leitor à reflexão e formar opinião sobre um comportamento social. Portanto, o texto é um artigo de opinião publicado em estilo jornalístico ou ensaístico, com base argumentativa e crítica. A alternativa “A) Resenha crítica” não pode ser indicada como correta. Uma resenha crítica tem como foco avaliar uma obra específica (livro, filme, peça, artigo, etc.), apresentando resumo e julgamento de valor. O texto não comenta nem avalia nenhuma obra, mas sim um fenômeno social. A alternativa “C) Crônica argumentativa” não pode ser indicada como correta. A crônica se caracteriza por ter linguagem mais leve, narrativa, cotidiana, e muitas vezes com humor, ironia ou lirismo. Embora o texto trate de um tema atual, ele não tem tom narrativo nem coloquial, mas analítico e reflexivo. Além disso, a crônica geralmente é breve e relata um episódio para refletir sobre ele. A alternativa

“D) Argumentativo-dissertativo” não pode ser indicada como correta. O texto argumentativo-dissertativo é um tipo textual e não um gênero textual. Embora o artigo tenha estrutura tipológica do texto dissertativo-argumentativa, o gênero textual é artigo de opinião, não “dissertativo-argumentativo”. Tipologia textual e gênero textual são nomenclaturas diferentes para conceitos diferentes.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A partir da explicitação do agente da passiva é possível identificar estratégia argumentativa em:”, a alternativa “D) “Um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade de Toronto mostrou que a brincadeira com os bebês reborn vai muito além [...]” (1º§)” foi adequadamente indicada como correta.

“Um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade de Toronto mostrou que [...]”: Passiva analítica reduzida de particípio. O termo “por pesquisadores da Universidade de Toronto” é o agente da passiva (quem realizou a ação de conduzir o estudo). O autor usa a explicitação do agente da passiva (“pesquisadores da Universidade de Toronto”) como estratégia de credibilidade e autoridade, essa é uma técnica argumentativa de apelo à autoridade (argumento de autoridade), pois:

Ao indicar quem realizou o estudo, o autor reforça a confiabilidade da informação;

Dá peso científico ao que será dito em seguida;

Cria ethos argumentativo — o leitor tende a aceitar melhor o argumento por vir de uma fonte qualificada (universidade reconhecida).

Portanto, o agente da passiva é explicitado com função argumentativa, para legitimar o conteúdo e convencer o leitor. A alternativa “A) “Quando se fala em comportamento humano, nem o céu é o limite, definitivamente.” (3º§)” não pode ser indicada como correta. Não há voz passiva nesse trecho: “Se fala” é uma construção impessoal com pronome “se”, típica da voz ativa indeterminada (“fala-se”), e não passiva. Logo, não há agente da passiva, nem estratégia argumentativa ligada a isso. A alternativa “B) “[...] são algumas das tecnologias que estão surgindo em todos os cantos do mundo, em especial, no Oriente.” (4º§)” não pode ser indicada como correta. O verbo “estão surgindo” está na voz ativa, não há agente da passiva nem forma passiva aqui. A frase descreve um fenômeno (as tecnologias estão surgindo), mas não envolve quem realiza a ação (não há agente). Portanto, não há agente da passiva nem recurso argumentativo associado a ele. A alternativa “C) “Colecionar bonecos, ter brinquedos queridos e especiais e até dinâmicas para fins terapêuticos etc., tudo bem e faz parte, [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta. Também não há estrutura passiva, o trecho traz formas nominais e orações infinitivas (“coleccionar”, “ter”, “fazer”), mas sem verbo na voz passiva. Logo, não se identifica a estratégia indicada.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considere o fragmento “Os cientistas apontam que a interação dos adultos com as bonecas busca estabelecer vínculos emocionais, dar vazão à expressão criativa e vivenciar benefícios terapêuticos significativos.” (1º§) e assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “C) Caso o segmento “expressão criativa” fosse substituído por “benefícios terapêuticos”, o “à” antecedente poderia ser substituído por “a”.” foi adequadamente indicada como correta. O substantivo “vazão” exige a preposição a: dar vazão a algo. Como “expressão” é um substantivo feminino precedido de artigo definido “a”, ocorre a fusão da preposição + artigo → à (crase). Se substituirmos “expressão criativa” por “benefícios terapêuticos”, temos: “dar vazão a benefícios terapêuticos”. O termo “benefícios” é plural e masculino, portanto não usa artigo “a” (é “os benefícios”, não “as”). Assim, não há fusão da preposição “a” com artigo “a”, e por isso a crase desaparece. A alternativa A) “Como alternativa para ‘com as bonecas’, a opção ‘às bonecas’ é válida gramatical e semanticamente.” não pode ser indicada como correta. O verbo é “interagir”, e ele rege a preposição com: “interagir com alguém / com algo”. Portanto, “interagir às bonecas” está gramaticalmente incorreto. A única forma certa é: “interagir com as bonecas”. A alternativa B) “Em ‘a interação dos adultos’, com a omissão do ‘que’ que antecede a expressão citada, tem-se ‘à interação dos adultos’.” não pode ser indicada como correta. O “que” é conjunção integrante que introduz oração subordinada substantiva. Se o “que” for omitido, o verbo “apontar” exigirá preposição diferente — mas não há motivo para inserir “à”. O verbo “apontar” pode reger para, a, ou nada, dependendo do sentido: “apontar algo” (sem preposição), “apontar para algo/alguém” (movimento físico). Logo, “apontam à interação” seria inadequado nesse contexto; o certo continua sendo “apontam a interação”. A alternativa D) “De acordo com as normas da gramática padrão, a expressão ‘vivenciar benefícios terapêuticos’ deveria ser substituída por ‘vivenciar aos benefícios terapêuticos’.” não pode ser considerada correta. O verbo vivenciar é transitivo direto — ou seja, não exige preposição: “vivenciar algo”, “vivenciar emoções”, “vivenciar experiências”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
08	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “No 2º§ do texto, o vocábulo, “mas” expressa ideia:”, a alternativa “A) Contrastiva, introduzindo uma ressalva.” foi adequadamente indicada como correta. Trecho do 2º parágrafo: “Colecionar bonecos, ter brinquedos queridos e especiais e até dinâmicas para fins terapêuticos etc., tudo bem e faz parte, mas aqui destacamos aspectos que nos levam para o contexto das disfuncionalidades, que merecem reflexão.” A conjunção “mas” é adversativa, ou seja, introduz uma ideia de contraste, oposição ou ressalva em relação ao que foi dito antes. No trecho, o autor reconhece primeiro algo positivo (“tudo bem ter brinquedos e bonecos...”), mas logo faz uma ressalva, apontando um lado problemático (“aspectos que nos levam ao contexto das disfuncionalidades”).

Portanto, o “mas” marca oposição entre duas ideias: antes do “mas”: algo aceitável / normal; depois do “mas”: algo preocupante / disfuncional. A alternativa “B) Análoga em relação à informação anterior.” não pode ser indicada como correta. “Análoga” indica semelhança, continuidade de sentido — ou seja, ideias que reforçam ou complementam umas às outras. O “mas” faz o contrário: rompe a sequência de concordância e contrasta as ideias. Logo, não há analogia, há oposição. A alternativa “C) De contiguidade, estabelecendo coesão referencial.” não pode ser indicada como correta. “Contiguidade” e “coesão referencial” se referem a elementos que retomam ou substituem termos anteriores no texto (como pronomes, sinônimos, elipses). O “mas” não retoma nem substitui nada; ele conecta orações com sentido adversativo. Portanto, não há coesão referencial, e sim coesão conjuncional adversativa. A alternativa “D) Associativa, considerando-se as informações por ele conectadas.” não pode ser indicada como correta. “Associativa” implicaria uma adição ou relação de soma entre ideias, como fariam conjunções aditivas (“e”, “além disso”, “também”); o “mas” não soma ideias, ele contrapõe uma à outra. Logo, a relação não é associativa, e sim contrastiva.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
09	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A segunda parte do título atribuído ao texto, “o que pensar disso?”, apresenta um questionamento que tem, em sua estrutura, elemento:”, a alternativa “D) Coesivo anafórico, que tem como objetivo estabelecer a manutenção de referente já introduzido no texto.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “disso” é formado por “de + isso”, um pronome demonstrativo. Esse tipo de pronome pode ter função coesiva anafórica quando retoma algo já mencionado anteriormente.

No caso do título: “A desumanização que quer ser normalizada: o que pensar disso?”, o pronome “disso” retoma o termo anterior “A desumanização que quer ser normalizada”, ou seja, “O que pensar dessa desumanização que quer ser normalizada?”. Portanto, “disso” é um elemento coesivo anafórico, pois:

Retoma uma informação anterior (“A desumanização que quer ser normalizada”);

Mantém a referência dentro do texto, evitando repetição;

Garante coesão entre as duas partes do título.

Assim, a função do “disso” é referir-se a algo já dito, característica típica da referência anafórica. A alternativa “A) “Dêitico, ‘disso’, contribuindo com a coesão referencial da estrutura linguística proposta.”” não pode ser indicada como correta. Um dêitico (ou elemento dêitico) é aquele que depende do contexto da enunciação — como “aqui”, “agora”, “eu”, “você”, “isso” (quando se refere a algo presente no contexto, para além do texto). No título, “disso” não depende da contextualização enunciativa, mas do texto anterior. Logo, não é dêitico, e sim anafórico. A alternativa “B) “De coesão referencial, que questiona o fator causador da informação apresentada anteriormente.”” não pode ser indicada como correta. Embora “disso” seja um elemento de coesão referencial, ele não questiona o fator causador; o questionamento (“o que pensar”) é sobre a própria situação da desumanização, não sobre a causa dela. Portanto, a explicação do tipo de relação (causa) está incorreta. A alternativa “C) “Coesivo catafórico, que tem

como objetivo indicar a introdução de informação relevante ao contexto.”” não pode ser indicada como correta. Um elemento catafórico antecipa algo que ainda será dito (aponta para frente no texto). “Isso é o que mais me preocupa: a falta de empatia.” (Aqui, “isso” antecipa o termo “a falta de empatia”.) No título, “disso” retoma o que já foi dito antes (“A desumanização que quer ser normalizada”), não antecipa nada. Portanto, é anafórico, e não catafórico.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
10	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que, no 5º§, as aspas foram empregadas:”, a alternativa “C) Para sinalizar posicionamento crítico do enunciador.” foi adequadamente indicada como correta. Trecho (5º parágrafo): “Outro dia me deparei com uma notícia envolvendo um casal que estava disputando a guarda de um bebê reborn na justiça, após o divórcio. Eles afirmavam brigar pela boneca em virtude do ‘apego emocional’.” As aspas em “apego emocional” demonstram posicionamento do enunciador que não acredita literalmente nessa justificativa do casal; ele a usa com ironia, distanciamento e crítica. As aspas servem para questionar ou relativizar o termo, mostrando que o autor duvida da veracidade ou da seriedade dessa expressão no contexto apresentado. Assim, as aspas expressam posicionamento crítico do enunciador (o autor), que não valida o termo, mas o apresenta de modo irônico e questionador. Em outras palavras: o autor não concorda que haja “apego emocional” real por uma boneca — ele usa as aspas para marcar essa discordância. A alternativa “A) “Como alternativa ao emprego de parênteses.”” não pode ser indicada como correta. Parênteses são usados para inserir informações explicativas ou complementares, não para destacar termos duvidosos, irônicos ou questionáveis. As aspas não substituem parênteses nesse contexto; elas sinalizam atitude enunciativa, e não uma explicação lateral. Portanto, não têm a mesma função. A alternativa B) “Para indicar o emprego de uma citação direta.” não pode ser indicada como correta. Uma citação direta ocorre quando o autor reproduz fielmente palavras de outra pessoa e geralmente acompanha referência à fonte. Aqui, embora o casal tenha usado a expressão “apego emocional”, o autor não está fazendo uma citação formal; ele apenas destaca a expressão para questioná-la. Ou seja, não é uma citação literal com valor referencial, mas um uso crítico da expressão. A alternativa “D) “De forma aleatória, por uma escolha estilística do enunciador.”” não pode ser indicada como correta. O uso das aspas não é aleatório nem puramente estético, há uma função semântica e discursiva clara: marcar distanciamento crítico. Logo, é uma escolha intencional e significativa, e não estilística ou arbitrária.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
11	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seja P o preço original do livro.

Após o primeiro desconto de 20%, o preço $P_1 = P \times (1 - 0,20) = 0,80P$.

Após o segundo desconto sucessivo de X%, o preço final $P_f = P_1 \times (1 - X/100) = 0,80P \times (1 - X/100)$.

Sabemos que o preço final corresponde a 75% do preço original, ou seja, $P_f = 0,75P$.

CONSIDERADO $P_f = P_1 \times (1 - X/100) = 0,80P \times (1 - X/100)$.

$$0,75P = 0,80P \times (1 - X/100)$$

$$0,75P/0,80P = (1 - X/100)$$

$$0,9375 = 1 - X/100$$

$$X/100 = 0,0625$$

$$X = 6,25\%$$

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações. São Paulo: Ática, 2016.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE
12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Perímetro = $2 \times (6 + 4) = 20$ m;

Sendo o jardim na forma retangular, temos

Área = B. H

Área = $6 \times 4 = 24$ m².

Fontes:

- IEZZI, Gelson et al. Fundamentos da Matemática Elementar – Volume 2. São Paulo: Atual, 2015.
- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto & Aplicações. São Paulo: Ática, 2013.
- CÉSAR, José Ruy Giovanni. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2015.

BRANCA	VERDE
13	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Média = $(17+18+ 18+ 19+ 20+ 20+20+ 21+23 + 24) /10$

Média = $200/10 = 20$;

Mediana é o valor central, considerando que o total de dados é par, ou seja $n= 10$, para determinar a mediana deve-se calcular a média entre os valores centrais do conjunto de dados, logo

Mediana = $(20+20)/2 = 20$;

A moda é o valor que mais se repete no conjunto de dados, então, Moda = 20.

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto & Aplicações. São Paulo: Ática, 2013.
- CÉSAR, José Ruy Giovanni. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2015.
- IEZZI, Gelson et al. Fundamentos de Matemática Elementar – Volume 3: Sequências, Matrizes, Determinantes, Sistemas. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.

BRANCA	VERDE
15	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

$25\% \text{ de } 3.200 = 800$;

total = $3.200 + 800 = 4.000$.

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações. São Paulo: Ática, 2016.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA	VERDE
17	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As afirmativas I, II e IV estão em conformidade com os autores mencionados no texto-base da questão. Ponte (2014) ressalta a necessidade de atualização e reinvenção contínua do professor diante das transformações educacionais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) indicam que o docente deve conhecer seus alunos e adequar o ensino às diferentes formas de aprendizagem. Freire, por sua vez, defende a superação das práticas mecânicas e a promoção da reflexão crítica no processo educativo. Já a afirmativa III expressa uma concepção tradicional de ensino centrada na transmissão de conteúdos, posição rejeitada pelos autores citados, razão pela qual foi considerada incorreta.

BRANCA	VERDE
18	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C traduz de maneira mais precisa a concepção de avaliação, que a compreende como prática formativa, dialógica e contínua, voltada à transformação pedagógica, à inclusão e à superação das barreiras que dificultam o desenvolvimento pleno dos educandos. A menção à eliminação de barreiras não restringe o conceito, mas exemplifica

uma de suas dimensões formativas, conforme explicitado no próprio texto base, que enfatiza a função da avaliação como instrumento de reorientação do processo educativo e de promoção da aprendizagem significativa. As alternativas A e D permanecem vinculadas a concepções tradicionais e mensurativas, enquanto a alternativa B expressa visão classificatória e excludente, ambas incompatíveis com o enfoque transformador apresentado. Assim, não se verifica ambiguidade conceitual ou dupla interpretação válida, uma vez que apenas a alternativa C contempla integralmente os princípios e finalidades da avaliação formativa contemporânea.

BRANCA	VERDE
19	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Art. 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura”. Assim, a alternativa A está correta, por refletir o princípio legal que orienta o trabalho educativo comprometido com o respeito à diversidade cultural e com a valorização das identidades locais e regionais.

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, embora complementares, não alteram o sentido do dispositivo nem são exigidas como referência obrigatória no contexto da questão.

A alternativa C, ao mencionar a “padronização curricular nacional”, desloca o enfoque do princípio do respeito à diversidade cultural para um aspecto técnico vinculado à organização curricular prevista na LDB e na BNCC, o que não constitui princípio educativo do ECA. Já as alternativas B e D, embora apresentem formulações plausíveis, relativizam ou neutralizam a diversidade cultural, contrariando o espírito pluralista do art. 58.

Dessa forma, a questão mantém-se válida e precisa, sem erro material ou ambiguidade. A alternativa A é a única que traduz integralmente o princípio educativo previsto no ECA, essencial para a prática pedagógica, que devem reconhecer e valorizar a diversidade sociocultural como elemento formador da cidadania e do desenvolvimento humano.

BRANCA	VERDE
20	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca indefere o recurso, pois a alternativa B (I, II e IV) representa corretamente as assertivas verdadeiras de acordo com o texto vigente da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), com as atualizações das Leis nº 12.796/2013 e nº 14.333/2022.

A assertiva I encontra-se adequada ao disposto no art. 4º, inciso III, que assegura o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma transversal a todos os níveis e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Embora o item tenha destacado apenas o termo “educandos com deficiência”, a referência se mantém juridicamente válida, pois não nega nem contradiz os demais grupos contemplados no inciso. A menção específica a “educandos com deficiência” é compreendida como exemplificação de um dos públicos do AEE, sem prejuízo à totalidade do conteúdo normativo. Assim, o enunciado preserva a essência e o sentido do dispositivo legal.

A assertiva II está plenamente correta, refletindo com precisão o art. 4º, inciso I, que determina a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

A assertiva III é incorreta, pois o art. 4º, inciso X, garante vaga na escola pública a partir dos 4 anos de idade, e não dos 6, como apresentado no item. O erro compromete a validade dessa afirmativa.

A assertiva IV está de acordo com o art. 4º, inciso IX, ao reconhecer a obrigação do Estado em assegurar padrões mínimos de qualidade de ensino, que incluem a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas dos estudantes. Embora o item não transcreva integralmente o texto legal (“variedade e quantidade mínimas por aluno de insumos indispensáveis”), ele não altera nem deturpa o conteúdo normativo essencial, apenas o apresenta de forma sintética, mantendo a fidelidade semântica à lei.

Desse modo, permanecem corretas as afirmativas I, II e IV, conforme o gabarito preliminar, não havendo vício material, omissão legal nem contradição normativa que justifique a alteração do resultado ou a anulação da questão.

BRANCA	VERDE
23	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A elaboração curricular deve considerar as vertentes da ontologia (ser), epistemologia (conhecimento) e axiologia (valores), pois essas dimensões fornecem os fundamentos essenciais para compreender o papel formativo do currículo. Essa perspectiva reconhece o currículo como um fenômeno cultural, histórico e valorativo, no qual as vertentes filosóficas constituem bases estruturantes do processo de construção curricular, articulando-se às dimensões político-pedagógicas e culturais mencionadas no comando da questão.

A alternativa C expressa essa compreensão ao integrar os fundamentos filosóficos às práticas educativas, evidenciando que a elaboração do currículo envolve a reflexão sobre o ser humano, o conhecimento e os valores que orientam a ação pedagógica. As alternativas A, B e D mantêm inconsistências conceituais: a primeira atribui neutralidade axiológica à formação; a segunda restringe a epistemologia à seleção de conteúdo; e a quarta desconsidera o papel das ciências humanas e filosóficas na fundamentação curricular. Assim, não há ambiguidade teórica ou multiplicidade de respostas plausíveis, uma vez que apenas a alternativa C estabelece a relação coerente entre as vertentes filosóficas e o processo de elaboração curricular, conforme previsto no enunciado e nas principais referências da filosofia da educação.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o “Documento Orientador para as Ações Pedagógicas - 2025”. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O trabalho do analista pedagógico se afigura relevante por ser um elo entre gestão e equipe de professores e educadores/profissionais de apoio escolar, bem como um elo entre escola e famílias e, ainda, entre profissionais e estudantes.

Julgamento: Correto. Conforme página 12 do documento:

Nesse sentido, o trabalho do(a) **Analista Pedagógico** ganha relevância uma vez que é **elo entre gestão e equipe de Professores e Educadores/Profissionais de Apoio Escolar (PAE)**, **elo entre escola e famílias** e, também, **elo entre profissionais e estudantes**. Assim, é importante que a escola se organize para que

II. Avaliar para promover as aprendizagens significa ultrapassar a visão classificatória da avaliação e implementar no cotidiano da sala de aula a avaliação formativa.

Julgamento: Correto. Conforme página 13 do documento:

Avaliar para promover as aprendizagens significa ultrapassar a visão classificatória da avaliação e implementar no cotidiano da sala de aula a **avaliação formativa**. Essa perspectiva de avaliação compromete-se com a promoção das

III. O Pacto pela Alfabetização é uma política colaborativa, implementada na rede municipal de ensino de Uberlândia desde 2022; tem como objetivo garantir e assegurar que todos os estudantes, sem exceção, estejam alfabetizados ainda na educação infantil.

Julgamento: Incorreto. Conforme página 22 do documento, o direito de alfabetização deve ser assegurado nos anos iniciais do ensino fundamental e não ainda na educação infantil.

As ações para a promoção da alfabetização iniciam ainda na **Educação Infantil**, quando, com vivências lúdicas, instigamos as crianças a terem curiosidade sobre a língua e a desenvolverem a consciência fonológica, e, quando oportunizamos à elas o contato com variadas e significativas práticas de letramento, especialmente por meio da contação de histórias, rodas de leitura e brincadeiras que aproximam as crianças da cultura oral e escrita. **Entretanto, é nos anos iniciais do Ensino Fundamental que necessitamos assegurar este direito, a fim de não comprometer o processo de escolarização de nossos estudantes.**

Apenas I e II são corretos, portanto.

Por fim, a questão é expressa ao pedir para que o candidato considere exclusivamente o “Documento Orientador para as Ações Pedagógicas – 2025”; as razões recursais que se sustentam em outros documentos ou diplomas legais não merecem guarida, pois não cabe tal extrapolação ao que foi solicitado no enunciado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA (Município). Documento Orientador para as Ações Pedagógicas - 2025. 2025. Disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Documento-Orientador-2025.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Municipal nº 11.967/2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Quadro da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino de Uberlândia. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) A jornada de trabalho de Andreza será estruturada em hora/aula e hora/atividade.

Julgamento: Correto. Conforme art. 9º-A, §6º.

§ 6º A jornada de trabalho dos cargos de Professor será estruturada em hora/aula e hora/atividade. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 661/2019)

B) As progressões por qualificação e por mérito profissional não se aplicarão ao desenvolvimento de Andreza na carreira, pois tais progressões somente são aplicáveis a ocupantes dos cargos de especialista de educação.

Julgamento: Incorreto. Conforme art. 9º. As progressões são aplicáveis, conforme requisitos legais.

C) Andreza terá direito a trinta dias de férias anuais consecutivas, acrescidos de quinze dias de recesso, sendo que esses últimos poderão ser aumentados em até mais quinze dias, desde que tal aumento seja compatível com o cumprimento do calendário escolar.

Julgamento: Correto. Conforme art. 9º-B.

Art. 9º-B Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Educador Infantil I, Profissional de Apoio Escolar, Instrutor de Língua de Sinais, Intérprete de Língua de Sinais, Professor, Intérprete Educacional, Analista Pedagógico e Inspetor Escolar, terão direito a 30 (trinta) dias de férias anuais consecutivas, acrescidos de 15 (quinze) dias de recesso, distribuídos nos períodos de recesso escolar, de acordo com o interesse da unidade escolar.

D) A carga horária de trabalho de vinte horas semanais poderá ser acrescida, para regência de turma, até o limite máximo constitucional de quarenta horas semanais, em caráter excepcional e temporário, por necessidade do serviço.

Tal acréscimo de carga horária se dará com vencimento proporcional, mediante proposta da secretaria municipal de educação.

Julgamento: Incorreto. Conforme art. 9º-A, §4º.

§ 4º Para os servidores ocupantes dos cargos de Professor, a carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, poderá ser acrescida, para regência de turma, até o limite máximo constitucional de 40 (quarenta) horas semanais, em caráter excepcional e temporário, por necessidade do serviço, com vencimento proporcional, mediante proposta da Secretaria Municipal de Educação.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Ordinária nº 11.967, de 29 de setembro de 2014. Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do quadro da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino de Uberlândia e dá outras providências. [S. l.]: Leis Municipais, 2014.

BRANCA	VERDE
28	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda as “Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia”. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

() O Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos (PMAJA) objetiva atender jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade “própria” e utiliza um ensino não formal equivalente aos primeiros anos do ensino fundamental.

Julgamento: Correto. Conforme página 47 do documento “DIRETRIZES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PMAJA”.

6.1. Apresentação

O Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos⁷ (PMAJA) é um Programa da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de Uberlândia que objetiva atender jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade “própria”. Utiliza-se de um ensino não formal equivalente aos primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), visto que procura um arranjo flexível na organização do tempo e do espaço escolar.

Destaque-se que o enunciado foi expresso ao informar que o objetivo da questão era avaliar o conhecimento específico do candidato acerca das Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia. Nesse sentido, não merecem guarida as razões recursais que buscam extrapolar o enunciado trazendo argumentos de outros documentos ou diplomas legais.

() A educação inclusiva se afigura como substituta do ensino comum, com uma proposta de adaptação curricular ao público com deficiência, devendo ser adotada em escolas e classes especiais.

Julgamento: Incorreto. Conforme página 49 do documento “DIRETRIZES DO ENSINO FUNDAMENTAL I”.

4. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva significa uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os estudantes compartilharem um mesmo espaço escolar, sem discriminação de qualquer natureza. Por sua vez, a Educação Especial é compreendida como um campo de conhecimento e modalidade transversal de ensino, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. **Constitui-se como complemento da formação de estudantes com deficiência, perdendo sua condição de substituta do ensino comum em escolas e classes especiais. Propõe, também, um currículo flexível e dinâmico e não uma “adaptação curricular” como propõe as leis anteriores.**

() As Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia são documentos construídos por grupo da alta gestão da secretaria municipal de educação, com orientações exclusivas aos docentes da rede, organizadas em dois volumes: educação infantil e ensino fundamental.

Julgamento: Incorreto. Conforme o Capítulo 1 do documento “DIRETRIZES DO ENSINO FUNDAMENTAL I”. As DCMs são compostas por seis volumes (ou cadernos), e não apenas dois.

A construção não foi feita exclusivamente por um "grupo da alta gestão da secretaria municipal de educação". O processo envolveu educadores (profissionais do magistério), Grupos de Trabalho (GTs) e Coordenadores da Rede Municipal de Ensino (RME), sendo um processo evolutivo e colaborativo.

As orientações não são exclusivas aos docentes da rede. Elas servem para nortear a construção da Identidade Pedagógica das Unidades Escolares da RME e são referências para a elaboração de currículos de forma criativa e crítica, destinadas a toda a Rede Municipal de Ensino. O documento possui caráter teórico, normativo e prático, dando suporte para a ação educativa.

Apenas I é correto, portanto.

Por fim, a questão é expressa ao pedir para que o candidato considere exclusivamente as “Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia”; as razões recursais que se sustentam em outros documentos ou diplomas legais não merecem guarida, pois não cabe tal extrapolação ao que foi solicitado no enunciado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA (Município). Secretaria de Educação. Diretrizes Curriculares Municipais. Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/educacao/diretrizes-curriculares-municipais/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
32	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supracitada questão aborda a importância do estudo da epistemologia das tendências pedagógicas que darão alicerce teórico à prática pedagógica, fomentando conhecimentos e atitudes que favoreçam o aprimoramento profissional. Contextualiza o tema citando Libâneo (2006, p. 32) que afirma que as tendências pedagógicas podem ser organizadas em dois conjuntos de pedagogias: a Pedagogia Liberal, e a Pedagogia Progressista (...) Solicita do candidato, que indique dentre as alternativas dadas, qual indica uma referência correta da Tendência Progressista Libertária.

Libâneo (2006) pondera que as tendências progressistas são tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Nessa perspectiva, a escola trabalha de modo a desenvolver uma conscientização crítica por parte dos educandos e, em decorrência disso, almeja uma transformação social. Para este autor, na TENDENCIA PROGRESSISTA LIBERTARIA é papel da escola exercer uma transformação na personalidade dos alunos num sentido libertário e auto gestor. A ideia básica é introduzir

modificações institucionais, a partir dos níveis subalternos que, em seguida, vão "contaminando" todo o sistema. A escola instituirá, com base na participação grupal, mecanismos institucionais de mudança (assembleias, conselhos, eleições, reuniões, associações etc.), de tal forma que o aluno, uma vez atuando nas instituições "externas", leve para lá tudo o que aprendeu. É na vivência grupal, na forma de autogestão, que os alunos buscarão encontrar as bases mais satisfatórias de sua própria "instituição", graças à sua própria iniciativa e sem qualquer forma de poder. *A tendência progressista libertária "[...] espera que a escola exerça uma transformação na personalidade dos alunos num sentido libertário e auto gestorário"* (LUCKESI, 1994, p. 67). A autogestão seria, portanto, a base dessa pedagogia, posto que norteia o trabalho no tocante aos conteúdos abordados, métodos de ensino e objetivos a serem alcançados. Nessa pedagogia, os conteúdos trabalhados não são necessariamente as matérias de estudo, e sim os conteúdos que partem dos interesses e necessidades manifestados pelo grupo. Dá-se ênfase à aprendizagem via grupo e à conscientização crítica dos estudantes, para que sejam pessoas mais livres. Para tanto, recusa toda forma de poder e autoritarismo, sendo, pois, anarquista. Dito isto, o gabarito correto é B.

Conforme Libâneo (2006), a Tendência Progressista Libertadora, que teve como idealizador o teórico Paulo Freire, enxergava a educação como um meio para o desenvolvimento de uma conscientização crítica; de uma mudança de atitude por parte do sujeito, que passaria a questionar a realidade em que vive, almejando uma transformação social. Os conteúdos de ensino, denominados "temas geradores", devem ser fomentados por meio do diálogo e ser extraídos a partir da realidade dos educandos. Esses temas emergem do saber popular, surgindo a partir da dialética entre as falas do educando e do educador, com os sujeitos educando-se em comunhão. Trata-se de um processo de ensino-aprendizagem em que se toma como base a prática de vida dos aprendizes e se leva em consideração ainda o conhecimento das condições estruturais da linguagem, do pensar e da consciência do indivíduo, proporcionando uma sistematização de ações educativas vividas (FREIRE, 1987).

FONTE:

- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: _____. Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2006
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994

BRANCA	VERDE
33	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item II, trata-se da Função Corretiva, cuja essência consiste em promover e ou determinar a adoção de providências ou medidas destinadas a sanear falhas e a corrigir desvios e irregularidades na aplicação da norma. As ações corretivas devem conduzir, em princípio, a uma consciência e a uma revisão crítica do "fazer educativo", resultando sempre em nova postura pedagógica, seu objetivo é promover o reajustamento da vida escolar às diretrizes educacionais vigentes. A inspeção quando atua como mecanismo de avaliação da educação escolar e da política educacional que a fundamenta, por meio da comparação do existente com o previsto, chega-se a um diagnóstico da situação da escola e a identificação de desvios, disfunções ou omissões que exigem ação e orientação devidas. A inspeção deve se pautar pelos dispositivos regimentais, cabendo ao inspetor não apenas avaliar a consistência entre a norma regimental e a prática pedagógica, como ainda, verificar se as próprias disposições do regimento não se contrapõem às diretrizes gerais emanadas da legislação do ensino.

Portanto, quando o IE durante uma visita técnica, identificar que os diários de classe não estão devidamente preenchidos e que alguns professores não estão registrando conteúdos e frequência. E determina a atualização imediata da prática, propõe um acompanhamento sistemático por parte da equipe gestora e recomenda uma formação interna sobre a importância dos registros escolares para eficácia do processo educativo, está realizando uma função corretiva

Fonte:

- *BIASE, V. L. A inspeção escolar e sua função social. São Paulo: Editora Educação Atual, 2009.*

BRANCA	VERDE
34	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando os fundamentos teórico-normativos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como sua articulação com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), e conforme solicitado para análise, as proposições dadas na supracitada questão versam sobre as competências gerais delineadas no referido documento, o candidato deve assinalar apenas os itens corretos. Portanto, APENAS II, III E IV (D) estão corretos e de acordo com a BNCC.

O item I, está incorreta porque a BNCC, em sua competência geral nº 3, valoriza e propõe a fruição das diversas manifestações artístico-culturais do local ao mundial, promovendo o acesso, a produção e o respeito à diversidade cultural, o que vai além da mera observação crítica e de um repertório restrito, ou seja: Repertório Cultural — Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

FONTE:

- <https://revistaeducacao.com.br/2018/10/05/bncc-competenciasgerais/>

BRANCA	VERDE
36	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nas escolas prescritivas, predomina um posicionamento de autoridade de cima para baixo — *top to down* —, já que segundo seus propositores, as estratégias são formuladas por um indivíduo ou instituição mais capaz. O *Chief of the Executive Office* (CEO), o diretor, o departamento de planejamento estratégico, o líder da empresa, o empreendedor, nas escolas prescritivas (ou na parcela prescritiva da escola empreendedora) a estratégia sempre aparece como uma decisão centralizada, que precisa ser adotada e implementada de forma passiva pelo restante da organização. Por sua vez, as escolas descritivas não sugerem que a estratégia deva ser mais ou menos emergente (isso seria um tipo de prescrição), mas descrevem como tais estratégias surgem de processos organizacionais que fogem do controle meramente hierárquico. As estratégias emergem - *bottom up* — porque os processos de formulação estratégica escapam do pensamento linear; porque cultura, política, ambiente competitivo, limites cognitivos e dinâmicas de aprendizagem, se impõem.

A atuação do inspetor combinou as abordagens prescritiva e descritiva, demonstrando um equilíbrio entre diretrizes estratégicas formais e a compreensão do contexto real da escola. Ao propor a criação de um núcleo pedagógico com metas e ações padronizadas, o inspetor atuou segundo a abordagem prescritiva, que envolve a definição de estratégias de cima para baixo (*top down*), com base em um modelo idealizado e normativo. Ao entrevistar professores, analisar registros e ouvir diferentes atores escolares, ele utilizou a abordagem descritiva, que busca compreender como as decisões e estratégias são realmente formadas na prática, considerando o contexto vivido, experiências e variáveis institucionais. Assim, a combinação das duas abordagens caracteriza uma atuação reflexiva, técnica e situada, compatível com o papel do inspetor escolar e com um nível elevado de conhecimento sobre gestão educacional.

Fonte:

- PARO, Vitor Henrique. Por dentro da escola pública. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “**D**) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “**A**) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “**B**) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “**C**) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O problema pede o custo de pavimentação de uma área formada por um retângulo de 30 m por 18 m e por um semicírculo cujo diâmetro coincide com o lado de 18 m. A área total resulta da soma da área do retângulo (540 m^2) com a área do semicírculo (40,5 vezes o valor de π). Multiplicando-se a área total pelo custo de R\$ 120,00 por metro quadrado, obtém-se um valor que depende de π .

Mesmo sem fixar, no enunciado, uma aproximação numérica específica para π , o resultado recai necessariamente no intervalo da alternativa B (R\$ 80.000,01 a R\$ 82.000,00) quando se utilizam as aproximações escolares correntes e razoáveis de π . Com $\pi = 3,14$, o custo é aproximadamente R\$ 80.060,40; com $\pi = 3,1416$, aproximadamente R\$ 80.026,18; e com $\pi = 22/7$, aproximadamente R\$ 80.074,29. Todos esses valores pertencem, de forma inequívoca, ao intervalo da alternativa B.

As aproximações sugeridas no recurso ($\pi = 3,10$ ou a $\pi = 3,00$) são demasiadamente grosseiras para a finalidade do cálculo em avaliações desse nível e não correspondem ao padrão mínimo de precisão adotado em materiais didáticos e em provas de concursos, nos quais π é usualmente tomado como 3,14 (ou 3,1416, ou 22/7) quando não houver indicação em contrário. Assim, não há multiplicidade válida de respostas: qualquer escolha de π compatível com a prática escolar conduz ao mesmo intervalo (alternativa B).

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única alternativa de resposta correta é letra D, porque o enunciado da questão em tela é reprodução literal de detalhada caracterização, consagrada em documento oficial, do Modelo do Processo de Interpretação (vide referência indicada, página 77) que reproduz-se a seguir, “Os componentes fundamentais do modelo do processo de interpretação são os seguintes: (1) A análise da mensagem fonte. (2) A composição da mensagem alvo. Neste modelo consideram-se os seguintes aspectos: • habilidade processual (habilidade de compreender a mensagem e construir a mensagem na língua alvo); • organização processual (monitoramento do tempo, estoque da mensagem em partes, busca de esclarecimento); • competência lingüística e cultural; • conhecimento (experiência e formação profissional); • preparação; • ambiente (físico e psicológico); • filtros (hábitos do intérprete, crenças, personalidade e influências)”. Assim, O Modelo do Processo de Interpretação foca nas etapas ou fases sequenciais do ato interpretativo, sendo possível detectar que este descreve a estrutura externa e a organização temporal do trabalho do intérprete, ou seja, descreve o que acontece em termos de fluxo de trabalho. No que concerne à caracterização do Modelo Cognitivo (vide referência indicada, página 75), tem-se, “Três passos a serem seguidos pelo intérprete no modelo cognitivo: (1) Entender a mensagem na língua fonte (2) Ser capaz de internalizar o significado na língua alvo (3) Ser capaz de expressar a mensagem na língua alvo sem lesar a mensagem transmitida na língua fonte. O processo pelo qual o intérprete passa, apresenta os seguintes passos: Mensagem original > Recepção e compreensão > Análise e internalização > Expressão e avaliação > Mensagem interpretada para a língua alvo”. Tendo em vista a tipificação apresentada, evidencia-se que o Modelo Cognitivo de interpretação se concentra nos mecanismos mentais e cerebrais subjacentes que tornam a interpretação possível, buscando concretizar/ explicar como e por que esses processos mentais ocorrem durante a interpretação. Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão 31, a saber, letra D.

Fonte:

- <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que a única alternativa de resposta correta é letra D, segundo documento oficial (vide primeira referência indicada, páginas 60-61) que reproduz-se, “O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. Há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de mediação que acaba acontecendo em sala de aula. Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor... Diante destas dificuldades, algumas experiências têm levado à criação de um código de ética específico para intérpretes de língua de sinais que atuam na educação...Se a eles fossem atribuídas as responsabilidades com o ensino, eles deveriam ser professores, além de serem intérpretes. E se estiverem assumindo a função de professores, porque estariam sendo contratados como intérpretes? Considerando tais questões, poder-se-ia determinar que o intérprete assumirá somente a função de intérprete que em si já se basta” e ainda “Deverá lembrar dos limites da sua função e não ir além de sua responsabilidade, respeitando seu colega de trabalho como também seus coordenadores e diretores vide segunda referência indicada, página 3). No que concerne às outras alternativas de resposta, apontam-se inconsistências na alternativa A (vide primeira referência indicada, página 61), porque “...foi determinado ser antiético exigir que o intérprete assuma funções que não sejam específicas da sua atuação enquanto intérpretes, tais como: • Tutorar os alunos (em qualquer circunstância) • Apresentar informações a respeito do desenvolvimento dos alunos • Acompanhar os alunos • Disciplinar os alunos • Realizar atividades gerais extraclasse”. Há, igualmente, incompatibilidade com a atuação ética do profissional tradutor e intérprete em B (vide primeira referência indicada,

página 62), pois não existe proibição (vedação), parcial ou total, em relação ao fato do intérprete auxiliar o aprendiz surdo a fazer suas anotações e registros das aulas, uma vez que “Também, deve ser resolvido como serão feitas as anotações referentes ao conteúdo, uma vez que o aluno surdo manterá sua atenção na aula e não disporá de tempo para realizá-las”. Ressalta-se que o cerne da assertiva B é a aceitação de “vedado”, ou seja, é “proibido auxiliar/ajudar a fazer anotações”, o que é uma inverdade. A alternativa de resposta C também é falha, pois nela afirma-se, exatamente, o oposto do que os preceitos éticos da profissão de tradutor e intérprete preconizam, “Os intérpretes têm o direito de serem auxiliados pelo professor através da revisão e preparação das aulas que garantem a qualidade da sua atuação durante as aulas” (vide primeira referência indicada, página 61). Ressalta-se que o cenário hipotético descrito é, propositalmente, repleto de comportamentos indevidos do professor regente e exigências não compatíveis com o respeito ao tradutor e intérprete e seu campo de ação, objetivando destacar precisamente qual a única informação ofertada que não viria a ferir a ética deste profissional, tanto na descrição da situação hipotética apresentada quanto nas alternativas de resposta, deste modo não prosperando alegações de ambiguidade ou nuances vocabulares não fundamentadas. A título de cooperação, elucida-se que são vocábulos sinônimos: alunos, estudantes, discentes, acadêmicos, escolares, discípulos, pupilos, educandos, aprendizes, colegial, aulista, etc. Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão 32, a saber, letra D

Fontes:

- <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
- <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17962/material/C%C3%93DIGO%20DE%20C3%89TICA%20DO%20INT%C3%89PRETE.pdf>
- https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf Atendimento Educacional Especializado-Pessoa com surdez (informações adicionais páginas 49 e 50)

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que a única alternativa de resposta correta é letra B, porque esta contém informações incorretas, levando-se em consideração “o âmbito da profissionalização, bem como os conhecimentos consistentes sobre a história do tradutor e intérprete de língua de sinais”. Deste modo, tem-se que “...tanto no âmbito geral quanto no Brasil a origem da profissão é o ambiente do voluntariado e religioso...como a identidade dos intérpretes começou a se constituir, principalmente, com princípios de caridade e afastados da discussão de profissionalização ou acadêmica, mesmo porque o próprio campo dos Estudos da Tradução ou Estudos da Interpretação era incipiente no país. A luta pelo reconhecimento da profissão pelos intérpretes dependia do reconhecimento da Libras e dos direitos das pessoas surdas. Assim, nos anos de 1980 e 1990, os ‘intérpretes de linguagem de sinais’ estavam passos atrás dos intérpretes de línguas orais. Diferentemente, os intérpretes de línguas orais já gozavam de um certo status por atuarem com a língua nacional e línguas estrangeiras”. Ressalta-se que o item, “A história do tradutor e intérprete de Língua de Sinais” (explicitamente previsto em material editalício) não se refere exclusivamente ao tradutor e intérprete de Libras, mas ao processo histórico da profissionalização da atividade em tela como um todo, no Brasil e fora dele. Assim, as alternativas A, C e D são consistentes, pois “Em termos mundiais, o aspecto da profissionalização é o fator mais distintivo entre a formação dos intérpretes de línguas orais e de sinais, devido à maneira como essa atividade se tornou uma profissão, nos dois casos. Enquanto a interpretação de línguas orais ganhou reconhecimento profissional em ambientes de conferências, a atividade da interpretação de línguas de sinais foi se tornando uma profissão nos ambientes comunitários (assistência médica, jurídica e em outros serviços públicos a surdos). Dessa forma, os intérpretes de línguas de sinais, tradicionalmente, se acostumaram antes a trabalhar em ambientes dialógicos e interativos do que com interpretação simultânea unidirecional, típica da interpretação de línguas orais (CARNEIRO, 2017, p. 06)” e “A natureza da atuação de um intérprete de língua de sinais mudou drasticamente ao longo dos anos e a profissão de tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa tem seu desenvolvimento concomitante ao reconhecimento desta língua e dos surdos como minoria linguística, diferentemente do que aconteceu no contexto de profissionalização de intérpretes de línguas orais”.

Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão 35, a saber, letra B.

Fonte:

- “HISTÓRIA DOS INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS NO BRASIL: DE MÃOS MISSIONÁRIAS À MÃOS PROFISSIONAIS”, Neiva de Aquino Albres e Ana Paula Jung- Revista Educação Especial em Debate | v. 8 | n. 15 | p. 115-135 | jan./jun. 2023

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que a única alternativa de resposta correta é letra B, porque o recorte estabelecido pelo enunciado da questão em tela é precisamente a definição de fluência, em sua natureza específica, qual seja, “Diz-se que é fluente na Libras aquele que se comunica espontaneamente, com fluidez e naturalidade, que domina a língua, que a compreende. A fluência é compreendida como uma competência cognitiva que constrói um caminho automático no cérebro humano, que possibilita reconhecer os sinais ou palavras e compreender seu sentido em um discurso, sem esforços de decodificação”. Por outro lado, apontam-se falhas nas outras alternativas de resposta em resposta ao que delimita-se na diretiva da questão destacada, pois CODA (alternativa A) não é uma competência cognitiva, é um termo, uma sigla, “Child of Deaf Adults – é uma expressão americana adotada no Brasil para se referir aos “filhos ouvintes de pais surdos”; Procedural (alternativa C) também não é uma competência cognitiva, trata-se de ser apto a seguir/obedecer/expressar uma série de procedimentos e alude a tipos de discurso ou tipologia textual, por exemplo, nos passos de uma receita culinária ou instruções de um manual de uso relativo a um eletrodoméstico, pois tem-se que, “Considerando os tipos de discurso existentes, apresentamos alguns nos quais o intérprete de língua de sinais está constantemente exposto (Callow: 1974:13): • Narrativo - reconta uma série de eventos ordenados mais ou menos de forma cronológica • Persuasivo - objetiva influenciar a conduta de alguém • Explicativo - oferece informações requeridas em determinado contexto • Argumentativo - objetiva provar alguma coisa para a audiência • Conversacional - envolve a conversação entre duas ou mais pessoas • Procedural - dá instruções para executar uma atividade ou usar algum objeto” (vide primeira referência indicada, página 80); como Proficiência (alternativa D) tem-se, “A proficiência, por sua vez, é entendida como uma competência global do conhecimento da língua, visto que requer tanto o desempenho comunicativo quanto o domínio científico de uma língua, demonstrado através das competências instrumentais de compreensão, interpretação e produção textual tanto com o uso da língua padrão, que é a norma culta da língua usada no contexto de determinado grupo social, quanto com o uso da comunicação informal, com o uso de gírias e diálogos informais. O profissional proficiente em Libras reúne conhecimento dos aspectos linguísticos e gramaticais da língua, que facilitam e desenvolvem habilidades comunicativas de uso da língua em diversos contextos coloquiais, familiares e profissionais, assim, a proficiência está diretamente conectada ao como, onde, em que circunstância usar a língua decodificada segundo suas variadas modalidades ou modulações”. Desta forma não prosperam as observações acerca de confusão ou ambiguidade conceitual, visto que, no próprio texto recursal, define-se fluência como “Fluency is the manifestation of automatic processing” (manifestação de processamento automático), conceito que, inclusive, já se apresentou neste texto, sendo tautológica a relação estabelecida entre as duas situações, apenas. Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão 37, a saber, letra B.

Fontes:

- <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
- <https://ensino.digital/blog/conceitos-de-fluencia-e-proficiencia-na-lingua-brasileira-de-sinais>
- STIELER, Pedro. Conceitos de fluência e proficiência na Língua Brasileira de Sinais, p.16-21. In_ STIELER, Pedro. Tradução e interpretação da Libras no contexto educacional: formação, atuação e desafios profissionais. Santo Ângelo: Unintese, 2018. ISBN 978-85-92924-04-1

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que a única alternativa de resposta correta é letra C, porque o item “Educação de Surdos e o tradutor e intérprete de Língua de Sinais” está previsto como conteúdo avaliativo (vide material editalício). Ressalta-se que não foi solicitado ao concursista que julgasse o que se descreve na situação hipotética apresentada em termos de correção/incorreção ou embasamento teórico, esta é uma posição do texto recursal apenas. A proposta do questionamento é avaliar se o concursista consegue perceber que o profissional em tela está descrevendo ações no sentido de adequar conteúdos ao nível de compreensão de alunos iniciantes. Assim, tem-se, “Na sala eu interpreto, não falo tudo que o professor fala, pois... os alunos surdos não são fluentes em Libras... Se for algum recado da diretora eu tento resumir para eles entenderem o que é... Ou se é algum conteúdo que o professor está dando eu tento resumir, se eu vejo que eles não vão entender mostro apenas algumas coisas do que a professora está falando (Relato da intérprete. Fonte: pesquisa de campo, 2017). Compreende-se, portanto, que há preocupação por parte da intérprete em se fazer entender, já que ela procura saber qual o nível de conhecimento da Libras que os estudantes possuem para então fazer traduções condizentes que possam ser entendidas. Logo, mesmo que a mensagem mediada pela profissional não seja de forma precisa, é apropriada ao conhecimento dos alunos sobre os sinais”. (vide primeira referência indicada). Em relação às alternativas de resposta B e D, há inconsistência, pois tem-se, “Considerando os tipos de discurso existentes, apresentamos alguns nos quais o intérprete de língua de sinais está constantemente exposto (Callow: 1974:13): • Narrativo - reconta uma série de eventos ordenados mais ou menos de forma cronológica • Persuasivo - objetiva influenciar a conduta de alguém • Explicativo - oferece informações requeridas em determinado contexto • Argumentativo - objetiva provar alguma coisa para a audiência • Conversacional - envolve a conversação entre duas ou mais pessoas • Procedural - dá instruções para executar uma atividade ou usar algum objeto”. (vide segunda referência indicada, página 80). No que concerne à alternativa letra A, igualmente registra-se incompatibilidade, a situação hipotética é autoexplicativa, uma vez que fica explícito, de todas as maneiras, que a precisão/exatidão é preterida em favor da busca do tradutor e intérprete por se fazer entender e realmente comunicar, utilizando estratégias e abordagens que permitem o acesso do aprendiz ao conhecimento. Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão 38, a saber, letra C.

Fontes:

- <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tradutor-interprete>
- <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>

Cargo: Médico Veterinário

BRANCA	VERDE
01	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Após a leitura, pode-se afirmar que o tema apresentado no texto está corretamente indicado em:”, a alternativa “C) Efeitos e consequências do impacto produzido pela utilização das redes sociais na vida das pessoas.” Foi adequadamente indicada como correta. Essa alternativa destaca os efeitos e consequências do uso das redes sociais, que é justamente o tema central do texto. Ou seja, o texto trata de como o uso das redes sociais influencia, positiva ou negativamente, a vida das pessoas, incluindo aspectos comportamentais, emocionais ou sociais. É uma generalização adequada do tema sem introduzir ideias externas, resumindo o núcleo do texto. A alternativa “A) Demandas urgentes e necessárias no enfrentamento do isolamento social e digital.” não pode ser indicada como correta, pois, esta alternativa fala em “demandas urgentes e necessárias” e foca em “isolamento social e digital”. O texto não apresenta soluções ou demandas para enfrentar problemas; ele descreve impactos e

consequências, não estratégias ou ações. A alternativa “B) Diagnósticos possíveis mediante a realidade vivida pelas pessoas em meio à era da tecnologia.” não pode ser considerada correta, pois, “Diagnósticos possíveis” sugere uma análise médica ou científica para identificar problemas, o texto não trata de diagnósticos, mas de observações ou consequências do uso das redes sociais. Ou seja, a ideia de “diagnóstico” adiciona um conceito que não está presente no tema principal do texto. A alternativa “D) Caminhos possíveis para o desvencilhamento tecnológico como solução para o adoecimento mental.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não propõe formas de se desligamento das redes nem soluções para problemas mentais. Ele descreve efeitos e impactos, não recomendações ou intervenções.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
02	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
03	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Como característica de estruturas linguísticas para o gênero textual apresentado, é possível observar:”, a alternativa “B) Preferência por períodos compostos.” foi adequadamente

indicada como correta. O texto apresenta frases longas, com várias orações coordenadas e subordinadas, o que caracteriza períodos compostos.

Exemplos do texto:

“Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais.”

“O aumento no tempo dispensado utilizando as redes sociais relaciona-se ao sentimento de isolamento do mundo real, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais.”

Isso é típico de textos científicos ou acadêmicos, que buscam explicitar relações complexas entre ideias.

A alternativa “A) Linguagem formal e subjetiva.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto é formal, sim, mas não é subjetivo; apresenta informações objetivas, dados estatísticos e referências de órgãos oficiais, como OMS e IBGE. A subjetividade envolveria opiniões pessoais, sentimentos ou julgamentos, que não aparecem aqui. A alternativa “C) Preferência pela ordem indireta como escolha linguística.” não pode ser indicada como correta, pois, a ordem indireta significa inverter a sequência natural sujeito-verbo-objeto. No texto, a ordem sintática predominante é direta, típica de textos científicos: “O uso de mídias sociais é um hábito relativamente recente.” Não há evidência de inversões frequentes de sujeito e predicado. A alternativa “D) Emprego dos pronomes pessoais como delimitadores do público-alvo.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não usa pronomes pessoais como “você”, “nós” para se dirigir ao leitor. Ele se mantém em terceira pessoa e impessoal, característica de textos expositivos ou científicos, onde o público-alvo é amplo, acadêmico ou informativo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
04	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais”. foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”.

A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
05	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “D) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “A) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “B) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “C) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global.” (1º§) é composto por:”, a alternativa “C) Uma oração apenas, denominada oração absoluta.” foi adequadamente indicada como correta. No período destacado, há apenas um verbo: “são” (verbo de ligação). Não há nenhum outro verbo que indique uma nova ação ou relação de dependência sintática. Tudo o que vem depois (“por alterações de pensamento...”) funciona como complemento nominal e adjunto adverbial de modo, sem verbo. Essa oração não depende nem está ligada a outra por coordenação ou subordinação. Uma oração que aparece isolada, sem depender nem coordenar-se a outra, é chamada de oração absoluta. A alternativa “A) Duas orações coordenadas.” não pode ser indicada como correta, pois, só há um verbo. A alternativa “B) Uma oração principal e duas subordinadas.” não pode ser indicada como correta, pois não há orações subordinadas (nenhuma conjunção subordinativa ou verbo dependente). A alternativa “D) Uma oração principal e uma subordinada adverbial.” não pode ser indicada como correta, pois, o trecho “em associação à angústia...” é locução prepositiva, não uma oração (não tem verbo).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Releia o 1º§. “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global. Esses problemas são decorrentes de aspectos biológicos associados a(1) fatores culturais e muito influenciados pela sociedade, podendo ser intensificados por uma predisposição do indivíduo. Os transtornos mentais, especialmente a(2) ansiedade e a(3) depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais. De acordo com a(4) Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 350 milhões de pessoas no mundo vivem com depressão. A(5) Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 apresentou prevalência de depressão em 7,6% (IC95% 1,2-8,1) da população adulta brasileira. Tais números tornaram a(6) saúde mental uma prioridade de saúde pública.” Os termos destacados que possuem o mesmo valor semântico e gramatical são apenas”, a opção “D) 2, 3, 4, 5 e 6.” foi adequadamente indicada como correta.

a(1) fatores culturais – No destaque, “a” é uma preposição, exigida pelo termo “associados” (“associar-se a”). Classe gramatical: preposição. Valor semântico: indica relação de dependência/ligação.

a(2) ansiedade - “especialmente a ansiedade e a depressão”. No destaque, “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “ansiedade”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(3) depressão - Mesma estrutura do caso anterior (“a depressão”). Classe gramatical: artigo definido feminino singular. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(4) Organização Mundial da Saúde - “de acordo com a Organização Mundial da Saúde”. O “a” aqui também é artigo definido feminino singular, acompanhando o substantivo “Organização”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

A(5) Pesquisa Nacional de Saúde - O “A” é artigo definido feminino singular, antes de um nome próprio de instituição. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores (determinação).

a(6) saúde mental - “tornaram a saúde mental uma prioridade”. O “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “saúde”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores.

Assim, o a(1) é preposição, diferente dos demais. Os a(2), a(3), a(4), a(5) e a(6) são artigos definidos femininos singulares com o mesmo valor semântico e gramatical.

A alternativa “A” não pode ser considerada correta porque inclui o “a(1)” (preposição) junto com artigos. A alternativa “B” não pode ser indicada como correta porque também inclui o “a(1)” (preposição). O mesmo ocorre com a alternativa “C”.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição

de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descritiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
10	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o contexto apresentado, indique a alternativa cujo termo sugerido não pode substituir o termo destacado de forma a preservar o significado original do texto.”, a alternativa “B) “[...] por meio de divulgação de conteúdos de qualidade e que promovam o bem-estar social.” (4º§) – esmoreçam” foi adequadamente indicada como gabarito. O verbo original “promover” significa fomentar, contribuir positivamente para algo, ao substituir por “esmoreçam” o sentido é modificado já que “esmorecer” significa diminuir, perder força, enfraquecer, que é o oposto de “promover”. A alternativa “A) a participação intensiva – intensa” não pode ser indicada como gabarito, pois, “intensiva” e “intensa” têm significados muito próximos neste contexto: ambas indicam grande envolvimento ou frequência. A alternativa “C) prevalência – preponderância” não pode ser indicada como gabarito, pois, “prevalência” refere-se à frequência ou proporção de algo em uma população e “preponderância” significa predominância ou superioridade, que é equivalente ao contexto do aumento de transtornos, mantendo o sentido do texto. A alternativa “D) impactante – marcante” não pode ser indicada como gabarito. “Impactante” significa que causa impacto ou efeito forte, e “marcante” significa que chama atenção ou deixa impressão forte. No contexto do efeito na saúde mental, essa substituição mantém o sentido.

Fonte:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
16	17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

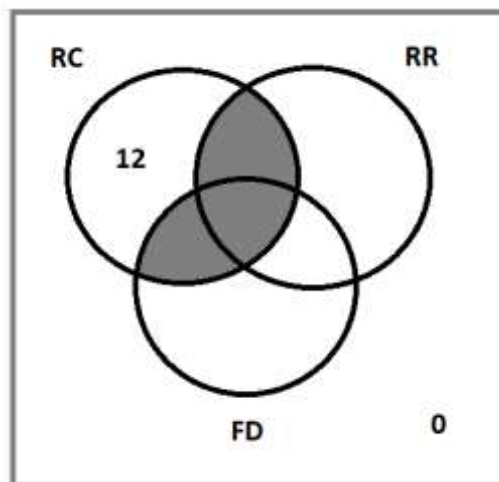
BRANCA	VERDE
20	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No enunciado:

“Todos fizeram pelo menos um curso” significa que não há fisioterapeuta que não tenha feito nenhum curso. Ou seja, cada pessoa fez um ou mais cursos. O “pelo menos” define o limite inferior, mas não implica exclusividade: alguém pode ter feito dois ou três cursos.

“Apenas um curso” indica exclusividade: o fisioterapeuta fez exatamente aquele curso e nenhum outro. Por exemplo, “apenas reabilitação cardíaca” significa que a pessoa não fez nem reabilitação respiratória nem fisioterapia desportiva. Portanto, a ausência de “apenas” não gera ambiguidade, porque os números fornecidos para interseções (como “22 fizeram C e R”) deixam claro que ali estão incluídas as pessoas que podem ter feito também outro curso (ou seja, a interseção de dois cursos pode incluir o terceiro curso). É justamente isso que permite resolver a questão com o princípio da inclusão-exclusão. Assim, considere RC = Reabilitação Cardíaca, RR = Reabilitação Respiratória e FD = Fisioterapia Desportiva. Com as duas primeiras informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:

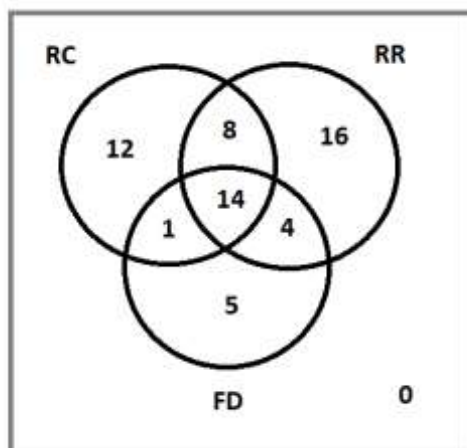


A área hachurada deve, portanto, ter um total de $35 - 12 = 23$ elementos. Logo, em notação de conjuntos, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23$. A partir das informações 4 e 6:

22 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e reabilitação respiratória, implicando que $RR \cap RC = 22$.

15 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e fisioterapia desportiva, implicando que $FD \cap RC = 15$. Portanto, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow 22 + 15 - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow (RR \cap RC \cap FD) = 14$.

Com as demais informações do enunciado, tem-se o diagrama de Venn completo:



BRANCA	VERDE
23	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base nas disposições legais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992). Com base na legislação vigente, a única alternativa incorreta é: “A ocorrência de um dolo genérico é necessária e suficiente para penalizar o agente pelas condutas tipificadas pela Lei de Improbidade Administrativa vigente.”, pois essa afirmativa não está consoante com a legislação vigente anteriormente citada, nem, tampouco, com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV. A esse respeito, vide transcrições a seguir.

LEI 8.429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).

CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

[...]

CAPÍTULO V - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

[...]

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Julgado mérito de tema com repercussão geral - TRIBUNAL PLENO

Certidão de Julgamento da Sessão Extraordinária de 18/08/2022

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 1.199 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para extinguir a presente ação, e, por maioria, o Tribunal acompanhou os fundamentos do voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), vencidos, parcialmente e nos termos de seus respectivos votos, os Ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Na sequência, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese: “1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se -

nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". Redigirá o acórdão o Relator. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.8.2022.

Fontes:

- Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- Julgamento do Tema 1199 pelo Supremo Tribunal Federal.

BRANCA	VERDE
25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os conceitos apresentados no enunciado da questão reproduzem de forma literal as definições constantes do art. 4º, incisos VI a IX, da Lei nº 12.527/2011.

Nos termos do referido dispositivo legal:

“VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino; IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.”.

Assim, a correspondência correta é: I – primariedade; II – integridade; III – autenticidade; IV – disponibilidade, exatamente como previsto na alternativa “B”.

Não há, portanto, margem para interpretações diversas nem divergência doutrinária capaz de gerar dupla resposta correta, uma vez que a questão exige o reconhecimento de definições legais expressas. As demais alternativas apresentam correspondências distintas do texto normativo, motivo pelo qual estão incorretas.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Julgamento: Correto. Conforme art. 40 da LOM.

Art. 40 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

II. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador-Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

Julgamento: Correto. Conforme art. 41, §1º, da LOM.

Art. 41, § 1º O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

III. O Prefeito pode se ausentar do município, sem necessidade de autorização da Câmara Municipal, por até quinze dias.

Julgamento: Correto. Conforme art. 44 da LOM.

Art. 44 O Prefeito residirá no Município e dele não poderá ausentar-se sem autorização da Câmara Municipal por mais de quinze dias, sob pena de perder o cargo, salvo se em gozo de férias ou licença.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
27	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) Leis ordinárias, decretos executivos e portarias.

Julgamento: Incorreto. O art. 20 não inclui decretos executivos e portarias no processo legislativo municipal.

B) Decretos legislativos, súmulas e atos regulamentares.

Julgamento: Incorreto. O art. 20 não inclui súmulas e atos regulamentares no processo legislativo municipal.

C) Resoluções, portarias normativas e orientações técnicas.

Julgamento: Incorreto. O art. 20 não inclui portarias normativas e orientações técnicas no processo legislativo municipal.

D) Emendas à Lei Orgânica, leis complementares e leis ordinárias.

Julgamento: Correto. Todas as espécies acima são citadas no art. 20 da LOM.

Art. 20 O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à lei Orgânica;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - resoluções;

VI - decreto legislativo.

Por fim, em momento algum o comando afirma que a alternativa assinalada é aquela que compreende “todos” os atos normativos que o processo legislativo compreende. Apenas é solicitado que se assinale “tipos de atos” do referido processo. Razões recursais que se amparam na não reprodução integral de todos os incisos do art. 20 não se sustentam.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
28	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

() *São penalidades disciplinares, entre outras, a advertência, a suspensão e a demissão.*

Julgamento: Correto. Conforme art. 175.

Art. 175 - São penalidades disciplinares: I - Advertência; II - Suspensão; III - Demissão; IV - Cassação de aposentadoria ou disponibilidade; V - Destituição de cargo em comissão; VI - Destituição de função gratificada.

() *A exoneração de cargo efetivo tem caráter punitivo e se dá sempre a juízo da autoridade competente.*

Julgamento: Incorreto. Conforme arts. 48 e 49. A exoneração não tem caráter punitivo.

Art. 48 - A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo Único - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - Quando tendo tomado posse, não entrar no exercício.

Art. 49 - A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I - A juízo da autoridade competente;

II - A pedido do próprio servidor.

() *Remoção é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas funções em outro órgão, ou unidade administrativa da Administração Direta, Autarquias ou Fundações, sem que se modifique a sua situação funcional.*

Julgamento: Correto. Conforme art. 56, caput.

Art. 56 - Remoção é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas funções em outro órgão, ou unidade administrativa da Administração Direta, Autarquias ou Fundações, sem que se modifique a sua situação funcional.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA	VERDE
31	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A toxina é termolábil (ou seja, não resistente ao calor) e é produzida no intestino após a germinação dos esporos ingeridos com o alimento. Os sintomas surgem entre 8 e 16 horas após a ingestão, o que condiz com o caso descrito. Na alternatila C.

“Clostridium perfringens Food Poisoning” – MSD Manual (edição profissional)

Afirma que *C. perfringens* tipo A é o agente da gastroenterite alimentar e que os esporos sobrevivem ao cozimento, germinam e produzem enterotoxina no intestino delgado. MSD Manuals+2MSD Manuals+2

Estima o início dos sintomas entre 6 e 24 horas após ingestão do alimento contaminado.

BRANCA	VERDE
32	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O art. 157 do RIISPOA define o julgamento das carcaças com tuberculose:

- §3º: “Quando as lesões de tuberculose forem localizadas e restritas aos linfonodos de uma só região (cabeça, conjunto pulmonar ou trato digestivo), a carcaça e as demais partes que não apresentarem lesões poderão ser aproveitadas condicionalmente, após tratamento térmico adequado.”
- §4º: “Quando as lesões de tuberculose forem generalizadas, com envolvimento de mais de uma região linfática ou de vários órgãos, a carcaça e todas as vísceras devem ser condenadas.”

No caso descrito, há lesões em linfonodos torácicos, mediastínicos e mesentéricos, ou seja, em mais de uma região linfática (tórax e abdômen → disseminação).

Isso caracteriza forma generalizada de tuberculose.

De acordo com o RIISPOA, art. 157, §4º, o achado representa tuberculose generalizada, portanto o julgamento deve ser:

Condenação total da carcaça e das vísceras.

A) Condenação total das vísceras e aprovação da carcaça com restrição de uso para indústria de conserva. Incorreta — não se aplica à tuberculose disseminada.

B) Condenação apenas das vísceras, com aproveitamento condicional da carcaça após tratamento térmico. Incorreta — haveria aproveitamento condicional somente se as lesões estivessem restritas a uma região linfática.

C) Condenação total da carcaça e das vísceras, pois a tuberculose é considerada uma zoonose de risco absoluto. Parcialmente correta, mas o motivo técnico deve se basear no achado de disseminação linfonodal, conforme o RIISPOA, e não apenas por ser zoonose.

D) Condenação total da carcaça e das vísceras, mesmo na ausência de lesões em todos os órgãos, devido à disseminação linfonodal.

Alternativa correta.

Fonte:

- BRASIL. Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017. Regulamenta a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (RIISPOA). Art. 157, §§ 3º e 4º.

BRANCA	VERDE
33	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a Portaria MAPA nº 185/1997 (Anexo II – Padrões de Identidade e Qualidade de Pescado) e o RIISPOA (Art. 171, §3º):

“O pescado que apresentar características de alteração da coloração, odor, textura e aspecto incompatíveis com produto próprio para consumo humano deve ser considerado impróprio e condenado.”

Os achados descritos — odor amoniacal, brânquias descoloridas e viscosas, olhos opacos e afundados, musculatura flácida — são sinais inequívocos de decomposição e deterioração.

Tais características indicam atividade bacteriana e proteólise avançada, sendo irreversível e não passível de reaproveitamento.

Portanto, não há possibilidade de aproveitamento condicional nem liberação com restrição, devendo o lote ser totalmente condenado.

A) Liberação do lote com recomendação de consumo imediato e refrigeração adicional a 0°C. Incorreta — produto deteriorado não pode ser liberado para consumo humano, mesmo com refrigeração.

- B) Condenação total do lote, devido à presença de sinais inequívocos de deterioração organoléptica. Correta — os sinais descritos configuram produto impróprio para consumo, conforme RIISPOA e Portaria 185/1997.
- C) Interdição sanitária temporária até emissão de laudo laboratorial conclusivo da qualidade microbiológica. Incorreta — a avaliação organoléptica já é suficiente para a condenação; não se aguarda resultado laboratorial em caso de deterioração evidente.
- D) Aproveitamento condicional, com destinação do lote para indústria de defumados após filtração e controle térmico. Incorreta — produtos com decomposição não podem ser reaproveitados, mesmo mediante processamento térmico.

Fontes

- BRASIL. Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA).
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Portaria nº 185, de 13 de maio de 1997.

BRANCA	VERDE
34	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A brucelose é causada por um fungo do gênero Brucella, sendo classificada como micose sistêmica de notificação facultativa.

Incorreta. *Brucella* é bactéria, não fungo; e a brucelose é doença de notificação obrigatória.

B) *A transmissão ocorre por via fecal-oral, sendo Brucella melitensis o principal agente em bovinos leiteiros; o consumo de leite cru não está associado à doença.*

Incorreta. A transmissão ocorre por contato direto com secreções e consumo de leite cru contaminado. Além disso, o agente principal em bovinos é *B. abortus*, não *B. melitensis*.

C) *O agente causador da brucelose humana é o Brucella abortus, transmitido por gotículas respiratórias, sendo a vacinação humana a forma mais eficaz de controle.*

Incorreta. A vacinação humana não é utilizada; o controle é feito por vacinação animal e biossegurança.

D) *Brucella abortus é transmitido por contato com secreções de animais infectados ou consumo de leite cru, sendo o controle por vacinação do rebanho e medidas higiênicas as melhores formas de prevenção.*

Correta.

Concorda com os achados clínicos, a epidemiologia e as normas do PNCEBT e RIISPOA.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária.
- Instrução Normativa nº 10, de 3 de março de 2017.
- Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT).
- BRASIL. Ministério da Saúde.
- Manual de Vigilância Epidemiológica de Zoonoses. Brasília: 2019.
- MEGID, J.; SANCHEZ, A.; RIBEIRO, M.G. *Doenças Infeciosas dos Animais Domésticos*. São Paulo: Roca, 2016.

BRANCA	VERDE
36	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O achado de múltiplos cistos translúcidos e esbranquiçados no tecido muscular de suínos é típico de cisticercose suína (*Cysticercus cellulosae*), uma zoonose importante cuja infecção humana ocorre pela ingestão de carne crua ou malcozida contendo cistos viáveis (origina a *Taenia solium* adulta).

De acordo com o RIISPOA – Decreto nº 9.013/2017, Art. 161, os critérios de julgamento são:

Art. 161. No caso de cisticercose suína, observar-se-á o seguinte:

I – quando houver infestação generalizada (vários músculos acometidos), a carcaça e todas as vísceras serão condenadas;

II – quando houver infestação discreta (poucos cistos localizados), a carcaça poderá ser aproveitada condicionalmente após tratamento térmico completo (cozimento a $\geq 77^{\circ}\text{C}$ no centro da peça) ou frio industrial (-10°C por não menos de 10 dias).

No enunciado, o termo “múltiplos cistos” e o fato de estarem disseminados no tecido muscular indicam infestação generalizada → condenação total.

A) Liberação da carcaça apenas para cocção industrial, com prévia inspeção regional.

Incorreta — só seria possível o aproveitamento condicional (tratamento térmico) em casos discretos, não em infestação generalizada.

B) Condenação total da carcaça e das vísceras, por se tratar de zoonose transmissível por ingestão da carne crua. Correta — conforme art. 161, inciso I, do RIISPOA: infestação generalizada → condenação total.

C) Condenação parcial da carcaça com remoção dos cistos e liberação do restante para consumo após maturação. Incorreta — não existe previsão legal para “remoção dos cistos”; maturação não inativa o parasita.

D) Refrigeração da carcaça por quarenta e oito horas, para facilitar o julgamento, e análise laboratorial confirmatória. Incorreta — o diagnóstico é visual; não há necessidade de exames complementares quando os cistos são evidentes.

Fonte:

- BRASIL. Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017.

Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA).

Art. 161 – Julgamento de carcaças de suínos com cisticercose.

Cargo: Músico Instrumentista (todos os instrumentos)

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ideia secundária do texto é a ausência de representatividade de artistas e estudiosos, de modo geral e não apenas autores, na Academia Brasileira de Letras. Essa representatividade também engloba indígenas e mulheres, não apenas pessoas negras.

O autor não tenta convencer o leitor de que Ana Maria Gonçalves foi a melhor escolha para ocupar a cadeira de Evanildo Bechara. O texto apenas expõe informações de maneira impessoal, bem como a satisfação de algumas pessoas, e da própria Ana Maria, sobre a eleição atual.

Em nenhum momento as escolhas lexicais foram utilizadas com o intuito de persuadir o leitor.

A introdução de pontos de vista de outras pessoas, como de Michele Asmar Fanini no 11º§ – “*Essas recentes eleições têm cumprido um importante papel social ao reacenderem um debate público mais amplo sobre a histórica falta de representatividade de mulheres, negros e indígenas em espaços de poder, suscitado justamente pela candidatura de Conceição Evaristo*” – e Fernanda Miranda nos 6º§ e 11º§, respectivamente – “*Gonçalves é uma das responsáveis, no Brasil, pelo encontro mais fértil entre as autoras negras e o gênero romance, que sempre foi altamente restrito*”; “*É importante estarmos alertas para não confundir um ato de autorresgate com um ato de reconhecimento verdadeiro. Foi Conceição Evaristo quem disse, o importante não é ser o primeiro ou a primeira, o importante é abrir caminhos. Vamos observar os próximos passos para saber se Ana Maria e Krenak vão figurar como elementos únicos, como símbolos de ausências, ou se a ABL está apontando para novos contornos.*” – colabora para sustentar a tese desenvolvida nos parágrafos.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conceição Evaristo, uma das principais autoras que escreve a partir do contexto afrodiaspórico, bem como uma das mais importantes escritoras atuais, tem contribuído muito para a literatura brasileira. Ela não ingressou à Academia Brasileira de Letras, pois não obteve votos suficientes. A Academia não cogita os participantes, eles se inscrevem e posteriormente é realizada uma votação. Apesar de protagonizar a candidatura em 2018, foi o público que postulou a ocupação do lugar de Nelson Pereira dos Santos por Conceição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Fernanda Miranda diz que “É importante estarmos alertas para não confundir um ato de auto-resgate com um ato de reconhecimento verdadeiro. Foi Conceição Evaristo quem disse, o importante não é ser o primeiro ou a primeira, o importante é abrir caminhos. Vamos observar os próximos passos para saber se Ana Maria e Krenak vão figurar como elementos únicos, como símbolos de ausências, ou se a ABL está apontando para novos contornos.”. Ou seja, Conceição Evaristo concorreu à cadeira, mas não conseguiu se eleger. De qualquer forma, abriu caminho para que outros artistas negros, principalmente escritoras, tentassem entrar para a Academia Brasileira de Letras. O trecho “Vamos observar os próximos passos para saber se Ana Maria e Krenak vão figurar como elementos únicos” reitera o que é mencionado no início do texto, que Ana Maria Gonçalves foi eleita como a primeira mulher negra da Academia Brasileira de Letras – “[...] acaba de eleger a primeira mulher negra [...]”. A partir do nono parágrafo são expostas informações sobre a (falta de) representatividade da instituição, bem como logo no título é possível ler acerca do pioneirismo de Ana Maria. Dessa forma, a ideia abordada no texto não é contraditória ao que foi exposto. Quanto à discussão sobre observação cautelosa e celebração; e auto-resgate e reconhecimento, Fernanda Miranda propõe a leitor um questionamento individual, e quem sabe coletivo, mas não discute o assunto, apenas contribui com sua opinião.

BRANCA
04

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa D.

F – Para que seu sentido seja compreendido, a primeira oração não depende da segunda. Orações coordenadas são orações independentes, ou seja, não há relação sintática entre elas. Elas são classificadas em dois tipos: orações coordenadas sindéticas e orações coordenadas assindéticas. As orações coordenadas sindéticas são caracterizadas pelo período composto ligado através de uma conjunção ou locução coordenativa. No período em análise, as duas orações são coordenadas sindéticas aditivas, que são aquelas que transmitem uma ideia de adição, soma.

F – A conjunção “e” liga as duas orações, estabelecendo uma relação semântica aditiva. As orações coordenadas estão ligadas por conectores chamados conjunções coordenativas, que apenas marcam o tipo de relação semântica que o falante manifesta entre os conteúdos de pensamento designados em cada uma das orações sintaticamente independentes.

F – O período composto apresenta duas ou mais orações. O número de orações depende do número de verbos presentes num enunciado; que, no período em análise, é composto por duas orações – “Ana Maria Gonçalves é eleita para ABL e se torna primeira mulher negra a virar imortal”.

Dessa forma, a opção de resposta correta é a letra D.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Lições de português pela análise sintática. 21ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. P. 127-137.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024. p. 508-509.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dá-se o nome de dígrafos aos grupos de letras que simbolizam apenas um som, como ocorre em “riqueza”, pois -que tem apenas um som.

Os principais dígrafos são: ch, lh, nh, rr, ss, sc (antes de E ou I), sç (antes de A ou O), xc (antes de E ou I), gu (antes de E ou I) e qu (antes de E ou I).

Quanto aos demais vocábulos: “indígenas” apresenta dígrafo para representar a vogal nasalizada; “nossa” contém dígrafo, mas “africanos” é composta por encontro consonantal; “má-tri-a” possui encontro consonantal e hiato.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 60-66.

BRANCA
07

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

No trecho “[...] *sinhal de como a candidatura foi bem costurada dentro da ABL.*” (2º§), o vocábulo “como” determina a maneira que a candidatura foi organizada. Ou seja, não expressa causa, bem como não inicia oração subordinada.

Em “Um defeito de cor”, o vocábulo “um” é artigo indefinido, pois o defeito a ser discutido ainda é desconhecido. Dá-se o nome de artigos às palavras com variações o, a, os, as e um (com variações uma, uns, umas) que se antepõe ao substantivo para indicar: que se trata de um ser já conhecido do leitor/ouvinte – artigo definido; e/ou que se trata de um simples representante de uma dada espécie a qual não faz menção anterior – artigo indefinido, que tem a função de apresentar o ser ou objeto expresso pelo substantivo de maneira imprecisa, indeterminada ou desconhecida. Já os numerais cardinais são números básicos, utilizados para indicar quantidades exatas, caso em que acompanham um substantivo.

Em “*“Pensei que posso levar para a ABL um público leitor que não se via representado, ainda que grande parte da literatura se produza lá dentro.”*” (4º§), “ainda” é uma conjunção subordinativa concessiva, tendo em vista que inicia uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la.

O trecho “[...] *a Academia Brasileira de Letras acaba de eleger a primeira mulher negra para sentar em uma de suas quarenta cadeiras.*” faz referência a uma das quarenta cadeiras da Academia Brasileira de Letras, ou seja, neste caso, “uma” é numeral.

Dessa forma, por não apresentar resposta correta, a questão deverá ser anulada.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 219; 251; 383; 600.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O uso da crase é facultativo antes de pronomes possessivos femininos, pois o uso do artigo também é facultativo antes dos pronomes possessivos. É por isso que antes deles o uso ou não da crase está correto. No trecho II, ocorre a utilização do acento indicativo de crase devido ao verbo voltar (voltados), que indica destino; no trecho III, devido à regência.

Fontes:

- <https://www.todamateria.com.br/crase-facultativa/>;
- <https://www.todamateria.com.br/crase/>;
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024. p. 338-342.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I. Afirmativa falsa – apesar de o texto não possuir diálogo, conta com informações expressas por outras pessoas, que foram inseridas entre aspas, como citação, para distingui-las do resto do contexto. As aspas também foram empregadas para indicar os títulos dos livros “Um Defeito de Cor”, “Fardos e Fardões” e “Silêncios Prescritos”.

II. Afirmativa falsa – em “Antes de se candidatar, ela diz que refletiu sobre as razões que a impeliam a uma candidatura – foi a primeira vez que Gonçalves tentou ingressar na Casa de Machado.”, o travessão foi inserido para destacar, enfaticamente, a parte final de um enunciado.

III. Afirmativa verdadeira – ao substituir as vírgulas destacadas no fragmento “Os últimos anos viram a Academia se engajar em uma série de ineditismos, como o de Ailton Krenak, primeira pessoa indígena empossada em uma cadeira, no ano passado.” (10º§) por travessões, o sentido do período não é comprometido, pois os travessões, como têm função análoga aos parênteses, isolariam a frase “primeira pessoa indígena empossada em uma cadeira”, que tem função explicativa.

IV. Afirmativa verdadeira – no trecho “Ana Maria Gonçalves, autora do romance “Um Defeito de Cor”, foi eleita na tarde desta quinta-feira para a vaga antes ocupada pelo linguista Evanildo Bechara.” (11º§), as vírgulas foram utilizadas para isolar aposto explicativo.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Lições de português pela análise sintática. 21ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 119-121.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. p. 676-683.

BRANCA
36

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.

A resposta correta é a alternativa C, pois a última das afirmativas é falsa e não verdadeira, porque as tríades aumentadas têm como intervalo característico a 5 aumentada e não diminuta, por isso o nome já diz acorde de 5 aumentada.

BRANCA
39

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A alternativa "D" também pode ser considerada incorreta, visto que o violoncelo, para as notas mais graves, faz uso da clave de Fá na quarta linha e não na terceira como apresenta a alternativa. Nessa condição, tanto a alternativa "C" quanto a alternativa "D" podem ser assinaladas para a correta resposta do enunciado.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para saber qual a escala de determinada armadura com sustenidos, torna-se necessário verificar o último sustenido: esse acidente estará no grau da sensível (o sétimo grau da escala) e, portanto, a tônica estará um semitom diatônico depois, e não cromático, como está na questão.

Cargo: Nutricionista

BRANCA	VERDE
02	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
03	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Como característica de estruturas linguísticas para o gênero textual apresentado, é possível observar:”, a alternativa “B) Preferência por períodos compostos.” foi adequadamente indicada como correta. O texto apresenta frases longas, com várias orações coordenadas e subordinadas, o que caracteriza períodos compostos.

Exemplos do texto:

“Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais.”

“O aumento no tempo dispensado utilizando as redes sociais relaciona-se ao sentimento de isolamento do mundo real, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais.”

Isso é típico de textos científicos ou acadêmicos, que buscam explicitar relações complexas entre ideias.

A alternativa “A) Linguagem formal e subjetiva.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto é formal, sim, mas não é subjetivo; apresenta informações objetivas, dados estatísticos e referências de órgãos oficiais, como OMS e IBGE. A subjetividade envolveria opiniões pessoais, sentimentos ou julgamentos, que não aparecem aqui. A alternativa “C) Preferência pela ordem indireta como escolha linguística.” não pode ser indicada como correta, pois, a ordem indireta significa inverter a sequência natural sujeito-verbo-objeto. No texto, a ordem sintática predominante é direta, típica de textos científicos: “O uso de mídias sociais é um hábito relativamente recente.” Não há evidência de inversões frequentes de sujeito e predicado. A alternativa “D) Emprego dos pronomes pessoais como delimitadores do público-alvo.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não usa pronomes pessoais como “você”, “nós” para se dirigir ao leitor. Ele se mantém em terceira pessoa e impessoal, característica de textos expositivos ou científicos, onde o público-alvo é amplo, acadêmico ou informativo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
04	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”. A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como

correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
05	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “D) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “A) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “B) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “C) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global.” (1º§) é composto por:”, a alternativa “C) Uma oração apenas, denominada oração absoluta.” foi adequadamente indicada como correta. No período destacado, há apenas um verbo: “são” (verbo de ligação). Não há nenhum outro verbo que indique uma nova ação ou relação de dependência sintática. Tudo o que vem depois (“por alterações de pensamento...”) funciona como complemento nominal e adjunto adverbial de modo, sem verbo. Essa oração não depende nem está ligada a outra por coordenação ou subordinação. Uma oração que aparece isolada, sem depender nem coordenar-se a outra, é chamada de oração absoluta. A alternativa “A) Duas orações coordenadas.” não pode ser indicada como correta, pois, só há um verbo. A alternativa “B) Uma oração principal e duas subordinadas.” não pode ser indicada como correta, pois não há orações subordinadas (nenhuma conjunção subordinativa ou verbo dependente). A alternativa “D) Uma oração principal e uma subordinada adverbial.” não pode ser indicada como correta, pois, o trecho “em associação à angústia...” é locução prepositiva, não uma oração (não tem verbo).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Releia o 1º§. “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global. Esses problemas são decorrentes de aspectos biológicos associados a(1) fatores culturais e muito influenciados pela sociedade, podendo ser intensificados por uma predisposição do indivíduo. Os transtornos mentais, especialmente a(2) ansiedade e a(3) depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais. De acordo com a(4) Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 350 milhões de pessoas no mundo vivem com depressão. A(5) Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 apresentou prevalência de depressão em 7,6% (IC95% 1,2-8,1) da população adulta brasileira. Tais números tornaram a(6) saúde mental uma prioridade de saúde pública.” Os termos destacados que possuem o mesmo valor semântico e gramatical são apenas”, a opção “D) 2, 3, 4, 5 e 6.” foi adequadamente indicada como correta.

a(1) fatores culturais – No destaque, “a” é uma preposição, exigida pelo termo “associados” (“associar-se a”). Classe gramatical: preposição. Valor semântico: indica relação de dependência/ligação.

a(2) ansiedade - “especialmente a ansiedade e a depressão”. No destaque, “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “ansiedade”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(3) depressão - Mesma estrutura do caso anterior (“a depressão”). Classe gramatical: artigo definido feminino singular. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(4) Organização Mundial da Saúde - “de acordo com a Organização Mundial da Saúde”. O “a” aqui também é artigo definido feminino singular, acompanhando o substantivo “Organização”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

A(5) Pesquisa Nacional de Saúde - O “A” é artigo definido feminino singular, antes de um nome próprio de instituição. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores (determinação).

a(6) saúde mental - “tornaram a saúde mental uma prioridade”. O “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “saúde”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores.

Assim, o a(1) é preposição, diferente dos demais. Os a(2), a(3), a(4), a(5) e a(6) são artigos definidos femininos singulares com o mesmo valor semântico e gramatical.

A alternativa “A” não pode ser considerada correta porque inclui o “a(1)” (preposição) junto com artigos. A alternativa “B” não pode ser indicada como correta porque também inclui o “a(1)” (preposição). O mesmo ocorre com a alternativa “C”.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição

de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descriptiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
09	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “De acordo com o IBGE, 70% da população brasileira tem acesso à internet, além disso, o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet, estando online em média 9 horas e 29 minutos por dia, sendo que 40% (3 horas e 34 minutos) deste tempo é utilizado em mídias sociais.” (2º§), a expressão “além disso” indica:”, a alternativa “D) Conectivo aditivo empregado na introdução de uma informação vinculada ao exposto anteriormente.” foi adequadamente indicada como correta. A locução “além disso” é um conectivo aditivo, ou seja, introduz uma ideia que acrescenta outra anterior, mantendo relação de adição. Ela equivale a expressões como: “também”, “outrossim”, “de mais a mais”, “somando-se a isso”. Portanto, o papel dela é acrescentar nova informação, não retomar, resumir, nem confirmar. A nova informação (“o Brasil é o segundo país...”) está vinculada ao que veio antes (“70% da população tem acesso à internet”), ou seja, a segunda ideia complementa a primeira, reforçando o argumento sobre o uso intenso da internet no Brasil.

A alternativa “A) “Retomada de informação e ideia anterior por meio de síntese objetiva.”” não pode ser indicada como correta, pois, “além disso” não resume nem sintetiza o que veio antes; ela acrescenta uma informação nova, o conectivo de síntese seria, por exemplo, “em suma”, “portanto”, “assim”. A alternativa “B) “Apropriação de uma informação citada anteriormente e confirmada por meio de dados precisos.”” não pode ser indicada como correta, pois, o conectivo não confirma, mas acrescenta. A informação após “além disso” (“o Brasil é o segundo país...”) não confirma a anterior (“70% da população tem acesso à internet”), mas complementa o argumento com outro dado. A alternativa “C) “Expressão circunstancial empregada no fortalecimento da argumentação desenvolvida no período.”” não pode ser indicada como correta, pois, embora “além disso” contribua para a coesão argumentativa, o foco não é a circunstância, e sim a adição.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
10	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o contexto apresentado, indique a alternativa cujo termo sugerido não pode substituir o termo destacado de forma a preservar o significado original do texto.”, a alternativa “B) “[...] por meio de divulgação de conteúdos de qualidade e que promovam o bem-estar social.” (4º§) – esmoreçam” foi adequadamente indicada como gabarito. O verbo original “promover” significa fomentar, contribuir positivamente para algo, ao substituir por “esmoreçam” o sentido é modificado já que “esmorecer” significa diminuir, perder força, enfraquecer, que é o oposto de “promover”. A alternativa “A) a participação intensiva – intensa” não pode ser indicada como gabarito, pois, “intensiva” e “intensa” têm significados muito próximos neste contexto: ambas indicam grande envolvimento ou frequência. A alternativa “C) prevalência – preponderância” não pode ser indicada como gabarito, pois, “prevalência” refere-se à frequência ou proporção de algo em uma população e “preponderância” significa predominância ou superioridade, que é equivalente ao contexto do aumento de transtornos, mantendo o sentido do texto. A alternativa “D) impactante – marcante” não pode ser indicada como gabarito. “Impactante” significa que causa impacto ou efeito forte, e “marcante” significa que chama atenção ou deixa impressão forte. No contexto do efeito na saúde mental, essa substituição mantém o sentido.

Fonte:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
16	17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Julgamento: Correto. Conforme art. 40 da LOM.

Art. 40 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

II. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador-Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

Julgamento: Correto. Conforme art. 41, §1º, da LOM.

Art. 41, § 1º O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

III. O Prefeito pode se ausentar do município, sem necessidade de autorização da Câmara Municipal, por até quinze dias.

Julgamento: Correto. Conforme art. 44 da LOM.

Art. 44 O Prefeito residirá no Município e dele não poderá ausentar-se sem autorização da Câmara Municipal por mais de quinze dias, sob pena de perder o cargo, salvo se em gozo de férias ou licença.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
33	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Estudos com alto rigor metodológico e específicos para a população nacional evidenciam ponto de corte do índice IC > 1,18 para o sexo feminino (Pitanga et al., 2004) como discriminador do risco coronariano em adultos; e > 1,20 para o sexo feminino como preditor de adiposidade abdominal (Elckemberg et al., 2020). Para o caso da questão em específico, o valor de IC de 1,11 está abaixo dos pontos de corte mencionados. A interpretação correta, portanto, se baseia na ideia de que pessoas que acumulam gordura em volta da região central do tronco têm a forma do corpo parecida com um duplo cone, ou seja, dois cones com uma base comum, dispostos um sobre o outro, enquanto aquelas com menor quantidade de gordura na região central teriam a aparência de um cilindro, como ocorre no caso clínico exposto. Dessa forma, o gabarito original deverá ser mantido.

Fonte:

- Pitanga, F. J. G., & Lessa, I. Sensibilidade e especificidade do índice de conicidade como discriminador do risco coronariano de adultos em Salvador, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 7, p. 259-269, 2004.
- EICKEMBERG, Michaela et al. Obesidade abdominal no ELSA-Brasil: construção de padrão-ouro latente e avaliação da acurácia de indicadores diagnósticos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 8, p. 2985-2998, 2020.

BRANCA	VERDE
34	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É importante ressaltar que alternativa tem o objetivo de explicitar resumidamente o método, descrevendo inicialmente que as amostras são desconhecidas, ou seja, que, para o provador, nenhuma delas é previamente revelada. Em sequência, a alternativa explica o objetivo do teste, em que, partindo-se do pressuposto que desconhece as amostras, o provador precisa identificar qual é a amostra diferente, a amostra C. Portanto, a alternativa descreve corretamente o método. Além disso, a alternativa “C) No teste de ordenação, o provador avalia uma amostra padrão (controle) e mais duas ou mais amostras quanto aos atributos específicos, determinando o grau de diferença entre amostras e controle” é incorreta, já que essa descrição corresponde ao teste de comparação múltipla, em que os provadores recebem uma amostra padrão (controle) e outras duas ou mais amostras para comparação direta, com o objetivo de determinar o grau de diferença entre cada amostra e a padrão quanto a atributos específicos, como sabor, textura, cor, acidez, crocância, entre outros. No teste de ordenação, os julgadores recebem três ou mais amostras e devem classificá-las em ordem crescente ou decrescente com base em um atributo sensorial (como intensidade de sabor, textura etc.), sem necessariamente haver uma amostra controle. E, por fim, a alternativa “D) O teste de comparação pareada consiste na apresentação de três ou mais amostras em que os julgadores deverão ordená-las, em ordem crescente ou decrescente, quanto à intensidade de um determinado atributo” também é incorreta, pois a descrição apresentada refere-se ao teste de ordenação. No teste de comparação pareada, são apresentadas duas amostras, e o avaliador deve identificar qual das duas apresenta maior intensidade de um atributo específico, como doçura ou crocância. Portanto, as alternativas C e D descrevem erroneamente os métodos. Dessa forma, o gabarito original deverá ser mantido.

Fonte:

- ABNT NBR ISO 4120:2023 – Análise sensorial — Metodologia — Teste triangular.
- DUTCOSKY, S. D. Análise sensorial de alimentos. 5. ed. Curitiba: Champagnat, 2019.
- MEILGAARD, M.; CIVILLE, G. V.; CARR, B. T. Sensory Evaluation Techniques. CRC Press, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. FNDE. Manual de Análise Sensorial da Alimentação Escolar, 2016.

BRANCA	VERDE
35	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa expressa os termos “POSSIBILIDADES” e “PODENDO ATUAR” no sentido de não serem “exclusivamente” as áreas de atuação, ou seja, não contemplarem a totalidade das áreas previstas na resolução, citando apenas alguns exemplos. Ainda, essa alternativa contempla o escopo amplo e interdisciplinar da atuação do nutricionista na saúde pública e coletiva. O profissional pode trabalhar em políticas públicas, programas alimentares e nutricionais, atenção básica, vigilância em saúde, vigilância sanitária, educação em saúde, entre outros espaços e ações que envolvem o cuidado e a promoção da saúde da população. Dessa forma, o gabarito original deverá ser mantido.

Fonte:

- Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) – Resolução CFN nº 600/2018
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica: Alimentação e Nutrição. Brasília: MS, 2014.

BRANCA	VERDE
37	31

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A alternativa considerada como correta “A) Em caso de esteatorreia, devem ser administradas enzimas pancreáticas sintéticas com o objetivo de melhorar a absorção intestinal de nutrientes” descreve conduta de manejo referente à

PANCREATITE CRÔNICA, quadro em que há insuficiência pancreática exócrina, má absorção e necessidade de reposição de enzimas pancreáticas. Entretanto, o enunciado da questão descreve PANCREATITE AGUDA, condição fisiopatologicamente distinta, em que o manejo nutricional segue recomendações específicas orientadas por diretrizes nacionais e internacionais, como suporte hidroeletrólítico e a terapia nutricional. De acordo com o ESPEN practical guideline on clinical nutrition in acute and chronic pancreatitis (ARVANITAKIS et al., 2024), a reposição de enzimas pancreáticas é recomendada em casos de insuficiência pancreática, condição característica do quadro de PANCREATITE CRÔNICA. A alternativa “B) Em casos de baixa tolerância à dieta oral, a nutrição enteral deve ser priorizada, sendo recomendadas as fórmulas poliméricas que geram menor estímulo ao pâncreas” está incorreta, pois, de acordo com a ESPEN (2024), um subgrupo de pacientes com pancreatite aguda grave pode apresentar má absorção e, portanto, dietas semielementares podem ser interessantes por "estimularem menos o pâncreas". Além disso, a alternativa “C) Pacientes com pancreatite aguda em crise devem evitar a ingestão de alimentos e líquidos, pois isso estimula o pâncreas a produzir mais enzimas. Nessa situação, é recomendada a nutrição enteral” está incorreta e clinicamente desatualizada. Antigamente se preconizava o “repouso pancreático” com jejum total, mas hoje se sabe que a introdução precoce de dieta oral leve, conforme a tolerância, é segura e benéfica para a recuperação, inclusive em casos leves a moderados. A nutrição enteral só é indicada se não houver tolerância à via oral. De acordo com a BRASPEN (2023) a estratégia de repouso de 48 horas não é mais respaldada na literatura, que tem dados indicando início precoce de suporte nutricional. Por fim, a alternativa “D) Em pacientes com pancreatite aguda e incapacidade de se alimentar por via oral, a nutrição enteral deve ser iniciada precocemente, com sonda nasogástrica, mesmo na presença de infecção digestiva.” também é incorreta, pois em caso de intolerância digestiva, dor, retardo do esvaziamento gástrico, náuseas ou vômitos é indicado o acesso jejunal (pós ângulo de *Treitz*), – pois proporciona menor estimulação pancreática exócrina em relação à terapia de nutrição enteral posicionada no estômago ou duodeno (ESPEN, 2024). Dessa forma, a questão deverá ser anulada, por não apresentar uma alternativa correta.

Fonte:

- ARVANITAKIS, Marianna et al. ESPEN practical guideline on clinical nutrition in acute and chronic pancreatitis. Clinical Nutrition, v. 43, n. 2, p. 395-412, 2024.
- GOUVEIA, Melina et al. Diretriz BRASPEN de terapia nutricional no paciente grave. BRASPEN Journal, v. 38, supl. 2, p. 2–46, 2023.

Cargo: Oficial Administrativo

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	07	09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A temática textual refere-se ao assunto central ou tema principal que um texto aborda. É o tópico ou ideia que guia o desenvolvimento do texto e sobre o qual o autor está escrevendo. Em outras palavras, é o que o texto está tratando ou discutindo. Considerando as ideias apresentadas, é possível perceber que o assunto principal abordado ao longo do texto é: a condição feminina e a busca por identidade, através de uma profunda sensibilidade. “A criada” é um conto que, através de uma linguagem poética e de uma narrativa intimista, explora a complexidade da experiência humana, a busca por identidade e a riqueza da vida interior de uma personagem que, apesar de sua condição social, revela uma profunda sensibilidade e percepção do mundo. Tal fato pode ser claramente evidenciado através dos trechos: “Sim, havia profundidade nela. Mas ninguém encontraria nada se descesse nas suas profundezas – senão a própria profundidade, como na escuridão se acha a escuridão” (7º§); “Ah, então devia ser esse o seu mistério: ela descobrira um atalho para a floresta. Decerto nas suas ausências era para lá que ia” (8º§); “Ela se arranjava para servir muito mais remotamente, e a outros deuses. Sempre com a inteireza de espírito que trouxera da floresta. Sem um pensamento: apenas corpo se movimentando calmo, rosto pleno de uma suave esperança que ninguém dá e ninguém tira” (11º§).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	10	08	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, a misteriosa infante, em “A criada”, descobria em seu momento de inércia total um atalho para floresta. Era provável que a jovem se dirigisse para lá, assim teria tempo e espaço para se encontrar e compreender quem era ela. Neste lugar sem o tempo marcado pelo relógio, Eremita poderia, então, livrar-se das solicitações e das cobranças do seu mundo de criada. Não voltaria impune de seu instante consigo mesma, estaria renovada. Considera-se que Eremita precisa voltar à sua tristeza; regressava branda e ignorante, mas com “olhos completos”. É possível perceber que Eremita vivia numa espécie de mundo paralelo, onde ela não era a simples criada, mas a sacerdotisa de um mistério bem guardado. E isso tudo acontecia no exercício de seus deveres diários: ela entre mundos. Em “Ah, então devia ser esse o seu mistério: ela descobrira um atalho para a floresta”, Clarice Lispector cria uma atmosfera de afastamento em torno da personagem. As demais transcrições dadas para análise retratam apenas fatos secundários abordados no texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	08	05	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um trecho objetivo foca em fatos e dados concretos, apresentando a realidade de forma imparcial e sem interferência de opiniões pessoais. Já um texto subjetivo, expressa a visão particular do autor, utilizando linguagem conotativa, emoções e impressões pessoais. A diferença principal reside na intenção e no foco de cada tipo de texto: o objetivo busca a precisão e a imparcialidade, enquanto o subjetivo busca a expressividade e a transmissão da visão particular do autor.

A única informação transcrita do texto com características de objetividade é: “Seu nome era Eremita”. As demais afirmações evidenciam características subjetivas; observe: “O rosto se perdia numa tristeza impessoal e sem rugas”; “O que se sabe é que a fonte devia ser antiga e pura”; e “Ela se arranjava para servir muito mais remotamente, e a outros deuses”.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	06	10	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A diferença fundamental entre frase e oração é a presença ou ausência de um verbo (ou locução verbal). Uma frase é qualquer enunciado com sentido completo, podendo ou não conter um verbo. Já a oração é um tipo específico de frase que sempre possui um verbo (ou locução verbal). Dessa forma, não é uma oração: “Rosto confiante, algumas espinhas”, pois não possui ação verbal. São consideradas orações, com evidências de ações verbais: “Beleza, não sei”; “Porque tinha suas ausências”; e “Assim era Eremita”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	09	02	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As conjunções conformativas iniciam uma oração subordinada em que se exprime a conformidade de um pensamento com o da oração principal. São as conjunções: conforme, como (com o significado de conforme), consoante etc. O

“como” conformativo inicia uma oração que exprime um fato em conformidade com outro expresso na oração principal.

O “como” comparativo introduz o segundo termo de uma comparação assimilativa, identificando “uma coisa, pessoa, qualidade ou fato a outra mais impressionante, ou mais conhecida”.

Reconheça-se, contudo, que a diferença é, por vezes, difícil de detectar em certos contextos, dada a proximidade desses dois valores de “como”. Porém, nesse caso, o “como” exprime uma regra, um modelo adotado para a execução do que se declara na oração principal, ou seja, em “*Mas ninguém encontraria nada se descesse nas suas profundezas – senão a própria profundez, como na escuridão se acha a escuridão*”, a oração subordinada expressa conformidade com a oração principal e não uma relação de similaridade explícita entre dois elementos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	02	01	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar

“Porém” é uma conjunção coordenativa adversativa. Ela é usada para conectar orações ou termos que expressam ideias opostas, com valor de: “mas”; “contudo”; “todavia”; “não obstante”; “entretanto”; ou “no entanto”. Em outras palavras, “porém” indica contraste ou oposição entre duas partes de uma frase ou entre duas frases.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	01	04	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa incorreta é sobre os hábitos de Eremita; a criada precisa voltar à sua tristeza, regressava branda e ignorante, mas, com “olhos completos”. Deixava, então, a inércia e retomava seus hábitos cotidianos: serena ao retirar o dinheiro da patroa, discrição ao retirar itens da dispensa, o modo fugitivo de comer o pão. Novamente os chamados, os pedidos e as aflições de uma criada, não mais a floresta onde conhecia todos os segredos e lá poderia ser levada à fogueira. “O fictício não está nunca nas coisas nem nos homens, mas na impossível verossimilhança do que está entre eles”; aquilo que Eremita não pode contar, nem expressar, fica recluso em seu mundo particular, não pode vir à tona para sua vida de criada. Eremita vive em uma espécie de mundo paralelo, onde ela não era a simples criada, mas a sacerdotisa de um mistério bem guardado. Conclui-se, portanto, que os costumes habituais de Eremita não são considerados “segredos” de seu mundo particular; fazem parte, na verdade, da sua vida de criada. As demais afirmações estão coerentes com o texto de Clarice Lispector.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	03	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Infante” pode se referir a uma criança pequena, especialmente uma que ainda não fala, ou, historicamente, a um título de nobreza dado aos filhos de reis em Portugal e Espanha que não eram herdeiros da coroa. Em contextos militares, “infante” também pode se referir a um soldado de infantaria. Significados:

- Criança: em seu sentido mais comum, “infante” se refere a uma criança de tenra idade, que ainda não fala;
- Título nobiliárquico: em Portugal e Espanha, durante a monarquia, “infante” (e o feminino “infanta”) era o título dado aos filhos do rei que não eram os herdeiros do trono; e
- Militar: “infante” também pode se referir a um soldado de infantaria, ou seja, um soldado que luta a pé.

As demais associações estabelecidas estão corretas; o significado das expressões está de acordo com o contexto textual, a saber: prestimosa (solícita; prestativa; cuidadosa); de repente (repentinamente; inesperadamente); e inteireza (plenitude; integridade).

Fonte:

- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	03	06	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O início do texto informa: “Seu nome era Eremita. Tinha dezenove anos”. Assim, suas propriedades são evidenciadas ao longo do texto. Observe: “[...] mal se pronunciava um nome: Eremita” (2º§); “Ela toda era de uma doçura próxima a lágrimas” (2º§); “Se a fome era de pão – que ela comia depressa como se pudessem tirá-lo – o medo era de trovoadas, a vergonha era de falar” (3º§); “Ela era gentil, honesta” (3º§).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	05	07	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na expressão “rosto confiante”, a palavra “confiante” foi empregada no sentido de: decidido; determinado; firme; tranquilo. As demais opções de respostas apresentadas para análise estão coerentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.
- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	16	13	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado informa que a tabela registra, a cada semana, o total acumulado de processos digitalizados e, em seguida, pergunta “quantos processos estarão digitalizados ao término da décima semana”.

O termo “ao término” significa “até o final daquele período”, isto é, o valor acumulado na semana 10. Não há base textual para somar os acumulados semana a semana (o que seria contar várias vezes os mesmos processos). Além disso, a própria tabela deixa claro que os valores apresentados são os totais acumulados, eliminando a dúvida de se somar todos os elementos até a 10ª semana.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	19	17	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Do enunciado, em 4 dias, com 6 encanadores trabalhando 5 h/dia, substituíram-se 180 hidrômetros. Isso corresponde a 120 homem-horas (6x5x4). Logo, a produtividade é dada por:

$$\frac{180}{120} = 1,5 \text{ hidrômetro por homem-hora.}$$

O erro recursal está em uma segunda divisão da produtividade pelo número de encanadores, resultando em um valor de 0,25 hidrômetro por hora para cada encanador. Dessa forma, o resultado apresentado no recurso terá um erro por um fator de 6, resultando em 48 encanadores. Dividindo-se a proposta recursal por 6, obtém-se o gabarito preliminar: 8 encanadores.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	18	20	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Probabilidade de nenhum azul

Se nenhum é azul, então ambos são escolhidos entre os 16 não azuis (6 vermelhos + 10 verdes = 16).

$$P(\text{nenhum azul}) = \frac{C(16,2)}{C(24,2)}$$

$$C(16,2) = \frac{16 \times 15}{2} = 120$$

$$C(24,2) = \frac{24 \times 23}{2} = 276$$

$$P(\text{nenhum azul}) = \frac{120}{276} = 0,4348$$

Probabilidade de pelo menos um azul

$$P(\text{pelo menos um azul}) = 1 - 0,4348 = 0,5652$$

$$P \approx 56,5\%$$

O evento “pelo menos um fusível azul” é o complemento de “nenhum fusível azul”.

Como a chance de tirar dois não azuis é de cerca de 43,5%, o complemento (ter pelo menos um azul) é de 56,5%, o que se encontra entre 50,1% e 60,0%.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	20	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há margem para dupla interpretação, pois os tempos verbais são inequívocos: “instalará no portão principal e outras ao longo do trecho”. Ou seja, a primeira câmera não é pré-existente ao problema, cabendo sua contabilização no total de câmeras do trecho.

Para fins de elucidação, apresenta-se uma proposta de solução:

Tem-se uma P.A. de razão 4, cuja soma deve ser inferior a 800 e primeiro termo é 8. A resolução pode ser feita completando-se a P.A. e verificando-se até que termo a soma de seus termos é inferior a 800:

Câmeras	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Espaçamento	8	12	16	20	24	28	32	36	40	44	48	52	56	60	64	68	72	76	80	84
Soma	8	20	36	56	80	108	140	176	216	260	308	360	416	476	540	608	680	756	836	920

Note-se que a 20ª câmera ultrapassa os 800 metros.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	17	19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dessa forma, apresenta-se uma proposta de solução para elucidar a correção do item:

Sejam E, H, C os conjuntos de servidores que concluíram cada curso.

Dos dados fornecidos, tem-se que:

$$\begin{aligned}
|E| &= 70 \\
|H| &= 60 \\
|C| &= 40 \\
|E \cap H| &= 30 \\
|E \cap C| &= 20 \\
|H \cap C| &= 15 \\
|E \cap H \cap C| &= 10
\end{aligned}$$

Sabe-se que são 120 servidores, então, aplicando-se o Princípio da Inclusão-Exclusão, fica:

$$|E \cup H \cup C| = 70 + 60 + 40 - 30 - 20 - 15 + 10$$

$$|E \cup H \cup C| = 115$$

$$120 - 115 = 5$$

Portanto 5 servidores não concluíram nenhum curso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	12	14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado afirma que: “Para formar uma equipe de inspeção de emergência, o departamento de serviços gerais dispõe dos seguintes profissionais: 4 eletricitas, 5 mecânicos e 3 técnicos de segurança. A equipe deverá ter 5 profissionais, contendo exatamente 2 eletricitas. Nesse sentido, de quantas maneiras diferentes essa equipe poderá ser formada?”.

Analisando-se o item, verifica-se que há apenas uma interpretação possível, que é a composição de uma equipe formada por 5 profissionais, sendo 2 eletricitas.

Dessa forma, pode-se escolher 2 eletricitas de um grupo com 4 disponíveis de 6 maneiras distintas, resultado da combinação (4, 2).

Para os 3 membros restantes da equipe, o enunciado não traz nenhuma restrição, podendo ser quaisquer 3 profissionais dos 8 restantes. Logo, o número de maneiras distintas será a combinação (8, 3), que equivale a 56.

Por fim, deve-se multiplicar os dois valores, pois cada uma das 6 equipes formadas pelos 2 eletricitas pode ser misturada com cada uma das 56 equipes formadas pelos demais profissionais. Assim: $56 \cdot 6 = 336$, resultado que corresponde à alternativa D.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	15	12	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O valor para a temperatura, quando o tempo é 4 horas, vale 60 °C. Porém, o enunciado solicita em qual intervalo de tempo a temperatura é de pelo menos 60 °C. Dessa forma, deve-se encontrar um intervalo de tempo em que essa condição é atingida. Em termos matemáticos, a solução do item é dada quando $T(t) \geq 60$.

Resolvendo-se a equação:

$$T(t) = -t^2 + 11t + 32 \geq 60$$

Pode-se fatorar a expressão:

$(t - 4)(t - 7) \leq 0$ Resultando nas seguintes raízes: $t = 4$ e $t = 7$. Logo, a temperatura atinge 60°C após 4 horas, continua aumentando até 5,5 horas (vértice da parábola) e esfria até 60°C novamente após 7 horas e continua esfriando, reduzindo o valor da temperatura.

Portanto, conclui-se que no intervalo de 4 horas a 7 horas, a temperatura é de pelo menos 60°C .

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	14	15	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O próprio enunciado fixa o passo temporal: “a cada hora (...) em relação à hora anterior”. Portanto, o estado do sistema está definido nos tempos inteiros; estender o modelo para tempos fracionários (decaimento contínuo) é suposição extra-texto. Dessa forma, deve-se procurar o valor inteiro de hora para o qual a condição solicitada no enunciado é atendida, isto é, a partir de quantas horas a quantidade de insetos é inferior a 1000 pela primeira vez.

A respeito do uso de regra de 3 para solucionar o item, trata-se de erro conceitual: o enunciado não descreve redução linear (mesma quantidade por hora), e sim proporcional ao valor corrente (30% do que houver a cada hora). Por isso a sequência correta é geométrica (fator 0,7), e não aritmética (–1500).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	11	18	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para fins de elucidação, considere que p seja o preço unitário da pastilha e l o preço unitário da lata de lubrificante.

Assim:

$$12p + 6l = 15609p + 3l = 1050$$

Dividindo-se a primeira equação por 2 e fazendo a subtração:

$$\begin{cases} 6p + 3l = 780 \\ 9p + 3l = 1050 \end{cases} \rightarrow 3p = 270 \rightarrow p = 90$$

Substituindo-se o valor de p na segunda equação:

$$810 + 3l = 1050 \rightarrow l = 80$$

Portanto, a lata custa R\$ 80,00 e a pastilha custa R\$ 90,00.

Como o enunciado solicitou o preço da lata de lubrificante, a resposta é R\$ 80,00.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	13	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente cumpre salientar que não é necessária a apresentação exaustiva e detalhada do conteúdo que será objeto de cobrança na prova. Isto é, o conteúdo “polinômios”, previsto no edital, sugere que podem ser objeto de cobrança polinômios de grau “ n ”. Ademais, cabe destacar que não era necessária a solução explícita de um polinômio de terceiro grau, por se tratar de uma prova não específica da área de exatas, o polinômio trazido era facilmente fatorável, operação comumente exigida quando o conteúdo de polinômios está explícito no edital.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	25	24	23

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O endereço IP (Internet Protocol) é um identificador lógico atribuído a um dispositivo em uma rede, mas ele não é, necessariamente, único na Internet por vários motivos:

Em redes locais (como empresas, escolas ou residências), diversos dispositivos compartilham o mesmo endereço IP público por meio do NAT. Assim, vários equipamentos diferentes (computadores, celulares, impressoras, etc.) podem acessar a Internet com o mesmo endereço IP público.

Provedores de Internet geralmente atribuem endereços IP de forma dinâmica por meio do DHCP. Isso significa que o mesmo IP pode ser usado por diferentes dispositivos em momentos distintos, o que descaracteriza a exclusividade permanente.

Portanto, não existe uma alternativa correta, sendo a questão anulada.

- Fontes:
KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2021.
- TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	24	25	21

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Impressoras e monitores podem ser tanto de entrada quanto de saída; por exemplo, impressoras multifuncionais e monitores com touch screen. Scanners são considerados dispositivos de entrada e não de saída.

Portanto, há duas alternativas incorretas, sendo a questão anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	22	21	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O protocolo TCP é um protocolo orientado à conexão, confiável e que garante a entrega ordenada dos dados à camada de aplicação, utilizando mecanismos como controle de sequência, reconhecimento (ACKs) e retransmissão para assegurar a integridade e a ordem das informações. A expressão “garante a entrega confiável e ordenada” é, portanto, adequada e está mencionada na referência apresentada, não havendo ambiguidade.

Fontes:

- TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	21	23	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão deve-se considerar os recursos do sistema operacional Windows 11 e assinalar a afirmativa incorreta. A alternativa C, descrita como “O Painel de Controle é usado apenas para desligar o computador ou suspender o sistema.” é a opção incorreta. De acordo com a solicitação do recurso, o gabarito preliminar divulgado refere-se a letra

D. No entanto, a seguir são apresentadas justificativas contrárias em relação à argumentação do recurso baseado em [MICROSOFT, 2011]:

A alternativa D está correta porque o gerenciador de tarefas permite encerrar programas em execução e monitorar desempenho.

A alternativa C está incorreta porque o painel de controle não é usado para desligar ou suspender o computador. Ele oferece diversas opções, tais como rede, usuários, idioma, entre outros.

Fonte:

- MICROSOFT. Windows 11 – Guia de recursos. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/windows>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	23	22	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão deve-se considerar as funções básicas do Microsoft Office Excel 2019 e assinalar a afirmativa correta. A alternativa B, descrita como “A função CONT.VALORES conta todas as células não vazias em um intervalo”, é a opção correta. A seguir são apresentadas justificativas contrárias em relação à argumentação do recurso baseado em [FERREIRA, 2022]:

A alternativa A está incorreta porque a função PROCV procura verticalmente, realizando buscas por colunas, e não por linhas.

A alternativa B está correta, pois a função CONT.VALORES conta todas as células não vazias em um intervalo, independentemente de estarem preenchidas com números, textos, datas, valores lógicos ou erros. A redação ‘conta todas as células não vazias em um intervalo’ está tecnicamente correta, sem margem para interpretação ambígua. A existência de funções semelhantes (como CONT.NÚM) não torna a questão ambígua, pois o enunciado não faz referência a “células numéricas”, e a função CONT.VALORES é a única que corresponde à descrição apresentada.

A alternativa C está incorreta porque a função AGORA retorna data e hora atualizadas automaticamente.

Por fim, a alternativa D está incorreta porque a função MÉDIA retorna a média aritmética, não a soma.

Portanto, existe uma alternativa correta, letra B, sendo o gabarito mantido.

Fontes:

- FERREIRA, A. C. Excel 365: Guia completo para usuários e profissionais. São Paulo: Novatec, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	30	28	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Decreto Municipal nº 20.179/2023. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O Código se destina a estabelecer valores e normas de comportamento a serem observados no desempenho das atividades institucionais no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do município de Uberlândia.

Julgamento: Incorreto. Conforme art. 1º, este Código de Ética destina-se a nortear as relações humanas, preponderando o respeito mútuo, os deveres de colaboração, lealdade, informação e solidariedade e a preservação e promoção da dignidade da pessoa humana, e a estabelecer valores e normas de comportamento a serem observados no desempenho das atividades institucionais no âmbito do Poder Executivo Municipal. A afirmativa é incorreta ao englobar os Poderes Legislativo e Judiciário.

Ademais, o Município de Uberlândia sequer detém Poder Judiciário em sua estrutura.

II. As disposições do Código não alcançam os integrantes da alta administração, destinando-se expressamente aos servidores públicos de Uberlândia que possuam vínculo de caráter efetivo.

Julgamento: Incorreto. O próprio nome do Decreto deixa expresso que se trata de Código de Ética do Servidor Público e da Alta Administração Municipal.

III. Os padrões éticos descritos no referido Decreto são exigidos do agente público na relação entre suas atividades públicas e privadas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses.

Julgamento: Correto.

Art. 4º No exercício de suas funções, os agentes públicos municipais deverão pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à transparência, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar o respeito e a confiança do público em geral.

Parágrafo único. Os padrões éticos de que trata este artigo são exigidos do agente público na relação entre suas atividades públicas e privadas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses.

Logo, apenas III é correto.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do Servidor Público e da Alta Administração Municipal.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	29	26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Decreto nº 20.154/2023. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) Tais agentes serão designados pela autoridade competente de cada órgão contratante.

Julgamento: Correto. Conforme art. 10, caput.

Art. 10. Os agentes públicos para as funções de gestor e fiscal de contrato serão designados pela autoridade competente de cada órgão contratante, preferencialmente, dentre os servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública e que atendam aos requisitos elencados no artigo 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

B) É vedado ao agente público acumular as funções de fiscal e gestor do mesmo contrato, ainda que na condição de suplente.

Julgamento: Correto. Conforme art. 12, §2º.

§ 2º É vedado ao agente público acumular as funções de fiscal e gestor do mesmo contrato, ainda que na condição de suplente.

C) A designação recairá, preferencialmente, entre os servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública e que atendam a requisitos pertinentes previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Julgamento: Correto. Conforme art. 10, caput.

Art. 10. Os agentes públicos para as funções de gestor e fiscal de contrato serão designados pela autoridade competente de cada órgão contratante, preferencialmente, dentre os servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública e que atendam aos requisitos elencados no artigo 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

D) O gestor e o fiscal de contrato serão, preferencialmente, escolhidos conforme a sua capacitação técnica em relação ao objeto do contrato, vedada a designação para o gerenciamento ou fiscalização de mais de um instrumento contratual simultaneamente.

Julgamento: Incorreto. Conforme art. 12, §1º.

1º O gestor e o fiscal de contrato serão, preferencialmente, escolhidos conforme a sua capacitação técnica em relação ao objeto do contrato e poderá ser designado para o gerenciamento ou fiscalização de mais de 1 (um) instrumento contratual.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Decreto nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023. Regulamenta a aplicação da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Município de Uberlândia.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	27	29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. Foi realizado o aproveitamento do servidor João para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades são compatíveis com a limitação que sofreu em sua capacidade física, uma vez que possui a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem. Neste caso, ocorreu o instituto da reversão.

Julgamento: Incorreto. A descrição da situação corresponde ao instituto da Readaptação, e não da Reversão.

O Art. 31 define a Reversão como o "retorno à atividade de servidor aposentado".

II. A servidora Mariana foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado, considerando que foi invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens. Ocorreu, no caso em apreço, o instituto da readaptação.

Julgamento: Incorreto. A descrição da situação corresponde ao instituto da Reintegração, e não da Readaptação.

O art. 37 define a Reintegração como a "reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens".

III. James foi elevado para classe imediatamente superior àquela a qual pertence, na mesma carreira, segundo critérios e disposições da legislação municipal. Trata-se da ocorrência de promoção do servidor.

Julgamento: Correto. A descrição da situação corresponde ao instituto da Promoção.

O Art. 28 define a Promoção como a "elevação do servidor para classe imediatamente superior àquela a que pertence na mesma carreira, segundo critério estabelecido em Lei específica".

Está correto III apenas.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	26	30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Inicialmente, algumas das razões recursais buscam justificar pedidos de anulação e/ou alteração de gabarito mediante a extrapolação e citação de leis diversas ou mesmo da “prática administrativa”. Tais alegações não merecem guarida, visto que o enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município.

No caso, o artigo 20 da LOM prevê:

Art. 20 O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à lei Orgânica;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - resoluções;

VI - decreto legislativo.

A única alternativa que NÃO se enquadra no art. 20, portanto, é a que menciona “Medidas provisórias”.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	28	27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 - artigos 10 a 23. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) Ambas as medidas são de competência do fiscal de contrato.

Julgamento: Incorreta. A primeira medida é do gestor de contrato. Vide justificativa detalhada na alternativa D.

B) Ambas as medidas são de competência do gestor de contrato.

Julgamento: Incorreta. A segunda medida é do fiscal do contrato. Vide justificativa detalhada na alternativa D.

C) A primeira medida é de competência do fiscal de contrato; a segunda medida é de competência do gestor de contrato.

Julgamento: Incorreta. As atribuições estão invertidas. Vide justificativa detalhada na alternativa D.

D) A primeira medida é de competência do gestor de contrato; a segunda medida é de competência do fiscal de contrato.

Julgamento: Correta.

Conforme art. 23 do Decreto Municipal nº 20.154/ 2023:

Art. 23. Compete ao fiscal do contrato, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, em aspectos técnicos e administrativos, especialmente:

(...) XVII - formalizar notificações por escrito à contratada, caso as tratativas iniciais para saneamento de eventuais irregularidades não sejam suficientes para regularização da situação, estabelecendo prazo para o cumprimento das obrigações e/ou apresentação de justificativas, sob pena de encaminhamento da documentação para o gestor de contrato avaliar a necessidade de abertura do respectivo processo de apuração e aplicação de penalidades;

Como se vê, o art. 23 relaciona as incumbências do fiscal do contrato. Contudo, a parte final do inciso XVII traz uma atribuição que é do gestor de contrato, sendo que a questão em análise buscou justamente verificar se o candidato possui tal conhecimento e domina as atribuições e papéis de cada um.

A atribuição de “avaliar a necessidade de abertura do respectivo processo de apuração e aplicação de penalidades” indiscutivelmente é designada para o gestor, e não para o fiscal. Tal competência é referendada pelo art. 22, IX, que prevê:

o IX - adotar e registrar as medidas preparatórias para aplicação de sanções e/ou de rescisão contratual, realizando e coordenando atos investigativos prévios à abertura do processo, quando necessários, nas hipóteses de descumprimento de obrigações previstas no edital, no contrato e/ou na legislação de regência;

Note-se, por fim, que o enunciado traz entre aspas os exatos termos das atribuições mencionadas no art. 23, XVII. Não assiste razão às razões recursais que buscam se afastar do texto legal e trazer outros argumentos com base em outros diplomas legais ou da prática administrativa. O comando presente no enunciado da questão foi cristalino sobre como se chegar no gabarito correto da questão (“*Levando em consideração o expressamente previsto no Decreto Municipal nº 20.154/2023, assinale a afirmativa correta.*”).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	32	31	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item I é correto, uma vez que traz a previsão do artigo 31, *caput*, da Lei Municipal nº 8.814/2004. O item II também é verdadeiro, por prever o conteúdo do artigo 37 da Lei Municipal nº 8.814/2004. O item III é falso por contrariar o artigo 42, §1º e 2º da Lei Municipal nº 8.814/2004. A medida mencionada na questão se refere somente aos pareceres não vinculantes. Ademais, a questão perguntava sobre a Lei Municipal 8.814/2004, não tendo incidência a Lei Federal 9.784/99.

Fonte:

- artigo 42, §1º e 2º da Lei Municipal nº 8.814/2004; artigo 31, *caput*, da Lei Municipal nº 8.814/2004; artigo 37 da Lei Municipal nº 8.814/2004

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	33	33	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não trata de serviço de engenharia na situação I, mas sim de "obra de engenharia civil". Para obras, a modalidade será concorrência (não sendo possível o pregão). Vide artigo 6º, XXXVIII, da Lei de Licitações. Além disso, a nova Lei não possui mais a figura da tomada de preços, como mencionado no recurso. Outrossim, a questão trata de modalidades de licitação, sendo impróprio cogitar da dispensa de licitação. Na situação II, ao se indicar que "os bens são padronizados, amplamente disponíveis no mercado", indica-se a natureza comum dos objetos.

Fonte:

- artigo 6º, XXXVIII, da Lei de Licitações

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	31	32	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há qualquer desacerto na opção "A". Nesse sentido é a posição tranquila da doutrina. Vide: "A doutrina e a jurisprudência pátrias, analisando a realidade das empresas públicas e sociedades de economia mista, notaram a existência de um duplo regime jurídico, demonstrando que haveria duas espécies de Estatais: a) aquelas que servem a explorar atividade econômica; e b) as prestadoras de serviço público" (CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de Direito Administrativo. 3.ed. Leme: Mizuno, 2024, p.248). Outrossim, a estruturação da alternativa, ao usar

"ou", não gera qualquer dúvida, nem inválida a assertiva. A variação de regimes das estatais, igualmente, não afeta a alternativa. Sobre a questão que versa sobre a "escola", nota-se que não possui nenhuma relação com a matéria.

Fonte:

- CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de Direito Administrativo. 3.ed. Leme: Mizuno, 2024, p.248

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	35	34	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exigiu do candidato a correta identificação das diversas acepções teóricas da Constituição — notadamente os conceitos sociológico, jurídico, político e formal — tema fundamental da Teoria da Constituição e amplamente abordado pela doutrina constitucional contemporânea. O gabarito definitivo apontou como correta a alternativa C, que afirma que: “De acordo com o conceito formal, é considerada constitucional toda norma introduzida pelo procedimento do poder constituinte, independentemente do conteúdo que veicule.” Essa assertiva está correta. No conceito formal de Constituição, a natureza constitucional de uma norma decorre exclusivamente da forma e do procedimento de sua elaboração, realizados pelo poder constituinte originário ou derivado, e não do conteúdo material abordado. Dispositivos constitucionais que tratam de temas pontuais — como o art. 242, § 2º, da Constituição Federal de 1988, referente ao Colégio Pedro II — são constitucionalmente válidos por constarem formalmente no texto constitucional, independentemente de sua relevância material. (Pedro Lenza. Direito Constitucional Esquematizado. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 86). Os recursos apresentados sustentam que a alternativa D também estaria correta ou que haveria necessidade de substituição do gabarito, afirmando que o conceito político refletiria de forma mais adequada o papel da Constituição. Tais alegações não procedem. A alternativa D, que afirma que “pelo conceito político, toda norma constante do texto constitucional expressa decisão política fundamental”, está doutrinariamente incorreta, pois generaliza equivocadamente o pensamento de Carl Schmitt. Para Schmitt, apenas as decisões políticas fundamentais integram a Constituição em sentido político; normas organizatórias, transitórias e meramente procedimentais não possuem essa natureza. Assim, a afirmação de que toda norma constitucional é uma decisão política fundamental é tecnicamente falsa e contrária à doutrina majoritária.

Cumpram ainda reforçar a incorreção das demais alternativas. A alternativa A está equivocada ao afirmar que, no conceito sociológico, seria irrelevante que a Constituição refletisse os fatores reais de poder. Essa proposição contradiz diretamente Ferdinand Lassalle, para quem a Constituição somente é legítima quando expressa precisamente os fatores reais de poder que dominam a sociedade. A alternativa B também está incorreta ao sustentar que, no conceito jurídico, a validade da Constituição decorre dos valores sociais predominantes. Ocorre que esse enunciado mistura o conceito jurídico-normativo de Hans Kelsen com elementos sociológicos e axiológicos: para Kelsen, a validade da Constituição deriva de uma norma fundamental hipotética e não de seu grau de adesão social ou de sua efetividade. (Lenza, p. 86-87). Dessa forma, tanto A quanto B apresentam erros conceituais evidentes.

Por fim, não procede o argumento de que haveria dupla correção entre as alternativas C e D. Apenas a alternativa C apresenta descrição integralmente alinhada ao conceito formal conforme reconhecido pela doutrina constitucional contemporânea, enquanto D incorre em generalização incompatível com o conceito político. A existência de três alternativas claramente incorretas e uma correta confirma a objetividade da questão. Diante do exposto, todos os recursos devem ser improvidos, mantendo-se a resposta originalmente divulgada pela banca: alternativa C.

Fonte:

- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 85-87.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	34	35	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presente questão versa sobre a definição de nacionalidade brasileira nata à luz do art. 12, inciso I, da Constituição Federal de 1988, e suas implicações sobre a elegibilidade ao cargo de Presidente da República, que, conforme o §3º do mesmo artigo, é reservado exclusivamente a brasileiros natos.

O gabarito preliminar indicou corretamente a alternativa D, ao reconhecer que Samuel, Luísa e Raquel atendem aos critérios constitucionais para serem considerados brasileiros natos. Os recorrentes, no entanto, sustentam que Samuel deveria ser excluído dessa condição, sob o argumento de que seus pais, diplomatas italianos, estariam a serviço de Estado estrangeiro (Alemanha), o que afastaria a incidência do critério do *jus soli* estabelecido na alínea “a” do art. 12, I, da Constituição.

Contudo, essa interpretação não encontra respaldo no texto constitucional. A exceção prevista na alínea “a” refere-se aos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil desde que estes não estejam a serviço de seu país. A restrição, portanto, exige que os pais estejam atuando em missão oficial do próprio Estado de origem — no caso, a Itália — o que não se verifica no enunciado, que informa que os pais de Samuel estavam a serviço da Alemanha.

Conforme destaca Pedro Lenza, a vedação constitucional à atribuição de nacionalidade nata não se aplica quando os pais estrangeiros estiverem a serviço de outro Estado que não seja o de sua nacionalidade, pois a Constituição é clara ao delimitar essa hipótese apenas ao serviço prestado ao país de origem. Assim, estando os diplomatas italianos em missão da República Federativa da Alemanha, não se configura o impedimento previsto na norma constitucional. Samuel, portanto, é brasileiro nato por ter nascido em território brasileiro e não se enquadrar na exceção estabelecida. No que se refere a Luísa, a Constituição considera brasileiros natos os nascidos no exterior de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, conforme alínea “b” do inciso I do art. 12. O texto constitucional não exige que o genitor seja brasileiro nato, de modo que a nacionalidade dos pais — mesmo que adquirida por naturalização — é suficiente para o reconhecimento da nacionalidade originária da filha. Tendo sido o pai de Luísa destacado oficialmente a serviço do Brasil no momento de seu nascimento, sua condição de brasileira nata está assegurada.

Raquel, por sua vez, nasceu na China, filha de pais brasileiros que estavam em viagem particular, sendo registrada em repartição consular brasileira. A alínea “c” do mesmo dispositivo constitucional confere nacionalidade nata aos nascidos no exterior de pai ou mãe brasileiros desde que registrados em repartição brasileira competente, o que foi expressamente informado no enunciado.

Dessa forma, todas as três pessoas mencionadas — Samuel, Luísa e Raquel — preenchem os requisitos constitucionais para serem consideradas brasileiras natas e, por conseguinte, são elegíveis ao cargo de Presidente da República.

Diante do exposto, os recursos devem ser indeferidos, mantendo-se a alternativa D como correta.

Fonte:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 12, I e §3º.
- LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	36	36	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades, interpretações jurídicas ou interpretações técnicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base em disposições constantes no *PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PNL – 2025 – Relatório Executivo* e atende ao seguinte conteúdo programático: “Noções de Administração de material e logística: Conceitos, Classificação dos materiais, Funções da administração de materiais, Logística.”

A única alternativa que atende ao comando da questão é: “I, II, III e IV”, pois todas as afirmativas estão corretas. Vide transcrição a seguir.

PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PNL – 2025 – Relatório Executivo

Introdução

[...]

Os recursos públicos para a modernização e a construção de novas infraestruturas de transporte devem ser utilizados de forma responsável e com a maior abrangência possível. Por esse motivo, um planejamento bem elaborado é necessário para indicar as intervenções no sistema logístico nacional de maneira ampla, racional e transparente.

Os governos se deparam com desafios para identificar e mensurar o interesse público no que tange ao setor de transportes, considerando-se a abrangência geográfica do Brasil, a heterogeneidade do desenvolvimento regional, a amplitude e complexidade das demandas existentes e futuras, e como, a partir disso, definir políticas públicas que correspondam a esses anseios.

A intenção é que o resultado desse processo de planejamento possa ser utilizado como uma ferramenta não apenas para os formuladores de políticas públicas (nas esferas federal, estadual e municipal), mas, também, como um instrumento para o balizamento das tomadas de decisões dos investidores, de forma a melhorar a previsibilidade dos investimentos em infraestrutura de transportes.

Fonte:

- PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PNL – 2025 – Relatório Executivo. Junho de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/PIT/politica-e-planejamento/publicacoes/pnl2025.pdf>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	38	37	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades, interpretações históricas ou interpretações técnicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base em documentos fidedignos e atende ao seguinte conteúdo programático: “4. Conhecimentos de Administração pública: Modelos de Administração Pública e sua evolução. Administração patrimonialista. Administração burocrática. Administração pública gerencial.”

A autonomia municipal no Brasil

A história da organização federativa, no Brasil, tem-se caracterizado pela alternância entre a centralização e a descentralização, em sintonia com diferentes cenários políticos, correspondendo, respectivamente, a períodos autoritários e democráticos, como ressalta Rodrigues (2003).

Sob essa ótica, a oscilação entre a maior e a menor autonomia dos entes subnacionais reflete a orientação política emanada de suas respectivas Constituições, que se consubstancia, por sua vez, nas estruturas federativas mais ou menos centralizadas. Simões (2004) e Tomio (2002), ao analisarem a questão municipal no Brasil, também identificam a característica do regime político central como fator relevante na definição da estrutura de poder entre as esferas de governo.

[...]

Rodrigues (2003) destaca, como exemplo, a Constituição de 1934 que conferiu aos entes municipais autonomia para eleger seus prefeitos e vereadores, reduzindo a competência dos estados. As únicas exceções eram as capitais e as estâncias hidrominerais, consideradas de segurança nacional, cujos prefeitos eram nomeados pelos governadores ou pelas câmaras municipais.

Da mesma forma, a Constituição de 1946, emulando a tendência política liberalizante, e em contraposição à Constituição autoritária de 1937, ampliou a autonomia financeira e política dos municípios, restaurando a eleição dos prefeitos e promovendo sua participação nos recursos tributários partilhados pela União. A Carta de 1946 foi considerada o período róseo do municipalismo brasileiro (Bastos, 1992, p.56).

[...]

Na década de 80, já em direção à abertura democrática, os entes federativos foram adquirindo paulatina autonomia, culminando com a Constituição Federal de 1988, que restaurou a força da Federação, instituiu novos mecanismos de

gestão e atribuiu, pela primeira vez, o caráter de entes federativos aos municípios. Como tal, passaram a usufruir de completa autonomia política para eleger seu dirigente executivo e a assembleia legislativa, assim como elaborar a sua lei orgânica.

Fontes:

- A coordenação da administração pública federal brasileira em contextos de reformas administrativas. teoria&pesquisa. REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA. vol. 22, n. 2, p. 100-113, jul./dez. 2013. Disponível em: https://teoriaepesquisa.usfcar.br_
- A criação de municípios após a Constituição de 1988. O impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional no 15, de 1996. Cristina Thedim Brandt. Brasília a. 47 n. 187 jul./set. 2010. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198693/000897816.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	37	38	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades, interpretações históricas ou interpretações técnicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base em documento fidedigno e atende ao seguinte conteúdo programático: “4. Conhecimentos de Administração pública: (...) Inovação no setor público.” Importante atentar para o fato de toda e qualquer inovação ou alteração no modelo de gestão se depara com barreiras à implementação, principalmente na administração pública. Portanto, não há que se admitir inexistência de barreiras. Ademais, um dos critérios de avaliação deve ser a clara exposição das barreiras enfrentadas para a formulação e a implementação da inovação, bem como descrição das condições, ações, normas ou oportunidades consideradas fundamentais para o sucesso da iniciativa inovadora.

(VIDE TRANSCRIÇÃO A SEGUIR)

A inovação no setor público (ISP) tem sido objeto de constante interesse de políticos e governantes na história da formação do Estado moderno, inclusive no Brasil, para lidar com os desafios socioeconômicos de seu território nacional e de suas relações com outros países.[...]

(...), para se apurar com objetividade os resultados de inovação, é importante definir critérios para avaliação da ISP. Para analisar as iniciativas de inovação no Poder Executivo federal e estadual/ distrital no Brasil, a Enap (2017) propôs critérios para avaliar práticas inovadoras que também servem para observar as potencialidades de projetos ISP, conforme Quadro 10.

Quadro 10 – Critérios para avaliar práticas de inovação no setor público

Critérios de avaliação:

- Objetivos - Exposição e argumentação sobre o tipo de problema público (a ser) resolvido com o tipo de inovação proposto/ implantado.
- Resultados e/ou impactos - Definição de indicadores quantitativos mensuráveis/ mensurados e qualitativos evidenciáveis/evidenciados, previstos ou utilizados, para acompanhar o processo de implementação da inovação, bem como a metodologia de monitoramento e avaliação.
- Eficiência - Demonstração com justificativas da utilização eficiente (com mais qualidade, menos tempo e menos custo) de recursos (financeiros, físicos, administrativos e de pessoal) para a aplicação da inovação. Pode ser também tratada aqui a eficiência gerada por meio de possíveis parcerias firmadas para implementação, monitoramento e avaliação da inovação.
- Participação - Descrição sobre a(s) forma(s), inclusive em termos metodológicos, da participação dos beneficiários (cidadãos ou servidores diretamente impactados) nos processos de formulação (planejamento), implementação, monitoramento e avaliação da inovação. Registro e compartilhamento de depoimentos de stakeholders (beneficiários e parceiros).
- Transparência e controle social - Indicação dos mecanismos que possibilitam acesso e monitoramento da população à informação de interesse público sobre a inovação.

f) Replicabilidade - Avaliação do potencial da inovação proposta/implementada de ser replicada em outros órgãos da administração pública e esferas de governo. É pertinente acrescentar se a inovação já foi replicada ou se serviu de inspiração para outras iniciativas inovadoras.

g) Sustentabilidade – Contribuição da inovação para o desenvolvimento sustentável. Cabe mencionar o atendimento de um ou mais objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de outros organismos nacionais ou no exterior.

h) Aprendizagens - Exposição das barreiras enfrentadas para a formulação e implementação da inovação, bem como descrição das condições, ações, normas ou oportunidades consideradas fundamentais para o sucesso da iniciativa inovadora.

Os critérios acima apresentados também podem contribuir para a identificação do valor público da inovação. É importante mencionar que os critérios de avaliação de práticas inovadoras – inovação; resultados e/ ou impactos; utilização eficiente de recursos; parcerias; participação dos beneficiários; mecanismos de transparência e controle social; grau de replicabilidade; e, grau de sustentabilidade – originalmente adotados pela Enap (2017) por meio do seu concurso anual de inovação no setor público foram adaptados para fins de gestão de projetos ou práticas de ISP por haver o entendimento de que esses critérios são pertinentes para análise e aplicação no setor público.

Fonte:

- Emmendoerfer, Magnus Luiz Inovação e empreendedorismo no setor público / Magnus Luiz Emmendoerfer. - Brasília: Enap, 2019. 9 p.: il.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	39	39	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Robbins e Judge (2020), existem diferentes barreiras aos processos de comunicação, sendo elas: filtragem, percepção seletiva, linguagem, sobrecarga de informações, emoções, silêncio, mentiras e medo da comunicação. Com base nessas barreiras, tem-se a seguinte gabarito da questão:

I. Ao receber uma demanda urgente para lavrar uma ata durante uma reunião, Dulce ignorou trechos importantes da fala de alguns gestores por já supor que se tratava de “reclamações rotineiras” que ela ouve com frequência, sem considerar o conteúdo real das mensagens. Barreira: Percepção Seletiva. Dulce interpreta a mensagem com base em suas crenças e experiências prévias, desconsiderando partes relevantes. A percepção seletiva ocorre quando o receptor escolhe o que ouvir ou perceber, filtrando inconscientemente a informação com base em expectativas, interesses ou experiências.

II. Durante o período de fechamento do semestre, Dulce foi designada a elaborar relatórios orçamentários, atender ligações externas, protocolar processos administrativos e organizar dados estatísticos, tudo ao mesmo tempo. Com isso, ela perdeu prazos importantes e esqueceu de registrar parte das informações solicitadas. Barreira: Sobrecarga de Informação. A sobrecarga de informação ocorre quando o indivíduo recebe mais dados ou demandas do que consegue processar de forma eficaz, levando a falhas na comunicação, atrasos e esquecimentos — exatamente o que ocorreu com Dulce.

III. Em um processo de redação de um parecer, Dulce decidiu omitir parte dos riscos apontados por um setor técnico, acreditando que isso poderia gerar resistência por parte da chefia, a quem pretendia agradar. Barreira: Filtragem. A filtragem acontece quando a informação é distorcida ou alterada antes de chegar ao receptor, muitas vezes para atender interesses pessoais, evitar conflitos ou impressionar superiores. Dulce omitiu informações propositalmente, o que caracteriza claramente essa barreira.

IV. Ao redigir um ofício comunicando aos setores o novo procedimento de requisição de material, Dulce estava emocionalmente abalada por conflitos pessoais e, sem perceber, usou linguagem ríspida e ambígua, o que gerou interpretações equivocadas entre os colegas. Barreira: Emoções. As emoções influenciam diretamente a forma como uma mensagem é transmitida ou recebida. Quando o emissor está emocionalmente abalado, pode se expressar de maneira inadequada, comprometendo a clareza da comunicação — o que foi o caso de Dulce.

Neste sentido, com base nas explicações apresentadas, a questão se configura da seguinte maneira: I. Percepção seletiva. II. Sobrecarga de informação. III. Filtragem. IV. Emoções.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	40	40	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A sequência está correta em”, a alternativa “A) V, F, V.” foi adequadamente indicada como correta.

1ª Afirmativa: “A clareza, simplicidade e padronização são pilares fundamentais em oposição aos rebuscamentos e expressões idiomáticas.” Na Redação Oficial, os princípios básicos são: clareza, concisão, impessoalidade, formalidade e padronização. Isso significa que o texto deve ser direto, simples e acessível, evitando:

Linguagem rebuscada (palavras difíceis ou literárias);

Expressões idiomáticas, gírias ou regionalismos.

O objetivo é garantir compreensão por qualquer cidadão e uniformidade nos atos administrativos. Logo, a afirmativa está correta.

2ª Afirmativa: “Quanto à linguagem empregada, deve haver impessoalidade, objetividade e concisão, além de ser admitido o uso da primeira pessoa do singular em despachos e pareceres, evidenciando-se a opinião direta do agente público.” É verdade que a Redação Oficial exige impessoalidade, objetividade e concisão, mas a parte final está incorreta. Não se admite o uso da primeira pessoa do singular (“eu”), mesmo em pareceres ou despachos. A Redação Oficial é sempre impessoal; quando há manifestação do agente, usa-se a forma na terceira pessoa ou estruturas impessoais, como: “Este parecer conclui que...”; “Entende-se que...”; “Sugere-se que...” O agente não se coloca diretamente no texto. Portanto, a afirmativa é falsa porque viola o princípio da impessoalidade, um dos pilares da Redação Oficial.

3ª Afirmativa: “No documento denominado relatório, a exposição deve ser clara, cronológica e analítica, podendo conter conclusões e recomendações; sua estrutura básica compreende introdução, desenvolvimento e fechamento.” Essa descrição corresponde exatamente à estrutura e finalidade de um relatório segundo o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR):

O relatório é um documento que informa e analisa fatos ou atividades realizadas;

Deve ser claro, objetivo e cronológico;

Pode conter conclusões e recomendações;

Estrutura típica: introdução, desenvolvimento e conclusão (fechamento).

Portanto, essa afirmativa está correta.

Fonte:

- BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República.

Cargo: Oficial de Manutenção/Carpinteiro

BRANCA
20

Recurso Procedente. Anula-se a questão. (Atualizado em 10/12/2025)

A questão solicita que seja indicada a probabilidade de que APENAS uma lâmpada apresente defeitos. Diante disso a resolução correta seria:

$$P(X = 1) = \binom{4}{1} (0,2)(0,8)^3 = 4 \cdot 0,2 \cdot 0,512 = 0,4096 = 40,96\%$$

Entretanto, a porcentagem correta não é indicada em nenhuma das alternativas.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A sequência segue a seguinte ordem:

Vermelha, Verde, Amarela, Azul, Rosa, Branca → 6 bandeirinhas, depois repete a sequência

Vamos dividir o total de bandeirinhas pela sequência que ela se repete.

$$\begin{array}{r} 627 \overline{)6} \\ -6 \quad 104 \\ \hline 027 \\ -24 \\ \hline 3 \end{array}$$

Com o resto é 3, indica que a última bandeirinha está na terceira posição, ou seja:

Vermelha, Verde, Amarela, Azul, Branca, Rosa

Fontes:

- IANNINI, Marcela A. "Problemas de Lógica e Matemática: Sequências e Padrões". Editora Scipione. 2015
- TAHAN, Malba. "Desafios Lógicos e Matemáticos". Editora José Olympio. 2014.
- SCHIRO, Michael S. "Lógica e Raciocínio Matemático: Uma Abordagem Intuitiva". Editora Novo Século. 2017.

BRANCA
20

Recurso Procedente. Anula-se a questão. *(Atualizado em 10/12/2025)*

A questão solicita que seja indicada a probabilidade de que APENAS uma lâmpada apresente defeitos. Diante disso a resolução correta seria:

$$P(X = 1) = \binom{4}{1} (0,2)(0,8)^3 = 4 \cdot 0,2 \cdot 0,512 = 0,4096 = 40,96\%$$

Entretanto, a porcentagem correta não é indicada em nenhuma das alternativas.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A sequência segue a seguinte ordem:

Vermelha, Verde, Amarela, Azul, Rosa, Branca → 6 bandeirinhas, depois repete a sequência

Vamos dividir o total de bandeirinhas pela sequência que ela se repete.

$$\begin{array}{r} 627 \overline{) 6} \\ -6 \quad 104 \\ \hline 027 \\ -24 \\ \hline 3 \end{array}$$

Com o resto é 3, indica que a última bandeirinha está na terceira posição, ou seja:

Vermelha, Verde, Amarela, Azul, Branca, Rosa

Fontes:

- IANNINI, Marcela A. "Problemas de Lógica e Matemática: Sequências e Padrões". Editora Scipione. 2015
- TAHAN, Malba. "Desafios Lógicos e Matemáticos". Editora José Olympio. 2014.
- SCHIRO, Michael S. "Lógica e Raciocínio Matemático: Uma Abordagem Intuitiva". Editora Novo Século. 2017.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento é improcedente, segue resolução abaixo:

4 Mulheres 12,5%

x Mulheres 100%

$$12,5x = 400$$

$$x = 400/12,5$$

x = 32 mulheres trabalham presencialmente.

M_T = Pessoalmente + Home Office

$$M_T = 32 + 7 = 39$$

3 Homens 7,5%

x Homens 100%

$$7,5x = 300$$

$$x = 300/7,5$$

x = 40 Homens trabalham presencialmente.

H_T = Pessoalmente + Home Office

$$H_T = 40 + 4 = 44$$

Total de Funcionários do setor = Total de homens + Total de mulheres

$$T_F = H_T + M_T$$

$$T_F = 44 + 39$$

$$T_F = 83$$

Porcentagem do total de mulheres:

$$P_M = \frac{M_T}{T_F}$$

$$P_M = \frac{39}{83}$$

$$P_M = 0,4698 \approx 0,47 \rightarrow 47\%$$

Fontes:

- NETO, Osvaldo G. "Matemática: Fundamentos e Aplicações". Editora Contexto. 2019.
- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- SILVA, João Pedro. "Matemática para Ensino Médio: Fundamentos e Práticas". Editora Saraiva. 2015.

BRANCA
20

Recurso Procedente. Anula-se a questão. (Atualizado em 10/12/2025)

A questão solicita que seja indicada a probabilidade de que APENAS uma lâmpada apresente defeitos. Diante disso a resolução correta seria:

$$P(X = 1) = \binom{4}{1} (0,2)(0,8)^3 = 4 \cdot 0,2 \cdot 0,512 = 0,4096 = 40,96\%$$

Entretanto, a porcentagem correta não é indicada em nenhuma das alternativas.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Inteligência Artificial se encaixa em múltiplos cenários, com os mais diversos usos, e tem feito parte do cotidiano das pessoas. Desde o atendimento de lojas online até a realização de correções de processos automatizados, seus benefícios na otimização do tempo de trabalho são inegáveis. Porém, a discussão se acirra quando as IAs adentram o meio da arte e cultura, justamente por conta do seu caráter inovador e, muitas vezes, questionável pelo público. Esse panorama evidencia as produções nesse sentido, como exemplificado no texto pelo alcance da banda e reiterado na questão norteadora do enunciado, enquanto o despertar da discussão sobre a verdade nas produções artísticas. Como legítima expressão humana, espera-se da atividade total entrega dos produtores. Todavia, principalmente com as mudanças no cenário social, a arte também pode se integrar à tecnologia, como mais uma aliada à busca pela expressividade do artista. Logo, a alternativa "D" se apresenta como correta, pela interpretação textual e das alternativas, uma vez que, nesse sentido, o debate sobre a legitimidade das produções artísticas com IA se dá, pois, o seu uso é novo nas produções artísticas, o que causa entranhamento e resistência, apesar de contarem com a idealização humana para induzir seus processos criativos, fator responsável por causar identificação para que o público possa aderir aos projetos. Em sentido semelhante, pode-se imaginar a tecnologia como limitante, mas uma abordagem não exclui a outra, logo, não torna os artistas mais antigos defasados, nem precisa despertar desinteresse em outras formas de produção. No mesmo sentido, não é preciso invalidar aqueles que usam dos recursos tecnológicos em razão da uma "justiça" aos demais produtores artísticos, uma vez que, como livre expressão, esse é um espaço que pode contar com diversas possibilidades.

Fontes:

- ACADEMIA BRASILEIRA DE ARTE. IA nas artes e as discussões sobre seu uso. ABRA, 2025. Disponível em: <https://abra.com.br/artigos/ia-nas-artes-e-as-discussoes-sobre-seu-uso>. Acesso em: 03 out. 2025.
- CROFFI, Flávio. Como a banda The Velvet Sundown, criada por IA, conquistou o Spotify. Nerdizmo. 09 jul 2025. Disponível em: <https://nerdizmo.ig.com.br/como-a-banda-the-velvet-sundown-criada-por-ia-conquistou-o-spotify/>. Acesso em: 09 jul 2025.
- G1. The Velvet Sundown, banda gerada por IA, alcança 1 milhão de ouvintes e se destaca em São Paulo. G1 Pop e Arte. 09 jul 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2025/07/09/the-velvet-sundown-banda-gerada-por-ia-alcanca-1-milhao-de-ouvintes-e-se-destaca-em-sao-paulo.ghml>. Acesso em: 09 jul 2025.

Oficial de Manutenção/Serralheiro

BRANCA
20

Recurso Procedente. Anula-se a questão. (Atualizado em 10/12/2025)

A questão solicita que seja indicada a probabilidade de que APENAS uma lâmpada apresente defeitos. Diante disso a resolução correta seria:

$$P(X = 1) = \binom{4}{1} (0,2)(0,8)^3 = 4 \cdot 0,2 \cdot 0,512 = 0,4096 = 40,96\%$$

Entretanto, a porcentagem correta não é indicada em nenhuma das alternativas.

Cargo: Operador de Teleatendimento

BRANCA	VERDE
01	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao fazer a leitura do texto, é possível notar que o personagem estava em um momento de lazer com as pessoas que estava viajando; falando alto, rindo, curtindo os momentos. No entanto, ao entrar no hotel em que estava hospedado e iniciar uma conversa com uma senhora habitante daquele lugar, ele se sente completamente satisfeito e confortável com o ambiente, com vontade de permanecer morando ali. Apenas a alternativa C retrata corretamente tal fato "Cria uma narrativa com vivências de um cotidiano comum, proporcionando, em seu decorrer, diferentes sensações ao personagem." As demais alternativas estão incorretas, pois não se trata de uma narrativa cômica, ou seja, visando provocar o riso (conforme cita a alternativa A); também não se trata de um texto descritivo, em outros termos, não apresenta características pormenorizadas - especificadas (tal como cita na letra B); e, ainda, cabe mencionar que a crônica geralmente utiliza linguagem informal e coloquial, pois deve ser feita para ser acessível, clara e descontraída durante a leitura (contrariando a alternativa D). Portanto, apenas a alternativa C está correta.

BRANCA	VERDE
04	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão "ora... ora" indica alternância (escolha) entre duas coisas, como em "ora faz sol, ora faz chuva". Considerando tal explicação, a questão em comento solicita que seja assinalada a opção de resposta que denota sentido ao termo destacado "ora / ora". Dessa forma, conforme dispõe na obra "Nova Gramática do Português Contemporâneo", que é uma referência clássica que descreve detalhadamente as conjunções coordenativas alternativas, de Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra, a única alternativa correta é a letra B, pois: o estilo "ora é ligeiramente arrebicado" - enfeitado e "ora denotam que elas são encantadoras de simplicidade" - com naturalidade. Portanto, apenas a alternativa B é correta.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Luis Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed., 2. impressão. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

BRANCA	VERDE
11	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segue resolução abaixo:

Equipe de atendimento: 7 médicos e 11 enfermeiros

Representantes da equipe: 5 pessoas

Probabilidade de se ter mais médicos do que enfermeiros

Todas as possibilidades possíveis:

$$P(A) = \frac{n(A)}{n(\Omega)}$$

$$P(A) = \frac{18}{5} \cdot \frac{17}{4} \cdot \frac{16}{3} \cdot \frac{15}{2} \cdot \frac{14}{1}$$

$$P(A) = 8.568$$

Probabilidade de escolher 3 médicos e 2 enfermeiros

$$P = \frac{n(A_M)}{n(\Omega_M)} \cdot \frac{n(A_E)}{n(\Omega_E)}$$

$$P = \frac{(7 \cdot 6 \cdot 5)}{(3 \cdot 2 \cdot 1)} \cdot \frac{(11 \cdot 10)}{(2 \cdot 1)}$$

$$P = 35 \cdot 55$$

$$P = 1925$$

Probabilidade de escolher 4 médicos e 1 enfermeiro

$$P = \frac{n(A_M) \cdot n(A_E)}{n(\Omega_M) \cdot n(\Omega_E)}$$

$$P = \frac{(7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4) \cdot 11}{(4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1) \cdot 1}$$

$$P = 35 \cdot 11$$

$$P = 385$$

Probabilidade de escolher 5 médicos e 0 enfermeiro

$$P = \frac{n(A_M)}{n(\Omega_M)}$$

$$P = \frac{7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3}{5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1}$$

$$P = 21$$

Somando todos os casos prováveis

$$1925 + 385 + 21 = 2331$$

Calculando a probabilidade

$$P = \frac{\text{Casos prováveis}}{\text{Total de casos}}$$

$$P = \frac{2331}{8568}$$

$$P \approx 0,272$$

Fontes:

- SHIRYAYEV, A. N. "Probabilidade: Teoria e Aplicações". Editora Springer. 2015.
- FREUND, John E. WALPOLE, Ronald E. "Probabilidade e Estatística com Aplicações". Editora Pearson. 2017.
- DEVORE, Jay L. "Probabilidade e Estatística para Engenharia e Ciências". Editora Cengage. 2020.

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segue resolução abaixo:

A → 20 documentos - cada lote

B → 14 documentos - cada lote

$$\text{Razão desejada} \rightarrow \frac{x_A}{y_B} = \frac{2}{5}$$

Vamos considerar x e y o número de lotes necessários para se chegar à proporção.

$$\frac{20x}{14y} = \frac{2}{5}$$

$$20x \cdot 5 = 14y \cdot 2$$

$$100x = 28y$$

$$25x = 7y$$

Os menores valores que satisfazem a equação são:

$$x = 7$$

$$y = 25$$

Sendo assim, a soma da menor quantidade de lotes para se chegar a proporção desejada é $7 + 25 = 32$

Fontes:

- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- NETO, Osvaldo G. "Matemática: Fundamentos e Aplicações". Editora Contexto. 2019.
- SILVA, João Pedro. "Matemática para o Ensino Médio: Fundamentos e Práticas". Editora Saraiva. 2015.

BRANCA	VERDE
15	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento é improcedente, segue resolução abaixo:

Dias	Equipe	Área
10	7	5 km ²
x	6	9 km ²
	Inversamente proporcional	Diretamente proporcional

$$\frac{10}{x} = \frac{6 \cdot 5}{7 \cdot 9}$$

$$\frac{10}{x} = \frac{10}{21}$$

$$x = 21$$

$$10x = 210$$

$$x = 21 \text{ dias}$$

A equipe levará 21 dias.

Fontes:

- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- NETO, Osvaldo G. "Matemática: Fundamentos e Aplicações". Editora Contexto. 2019.
- SILVA, João Pedro. "Matemática para o Ensino Médio: Fundamentos e Práticas". Editora Saraiva. 2015.

BRANCA	VERDE
16	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A sequência segue a seguinte ordem:

Vermelha, Verde, Amarela, Azul, Rosa, Branca → 6 bandeirinhas, depois repete a sequência

Vamos dividir o total de bandeirinhas pela sequência que ela se repete.

$$\begin{array}{r} 627 \overline{) 6} \\ -6 \quad 104 \\ \hline 027 \\ -24 \\ \hline 3 \end{array}$$

Com o resto é 3, indica que a última bandeirinha está na terceira posição, ou seja:
Vermelha, Verde, Amarela, Azul, Branca, Rosa

Fontes:

- IANNINI, Marcela A. "Problemas de Lógica e Matemática: Sequências e Padrões". Editora Scipione. 2015
- TAHAN, Malba. "Desafios Lógicos e Matemáticos". Editora José Olympio. 2014.
- SCHIRO, Michael S. "Lógica e Raciocínio Matemático: Uma Abordagem Intuitiva". Editora Novo Século. 2017.

BRANCA	VERDE
18	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento é improcedente, segue resolução abaixo:

4 Mulheres 12,5%

x Mulheres 100%

$$12,5x = 400$$

$$x = 400/12,5$$

x = 32 mulheres trabalham presencialmente.

M_T = Pessoalmente + Home Office

$$M_T = 32 + 7 = 39$$

3 Homens 7,5%

x Homens 100%

$$7,5x = 300$$

$$x = 300/7,5$$

x = 40 Homens trabalham presencialmente.

H_T = Pessoalmente + Home Office

$$H_T = 40 + 4 = 44$$

Total de Funcionários do setor = Total de homens + Total de mulheres

$$T_F = H_T + M_T$$

$$T_F = 44 + 39$$

$$T_F = 83$$

Porcentagem do total de mulheres:

$$P_M = \frac{M_T}{T_F}$$

$$P_M = \frac{39}{83}$$

$$P_M = 0,4698 \approx 0,47 \rightarrow 47\%$$

Fontes:

- NETO, Osvaldo G. "Matemática: Fundamentos e Aplicações". Editora Contexto. 2019.
- OLIVEIRA, Célia S. "Matemática: Conteúdo e Metodologia". Editora Ática. 2009.
- SILVA, João Pedro. "Matemática para Ensino Médio: Fundamentos e Práticas". Editora Saraiva. 2015.

BRANCA	VERDE
20	12

Recurso Procedente. Anula-se a questão. (Atualizado em 10/12/2025)

A questão solicita que seja indicada a probabilidade de que APENAS uma lâmpada apresente defeitos. Diante disso a resolução correta seria:

$$P(X = 1) = \binom{4}{1} (0,2)(0,8)^3 = 4 \cdot 0,2 \cdot 0,512 = 0,4096 = 40,96\%$$

Entretanto, a porcentagem correta não é indicada em nenhuma das alternativas.

BRANCA	VERDE
23	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Inteligência Artificial se encaixa em múltiplos cenários, com os mais diversos usos, e tem feito parte do cotidiano das pessoas. Desde o atendimento de lojas online até a realização de correções de processos automatizados, seus benefícios na otimização do tempo de trabalho são inegáveis. Porém, a discussão se acirra quando as IAs adentram o meio da arte e cultura, justamente por conta do seu caráter inovador e, muitas vezes, questionável pelo público. Esse panorama evidencia as produções nesse sentido, como exemplificado no texto pelo alcance da banda e reiterado na questão norteadora do enunciado, enquanto o despertar da discussão sobre a verdade nas produções artísticas. Como legítima expressão humana, espera-se da atividade total entrega dos produtores. Todavia, principalmente com as mudanças no cenário social, a arte também pode se integrar à tecnologia, como mais uma aliada à busca pela expressividade do artista. Logo, a alternativa "D" se apresenta como correta, pela interpretação textual e das alternativas, uma vez que, nesse sentido, o debate sobre a legitimidade das produções artísticas com IA se dá, pois, o seu uso é novo nas produções artísticas, o que causa entranhamento e resistência, apesar de contarem com a idealização humana para induzir seus processos criativos, fator responsável por causar identificação para que o público possa aderir aos projetos. Em sentido semelhante, pode-se imaginar a tecnologia como limitante, mas uma abordagem não exclui a outra, logo, não torna os artistas mais antigos defasados, nem precisa despertar desinteresse em outras formas de produção. No mesmo sentido, não é preciso invalidar aqueles que usam dos recursos tecnológicos em razão da uma “justiça” aos demais produtores artísticos, uma vez que, como livre expressão, esse é um espaço que pode contar com diversas possibilidades.

Fontes:

- ACADEMIA BRASILEIRA DE ARTE. IA nas artes e as discussões sobre seu uso. ABRA, 2025. Disponível em: <https://abra.com.br/artigos/ia-nas-artes-e-as-discussoes-sobre-seu-uso>. Acesso em: 03 out. 2025.
- CROFFI, Flávio. Como a banda The Velvet Sundown, criada por IA, conquistou o Spotify. Nerdizmo. 09 jul 2025. Disponível em: <https://nerdizmo.ig.com.br/como-a-banda-the-velvet-sundown-criada-por-ia-conquistou-o-spotify/>. Acesso em: 09 jul 2025.
- G1. The Velvet Sundown, banda gerada por IA, alcança 1 milhão de ouvintes e se destaca em São Paulo. G1 Pop e Arte. 09 jul 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2025/07/09/the-velvet-sundown-banda-gerada-por-ia-alcanca-1-milhao-de-ouvintes-e-se-destaca-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 09 jul 2025.

BRANCA	VERDE
01	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No edital constava o item 48: "Tribunais de Contas e suas atribuições. Jurisprudência e Súmulas". Assim, não há nenhum vício ao se exigir os entendimentos sumulados do TCE/MG. Além disso, o item III é falso por contrariar o teor da Súmula 124 do TCE/MG. Salienta-se que a Súmula 110 do TCE/MG, invocada nos recursos, não corresponde à redação citada no recurso (Eis a redação verdadeira da Súmula 110: "Os órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios deverão possuir escrituração contábil regularmente assentada nos livros Razão e Diário, observados os princípios e normas contábeis pertinentes aos registros dos atos e fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, bem como mantê-los permanentemente arquivados na respectiva sede, sob pena de responsabilização"). O item II, por sua vez, é verdadeiro, por ser o teor da Súmula 122 do TCE/MG.

Fonte:

- Súmula 122 e 124 do TCE/MG.

BRANCA	VERDE
02	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema 660 mencionado no recurso não possui nenhuma relação com a matéria. No tocante ao item I, a opção é correta, eis que representa a decisão do STF no Tema 1190. Já o item III é verdadeiro, representando a decisão do STF no Tema 1032.

Fonte:

- Tema 1190 e Tema 1032 do STF

BRANCA	VERDE
03	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre os temas: 15 Terceiro setor e parcerias com a Administração Pública. Lei nº 13.019/2014. Lei nº 9.790/1999. Lei nº 9.637/1998. Não há ambiguidade em nenhuma das alternativas. As questões são claras e objetivas. Em relação ao item "C", trata-se do teor do artigo 2º, inciso VII, da Lei 13.019/2014. Em relação à opção "A", é o teor do artigo 2º, inciso I, "c", da Lei 13.019/2014. Por fim, quanto à última opção questionada, é o teor do artigo 52 da Lei 13.019/2014.

Fonte:

- artigo 52 da Lei 13.019/2014; artigo 2º, inciso VII, da Lei 13.019/2014; artigo 2º, inciso I, "c", da Lei 13.019/2014

BRANCA	VERDE
04	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre os temas: 26 Licitações, contratos administrativos e convênios. Fundamento Constitucional. Conceito e modalidades. Sistema de Registro de Preços. O regime de licitações e alterações. Dispensa e inexigibilidade. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Pregão. Contratos administrativos: conceito, características e regime jurídico. Invalidação. Principais espécies de contratos administrativos. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos. Penalidades administrativas. Instrumentos auxiliares das contratações públicas. Contratos de repasse. Convênios, acordos de cooperação técnica, protocolo de intenções e termo de execução descentralizada. Contratos de direito privado da Administração Pública. A conformação do poder de compra do estado pela sustentabilidade: a necessidade de contratações sustentáveis e a função regulatória das licitações. Lei nº 14.133/2021

A questão não cobrou conhecimento da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021. Essa IN trata da participação de pessoas físicas em editais e contratações diretas (não se referindo especificamente ao PMI). Outrossim, não há nenhuma ambiguidade no item I. A situação narrada claramente se refere ao Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), nos termos do artigo 81 da Lei de Licitações: "Art. 81. A Administração poderá solicitar à iniciativa privada, mediante procedimento aberto de manifestação de interesse a ser iniciado com a publicação de edital de chamamento público, a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, na forma de regulamento". Cabe acrescentar ainda que a questão expressamente solicitava "os procedimentos auxiliares de licitação", o que evidentemente já exclui a possibilidade de consulta e diálogo competitivo. Por fim, o artigo 81 da Lei 14.133/2021 não exclui a participação de pessoas físicas, fazendo menção somente à "iniciativa privada".

Fonte:

- artigo 81 da Lei de Licitações

BRANCA	VERDE
05	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De fato o STJ valida a fundamentação *per relationem*, conforme Súmula 674 (a alternativa é falsa por indicar que isso é vedado).

Fonte:

- Súmula 674 do STJ

BRANCA	VERDE
06	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exigiu do candidato o conhecimento da norma constitucional expressa sobre o recurso cabível em caso de condenação por crime político proferida por juiz federal de primeira instância, conforme previsão da Constituição Federal de 1988.

O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa A, que aponta o recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal como o instrumento adequado, o que está de acordo com o disposto no art. 102, II, "b", da Constituição Federal, segundo o qual: "Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso ordinário: b) os habeas corpus, os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão; e os crimes políticos."

O texto constitucional é claro ao atribuir ao STF a competência para julgamento, por recurso ordinário, dos crimes políticos. A previsão não está no art. 105, II, da CF/88 (que trata da competência do STJ), mas sim no art. 102, II, "b", o qual inclui expressamente os crimes políticos entre as hipóteses de recurso ordinário ao Supremo.

Quando a condenação por crime político ocorre na primeira instância da Justiça Federal, como consta no enunciado, a Constituição Federal expressamente prevê a competência recursal do STF, por meio de recurso ordinário constitucional, dispensando a interposição de apelação ao TRF ou qualquer juízo intermediário.

A Constituição atribui competência originária e recursal específica ao Supremo Tribunal Federal, tratando-se de hipótese de cabimento excepcional e diretamente estabelecida no texto constitucional. O recurso ordinário em matéria de crime político é previsto em cláusula expressa e deve ser interpretado restritivamente, conforme o art. 102, II, "b".

As demais alternativas foram corretamente consideradas incorretas, pois não refletem a previsão constitucional:

a) A alternativa B trata de competência do STJ (art. 105, II), mas o crime político é de competência do STF, nos termos do art. 102, II, "b";

b) A alternativa C (recurso extraordinário) não se aplica, pois não se trata de matéria constitucional genérica, mas de previsão específica;

c) A alternativa D (apelação ao TRF) é afastada porque a Constituição estabelece foro recursal diretamente no STF, afastando a incidência do procedimento comum recursal previsto no Código de Processo Penal.

BRANCA	VERDE
07	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige o conhecimento da delegação de competências do Presidente da República ao Advogado-Geral da União, conforme os limites fixados pelo art. 84, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988. O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa D, e os recursos pleiteiam sua substituição pela alternativa B, sob o argumento de que o item IV (concessão de indulto e comutação de penas) seria indelegável por seu caráter político. No entanto, os recursos devem ser improvidos, pois o gabarito preliminar está correto, em conformidade com a leitura literal da Constituição Federal, com a doutrina constitucional majoritária e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O parágrafo único do art. 84 da CF/88 prevê, de forma expressa, que o Presidente da República poderá delegar aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV (primeira parte). Portanto, são delegáveis:

a) a competência para dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, desde que não implique aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, VI, "a");

b) a competência para extinguir funções ou cargos públicos vagos (art. 84, VI, "b");

c) a concessão de indulto e comutação de penas (art. 84, XII);

d) e o provimento e desprovimento de cargos públicos federais, conforme a primeira parte do art. 84, XXV.

Com base nessas regras, é correto afirmar que o item II é compatível com o art. 84, VI, "b", pois trata da extinção de cargos efetivos vagos, o que é delegável. O item III também é delegável, nos termos do art. 84, VI, "a", uma vez que se refere à organização interna de secretaria especial sem aumento de despesa.

Em relação ao item IV, embora alguns recorrentes sustentem que o indulto e a comutação de penas constituem atos de caráter essencialmente político e, por isso, indelegáveis, essa posição não prevalece na interpretação normativa e doutrinária dominante. A Constituição expressamente autoriza a delegação dessa atribuição no art. 84, parágrafo único, sem qualquer ressalva quanto ao seu conteúdo político ou discricionário. Como destaca Pedro Lenza, a Constituição trata expressamente da possibilidade de delegação do indulto, desde que observados os limites estabelecidos pelo próprio Presidente no decreto de delegação, não havendo vedação doutrinária ou jurisprudencial consolidada quanto a essa prerrogativa. Trata-se de matéria de natureza jurídico-normativa, e não de juízo político exclusivo.

O argumento de que o indulto seria "pessoalíssimo" não encontra respaldo normativo quando a própria Constituição admite sua delegação. O STF, em reiteradas decisões, reconhece o caráter discricionário do indulto, mas jamais

declarou sua indelegabilidade. Trata-se, portanto, de um entendimento minoritário ou interpretativo que não prevalece frente à literalidade constitucional, sobretudo em questão objetiva de concurso público.

Por fim, o item I está incorreto, pois a iniciativa de projeto de lei que extingue Ministérios configura competência privativa e indelegável do Presidente da República, sendo função de natureza legislativa primária. A delegação por decreto se restringe a atos administrativos de organização interna, não abrangendo atos de iniciativa legislativa formal.

Dessa forma, a alternativa D (II, III e IV) é correta, pois contempla apenas os atos expressamente delegáveis nos termos do art. 84, parágrafo único, da CF/88, sendo improcedentes os pedidos de alteração ou anulação da questão.

- Fontes:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 84, VI, XII, XXV e parágrafo único.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 27. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023.

STF – Informativos e jurisprudência sobre competências delegáveis do Chefe do Executivo.

BRANCA	VERDE
08	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata da hipótese em que um estatuto estadual editado em 2010 passa a se mostrar materialmente incompatível com Emenda Constitucional promulgada em 2023, que restringe direitos funcionais anteriormente assegurados aos servidores. Discute-se, portanto, qual o instrumento de controle concentrado de constitucionalidade adequado para a solução dessa incompatibilidade à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa C, que aponta a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) como o meio apropriado para o controle de normas infraconstitucionais anteriores ao novo parâmetro constitucional. Essa resposta deve ser mantida, pois encontra pleno respaldo na doutrina e na jurisprudência constitucional.

O cabimento da ADPF, previsto no art. 102, §1º, da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 9.882/1999, decorre da sua natureza subsidiária e abrangente, aplicável às hipóteses em que atos normativos ou leis editados antes da Constituição ou de sua alteração tornam-se incompatíveis com o novo texto constitucional. O art. 1º, parágrafo único, inciso I, da referida lei, estabelece expressamente que a ADPF pode ser utilizada quando houver “relevante controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição”. Assim, a arguição é cabível tanto para normas pré-constitucionais quanto para aquelas editadas sob a égide da Constituição, mas anteriores a uma emenda que altere substancialmente o parâmetro de controle.

A jurisprudência do STF reforça esse entendimento. Em decisão monocrática na ADPF 127, o Ministro Teori Zavascki reconheceu que a ADPF é o instrumento adequado para questionar a compatibilidade de normas pretéritas com o novo texto constitucional. Do mesmo modo, em casos de incompatibilidade superveniente entre norma infraconstitucional e emenda constitucional, o STF tem afastado o cabimento da ADI, reconhecendo que o exame deve se dar pela via da ADPF, por ser o único meio eficaz e adequado ao controle de normas anteriores ao novo parâmetro constitucional.

Os recorrentes sustentam que a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) seria o instrumento cabível, argumentando que o conflito descrito representaria hipótese de “inconstitucionalidade superveniente”. Todavia, o STF não admite a figura da inconstitucionalidade superveniente, pois a validade da norma deve ser apreciada conforme o texto constitucional vigente à época de sua edição. Quando uma lei, antes compatível, passa a ser contrária à Constituição em razão de uma emenda posterior, não se declara sua inconstitucionalidade, mas sim sua revogação por incompatibilidade material. Por essa razão, a ADI não é o meio processual adequado, pois não há vício de origem ou de validade formal da norma, mas mera perda superveniente de compatibilidade.

A alegação de que a ADI seria cabível também ignora o princípio da subsidiariedade da ADPF, previsto no art. 4º, §1º, da Lei nº 9.882/1999. A ADPF somente não será admitida quando houver outro meio eficaz de sanar a lesividade. No caso em análise, a ADI não se mostra eficaz, justamente porque não se trata de questionar norma contrária à

Constituição vigente no momento da sua edição, mas sim de resolver um conflito posterior de paradigmas constitucionais. A ADPF, portanto, é o único meio adequado e eficaz, sendo o instrumento próprio para o controle concentrado em hipóteses dessa natureza.

Quanto às demais alternativas, a letra B, que trata da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, é incorreta porque não há omissão normativa a ser suprida, e sim um conflito material entre normas vigentes. Já a letra D, que prevê o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, também está errada, pois o controle de constitucionalidade de leis estaduais em face da Constituição Federal é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme art. 102, I, “a”, da Constituição.

Assim, a alternativa C é a única que reflete o entendimento consolidado do STF sobre o tema. A ADPF é o instrumento cabível para o controle concentrado de normas infraconstitucionais anteriores à Constituição ou às suas emendas, quando há relevante controvérsia sobre a compatibilidade material com o novo parâmetro constitucional. Conforme ensina Pedro Lenza, a ADPF exerce papel essencial na preservação da supremacia da Constituição, funcionando como instrumento residual e abrangente, destinado a evitar ou reparar lesão a preceitos fundamentais, inclusive quando o ato questionado foi editado sob a vigência de texto constitucional anterior.

Dessa forma, o gabarito deve ser mantido, sendo improcedentes os recursos interpostos.

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 102, §1º.
- Lei nº 9.882/1999, art. 1º, parágrafo único, inciso I, e art. 4º, §1º.
- STF, ADPF 127, Rel. Min. Teori Zavascki, DJE 28/02/2014.
- LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 27. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023.

BRANCA	VERDE
10	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão impugnada versa sobre matéria expressamente prevista na Lei Orgânica do Município de Uberlândia, cujo conteúdo está incluído no edital do certame. A argumentação recursal sustenta, de um lado, que a cobrança seria indevida por ter sido inserida na prova de Direito Constitucional, e, de outro, que o gabarito oficial estaria equivocado ao apontar como correta a alternativa que trata do Código de Obras. Ambos os fundamentos não merecem acolhida. No tocante à alegada afronta à vinculação ao edital, verifica-se que a Lei Orgânica do Município consta expressamente do conteúdo programático do concurso, não havendo restrição quanto à sua abordagem interdisciplinar. É comum e juridicamente aceitável, sobretudo em concursos públicos de natureza técnica e jurídica, que normas de organização local sejam abordadas em mais de uma disciplina, especialmente quando tangenciam temas de natureza constitucional, como organização dos poderes locais, competência legislativa e iniciativa de emendas à lei orgânica. A estrutura do edital e a distribuição do conteúdo entre disciplinas não impõem vedação à banca examinadora quanto à formulação de questões que envolvam interfaces entre áreas temáticas. A eventual duplicidade de enfoque não configura afronta à legalidade ou à isonomia entre os candidatos, desde que o conteúdo esteja previsto no edital, como se dá no caso.

Quanto ao mérito da questão, a alternativa considerada correta (letra A) reflete o conteúdo literal do art. 31, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Uberlândia, que expressamente classifica o Código de Obras como matéria sujeita à edição por meio de lei complementar. A norma é clara ao afirmar: “Consideram-se matérias de lei complementar: (...) II – o código de obras”. Não há, portanto, margem para interpretação distinta ou para alegação de erro material. A alternativa A é objetiva e respaldada diretamente pelo texto legal, sem ambiguidade.

A alternativa C, que os recorrentes defendem como correta, está em dissonância com o disposto no art. 218 da mesma Lei Orgânica. Ao contrário do que alegam os recorrentes, o dispositivo estabelece que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) deve ser criado por lei complementar, e não por lei ordinária, como afirma a alternativa impugnada. Trata-se de erro material evidente, suficiente para a exclusão da assertiva como opção correta. A literalidade do art. 218 é inequívoca: “Fica o Município autorizado a criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA, que deverá ser institucionalizado por lei complementar...”.

As demais alternativas também se mostram tecnicamente incorretas. A letra B atribui ao Procurador-Geral do Município a iniciativa de emenda à Lei Orgânica, o que não encontra qualquer amparo no art. 21 da LOMU, que limita a iniciativa a um terço dos membros da Câmara, ao Prefeito Municipal e a cinco por cento do eleitorado. A letra D incorre em erro ao afirmar que a criação de cargos na estrutura da Câmara depende da sanção do Prefeito, contrariando o art. 12, inciso IV, da LOMU, que atribui essa competência de forma privativa ao Poder Legislativo municipal.

Diante da análise normativa precisa e da literalidade dos dispositivos legais, não há qualquer razão jurídica para alteração do gabarito preliminar. A alternativa A é a única correta entre as opções apresentadas. O conteúdo está previsto no edital e foi corretamente explorado na prova.

Assim, os recursos devem ser indeferidos, mantendo-se inalterado o gabarito originalmente divulgado.

BRANCA	VERDE
11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o instituto da remessa necessária nas ações propostas contra a Fazenda Pública, exigindo do candidato o conhecimento das hipóteses de cabimento e de suas características, conforme o Código de Processo Civil (art. 496), a Lei nº 12.153/2009 (Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública) e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O enunciado descreve situação em que a ação foi proposta no Juizado Especial da Fazenda Pública, com condenação de R\$ 30.000,00 e ausência de recurso voluntário. Nessa hipótese, aplica-se de forma direta a Lei nº 12.153/2009, que regula os Juizados Especiais da Fazenda Pública. O art. 11 da referida lei é expresso ao dispor que: “Não haverá reexame necessário das sentenças proferidas no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.”

Portanto, dentro da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública — que alcança causas de até 60 salários mínimos —, é vedada a remessa necessária, independentemente do valor da condenação ou da ausência de recurso voluntário da Fazenda. Essa é a orientação consolidada do Superior Tribunal de Justiça, conforme precedentes reiterados, entre eles o REsp 1.101.727/PR e o AgInt no REsp 1.937.802/SP, que afirmam ser inaplicável o reexame necessário às causas processadas sob o rito da Lei nº 12.153/2009.

As alegações recursais de que o valor de R\$ 30.000,00 ultrapassaria o limite de alçada e, portanto, deslocaria a competência para o juízo comum, não se sustentam diante da literalidade do enunciado, que expressamente indica que a ação foi proposta e julgada no Juizado Especial da Fazenda Pública. Logo, não cabe presumir deslocamento de competência nem aplicar as regras do CPC, pois o caso é expressamente regido pela lei especial, que prevalece sobre a norma geral processual.

A alternativa B, defendida pelos recorrentes como correta, incorre em erro conceitual ao afirmar a obrigatoriedade da remessa necessária nas condenações contra a Fazenda Pública mesmo no âmbito dos Juizados, o que contraria frontalmente a disposição do art. 11 da Lei nº 12.153/2009 e a jurisprudência pacífica do STJ, que tem reiteradamente decidido que “não cabe reexame necessário nas causas decididas no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública” (AgInt no REsp 1.726.260/GO, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 23/06/2020).

A alternativa D, por sua vez, é a única assertiva que apresenta conteúdo correto e compatível com a legislação e a jurisprudência vigentes, uma vez que descreve a característica da devolutividade ampla da remessa necessária quando ela for cabível, permitindo o reexame integral da matéria pelo tribunal, inclusive dos pontos não impugnados voluntariamente, sem ocorrência de preclusão. O enunciado da questão exige o conhecimento desse conceito geral, e não a verificação de seu cabimento específico no caso concreto, razão pela qual a alternativa está adequada ao comando da questão.

Dessa forma, não há vício, ambiguidade ou erro material que justifique a anulação da questão. A alternativa D deve ser mantida como correta, por estar em conformidade com a jurisprudência do STJ e com a sistemática prevista no CPC.

BRANCA	VERDE
12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça estabelece que, nas ações de indenização por danos morais decorrentes da veiculação de conteúdo jornalístico, especialmente em meios digitais e redes sociais, é competente o foro do domicílio da vítima, por se tratar do local onde os efeitos do ato ilícito se materializam. Esse entendimento está consolidado no julgamento do REsp 2.032.427/SP, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 27/04/2023 (Informativo 774/STJ), e aplica-se integralmente ao caso narrado.

Embora o ato de gravação tenha ocorrido presencialmente em outra localidade, o fato gerador do dever de indenizar é a divulgação não autorizada do conteúdo em site de grande alcance, com repercussão nacional, e não a captação das imagens em si. A gravação ilícita é apenas um antecedente fático, ao passo que o dano moral decorre da ampla exposição da imagem do autor sem seu consentimento. Assim, o domicílio da vítima é o local onde o prejuízo se consuma, razão pela qual se justifica a fixação da competência nesse foro.

As alternativas B e C devem ser descartadas porque se prendem a critérios formais desvinculados da jurisprudência consolidada sobre o tema. O foro da sede da empresa (B) ou o local da gravação (C) não são considerados pela jurisprudência como competentes prioritários nesses casos, pois a ofensa à honra e à imagem nas redes e meios digitais transcende os limites geográficos desses locais e repercute diretamente onde reside o ofendido.

A alternativa D está manifestamente incorreta. A Justiça brasileira tem competência para julgar ações contra empresas estrangeiras com filial ou agência no Brasil, nos termos do art. 21, II, do Código de Processo Civil, não havendo qualquer hipótese de incompetência absoluta internacional na situação descrita.

A alegação de que o foro do local do fato poderia ser também considerado correto, com base no art. 53, IV, "a", do CPC/2015, não se sustenta à luz da aplicação sistemática da norma processual e da evolução jurisprudencial. O art. 53, IV, "a" pode, em tese, indicar a possibilidade do foro do local do fato como competente, mas esse critério tem sido relativizado pelo STJ nos casos de lesões de natureza difusa ou virtual, como aquelas que ocorrem por meio de redes sociais ou imprensa digital. O dano atinge de forma mais intensa o local em que reside a vítima, e é esse o critério preponderante fixado pela jurisprudência recente.

Não se verifica, portanto, a existência de mais de uma alternativa correta, tampouco ambiguidade no enunciado ou na resposta esperada. A alternativa A reflete com precisão a jurisprudência atual, sendo a única correta.

BRANCA	VERDE
13	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra D, pois reflete com precisão a possibilidade legal de fixação dos honorários advocatícios por equidade nos casos de pedidos indenizatórios por danos morais decorrentes da violação de direitos da personalidade, como imagem, honra e vida privada.

Nos termos do art. 85, §8º, do CPC/2015, o juiz pode fixar honorários por equidade nos casos em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório. Esse é o caso típico das demandas de indenização por danos morais, cuja quantificação é subjetiva e envolve critérios valorativos do julgador, ainda que haja pedido expresso de valor determinado.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme ao reconhecer essa possibilidade. No AgInt no REsp 1.854.487/DF (2024), o Tribunal reafirmou que a natureza inestimável do bem jurídico tutelado – no caso, a imagem – justifica a adoção do critério equitativo para a fixação da verba honorária.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 85, §17, do CPC, é assegurado o pagamento de honorários de sucumbência mesmo ao advogado que atue em causa própria, não havendo qualquer vedação quanto a isso.

A alternativa B está incorreta. O CPC/2015 veda expressamente a compensação de honorários sucumbenciais, nos termos do art. 85, §14, mesmo nos casos de sucumbência recíproca.

A alternativa C também está equivocada. A condenação em valor inferior ao pedido em ação de indenização por dano moral não configura automaticamente sucumbência recíproca, conforme já sedimentado pela Súmula 326 do STJ, segundo a qual: *“Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca.”* Ademais, o REsp 1.837.386/SP (2022) reforça que o valor pedido na inicial funciona apenas como referência para arbitramento judicial, não servindo como critério de decaimento que imponha honorários à parte autora.

BRANCA	VERDE
14	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre dispositivos do Código de Ética e Disciplina da OAB, matéria que guarda pertinência direta com o exercício do cargo de procurador do município, que exige inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e atuação pautada nos princípios da ética profissional. Ainda que o edital não cite expressamente o Código de Ética da OAB, é plenamente justificável a exigência de conhecimentos relacionados à atuação jurídica responsável e compatível com os preceitos da advocacia pública, o que inclui noções fundamentais de deontologia profissional.

Quanto à correção do gabarito, não há vício. A alternativa D está correta ao indicar como verdadeiras as afirmativas III e IV. A afirmativa III está de acordo com o artigo 59 do Código de Ética, que prevê o prazo de 15 dias para apresentação da defesa prévia no processo disciplinar, conforme disposto também no artigo 73, §2º, do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94). A afirmativa IV encontra amparo no artigo 48, §5º, do mesmo Código, que dispõe expressamente sobre a vedação à redução dos honorários contratados em razão da solução do litígio por meio extrajudicial, salvo previsão contratual específica, o que não foi mencionado no enunciado, tornando correta a assertiva nos termos propostos.

As alegações de erro material na afirmativa IV, sustentadas com base em leitura parcial ou equivocada do dispositivo normativo, não se sustentam diante da literalidade da regra. O §5º do artigo 48 não autoriza a redução livre dos honorários, mas sim recomenda que, se houver possibilidade de redução, isso conste expressamente em contrato. A questão afirma que é vedada, em qualquer hipótese, a redução, e esse entendimento está em consonância com a interpretação teleológica da norma, que visa proteger o advogado contra prejuízo não acordado.

Dessa forma, não se identifica ambiguidade, múltiplas respostas possíveis ou extrapolação indevida do conteúdo programático. A matéria exigida é compatível com as atribuições do cargo e encontra respaldo normativo claro.

BRANCA	VERDE
15	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta hipótese em que o juiz de primeiro grau, ao julgar ação coletiva, nega seguimento à apelação interposta contra sentença de improcedência fundamentada em súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, arquivando os autos sem remetê-los ao tribunal competente.

O candidato interpõe recurso sustentando que o meio processual adequado para impugnar a decisão seria o agravo de instrumento ou, subsidiariamente, o mandado de segurança, alegando que a negativa de seguimento viola o disposto no art. 1.010, §3º, do Código de Processo Civil, pois a análise da admissibilidade da apelação compete ao tribunal e não ao juiz de primeiro grau.

Contudo, a argumentação não merece acolhida.

Embora seja correto afirmar que a negativa de seguimento à apelação, por parte do juiz de origem, não encontra respaldo no CPC de 2015, a conduta caracteriza indevida usurpação da competência do tribunal e configura hipótese expressa de cabimento de reclamação, nos termos do art. 988, inciso I, do Código de Processo Civil.

A reclamação é o meio processual adequado para preservar a competência do tribunal quando ato de instância inferior impede seu exercício, como no caso de negativa indevida de remessa da apelação ao órgão competente. A jurisprudência reconhece essa medida como adequada quando há violação direta à competência recursal da instância superior.

Não cabe agravo de instrumento contra essa decisão, pois tal hipótese não está entre aquelas expressamente previstas pelo art. 1.015 do CPC. Tampouco se mostra adequado o mandado de segurança, já que existe via própria apta a impugnar o ato judicial, não se caracterizando situação de manifesta ilegalidade que justifique sua utilização.

Dessa forma, a alternativa A (Reclamação) deve ser mantida como correta, por ser a via processual adequada à impugnação do ato judicial descrito.

BRANCA	VERDE
16	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige do candidato o domínio dos remédios constitucionais do mandado de segurança, habeas data e mandado de injunção, conforme a Constituição Federal, as legislações específicas (Lei nº 12.016/2009 e Lei nº 9.507/1997), o Código de Processo Civil de 2015 e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa considerada correta, letra A, afirma que o habeas data não se revela meio idôneo para se obter vista de processo administrativo. Essa assertiva está em absoluta conformidade com o entendimento consolidado dos tribunais superiores. A jurisprudência do STF e do STJ, inclusive com base no julgamento do HD 90/DF e na Súmula 2 do STJ, confirma que o habeas data se destina exclusivamente ao acesso e à retificação de dados pessoais constantes de bancos de dados públicos, não sendo substitutivo de ação para obtenção de vista de processo administrativo.

A alternativa B, invocada pelos recorrentes, está equivocada. Embora pretenda reproduzir o conteúdo do art. 5º, II, da Lei nº 12.016/2009, incorre em erro técnico relevante ao afirmar que o mandado de segurança não é cabível em face de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito devolutivo. A redação correta da norma legal veda o mandado de segurança contra decisão da qual caiba recurso com efeito suspensivo. A diferença entre os dois efeitos processuais é juridicamente relevante e não pode ser desconsiderada. A troca de terminologia, ainda que aparentemente sutil, compromete a correção da alternativa, tornando-a incompatível com o conteúdo normativo exigido pelo enunciado.

As alternativas C e D também apresentam proposições incorretas. O mandado de injunção é cabível exclusivamente em casos de ausência de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direitos constitucionais. A existência de controvérsia sobre a aplicação ou efetividade de legislação já existente não justifica a impetração dessa ação. Quanto à autoridade coatora no mandado de segurança, deve ser aquela que detenha competência para rever ou corrigir o ato impugnado, conforme reiteradamente decidido pelo STJ, sendo irrelevante a assinatura formal do ato por agente sem competência revisional.

Não há qualquer vício de múltiplas assertivas corretas, tampouco erro material ou ambiguidade que comprometa a clareza da questão. A alternativa A reflete com precisão o entendimento jurisprudencial dominante e é a única correta entre as apresentadas.

BRANCA	VERDE
17	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa correta é a da alternativa “A”, conforme exposto no gabarito preliminar divulgado, pois, não obstante não poder ser remunerado por meio de Taxa, vedação exposta no Tema 44 do Supremo Tribunal Federal – STF, os Municípios podem instituir outro tributo para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública, qual seja, a Contribuição para o serviço de iluminação pública (COSIP), logo, a assertiva está em consonância com o entendimento do STF, conforme Recurso Extraordinário 573.675, que reconhece a natureza tributária da COSIP: “Tributo de caráter sui generis, que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte”.

A afirmativa “C” está incorreta, pois contraria a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Tema 261 sobre a cobrança de taxa de ocupação do solo e do espaço aéreo por poste de transmissão de energia elétrica: “É inconstitucional a cobrança de taxa, espécie tributária, pelo uso de espaços públicos dos municípios por concessionárias prestadoras do serviço público de fornecimento de energia elétrica.”

Da mesma forma, a afirmativa “D” está incorreta, pois contraria a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Tema 217: “É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.”

Fonte:

- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tema 44. Constitucionalidade da instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública. Leading Case Recurso Extraordinário 573675. Relator Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, DF: 27 ago. 2010. Disponível em: . Acesso em: 11 jul. 2025.

BRANCA	VERDE
18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão estava inserida no Bloco III que exigiu do candidato conhecimentos específicos do cargo na área de Direito Tributário, Financeiro e Orçamentário, Ambiental e Urbanístico, tratando, em especial, da execução fiscal, espécie de processo judicial tributário, conforme previsto no Edital. Assim, o comando da questão determinava ao candidato que assinalasse a sequência CORRETA das afirmativas sobre a cobrança administrativa e judicial de créditos inscritos em dívida ativa, atribuição que compete à Procuradoria-Geral do Município.

A afirmativa que “O ajuizamento da execução fiscal dependerá de prévia tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa. A tentativa de conciliação pode ser satisfeita pela existência de lei geral de parcelamento ou oferecimento de algum tipo de vantagem na via administrativa, como redução ou extinção de juros ou multas, ou oportunidade concreta de transação na qual o executado, em tese, se enquadre. A notificação do executado para pagamento antes do ajuizamento da execução fiscal configura adoção de solução administrativa. Presume-se cumprida prévia adoção das providências referidas quando estiver prevista em ato normativo do ente exequente” é verdadeira pois em consonância com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Tema 1184: “O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida” e com o §1º do art. 2º da Resolução CNJ nº 547, de 22 de fevereiro de 2024: “§ 1º A tentativa de conciliação pode ser satisfeita, exemplificativamente, pela existência de lei geral de parcelamento ou oferecimento de algum tipo de vantagem na via administrativa, como redução ou extinção de juros ou multas, ou oportunidade concreta de transação na qual o executado, em tese, se enquadre.”

A afirmativa que “O ajuizamento da execução fiscal dependerá de prévio protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. Pode ser dispensada a exigência do protesto nas hipóteses, sem prejuízo de outras, conforme análise do juiz no caso concreto, de comunicação da inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres; ou de inclusão do crédito inscrito em dívida ativa no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin)” é verdadeira, pois em consonância com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Tema 1184: “O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida” e com os incisos I e IV do art. 3º da Resolução CNJ nº 547, de 22 de fevereiro de 2024: “Pode ser dispensada a exigência do protesto nas seguintes hipóteses, sem prejuízo de outras, conforme análise do juiz no caso concreto: I – comunicação da inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres; (...) IV – a inclusão do crédito inscrito em dívida ativa no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) de que trata a Lei nº 10.522/2002”. Ao contrário do afirmado em razões recursais, os Municípios podem, mediante convenio, inscrever seus débitos no CADIN: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/municipios-podem-usar-o-cadin-para-fazer-cobrancas-e-aumentar-arrecadacao>.

A afirmativa que “Ajuizada a execução fiscal, não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei nº 6.830/1980. O prazo de um ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto nos §§ 1º e 2º do referido dispositivo tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido. Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de um ano de suspensão, se inicia automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo), findo o qual o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição

intercorrente e decretá-la de imediato” é verdadeira, pois em consonância com a tese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do o Tema Repetitivo 566 do STJ: “O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução.”

A afirmativa que “Ajuizada a execução fiscal, a Fazenda Pública Municipal pode substituir a Certidão de Dívida Ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução. É admitido o redirecionamento da execução fiscal contra o espólio quando o falecimento do contribuinte ocorrer depois de ele ter sido devidamente citado” é verdadeira, pois em consonância com a “a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que possui o entendimento pacífico de que o redirecionamento da Execução contra o espólio só é admitido quando o falecimento do contribuinte ocorrer depois de ele ter sido devidamente citado nos autos da Execução Fiscal” (Recurso Especial nº 1.862.606/SC).

Logo, a sequência correta é a da alternativa “A” (V, V, V, V), única resposta correta, conforme exposto no gabarito preliminar divulgado.

O acórdão dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário 1.355.208/SC somente foi publicado em 29/09/2025, menos de 30 dias antes da data de realização das provas, assim, não foi considerado para elaboração da questão, conforme item 5.3.6.1 do Edital.

Quanto a alegação de suposta ausência de conteúdo programático, é preciso destacar que o tema abordado nas afirmativas estava previsto no conteúdo programático do edital, exigindo especialmente do candidato conhecimentos sobre a execução fiscal, espécie de processo judicial tributário, conforme expressamente previsto no Edital.

Fonte:

- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tema 1184. Extinção de execução fiscal de baixo valor, por falta de interesse de agir, haja vista modificação legislativa posterior ao julgamento do RE 591.033 (Tema 109), que incluiu as certidões de dívida ativa entre os títulos sujeitos a protesto (Lei 12.767/2012), e a desproporção dos custos de prosseguimento da ação judicial. Leading Case Recurso Extraordinário 1355208. Relatora Ministra CARMEN LÚCIA. Brasília, DF: 06 dez. 2021. Disponível em: . Acesso em: 06 jul. 2025.

BRANCA	VERDE
19	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa incorreta é a da alternativa “D”, conforme exposto no gabarito preliminar divulgado, pois contraria a tese firmada no julgamento do Tema Repetitivo 1113 do Superior Tribunal de Justiça – STJ: “o Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente”. Todas as demais afirmativas estão corretas.

Ao analisar as razões recursais, percebe-se que se pretende seja alterado o gabarito para a alternativa “B”, sob a alegação de que tal resposta seria a correta, ou anulação da questão por suposta falta de uma resposta correta.

Ao contrário do alegado em sede recursal, a afirmativa “B” está correta, pois em consonância com o enunciado da Súmula nº 110 do STF: “O imposto de transmissão inter vivos não incide sobre a construção, ou parte dela, realizada pelo adquirente, mas sobre o que tiver sido construído ao tempo da alienação do terreno”. A alteração da palavra “alienação” por “incorporação” não altera a correção da afirmativa, pois a assertiva não reproduz a redação da súmula, mas realiza sua aplicação ao contexto da incorporação imobiliária.

Ainda, foi sustentado em recurso que a assertiva “D” também estaria correta, sob o argumento de que “o Município pode sim estabelecer valores de referência específicos para apuração” e que “o uso de valores de referência é vedado apenas quando utilizado de forma unilateral e automática, sem o devido processo administrativo”. Todavia, conforme já afirmado, tal entendimento contraria a tese firmada no julgamento do Tema Repetitivo 1113 do Superior Tribunal de Justiça – STJ. Veja-se o seguinte excerto do voto do Relator Ministro Gurgel de Faria no Leading Case Recurso Especial REsp 1937821/SP: “Em verdade, ao fixar a base de cálculo com lastro em valor de referência previamente estabelecido, o fisco busca, de fato, realizar o lançamento de ofício do imposto, o qual, todavia, está indevidamente

amparado em critérios que foram por ele escolhidos unilateralmente e que apenas revelariam um valor médio de mercado, de cunho meramente estimativo, visto que despreza as peculiaridades do imóvel e da transação que foram quantificadas na declaração prestada pelo contribuinte, que, como cediço, presume-se de boa-fé. . Além disso, a adoção desse valor de referência como primeiro parâmetro para a fixação da base de cálculo do ITBI, com a inversão do ônus da prova ao contribuinte para demonstrar o contrário, subverte o procedimento instituído no art. 148 do CTN, pois, a toda evidência, resulta em arbitramento da base de cálculo sem prévio juízo quanto à fidedignidade da declaração do sujeito passivo”.

Fonte:

- BRASIL. Superior Tribunal Justiça. Tema Repetitivo 1113. Leading Case Recurso Especial REsp 1937821/SP. Relator Ministro Gurgel de Faria. Brasília, DF: 03 mar. 2022.

BRANCA	VERDE
20	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa correta é a da alternativa “B”, conforme exposto no gabarito preliminar divulgado, visto que é “ilegítimo o município ocupante para cobrar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU nos territórios indevidamente incorporados”, conforme tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Tema 400: “A exigência da realização de plebiscito, conforme se determina no § 4º do art. 18 da Constituição da República, não foi afastada pelo art. 96, inserido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República pela Emenda Constitucional n. 57/2008, sendo ilegítimo o município ocupante para cobrar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU nos territórios indevidamente incorporados”. Todas as demais afirmativas estão incorretas.

Ao analisar as razões recursais, percebe-se que se pretende anulação da questão por suposta ausência de conteúdo programático ou por suposta existência de mais de uma resposta correta, sob a alegação de que alternativas “A” e “D” também estariam corretas,

Quanto a alegação de suposta ausência de conteúdo programático, é preciso destacar que o desmembramento e incorporação de território dos municípios foi apenas o plano de fundo da questão, sendo certo que o enunciando expôs o descumprimento do preceito conceitual constitucional aplicável. O tema abordado nas afirmativas estava previsto no conteúdo programático do edital, exigindo especialmente do candidato conhecimentos sobre o aspecto espacial do IPTU e sobre a ação de consignação em pagamento, espécie de processo judicial tributário, conforme expressamente previsto no Edital. Assim, a questão buscou avaliar conhecimentos e habilidades que vão além de meras informações memorizadas, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

Ao contrário do alegado em sede recursal, a assertiva “D” está incorreta, pois contraria o disposto no §2º do art. 164 do Código Tributário Nacional – CTN, visto que a afirmativa foi que o pagamento se reputa efetuado quando “proposta a ação de consignação”, sendo certo que o texto legal estabelece que o pagamento se reputa efetuado quando “julgada procedente a consignação”.

Ainda, a assertiva “A” é incorreta, pois afirma que a legitimidade ativa do tributo no caso hipotético é do Município Alfa, contrariando, conforme já afirmado, a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Tema 400 de que é “ilegítimo o município ocupante para cobrar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU nos territórios indevidamente incorporados”. Importante destacar que o enunciado da questão deixou claro que não houve consulta prévia, mediante plebiscito, conforme determina o § 4º, do art. 18, da Constituição da República.

Fonte:

- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tema 400. Legitimidade ativa para cobrar IPTU referente à área de município em que se controverte acerca da observância do artigo 18, § 4º, da Constituição Federal no processo de desmembramento. Leading Case Recurso Extraordinário 1171699. Relatora Ministra Cármen Lúcia. Brasília, DF: 18 dez. 2019. Disponível em: Acesso em: 11 jul. 2025.

BRANCA	VERDE
21	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa que “O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) se inicia no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação, embora já constituído o crédito tributário desde o momento no qual houve o envio do carnê para o endereço do contribuinte” é verdadeira, pois em consonância com a tese fixada no julgamento do Tema Repetitivo 980 do Superior Tribunal de Justiça: “O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação” e o Enunciado da Súmula nº 397 do STJ: “O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço”. Veja-se o seguinte excerto do voto do relator do acórdão do Recurso Especial Repetitivo nº 1.658.517: “No caso, por se tratar de lançamento de ofício, o prazo prescricional de cinco anos para que a Fazenda Pública realize a cobrança judicial de seu crédito tributário (art. 174, caput do CTN), começa a fluir somente após o vencimento do prazo estabelecido pela lei local para o vencimento da exação (pagamento voluntário pelo contribuinte), não dispondo a Fazenda Pública, até o vencimento estipulado, de pretensão executória legítima para ajuizar execução fiscal objetivando a cobrança judicial do crédito do IPTU, embora já constituído o crédito desde o momento no qual houve o envio do carnê para o endereço do contribuinte.”

A afirmativa que “A inscrição em dívida ativa suspende a prescrição do crédito tributário, para todos os efeitos de direito, por cento e oitenta dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo” é falsa, pois contraria a jurisprudência do STJ, visto que a suspensão mencionada está prevista no § 3º do art. 2º da Lei 6.830/80, lei ordinária, sendo inaplicável aos créditos tributários, para os quais a prescrição é regulada por lei complementar por força da disposição constitucional do art. 146, inciso III, alínea “b”.

A afirmativa que “Pedido de parcelamento fiscal, salvo se indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito. O parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu” é falsa, pois contraria o Enunciado da Súmula 653 do STJ: “O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito”.

A afirmativa que “Salvo condição estabelecida em lei específica, o prazo da prescrição interrompido pela confissão e parcelamento da dívida fiscal recomeça a fluir no dia em que o devedor deixa de cumprir o acordo celebrado” é verdadeira, em consonância com a jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça – STJ, reproduzindo o Enunciado da Súmula nº 248 do extinto Tribunal Federal de Recursos, com a ressalva que havendo condição estabelecida em lei específica, como no caso de programa de parcelamento denominado REFIS, o prazo prescricional para a cobrança do crédito tributário volta a correr apenas no momento em que o contribuinte é formalmente excluído do programa, e não no momento anterior, em que se torna inadimplente.

Fonte:

- BRASIL. Superior Tribunal Justiça. Tema Repetitivo 980. Leading Case Recursos Especiais REsp 1658517/PA e REsp 1641011/PA. Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília, DF: 21 nov. 2018. Disponível em: . Acesso em: 06 jul. 2025.

BRANCA	VERDE
22	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa correta é a da alternativa “A”, conforme exposto no gabarito preliminar divulgado, pois em consonância com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Tema 816: “É inconstitucional a incidência do ISS a que se refere o subitem 14.05 da Lista anexa à LC nº 116/03 se o objeto é destinado à industrialização ou à comercialização”, estando o serviço de condicionamento constante do referido subitem 14.05. Ao contrário do alegado em sede recursal, não “houve uma expansão indevida da tese fixada no tema 816 de repercussão geral”, mas sua correta aplicação. Veja-se o seguinte excerto do voto do relator do acórdão do Leading

Case RE 882461: “Em suma, se o bem retorna à circulação ou à nova industrialização após a industrialização por encomenda, tal processo industrial representa apenas uma fase do ciclo econômico da encomendante, não estando, portanto, a industrialização por encomenda sujeita ao ISS. Aplicando essa compreensão, verifica-se que igualmente não podem ficar sujeitas ao ISS, quando aplicadas em objetos destinados à circulação ou à industrialização, as atividades de restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres (subitem 14.05).

Todas as demais afirmativas estão incorretas. Veja-se:

A assertiva “B” está incorreta, pois ao afirmar que é “inconstitucional” a incidência do ISSQN sobre a prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais prevista em legislação municipal contraria a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Tema 688: “É constitucional a incidência do ISS sobre a prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais, devidamente previstos em legislação tributária municipal”

A assertiva “C” está incorreta, pois ao afirmar que é “constitucional” lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa do ISSQN em bases anuais na forma estabelecida pelo Decreto-Lei nº 406/1968 contraria a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Tema 918: “É inconstitucional lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa em bases anuais na forma estabelecida por lei nacional.”

A assertiva “D” está incorreta, pois ao afirmar que disposição normativa que estabelece obrigatoriedade de cadastro, em órgão da administração municipal, de prestador de serviços não estabelecido no território do município e imposição ao tomador da retenção do ISSQN, quando descumprida a obrigação acessória, é “compatível” com a Constituição contraria a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Tema 1020: “É incompatível com a Constituição Federal disposição normativa a prever a obrigatoriedade de cadastro, em órgão da Administração municipal, de prestador de serviços não estabelecido no território do Município e imposição ao tomador da retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS quando descumprida a obrigação acessória.”

Fonte:

- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tema 816. a) Incidência do ISSQN em operação de industrialização por encomenda, realizada em materiais fornecidos pelo contratante, quando referida operação configura etapa intermediária do ciclo produtivo de mercadoria. b) Limites para a fixação da multa fiscal moratória, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório. Leading Case Recurso Extraordinário 882461. Relator Ministro Dias Toffoli. Brasília, DF: 30 abr. 2025. Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2025.

BRANCA	VERDE
23	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 1.326.178 (Tema 1156 da Repercussão Geral, DJe 04/06/2025), firmou entendimento vinculante no sentido de que “é inconstitucional — por violar o art. 100, §§ 2º e 8º, da Constituição Federal — o pagamento parcial de valores de natureza alimentícia pertencentes a credores superpreferenciais por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), se o montante devido ultrapassar o limite legalmente fixado para essa modalidade”.

O STF expressamente afastou a possibilidade de fracionamento de créditos superpreferenciais para pagamento parcial via RPV, ainda que o valor correspondente à parcela superpreferencial seja equivalente ao triplo do limite de RPV. A Corte destacou que os créditos superpreferenciais devem ser pagos mediante precatório, admitindo-se o regime de RPV apenas quando o valor total do crédito se enquadrar dentro do limite legal.

Desse modo, a alternativa A está incorreta, pois defende justamente a possibilidade de fracionamento parcial do crédito para pagamento em parte por RPV e em parte por precatório, o que foi expressamente vedado pela tese firmada no Tema 1.156.

Ademais, registre-se que a referência feita ao Tema 1045 do STF é inadequada, uma vez que tal tema versa sobre domínio da União em terras da Ilha de São Luís (MA) e não possui qualquer relação com o regime de precatórios ou com créditos superpreferenciais.

No que se refere à alternativa D, esta igualmente não merece acolhida, haja vista que a interpretação sustentada no recurso não se coaduna com o entendimento firmado pelo STF. Como explanado alhures, o Supremo deixou expresso que o fracionamento é vedado quando o crédito total ultrapassar o limite de RPV, sendo possível o pagamento pela via das requisições de pequeno valor somente se o crédito integral — e não apenas a parcela superpreferencial — se enquadrar dentro desse limite. Assim, a expressão “até o valor equivalente ao triplo fixado em lei” não cria uma autorização para pagamento parcial via RPV, mas apenas define o teto da preferência a ser observada dentro do regime de precatórios.

Dessa forma, a decisão do juízo que determinou o fracionamento do crédito superpreferencial não encontra amparo na jurisprudência do STF, e o pedido da Procuradoria do Município, para que o pagamento se dê integralmente pelo regime de precatórios, está em consonância com o entendimento consolidado.

BRANCA	VERDE
24	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão delimitou expressamente que a resposta deveria ser dada “com base na Lei de Responsabilidade Fiscal”, o que restringe o campo de análise ao texto da Lei Complementar n.º 101/2000, afastando a utilização de outros diplomas normativos – como emendas constitucionais, leis complementares distintas ou normas excepcionais – que não integram o regime jurídico permanente estabelecido pela LRF. Assim, dispositivos como a EC 105/2019, a LC 172/2020 e a EC 106/2020 não podem ser considerados na interpretação da questão, sob pena de extrapolar o comando do enunciado.

Dessa forma, resta examinar apenas a hipótese de calamidade pública prevista no art. 65 da própria LRF, invocada pelos recorrentes como possível exceção à regra do art. 25, § 2º.

Todavia, a leitura sistemática do dispositivo revela que o art. 65 não altera a vedação expressa de desvio de finalidade dos recursos transferidos. O referido artigo trata de situação excepcional de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional ou pelas Assembleias Legislativas, e estabelece apenas a suspensão de prazos e o afastamento de certos limites e condições fiscais (como metas de resultado, limitação de empenho e restrições a operações de crédito ou garantias), sem qualquer menção à flexibilização da destinação dos recursos recebidos.

Embora o § 1º, I, “d”, incluído pela LC 173/2020, dispense limites e condições para o recebimento de transferências voluntárias, a norma não revoga nem excepciona o § 2º do art. 25 da LRF, que veda expressamente o uso dos recursos em finalidade diversa da pactuada. Trata-se de permissivo apenas quanto à celebração e execução do repasse, não quanto à aplicação dos valores transferidos.

BRANCA	VERDE
26	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata de licenciamento ambiental, tema expressamente previsto no conteúdo programático do edital, que indica a Resolução CONAMA nº 237/1997 como referência normativa do procedimento administrativo de licenciamento ambiental. A Resolução CONAMA nº 237/1997 - norma em vigor muito antes da publicação do edital - já disciplina de forma completa e suficiente o procedimento de licenciamento ambiental no Brasil, estabelecendo as três fases clássicas do licenciamento (licenciamento trifásico): Licença Prévia (LP) - aprova a localização e a concepção do empreendimento, atestando sua viabilidade ambiental; Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações aprovadas; Licença de Operação (LO) - autoriza o início da operação da atividade ou empreendimento, após verificação do cumprimento das condições anteriores. Essas definições constam expressamente nos Arts. 8º, 18 e 10 da Resolução CONAMA nº 237/1997, que foram a base conceitual e normativa da questão. Portanto, o conteúdo exigido na prova não depende, nem faz referência à Lei nº 15.190/2025, sendo plenamente amparado pela Resolução CONAMA nº 237/1997, integrante do edital. A questão hipotética apresentada no enunciado da questão descreve uma situação hipotética de licenciamento municipal e solicita o reconhecimento da etapa necessária para início da operação do empreendimento - o que é conteúdo direto e inequívoco da Resolução CONAMA nº 237/1997. O comando da questão (“Para o começo das operações de armazenamento, é mandatória a obtenção da licença de operação...”) está em perfeita correspondência com o artigo

8º, inciso III, da referida resolução: Art. 8º, III, Resolução CONAMA nº 237/1997: “Licença de Operação (LO) – autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores...”. (Brasil, 1997). Portanto, o conteúdo cobrado está diretamente previsto no programa do edital e não exige o uso da Lei nº 15.190/2025. A lei mencionada apenas reproduz e sistematiza princípios e fases que já constavam na Resolução CONAMA nº 237/1997, razão pela qual o tema não é novo e não há extrapolação do conteúdo programático.

Fontes:

- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- FARIAS, Talden. Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

BRANCA	VERDE
27	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo programático do edital inclui, de forma expressa, o tópico “Norma jurídica: características”. A questão em análise aborda precisamente as características essenciais da norma jurídica, com base em um dos mais reconhecidos teóricos do Direito - Norberto Bobbio, cuja doutrina é amplamente consagrada na teoria geral do direito e constitui uma das principais referências doutrinárias sobre o tema. O edital prevê o estudo da “norma jurídica e suas características”, o que necessariamente inclui a compreensão dos elementos distintivos da norma jurídica em relação a outros tipos de normas (morais, religiosas, sociais). Entre esses elementos, destacam-se, na doutrina clássica e moderna, a bilateralidade, a heteronomia e a coercibilidade - justamente o conteúdo explorado na questão. A questão propõe uma comparação entre: as “diretrizes comunitárias”, de caráter moral ou social (sem coercibilidade), e a lei estatal, dotada de coercibilidade, elemento que distingue as normas jurídicas das demais. Trata-se, portanto, de aplicação direta e objetiva do item “Norma jurídica: características”, previsto no conteúdo programático. A menção a Norberto Bobbio não extrapola o conteúdo programático, mas insere-se no estudo das características da norma jurídica, uma vez que sua doutrina representa referência na Teoria Geral do Direito, adotada nos cursos de graduação, manuais e bibliografia básica da disciplina. O edital não restringe a abordagem do tema a um autor específico, tampouco veda o uso de doutrinas consagradas. Ao contrário, a menção a autores clássicos serve apenas como meio de contextualização teórica, não como ampliação indevida do conteúdo. Assim, é perfeitamente legítima a formulação de questão que, ao tratar das características da norma jurídica, utilize a doutrina de Bobbio como fundamento teórico, já que ele é fonte primária e consolidada sobre o tema, não representando matéria nova ou estranha ao conteúdo do edital.

Fontes:

- BOBBIO, Norberto. *Teoria da Norma Jurídica*. 14. ed. Brasília: Editora da UnB, 2021.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 17. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRANCA	VERDE
29	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo da alternativa de letra “C” está em perfeita consonância com o ordenamento jurídico vigente e com a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, especialmente no STJ. 3ª Turma. REsp 1.927.986-DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 22/06/2021 (Info 702). O caso apresentado envolve a interpretação de um contrato particular de compra e venda de imóvel com cláusula de arrependimento e a qualificação da quantia entregue como arras. Para determinar a afirmativa correta, é crucial analisar o disposto no Código Civil Brasileiro sobre arras e o direito de arrependimento. As arras podem ser classificadas em confirmatórias ou penitenciais: a) arras confirmatórias são aquelas que marcam o início da execução do contrato, confirmando a vontade das partes em prosseguir com o negócio. Em caso de desistência, a parte que as deu perde-as em favor da outra, e a parte que as recebeu deve devolvê-las em dobro. No entanto, a desistência não impede a execução do contrato, e a parte inocente pode pleitear indenização suplementar; b) arras penitenciais são as que preveem o direito de arrependimento, funcionando como uma indenização pré-fixada para o caso de uma das partes desistir do negócio. Se o contrato contiver arras penitenciais, não haverá direito a indenização suplementar, pois as arras já cumprem essa função. No presente caso, o contrato estabelece expressamente uma cláusula autorizando o arrependimento por qualquer das partes no prazo de dez dias, e a quantia de R\$ 80.000,00 foi expressamente qualificada como arras. A presença dessa cláusula de arrependimento é o ponto central para a qualificação das arras. Resolução do Caso: natureza das arras: a existência da cláusula de arrependimento expressa no contrato faz com que as arras entregues por Helena sejam consideradas arras penitenciais. Isso porque a cláusula de arrependimento é justamente a característica que distingue as arras penitenciais das confirmatórias. As arras penitenciais servem para indenizar a parte que sofrer a desistência, e sua função precípua é permitir o desfazimento do contrato mediante o pagamento do valor acordado. Direito de arrependimento: Jorge comunicou formalmente seu arrependimento no oitavo dia, ou seja, dentro do prazo de dez dias estipulado em contrato. Ao exercer o direito de arrependimento previsto em contrato, Jorge age dentro da legalidade contratual. Consequências do arrependimento: conforme o Art. 420 do Código Civil, se no contrato for estipulado o direito de arrependimento para qualquer das partes, as arras ou sinal terão função unicamente indenizatória. Quem as deu perdê-las-á em benefício da outra parte; e quem as recebeu devolvê-las-á em dobro. Ou seja, como Jorge é quem se arrependeu, ele deve devolver as arras em dobro para Helena. Impossibilidade de exigir a outorga da escritura: a alegação de Helena de que o contrato era definitivo e que a quantia deveria ser considerada sinal confirmatório não prospera. A existência da cláusula de arrependimento expressa no contrato invalida essa interpretação. O contrato não era definitivo no sentido de impedir o arrependimento dentro do prazo estipulado. As arras, neste contexto, não são confirmatórias, mas penitenciais, funcionando como uma compensação pelo exercício do direito de arrependimento. Portanto, Helena não pode pleitear a obrigação de outorga da escritura. Tendo em vista menção ao Art. 420, sua regra estabelece que: “Art. 420. Se no contrato for estipulado o direito de arrependimento para qualquer das partes, as arras ou sinal terão função unicamente indenizatória. Neste caso, quem as deu perdê-las-á em benefício da outra parte; e quem as recebeu devolvê-las-á, mais o equivalente. Em ambos os casos não haverá direito a indenização suplementar.” (Brasil, 2002). O dispositivo consagra a figura das arras penitenciais, cuja função é, conforme devida e respeitosamente já mencionado, indenizar a parte contrária em caso de arrependimento, sem necessidade de prova de dano. A expressão “devolvê-las-á, mais o equivalente”, presente no art. 420 do Código Civil, é juridicamente equivalente à expressão “devolver em dobro”, consagrada tanto na doutrina quanto na jurisprudência. Isso porque “devolver mais o equivalente” significa restituir o valor recebido acrescido de outro de igual montante, perfazendo o dobro da quantia originalmente entregue. Ou seja, expressão “devolver mais o equivalente” significa, na prática jurídica e doutrinária, devolver em dobro. Essa interpretação é pacífica na doutrina civilista e reiteradamente adotada pelo STJ, que reconhece equivalência entre as expressões “devolver mais o equivalente” e “devolver em dobro”.

Fontes:

- BRASIL. *Código Civil*. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002.
- TARTUCE, Flávio. *Manual de Direito Civil – Volume Único*. 9. ed. São Paulo: Método, 2024.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: Contratos*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

BRANCA	VERDE
30	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar indica a alternativa D, correspondente às afirmativas II e III como corretas. Diante da análise cuidadosa do enunciado e da legislação aplicável, especialmente da Constituição Federal após as alterações promovidas pela EC nº 103/2019, verifica-se que tal gabarito deve ser integralmente mantido, uma vez que somente os itens II e III encontram respaldo constitucional, enquanto o item I apresenta evidente incorreção.

Inicialmente, observa-se que o item I é incompatível com o texto constitucional ao afirmar que o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) abrange servidores titulares de cargos efetivos e servidores temporários. Tal afirmação é equivocada, pois o art. 40, caput, da Constituição Federal, estabelece de forma expressa que o RPPS é destinado exclusivamente aos servidores titulares de cargos efetivos dos entes federativos. Os servidores temporários, contratados com fundamento no art. 37, IX, da mesma Constituição, não ocupam cargos efetivos e, por esse motivo, submetem-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), entendimento consolidado tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Assim, o item I está claramente incorreto.

Por outro lado, o item II apresenta descrição fiel da disciplina constitucional relativa à aposentadoria por incapacidade permanente no âmbito do RPPS. Nos termos do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, com redação conferida pela EC nº 103/2019, a aposentadoria por incapacidade permanente exige a comprovação de que o servidor é insuscetível de readaptação e deve ser acompanhada de avaliações periódicas, com o objetivo de verificar a persistência das condições que ensejaram a concessão do benefício, cabendo à lei de cada ente federativo regulamentar esses procedimentos. Dessa forma, a assertiva está plenamente de acordo com a legislação constitucional vigente.

No que concerne ao item III, constata-se também a sua conformidade com o ordenamento jurídico. A idade mínima de aposentadoria para os servidores da União — 62 anos para mulheres e 65 anos para homens — está prevista no art. 40, § 1º, III, “a”, da Constituição Federal. Já para os Estados, Distrito Federal e Municípios, a Constituição, após a EC nº 103/2019, permite que a idade mínima seja estabelecida por emenda às Constituições Estaduais e às Leis Orgânicas Municipais, desde que observados o tempo de contribuição e os demais requisitos previstos em lei complementar do respectivo ente federativo. Essa prerrogativa decorre do modelo federativo adotado pela Constituição, que autoriza os entes a instituírem suas próprias normas previdenciárias, respeitados os limites constitucionais gerais. Assim, o item III também está correto.

Diante de todo o exposto, verifica-se que apenas as afirmativas II e III correspondem ao que determina a Constituição Federal, razão pela qual o gabarito preliminar deve ser mantido na alternativa D.

BRANCA	VERDE
31	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Acerca da aposentadoria compulsória de notários e registradores, a assertiva I é nítida em afirmar que se está tratando de concursados, não existindo serventias extrajudiciais “não estatizadas”, como erroneamente afirma a parte recorrente, em razão do disposto no art. 236, § 3º, da Constituição Federal. Acerca do tema, colhe-se da Jurisprudência:

“No bojo da ADIn 2.602, o STF entendeu que os agentes cartorários (notários, tabeliães, oficiais de registro, registradores, escreventes e auxiliares) não são titulares de cargos públicos efetivos, razão pela qual não são aposentados compulsoriamente aos 70/75 anos de idade. Concluiu-se, enfim, que “os serviços de registros públicos, cartorários e notariais são exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público – serviço público não privativo” e que “os notários e os registradores exercem atividade estatal, entretanto não são titulares de cargo público efetivo, tampouco ocupam cargo público”. Já nas ADIn’s 4.639 e 4.641, o STF declarou a inconstitucionalidade de leis estaduais que, respectivamente, criava regime diferenciado de aposentadoria para certos agentes cartorários (Goiás) e que os incluía entre os segurados obrigatórios do RPPS (Santa Catarina). Mais recentemente, decidiu também o STF que “Somente os servidores públicos civis detentores de cargo efetivo (art. 40, CF, na redação dada pela EC 20/98) são vinculados ao regime próprio de previdência social, a excluir os estáveis nos termos do art. 19 do ADCT e os demais servidores admitidos sem concurso público” (RExt 1.426.306, Tema 1.254 RG).” PORTO, Rafael Vasconcelos; ARAUJO,

Gustavo Beirão. Manual de direito previdenciário. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

A respeito das demais assertivas, dispõe a Constituição Federal:

Art. 40, § 4º-A: Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Art. 40, § 4º-C: Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

Art. 40, § 13: Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

"No julgamento do RMS 36.950, o STF entendeu que a regra da aposentadoria compulsória aos 70/75 anos não se aplica ao servidor ocupante exclusivamente de cargo e comissão, visto que este é vinculado ao RGPS e não ao RPPS."

PORTO, Rafael Vasconcelos; ARAUJO, Gustavo Beirão. Manual de direito previdenciário. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRANCA	VERDE
32	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva I está errada, pois não existe princípio da Previdência Social, chamado de “economicidade”.

Com relação aos demais princípios abordados na questão, colhe-se da Doutrina:

"Em virtude da finitude dos recursos orçamentários (reserva do possível), deve-se selecionar as situações mais relevantes (seletividade). Por outro lado, deve-se atender a quem realmente necessita, em escala de prioridade (distributividade). Quando tais princípios são conjugados com o da universalidade, geram, de início, um certo paradoxo, mas é possível conciliar no sentido de perspectiva (universalidade) e realidade atual." PORTO, Rafael Vasconcelos; ARAUJO, Gustavo Beirão. Manual de direito previdenciário. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

"Segundo a doutrina majoritária, o princípio em estudo expressa parcialmente o princípio tributário (genérico) da capacidade contributiva. Com efeito, tendo em vista a já apontada ideia de solidariedade e outros princípios (como o da isonomia) e objetivos fundamentais (tal como “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, consagrado no art. 3º, III) previstos na CRFB, a seguridade social – e mesmo a previdência – não deixa de desempenhar também um papel redistributivo. Neste sentido, anota Balera que “a equidade é a dimensão específica da isonomia no campo do custeio da seguridade social. (...) a equidade no custeio tal como o princípio da capacidade contributiva acabam adjudicando aos tributos ‘uma função política e colocando o critério fiscal sob a influência preponderante de sua repercussão no terreno social, subordinando o seu quantum à capacidade econômica do contribuinte’”.

Fonte:

- PORTO, Rafael Vasconcelos; ARAUJO, Gustavo Beirão. Manual de direito previdenciário. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRANCA	VERDE
34	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra D, pois está rigorosamente alinhada com a legislação aplicável, bem como com o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a responsabilidade da Administração Pública em contratos de terceirização.

A tese fixada pelo STF no Tema 246 da Repercussão Geral (RE 760.931) estabelece que a Administração Pública não responde automaticamente por débitos trabalhistas da empresa prestadora de serviços. Segundo o Supremo, a responsabilidade não é objetiva, não é automática e não decorre apenas da condição de tomador dos serviços. A responsabilização do ente público somente é possível quando demonstrada, no caso concreto, a culpa da Administração, seja por culpa in vigilando (fiscalização insuficiente ou inexistente do contrato), seja por culpa in eligendo (má escolha ou ausência de critérios técnicos na contratação da empresa).

Esse entendimento foi, inclusive, reforçado pelo STF em sede de embargos de declaração no mesmo Tema 246, deixando expresso que a mera inadimplência da terceirizada não transfere automaticamente a responsabilidade para o Poder Público, devendo haver prova concreta da falha de fiscalização.

No mesmo sentido, o Tribunal Superior do Trabalho adequou sua jurisprudência à decisão do STF, reformulando o teor da Súmula 331. O item V da súmula hoje dispõe que a Administração Pública somente pode ser responsabilizada subsidiariamente se comprovada a culpa na fiscalização do contrato administrativo.

Assim, as alternativas A, B e C estão incorretas:

A letra A é equivocada porque a Administração pode, sim, vir a ser responsabilizada, desde que presente culpa, nos termos do Tema 246.

A letra B está errada porque o município não é empregador indireto, nem responde automaticamente.

A letra C contraria completamente a jurisprudência do STF, pois a Administração não responde solidariamente, nem responde "independentemente de fiscalização".

A única alternativa compatível com o entendimento constitucional e jurisprudencial é, portanto, a D, que reflete com exatidão o posicionamento do STF e do TST: a Administração Pública somente responde quando ficar comprovado que falhou no dever de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada.

BRANCA	VERDE
37	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 - artigos 10 a 23. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) Mário foi designado para as funções de fiscal e gestor do mesmo contrato; é vedado a Mário acumular ambas as funções, ainda que na condição de suplente.

Julgamento: Correta. O Decreto estabelece expressamente a vedação para garantir a segregação de funções.

Fundamento: "É vedado ao agente público acumular as funções de fiscal e gestor do mesmo contrato, ainda que na condição de suplente." (Art. 12, § 2º)

B) Determinado licitante prestou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; tal conduta, nos termos dispostos, é considerada como ensejadora da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública no âmbito federal, estadual e municipal.

Julgamento: Incorreta.

A conduta descrita é ensejadora de declaração de inidoneidade.

Art. 141. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Ademais, a sanção de "impedimento de licitar e contratar" pelo Município de Uberlândia possui eficácia restrita ao âmbito do ente federativo que a aplicou (municipal).

Art. 140 - § 6º A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Uberlândia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos a contar da sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

C) João possui vínculo de parentesco por afinidade de terceiro grau com contratado habitual da Administração; nesse caso, se nomeado para a função de agente de contratação, João não poderá recusar o encargo, visto que a vedação recairia sobre ele somente em caso de parentesco colateral até o segundo grau.

Julgamento: Incorreta. Conforme art. 4º do Decreto c/c art. 7º, III, da L14133, João deverá recusar o encargo por se enquadrar na vedação da lei.

Lei 14133 - Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...) III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

D) Amadeus e Perseu, servidores efetivos de determinado órgão, foram designados como agentes de contratação de uma mesma comissão de contratação; a designação dos servidores é irregular, visto que o referido decreto dispõe que cada comissão contará com apenas um servidor na função de agente de contratação, tendo em vista o princípio da segregação de funções.

Julgamento: Incorreta. Conforme art. 7º, §2º. É possível a designação de mais de um agente.

§ 2º A autoridade competente poderá designar, em ato motivado, mais de um agente de contratação para composição da comissão de contratação, e deverá dispor sobre a forma de coordenação e de distribuição dos trabalhos entre eles.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Decreto nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023. Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal, direta, autárquica e fundacional do Município de Uberlândia. [S. l.]: Leis Municipais, 2023.

BRANCA	VERDE
39	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) Não se verificam vícios com relação aos fatos narrados.

Julgamento: Correto.

Delegação de Competência para Instauração (Prefeito → Secretário):

O ato de delegar a competência para instaurar o processo disciplinar é válido.

Fundamento: Art. 202 – parágrafo único

§ Parágrafo Único - A instauração do processo disciplinar compete as autoridades de que trata o inciso I do art. 189 desta Lei Complementar, admitindo-se a delegação pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente Municipal, pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo dirigente superior de autarquia e fundação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 476/2008)

Composição da Comissão (Três Servidores, incluindo Procurador):

A Comissão Processante, composta por três servidores e incluindo um Procurador Municipal, é válida.

Fundamento: art. 248

§ Art. 248 É permitida a participação de servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado ou de Procurador Municipal, na comissão de que trata o art. 200, desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 411/2005)

Conteúdo do Relatório da Comissão (Indicação de Dispositivo Legal e Circunstâncias):

O relatório deve, de fato, indicar o dispositivo legal e as circunstâncias agravantes/atenuantes.

Fundamento: art. 216, §2º

§ Art. 216 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ § 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto á inocência ou a responsabilidade do servidor.

§ § 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

B) Há vício na instauração do processo disciplinar, considerando que se trata de ato indelegável pelo Chefe do Executivo municipal.

Julgamento: Incorreto. Conforme justificativa detalhada na alternativa A.

C) É expressamente vedada pelo referido Estatuto a participação de ocupantes do cargo de Procurador Municipal na Comissão Processante, motivo pelo qual o processo em tela é irregular.

Julgamento: Incorreto. Conforme justificativa detalhada na alternativa A.

D) O relatório da Comissão deve cingir-se a resumir as peças principais dos autos e os elementos de prova colhidos; a indicação do dispositivo legal transgredido e das circunstâncias agravantes e atenuantes não devem constar do relatório, visto que são de competência exclusiva da autoridade julgadora.

Julgamento: Incorreto. Conforme justificativa detalhada na alternativa A.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA	VERDE
40	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Decreto nº 20.154/2023. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

() Os contribuintes que estiverem inadimplentes com a Fazenda Pública Municipal somente poderão receber valores oriundos de restituição desde que parte ou a totalidade deles seja utilizada para dedução dos montantes devidos.

Julgamento: Correto. Conforme art. 76 da Lei Municipal nº 1.448/1966 - Código Tributário do Município de Uberlândia.

Art. 76. Os contribuintes que estiverem inadimplentes com a Fazenda Pública Municipal somente poderão receber valores oriundos de restituição desde que parte ou a totalidade deles sejam utilizados para dedução dos montantes devidos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 758/2023)

() As atribuições inerentes à cobrança administrativa de créditos inscritos em dívida ativa são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Finanças; à Procuradoria-Geral do Município compete tão somente a cobrança judicial desses mesmos créditos.

Julgamento: Incorreto. Conforme art. 6º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.448/1966 - Código Tributário do Município de Uberlândia. Trata-se de atribuição da Procuradoria Geral.

Art. 6º As atribuições referentes ao cadastramento, lançamento, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposição deste Código ou de legislação esparsa, bem como medidas de prevenção ou repressão às fraudes, serão exercidas pela Secretaria Municipal de Finanças, ou outro órgão que vier a substituí-la, segundo as atribuições definidas em regulamento.

o Parágrafo único. As atribuições inerentes à cobrança administrativa e judicial de créditos inscritos em dívida ativa competem à Procuradoria Geral do Município. (Redação dada pela Lei Complementar nº 718/2021)

() Caberá à Secretaria Municipal de Finanças, mediante prévia análise da legalidade realizada pela Procuradoria-Geral do Município, promover no encerramento do exercício financeiro a inscrição dos créditos de qualquer natureza em dívida ativa, podendo, também, fazê-la após expirado o prazo de vencimento sem que tenha havido a suspensão da sua exigibilidade, independentemente de notificação.

Julgamento: Correto. Conforme art. 49 da Lei Municipal nº 1.448/1966 - Código Tributário do Município de Uberlândia. Trata-se de atribuição da Procuradoria Geral.

Art. 49. Caberá à Secretaria Municipal de Finanças, mediante prévia análise da legalidade realizada pela Procuradoria-Geral do Município, promover no encerramento do exercício financeiro a inscrição dos créditos de qualquer natureza

em dívida ativa, podendo, também fazê-la após expirado o prazo de vencimento sem que tenha havido a suspensão da sua exigibilidade, independente de notificação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 758/2023)

() De acordo com o Plano Diretor, a Lei Municipal de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, ao definir os critérios para ocupação ordenada e sustentável da área urbana da cidade, deverá observar a classificação de densidade baixa, média ou alta, pertinente a cada zona urbana.

Julgamento: Correto. Conforme art. 24 da Lei nº 432/2006.

Art. 24 A Lei Municipal de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, ao definir os critérios para ocupação ordenada e sustentável da área urbana da cidade, deverá observar a classificação de densidade baixa, média ou alta, pertinente a cada zona urbana.

Por fim, ressalte-se que a Lei Complementar nº 797 entrou em vigor em 17 de julho de 2025, data posterior, portanto, à publicação do edital de abertura do certame (10 de junho de 2025).

O edital regulador do certame é claro ao dispor sobre a regra temporal dos diplomas legais que podem ser cobrados nas provas:

o 5.3.6 Somente serão objeto de avaliação nas provas do concurso público os diplomas legais citados no Anexo I, incluindo suas eventuais alterações legislativas posteriores (ainda que estas não sejam expressamente mencionadas no conteúdo programático), desde que tenham entrado em vigor até a data de publicação deste Edital de Abertura.

Diante do exposto, não merecem guarida quaisquer razões recursais que se amparem na Lei nº 797/2025, visto que esta é inaplicável às provas do concurso.

A sequência correta é V, F, V, V.

Fontes:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 432, de 19 de outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor do Município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação, revoga a Lei Complementar n. 078, de 27 de abril de 1994, e dá outras providências.
- UBERLÂNDIA. Lei Ordinária nº 1.448, de 1º de dezembro de 1966. Institui o Código Tributário do Município de Uberlândia.

Cargo: Professor de Arte

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando as informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que bebês reborn.”, a alternativa “B) São elementos inseridos em uma prática com indicativos de questões de saúde que necessitam de atenção e cuidados específicos.” foi adequadamente indicada como correta. De acordo com o texto: “Profissionais explicando que essa fuga da realidade distorce o que é real e que essas pessoas ficam na ilusão, na fantasia, colocam vida em algo que não existe, tratando-se de pessoas devastadas emocionalmente, carentes, com problemas psicológicos graves.” O uso excessivo ou distorcido dos bebês reborn é visto como sinal de desequilíbrio emocional e psicológico, há indícios de questões de saúde mental que merecem atenção e cuidado especializado. Portanto, trata-se de uma prática que revela problemas de saúde emocional, necessitando de atenção. A alternativa “A) Constituem uma nova tecnologia criada pelo ser humano que ultrapassa limites inimagináveis há alguns anos.” não pode ser indicada como correta. O texto diferencia bebês reborn (bonecas hiper-realistas feitas à mão) de bebês robôs (lovots), que sim são tecnologias. Os reborn não são tecnologias avançadas; são criações artesanais, associadas a comportamentos humanos e não à inovação tecnológica. Logo, essa opção confunde os bebês reborn com os robôs, o que o texto não faz. A alternativa “C) Representam uma promessa de que os relacionamentos humanos serão, no futuro, positivamente diferentes dos estabelecidos por gerações anteriores.” não pode ser indicada como correta. O texto não vê positividade no fenômeno, pelo contrário, mostra preocupação com a substituição das relações humanas por objetos e máquinas. “Pessoas estão substituindo o humano pelo que não é humano, ou seja, substituindo seres vivos por máquinas.” Logo, não há nenhuma “promessa positiva” nos bebês reborn. A alternativa “D) Estão entre as

propostas de práticas sociais apresentadas na contemporaneidade que mais afetam a população em geral, seja psicológica ou financeiramente.” não pode ser indicada como correta. O texto não diz que essa prática afeta a população em geral — fala de casos pontuais e de certos grupos (pessoas carentes, solitárias, emocionalmente abaladas). Ele cita até um caso judicial isolado e custos elevados, mas não generaliza o impacto para “a população em geral”, ou seja, o texto aponta um fenômeno preocupante, mas não o mais impactante nem universal.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Referente ao gênero textual, pode-se afirmar que o texto apresentado se classifica como:”, a alternativa “B) Artigo de opinião.” foi adequadamente indicada como correta. O texto é um artigo de opinião porque apresenta claramente as características centrais desse gênero como:

Tema atual e relevante: O texto trata de um fenômeno contemporâneo — a substituição das relações humanas por vínculos artificiais (bebês reborn, robôs, IAs).

Tese (posição do autor): O autor se posiciona criticamente — condena a “desumanização” e a tentativa de torná-la normal. “Pessoas estão substituindo o humano pelo que não é humano.” “Parece-nos que as pessoas querem comodidade, pouco desgaste, envolvimento e exposição.”

Argumentação: Ele apresenta argumentos e exemplos (casos de guarda judicial, projetos de lei, opiniões de profissionais) para sustentar sua visão crítica.

Opinião: Há presença de juízos de valor, intervenções pessoais e marcas de subjetividade, típicas de quem quer influenciar o leitor. “É um questionamento necessário no atual momento social.” “Parece-nos que as pessoas querem comodidade...”

Objetivo comunicativo: O autor quer levar o leitor à reflexão e formar opinião sobre um comportamento social. Portanto, o texto é um artigo de opinião publicado em estilo jornalístico ou ensaístico, com base argumentativa e crítica. A alternativa “A) Resenha crítica” não pode ser indicada como correta. Uma resenha crítica tem como foco avaliar uma obra específica (livro, filme, peça, artigo, etc.), apresentando resumo e julgamento de valor. O texto não comenta nem avalia nenhuma obra, mas sim um fenômeno social. A alternativa “C) Crônica argumentativa” não pode ser indicada como correta. A crônica se caracteriza por ter linguagem mais leve, narrativa, cotidiana, e muitas vezes com humor, ironia ou lirismo. Embora o texto trate de um tema atual, ele não tem tom narrativo nem coloquial, mas analítico e reflexivo. Além disso, a crônica geralmente é breve e relata um episódio para refletir sobre ele. A alternativa “D) Argumentativo-dissertativo” não pode ser indicada como correta. O texto argumentativo-dissertativo é um tipo textual e não um gênero textual. Embora o artigo tenha estrutura tipológica do texto dissertativo-argumentativa, o gênero textual é artigo de opinião, não “dissertativo-argumentativo”. Tipologia textual e gênero textual são nomenclaturas diferentes para conceitos diferentes.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A segunda parte do título atribuído ao texto, “o que pensar disso?”, apresenta um questionamento que tem, em sua estrutura, elemento:”, a alternativa “D) Coesivo anafórico, que tem como objetivo estabelecer a manutenção de referente já introduzido no texto.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “disso” é formado por “de + isso”, um pronome demonstrativo. Esse tipo de pronome pode ter função coesiva anafórica quando retoma algo já mencionado anteriormente.

No caso do título: “A desumanização que quer ser normalizada: o que pensar disso?”, o pronome “disso” retoma o termo anterior “A desumanização que quer ser normalizada”, ou seja, “O que pensar dessa desumanização que quer ser normalizada?”. Portanto, “disso” é um elemento coesivo anafórico, pois: ,

Retoma uma informação anterior (“A desumanização que quer ser normalizada”);

Mantém a referência dentro do texto, evitando repetição;

Garante coesão entre as duas partes do título.

Assim, a função do “disso” é referir-se a algo já dito, característica típica da referência anafórica. A alternativa “A) “Dêitico, ‘disso’, contribuindo com a coesão referencial da estrutura linguística proposta.”” não pode ser indicada como correta. Um dêitico (ou elemento dêitico) é aquele que depende do contexto da enunciação — como “aqui”, “agora”, “eu”, “você”, “isso” (quando se refere a algo presente no contexto, para além do texto). No título, “disso” não depende da contextualização enunciativa, mas do texto anterior. Logo, não é dêitico, e sim anafórico. A alternativa “B) “De coesão referencial, que questiona o fator causador da informação apresentada anteriormente.”” não pode ser indicada como correta. Embora “disso” seja um elemento de coesão referencial, ele não questiona o fator causador; o questionamento (“o que pensar”) é sobre a própria situação da desumanização, não sobre a causa dela. Portanto, a explicação do tipo de relação (causa) está incorreta. A alternativa “C) “Coesivo catafórico, que tem como objetivo indicar a introdução de informação relevante ao contexto.”” não pode ser indicada como correta. Um elemento catafórico antecipa algo que ainda será dito (aponta para frente no texto). “Isso é o que mais me preocupa: a falta de empatia.” (Aqui, “isso” antecipa o termo “a falta de empatia”.) No título, “disso” retoma o que já foi dito antes (“A desumanização que quer ser normalizada”), não antecipa nada. Portanto, é anafórico, e não catafórico.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que, no 5º§, as aspas foram empregadas:”, a alternativa “C) Para sinalizar posicionamento crítico do enunciador.” foi adequadamente indicada como correta. Trecho (5º parágrafo): “Outro dia me deparei com uma notícia envolvendo um casal que estava disputando a guarda de um bebê reborn na justiça, após o divórcio. Eles afirmavam brigar pela boneca em virtude do ‘apego emocional’.”

As aspas em “apego emocional” demonstram posicionamento do enunciador que não acredita literalmente nessa justificativa do casal; ele a usa com ironia, distanciamento e crítica. As aspas servem para questionar ou relativizar o termo, mostrando que o autor duvida da veracidade ou da seriedade dessa expressão no contexto apresentado. Assim, as aspas expressam posicionamento crítico do enunciador (o autor), que não valida o termo, mas o apresenta de modo irônico e questionador. Em outras palavras: o autor não concorda que haja “apego emocional” real por uma boneca — ele usa as aspas para marcar essa discordância. A alternativa “A) “Como alternativa ao emprego de parênteses.”” não pode ser indicada como correta. Parênteses são usados para inserir informações explicativas ou complementares, não para destacar termos duvidosos, irônicos ou questionáveis. As aspas não substituem parênteses nesse contexto; elas sinalizam atitude enunciativa, e não uma explicação lateral. Portanto, não têm a mesma função. A alternativa B) “Para indicar o emprego de uma citação direta.” não pode ser indicada como correta. Uma citação direta ocorre quando o autor reproduz fielmente palavras de outra pessoa e geralmente acompanha referência à fonte. Aqui, embora o casal tenha usado a expressão “apego emocional”, o autor não está fazendo uma citação formal; ele apenas destaca a expressão para questioná-la. Ou seja, não é uma citação literal com valor referencial, mas um uso crítico da expressão. A alternativa “D) “De forma aleatória, por uma escolha estilística do enunciador.”” não pode ser indicada como correta. O uso das aspas não é aleatório nem puramente estético, há uma função semântica e discursiva clara: marcar distanciamento crítico. Logo, é uma escolha intencional e significativa, e não estilística ou arbitrária.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sob o prisma técnico-pedagógico e normativo, a expressão “educação estética limitadora” não encontra respaldo nos principais referenciais da arte-educação contemporânea, tampouco na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). A BNCC, em seu texto normativo, utiliza termos como “*experiências estéticas, críticas e criativas*”, sempre vinculados à noção de emancipação, ampliação de repertório e valorização da diversidade cultural. Em nenhum momento a BNCC ou os documentos correlatos empregam a noção de “educação estética limitadora” como diretriz pedagógica. Ao contrário, o adjetivo “limitadora” é semanticamente incompatível com os princípios de expansão, abertura e emancipação que regem o ensino de Arte.

Ainda que o candidato busque atribuir ao termo “limitadora” uma conotação positiva, vinculada à ideia de mediação ética, tal interpretação configura forçosa extrapolação semântica. Em sede de concurso público, a interpretação da questão deve se ater ao sentido literal e técnico-pedagógico consagrado nos documentos oficiais.

A redação da alternativa D, ao qualificar a educação estética como “limitadora”, induz a erro, pois sugere restrição da experiência estética, em contrariedade ao princípio da formação integral e emancipatória previsto na BNCC. Assim, não se trata de mera polissemia, mas de inadequação terminológica que compromete a correção da alternativa.

No caso em análise, apenas a alternativa C encontra respaldo direto e inequívoco na BNCC e nos referenciais da arte-educação, ao reconhecer simultaneamente a ampliação do repertório visual e os riscos da exposição acrítica às imagens digitais.

A alternativa D, por sua vez, incorre em impropriedade terminológica e não possui sustentação normativa. A alternativa D é incorreta, por utilizar expressão (“educação estética limitadora”) incompatível com os princípios pedagógicos da BNCC e da arte-educação contemporânea. Não há fundamento jurídico ou pedagógico para a anulação da questão, visto que apenas a alternativa C corresponde ao entendimento normativo vigente.

Pelo indeferimento do recurso, com a manutenção da alternativa C como correta, por ser a única que guarda consonância com a BNCC e com os referenciais pedagógicos aplicáveis ao ensino de Arte.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As fontes institucionais e culturais descrevem o Toré como ritual de dança circular com participação comunitária, ao som de cantos e instrumentos, sem restrição universal a mulheres ou a espaços fechados. A redação “apenas por mulheres” é categórica e contradita o caráter coletivo amplamente consolidado. A existência de contextos ritualísticos reservados, com delimitações de acesso, não transforma a afirmação em verdadeira, pois o enunciado da alternativa impõe universalidade (todas as realizações “apenas por mulheres” e “em espaço fechado”). Variações pontuais não revogam a natureza prevalente e pública do Toré nas comunidades, nem convertem a generalização em correta. Mesmo na presença de rituais reservados em algumas etnias, a descrição do Toré como dança comunitária é estável e oficialmente registrada; a confusão entre práticas internas e o conteúdo geral do Toré divulgado e reconhecido publicamente não sustenta a assertiva da alternativa A.

A banca utilizou referenciais técnicos e institucionais de circulação pública e de caráter oficial para definir o núcleo descritivo do Toré, especialmente quanto à sua execução, forma e participação comunitária. Complementarmente, empregaram-se compilações culturais e didáticas que confirmam a natureza brasileira do Toré e sua prática coletiva com variações entre povos.

A redação “apenas por mulheres” e “em espaço fechado” é categórica e contraria o núcleo descritivo consolidado do Toré, cuja prática é comunitária, com dança circular e participação ampla, predominantemente em contextos públicos, ainda que existam variações ritualísticas reservadas.

Fontes:

- LAGROU, Els. Arte Indígena no Brasil: agência, alteridade e relação. Belo Horizonte: C/ Arte. 2009.
- SILVA, Marilza Oliveira da. Danças Indígenas e Afrobrasileiras. Salvador: UFBA, Escola de Dança; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os artistas mencionados na questão — BK (Abebe Bikila Costa Santos), Deborah Colker, Rosana Paulino e Silvero Pereira — são efetivamente representantes de diferentes linguagens artísticas, todos com reconhecida relevância no cenário cultural brasileiro, conforme se passa a demonstrar:

BK (Abebe Bikila Costa Santos): artista da Música, considerado um dos principais nomes do rap nacional contemporâneo, com obras que mesclam lirismo, crítica social e inovação sonora.

Deborah Colker: coreógrafa e diretora de Dança, internacionalmente reconhecida por unir a dança contemporânea a elementos do circo e do teatro, tendo recebido prêmios de grande prestígio.

Rosana Paulino: artista das Artes Visuais, educadora e curadora, cuja produção aborda de forma crítica e poética questões raciais, de gênero e memória histórica, sendo referência na arte contemporânea brasileira.

Silvero Pereira: ator e diretor de Teatro, com atuação destacada também no cinema e na televisão, idealizador do coletivo artístico “As Travestidas”, de ampla repercussão cultural.

Dessa forma, não há que se falar em vício de formulação ou violação ao princípio da clareza e objetividade, uma vez que os artistas citados se enquadram no conteúdo programático exigido e representam manifestações artísticas diversas — Música, Dança, Artes Visuais e Teatro —, atendendo ao escopo da questão.

Fontes:

- BK (Abebe Bikila Costa Santos): https://wikifavelas.com.br/index.php/BK_-_Abebe_Bikila_Costa_Santos
- Deborah Colker: <https://www.cmdc.art.br/sobre>
- Rosana Paulino: <https://www.rosanapaulino.com.br/>
- Silvero Pereira: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/34871/>

Cargo: Professor de História

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando as informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que bebês reborn:”, a alternativa “B) São elementos inseridos em uma prática com indicativos de questões de saúde que necessitam de atenção e cuidados específicos.” foi adequadamente indicada como correta. De acordo com o texto: “Profissionais explicando que essa fuga da realidade distorce o que é real e que essas pessoas ficam na ilusão, na fantasia, colocam vida em algo que não existe, tratando-se de pessoas devastadas emocionalmente, carentes, com problemas psicológicos graves.” O uso excessivo ou distorcido dos bebês reborn é visto como sinal de desequilíbrio emocional e psicológico, há indícios de questões de saúde mental que merecem atenção e cuidado especializado. Portanto, trata-se de uma prática que revela problemas de saúde emocional, necessitando de atenção. A alternativa “A) Constituem uma nova tecnologia criada pelo ser humano que ultrapassa limites inimagináveis há alguns anos.” não pode ser indicada como correta. O texto diferencia bebês reborn (bonecas hiper-realistas feitas à mão) de bebês robôs (lovots), que sim são tecnologias. Os reborn não são tecnologias avançadas; são criações artesanais, associadas a comportamentos humanos e não à inovação tecnológica. Logo, essa opção confunde os bebês reborn com os robôs, o que o texto não faz. A alternativa “C) Representam uma promessa de que os relacionamentos humanos serão, no futuro, positivamente diferentes dos estabelecidos por gerações anteriores.” não pode ser indicada como correta. O texto não vê positividade no fenômeno, pelo contrário, mostra preocupação com a substituição das relações humanas por objetos e máquinas. “Pessoas estão substituindo o humano pelo que não é humano, ou seja, substituindo seres vivos por máquinas.” Logo, não há nenhuma “promessa positiva” nos bebês reborn. A alternativa “D) Estão entre as propostas de práticas sociais apresentadas na contemporaneidade que mais afetam a população em geral, seja psicológica ou financeiramente.” não pode ser indicada como correta. O texto não diz que essa prática afeta a população em geral — fala de casos pontuais e de certos grupos (pessoas carentes, solitárias, emocionalmente abaladas). Ele cita até um caso judicial isolado e custos elevados, mas não generaliza o impacto para “a população em geral”, ou seja, o texto aponta um fenômeno preocupante, mas não o mais impactante nem universal.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considere o fragmento “Os cientistas apontam que a interação dos adultos com as bonecas busca estabelecer vínculos emocionais, dar vazão à expressão criativa e vivenciar benefícios terapêuticos significativos.” (1º§) e assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “C) Caso o segmento “expressão criativa” fosse substituído por “benefícios terapêuticos”, o “à” antecedente poderia ser substituído por “a”.” foi adequadamente indicada como correta. O substantivo “vazão” exige a preposição a: dar vazão a algo. Como “expressão” é um substantivo feminino precedido de artigo definido “a”, ocorre a fusão da preposição + artigo → à (crase). Se substituirmos “expressão criativa” por “benefícios terapêuticos”, temos: “dar vazão a benefícios

terapêuticos”. O termo “benefícios” é plural e masculino, portanto não usa artigo “a” (é “os benefícios”, não “as”). Assim, não há fusão da preposição “a” com artigo “a”, e por isso a crase desaparece. A alternativa A) “Como alternativa para ‘com as bonecas’, a opção ‘às bonecas’ é válida gramatical e semanticamente.” não pode ser indicada como correta. O verbo é “interagir”, e ele rege a preposição com: “interagir com alguém / com algo”. Portanto, “interagir às bonecas” está gramaticalmente incorreto. A única forma certa é: “interagir com as bonecas”. A alternativa B) “Em ‘a interação dos adultos’, com a omissão do ‘que’ que antecede a expressão citada, tem-se ‘à interação dos adultos’.” não pode ser indicada como correta. O “que” é conjunção integrante que introduz oração subordinada substantiva. Se o “que” for omitido, o verbo “apontar” exigirá preposição diferente — mas não há motivo para inserir “à”. O verbo “apontar” pode reger para, a, ou nada, dependendo do sentido: “apontar algo” (sem preposição), “apontar para algo/alguém” (movimento físico). Logo, “apontam à interação” seria inadequado nesse contexto; o certo continua sendo “apontam a interação”. A alternativa D) “De acordo com as normas da gramática padrão, a expressão ‘vivenciar benefícios terapêuticos’ deveria ser substituída por ‘vivenciar aos benefícios terapêuticos’.” não pode ser considerada correta. O verbo vivenciar é transitivo direto — ou seja, não exige preposição: “vivenciar algo”, “vivenciar emoções”, “vivenciar experiências”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que, no 5º§, as aspas foram empregadas:”, a alternativa “C) Para sinalizar posicionamento crítico do enunciador.” foi adequadamente indicada como correta. Trecho (5º parágrafo): “Outro dia me deparei com uma notícia envolvendo um casal que estava disputando a guarda de um bebê reborn na justiça, após o divórcio. Eles afirmavam brigar pela boneca em virtude do ‘apego emocional’.” As aspas em “apego emocional” demonstram posicionamento do enunciador que não acredita literalmente nessa justificativa do casal; ele a usa com ironia, distanciamento e crítica. As aspas servem para questionar ou relativizar o termo, mostrando que o autor duvida da veracidade ou da seriedade dessa expressão no contexto apresentado. Assim, as aspas expressam posicionamento crítico do enunciador (o autor), que não valida o termo, mas o apresenta de modo irônico e questionador. Em outras palavras: o autor não concorda que haja “apego emocional” real por uma boneca — ele usa as aspas para marcar essa discordância. A alternativa “A) “Como alternativa ao emprego de parênteses.”” não pode ser indicada como correta. Parênteses são usados para inserir informações explicativas ou complementares, não para destacar termos duvidosos, irônicos ou questionáveis. As aspas não substituem parênteses nesse contexto; elas sinalizam atitude enunciativa, e não uma explicação lateral. Portanto, não têm a mesma função. A alternativa B) “Para indicar o emprego de uma citação direta.” não pode ser indicada como correta. Uma citação direta ocorre quando o autor reproduz fielmente palavras de outra pessoa e geralmente acompanha referência à fonte. Aqui, embora o casal tenha usado a expressão “apego emocional”, o autor não está fazendo uma citação formal; ele apenas destaca a expressão para questioná-la. Ou seja, não é uma citação literal com valor referencial, mas um uso crítico da expressão. A alternativa “D) “De forma aleatória, por uma escolha estilística do enunciador.”” não pode ser indicada como correta.

O uso das aspas não é aleatório nem puramente estético, há uma função semântica e discursiva clara: marcar distanciamento crítico. Logo, é uma escolha intencional e significativa, e não estilística ou arbitrária.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Perímetro = $2 \times (6 + 4) = 20 \text{ m}$;

Sendo o jardim na forma retangular, temos

Área = B. H

Área = $6 \times 4 = 24 \text{ m}^2$.

Fontes:

- IEZZI, Gelson et al. Fundamentos da Matemática Elementar – Volume 2. São Paulo: Atual, 2015.
- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto & Aplicações. São Paulo: Ática, 2013.
- CÉSAR, José Ruy Giovanni. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2015.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

25% de 3.200 = 800;

total = $3.200 + 800 = 4.000$.

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações. São Paulo: Ática, 2016.
- LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023.
- ABDALLA, Samuel L. Raciocínio lógico para concursos. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2018.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca indefere o recurso, pois a alternativa B (I, II e IV) representa corretamente as assertivas verdadeiras de acordo com o texto vigente da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), com as atualizações das Leis nº 12.796/2013 e nº 14.333/2022.

A assertiva I encontra-se adequada ao disposto no art. 4º, inciso III, que assegura o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma transversal a todos os níveis e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Embora o item tenha destacado apenas o termo “educandos com deficiência”, a referência se mantém juridicamente válida, pois não nega nem contradiz os demais grupos contemplados no inciso. A menção específica a “educandos com deficiência” é compreendida como exemplificação de um dos públicos do AEE, sem prejuízo à totalidade do conteúdo normativo. Assim, o enunciado preserva a essência e o sentido do dispositivo legal.

A assertiva II está plenamente correta, refletindo com precisão o art. 4º, inciso I, que determina a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

A assertiva III é incorreta, pois o art. 4º, inciso X, garante vaga na escola pública a partir dos 4 anos de idade, e não dos 6, como apresentado no item. O erro compromete a validade dessa afirmativa.

A assertiva IV está de acordo com o art. 4º, inciso IX, ao reconhecer a obrigação do Estado em assegurar padrões mínimos de qualidade de ensino, que incluem a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas dos estudantes. Embora o item não transcreva integralmente o texto legal (“variedade e quantidade mínimas por aluno de insumos indispensáveis”), ele não altera nem deturpa o conteúdo normativo essencial, apenas o apresenta de forma sintética, mantendo a fidelidade semântica à lei.

Desse modo, permanecem corretas as afirmativas I, II e IV, conforme o gabarito preliminar, não havendo vício material, omissão legal nem contradição normativa que justifique a alteração do resultado ou a anulação da questão.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda as “Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia”. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

() O Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos (PMAJA) objetiva atender jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade “própria” e utiliza um ensino não formal equivalente aos primeiros anos do ensino fundamental.

Julgamento: Correto. Conforme página 47 do documento “DIRETRIZES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PMAJA”.

6.1. Apresentação

O Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos⁷ (PMAJA) é um Programa da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de Uberlândia que objetiva atender jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade “própria”. Utiliza-se de um ensino não formal equivalente aos primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), visto que procura um arranjo flexível na organização do tempo e do espaço escolar.

Destaque-se que o enunciado foi expresso ao informar que o objetivo da questão era avaliar o conhecimento específico do candidato acerca das Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia. Nesse sentido, não merecem guarida as razões recursais que buscam extrapolar o enunciado trazendo argumentos de outros documentos ou diplomas legais.

() A educação inclusiva se afigura como substituta do ensino comum, com uma proposta de adaptação curricular ao público com deficiência, devendo ser adotada em escolas e classes especiais.
Julgamento: Incorreto. Conforme página 49 do documento “DIRETRIZES DO ENSINO FUNDAMENTAL I”.

4. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva significa uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os estudantes compartilharem um mesmo espaço escolar, sem discriminação de qualquer natureza. Por sua vez, a Educação Especial é compreendida como um campo de conhecimento e modalidade transversal de ensino, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. **Constitui-se como complemento da formação de estudantes com deficiência, perdendo sua condição de substituta do ensino comum em escolas e classes especiais. Propõe, também, um currículo flexível e dinâmico e não uma “adaptação curricular” como propõe as leis anteriores.**

() As Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia são documentos construídos por grupo da alta gestão da secretaria municipal de educação, com orientações exclusivas aos docentes da rede, organizadas em dois volumes: educação infantil e ensino fundamental.

Julgamento: Incorreto. Conforme o Capítulo 1 do documento “DIRETRIZES DO ENSINO FUNDAMENTAL I”. As DCMs são compostas por seis volumes (ou cadernos), e não apenas dois.

A construção não foi feita exclusivamente por um "grupo da alta gestão da secretaria municipal de educação". O processo envolveu educadores (profissionais do magistério), Grupos de Trabalho (GTs) e Coordenadores da Rede Municipal de Ensino (RME), sendo um processo evolutivo e colaborativo.

As orientações não são exclusivas aos docentes da rede. Elas servem para nortear a construção da Identidade Pedagógica das Unidades Escolares da RME e são referências para a elaboração de currículos de forma criativa e crítica, destinadas a toda a Rede Municipal de Ensino. O documento possui caráter teórico, normativo e prático, dando suporte para a ação educativa.

Apenas I é correto, portanto.

Por fim, a questão é expressa ao pedir para que o candidato considere exclusivamente as “Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia”; as razões recursais que se sustentam em outros documentos ou diplomas legais não merecem guarida, pois não cabe tal extrapolação ao que foi solicitado no enunciado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA (Município). Secretaria de Educação. Diretrizes Curriculares Municipais. Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/educacao/diretrizes-curriculares-municipais/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após uma análise detida, verificou-se que o recurso é improcedente, uma vez que, na relação comercial entre Brasil e EUA, os EUA mantêm superávit comercial com o Brasil (ou seja: Brasil importa mais dos EUA do que exporta para os EUA) em anos recentes. Por exemplo, em 2024, os EUA exportaram para o Brasil cerca de US\$ 49,1 bi enquanto importaram dos brasileiros cerca de US\$ 42,3 bi. Isso contradiz a frase de que “as exportações brasileiras, a partir de 2009, passaram a ser menores do que as importações” — o que não é sustentado consistentemente pelos dados mensais/anuais. De fato, os dados evidenciam que nos meses de 2009 em diante, frequentemente as exportações brasileiras para os EUA foram maiores que as importações dos EUA, segundo tabela da Censur.

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito: D) A tendência de déficit na balança comercial com os Estados Unidos é histórica, sendo que as exportações brasileiras, a partir de 2009, passaram a ser menores do que as importações.

Fontes:

- https://ustr.gov/countries-regions/americas/brazil?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 06/11/2025.
- https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c3510.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 06/11/2025.
- <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-sabemos-sobre-a-ligacao-entre-lula-e-trump-e-os-proximos-passos/>. Acesso em 14/10/2025.

Cargo: Professor de Inglês

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando as informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que bebês reborn:”, a alternativa “B) São elementos inseridos em uma prática com indicativos de questões de saúde que necessitam de atenção e cuidados específicos.” foi adequadamente indicada como correta. De acordo com o texto: “Profissionais explicando que essa fuga da realidade distorce o que é real e que essas pessoas ficam na ilusão, na fantasia, colocam vida em algo que não existe, tratando-se de pessoas devastadas emocionalmente, carentes, com problemas psicológicos graves.” O uso excessivo ou distorcido dos bebês reborn é visto como sinal de desequilíbrio emocional e psicológico, há indícios de questões de saúde mental que merecem atenção e cuidado especializado. Portanto, trata-se de uma prática que revela problemas de saúde emocional, necessitando de atenção. A alternativa “A) Constituem uma nova tecnologia criada pelo ser humano que ultrapassa limites inimagináveis há alguns anos.” não pode ser indicada como correta. O texto diferencia bebês reborn (bonecas hiper-realistas feitas à mão) de bebês robôs (lovots), que sim são tecnologias. Os reborn não são tecnologias avançadas; são criações artesanais, associadas a comportamentos humanos e não à inovação tecnológica. Logo, essa opção confunde os bebês reborn com os robôs, o que o texto não faz. A alternativa “C) Representam uma promessa de que os relacionamentos humanos serão, no futuro, positivamente diferentes dos estabelecidos por gerações anteriores.” não pode ser indicada como correta. O texto não vê positividade no fenômeno, pelo contrário, mostra preocupação com a substituição das relações humanas por objetos e máquinas. “Pessoas estão substituindo o humano pelo que não é humano, ou seja, substituindo seres vivos por máquinas.” Logo, não há nenhuma “promessa positiva” nos bebês reborn. A alternativa “D) Estão entre as propostas de práticas sociais apresentadas na contemporaneidade que mais afetam a população em geral, seja psicológica ou financeiramente.” não pode ser indicada como correta. O texto não diz que essa prática afeta a população em geral — fala de casos pontuais e de certos grupos (pessoas carentes, solitárias, emocionalmente abaladas). Ele cita até um caso judicial isolado e custos elevados, mas não generaliza o impacto para “a população em geral”, ou seja, o texto aponta um fenômeno preocupante, mas não o mais impactante nem universal.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com as ideias e informações apresentadas no texto, os termos destacados em “A desumanização que quer ser normalizada” (parte do título) podem ser compreendidos como:”, a alternativa “D) Tornar natural o processo de negar ou retirar características humanas de um indivíduo ou grupo.” foi adequadamente indicada como correta. O texto discute comportamentos contemporâneos que substituem relações humanas por relações artificiais — como o apego a bebês reborn, robôs, IAs, etc. O autor critica esse movimento, chamando-o de “desumanização”, ou seja, perda da essência humana, da empatia e das conexões reais. No título, “A desumanização que quer ser normalizada”, o autor denuncia um processo social perigoso: o de tornar natural algo que deveria causar estranhamento, a perda da humanidade. “Desumanização” = processo de negar, apagar ou retirar características humanas como empatia, afetividade, sensibilidade, convivência social. “Normalizada” = tornar algo comum, natural, aceitável, mesmo que seja problemático. Juntas, as palavras indicam a tentativa de naturalizar a perda da humanidade, ou seja, de aceitar como normal comportamentos que afastam o humano do humano. Isso está adequado ao no sentido do texto, que mostra pessoas preferindo bonecos, robôs e IAs a relações reais, um sinal de desumanização que está sendo tratada como normal. A alternativa “A) Simular atos de exclusão social com objetivo de exemplificar situações inapropriadas.” não pode ser indicada como correta. O texto não fala em simulação nem em exemplo pedagógico, não mostra pessoas “fingindo desumanizar” para mostrar que é errado; ele fala de casos reais de desumanização que estão acontecendo. Portanto, não há simulação nem exemplificação. A alternativa “B) Padronizar determinado tratamento desprezível conferido a um grupo social específico.” não pode ser indicada como correta. O texto não trata de um grupo social específico (como minoria étnica, política, etc.), fala de um fenômeno geral da sociedade moderna, que afeta a todos, não de “tratamento desprezível” a um grupo particular. Logo, não há relação com “padronizar tratamento a um grupo específico”. A alternativa “C) Dissipar posturas recorrentes referentes a atos desumanos, impedindo-os de se perpetuarem.” não pode ser indicada como correta. “Dissipar” = espalhar / enfraquecer / fazer desaparecer. O texto não fala em combater ou impedir a desumanização, mas em alertar sobre o perigo de ela se tornar normalizada, ou seja, o título fala em fortalecimento e naturalização, não em dissipação ou combate.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A partir da explicitação do agente da passiva é possível identificar estratégia argumentativa em:”, a alternativa “D) “Um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade de Toronto mostrou que a brincadeira com os bebês reborn vai muito além [...]” (1º§)” foi adequadamente indicada como correta.

“Um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade de Toronto mostrou que [...]”: Passiva analítica reduzida de participio. O termo “por pesquisadores da Universidade de Toronto” é o agente da passiva (quem realizou a ação de conduzir o estudo). O autor usa a explicitação do agente da passiva (“pesquisadores da Universidade de Toronto”) como estratégia de credibilidade e autoridade, essa é uma técnica argumentativa de apelo à autoridade (argumento de autoridade), pois:

Ao indicar quem realizou o estudo, o autor reforça a confiabilidade da informação;

Dá peso científico ao que será dito em seguida;

Cria ethos argumentativo — o leitor tende a aceitar melhor o argumento por vir de uma fonte qualificada (universidade reconhecida).

Portanto, o agente da passiva é explicitado com função argumentativa, para legitimar o conteúdo e convencer o leitor.

A alternativa “A) “Quando se fala em comportamento humano, nem o céu é o limite, definitivamente.” (3º§)” não

pode ser indicada como correta. Não há voz passiva nesse trecho: “Se fala” é uma construção impessoal com pronome “se”, típica da voz ativa indeterminada (“fala-se”), e não passiva. Logo, não há agente da passiva, nem estratégia argumentativa ligada a isso. A alternativa “B) “[...] são algumas das tecnologias que estão surgindo em todos os cantos do mundo, em especial, no Oriente.” (4º§)” não pode ser indicada como correta. O verbo “estão surgindo” está na voz ativa, não há agente da passiva nem forma passiva aqui. A frase descreve um fenômeno (as tecnologias estão surgindo), mas não envolve quem realiza a ação (não há agente). Portanto, não há agente da passiva nem recurso argumentativo associado a ele. A alternativa “C) “Colecionar bonecos, ter brinquedos queridos e especiais e até dinâmicas para fins terapêuticos etc., tudo bem e faz parte, [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta. Também não há estrutura passiva, o trecho traz formas nominais e orações infinitivas (“coleccionar”, “ter”, “fazer”), mas sem verbo na voz passiva. Logo, não se identifica a estratégia indicada.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A segunda parte do título atribuído ao texto, “o que pensar disso?”, apresenta um questionamento que tem, em sua estrutura, elemento:”, a alternativa “D) Coesivo anafórico, que tem como objetivo estabelecer a manutenção de referente já introduzido no texto.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “disso” é formado por “de + isso”, um pronome demonstrativo. Esse tipo de pronome pode ter função coesiva anafórica quando retoma algo já mencionado anteriormente.

No caso do título: “A desumanização que quer ser normalizada: o que pensar disso?”, o pronome “disso” retoma o termo anterior “A desumanização que quer ser normalizada”, ou seja, “O que pensar dessa desumanização que quer ser normalizada?”. Portanto, “disso” é um elemento coesivo anafórico, pois:

Retoma uma informação anterior (“A desumanização que quer ser normalizada”);

Mantém a referência dentro do texto, evitando repetição;

Garante coesão entre as duas partes do título.

Assim, a função do “disso” é referir-se a algo já dito, característica típica da referência anafórica. A alternativa “A) “Dêitico, ‘disso’, contribuindo com a coesão referencial da estrutura linguística proposta.”” não pode ser indicada como correta. Um dêitico (ou elemento dêitico) é aquele que depende do contexto da enunciação — como “aqui”, “agora”, “eu”, “você”, “isso” (quando se refere a algo presente no contexto, para além do texto). No título, “disso” não depende da contextualização enunciativa, mas do texto anterior. Logo, não é dêitico, e sim anafórico. A alternativa “B) “De coesão referencial, que questiona o fator causador da informação apresentada anteriormente.”” não pode ser indicada como correta. Embora “disso” seja um elemento de coesão referencial, ele não questiona o fator causador; o questionamento (“o que pensar”) é sobre a própria situação da desumanização, não sobre a causa dela. Portanto, a explicação do tipo de relação (causa) está incorreta. A alternativa “C) “Coesivo catafórico, que tem como objetivo indicar a introdução de informação relevante ao contexto.”” não pode ser indicada como correta.

Um elemento catafórico antecipa algo que ainda será dito (aponta para frente no texto). “Isso é o que mais me preocupa: a falta de empatia.” (Aqui, “isso” antecipa o termo “a falta de empatia”.) No título, “disso” retoma o que já foi dito antes (“A desumanização que quer ser normalizada”), não antecipa nada. Portanto, é anafórico, e não catafórico.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que, no 5º§, as aspas foram empregadas:”, a alternativa “C) Para sinalizar posicionamento crítico do enunciador.” foi adequadamente indicada como correta. Trecho (5º parágrafo): “Outro dia me deparei com uma notícia envolvendo um casal que estava disputando a guarda de um bebê reborn na justiça, após o divórcio. Eles afirmavam brigar pela boneca em virtude do ‘apego emocional’.” As aspas em “apego emocional” demonstram posicionamento do enunciador que não acredita literalmente nessa justificativa do casal; ele a usa com ironia, distanciamento e crítica. As aspas servem para questionar ou relativizar o termo, mostrando que o autor duvida da veracidade ou da seriedade dessa expressão no contexto apresentado.

Assim, as aspas expressam posicionamento crítico do enunciador (o autor), que não valida o termo, mas o apresenta de modo irônico e questionador. Em outras palavras: o autor não concorda que haja “apego emocional” real por uma boneca — ele usa as aspas para marcar essa discordância.

A alternativa “A) “Como alternativa ao emprego de parênteses.”” não pode ser indicada como correta. Parênteses são usados para inserir informações explicativas ou complementares, não para destacar termos duvidosos, irônicos ou questionáveis. As aspas não substituem parênteses nesse contexto; elas sinalizam atitude enunciativa, e não uma explicação lateral. Portanto, não têm a mesma função.

A alternativa B) “Para indicar o emprego de uma citação direta.” não pode ser indicada como correta. Uma citação direta ocorre quando o autor reproduz fielmente palavras de outra pessoa e geralmente acompanha referência à fonte. Aqui, embora o casal tenha usado a expressão “apego emocional”, o autor não está fazendo uma citação formal; ele apenas destaca a expressão para questioná-la. Ou seja, não é uma citação literal com valor referencial, mas um uso crítico da expressão.

A alternativa “D) “De forma aleatória, por uma escolha estilística do enunciador.”” não pode ser indicada como correta. O uso das aspas não é aleatório nem puramente estético, há uma função semântica e discursiva clara: marcar distanciamento crítico. Logo, é uma escolha intencional e significativa, e não estilística ou arbitrária.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda as “Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia”. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

() O Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos (PMAJA) objetiva atender jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade “própria” e utiliza um ensino não formal equivalente aos primeiros anos do ensino fundamental.

Julgamento: Correto. Conforme página 47 do documento “DIRETRIZES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PMAJA”.

6.1. Apresentação

O Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos⁷ (PMAJA) é um Programa da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de Uberlândia que objetiva atender jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade “própria”. Utiliza-se de um ensino não formal equivalente aos primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), visto que procura um arranjo flexível na organização do tempo e do espaço escolar.

Destaque-se que o enunciado foi expresso ao informar que o objetivo da questão era avaliar o conhecimento específico do candidato acerca das Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia. Nesse sentido, não merecem guarida as razões recursais que buscam extrapolar o enunciado trazendo argumentos de outros documentos ou diplomas legais.

() A educação inclusiva se afigura como substituta do ensino comum, com uma proposta de adaptação curricular ao público com deficiência, devendo ser adotada em escolas e classes especiais.

Julgamento: Incorreto. Conforme página 49 do documento “DIRETRIZES DO ENSINO FUNDAMENTAL I”.

4. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva significa uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os estudantes compartilharem um mesmo espaço escolar, sem discriminação de qualquer natureza. Por sua vez, a Educação Especial é compreendida como um campo de conhecimento e modalidade transversal de ensino, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. **Constitui-se como complemento da formação de estudantes com deficiência, perdendo sua condição de substituta do ensino comum em escolas e classes especiais. Propõe, também, um currículo flexível e dinâmico e não uma “adaptação curricular” como propõe as leis anteriores.**

() As Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia são documentos construídos por grupo da alta gestão da secretaria municipal de educação, com orientações exclusivas aos docentes da rede, organizadas em dois volumes: educação infantil e ensino fundamental.

Julgamento: Incorreto. Conforme o Capítulo 1 do documento “DIRETRIZES DO ENSINO FUNDAMENTAL I”. As DCMs são compostas por seis volumes (ou cadernos), e não apenas dois.

A construção não foi feita exclusivamente por um "grupo da alta gestão da secretaria municipal de educação". O processo envolveu educadores (profissionais do magistério), Grupos de Trabalho (GTs) e Coordenadores da Rede Municipal de Ensino (RME), sendo um processo evolutivo e colaborativo.

As orientações não são exclusivas aos docentes da rede. Elas servem para nortear a construção da Identidade Pedagógica das Unidades Escolares da RME e são referências para a elaboração de currículos de forma criativa e crítica, destinadas a toda a Rede Municipal de Ensino. O documento possui caráter teórico, normativo e prático, dando suporte para a ação educativa.

Apenas I é correto, portanto.

Por fim, a questão é expressa ao pedir para que o candidato considere exclusivamente as “Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia”; as razões recursais que se sustentam em outros documentos ou diplomas legais não merecem guarida, pois não cabe tal extrapolação ao que foi solicitado no enunciado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA (Município). Secretaria de Educação. Diretrizes Curriculares Municipais. Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/educacao/diretrizes-curriculares-municipais/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA

33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado solicita a forma gramaticalmente correta e estilisticamente apropriada da frase original “Me and my partner will talk about their family”, e a forma apresentada no gabarito — alternativa B) “My partner and I will talk about their family” — atende integralmente ao comando. O sujeito foi corretamente reescrito para “My partner and I”, substituindo o uso indevido de “Me and my partner”, erro comum entre aprendizes, e o verbo “will talk” mantém-se gramaticalmente adequado. O possessivo “their” é reconhecido pela gramática contemporânea como pronome neutro singular para casos em que o gênero do referente é desconhecido, irrelevante ou intencionalmente não especificado, uso consolidado e legitimado por gramáticas modernas e instituições de referência, como *The Cambridge Grammar of the English Language* (Huddleston & Pullum, 2002), *Merriam-Webster Dictionary* e *Oxford English Dictionary*. O emprego singular de “their” não constitui erro gramatical, mas sim fenômeno amplamente aceito e documentado na norma padrão da língua inglesa contemporânea. Esse uso, de caráter inclusivo, é especialmente valorizado em contextos educacionais que visam promover neutralidade e respeito à diversidade. Assim, a escolha do

pronome “their” é estilisticamente apropriada e alinhada à competência comunicativa atual avaliada em exames de língua inglesa. A justificativa apresentada na chave de correção destaca exatamente esse aspecto, ao afirmar que o uso de “their” é aceito “especially in inclusive contexts”. Logo, a escolha é coerente com o conteúdo programático do item, que inclui “Pronomes: personal pronouns (object pronouns e subject pronouns)” e “Letramento e gêneros discursivos”, abarcando usos linguísticos autênticos e socialmente relevantes. As demais alternativas apresentam erros evidentes: a alternativa A, embora traga o pronome sujeito correto “I”, apresenta a ordem inadequada (“I and my partner”), que não é estilisticamente natural em inglês; a alternativa C pressupõe gênero sem evidência textual (“his”), contrariando a exigência de adequação estilística e comunicativa; e a alternativa D mantém o uso incorreto de “me” como sujeito. Somente a alternativa B corrige integralmente a estrutura e preserva a neutralidade pronominal, demonstrando domínio da norma contemporânea. Embora o recurso alegue que o uso singular de “their” não seria adequado a estudantes do 3º ESO, vale ressaltar que o item não avalia reconhecimento de gênero, e sim correção estrutural e adequação comunicativa. A opção B é, portanto, a única resposta que satisfaz ambos os critérios, refletindo o padrão linguístico autêntico esperado de aprendizes em processo de desenvolvimento comunicativo e de letramento intercultural. Além disso, as próprias diretrizes de ensino de inglês como língua estrangeira, como o *Common European Framework of Reference for Languages (CEFR)*, valorizam o uso contextual e comunicativo da língua, não restringindo o ensino a normas exclusivamente prescritivas. Diante do exposto, verifica-se que a alternativa B é gramaticalmente correta, estilisticamente adequada, coerente com o conteúdo programático e com o comando do item. O uso singular de “their” está de acordo com a norma culta contemporânea e não compromete a clareza comunicativa, sendo a opção mais completa e apropriada ao objetivo da questão. Assim, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se o gabarito oficial.

Fontes:

- HUDDLESTON, R.; PULLUM, G. *The Cambridge Grammar of the English Language*. Cambridge University Press, 2002. OXFORD ENGLISH DICTIONARY. *Singular they/their*. Oxford University Press. MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. *Usage of singular they*. English Club. *Personal Pronouns*. Disponível em: <https://www.englishclub.com/grammar/pronouns-personal-i-me.php>. Quora Grammar. *Is it “me and my partner” or “my partner and I”?* Disponível em: <https://englishgrammer.quora.com>.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado descreve um projeto que promovia principalmente o *writing as a process* — isto é, o tratamento da produção escrita como um processo contínuo de elaboração, revisão e reescrita de textos (*text drafting, reviewing and multiple recordings*).

A alternativa A (“The treatment of writing as a process”) é, portanto, a única que atende integralmente ao comando da questão e ao conteúdo programático previsto, que abrange o tratamento da produção escrita como processo (revisão, correção e reescrita), aspectos avaliativos no ensino de Língua Inglesa e comunicação oral e prática como letramento. O foco central do projeto está em práticas mediadas por etapas de escrita e reflexão linguística, o que o caracteriza como uma atividade voltada à construção textual processual, e não à oralidade espontânea.

A abordagem *process-oriented writing* — amplamente reconhecida em metodologias de ensino de línguas (Hedge, 2005; Harmer, 2004; Brown, 2007) — enfatiza a escrita como um processo cíclico de planejamento, produção, revisão e reescrita, cujo objetivo é desenvolver autonomia e consciência linguística no aprendiz. Essa concepção é coerente com as etapas descritas no enunciado e com a função avaliativa e metacognitiva do projeto.

Já a alternativa D (“Communicative fluency development with spontaneous speech”) não se aplica ao contexto descrito, pois o projeto não se baseia na fala espontânea (*spontaneous speech*), mas em gravações controladas de textos previamente planejados e revisados. O termo *multiple recordings* reforça que se trata de um processo guiado e repetido, e não de improvisação oral. Assim, embora o trabalho com gravações possa, em algum grau, contribuir para o desenvolvimento da fluência, esse efeito é secundário — o que o enunciado solicita é o aspecto primariamente promovido, isto é, o tratamento da produção escrita como processo.

Os artigos citados pelo recorrente abordam contextos de ensino focados na oralidade comunicativa, o que não se confunde com a proposta apresentada na questão. Aqui, o projeto parte do texto escrito como base estruturante da produção, situando-se, portanto, na esfera do letramento e da produção textual mediada.

Dessa forma, a questão apresenta apenas uma alternativa correta, construída conforme o conteúdo programático e o texto-base da prova. As alternativas B e C tratam de processos de memorização e automatização, incompatíveis com o enfoque reflexivo do projeto, enquanto a D se refere a uma modalidade discursiva que não corresponde ao contexto descrito.

Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, devendo-se manter o gabarito oficial (alternativa A).

Conteúdo Programático: Tratamento da produção escrita como processo (revisão; correção; e reescrita); Aspectos avaliativos no ensino de Língua Inglesa; Comunicação oral e prática como letramento.

Fonte:

- BROWN, H. D. *Teaching by Principles: An Interactive Approach to Language Pedagogy*. Pearson Education, 2007.
- HEDGE, T. *Writing*. Oxford: Oxford University Press, 2005. HARMER, J. *How to Teach Writing*. Longman, 2004.
- HYLAND, K. *Second Language Writing*. Cambridge University Press, 2003.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa B — *saw / kept / carried / pulled / split / caught / stopped / stopped* — é a única que apresenta todas as formas verbais corretamente flexionadas no Simple Past, de acordo com a gramática normativa da língua inglesa. As demais alternativas contêm erros morfológicos que inviabilizam sua escolha: a alternativa A usa *carry* (forma base, não flexionada), a C e a D apresentam formas inexistentes na língua inglesa (*kepted, splitted, caught*). Portanto, apenas a alternativa B satisfaz plenamente o comando.

O contexto apresentado, extraído da música “*So Long, London*” de Taylor Swift, evidencia ações concluídas no passado, reforçando o uso do Simple Past como tempo verbal apropriado. Além disso, o próprio comando da questão delimita o conteúdo programático, não sendo necessário reproduzir o texto completo das lacunas no enunciado, visto que os verbos e o tempo verbal solicitado já foram informados. Assim, não há prejuízo à compreensão por parte do candidato. O item avalia o conhecimento de verbos regulares e irregulares no Simple Past, conteúdo essencial e recorrente em provas de Língua Inglesa. O enunciado está completo, coerente com os objetivos da avaliação e plenamente capaz de direcionar o candidato à resposta correta.

Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, devendo-se manter o gabarito oficial (alternativa B).

Conteúdo Programático: Verb Tenses (Simple Past); Regular and Irregular Verbs; Vocabulary and Grammar in Context.

Fonte:

- O próprio texto da questão (excerto da música “*So Long, London*” – Taylor Swift).

Cargo: Professor de Libras

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a situação referente a atitudes que envolvem a (des)conexão humana (3º§), de acordo com o texto, assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “B) “Atitudes reais envolvendo bebês reborn, bebês robôs, cachorros robôs, entre outros conduzem a questionamentos imprescindíveis para a sociedade.” foi adequadamente indicada como correta. O texto menciona que esses comportamentos (como o apego

a substitutos artificiais de seres vivos) são reais, já acontecem. E que essas atitudes levam a reflexões importantes sobre a conexão e a desconexão humanas, sobre o que é “afeto”, “presença”, e como a tecnologia interfere nas relações humanas. Ou seja, a alternativa interpreta fielmente a ideia central do 3º parágrafo. A alternativa A) “Do ponto de vista global, o Brasil tem caminhado na contramão das tendências mundiais, acelerando o processo de isolamento humano.” não pode ser indicada como correta. O texto não menciona Brasil nem faz comparações globais. Essa afirmação introduz uma informação não presente no texto, logo é uma inferência indevida. A alternativa C) “A inexistência da conexão humana é um fato alarmante e real consequente da utilização excessiva da tecnologia como solução para todo tipo de demanda na atualidade.” não pode ser indicada como correta. O texto não afirma que a conexão humana deixou de existir (“inexistência” é exagero). O que o texto faz é alertar sobre o risco de perda de vínculos e questionar a substituição das relações humanas por relações artificiais. Portanto, o texto problematiza, não afirma como fato consumado. A alternativa D) “O fortalecimento das conexões humanas depende, principalmente, da necessidade que se tem de romper com tecnologias em que não há objetivos relevantes para a sociedade.” não pode ser indicada como correta. O texto não defende romper com a tecnologia, ele fala sobre refletir sobre seu uso e os impactos na convivência humana, não sobre rejeitá-la, ou seja, a ideia não é de ruptura, e sim de equilíbrio e consciência.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a que apresenta que a composição em Libras ocorre por meio da justaposição de dois ou mais sinais simples para formar novos sinais, respeitando os princípios da morfologia da língua de sinais. Não há invalidação para a construção de novos significados, pelo contrário, a formação de um novo sinal por composição implica, por natureza, o surgimento de uma nova unidade lexical com significado próprio. E, do ponto de vista dos estudos lexicais, o resultado desse processo morfológico pode ser do ponto de significado e também precisamente um novo item no léxico da língua. Essa composição é análoga ao processo de composição nas línguas orais, em que a junção de palavras também gera uma nova palavra com significado específico.

As demais alternativas foram consideradas incorretas visto que: não há uso de afixos escritos (em datilologia) na Libras como nas línguas orais / as flexões verbais ocorrem principalmente por meio da modificação espacial do movimento do sinal; a derivação em Libras envolve alterações nos parâmetros do sinal (como movimento ou configuração de mão), e não apenas expressões faciais ou classificadores neutros; a inflexão nominal não depende exclusivamente da modulação da intensidade gestual; a Libras utiliza diferentes mecanismos morfológicos e parâmetros para marcar variações.

Cargo: Professor de Língua Portuguesa

BRANCA	VERDE
01	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a situação referente a atitudes que envolvem a (des)conexão humana (3º§), de acordo com o texto, assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “B) “Atitudes reais envolvendo bebês reborn, bebês robôs, cachorros robôs, entre outros conduzem a questionamentos imprescindíveis para a sociedade.” foi adequadamente indicada como correta. O texto menciona que esses comportamentos (como o apego a substitutos artificiais de seres vivos) são reais, já acontecem. E que essas atitudes levam a reflexões importantes sobre a conexão e a desconexão humanas, sobre o que é “afeto”, “presença”, e como a tecnologia interfere nas relações humanas.

Ou seja, a alternativa interpreta fielmente a ideia central do 3º parágrafo. A alternativa A) “Do ponto de vista global, o Brasil tem caminhado na contramão das tendências mundiais, acelerando o processo de isolamento humano.” não pode ser indicada como correta. O texto não menciona Brasil nem faz comparações globais. Essa afirmação introduz uma informação não presente no texto, logo é uma inferência indevida. A alternativa C) “A inexistência da conexão humana é um fato alarmante e real consequente da utilização excessiva da tecnologia como solução para todo tipo de demanda na atualidade.” não pode ser indicada como correta. O texto não afirma que a conexão humana deixou de existir (“inexistência” é exagero). O que o texto faz é alertar sobre o risco de perda de vínculos e questionar a substituição das relações humanas por relações artificiais. Portanto, o texto problematiza, não afirma como fato consumado. A alternativa D) “O fortalecimento das conexões humanas depende, principalmente, da necessidade que se tem de romper com tecnologias em que não há objetivos relevantes para a sociedade.” não pode ser indicada como correta. O texto não defende romper com a tecnologia, ele fala sobre refletir sobre seu uso e os impactos na convivência humana, não sobre rejeitá-la, ou seja, a ideia não é de ruptura, e sim de equilíbrio e consciência.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
02	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando as informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que bebês reborn:”, a alternativa “B) São elementos inseridos em uma prática com indicativos de questões de saúde que necessitam de atenção e cuidados específicos.” foi adequadamente indicada como correta. De acordo com o texto: “Profissionais explicando que essa fuga da realidade distorce o que é real e que essas pessoas ficam na ilusão, na fantasia, colocam vida em algo que não existe, tratando-se de pessoas devastadas emocionalmente, carentes, com problemas psicológicos graves.” O uso excessivo ou distorcido dos bebês reborn é visto como sinal de desequilíbrio emocional e psicológico, há indícios de questões de saúde mental que merecem atenção e cuidado especializado. Portanto, trata-se de uma prática que revela problemas de saúde emocional, necessitando de atenção. A alternativa “A) Constituem uma nova tecnologia criada pelo ser humano que ultrapassa limites inimagináveis há alguns anos.” não pode ser indicada como correta. O texto diferencia bebês reborn (bonecas hiper-realistas feitas à mão) de bebês robôs (lovots), que sim são tecnologias. Os reborn não são tecnologias avançadas; são criações artesanais, associadas a comportamentos humanos e não à inovação tecnológica. Logo, essa opção confunde os bebês reborn com os robôs, o que o texto não faz. A alternativa “C) Representam uma promessa de que os relacionamentos humanos serão, no futuro, positivamente diferentes dos estabelecidos por gerações anteriores.” não pode ser indicada como correta. O texto não vê positividade no fenômeno, pelo contrário, mostra preocupação com a substituição das relações humanas por objetos e máquinas. “Pessoas estão substituindo o humano pelo que não é humano, ou seja, substituindo seres vivos por máquinas.” Logo, não há nenhuma “promessa positiva” nos bebês reborn. A alternativa “D) Estão entre as propostas de práticas sociais apresentadas na contemporaneidade que mais afetam a população em geral, seja psicológica ou financeiramente.” não pode ser indicada como correta. O texto não diz que essa prática afeta a população em geral — fala de casos pontuais e de certos grupos (pessoas carentes, solitárias, emocionalmente abaladas). Ele cita até um caso judicial isolado e custos elevados, mas não generaliza o impacto para “a população em geral”, ou seja, o texto aponta um fenômeno preocupante, mas não o mais impactante nem universal.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
03	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com as ideias e informações apresentadas no texto, os termos destacados em “A desumanização que quer ser normalizada” (parte do título) podem ser compreendidos como:”, a alternativa “D) Tornar natural o processo de negar ou retirar características humanas de um indivíduo ou grupo.” foi adequadamente indicada como correta. O texto discute comportamentos contemporâneos que substituem relações humanas por relações artificiais — como o apego a bebês reborn, robôs, IAs, etc. O autor critica esse movimento, chamando-o de “desumanização”, ou seja, perda da essência humana, da empatia e das conexões reais. No título, “A desumanização que quer ser normalizada”, o autor denuncia um processo social perigoso: o de tornar natural algo que deveria causar estranhamento, a perda da humanidade. “Desumanização” = processo de negar, apagar ou retirar características humanas como empatia, afetividade, sensibilidade, convivência social. “Normalizada” = tornar algo comum, natural, aceitável, mesmo que seja problemático. Juntas, as palavras indicam a tentativa de naturalizar a perda da humanidade, ou seja, de aceitar como normal comportamentos que afastam o humano do humano. Isso está adequado ao no sentido do texto, que mostra pessoas preferindo bonecos, robôs e IAs a relações reais, um sinal de desumanização que está sendo tratada como normal. A alternativa “A) Simular atos de exclusão social com objetivo de exemplificar situações inapropriadas.” não pode ser indicada como correta. O texto não fala em simulação nem em exemplo pedagógico, não mostra pessoas “fingindo desumanizar” para mostrar que é errado; ele fala de casos reais de desumanização que estão acontecendo. Portanto, não há simulação nem exemplificação. A alternativa “B) Padronizar determinado tratamento desprezível conferido a um grupo social específico.” não pode ser indicada como correta. O texto não trata de um grupo social específico (como minoria étnica, política, etc.), fala de um fenômeno geral da sociedade moderna, que afeta a todos, não de “tratamento desprezível” a um grupo particular. Logo, não há relação com “padronizar tratamento a um grupo específico”. A alternativa “C) Dissipar posturas recorrentes referentes a atos desumanos, impedindo-os de se perpetuarem.” não pode ser indicada como correta. “Dissipar” = espalhar / enfraquecer / fazer desaparecer. O texto não fala em combater ou impedir a desumanização, mas em alertar sobre o perigo de ela se tornar normalizada, ou seja, o título fala em fortalecimento e naturalização, não em dissipação ou combate.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considere o fragmento “Os cientistas apontam que a interação dos adultos com as bonecas busca estabelecer vínculos emocionais, dar vazão à expressão criativa e vivenciar benefícios terapêuticos significativos.” (1º§) e assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “C) Caso o segmento “expressão criativa” fosse substituído por “benefícios terapêuticos”, o “à” antecedente poderia ser substituído por “a.” foi adequadamente indicada como correta. O substantivo “vazão” exige a preposição a: dar vazão a algo. Como “expressão” é um substantivo feminino precedido de artigo definido “a”, ocorre a fusão da preposição + artigo → à (crase). Se substituirmos “expressão criativa” por “benefícios terapêuticos”, temos: “dar vazão a benefícios terapêuticos”. O termo “benefícios” é plural e masculino, portanto não usa artigo “a” (é “os benefícios”, não “as”). Assim, não há fusão da preposição “a” com artigo “a”, e por isso a crase desaparece. A alternativa A) “Como alternativa para ‘com as bonecas’, a opção ‘às bonecas’ é válida gramatical e semanticamente.” não pode ser indicada como correta. O verbo é “interagir”, e ele rege a preposição com: “interagir com alguém / com algo”. Portanto, “interagir às bonecas” está gramaticalmente incorreto. A única forma certa é: “interagir com as bonecas”. A alternativa B) “Em ‘a interação dos adultos’, com a omissão do ‘que’ que antecede a expressão citada, tem-se ‘à interação dos adultos’.” não pode ser indicada como correta. O “que” é conjunção integrante que introduz oração subordinada substantiva.

Se o “que” for omitido, o verbo “apontar” exigirá preposição diferente — mas não há motivo para inserir “à”. O verbo “apontar” pode reger para, a, ou nada, dependendo do sentido: “apontar algo” (sem preposição), “apontar para algo/alguém” (movimento físico). Logo, “apontam à interação” seria inadequado nesse contexto; o certo continua sendo “apontam a interação”. A alternativa D) “De acordo com as normas da gramática padrão, a expressão ‘vivenciar benefícios terapêuticos’ deveria ser substituída por ‘vivenciar aos benefícios terapêuticos’.” não pode ser considerada correta. O verbo vivenciar é transitivo direto — ou seja, não exige preposição: “vivenciar algo”, “vivenciar emoções”, “vivenciar experiências”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
09	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A segunda parte do título atribuído ao texto, “o que pensar disso?”, apresenta um questionamento que tem, em sua estrutura, elemento:”, a alternativa “D) Coesivo anafórico, que tem como objetivo estabelecer a manutenção de referente já introduzido no texto.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “disso” é formado por “de + isso”, um pronome demonstrativo. Esse tipo de pronome pode ter função coesiva anafórica quando retoma algo já mencionado anteriormente.

No caso do título: “A desumanização que quer ser normalizada: o que pensar disso?”, o pronome “disso” retoma o termo anterior “A desumanização que quer ser normalizada”, ou seja, “O que pensar dessa desumanização que quer ser normalizada?”. Portanto, “disso” é um elemento coesivo anafórico, pois:

Retoma uma informação anterior (“A desumanização que quer ser normalizada”);

Mantém a referência dentro do texto, evitando repetição;

Garante coesão entre as duas partes do título.

Assim, a função do “disso” é referir-se a algo já dito, característica típica da referência anafórica. A alternativa “A) “Dêitico, ‘disso’, contribuindo com a coesão referencial da estrutura linguística proposta.”” não pode ser indicada como correta. Um dêitico (ou elemento dêitico) é aquele que depende do contexto da enunciação — como “aqui”, “agora”, “eu”, “você”, “isso” (quando se refere a algo presente no contexto, para além do texto). No título, “disso” não depende da contextualização enunciativa, mas do texto anterior. Logo, não é dêitico, e sim anafórico. A alternativa “B) “De coesão referencial, que questiona o fator causador da informação apresentada anteriormente.”” não pode ser indicada como correta. Embora “disso” seja um elemento de coesão referencial, ele não questiona o fator causador; o questionamento (“o que pensar”) é sobre a própria situação da desumanização, não sobre a causa dela. Portanto, a explicação do tipo de relação (causa) está incorreta. A alternativa “C) “Coesivo catafórico, que tem como objetivo indicar a introdução de informação relevante ao contexto.”” não pode ser indicada como correta. Um elemento catafórico antecipa algo que ainda será dito (aponta para frente no texto). “Isso é o que mais me preocupa: a falta de empatia.” (Aqui, “isso” antecipa o termo “a falta de empatia”.) No título, “disso” retoma o que já foi dito antes (“A desumanização que quer ser normalizada”), não antecipa nada. Portanto, é anafórico, e não catafórico.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
10	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que, no 5º§, as aspas foram empregadas:”, a alternativa “C) Para sinalizar posicionamento crítico do enunciador.” foi adequadamente indicada como correta. Trecho (5º parágrafo): “Outro dia me deparei com uma notícia envolvendo um casal que estava disputando a guarda de um bebê reborn na justiça, após o divórcio. Eles afirmavam brigar pela boneca em virtude do ‘apego emocional’.” As aspas em “apego emocional” demonstram posicionamento do enunciador que não acredita literalmente nessa justificativa do casal; ele a usa com ironia, distanciamento e crítica. As aspas servem para questionar ou relativizar o termo, mostrando que o autor duvida da veracidade ou da seriedade dessa expressão no contexto apresentado. Assim, as aspas expressam posicionamento crítico do enunciador (o autor), que não valida o termo, mas o apresenta de modo irônico e questionador. Em outras palavras: o autor não concorda que haja “apego emocional” real por uma boneca — ele usa as aspas para marcar essa discordância. A alternativa “A) “Como alternativa ao emprego de parênteses.”” não pode ser indicada como correta. Parênteses são usados para inserir informações explicativas ou complementares, não para destacar termos duvidosos, irônicos ou questionáveis. As aspas não substituem parênteses nesse contexto; elas sinalizam atitude enunciativa, e não uma explicação lateral. Portanto, não têm a mesma função. A alternativa B) “Para indicar o emprego de uma citação direta.” não pode ser indicada como correta. Uma citação direta ocorre quando o autor reproduz fielmente palavras de outra pessoa e geralmente acompanha referência à fonte. Aqui, embora o casal tenha usado a expressão “apego emocional”, o autor não está fazendo uma citação formal; ele apenas destaca a expressão para questioná-la. Ou seja, não é uma citação literal com valor referencial, mas um uso crítico da expressão. A alternativa “D) “De forma aleatória, por uma escolha estilística do enunciador.”” não pode ser indicada como correta. O uso das aspas não é aleatório nem puramente estético, há uma função semântica e discursiva clara: marcar distanciamento crítico. Logo, é uma escolha intencional e significativa, e não estilística ou arbitrária.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
17	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As afirmativas I, II e IV estão em conformidade com os autores mencionados no texto-base da questão. Ponte (2014) ressalta a necessidade de atualização e reinvenção contínua do professor diante das transformações educacionais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) indicam que o docente deve conhecer seus alunos e adequar o ensino às diferentes formas de aprendizagem. Freire, por sua vez, defende a superação das práticas mecânicas e a promoção da reflexão crítica no processo educativo. Já a afirmativa III expressa uma concepção tradicional de ensino centrada na transmissão de conteúdos, posição rejeitada pelos autores citados, razão pela qual foi considerada incorreta.

BRANCA	VERDE
19	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Art. 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura”. Assim, a alternativa A está correta, por refletir o princípio legal que orienta o trabalho educativo comprometido com o respeito à diversidade cultural e com a valorização das identidades locais e regionais.

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, embora complementares, não alteram o sentido do dispositivo nem são exigidas como referência obrigatória no contexto da questão.

A alternativa C, ao mencionar a “padronização curricular nacional”, desloca o enfoque do princípio do respeito à diversidade cultural para um aspecto técnico vinculado à organização curricular prevista na LDB e na BNCC, o que não constitui princípio educativo do ECA. Já as alternativas B e D, embora apresentem formulações plausíveis, relativizam ou neutralizam a diversidade cultural, contrariando o espírito pluralista do art. 58.

Dessa forma, a questão mantém-se válida e precisa, sem erro material ou ambiguidade. A alternativa A é a única que traduz integralmente o princípio educativo previsto no ECA, essencial para a prática pedagógica, que devem reconhecer e valorizar a diversidade sociocultural como elemento formador da cidadania e do desenvolvimento humano.

BRANCA	VERDE
20	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca indefere o recurso, pois a alternativa B (I, II e IV) representa corretamente as assertivas verdadeiras de acordo com o texto vigente da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), com as atualizações das Leis nº 12.796/2013 e nº 14.333/2022.

A assertiva I encontra-se adequada ao disposto no art. 4º, inciso III, que assegura o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma transversal a todos os níveis e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Embora o item tenha destacado apenas o termo “educandos com deficiência”, a referência se mantém juridicamente válida, pois não nega nem contradiz os demais grupos contemplados no inciso. A menção específica a “educandos com deficiência” é compreendida como exemplificação de um dos públicos do AEE, sem prejuízo à totalidade do conteúdo normativo. Assim, o enunciado preserva a essência e o sentido do dispositivo legal.

A assertiva II está plenamente correta, refletindo com precisão o art. 4º, inciso I, que determina a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

A assertiva III é incorreta, pois o art. 4º, inciso X, garante vaga na escola pública a partir dos 4 anos de idade, e não dos 6, como apresentado no item. O erro compromete a validade dessa afirmativa.

A assertiva IV está de acordo com o art. 4º, inciso IX, ao reconhecer a obrigação do Estado em assegurar padrões mínimos de qualidade de ensino, que incluem a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas dos estudantes. Embora o item não transcreva integralmente o texto legal (“variedade e quantidade mínimas por aluno de insumos indispensáveis”), ele não altera nem deturpa o conteúdo normativo essencial, apenas o apresenta de forma sintética, mantendo a fidelidade semântica à lei.

Desse modo, permanecem corretas as afirmativas I, II e IV, conforme o gabarito preliminar, não havendo vício material, omissão legal nem contradição normativa que justifique a alteração do resultado ou a anulação da questão.

BRANCA	VERDE
28	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda as “Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia”. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

() O Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos (PMAJA) objetiva atender jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade “própria” e utiliza um ensino não formal equivalente aos primeiros anos do ensino fundamental.

Julgamento: Correto. Conforme página 47 do documento “DIRETRIZES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PMAJA”.

6.1. Apresentação

O Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos² (PMAJA) é um Programa da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de Uberlândia que objetiva atender jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade “própria”. Utiliza-se de um ensino não formal equivalente aos primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), visto que procura um arranjo flexível na organização do tempo e do espaço escolar.

Destaque-se que o enunciado foi expresso ao informar que o objetivo da questão era avaliar o conhecimento específico do candidato acerca das Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia. Nesse sentido, não merecem guarida as razões recursais que buscam extrapolar o enunciado trazendo argumentos de outros documentos ou diplomas legais.

() A educação inclusiva se afigura como substituta do ensino comum, com uma proposta de adaptação curricular ao público com deficiência, devendo ser adotada em escolas e classes especiais.

Julgamento: Incorreto. Conforme página 49 do documento “DIRETRIZES DO ENSINO FUNDAMENTAL I”.

4. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva significa uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os estudantes compartilharem um mesmo espaço escolar, sem discriminação de qualquer natureza. Por sua vez, a Educação Especial é compreendida como um campo de conhecimento e modalidade transversal de ensino, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Constitui-se como complemento da formação de estudantes com deficiência, perdendo sua condição de substituta do ensino comum em escolas e classes especiais. Propõe, também, um currículo flexível e dinâmico e não uma “adaptação curricular” como propõe as leis anteriores.

() As Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia são documentos construídos por grupo da alta gestão da secretaria municipal de educação, com orientações exclusivas aos docentes da rede, organizadas em dois volumes: educação infantil e ensino fundamental.

Julgamento: Incorreto. Conforme o Capítulo 1 do documento “DIRETRIZES DO ENSINO FUNDAMENTAL I”. As DCMs são compostas por seis volumes (ou cadernos), e não apenas dois.

A construção não foi feita exclusivamente por um "grupo da alta gestão da secretaria municipal de educação". O processo envolveu educadores (profissionais do magistério), Grupos de Trabalho (GTs) e Coordenadores da Rede Municipal de Ensino (RME), sendo um processo evolutivo e colaborativo.

As orientações não são exclusivas aos docentes da rede. Elas servem para nortear a construção da Identidade Pedagógica das Unidades Escolares da RME e são referências para a elaboração de currículos de forma criativa e crítica, destinadas a toda a Rede Municipal de Ensino. O documento possui caráter teórico, normativo e prático, dando suporte para a ação educativa.

Apenas I é correto, portanto.

Por fim, a questão é expressa ao pedir para que o candidato considere exclusivamente as “Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia”; as razões recursais que se sustentam em outros documentos ou diplomas legais não merecem guarida, pois não cabe tal extrapolação ao que foi solicitado no enunciado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA (Município). Secretaria de Educação. Diretrizes Curriculares Municipais. Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/educacao/diretrizes-curriculares-municipais/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
31	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta enunciado claro e coerente com os princípios da teoria literária e da linguística textual, não havendo inconsistências conceituais ou ambiguidade interpretativa que justifiquem sua anulação. O texto “Betsy”, de Rubem Fonseca, insere-se plenamente no pacto de leitura ficcional, uma vez que a narrativa pertence ao domínio literário, cuja característica fundamental é a invenção estética. Conforme explica Antonio Candido (2000), a ficção literária constitui-se como “forma simbólica da experiência humana”, em que o escritor recria poeticamente a realidade, instaurando um universo verossímil, mas não documental. Assim, ainda que o conto desperte identificação emocional e contenha elementos reconhecíveis da vida real, seu contrato de leitura é o da ficção narrativa, e não o do relato factual ou autobiográfico.

Além disso, a função da linguagem predominante é emotiva, pois o foco incide na expressão dos sentimentos e na subjetividade da experiência da perda, representada pelos gestos, pelo silêncio e pelo afeto do homem em relação a Betsy. Essa predominância é descrita por Jakobson (1960) como característica dos discursos em que se evidencia a interioridade do enunciador, cuja emoção organiza o texto e orienta os efeitos de sentido.

Por fim, a interpretação de que o texto seria autobiográfico ou que buscava persuadir o leitor a agir diante da morte não se sustenta. A narrativa é feita em terceira pessoa e não há indícios de identidade entre autor e narrador, tampouco um apelo direto ao leitor. Como destaca Barthes (1988), a literatura não depende da veracidade empírica, mas da construção de uma instância narrativa que media a experiência humana por meio da linguagem.

Dessa forma, a questão está corretamente formulada, as assertivas I e II são consistentes com os fundamentos teóricos da leitura literária e da análise linguística, e não há vício técnico ou conceitual que invalide o item. A improcedência é, portanto, mantida.

Fontes:

- BARTHES, Roland. O prazer do texto. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: Textos de intervenção. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1960.

BRANCA	VERDE
33	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está corretamente formulada e avalia adequadamente a competência gramatical e semântica do candidato no reconhecimento de reescritas que mantêm o valor de sentido e a estrutura original da frase. O enunciado “A casa nunca estivera tão vazia e triste.” apresenta predicação com verbo de ligação (“estivera”) e predicativo do sujeito (“tão vazia e triste”), expressando estado e sentimento.

A alternativa “A casa parecia estar à espera do silêncio.” apresenta, à primeira vista, coerência temática com o campo semântico do original, mas introduz alteração estrutural e normativa. Na norma-padrão, em orações afirmativas com verbo principal no infinitivo precedido de locução verbal, a colocação pronominal adequada é a ênclise (“parecia estar à espera”), não sendo considerada incorreta, mas sim inadequada ao padrão exigido pela gramática normativa tradicional quando o foco da questão é estrutural e não estilístico. Além disso, há uma mudança sutil de sentido: o enunciado original expressa um estado definitivo e absoluto (“nunca estivera”), enquanto a reescrita com “parecia estar” introduz subjetividade e dúvida (um julgamento de aparência, não de certeza), o que a torna semanticamente menos equivalente.

As demais alternativas preservam tanto a estrutura sintática de predicação quanto o valor semântico da sentença original. A opção “A casa se parecia com a solidão do homem”, embora altere o tipo de verbo e o valor comparativo, ainda se mantém coerente dentro do campo metafórico e não apresenta erro estrutural gramatical. Já a alternativa A, ao alterar o modo verbal e a natureza do estado enunciado, torna-se a única estrutural e semanticamente inadequada.

Dessa forma, a questão mantém-se tecnicamente correta e coerente com o objetivo de avaliar o reconhecimento da construção gramatical e do valor de sentido, não havendo irregularidade que justifique alteração ou anulação do gabarito.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2011.

BRANCA	VERDE
34	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está adequadamente formulada, e as duas asserções apresentadas devem ser consideradas verdadeiras, porém sem estabelecer relação de justificativa entre si. A afirmativa I trata do uso de tecnologias digitais como forma de ampliar a experiência estética do aluno, permitindo o acesso a múltiplas linguagens – verbal, visual, sonora –, aspecto que se insere nas práticas de multiletramentos discutidas por Rojo (2012). Nessa perspectiva, a tecnologia funciona como meio de potencializar a recepção literária de forma multimodal, promovendo outras possibilidades de construção de sentidos.

A afirmativa II, embora verdadeira, refere-se a propriedades gerais da leitura literária, como o desenvolvimento da sensibilidade, da imaginação e do senso crítico. Esses elementos são descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) como dimensões constitutivas da formação leitora. No entanto, tais características não justificam o uso de tecnologias digitais na mediação literária, pois dizem respeito à natureza da leitura literária em si e não ao emprego de recursos tecnológicos.

Portanto, ainda que ambas as asserções sejam corretas, elas operam em níveis conceituais distintos e não se relacionam em um vínculo explicativo, o que torna o pedido de alteração do gabarito improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2014.
- ROJO, Roxane. Escola e as múltiplas linguagens: ensinar e aprender com os multiletramentos. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

BRANCA	VERDE
35	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A análise da questão demonstra que a alternativa indicada está correta e que não há fundamento linguístico ou interpretativo que justifique modificação ou anulação do item, razão pela qual o pedido é improcedente. O enunciado avalia conhecimentos de semântica, morfossintaxe e coesão, todos aplicados diretamente ao conto de Rubem Fonseca.

A afirmativa I está adequada, pois o narrador organiza a progressão dos fatos por meio do predomínio dos pretéritos, construindo uma sequência temporal coesa, além de utilizar mecanismos anafóricos típicos da coesão referencial, como ocorre com os pronomes “ele”, “a” e “dela”. Esse funcionamento é próprio do texto narrativo, no qual, segundo Libâneo (2013), a organização sequencial dos eventos se articula com marcas linguísticas que orientam a compreensão do leitor.

A afirmativa II também está correta. A expressão “se espreguiçar”, embora seja empregada tanto para humanos quanto para animais, adquire, no contexto do conto, um valor figurado: o gesto é descrito com delicadeza e languidez, associado à passagem da vida para a morte, criando um efeito de humanização simbólica. Essa figuração não depende da exclusividade do gesto, mas da carga semântica e afetiva produzida pela cena narrativa. A literatura, como destaca Cosson (2006), opera com a conotação como recurso estético, permitindo que gestos cotidianos assumam sentidos ampliados e subjetivos. No texto, o espreguiçar-se no instante final reforça a poeticidade do desfecho e o estreitamento do vínculo entre o homem e Betsy, o que confirma o efeito figurado da expressão.

A afirmativa III está igualmente correta: a vírgula empregada em “Sentindo que os membros dela estavam frios, o homem arranhou para Betsy uma posição confortável na cama” marca a separação adequada de oração subordinada adverbial reduzida de gerúndio, uso plenamente conforme à norma padrão. A função sintática da vírgula é indicar circunstância temporal e causal, clarificando o encadeamento lógico entre as ações, em consonância com a organização do período composto.

A afirmativa IV, por outro lado, apresenta incorreção gramatical, pois o adjetivo “confortável” admite a regência com a preposição “para” quando indica destinatário. Assim, “posição confortável para Betsy” é a forma prevista pela gramática normativa, como afirmam Cunha e Cintra e outros gramáticos de referência. A forma com “a Betsy” não apenas contraria a regência, como altera a noção de beneficiário expressa no contexto narrativo.

Dessa forma, três afirmativas estão corretas (I, II e III) e uma está incorreta (IV), configurando alternativa única e coerente com o gabarito divulgado. Os argumentos apresentados para tentar invalidar a afirmativa II não se sustentam do ponto de vista da semântica literária, pois desconsideram que a figuração não depende de exclusividade do gesto, mas do efeito estético produzido no interior de um texto literário. Por isso, o pedido é improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

BRANCA	VERDE
36	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está bem formulada e coerente com os princípios teórico-metodológicos do ensino de leitura e produção textual ancorados na literatura. A afirmativa I descreve adequadamente o potencial pedagógico do conto “Betsy”, de Rubem Fonseca, ao promover práticas integradas de leitura, escuta e escrita, especialmente pela proposta de reescrita a partir de um novo ponto de vista, atividade que mobiliza compreensão textual, empatia e criatividade - dimensões centrais do trabalho com o texto literário.

A afirmativa II, por sua vez, explica por que o gênero conto favorece tais práticas, ao destacar sua estrutura narrativa típica (situação inicial, tensão, desfecho), o uso de cortes e elipses temporais, a focalização narrativa e a concisão estilística — características que, conforme Cosson (2014), “facilitam o diálogo entre leitura e escrita, permitindo que o estudante compreenda a arquitetura do texto literário e a recrie em sua própria voz”. Dessa forma, a afirmativa II funciona como justificativa teórica da I, pois demonstra que é justamente a natureza formal e estruturante do gênero conto que torna possível e produtiva a proposta de retextualização sugerida.

O argumento de que a sensibilização emocional dos alunos decorre de experiências subjetivas é verdadeiro, mas não invalida a relação lógica entre as afirmativas, uma vez que a questão não trata da dimensão afetiva em si, e sim da articulação metodológica entre leitura, escuta e produção textual. O propósito da questão é avaliar o domínio conceitual sobre o gênero e suas possibilidades didáticas, não sobre a resposta emocional dos alunos.

Portanto, as duas afirmativas são verdadeiras, e a segunda explica adequadamente a primeira, não havendo fundamento técnico para alteração ou anulação da questão.

Fontes:

- BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2003.
- COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRANCA	VERDE
38	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão avalia a dimensão estética da linguagem e os efeitos de sentido produzidos pelo uso expressivo de imagens e figuras de linguagem no conto “Betsy”, de Rubem Fonseca. O texto constrói uma atmosfera poética e sensível não pela neutralidade ou objetividade de um relato cronístico, mas pela intensificação emocional e pelo uso de imagens sugestivas que revelam o vínculo afetivo entre o homem e Betsy.

Ainda que o texto apresente certa linearidade temporal e enumeração de fatos — traços que remetem superficialmente a um relato referencial —, sua finalidade estética ultrapassa a simples cronologia. Rubem Fonseca utiliza recursos estilísticos de conotação poética, como metáforas e comparações implícitas, para traduzir a ternura e a dor da despedida. O gesto de Betsy que “estendeu o corpo, parecendo se espreguiçar” e a imagem do homem “acariciando seu corpo, sentindo com tristeza a magreza de suas ancas” são construções simbólicas que sugerem mais do que descrevem: representam o esgotamento da vida e a permanência do afeto mesmo diante da morte.

Como observa Bosi (1993), a literariedade não depende apenas do uso explícito de figuras nomeadas (como a comparação direta), mas do “poder de sugerir”, do valor simbólico das imagens e da capacidade da linguagem de transcender a referência imediata. Assim, o efeito estético da narrativa decorre do tom comovente e da expressividade poética das descrições, o que confirma a pertinência da alternativa que destaca o uso de “comparações e de imagens sugestivas” como responsáveis pela sensibilidade e pela força emocional do texto.

Dessa forma, a questão está adequada, pois identifica corretamente o predomínio da função poética da linguagem e o emprego de recursos de sugestão imagética como meios de produção do efeito literário. Não se trata de um texto informativo ou cronístico, mas de uma narrativa literária em que a forma de dizer é indissociável da emoção transmitida. A improcedência do pedido de alteração é, portanto, mantida.

Fontes:

- BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: Textos de intervenção. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Cargo: Professor de Matemática

BRANCA	VERDE
01	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a situação referente a atitudes que envolvem a (des)conexão humana (3º§), de acordo com o texto, assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “B) “Atitudes reais envolvendo bebês reborn, bebês robôs, cachorros robôs, entre outros conduzem a questionamentos imprescindíveis para a sociedade.” foi adequadamente indicada como correta. O texto menciona que esses comportamentos (como o apego a substitutos artificiais de seres vivos) são reais, já acontecem. E que essas atitudes levam a reflexões importantes sobre a conexão e a desconexão humanas, sobre o que é “afeto”, “presença”, e como a tecnologia interfere nas relações humanas. Ou seja, a alternativa interpreta fielmente a ideia central do 3º parágrafo. A alternativa A) “Do ponto de vista global, o Brasil tem caminhado na contramão das tendências mundiais, acelerando o processo de isolamento humano.” não pode ser indicada como correta. O texto não menciona Brasil nem faz comparações globais. Essa afirmação introduz uma informação não presente no texto, logo é uma inferência indevida. A alternativa C) “A inexistência da conexão humana é um fato alarmante e real consequente da utilização excessiva da tecnologia como solução para todo tipo de demanda na atualidade.” não pode ser indicada como correta. O texto não afirma que a conexão humana deixou de existir (“inexistência” é exagero). O que o texto faz é alertar sobre o risco de perda de vínculos e questionar a substituição das relações humanas por relações artificiais. Portanto, o texto problematiza, não afirma como fato consumado. A alternativa D) “O fortalecimento das conexões humanas depende, principalmente, da necessidade que se tem de romper com tecnologias em que não há objetivos relevantes para a sociedade.” não pode ser indicada como correta. O texto não defende romper com a tecnologia, ele fala sobre refletir sobre seu uso e os impactos na convivência humana, não sobre rejeitá-la, ou seja, a ideia não é de ruptura, e sim de equilíbrio e consciência.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
02	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando as informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que bebês reborn:”, a alternativa “B) São elementos inseridos em uma prática com indicativos de questões de saúde que necessitam de atenção e cuidados específicos.” foi adequadamente indicada como correta. De acordo com o texto: “Profissionais explicando que essa fuga da realidade distorce o que é real e que essas pessoas ficam na ilusão, na fantasia, colocam vida em algo que não existe, tratando-se de pessoas devastadas emocionalmente, carentes, com problemas psicológicos graves.” O uso excessivo ou distorcido dos bebês reborn é visto como sinal de desequilíbrio emocional e psicológico, há indícios de questões de saúde mental que merecem atenção e cuidado especializado.

Portanto, trata-se de uma prática que revela problemas de saúde emocional, necessitando de atenção. A alternativa “A) Constituem uma nova tecnologia criada pelo ser humano que ultrapassa limites inimagináveis há alguns anos.” não pode ser indicada como correta. O texto diferencia bebês reborn (bonecas hiper-realistas feitas à mão) de bebês robôs (lovots), que sim são tecnologias. Os reborn não são tecnologias avançadas; são criações artesanais, associadas a comportamentos humanos e não à inovação tecnológica. Logo, essa opção confunde os bebês reborn com os robôs, o que o texto não faz. A alternativa “C) Representam uma promessa de que os relacionamentos humanos serão, no futuro, positivamente diferentes dos estabelecidos por gerações anteriores.” não pode ser indicada como correta. O texto não vê positividade no fenômeno, pelo contrário, mostra preocupação com a substituição das relações humanas por objetos e máquinas. “Pessoas estão substituindo o humano pelo que não é humano, ou seja, substituindo seres vivos por máquinas.” Logo, não há nenhuma “promessa positiva” nos bebês reborn. A alternativa “D) Estão entre as propostas de práticas sociais apresentadas na contemporaneidade que mais afetam a população em geral, seja psicológica ou financeiramente.” não pode ser indicada como correta. O texto não diz que essa prática afeta a população em geral — fala de casos pontuais e de certos grupos (pessoas carentes, solitárias, emocionalmente abaladas). Ele cita até um caso judicial isolado e custos elevados, mas não generaliza o impacto para “a população em geral”, ou seja, o texto aponta um fenômeno preocupante, mas não o mais impactante nem universal.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
04	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Referente ao gênero textual, pode-se afirmar que o texto apresentado se classifica como:”, a alternativa “B) Artigo de opinião.” foi adequadamente indicada como correta. O texto é um artigo de opinião porque apresenta claramente as características centrais desse gênero como:

Tema atual e relevante: O texto trata de um fenômeno contemporâneo — a substituição das relações humanas por vínculos artificiais (bebês reborn, robôs, IAs).

Tese (posição do autor): O autor se posiciona criticamente — condena a “desumanização” e a tentativa de torná-la normal. “Pessoas estão substituindo o humano pelo que não é humano.” “Parece-nos que as pessoas querem comodidade, pouco desgaste, envolvimento e exposição.”

Argumentação: Ele apresenta argumentos e exemplos (casos de guarda judicial, projetos de lei, opiniões de profissionais) para sustentar sua visão crítica.

Opinião: Há presença de juízos de valor, intervenções pessoais e marcas de subjetividade, típicas de quem quer influenciar o leitor. “É um questionamento necessário no atual momento social.” “Parece-nos que as pessoas querem comodidade...”

Objetivo comunicativo: O autor quer levar o leitor à reflexão e formar opinião sobre um comportamento social. Portanto, o texto é um artigo de opinião publicado em estilo jornalístico ou ensaístico, com base argumentativa e crítica. A alternativa “A) Resenha crítica” não pode ser indicada como correta. Uma resenha crítica tem como foco avaliar uma obra específica (livro, filme, peça, artigo, etc.), apresentando resumo e julgamento de valor. O texto não comenta nem avalia nenhuma obra, mas sim um fenômeno social. A alternativa “C) Crônica argumentativa” não pode ser indicada como correta. A crônica se caracteriza por ter linguagem mais leve, narrativa, cotidiana, e muitas vezes com humor, ironia ou lirismo. Embora o texto trate de um tema atual, ele não tem tom narrativo nem coloquial, mas analítico e reflexivo. Além disso, a crônica geralmente é breve e relata um episódio para refletir sobre ele. A alternativa “D) Argumentativo-dissertativo” não pode ser indicada como correta. O texto argumentativo-dissertativo é um tipo textual e não um gênero textual. Embora o artigo tenha estrutura tipológica do texto dissertativo-argumentativo, o gênero textual é artigo de opinião, não “dissertativo-argumentativo”. Tipologia textual e gênero textual são nomenclaturas diferentes para conceitos diferentes.

Fonte:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considere o fragmento “Os cientistas apontam que a interação dos adultos com as bonecas busca estabelecer vínculos emocionais, dar vazão à expressão criativa e vivenciar benefícios terapêuticos significativos.” (1º§) e assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “C) Caso o segmento “expressão criativa” fosse substituído por “benefícios terapêuticos”, o “à” antecedente poderia ser substituído por “a”.” foi adequadamente indicada como correta. O substantivo “vazão” exige a preposição a: dar vazão a algo. Como “expressão” é um substantivo feminino precedido de artigo definido “a”, ocorre a fusão da preposição + artigo → à (crase). Se substituirmos “expressão criativa” por “benefícios terapêuticos”, temos: “dar vazão a benefícios terapêuticos”. O termo “benefícios” é plural e masculino, portanto não usa artigo “a” (é “os benefícios”, não “as”). Assim, não há fusão da preposição “a” com artigo “a”, e por isso a crase desaparece. A alternativa A) “Como alternativa para ‘com as bonecas’, a opção ‘às bonecas’ é válida gramatical e semanticamente.” não pode ser indicada como correta. O verbo é “interagir”, e ele rege a preposição com: “interagir com alguém / com algo”. Portanto, “interagir às bonecas” está gramaticalmente incorreto. A única forma certa é: “interagir com as bonecas”. A alternativa B) “Em ‘a interação dos adultos’, com a omissão do ‘que’ que antecede a expressão citada, tem-se ‘à interação dos adultos’.” não pode ser indicada como correta. O “que” é conjunção integrante que introduz oração subordinada substantiva. Se o “que” for omitido, o verbo “apontar” exigirá preposição diferente — mas não há motivo para inserir “à”. O verbo “apontar” pode reger para, a, ou nada, dependendo do sentido: “apontar algo” (sem preposição), “apontar para algo/alguém” (movimento físico). Logo, “apontam à interação” seria inadequado nesse contexto; o certo continua sendo “apontam a interação”. A alternativa D) “De acordo com as normas da gramática padrão, a expressão ‘vivenciar benefícios terapêuticos’ deveria ser substituída por ‘vivenciar aos benefícios terapêuticos’.” não pode ser considerada correta. O verbo vivenciar é transitivo direto — ou seja, não exige preposição: “vivenciar algo”, “vivenciar emoções”, “vivenciar experiências”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
09	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A segunda parte do título atribuído ao texto, “o que pensar disso?”, apresenta um questionamento que tem, em sua estrutura, elemento:”, a alternativa “D) Coesivo anafórico, que tem como objetivo estabelecer a manutenção de referente já introduzido no texto.” foi adequadamente indicada como correta.

O termo “disso” é formado por “de + isso”, um pronome demonstrativo. Esse tipo de pronome pode ter função coesiva anafórica quando retoma algo já mencionado anteriormente.

No caso do título: “A desumanização que quer ser normalizada: o que pensar disso?”, o pronome “disso” retoma o termo anterior “A desumanização que quer ser normalizada”, ou seja, “O que pensar dessa desumanização que quer ser normalizada?”. Portanto, “disso” é um elemento coesivo anafórico, pois:

Retoma uma informação anterior (“A desumanização que quer ser normalizada”);

Mantém a referência dentro do texto, evitando repetição;

Garante coesão entre as duas partes do título.

Assim, a função do “disso” é referir-se a algo já dito, característica típica da referência anafórica. A alternativa “A) “Dêitico, ‘disso’, contribuindo com a coesão referencial da estrutura linguística proposta.”” não pode ser indicada como correta. Um dêitico (ou elemento dêitico) é aquele que depende do contexto da enunciação — como “aqui”, “agora”, “eu”, “você”, “isso” (quando se refere a algo presente no contexto, para além do texto). No título, “disso” não depende da contextualização enunciativa, mas do texto anterior. Logo, não é dêitico, e sim anafórico. A alternativa “B) “De coesão referencial, que questiona o fator causador da informação apresentada anteriormente.”” não pode ser indicada como correta. Embora “disso” seja um elemento de coesão referencial, ele não questiona o fator causador; o questionamento (“o que pensar”) é sobre a própria situação da desumanização, não sobre a causa dela. Portanto, a explicação do tipo de relação (causa) está incorreta. A alternativa “C) “Coesivo catafórico, que tem como objetivo indicar a introdução de informação relevante ao contexto.”” não pode ser indicada como correta. Um elemento catafórico antecipa algo que ainda será dito (aponta para frente no texto). “Isso é o que mais me preocupa: a falta de empatia.” (Aqui, “isso” antecipa o termo “a falta de empatia”.) No título, “disso” retoma o que já foi dito antes (“A desumanização que quer ser normalizada”), não antecipa nada. Portanto, é anafórico, e não catafórico.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
10	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que, no 5º§, as aspas foram empregadas:”, a alternativa “C) Para sinalizar posicionamento crítico do enunciador.” foi adequadamente indicada como correta. Trecho (5º parágrafo): “Outro dia me deparei com uma notícia envolvendo um casal que estava disputando a guarda de um bebê reborn na justiça, após o divórcio. Eles afirmavam brigar pela boneca em virtude do ‘apego emocional’.” As aspas em “apego emocional” demonstram posicionamento do enunciador que não acredita literalmente nessa justificativa do casal; ele a usa com ironia, distanciamento e crítica. As aspas servem para questionar ou relativizar o termo, mostrando que o autor duvida da veracidade ou da seriedade dessa expressão no contexto apresentado. Assim, as aspas expressam posicionamento crítico do enunciador (o autor), que não valida o termo, mas o apresenta de modo irônico e questionador. Em outras palavras: o autor não concorda que haja “apego emocional” real por uma boneca — ele usa as aspas para marcar essa discordância. A alternativa “A) “Como alternativa ao emprego de parênteses.”” não pode ser indicada como correta. Parênteses são usados para inserir informações explicativas ou complementares, não

para destacar termos duvidosos, irônicos ou questionáveis. As aspas não substituem parênteses nesse contexto; elas sinalizam atitude enunciativa, e não uma explicação lateral. Portanto, não têm a mesma função. A alternativa B) “Para indicar o emprego de uma citação direta.” não pode ser indicada como correta. Uma citação direta ocorre quando o autor reproduz fielmente palavras de outra pessoa e geralmente acompanha referência à fonte. Aqui, embora o casal tenha usado a expressão “apego emocional”, o autor não está fazendo uma citação formal; ele apenas destaca a expressão para questioná-la. Ou seja, não é uma citação literal com valor referencial, mas um uso crítico da expressão. A alternativa “D) “De forma aleatória, por uma escolha estilística do enunciador.”” não pode ser indicada como correta. O uso das aspas não é aleatório nem puramente estético, há uma função semântica e discursiva clara: marcar distanciamento crítico. Logo, é uma escolha intencional e significativa, e não estilística ou arbitrária.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
17	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As afirmativas I, II e IV estão em conformidade com os autores mencionados no texto-base da questão. Ponte (2014) ressalta a necessidade de atualização e reinvenção contínua do professor diante das transformações educacionais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) indicam que o docente deve conhecer seus alunos e adequar o ensino às diferentes formas de aprendizagem. Freire, por sua vez, defende a superação das práticas mecânicas e a promoção da reflexão crítica no processo educativo. Já a afirmativa III expressa uma concepção tradicional de ensino centrada na transmissão de conteúdos, posição rejeitada pelos autores citados, razão pela qual foi considerada incorreta.

BRANCA	VERDE
19	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Art. 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura”. Assim, a alternativa A está correta, por refletir o princípio legal que orienta o trabalho educativo comprometido com o respeito à diversidade cultural e com a valorização das identidades locais e regionais.

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, embora complementares, não alteram o sentido do dispositivo nem são exigidas como referência obrigatória no contexto da questão.

A alternativa C, ao mencionar a “padronização curricular nacional”, desloca o enfoque do princípio do respeito à diversidade cultural para um aspecto técnico vinculado à organização curricular prevista na LDB e na BNCC, o que não

constitui princípio educativo do ECA. Já as alternativas B e D, embora apresentem formulações plausíveis, relativizam ou neutralizam a diversidade cultural, contrariando o espírito pluralista do art. 58.

Dessa forma, a questão mantém-se válida e precisa, sem erro material ou ambiguidade. A alternativa A é a única que traduz integralmente o princípio educativo previsto no ECA, essencial para a prática pedagógica, que devem reconhecer e valorizar a diversidade sociocultural como elemento formador da cidadania e do desenvolvimento humano.

BRANCA	VERDE
20	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca indefere o recurso, pois a alternativa B (I, II e IV) representa corretamente as assertivas verdadeiras de acordo com o texto vigente da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), com as atualizações das Leis nº 12.796/2013 e nº 14.333/2022.

A assertiva I encontra-se adequada ao disposto no art. 4º, inciso III, que assegura o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma transversal a todos os níveis e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Embora o item tenha destacado apenas o termo “educandos com deficiência”, a referência se mantém juridicamente válida, pois não nega nem contradiz os demais grupos contemplados no inciso. A menção específica a “educandos com deficiência” é compreendida como exemplificação de um dos públicos do AEE, sem prejuízo à totalidade do conteúdo normativo. Assim, o enunciado preserva a essência e o sentido do dispositivo legal.

A assertiva II está plenamente correta, refletindo com precisão o art. 4º, inciso I, que determina a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

A assertiva III é incorreta, pois o art. 4º, inciso X, garante vaga na escola pública a partir dos 4 anos de idade, e não dos 6, como apresentado no item. O erro compromete a validade dessa afirmativa.

A assertiva IV está de acordo com o art. 4º, inciso IX, ao reconhecer a obrigação do Estado em assegurar padrões mínimos de qualidade de ensino, que incluem a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas dos estudantes. Embora o item não transcreva integralmente o texto legal (“variedade e quantidade mínimas por aluno de insumos indispensáveis”), ele não altera nem deturpa o conteúdo normativo essencial, apenas o apresenta de forma sintética, mantendo a fidelidade semântica à lei.

Desse modo, permanecem corretas as afirmativas I, II e IV, conforme o gabarito preliminar, não havendo vício material, omissão legal nem contradição normativa que justifique a alteração do resultado ou a anulação da questão.

BRANCA	VERDE
22	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O bullying não é um fenômeno recente, mas que sua gravidade passou a ser reconhecida mais recentemente, exigindo ações planejadas de prevenção e enfrentamento. O autor destaca que o saber pedagógico, de forma isolada, não é suficiente para lidar com a complexidade da violência escolar, sendo imprescindível articular conhecimentos e práticas interdisciplinares com profissionais de diferentes áreas, como psicologia e serviço social.

A alternativa D é a única que traduz essa perspectiva de intervenção articulada, formativa e interdisciplinar, valorizando o papel do professor como mediador de processos educativos que envolvem o coletivo escolar e visam à transformação das relações interpessoais.

A alternativa B, embora mencione a criação de regras e estratégias institucionais, apresenta uma abordagem normativa e restritiva, centrada no controle do uso de dispositivos móveis e na imposição de medidas disciplinares. Essa resposta é limitada, pois não contempla a dimensão relacional e educativa do fenômeno, nem envolve os sujeitos no processo de conscientização e reconstrução das práticas sociais. Assim, difere da perspectiva defendida por Monteiro (2008), que entende o enfrentamento do bullying como um processo formativo e interdisciplinar, e não meramente regulatório.

Já a alternativa C incorre em erro conceitual ao individualizar a culpa, tratando a exposição nas redes como responsabilidade da vítima, o que reforça uma lógica punitiva e culpabilizante, desconsiderando o caráter estrutural e coletivo da violência escolar.

Desse modo, mantém-se o gabarito da alternativa D, por ser a única que expressa adequadamente uma resposta pedagógica sistêmica, cooperativa e formativa, coerente com o enfoque teórico apresentado no enunciado e com o papel docente na mediação de situações de violência, inclusive as que se manifestam em ambientes virtuais.

BRANCA	VERDE
23	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A elaboração curricular deve considerar as vertentes da ontologia (ser), epistemologia (conhecimento) e axiologia (valores), pois essas dimensões fornecem os fundamentos essenciais para compreender o papel formativo do currículo. Essa perspectiva reconhece o currículo como um fenômeno cultural, histórico e valorativo, no qual as vertentes filosóficas constituem bases estruturantes do processo de construção curricular, articulando-se às dimensões político-pedagógicas e culturais mencionadas no comando da questão.

A alternativa C expressa essa compreensão ao integrar os fundamentos filosóficos às práticas educativas, evidenciando que a elaboração do currículo envolve a reflexão sobre o ser humano, o conhecimento e os valores que orientam a ação pedagógica. As alternativas A, B e D mantêm inconsistências conceituais: a primeira atribui neutralidade axiológica à formação; a segunda restringe a epistemologia à seleção de conteúdo; e a quarta desconsidera o papel das ciências humanas e filosóficas na fundamentação curricular. Assim, não há ambiguidade teórica ou multiplicidade de respostas plausíveis, uma vez que apenas a alternativa C estabelece a relação coerente entre as vertentes filosóficas e o processo de elaboração curricular, conforme previsto no enunciado e nas principais referências da filosofia da educação.

BRANCA	VERDE
28	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda as “Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia”. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

() O Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos (PMAJA) objetiva atender jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade “própria” e utiliza um ensino não formal equivalente aos primeiros anos do ensino fundamental.

Julgamento: Correto. Conforme página 47 do documento “DIRETRIZES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PMAJA”.

6.1. Apresentação

O Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos⁷ (PMAJA) é um Programa da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de Uberlândia que objetiva atender jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização em idade “própria”. Utiliza-se de um ensino não formal equivalente aos primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), visto que procura um arranjo flexível na organização do tempo e do espaço escolar.

Destaque-se que o enunciado foi expresso ao informar que o objetivo da questão era avaliar o conhecimento específico do candidato acerca das Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia. Nesse sentido, não merecem guarida as razões recursais que buscam extrapolar o enunciado trazendo argumentos de outros documentos ou diplomas legais.

() A educação inclusiva se afigura como substituta do ensino comum, com uma proposta de adaptação curricular ao público com deficiência, devendo ser adotada em escolas e classes especiais.

Julgamento: Incorreto. Conforme página 49 do documento “DIRETRIZES DO ENSINO FUNDAMENTAL I”.

4. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva significa uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os estudantes compartilharem um mesmo espaço escolar, sem discriminação de qualquer natureza. Por sua vez, a Educação Especial é compreendida como um campo de conhecimento e modalidade transversal de ensino, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Constitui-se como complemento da formação de estudantes com deficiência, perdendo sua condição de substituta do ensino comum em escolas e classes especiais. Propõe, também, um currículo flexível e dinâmico e não uma “adaptação curricular” como propõe as leis anteriores.

() As Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia são documentos construídos por grupo da alta gestão da secretaria municipal de educação, com orientações exclusivas aos docentes da rede, organizadas em dois volumes: educação infantil e ensino fundamental.

Julgamento: Incorreto. Conforme o Capítulo 1 do documento “DIRETRIZES DO ENSINO FUNDAMENTAL I”. As DCMs são compostas por seis volumes (ou cadernos), e não apenas dois.

A construção não foi feita exclusivamente por um "grupo da alta gestão da secretaria municipal de educação". O processo envolveu educadores (profissionais do magistério), Grupos de Trabalho (GTs) e Coordenadores da Rede Municipal de Ensino (RME), sendo um processo evolutivo e colaborativo.

As orientações não são exclusivas aos docentes da rede. Elas servem para nortear a construção da Identidade Pedagógica das Unidades Escolares da RME e são referências para a elaboração de currículos de forma criativa e crítica, destinadas a toda a Rede Municipal de Ensino. O documento possui caráter teórico, normativo e prático, dando suporte para a ação educativa.

Apenas I é correto, portanto.

Por fim, a questão é expressa ao pedir para que o candidato considere exclusivamente as “Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia”; as razões recursais que se sustentam em outros documentos ou diplomas legais não merecem guarida, pois não cabe tal extrapolação ao que foi solicitado no enunciado.

Fonte:

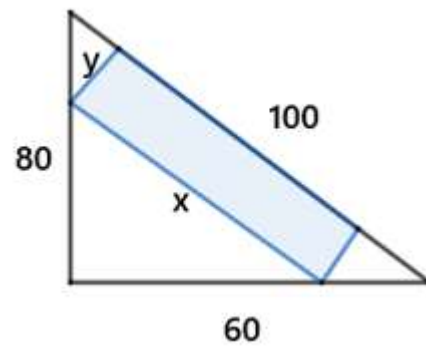
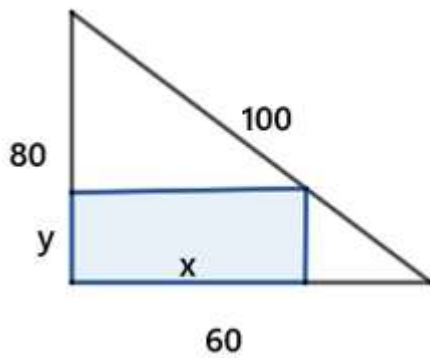
- UBERLÂNDIA (Município). Secretaria de Educação. Diretrizes Curriculares Municipais. Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/educacao/diretrizes-curriculares-municipais/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado fornece todos os dados necessários para uma única interpretação lógica e inequívoca. A resolução, com a resposta indicada no gabarito é dada a seguir.

Temos as duas opções a seguir, em que x e y são as medidas dos lados do retângulo:



Fazendo a semelhança de triângulos nos triângulos brancos, do lado esquerdo, tem-se que:

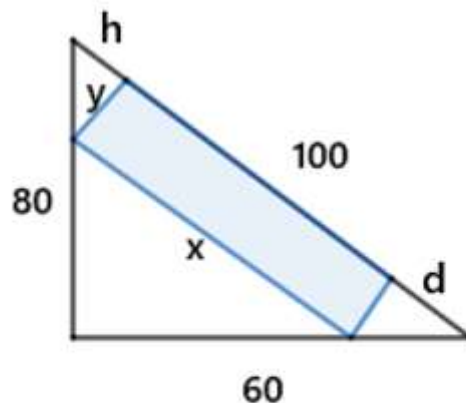
$$\begin{aligned}\frac{60-x}{y} &= \frac{x}{80-y} \\ (60-x) \cdot (80-y) &= xy \\ 4800 - 60y - 80x + xy &= xy \\ y &= \frac{240-4x}{3} = 80 - \frac{4}{3}x\end{aligned}$$

A área do retângulo é dada pela função do segundo grau:

$$x \cdot y = x \cdot \left(80 - \frac{4}{3}x\right) = 80x - \frac{4}{3}x^2,$$

Cujo valor máximo é dado quando $x = -\frac{b}{2a} = \frac{-80}{-2 \cdot \frac{4}{3}} = 30$ e $y = 80 - \frac{4}{3} \cdot 30 = 40$. Portanto, a área é máxima é $A = 30 \cdot 40 = 1200 \text{ cm}^2$.

Usando a semelhança de triângulos no triângulo da direita, tem-se que



$$\frac{80}{60} = \frac{h}{y} \Rightarrow h = \frac{4}{3}y \text{ e } \frac{80}{60} = \frac{y}{d} \Rightarrow d = \frac{3}{4}y$$

Então,

$$\frac{4}{3}y + x + \frac{3}{4}y = 100$$

$$x = 100 - \frac{25}{12}y$$

A área do retângulo é dada pela função do segundo grau:

$$x \cdot y = \left(100 - \frac{25}{12}y\right) \cdot y = 100y - \frac{25}{12}y^2,$$

Cujo valor máximo é dado quando $y = -\frac{b}{2a} = \frac{-100}{-2 \cdot \frac{25}{12}} = 24$ e $x = 100 - \frac{25}{12} \cdot 24 = 50$.

Portanto, a área é máxima é $A = 50 \cdot 24 = 1200 \text{ cm}^2$.

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
32	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado fornece todos os dados necessários para uma única interpretação lógica e inequívoca. A resolução, com a resposta indicada no gabarito é dada a seguir.

Para que um cubo não tenha nenhuma face externa com papel alumínio, ele não pode estar na:

Primeira nem última camada de comprimento (10 cm) → internos: $10-2=8$

Primeira nem última camada de largura (8 cm) → internos: $8-2=6$

Primeira nem última camada de altura (5 cm) → internos: $5-2=3$

Assim, o total de cubos internos é dado por $8 \times 6 \times 3 = 144$.

Fonte:

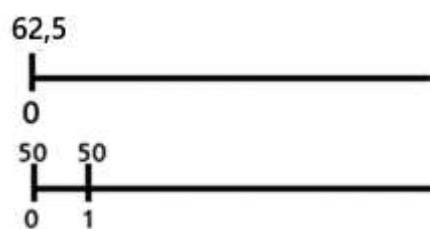
- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
33	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir.

Fixando o valor do bem em 100, temos os pagamentos:



Igualando os valores da época 0, tem-se

$$\begin{aligned}
 62,5 &= 50 + \frac{50}{1+i} \\
 12,5 &= \frac{50}{1+i} \\
 1+i &= \frac{50}{12,5} \\
 1+i &= 4 \\
 i &= 3 = 300\%
 \end{aligned}$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
34	33

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e apresenta enunciado claro, objetivo. Entretanto, o item contém erro técnico de digitação na resposta. Resposta correta seria

$$KM = \sqrt{12} = 2\sqrt{3}$$

que não corresponde a nenhuma das opções fornecidas.

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE
38	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O professor Ricardo utilizou uma linha do tempo ilustrada focando em como diferentes civilizações (mesopotâmica, egípcia, hindu-arábica) desenvolveram e utilizaram seus próprios sistemas de numeração ao longo do tempo, apresentando artefatos históricos e inscrições.

A História da Matemática na Educação utiliza o desenvolvimento histórico de conceitos, problemas e métodos matemáticos para enriquecer o ensino e a aprendizagem. Ela busca:

1. Mostrar que a Matemática é uma construção humana e cultural, não um conjunto de símbolos "prontos".
2. Contextualizar os conceitos, revelando o porquê de certas ideias terem surgido.
3. Tornar o conteúdo mais significativo e motivador, combatendo a visão de que a Matemática é estática.

O foco em civilizações passadas (como a egípcia e a mesopotâmica) e na evolução dos sistemas de numeração se encaixa perfeitamente nesta abordagem.

Diferença entre História da Matemática e Etnomatemática

Embora ambas as tendências reconheçam o caráter cultural da Matemática, elas possuem focos distintos:

Característica	História da Matemática	Etnomatemática
Foco Principal	Estudo do desenvolvimento cronológico dos conceitos, métodos e problemas matemáticos.	Estudo das práticas matemáticas (contar, medir, classificar, etc.) desenvolvidas e utilizadas por grupos culturais específicos ("etnos").
Escopo	Civilizações passadas e a evolução formal da Matemática até a forma moderna. Ex: Pitágoras, Euclides, sistemas egípcios ou babilônicos.	Grupos culturais contemporâneos ou históricos, não necessariamente relacionados ao "cânone" da Matemática ocidental. Ex: Práticas de tecelagem indígena, medição de terra por camponeses, sistemas de contagem de tribos africanas.
Objetivo na Aula	Contextualizar e humanizar a Matemática, mostrando sua gênese e evolução para melhorar a compreensão do conteúdo curricular formal.	Valorizar o conhecimento local do aluno, estabelecer uma ponte entre a cultura dele e a Matemática acadêmica, promovendo o respeito e a inclusão cultural.
Exemplo no Caso	Apresentar a evolução dos símbolos indo-arábicos a partir dos sistemas egípcio e babilônico.	Analisar como um grupo de agricultores de uma região específica do Brasil mede um terreno com cordas ou varas.

BRANCA	VERDE
39	37

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão possui duas alternativas corretas, desta forma a mesma deverá ser anulada.

Cargo: Profissional de Apoio Escolar

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	06	07	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão avalia o conhecimento sintático do candidato no seguinte trecho: E, para isso, professores bem formados, apoiados e valorizados são profissionais-chave em todo esse processo". O trecho é formado por apenas um verbo: "são" e o sujeito é "professores". Assim, se trata de um período simples formado por apenas um sujeito. O verbo está na terceira pessoa do plural para concordar com professores que está no plural. "Formados, apoiados e valorizados", apesar de estarem na forma nominal participípio, funciona como qualificador de "professores", nesse contexto, atuam como adjetivos e não formam novas orações. A concordância "profissionais-chave" não está incorreta. Chave está como invariável, com isso, não vai para o plural. A alternativa correta é Trata-se de um período simples e formado por apenas um sujeito.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	10	09	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O título de um texto antecipa a informação central que será nele tratada. Assim, o título “Da proibição dos celulares à educação integral para a cidadania digital” nos apresenta sua argumentação central: não basta proibir, é preciso formar cidadão digital. No entanto, o autor não defende a restrição como tese principal. Ele reconhece que a proibição pode ter benefícios iniciais, mas sua tese central é a necessidade de uma formação digital consciente, e não a simples proibição. Assim, a afirmativa II é incorreta.

“A educação para uma cidadania digital anula a proibição de celulares nas escolas.” Afirmativa incorreta: O autor defende que a proibição pode ser o ponto de partida, mas não o ponto final. “Restringir o uso de celulares nas escolas deve ser visto como o começo da conversa, e não como seu ponto final.”

A afirmativa I é a correta, pois há uma progressão que parte do início que é a proibição até chegar à formação cidadã. Nesse sentido, nota-se que o autor não se coloca contra a proibição dos celulares nas escolas, mas vê essa ação como ponto inicial e que deve, na verdade progredir, caminhar para uma formação cidadã digital. Com isso, a proibição antecede a formação cidadã. Portanto, a única afirmativa correta é O título parte de uma temática progressiva, partindo de uma visão mais limitada para uma visão mais ampla.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. 216p.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	08	01	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem como base um enunciado interrogativo e tem como objetivo avaliar a compreensão do candidato quanto ao uso da retórica como uma estratégia reflexiva. Assim, a alternativa correta é:

Despertar no leitor uma reflexão em relação às estratégias utilizadas para que a educação avance. A pergunta retórica orienta o leitor à reflexão sobre o desafio que sucede a proibição dos celulares, deslocando o foco para a necessidade de formação digital e de docentes preparados.

O trecho não retoma o que foi dito anteriormente, ele apresenta uma retórica como conclusão do que foi dito antes. Não há intenção, por parte do autor, criticar a proibição quanto ao uso de celulares na escola, visto que anteriormente menciona que a proibição do uso de celulares é uma medida inicial.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	09	03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão avalia a compreensão do trecho-base com foco na análise sintática. A base para a questão é o seguinte trecho: “Considerando que o Brasil é um dos países em que as pessoas passam mais tempo online e nas redes sociais, restringir o uso de celulares nas escolas deve ser visto como o começo da conversa, e não como seu ponto final.” A oração principal é “restringir o uso de celulares nas escolas deve ser visto como o começo da conversa, e não como seu ponto final”. A segunda oração “Considerando que o Brasil é um dos países em que as pessoas passam mais tempo on-line e nas redes sociais” é uma oração subordinada causal reduzida de gerúndio, pois o verbo aparece na forma nominal “considerando”, sem um conectivo explícito. Apresenta uma causa, uma explicação para o que é exposto na oração principal. O verbo passar, neste contexto, tem valor de passagem de tempo, portanto, é transitivo e seu objeto é “mais tempo”. Essa oração não expressa condição; ela é uma oração principal declarativa.

““Considerando que o Brasil é um dos países em que as pessoas passam mais tempo on-line e nas redes sociais, [...]” tem valor adversativo.” Incorreta. O valor adversativo indica oposição (como em “mas”, “porém”, “contudo”), O trecho expressa uma causa, uma explicação.

Assim, a alternativa correta é “A primeira oração é uma oração subordinada e introduz uma causa para o que é apresentado na oração principal.”

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	01	10	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No período original, há correlação entre duas ações futuras: uma condicional no futuro, e a principal também no futuro. Ao substituir “se” por “caso”, ocorre uma mudança no tempo verbal da oração condicional: o verbo fica no modo subjuntivo, assim, a flexão adequada do verbo ser é na terceira pessoa do presente do indicativo. O verbo “precisarão” permanece no futuro do presente do indicativo, pois está na oração principal e expressa uma consequência futura. As demais flexões estão em desacordo com a gramática da língua portuguesa.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	03	05	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem como base o seguinte fragmento: “Mais do que uma medida normativa, tal resolução representa um convite a pensarmos a educação de forma integrada, conectando os desafios do presente às competências do futuro. Ela nos provoca a buscar equilíbrio entre proteção e protagonismo, entre limite e liberdade, entre lei e a formação de cidadãos virtuosos.” Das alternativas como opções de respostas, a correta é o trecho “[...] buscar equilíbrio entre

proteção e protagonismo, entre limite e liberdade, entre lei e a formação de cidadãos virtuosos[...]” é formado por pares contrastivos os quais completam o termo “equilíbrio”. Os pares são opostos, assim, se contrastam. Além disso, estão relacionados ao substantivo “equilíbrio”, portanto, funcionam como complemento de um nome, assim, exercem a função de complemento nominal.

O pronome do caso reto “ela” substitui o termo “educação”. A alternativa está incorreta, pois o pronome do caso reto retoma o termo “resolução”.

A expressão “mais do que” tem valor de exclusão em relação ao caráter normativo da resolução. A expressão quer dizer que a resolução é além de uma medida normativa, pois traz uma visão ampla da educação digital. Assim, a alternativa está incorreta.

O verbo “provocar” está no sentido de induzir alguém a fazer algo; portanto, é transitivo direto e o pronome “nos” é objeto direto desse verbo.

O verbo provocar está no sentido de induzir alguém a fazer algo e o pronome “nos” é objeto direto deste verbo: provoca quem? (nos). O verbo, conforme o contexto, tem realmente o significado de “induzir alguém a fazer algo” e o pronome”. Esse alguém é o pronome pessoal do caso oblíquo “nos” que funciona como objeto direto: ela provoca quem? “Nos”. O termo “a buscar equilíbrio” é o complemento de sentido, funcionando como objeto indireto (provoca alguém a algo). Assim, o verbo é transitivo direto e indireto, (provoca quem? (nos) a quê? (a buscar equilíbrio) o que torna a alternativa incorreta.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	04	02	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem como base a interpretação das informações apresentadas no contexto textual, assim, considerando o que o texto traz, seguem as considerações sobre cada opção de resposta:

O autor defende o uso das tecnologias nas escolas para aqueles que têm mais acesso ao mundo digital. A alternativa está incorreta, pois o autor defende o contrário com se verifica no seguinte trecho: “e, infelizmente, estudantes e professores com menor acesso à tecnologia serão justamente os que terão maior defasagem. Ou seja, os que mais precisam serão os que menos receberão uma formação adequada para o mundo digital.

Proibir o uso dos celulares em ambiente escolar é a solução definitiva para os problemas escolares gerados pela tecnologia. A alternativa está errada conforme o seguinte trecho do texto: “Considerando que o Brasil é um dos países em que as pessoas passam mais tempo online e nas redes sociais, restringir o uso de celulares nas escolas deve ser visto como o começo da conversa, e não como seu ponto final”. Neste fragmento, nota-se que o autor afirma que essa atitude é apenas uma parte da solução ao dizer “deve ser visto como o começo da conversa”, portanto, não é a solução definitiva com traz a opção de resposta.

O texto faz uma crítica à Resolução nº 2/2025, pois a maioria dos docentes não está preparada para colocá-la em prática nas salas de aula. Alternativa incorreta, pois o texto afirma ser necessário celebrar a Resolução 2/2025: “O texto faz uma crítica à Resolução nº 2/2025, pois a maioria dos docentes não está preparada para colocá-la em prática nas salas de aula.”

O autor considera a proibição do uso do celular na escola uma atitude positiva, no entanto, é necessário promover uma educação voltada para a cidadania digital. A opção está correta conforme apresenta o primeiro parágrafo: “Apesar de reconhecermos que a proibição dos celulares nas escolas — medida respaldada por diversas evidências internacionais — pode trazer benefícios importantes para a aprendizagem dos estudantes brasileiros, essa é apenas uma parte do esforço necessário para promover uma formação integral de cidadãos digitais”.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	02	04	10

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão centraliza-se no seguinte período: é preciso formar bem as consciências. A expressão “é preciso” é uma estrutura impessoal — ou seja, não tem sujeito. Isso ocorre porque o adjetivo “preciso” (no sentido de “necessário”) não se refere a ninguém ou a nada em específico, mas expressa uma ideia geral de necessidade. Assim, o verbo “ser” permanece sempre na 3ª pessoa do singular (“é preciso”), e não concorda com nenhum termo. o trecho “formar bem as consciências” funciona como uma oração reduzida de infinitivo, completando o sentido da locução impessoal “é preciso”. Entretanto, essa oração não exerce a função de sujeito gramatical, pois o período principal é impessoal. Dessa forma, confirma-se a alteração do gabarito para a alternativa B " A expressão “é preciso” é impessoal; portanto, o período não tem sujeito". As demais alternativas estão incorretas:

“O sujeito é ‘formar bem as consciências’.” A expressão “é preciso” é impessoal, funcionando como um predicado formado por verbo de ligação mais o predicativo “preciso”, que não se refere a sujeito algum.

“O verbo ‘formar’ está no infinitivo e funciona como objeto direto de ‘preciso’.” A estrutura “é preciso” não é um verbo transitivo (que exige objeto), e sim uma locução impessoal formada por verbo de ligação e adjetivo.

“A oração é introduzida por verbo de ligação e ‘formar bem as consciências’ tem a função de predicativo do sujeito.” Embora o verbo “é” seja realmente um verbo de ligação, não há sujeito; logo, não há predicativo do sujeito.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	05	06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O objetivo da questão é avaliar o conhecimento quanto ao uso das conjunções, visto que são palavras ou expressões que relacionam orações e partes do texto. Tais palavras podem ser substituídas por outras desde que mantenham o mesmo sentido conforme o contexto. Assim, seguem as análises das opções de respostas:

“A questão não é “demonizar” a tecnologia, mas sim buscar formas mais humanas e virtuosas de interagir com ela.” – Portanto. A conjunção “mas” tem valor adversativo, isto é, introduz uma informação de oposição ao que foi dito anteriormente, enquanto a conjunção “portanto” introduz uma conclusão do que foi dito anteriormente. Com isso, a alternativa é incorreta.

“Nesse contexto, formar melhor nossos professores para o uso virtuoso das tecnologias é um imperativo profundamente democrático.” - Apesar disso. A expressão coesiva “nesse contexto” tem a função de retomar o que foi dito antes e introduzir uma informação relacionada ao que foi dito. A expressão “Apesar disso” tem a função de introduzir uma informação que se opõe ao que foi dito. Nesse caso, a alternativa é incorreta.

“Afinal, se a escola se tornar um espaço de alienação em relação ao mundo real, ela deixará de cumprir seu papel de apoiar os estudantes[...]” – Todavia. A palavra afinal é um conector frásico com a função conclusiva, se opondo a “todavia” que tem a função de oposição, alternativa incorreta.

“Estamos, portanto, diante de um dilema complexo: após a proibição dos celulares nas escolas, o que faremos para preparar nossas crianças e adolescentes[...]” – em vista disso. A conjunção “portanto” tem a função conclusiva e pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido do trecho, por “em vista disso” que indica conclusão. Alternativa correta.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	15	16	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e nível exigido, apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir.

Agrupar-se “UBER” como um bloco único, sendo assim, deve-se permutar

UBER **L** **A** **N** **D** **I** **A**

Ou seja, um total de 7 (1 bloco + 6 letras). Como há 2 letras A repetidas

$$\text{número de anagramas} = \frac{7!}{2!} = \frac{7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2!}{2!} = 7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 = 2520$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	11	14	17

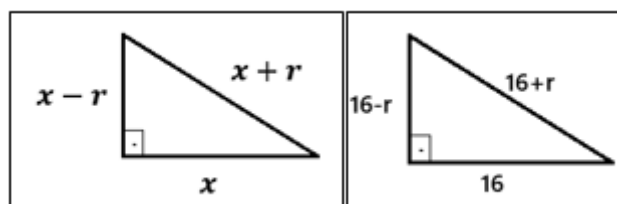
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado fornece todos os dados necessários para uma única interpretação lógica e inequívoca. A resolução, com a resposta indicada no gabarito é dada a seguir. Se os lados do triângulo retângulo estão em PA, podemos representá-

los como $(x - r, x, x + r)$, em que x representa um dos lados do triângulo e r é a razão. O perímetro é a soma dos lados, assim:

$$\begin{aligned} P &= (x - r) + x + (x + r) \\ 48 &= 3x \\ x &= \frac{48}{3} = 16 \end{aligned}$$

Como os lados formam um triângulo retângulo, tem-se que:



Usando o teorema de Pitágoras,

$$\begin{aligned}
 (16 + r)^2 &= (16 - r)^2 + 16^2 \\
 256 + 32r + r^2 &= 256 - 32r + r^2 + 256 \\
 64r &= 256 \\
 r &= \frac{256}{64} = 4
 \end{aligned}$$

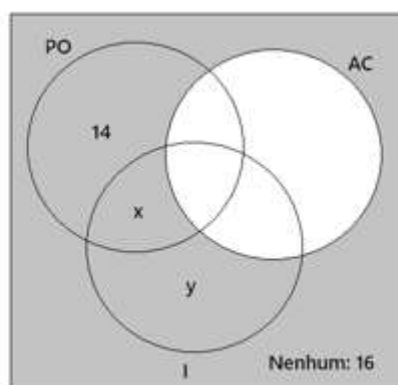
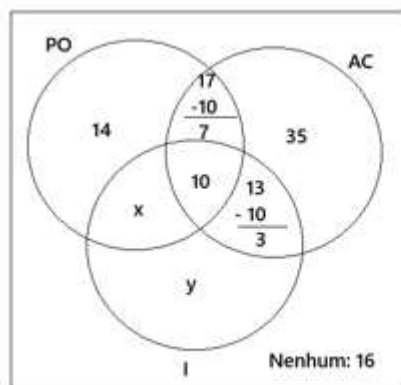
Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

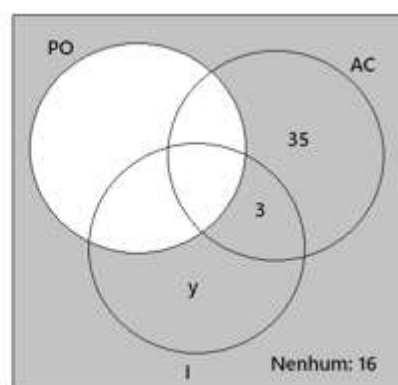
BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	17	11	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir. Nomeando as opções planejamento orçamentário, atendimento ao cidadão e inovação por PO, AC e I, respectivamente, os diagramas ilustram a situação:



Não escolheram atendimento ao cidadão



Não escolheram planejamento orçamentário

$$\text{Não escolheram planejamento orçamentário} = 35 + 3 + y + 16$$

$$57 = 35 + 3 + y + 16$$

$$y = 3$$

$$\text{Não escolheram atendimento ao cidadão} = 14 + x + y + 16$$

$$54 = 14 + x + y + 16$$

$$x = 21$$

$$total = 14 + 7 + 10 + 21 + 35 + 3 + 3 + 16 = 109$$

Portanto, o total de entrevistados é dado por

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	16	15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir. O enunciado deixa claro que o triângulo é equilátero ao afirmar que "o comprimento de cada lado é de, aproximadamente, 0,8 unidade de comprimento (u.c.)".

A área de um triângulo equilátero é dada por:

$$A = \frac{l^2\sqrt{3}}{4}$$

Substituindo = 0,8:

$$A = \frac{(0,8)^2\sqrt{3}}{4} = \frac{0,64\sqrt{3}}{4} = 0,16\sqrt{3} = \frac{16\sqrt{3}}{100} = \frac{4\sqrt{3}}{25}.$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	13	18	14

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e apresenta enunciado claro, objetivo. Entretanto, o item contém erro técnico de digitação na resposta. Resposta correta seria:

$$\frac{\sqrt{10}}{\sqrt{5} - 1}.$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	18	13	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e nível exigido, apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir.

A reta apresentada passa pelos pontos (0,3) e (2,0). O coeficiente linear é dado por $b=3$, pois é o valor de y para o qual $x = 0$. Calculando o coeficiente angular, tem-se

$$a = \frac{\Delta y}{\Delta x} = \frac{3 - 0}{0 - 2} = -\frac{3}{2}$$

Assim,

$$a + b = -\frac{3}{2} + 3 = \frac{-3 + 6}{2} = \frac{3}{2}$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	20	19	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado fornece todos os dados necessários para uma única interpretação lógica e inequívoca. A resolução, com a resposta indicada no gabarito é dada a seguir.

Para encontrar o tempo em que o volume é zero, tem-se que

$$\begin{aligned} V(t) &= 0 \\ -t^2 + 2t + 24 &= 0 \end{aligned}$$

Resolvendo a equação do segundo grau, aplicando a fórmula de Bhaskara, em que

$$a = -1, b = 2, c = -24:$$

$$\Delta = b^2 - 4 \cdot a \cdot c$$

$$\Delta = 2^2 - 4 \cdot (-1) \cdot 24 = 4 + 96 = 100$$

$$t = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2 \cdot a} = \frac{-2 \pm \sqrt{100}}{2 \cdot (-1)} = \frac{-2 \pm 10}{-2} \Rightarrow x_1 = \frac{-2 + 10}{-2} = -4; x_2 = \frac{-2 - 10}{-2} = 6$$

A solução positiva é $t = 6$ horas.

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	17	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e nível exigido, apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir.

Multiplicando as matrizes, tem-se

$$\begin{bmatrix} 5 & 4 & 2 \\ 3 & 6 & 1 \end{bmatrix} \cdot \begin{bmatrix} 2 & 1 & 3 \\ 1 & 2 & 1 \\ 3 & 0 & 2 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 5 \times 2 + 4 \times 1 + 2 \times 3 & 5 \times 1 + 4 \times 2 + 2 \times 0 & 5 \times 3 + 4 \times 1 + 2 \times 2 \\ 3 \times 2 + 6 \times 1 + 1 \times 3 & 3 \times 1 + 6 \times 2 + 1 \times 0 & 3 \times 3 + 6 \times 1 + 1 \times 2 \end{bmatrix}$$

$$R = I \cdot P = \begin{bmatrix} 20 & 13 & 23 \\ 15 & 15 & 17 \end{bmatrix}.$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	12	20	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e nível exigido, apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir.

Dividindo-se o polinômio P(x) pelo polinômio Q(x), tem-se

$$\begin{array}{r} x^3 + ax^2 + bx + 5 \quad \left| \begin{array}{l} x^2 + 2x + 1 \\ \hline x + (a - 2) \end{array} \right. \\ \underline{-x^3 - 2x^2 - x} \\ (a - 2)x^2 + (b - 1)x + 5 \\ \underline{-(a - 2)x^2 - 2(a - 2)x - (a - 2)} \\ (b - 2a + 3)x + (7 - a) \end{array}$$

Como o polinômio é divisível, então devemos igualar o resto ao polinômio nulo, ou seja,

$$\begin{cases} 7 - a = 0 \\ b - 2a + 3 = 0 \end{cases}$$

Portanto, $a = 7$ e $b = 11$. Assim, o produto é

$$a \cdot b = 7 \cdot 11 = 77.$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	14	12	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmação do supervisor é: “Nenhum agente de saúde com contrato temporário frequenta esta unidade”, que, em lógica proposicional, equivale a “Para todo agente temporário, ele não frequenta a unidade”. A negação de uma frase do tipo “nenhum” é: “existe ao menos um”, ou seja, basta que haja pelo menos um agente temporário que frequente a unidade para tornar a afirmação original falsa. Assim, a negação correta é: “Alguns agentes de saúde com contrato temporário frequentam esta unidade”, que corresponde à alternativa A, enquanto as demais alternativas repetem ou reforçam a afirmação original em vez de negá-la.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	25	24	21

Recurso parcialmente procedente. Altera-se a questão para a alternativa C somente no tipo/cor de prova Azul.

Na questão, deve-se considerar conceitos básicos de banco de dados e assinalar a afirmativa correta. A alternativa C, descrita como “Uma chave primária é usada para identificar unicamente cada registro em uma tabela”, é a opção correta.

Uma chave primária é usada para identificar unicamente cada registro em uma tabela, estando a letra C correta. A alternativa D está incorreta porque a principal característica de um banco de dados relacional é permitir o relacionamento entre diferentes tabelas por meio de chaves primárias e estrangeiras. Bancos de dados relacionais organizam dados em tabelas relacionadas logicamente, permitindo consultas complexas e integradas por meio de comandos como JOIN, o que permite combinar informações de múltiplas tabelas de forma consistente e estruturada. Portanto, existe uma alternativa correta, letra C.

- Fonte:
DATE, C. J. Introdução a sistemas de bancos de dados. Tradução: Daniel Vieira. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	21	22	24

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Na questão, deve-se considerar os conceitos fundamentais de sistemas operacionais e assinalar a afirmativa correta. A alternativa D, descrita como “Gerenciam recursos de hardware como memória, processador e dispositivos de entrada e saída”, é a opção correta apresentada no gabarito.

O S.O. viabiliza a execução de navegadores e de programas de escritório. Tais programas são aplicações de usuário que dependem dos serviços do S.O. Além disso, o S.O. é um gerenciador de recursos como memória, processador e dispositivos de E/S.

Portanto, há duas alternativas corretas, sendo a questão anulada.

Fontes:

- TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	23	21	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão, deve-se considerar os conceitos básicos de Internet e de comunicação de dados e assinalar a afirmativa correta. A alternativa D, descrita como “A Internet é composta por redes interligadas que utilizam protocolos padronizados para comunicação”, é a opção correta.

A Internet é, de fato, composta por um conjunto de redes interligadas que utilizam protocolos padronizados de comunicação, notadamente o conjunto TCP/IP, permitindo a troca de informações entre sistemas distintos de forma global. Embora existam definições mais detalhadas em documentos técnicos da IETF e do W3C, a formulação da alternativa D apresenta o conceito essencial de forma clara, objetiva e compatível. Além disso, as demais alternativas (A, B e C) estão incorretas, não havendo ambiguidade nem imprecisão na análise da questão que justifique a anulação. Portanto, existe uma alternativa correta, letra D, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de Computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	29	30	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. Os serviços concedidos e permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do município, incumbindo, aos que o executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

· Julgamento: Correto. Conforme art. 82, §3º.

o Art. 82 - § 3º Os serviços concedidos e permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo aos que o executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

II. O município organizará e prestará, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de sua competência.

· Julgamento: Correto. Conforme art. 82, caput.

o Art. 82 O Município organizará e prestará, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de sua competência.

III. O município de Uberlândia exercerá, nos limites de seu território e dentro de sua competência constitucional, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

· Julgamento: Correto. Conforme art. 115, caput.

o Art. 115 O Município de Uberlândia exercerá, nos limites de seu território e dentro de sua competência constitucional, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	30	26	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Conforme art. 1º da LC nº 040/1992, para os efeitos da lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão, que presta serviços aos Poderes do Município, inclusive suas Autarquias e Fundações Públicas.

A questão apresenta as seguintes figuras:

- Júlio, ocupa cargo de provimento efetivo e presta serviços na secretaria municipal de educação;
- Marcela, que ocupa cargo em comissão na Procuradoria-Geral;
- Ana é servidora efetiva de uma autarquia.

O enunciado foi expresso ao afirmar que “todos atuam perante órgãos e entidades de Uberlândia”.

Logo Júlio, Marcela e Ana são considerados servidores conforme o art. 1º.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	26	27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Decreto Municipal nº 20.179/2023, que aprova o Código de Ética do Servidor Público e da Alta Administração Municipal. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A conduta a ser analisada à luz do referido Decreto é a seguinte: “comentário público desabonador sobre o desempenho de outro secretário municipal, atribuindo a ele a responsabilidade pelo atraso.”.

No caso, o dispositivo aplicável ao caso é o seguinte:

“Art. 15. É vedado à autoridade pública opinar publicamente a respeito:

I - da honorabilidade e do desempenho funcional de outra autoridade pública municipal;”

O gabarito correto, portanto, é:

“Antiética, pois é vedado à autoridade pública opinar publicamente a respeito da honorabilidade e do desempenho funcional de outra autoridade pública municipal.”

As demais alternativas não se sustentam perante os dispositivos legais mencionados.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do Servidor Público e da Alta Administração Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	27	28	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Conforme art. 2º da LOM são poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo. Logo, a alternativa correta é “O Legislativo e o Executivo, independentes e harmônicos entre si.”.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	28	29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 - artigos 10 a 23. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) É permitida em contratos de alta complexidade e custos, como é o caso, sendo vedada apenas em contratos de baixo valor.

· Julgamento: Incorreta. Conforme Art. 12, § 2º do Decreto nº 20.154/2023.

B) É regular, pois a designação de gestores e fiscais dos contratos é de livre decisão da autoridade competente do órgão público.

· Julgamento: Incorreta. Conforme Art. 12, § 2º do Decreto nº 20.154/2023.

C) Está incorreta, pois é vedado ao agente público acumular as funções de fiscal e gestor do mesmo contrato, ainda que na condição de suplente.

· Julgamento: Correta. Fundamento: O Art. 12, § 2º do Decreto nº 20.154/2023 dispõe:

o "É vedado ao agente público acumular as funções de fiscal e gestor do mesmo contrato, ainda que na condição de suplente."

D) Está correta, pois o requisito de relevância econômica do contrato determina a obrigatoriedade da cumulação das funções de gestor e fiscal, para garantir maior controle.

· Julgamento: Incorreta. Conforme Art. 12, § 2º do Decreto nº 20.154/2023.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Decreto nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023. Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal, direta, autárquica e fundacional do Município de Uberlândia. [S. I.]: Leis Municipais, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	36	40	37

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Considerando a questão em análise, referente à prova Profissional de Apoio Escolar, é possível destacar que o recurso exposto está PROCEDENTE, visto que o enunciado da questão questiona sobre funções direcionadas ao professor regente; mesmo que o Profissional de Apoio Escolar tenha conhecimento, não está diretamente relacionado ao cargo. Dessa forma, a questão 31 deve ser anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	37	31	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a questão em análise, referente à prova Profissional de Apoio Escolar, é possível destacar que o recurso exposto está IMPROCEDENTE.

Alternativa C - INCORRETA: A afirmação de que a tecnologia assistiva deve ocorrer prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais é equivocada. A perspectiva inclusiva exige que os recursos de acessibilidade e mediação estejam presentes também nas salas comuns, de maneira articulada com os atendimentos especializados. Ela deve estar no cotidiano da sala de aula regular, integrada ao currículo e não a espelhos segregados.

Alternativa D - CORRETA: A tecnologia assistiva tem como objetivo ampliar a funcionalidade e autonomia dos estudantes, facilitando sua participação ativa no processo de aprendizagem. Seu uso deve ser planejado pedagogicamente, não sendo apenas um recurso técnico, mas sim, uma ferramenta pedagógica inclusiva, que precisa ser incorporada no planejamento e na rotina escolar, com colaboração entre os professores, equipe pedagógica e profissionais de apoio.

Fonte:

- <https://www.gov.br/mcti/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-mcti/plano-nacional-de-tecnologia-assistiva/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	38	32	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei Federal nº 13.722, de 04 de outubro de 2018, notoriamente conhecida como “Lei Lucas” torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.

O Projeto de Lei nº 4.378/2024, do Sr. Romero Rodrigues, dispõe sobre os direitos do profissional de apoio escolar, da formação e dos requisitos necessários para o exercício da profissão. O Congresso Nacional decreta: Art 2º - §2º - O profissional de apoio escolar é considerado profissional da educação básica para todos os fins legais. Art. 3º A formação do profissional de apoio escolar deve incluir: V - técnicas de primeiros socorros.

Dessa forma, a alternativa D, "Estimular o aluno a tossir e, caso haja obstrução total das vias, aplicar a manobra adequada para desengasgo, acionando a equipe de atendimento de emergência imediatamente.", está correta, pois é a única que segue os procedimentos corretos de primeiros socorros, de acordo com o Ministério da Saúde. O profissional deve verificar se a criança consegue tossir ou respirar, se sim, deve incentivar o aluno a tossir, pois é a forma natural de expelir o alimento. Se a obstrução for total, o profissional deverá aplicar a manobra correta, Manobra de Heimlich, fazendo compressão abdominal para que ocorra a desobstrução das vias. Além disso, deverá acionar a equipe de atendimento de emergência imediatamente, garantindo uma assistência profissional e acompanhamento do aluno.

Já a alternativa C está incorreta, pois o tempo de espera enquanto a criança está com obstrução respiratória pode agravar a situação ou levar à morte por asfixia. A ação imediata é fundamental, é necessário que tenha algum profissional escolar com capacitação em primeiros socorros.

Fontes:

- https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2861702&filename=Avulso%20PL%204378/2024
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13722.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	39	33	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Visão monocular é a condição de enxergar com apenas um olho, causando a perda da percepção de profundidade; campo visual reduzido; e comprometimento da capacidade de estimar distância, o que dificulta a percepção de objetos e pessoas se aproximando pelos lados. Os desafios que tal deficiência pode gerar é o prejuízo na coordenação motora e no equilíbrio, além de impacto no desenvolvimento neuropsicomotor, com possíveis repercussões emocionais, sociais e educacionais.

Analisando a questão hipotética, pode-se observar que, devido à deficiência visual, João teve receio e insegurança em participar da atividade proposta por Ana. Tal sentimento pode ocorrer independentemente de qual for o tipo de deficiência visual do aluno, uma vez que a visão monocular também causa limitações e desafios, como citados anteriormente, sendo necessário o suporte oferecido por Ana, devido à dificuldade de percepção dos objetos e falta de coordenação motora para a realização do circuito.

Dessa forma, ao oferecer apoio na realização da atividade, Ana possibilitou João a realizar o circuito, favorecendo seu acesso à experiência lúdica, participando ativamente, assim como os demais colegas, sem retirar seu protagonismo infantil, enriquecendo o processo de desenvolvimento motor, emocional, social e cognitivo.

A brincadeira não deve ser totalmente isolada de mediação. Ana não impôs regras e nem tirou o protagonismo de João, ela garantiu a ele o acesso à atividade através de auxílio, para que ele participasse ativamente, assim como os demais alunos. A mediação de Ana foi sensível, intencional e respeitou o ritmo e as necessidades de João. Portanto, a alternativa C está incorreta.

Fontes:

- <https://www.camara.leg.br/noticias/738508-sancionada-lei-que-classifica-visao-monocular-como-deficiencia-visual/>
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/198-o-lugar-do-ludico-na-educacao-infantil>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	40	34	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

DISTRATOR II - CORRETO: Essa é uma das funções centrais do profissional de apoio escolar, no qual seu papel é garantir a autonomia e a participação ativa do estudante, inclusive com apoio físico e de acesso, sempre em forma colaborativa com o professor regente, para que ele possa acessar o currículo, interagir com os colegas e se desenvolver com autonomia. Ao auxiliar o aluno em suas atividades pessoais, o Profissional de Apoio Escolar não inibe a autonomia do mesmo, sendo apenas um suporte/auxílio para que ele consiga realizá-las com êxito.

DISTRATOR V - CORRETO: O profissional de apoio escolar atua para remover barreiras à participação, sem substituir o professor e nem limitar o aluno à dependência. Essa afirmativa está de acordo com a perspectiva da educação inclusiva, que considera o estudante com deficiência sujeito de direitos, com protagonismo e autonomia.

Fontes:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/profissional-de-apoio-escolar/1338243210>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	34	36	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa A - INCORRETA: O AEE não substitui o ensino comum e não deve ocorrer em ambiente separado, pelo contrário, é um suporte complementar, ofertado preferencialmente no contraturno para garantir que o estudante permaneça na sala comum com os apoios necessários.

Alternativa B - CORRETA: Além de recursos e estratégias pedagógicas, a inclusão exige uma cultura escolar baseada na convivência respeitosa e no reconhecimento da diversidade com valor.

Alternativa C - CORRETA: A superação de barreiras atitudinais e pedagógicas é tão importante quanto a de barreira física. É obrigação das instituições educacionais remover todas as barreiras que limitam a participação plena de estudantes com deficiência.

Alternativa D - CORRETA: O planejamento pedagógico deve considerar as necessidades específicas de cada estudante, incluindo a utilização de agrupamentos flexíveis, adaptação de materiais didáticos, recursos visuais, tecnologia assistiva e diferenciação de estratégias pedagógicas.

Fontes:

- <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/alunos-com-deficiencia>
- <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>
- https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192#:~:text=O%20atendimento%20educacional%20especializado%20-%20AEE,alunos%2C%20considerando%20suas%20necessidades%20específicas.
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	35	37	33

Recurso Procedente. Anula-se a questão. (Atualizado em 10/12/2025)

Após análise detalhada de cada distrator, foi constatado que o distrator II está correto, conforme as Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia (Instrução Normativa SME nº 006/2022 e Documento Orientador 2024), Art. 14 - §2º: O AEE deve ser disponibilizado no turno inverso da escolarização e no próprio turno por meio do assessoramento à classe/escola comum.

Dessa forma, o gabarito correto deve ser alterado para a alternativa D) I, II e III, apenas.

Fonte:

- <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/Instrução-Normativa-006-2022.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	31	38	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A - CORRETA:

A Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Capítulo V - Art. 60 dispõe: É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Ainda, conforme o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943: Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

ALTERNATIVA C - INCORRETA:

Embora o ECA reconheça o direito da criança e do adolescente à liberdade de opinião e expressão, não há limitação com base em valores morais da sociedade ou autoridade familiar. A liberdade de expressão deve ser protegida, mas não pode ser condicionada à obediência ou submissão moral genérica. - Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 16: O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: II - opinião e expressão.

Fontes:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	32	39	35

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Após nova análise da questão, foi constatado um erro de digitação na alternativa B, onde cita "preferencialmente na rede pública de ensino", onde o correto seria "preferencialmente na rede regular de ensino", referindo tanto à rede pública quanto privada, tornando a alternativa incorreta.

Dessa forma, a questão deverá ser anulada.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Cargo: Profissional de Educação Física

BRANCA	VERDE
01	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas. Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e identifique informações que constam no texto apenas com uma roupagem diferente, ou seja, a mesma informação veiculada por meio de paráfrases.

Nesse sentido, o candidato deve proceder a uma leitura criteriosa para perceber que, ao longo do texto, a autora não apenas cita, mas também desenvolve ideias relacionadas ao alijamento do copidesque do meio jornalístico e do meio acadêmico, discute as mudanças do modelo de correção gramatical da língua escrita padrão e também defende a desconstrução da imagem distorcida da atividade profissional de revisor. Porém, ela só não discute com profundidade as diferenças entre a língua falada no Brasil e a língua falada em Portugal. Apenas menciona superficialmente essa ideia no 1º parágrafo. No entanto, em nenhum outro momento do texto essa ideia é retomada. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTHAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE
04	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e identifique informações que constam no texto apenas com uma roupagem diferente, ou seja, a mesma informação veiculada por meio de paráfrases. Nesse sentido, o candidato deve identificar as ideias que podem e que não podem ser comprovadas no texto.

I. CORRETO: Com ou sem o trabalho do revisor, o elitismo na linguagem continuará existindo.

Essa informação se encontra no 7º parágrafo: “Em outras palavras, a posição ‘progressista’ no debate é a que introduz como modelo de correção gramatical os textos jornalísticos e universitários em ‘estado puro’, que, afinal, sem a interferência fantasmagórica do revisor, seriam a expressão ‘real’ da língua da camada culta da população. Com esse modelo, por certo, não nos livramos do “elitismo”, mas, talvez, apenas dos revisores.” Em outras palavras: instituir um modelo de correção, independentemente de ser o cânone literário ou outro cânone qualquer, continua excluindo variedades de linguagem que não são eleitas como “modelo” para uma linguagem considerada culta ou padrão. Sendo assim, qualquer cânone que se escolha selecionará uma variedade de linguagem em detrimento de outra. Isso, por si só, será um procedimento elitista, de segregação.

II. INCORRETO: É intrínseco ao ofício de revisor não só proceder às correções gramaticais como também intervir no estilo pessoal dos escritores.

As informações contidas no 8º parágrafo sobre as características gerais e inerentes à categoria profissional dos revisores contradiz a ideia contida na afirmativa: “Não vamos negar que haja revisores de mão pesada, pouco sensíveis ao estilo de algum escritor, mas é falso tomá-los como padrão da profissão. O revisor não é um mero “caçador de erros”, muito menos alguém que decore meia dúzia de regras gramaticais e se gabe de suposta sapiência para diminuir o valor alheio. Existe gente séria fazendo trabalho sério nessa área, gente que estuda, pesquisa, consulta, confere, mas atua longe dos holofotes...”.

III. CORRETO: A revisão de textos deve ser encarada como um trabalho de refinamento e de busca da precisão e não como um instrumento de opressão.

Essa afirmativa é uma paráfrase do subtítulo do texto original, que foi propositalmente omitido: *Longe de ser um instrumento de opressão, a revisão de textos é um trabalho de refinamento e de busca da precisão.*

IV. INCORRETO: O tradicional modelo de correção gramatical – as obras literárias clássicas – será substituído pelo novo cânone da norma culta escrita – os textos jornalísticos e acadêmicos.

Em momento algum, no texto, a autora afirma, categoricamente, que o modelo de correção gramatical tradicional – as obras literárias clássicas – será substituído pelo novo cânone – os textos jornalísticos e acadêmicos, como pode ser confirmado no 2º parágrafo: “...propõe-se uma atualização do cânone da língua padrão, que estaria ultrapassado. Assim, as obras literárias consagradas deixariam de ser o modelo de correção gramatical, papel que passaria a ser desempenhado pelo texto jornalístico e pela produção acadêmica”.

Dessa forma, ela apenas afirma que há um movimento para que isso ocorra. No entanto, ela acredita que esse empreendimento não obterá êxito, conforme se pode observar no último parágrafo: “Ao que tudo indica, esse “novo

cânone", se sair do discurso fácil de ser "curtido" nas redes sociais, vai enfrentar grandes dificuldades técnicas, se não a total impossibilidade de concretização. Com objetivos pouco claros, pode ser apenas uma batalha fadada a ser inglória". Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE
05	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas. Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e identifique informações que constam no texto apenas com uma roupagem diferente, ou seja, a mesma informação veiculada por meio de paráfrases. Nesse sentido, o candidato deve identificar as ideias que podem e que não podem ser comprovadas no texto. De acordo com o dicionário Houaiss, “irregularidade” significa: 1. qualidade ou estado de irregular; falta de regularidade; desigualdade, intermitência; 2. caráter do que está fora da norma, do habitual; falta, defeito. Considerando as informações veiculadas no 5º parágrafo (falhas na formação escolar anterior dos alunos, os alunos não submeterem seus trabalhos à revisão profissional e esses mesmos alunos revisarem os trabalhos de outros estudantes), a aceção adquirida pelo termo “irregularidade”, no contexto em análise, diz respeito à permanência das infrações à norma culta ou a existência de inadequação no uso da norma culta escrita. As demais alternativas não se relacionam com o termo “irregularidade” no contexto em questão. Portanto, o gabarito é a letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trabalha com os conceitos de denotação e conotação.

Denotação é a significação objetiva da palavra; é a palavra em "estado de dicionário". Exemplo: Os domadores conseguiram enjaular a fera. "Fera" foi empregado em sentido denotativo, ou seja, em seu sentido próprio, que é animal selvagem, violento.

Já conotação é a significação subjetiva da palavra; ocorre quando a palavra evoca outras realidades por associações que ela provoca. Exemplo: Aquela aluna é fera na matemática. "Fera" foi empregado em sentido conotativo, isto é, seu sentido original foi modificado, passando a indicar a ideia de alguém muito bom em matemática, que tem profundo conhecimento sobre a teoria.

Assim, em A, "...arredondar o orçamento..." significa aumentar, melhorar a renda, ou seja, os ganhos econômicos. Em B, "...revisores de mão pesada..." são revisores muito rígidos, muito exigentes, intolerantes às infrações gramaticais. Em C, "...escreve contra o relógio..." significa que escreve celeremente, ou seja, pelo fato de o tempo ser exíguo, precisa escrever rapidamente, velozmente. Por fim, em D, "...atua longe dos holofotes..." significa que trabalha discretamente, sem chamar a atenção das pessoas e não necessariamente de forma isolada. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE
07	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As figuras de linguagem são normalmente utilizadas para tornar mais expressivo o que queremos dizer. Empregadas tanto na modalidade escrita quanto na falada, em registro formal ou informal, ampliam o significado de uma palavra, suprem a falta de termos adequados, criam significados diferentes.

Assim, as alternativas A, B e D contêm a figura conhecida como antítese, que consiste na utilização de palavras ou expressões com sentidos opostos para criar contraste e realçar o significado de um texto ou discurso. Em A, a oposição se dá entre "sim" e "não". Em B, entre "diversidade" e "unidade" e entre "real" e "fictícia". Em D, entre "mudanças" e "permanências". A única passagem que não contém antítese é a letra C, que contém, para alguns, metáfora; para outros, personificação. Portanto, o gabarito é a letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.

- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTHAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE
10	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nessa questão, é necessário que o candidato reconheça as relações coesivas do texto, mais especificamente as repetições ou substituições, que servem para estabelecer a continuidade textual. A compreensão de informações e ideias apresentadas pelo autor ultrapassa a simples decodificação e depende da devida percepção dessas relações para o efetivo entendimento da leitura.

A. INCORRETO: os pronomes “desse”, “estes” e “seus” não exercem, no contexto, respectivamente, função anafórica, catafórica e anafórica. Os três são pronomes anafóricos. Não há, no 4º parágrafo, pronome com função catafórica.

B. CORRETO: no 5º parágrafo, os pronomes “deles” e “seus” retomam antecedentes textualmente distintos. “Deles” retoma “estudantes” e “seus” retomas “alunos”. No entanto, considerando o contexto, os termos “estudantes” e “alunos” estão sendo claramente utilizados pela autora como sinônimos, o que pode ser confirmado no parágrafo: “Os textos produzidos por estudantes universitários, por vezes, refletem falhas da formação escolar anterior – e quem o diz são os próprios professores que leem os trabalhos deles. Alguns orientadores sugerem a alunos que submetam seus trabalhos à revisão profissional, mas muitos outros não o fazem. Além disso, frequentemente esses trabalhos são revisados por outros estudantes...”.

C. INCORRETO: no 5º parágrafo, a substituição do pronome “o” (1ª e 2ª ocorrências) pelo pronome “isto” não provocará qualquer alteração semântica. No entanto, ocorrerá inadequação linguística, uma vez que o mais recomendado é o emprego do pronome de 2ª pessoa “isso”, exatamente por se tratar de pronome com função anafórica.

D. INCORRETO: o pronome “seus” em “seus trabalhos” (5º§) não gera ambiguidade no contexto, pois está claro que os trabalhos pertencem aos alunos e não aos orientadores/professores, pois a autora afirma, de forma inequívoca: “...e quem o diz são os próprios professores que leem os trabalhos deles” (dos alunos). Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- COSTA V AL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e Coerência Textual. 9. ed. Ática, 2000.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, I. V. G. A inter-ação pela linguagem. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- KOCH, I. V. G. A coesão textual. 17. Ed. São Paulo: Contexto, 2002
- ROSENTHAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE
12	18

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado da questão 12 apresenta ambiguidade e inconsistência interna entre o texto e os dados numéricos. A expressão “90 cientistas estão envolvidos em dois projetos distintos” induz à interpretação de que todos os 90 cientistas participam de pelo menos um dos projetos, enquanto os valores fornecidos (54, 36 e 18) indicam, pelo princípio da inclusão e exclusão, um total de apenas 72 cientistas envolvidos. Essa divergência permite duas leituras possíveis, que conduzem a respostas diferentes, comprometendo a objetividade e a unicidade da solução. Diante disso, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
13	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado afirma que as vendas seguem uma progressão aritmética, portanto supõe-se essa hipótese; partindo de janeiro com 20 cursos e fevereiro com 60 (triplicou em relação a janeiro), nota-se que a diferença entre fevereiro e janeiro é 40 e, seguindo mecanicamente essa mesma diferença mês a mês, obtém-se março = $60 + 40 = 100$, abril = $100 + 40 = 140$, maio = $140 + 40 = 180$ e junho = $180 + 40 = 220$; assim, a única resposta correta sob a hipótese explicitada no enunciado é 220.

BRANCA	VERDE
21	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão descreve uma reunião pacífica, sem armas, realizada em local aberto ao público e sem bloqueio de vias, portanto dentro dos limites constitucionais.

A alternativa D é corretamente indicada como resposta, pois expressa de forma suficiente o núcleo essencial do direito de reunião, conforme o art. 5º, XVI, da CF/88, segundo o qual “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local”.

O item não tem por objetivo transcrever integralmente o dispositivo constitucional, mas identificar, entre as assertivas apresentadas, aquela que não viola o direito fundamental descrito no enunciado.

Além disso, a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (ADI 1969/DF e RE 806.339/DF) reconhece que o “prévio aviso” tem caráter meramente instrumental e não autorizativo, não configurando requisito essencial para o exercício do direito, mas medida voltada à organização administrativa e à preservação da ordem pública. Assim, a ausência dessa expressão não invalida o conteúdo da alternativa, que permanece juridicamente correta ao afirmar a garantia do direito de reunião pacífica.

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 nov. 2025.
- MORAES, A. Direito Constitucional. 41 ed. São Paulo: Atlas, 2025.
- SARLET, I. W. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2024.

BRANCA	VERDE
22	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei nº 14.230/2021, que reformulou a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), estabeleceu expressamente, em seu art. 1º, §2º, que “*considera-se ato de improbidade administrativa a conduta dolosa do agente público que atente contra os princípios da administração pública, que importe enriquecimento ilícito ou cause dano ao erário*”. Ou seja, a configuração do ato de improbidade exige a presença de dolo específico, inclusive nos casos de violação aos princípios da administração pública.

Assim, está incorreta a alternativa A, pois a responsabilização por improbidade não é objetiva nem se presume pela mera ilegalidade ou omissão do gestor — exige-se a comprovação do elemento subjetivo dolo. Já a alternativa C, que afirma exatamente essa necessidade de comprovação do dolo específico para a responsabilização por improbidade, é a única compatível com o texto legal e com a jurisprudência vigente.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 07 nov. 2025.
- _____. Lei nº 14.320, de 25 de outubro de 2021. Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm. Acesso em: 07 nov. 2025.
- CAMPOS, J. H. M. M.; SILVA, J. G.; SILVA, B. C.; COELHO, K. A. Improbidade Administrativa após a reforma da Lei nº 14.230/2021. In: SILVA, B. C.; COELHO, K. A. (Org.). Temas emergentes da nova administração pública brasileira. Guarujá: Científica Digital, 2025.

BRANCA	VERDE
23	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisados os argumentos apresentados, verifica-se que a alternativa correta (B) — apenas a afirmativa IV — está em conformidade com a redação constitucional:

Afirmação IV — CORRETA. O art. 3º, I e II, da CF/88 dispõe expressamente que são objetivos fundamentais da República “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “garantir o desenvolvimento nacional”.

Afirmação I — INCORRETA. Os *fundamentos* da República estão elencados no art. 1º (soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; pluralismo político). A expressão “defesa da paz” integra as diretrizes das relações internacionais (arts. 4º), não os fundamentos do Estado.

Afirmação II — INCORRETA. O pluralismo político é fundamento (art. 1º, V), não objetivo fundamental (art. 3º).

Afirmação III — INCORRETA. A concessão de asilo político refere-se precisamente a situações de perseguição política no âmbito das relações internacionais; a proposição que a nega é equivocada.

Assim, resta comprovado que apenas a afirmativa IV é correta, razão pela qual a alternativa B é a única compatível com a Constituição Federal.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 nov. 2025.
- MORAES, A. Direito Constitucional. 41 ed. São Paulo: Atlas, 2025.
- NOVELINO, M.; COSTA, F. Curso de Direito Constitucional. 20 ed. Salvador: JusPodivm, 2025.

BRANCA	VERDE
29	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

As razões recursais não merecem prosperar.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) Maioria absoluta, para a propositura, e unanimidade para a aprovação.

Julgamento: Incorreto. Não corresponde ao rito de aprovação da emenda; vide justificativa apresentada na alternativa D.

B) Dois terços dos votos dos membros da Câmara, tanto para a proposta quanto para a aprovação.

Julgamento: Incorreto. Não corresponde ao rito de aprovação da emenda; vide justificativa apresentada na alternativa D.

C) Um terço dos membros da Câmara Municipal, para a proposta, e dois terços dos votos dos membros da Câmara, para a aprovação.

Julgamento: Correto. Fundamento: art. 21, I e §2º da LOM.

Art. 21 A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - do Prefeito Municipal;

III - de cinco por cento, no mínimo, do eleitorado municipal.

§ 1º A Lei Orgânica Municipal não poderá ser emendada na vigência do estado de sítio ou estado de defesa, nem quando o Município estiver sob intervenção.

§ 2º A proposta será discutida e votada nominalmente, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal, com interstício mínimo de dez dias.

D) A proposta deve ser de dois terços dos membros da Câmara Municipal e a aprovação deve ser de maioria absoluta dos membros da Câmara.

Julgamento: Incorreto. Não corresponde ao rito de aprovação da emenda; vide justificativa apresentada na alternativa D.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) A improbidade, independentemente do número de faltas.

Julgamento: Incorreta. A lei tipifica a conduta como inassiduidade habitual. Improbidade Administrativa é uma infração de natureza distinta e não se confunde com a ausência injustificada definida por critério temporal. Vide embasamento detalhado na alternativa D.

B) A insubordinação grave em serviço, considerando o desrespeito aos seus superiores.

Julgamento: Insubordinação grave está relacionada a descumprimento de ordens e não a faltas ao serviço. A conduta descrita é de falta, e não de insubordinação. Vide embasamento detalhado na alternativa D.

C) O abandono de cargo, conceituado pela lei como a ausência intencional do servidor por mais de trinta dias no período de doze meses.

Julgamento: O abandono de cargo é a ausência intencional por mais de trinta dias consecutivos (Art. 186). Como as faltas no caso são não consecutivas (interpoladas), a conduta se amolda ao conceito de Inassiduidade Habitual. Vide embasamento detalhado na alternativa D.

D) A inassiduidade habitual, caracterizada pela falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Julgamento: Correto. A definição contida na alternativa engloba exatamente o que estabelece o Art. 187 da Lei Complementar nº 040/1992. A situação narrada (70 dias de faltas interpoladas em 12 meses) se amolda a este conceito.

Art. 187 - Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA	VERDE
31	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a temática relativa aos temas transversais e educação física. No enunciado, de forma hipotética, o professor desenvolve uma atividade que visa desenvolver o tema transversal ÉTICA. Para tanto, desenvolve um circuito em que ao final do mesmo todos os participantes deveriam montar a frase: “a consciência é o melhor livro de moral e o que menos se consulta”, vencendo a equipe que realizasse em menor tempo. No segundo momento da aula o professor desenvolve uma atividade com o objetivo de os alunos desenvolver ações voltadas para um único objetivo a ser vivenciado pelo grupo. Tendo em vista as opções desta questão, como Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo, a única resposta correta é aquela que traz o tema transversal ÉTICA. Isso porque no tema Meio ambiente busca-se explorar a natureza em atividades como trilhas ou jogos em parques, discutindo questões como a poluição, o descarte de lixo e a conservação ambiental. Pluralidade Cultural busca valorizar a diversidade cultural, ensinando a respeitar as diferenças de raça, religião, gênero e orientação sexual. Já no Trabalho e Consumo busca-se relacionar as práticas corporais com o trabalho. como, por exemplo, em atividades profissionais e discutir as questões de consumo, por exemplo, a influência do marketing no esporte. A atividade proposta pelo professor descrita na questão objetivava discutir o respeito às regras e aos adversários durante um jogo ou esporte, além de valores e atitudes morais do dia a dia.

BRANCA	VERDE
32	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o binômio educação física e saúde coletiva, que vem se consolidando no contexto sanitário brasileiro. De acordo com o enunciado na opção I informa que: "O campo da educação física brasileira se constitui apoiado no modo de produção socialista (não socialista e sim, capitalista) da primeira metade do século XIX (não no século XIX e sim, no século XX) quando a prática sistematizada de movimentos físicos estava a cargo das instituições militares. Afiliado aos pensamentos nacionalista, militarista e biomédico, buscava educar o corpo para a produção e o combate na perspectiva da aptidão física, da eugenia e da segurança nacional". Na opção IV informa que: "A partir da

segunda metade do século XIX (não do século XIX e sim, do século XX) no Brasil, as transições epidemiológica, demográfica e nutricional redirecionam significativamente o foco das pesquisas epidemiológicas para a obesidade e as doenças crônico-degenerativas, exigindo novos investimentos metodológicos e inserindo o sedentarismo como fator determinante de agravos à saúde. Assim, o cenário de embates que marcam a epidemiologia no campo da saúde coletiva se replica no campo da educação física. Hoje, avolumam estudos epidemiológicos que consistentemente demonstram a associação entre menores (não entre menores e sim, entre maiores) níveis de atividade física e a diminuição no risco de doenças crônicas". Nesse sentido, as opções I e IV trazem dados e informações INCORRETAS. Já as opções II, III e V apresentam dados e informações CORRETAS com fundamentação na literatura específica que trata da saúde coletiva com interface com a educação física, enquanto área do conhecimento do campo das ciências biológicas e da saúde.

BRANCA	VERDE
33	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta a seguinte assertiva: " A análise da estruturação do corpo aponta diferentes formas de organização que se interagem visando ao bom funcionamento dessa complexa e formidável máquina humana. A título de exemplificação de interação entre os sistemas, serão considerados dois sistemas do corpo – os sistemas tegumentar e esquelético. O sistema tegumentar (pele, pêlos e unhas) protege todos os sistemas do corpo, incluído o sistema ósseo, por meio da função de barreira entre o ambiente externo e os tecidos e os órgãos internos. A pele (cútis) também está envolvida na produção de vitamina D, da qual o corpo necessita para a utilização apropriada de cálcio (mineral necessário para o crescimento e o desenvolvimento dos ossos). O sistema esquelético, por sua vez, fornece sustentação para o sistema tegumentar. A essas interações entre os sistemas dá-se o nome de: aparelho. Tratado de anatomia sistêmica aplicada. 2a. ed. São Paulo: Atheneu, 2002, as interações entre os sistemas mencionados têm como opção Aparelho é configura-se a única e exclusiva que responde CORRETAMENTE à esta assertiva, tendo em vista a terminologia empregada pelos referidos autores, nesta obra clássica e universal no campo da anatomia. Por outro lado, quanto à homeostase que é geralmente conceituada como a capacidade que o corpo tem de se manter equilibrado, e tem como base a unidade estrutural e funcional dos organismos: a célula, local onde se manifesta o material genético. A homeostase é mantida em decorrência do ambiente externo e dos sistemas do organismo. Na questão esse termo não é coerente para nomear as interações entre os sistemas mencionados.

BRANCA	VERDE
35	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão assim se apresenta: A ginástica geral consiste em uma prática corporal na qual não ocorre competição e se configura como uma confluência entre a ginástica científica e as diversas manifestações gímnicas da atualidade, ou seja, trata-se de uma atividade gímnica não competitiva, sem normas e padrões preestabelecidos. Possui uma característica tão abrangente que permite a seus praticantes a vivência de inúmeras experiências motoras, além de utilizar diferentes conteúdos, como dança, ginásticas, lutas e jogos adaptados em diversos temas, estilos, ritmos, músicas, materiais e vestimentas."

De acordo com o gabarito que traz a opção A (geral), bem como a argumentação do(a) próprio(a) candidato(a), não há nenhuma inconformidade com a questão. A argumentação do(a) próprio(a) candidato(a) corrobora com o gabarito, não havendo contestação do mesmo.

BRANCA	VERDE
38	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata dos cuidados que o profissional de Educação Física deve ter ao prescrever, supervisionar e avaliar exercícios físicos para pessoas com diabetes, com base em evidências científicas. Os estudos citados demonstram que: O exercício físico regular melhora o controle glicêmico, a saúde cardiovascular, o perfil lipídico e a sensibilidade à insulina.

Para diabéticos tipo 1, o treinamento resistido deve incluir de 8 a 10 exercícios com grandes grupos musculares, realizados 2 a 3 vezes por semana, com atenção especial a casos de hipertensão, nos quais a intensidade deve ser leve a moderada.

Apesar dos benefícios, ainda existem controvérsias sobre qual tipo e intensidade de exercício são mais adequados para diabéticos tipo 1, e o risco de hipoglicemia, especialmente noturna, é uma preocupação importante.

Durante o exercício ocorre queda da insulina e aumento de hormônios contrarreguladores (glucagon, adrenalina e catecolaminas), que estimulam a produção de glicose pelo fígado.

Pessoas com diabetes tipo 1 apresentam menor capacidade de pico durante exercícios aeróbicos devido a limitações cardiovasculares, exigindo prescrição individualizada e cautelosa, com foco na segurança e na qualidade de vida.

Assim, todas as opções apresentadas na questão são consideradas corretas por estarem fundamentadas na literatura científica especializada sobre exercício físico e diabetes tipo 1.

BRANCA	VERDE
39	34

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Esta questão aborda o conhecimento no campo da anatomia humana. Na opção II encontra-se: "Todos os organismos vivos apresentam certas características que os diferenciam das coisas não-vivas. Os processos vitais importantes no ser humano são: o metabolismo; a responsabilidade; o movimento; o crescimento; a diferenciação; e a reprodução. Houve um erro de digitação no qual ao invés de responsividade aparece responsabilidade. Sendo assim, procede a anulação da questão.

Cargo: Programador Visual

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas. Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e identifique informações que constam no texto apenas com uma roupagem diferente, ou seja, a mesma informação veiculada por meio de paráfrases. Nesse sentido, o candidato deve identificar a ideia que não pode ser comprovada no texto.

No texto em análise, as ideias contidas nas alternativas A, B e D não encontram respaldo no texto. Apenas a informação expressa na alternativa C pode ser confirmada pelo texto e se encontra no 4º parágrafo: "O fato é que, sem o revisor, a tendência é haver menos rigor no uso da norma padrão". (...) "Na prática, o que eram "erros gramaticais", às vezes mero fruto de lapso, ganharia status de modelo de correção". Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTHAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A variação diastrática é a mudança na linguagem provocada por fatores sociais. Ela aparece quando diferentes grupos da sociedade, como estudantes, profissionais, idosos ou jovens, utilizam modos distintos de se expressar. Isso inclui vocabulário, pronúncia e até formas gramaticais. Essa variação está diretamente ligada à realidade de quem fala. Pessoas com mais acesso à educação formal costumam seguir com mais rigor as normas da gramática padrão. Já grupos com menor escolaridade podem usar formas mais próximas da oralidade popular, sem que isso represente erro linguístico. Portanto, o gabarito é a letra A.

Letra B - Variação Diafásica (situacional): está relacionada ao contexto em que a língua é usada. A forma como falamos com amigos é diferente da forma como falamos em uma entrevista de emprego, por exemplo. Isso envolve a escolha de um registro linguístico mais formal ou informal, dependendo da situação.

Letra C – Variação Diacrônica (histórica): trata das mudanças que a língua sofre ao longo do tempo. O português medieval, por exemplo, é diferente do português atual. Palavras e expressões caem em desuso, outras são criadas e a gramática e a pronúncia também podem mudar com o tempo.

Letra D - Variação Diatópica (geográfica): refere-se às diferenças linguísticas entre regiões geográficas. Por exemplo, o português brasileiro e o português europeu são variações diatópicas do mesmo idioma. Dentro do Brasil, também existem variações regionais, como o uso de diferentes termos para a mesma fruta (macaxeira, aipim, mandioca).

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTHAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA
12

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado da questão 12 apresenta ambiguidade e inconsistência interna entre o texto e os dados numéricos. A expressão “90 cientistas estão envolvidos em dois projetos distintos” induz à interpretação de que todos os 90 cientistas participam de pelo menos um dos projetos, enquanto os valores fornecidos (54, 36 e 18) indicam, pelo

princípio da inclusão e exclusão, um total de apenas 72 cientistas envolvidos. Essa divergência permite duas leituras possíveis, que conduzem a respostas diferentes, comprometendo a objetividade e a unicidade da solução. Diante disso, a questão deve ser anulada.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) Titular – INCORRETA.

O titular é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais. No caso, os titulares são os munícipes, não o Município.

B) Operador – INCORRETA.

O operador é quem realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. No enunciado, o serviço externo contratado é quem atua como operador, não o Município.

C) Controlador – CORRETA.

O controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Como o Município de Uberlândia detém os dados, define os critérios e contrata o serviço externo, ele é o controlador.

D) Encarregado – INCORRETA.

O encarregado (DPO) é a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares e a ANPD.

Não é essa a função exercida pelo Município na situação apresentada.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A afirmativa correta, com base exclusivamente na Lei Complementar Municipal nº 040/1992 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia), é a B.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, a vacância do cargo do servidor que não for confirmado durante o estágio probatório se dará por exoneração de ofício.

Fundamento: O Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 040/1992, estabelece que:

Art. 48 - A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo Único - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

Sobre as demais alternativas, tem-se que:

A demissão é uma penalidade aplicada por infração disciplinar grave.

A cassação de aposentadoria é uma penalidade aplicada a servidor já aposentado.

A redistribuição é uma forma de deslocamento de cargo, e não a forma de desligamento por inaptidão no estágio probatório.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) A improbidade, independentemente do número de faltas.

Julgamento: Incorreta. A lei tipifica a conduta como inassiduidade habitual. Improbidade Administrativa é uma infração de natureza distinta e não se confunde com a ausência injustificada definida por critério temporal. Vide embasamento detalhado na alternativa D.

B) A insubordinação grave em serviço, considerando o desrespeito aos seus superiores.

Julgamento: Insubordinação grave está relacionada a descumprimento de ordens e não a faltas ao serviço. A conduta descrita é de falta, e não de insubordinação. Vide embasamento detalhado na alternativa D.

C) O abandono de cargo, conceituado pela lei como a ausência intencional do servidor por mais de trinta dias no período de doze meses.

Julgamento: O abandono de cargo é a ausência intencional por mais de trinta dias consecutivos (Art. 186). Como as faltas no caso são não consecutivas (interpoladas), a conduta se amolda ao conceito de Inassiduidade Habitual. Vide embasamento detalhado na alternativa D.

D) A inassiduidade habitual, caracterizada pela falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Julgamento: **Correto.** A definição contida na alternativa engloba exatamente o que estabelece o Art. 187 da Lei Complementar nº 040/1992. A situação narrada (70 dias de faltas interpoladas em 12 meses) se amolda a este conceito.

Art. 187 - Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca considera que Produção Gráfica é o conjunto de processos e operações que transformam um projeto visual gráfico em um produto físico acabado. Ela envolve desde o planejamento, criação e pré-impressão e a impressão (convencional ou digital) e o acabamento. A conforme solicitação do edital PROCESSOS GRÁFICOS E MATERIAIS: Processos de pré-impressão; Processos de impressão (convencionais e digitais);

Considera-se que fazem parte dos processos de pré-impressão as seguintes etapas:

1. Recebimento, preparação e verificação do arquivo

O arquivo final é preparado com os padrões corretos para a impressão, garantindo que todos os elementos necessários estejam presentes e no formato correto. Em caso de erros que comprometam a produção, o mesmo é devolvido ao cliente, seja ele agência de design, publicidade, comunicação o cliente direto

2. Correção e ajustes

Ajuste de cores: As cores são convertidas para o padrão de impressão correto (CMYK) e o perfil ICC é configurado para garantir a consistência de cores.

3. Provas e aprovação

Geração de provas: Uma versão digital (prova digital) ou impressa (prova de cor) é criada para que o cliente possa revisar e aprovar o trabalho final antes da impressão em massa.

4. Imposição e montagem

Os arquivos são montados considerando o formato de impressão, o fluxo de produção e a sequência de páginas

Produção de chapas (matrizes de impressão)

Produção de chapas: O arquivo final aprovado é usado para gerar as matrizes de impressão, sejam elas: chapas, cilindros, clichês de impressão, que transferirão o design para o material impresso.

Fonte:

- SCARPETA, Eudes. *Flexografia: manual prático*. 1. ed. São Paulo: Scortecci, 2007.
- SCARPETA, Eudes. *Flexografia: manual prático*. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2018.
- BANN, David. *Produção gráfica: guia de referência para designers*. Tradução de Marco Antônio de Queiroz. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 240 p.
- Considerando que os processos de reticulagem é inerente aos Processos de pré-impressão; Processos de impressão (convencionais e digitais), a banca considera o recurso imprecendente.

BRANCA
32

Recurso Imprecendente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme edital, item processos gráficos e materiais: Tratamento de imagem; A cor nos processos de reprodução da imagem; a questão demanda a interpretação de um gráfico, o qual representa a reprodução das cores no espectro visível, que vai entre 400nm à 700nm. Nele se identifica a representação de R(red) G(green) B (blue), conforme o comprimento de onda, descrito como síntese aditiva da cor. O processo se baseia na emissão de luz colorida com diferentes intensidades.

Combinação de Luzes	Resultado (Cor Secundária)
Vermelho (R) + Verde (G)	Amarelo (Yellow)
Vermelho (R) + Azul (B)	Magenta
Verde (G) + Azul (B)	Ciano (Cyan)

Logo, ao indicar no gráfico que o índice de azul está mais baixo, sendo ele a cor complementar do amarelo, consequentemente se sobressairão as cores Vermelho (R) + Verde (G), as quais formam o amarelo, por ausência do azul, sua cor complementar.

Conforme Kesse, Alexandre. Tratamento e edição profissional de imagens, 2008, o balanço de cores, no processo de tratamento da imagem, passa por realizar o balanço de cinza, estando a imagem em RGB ou CMYK. Em se tratando de cor luz, é necessário equilibrar os valores de RGB, para se balancear as cores de imagem. Uma vez que o gráfico apresenta um excesso de amarelo, há a necessidade de se acrescentar a cor azul para se realizar o balanço de cores.

BRANCA
33

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Após análise das solicitações de anulação referentes à questão, informamos que o pedido foi deferido. Constatou-se que o tema abordado na referida questão não possui correspondência com os conteúdos previstos no edital do certame, documento que delimita o escopo de avaliação e orienta a preparação dos concorrentes.

Considerando o princípio da vinculação ao edital, bem como a necessidade de assegurar isonomia e transparência a todos os participantes, a banca examinadora deliberou pela anulação da questão.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Donis A. Dondis, em *Sintaxe da Linguagem Visual*, A proporção refere-se às relações dimensionais e de tamanho entre as partes de uma composição e o todo. É a relação do elemento com o seu entorno. Por sua vez a ênfase é a técnica visual que tem por objetivo destacar ou chamar a atenção para um elemento específico dentro da composição. A ênfase é o oposto da neutralidade na polaridade das técnicas visuais.

A assimetria em oposição direta à simetria. Enquanto a simetria (equilíbrio axial) é uma repetição rigorosa de unidades em lados opostos de uma linha central, resultando em uma concepção lógica e frequentemente, estática. A assimetria não repete os elementos, mas ajusta a força visual de elementos desiguais, em peso, tamanho e posição. Ao se traçar a linha centra na figura da questão 35, observa-se que os elementos não se repetem dos dois lados, gerando um equilíbrio assimétrico.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cálculo utilizado para essa verificação é: $Re = LPI \times Fq \times Fr$

Segundo Galleti, na obra *Captura e tratamento de imagens*, o cálculo exato para resolução é dado pela fórmula: $Re = LPI \times Fq \times Fr$

Onde: Re = resolução de entrada; LPI = lineatura da impressão da imagem que será utilizada; Fq = fator de qualidade que deve ser aplicado à imagem; Fr = fator de reprodução aplicado à imagem.

Segundo autor “Dois é o valor máximo que o fator de qualidade deve ter. Números maiores apenas farão com que as imagens fiquem mais pesadas, sem lhes acrescentar qualidade. No entanto, é muito comum, na literatura sobre o assunto, autores indicarem o valor 1,5 por se pautarem no cálculo matemático que indica que a raiz quadrada de dois é igual a 1.414... Na verdade, a regra 2x tornou-se tão comum que as pessoas se esqueceram de que você sempre pode usar resoluções mais baixas. Nós normalmente recomendamos um multiplicador de 1,5, com base na teoria de que a raiz quadrada de dois – 1.414 ... – é multiplicador mais apto [...] (BLATNER; FLEISHMAN; ROTH, 1998).”

Esse tópico foi abordado por meio de um trecho do artigo de André Lopes, que faz a seguinte crítica: “Nesse mar de desinformação, a fórmula mágica de “multiplicar por dois a lineatura” serviu como boia salvadora, espalhando-se como peste contagiosa.” Logo o autor afirma que a fórmula de se multiplicar por dois (2), espalhou-se uma fórmula mágica, uma verdade absoluta, o que na verdade não é. Logo o enunciado afirma que outro valor pode ser usado, nesse caso, 1,5 pode ser usado para determinar a resolução, sem prejuízo para imagem.

Fonte:

- Galleti, Luiz Sérgio; Soares, Rodrigo Venturini. *Captura e tratamento de imagens (Gráfica e editorial)* (Portuguese Edition) (p. 48). SENAI-SP Editora. Edição do Kindle.

BRANCA	VERDE
02	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
03	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Como característica de estruturas linguísticas para o gênero textual apresentado, é possível observar:”, a alternativa “B) Preferência por períodos compostos.” foi adequadamente indicada como correta. O texto apresenta frases longas, com várias orações coordenadas e subordinadas, o que caracteriza períodos compostos.

Exemplos do texto:

“Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais.”

“O aumento no tempo dispensado utilizando as redes sociais relaciona-se ao sentimento de isolamento do mundo real, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais.”

Isso é típico de textos científicos ou acadêmicos, que buscam explicitar relações complexas entre ideias.

A alternativa “A) Linguagem formal e subjetiva.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto é formal, sim, mas não é subjetivo; apresenta informações objetivas, dados estatísticos e referências de órgãos oficiais, como OMS e

IBGE. A subjetividade envolveria opiniões pessoais, sentimentos ou julgamentos, que não aparecem aqui. A alternativa “C) Preferência pela ordem indireta como escolha linguística.” não pode ser indicada como correta, pois, a ordem indireta significa inverter a sequência natural sujeito-verbo-objeto. No texto, a ordem sintática predominante é direta, típica de textos científicos: “O uso de mídias sociais é um hábito relativamente recente.” Não há evidência de inversões frequentes de sujeito e predicado. A alternativa “D) Emprego dos pronomes pessoais como delimitadores do público-alvo.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não usa pronomes pessoais como “você”, “nós” para se dirigir ao leitor. Ele se mantém em terceira pessoa e impessoal, característica de textos expositivos ou científicos, onde o público-alvo é amplo, acadêmico ou informativo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
04	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os fragmentos destacados “em associação à angústia” (1º§) e “aspectos biológicos associados a fatores culturais” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) A ausência de crase no segundo fragmento destacado demonstra observação adequada da norma padrão considerando-se a ausência de artigo antecedendo “fatores culturais”.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “associação” é um substantivo que exige a preposição “a”, o substantivo seguinte é “angústia”, que vem precedido do artigo feminino “a”. Assim, ocorre a junção da preposição “a” + artigo “a” = à, por isso há crase. Já em “associados a fatores culturais”, o verbo “associar” (no particípio “associados”) também exige preposição “a”, porém, “fatores” é substantivo masculino plural, por isso não apresenta artigo “a” antecedendo-o, e sim “os”: os fatores. Assim, só há preposição “a”, sem artigo feminino “a”, não havendo crase. A alternativa “A) “Caso o termo ‘associação’ fosse substituído por ‘associados’, teria-se: ‘associados a angústia’.” não pode ser considerada correta, pois “angústia” é palavra feminina e exige artigo “a”, portanto deveria haver crase: “associados à angústia”, e não “a angústia”. A alternativa B) “Caso o termo ‘associados’ fosse substituído por ‘associação’, teria-se: ‘associação à fatores culturais’.” não pode ser considerada correta, pois, “fatores” indica masculino plural — o correto seria “aos fatores culturais”, e não “à fatores”. A alternativa “D) “A ocorrência de crase no primeiro fragmento destacado se justifica pelo emprego do termo regente; no segundo, a ausência de crase também se justifica pela escolha do termo regente.”” não pode ser indicada como correta, pois, a justificativa não está apenas no “termo regente”, mas também no substantivo subsequente (que define se haverá artigo ou não).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
05	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em referência ao título do texto, afirma-se corretamente que:”, a alternativa “D) O emprego de um questionamento explícito tem como objetivo provocar reflexão e direcionamento inicial, considerando o conteúdo explorado no desenvolvimento do texto.” foi adequadamente indicada como correta. O título está em forma de pergunta, com interrogação direta, o que indica:

Tema central: relação entre mídias sociais e saúde mental;

Propósito: refletir e investigar o impacto dessa relação;

Função textual: introduzir e direcionar o conteúdo do texto (que explica e analisa esse impacto).

Ou seja, o título não expressa dúvida real do autor, mas propõe um questionamento reflexivo, que será respondido e desenvolvido ao longo do texto.

A alternativa “A) “O efeito de sentido produzido pelo questionamento apresentado aponta um cenário de incertezas diante do tema tratado.”” não pode ser considerada correta, pois, o título não expressa incerteza; o autor não demonstra dúvida, e sim propõe uma questão para análise. Durante o texto, as ideias são claras, objetivas e baseadas em dados científicos, ou seja, não há dúvida nem hesitação, há explicação e argumentação. A alternativa “B) “A pontuação utilizada tem como principal objetivo provocar o leitor, apresentando e fomentando a argumentação desenvolvida no texto.”” não pode ser considerada correta, pois, a interrogação realmente provoca o leitor, mas não “apresenta a argumentação”, o título introduz o tema, enquanto a argumentação está no corpo do texto. Ou seja, o título não fomenta a argumentação, ele direciona o tema. A alternativa “C) “O principal objetivo é estabelecer uma interlocução produtiva junto ao leitor em busca de esclarecimentos pertinentes à temática desenvolvida no texto.” não pode ser indicada como correta, pois, apesar de haver um tom interativo (por ser uma pergunta), o título não estabelece diálogo real com o leitor, o texto é científico e informativo, não interativo. O autor não busca respostas do leitor, mas fornece informações e explicações com base em dados.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global.” (1º§) é composto por:”, a alternativa “C) Uma oração apenas, denominada oração absoluta.” foi adequadamente indicada como correta. No período destacado, há apenas um verbo: “são” (verbo de ligação). Não há nenhum outro verbo que indique uma nova ação ou relação de dependência sintática. Tudo o que vem depois (“por alterações de pensamento...”) funciona como complemento nominal e adjunto adverbial de modo, sem verbo. Essa oração não depende nem está ligada a outra por coordenação

ou subordinação. Uma oração que aparece isolada, sem depender nem coordenar-se a outra, é chamada de oração absoluta. A alternativa “A) Duas orações coordenadas.” não pode ser indicada como correta, pois, só há um verbo. A alternativa “B) Uma oração principal e duas subordinadas.” não pode ser indicada como correta, pois não há orações subordinadas (nenhuma conjunção subordinativa ou verbo dependente). A alternativa “D) Uma oração principal e uma subordinada adverbial.” não pode ser indicada como correta, pois, o trecho “em associação à angústia...” é locução prepositiva, não uma oração (não tem verbo).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Releia o 1º§. “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global. Esses problemas são decorrentes de aspectos biológicos associados a(1) fatores culturais e muito influenciados pela sociedade, podendo ser intensificados por uma predisposição do indivíduo. Os transtornos mentais, especialmente a(2) ansiedade e a(3) depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais. De acordo com a(4) Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 350 milhões de pessoas no mundo vivem com depressão. A(5) Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 apresentou prevalência de depressão em 7,6% (IC95% 1,2-8,1) da população adulta brasileira. Tais números tornaram a(6) saúde mental uma prioridade de saúde pública.” Os termos destacados que possuem o mesmo valor semântico e gramatical são apenas”, a opção “D) 2, 3, 4, 5 e 6.” foi adequadamente indicada como correta.

a(1) fatores culturais – No destaque, “a” é uma preposição, exigida pelo termo “associados” (“associar-se a”). Classe gramatical: preposição. Valor semântico: indica relação de dependência/ligação.

a(2) ansiedade - “especialmente a ansiedade e a depressão”. No destaque, “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “ansiedade”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(3) depressão - Mesma estrutura do caso anterior (“a depressão”). Classe gramatical: artigo definido feminino singular. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(4) Organização Mundial da Saúde - “de acordo com a Organização Mundial da Saúde”. O “a” aqui também é artigo definido feminino singular, acompanhando o substantivo “Organização”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

A(5) Pesquisa Nacional de Saúde - O “A” é artigo definido feminino singular, antes de um nome próprio de instituição. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores (determinação).

a(6) saúde mental - “tornaram a saúde mental uma prioridade”. O “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “saúde”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores.

Assim, o a(1) é preposição, diferente dos demais. Os a(2), a(3), a(4), a(5) e a(6) são artigos definidos femininos singulares com o mesmo valor semântico e gramatical.

A alternativa “A” não pode ser considerada correta porque inclui o “a(1)” (preposição) junto com artigos. A alternativa “B” não pode ser indicada como correta porque também inclui o “a(1)” (preposição). O mesmo ocorre com a alternativa “C”.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descriptiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA	VERDE
11	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado é claro ao dizer “25% dos que ainda não haviam sido vacinados” e “50% das pessoas restantes”, o que indica que os percentuais incidem sobre o remanescente em cada etapa (ou seja, sobre $M-20$ na 2ª hora e sobre o que sobra após ela na 3ª), logo a interpretação algébrica é única. Além disso, a expressão “ao final da campanha, nessa manhã” apenas situa o término da sequência de três horas descrita, indicando que a campanha se encerrou naquele turno, sem gerar qualquer ambiguidade temporal ou múltiplas interpretações. Aplicando-se corretamente o raciocínio, tem-se $M-20$ após a 1ª hora, $0,75(M-20)$ após a 2ª hora e $0,5 \cdot 0,75(M-20) = 0,375(M-20)$ após a 3ª hora; como ao final restaram 15 pessoas, $0,375(M-20) = 15 \Rightarrow M-20 = 40 \Rightarrow M = 60$, portanto a resposta correta é 60.

BRANCA	VERDE
13	18

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE
14	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado define claramente que X corresponde ao número inicial de leitores, ao afirmar: “Inicialmente, X leitores iriam dividir o valor igualmente”, e em seguida informa que 2 deles desistiram, de modo que os restantes pagam R\$ 4,00 a mais cada. Não há, portanto, dupla interpretação válida: X é inequivocamente o total inicial de participantes. Para resolver a questão, seja X o número inicial de leitores, cada um pagaria $240/X$; após a desistência de 2 leitores, os $X-2$ restantes pagam $240/(X-2)$, e a diferença é R\$ 4, ou seja, $240/(X-2) - 240/X = 4$. Resolvendo a equação, obtém-se $X=12$ como raiz positiva. Assim, a resposta correta é 12.

BRANCA	VERDE
16	17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

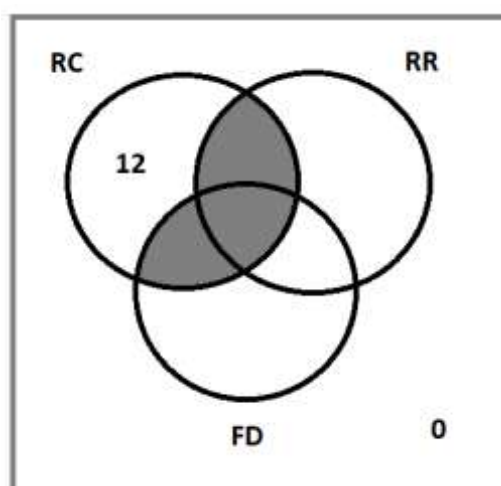
BRANCA	VERDE
20	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No enunciado:

“Todos fizeram pelo menos um curso” significa que não há fisioterapeuta que não tenha feito nenhum curso. Ou seja, cada pessoa fez um ou mais cursos. O “pelo menos” define o limite inferior, mas não implica exclusividade: alguém pode ter feito dois ou três cursos.

“Apenas um curso” indica exclusividade: o fisioterapeuta fez exatamente aquele curso e nenhum outro. Por exemplo, “apenas reabilitação cardíaca” significa que a pessoa não fez nem reabilitação respiratória nem fisioterapia desportiva. Portanto, a ausência de “apenas” não gera ambiguidade, porque os números fornecidos para interseções (como “22 fizeram C e R”) deixam claro que ali estão incluídas as pessoas que podem ter feito também outro curso (ou seja, a interseção de dois cursos pode incluir o terceiro curso). É justamente isso que permite resolver a questão com o princípio da inclusão-exclusão. Assim, considere RC = Reabilitação Cardíaca, RR = Reabilitação Respiratória e FD = Fisioterapia Desportiva. Com as duas primeiras informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:

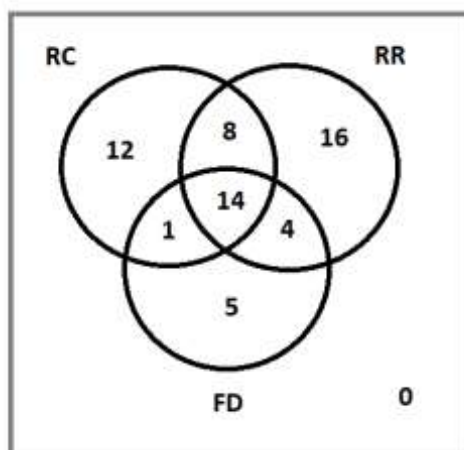


A área hachurada deve, portanto, ter um total de $35 - 12 = 23$ elementos. Logo, em notação de conjuntos, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23$. A partir das informações 4 e 6:

22 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e reabilitação respiratória, implicando que $RR \cap RC = 22$.

15 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e fisioterapia desportiva, implicando que $FD \cap RC = 15$. Portanto, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow 22 + 15 - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow (RR \cap RC \cap FD) = 14$.

Com as demais informações do enunciado, tem-se o diagrama de Venn completo:



BRANCA	VERDE
21	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base em disposições constitucionais e jurisprudência sobre o tema. A questão atende ao seguinte conteúdo programático: “1. Constituição Federal de 1988: 1.1. Dos Princípios Fundamentais. 1.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 1.3. Dos direitos sociais. 1.4. Da Organização do Estado. 1.5. Da Administração Pública.”

A única alternativa que atende ao comando da questão é: “I e III, apenas.”. A afirmativa II está incorreta.

Conforme artigo 37 da Constituição Federal de 1988, transcrito a seguir, a Administração Pública é composta pela Administração Direta e Indireta. A Administração Direta inclui os órgãos dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, enquanto a Administração Indireta engloba autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Dessa forma, as entidades do terceiro setor não integram o conceito constitucional de “Administração Pública”, mas elas devem se pautar pelos princípios que orientam a atuação estatal.

CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)

(Fonte: CF/1988)

1 INFORMATIVO

1.1 Plenário

DIREITO ADMINISTRATIVO – SERVIÇOS PÚBLICOS; SERVIÇOS SOCIAIS; SAÚDE; TERCEIRO SETOR; MODELOS DE GESTÃO; DESCENTRALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

DIREITO CONSTITUCIONAL – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO; ORDEM SOCIAL; SAÚDE

Serviços públicos não exclusivos: programa de descentralização da execução de serviços sociais para as entidades do terceiro setor no âmbito estadual - ADI 7.629/MG

Resumo:

É constitucional — e não ofende a diretriz constitucional da participação popular no âmbito do Sistema Único de Saúde (CF/1988, art. 198, III) — lei estadual que dispõe sobre programa de descentralização da execução de serviços públicos não exclusivos para as entidades do terceiro setor, desde que esse modelo de gestão seja conduzido de forma pública, objetiva e impessoal (CF/1988, art. 37, caput), sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público e do Tribunal de Contas correspondentes quanto à utilização de verbas públicas.

Conforme jurisprudência desta Corte (1), deve prevalecer a autonomia de cada ente federativo na ausência de um modelo de organização administrativa predefinido pela Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, é constitucional a prestação de serviços públicos sociais por entidades do terceiro setor, pois há margem político-administrativa para a adoção desse modelo de gestão no caso de serviços que não necessitem ser prestados de forma exclusiva ou privativa pelo Estado.

A atuação das entidades do terceiro setor — entre as quais se incluem as organizações sociais, as organizações da sociedade civil de interesse público e as organizações da sociedade civil — deve se pautar pelos princípios que orientam a atuação estatal (CF/1988, art. 37, caput), apesar de elas não integrarem o conceito constitucional de “Administração Pública”.

Na espécie, os dispositivos impugnados apenas viabilizam a escolha político-administrativa do estado-membro, cuja opção é admitida constitucionalmente. Ademais, o controle social pode ser realizado de diversas maneiras, não se restringindo à participação direta. Dessa forma, não se pretende reduzir a participação da comunidade, pois, no curso do procedimento de descentralização, são assegurados outros mecanismos fiscalizatórios, em especial, as regras relativas à seleção pública e ao controle exercido pelo Tribunal de Contas e pelo Parquet.

Com base nesses e em outros entendimentos, o Plenário, por unanimidade, julgou parcialmente procedente a ação, a fim de conferir interpretação conforme a Constituição, para assentar que o procedimento de descentralização da execução dos serviços públicos não exclusivos para as entidades do terceiro setor, regulado pela Lei nº 23.081/2018 do Estado de Minas Gerais, deve ser conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, em observância aos princípios

do art. 37, caput, da CF/1988, sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público e do Tribunal de Contas quanto à utilização de verbas públicas.

(Fonte: Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal)

Fontes:

- Constituição Federal de 1988.
- Jurisprudência do STF.

BRANCA	VERDE
23	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise ao enunciado da questão e às afirmativas a serem analisadas, não foram encontradas inconsistências, ambiguidades ou interpretações jurídicas que invalidem ou tornem questionáveis ou imprecisas as afirmativas constantes na questão. A questão foi construída com base nas disposições legais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992). Com base na legislação vigente, a única alternativa incorreta é: “A ocorrência de um dolo genérico é necessária e suficiente para penalizar o agente pelas condutas tipificadas pela Lei de Improbidade Administrativa vigente.”, pois essa afirmativa não está consoante com a legislação vigente anteriormente citada, nem, tampouco, com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV. A esse respeito, vide transcrições a seguir.

LEI 8.429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).

CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

[...]

CAPÍTULO V - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

[...]

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Julgado mérito de tema com repercussão geral - TRIBUNAL PLENO

Certidão de Julgamento da Sessão Extraordinária de 18/08/2022

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 1.199 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para extinguir a presente ação, e, por maioria, o Tribunal acompanhou os fundamentos do voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), vencidos, parcialmente e nos termos de seus respectivos votos, os Ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Na sequência, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo

por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". Redigirá o acórdão o Relator. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.8.2022.

Fontes:

- Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- Julgamento do Tema 1199 pelo Supremo Tribunal Federal.

BRANCA	VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

O enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz da Lei Orgânica do Município. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Julgamento: Correto. Conforme art. 40 da LOM.

Art. 40 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

II. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador-Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

Julgamento: Correto. Conforme art. 41, §1º, da LOM.

Art. 41, § 1º O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos impedimentos e o sucede nos casos de vaga e, se o Vice-Prefeito estiver impedido, assumirá o Presidente da Câmara; impedido este, o Procurador Geral do Município responderá pelo expediente da Prefeitura.

III. O Prefeito pode se ausentar do município, sem necessidade de autorização da Câmara Municipal, por até quinze dias.

Julgamento: Correto. Conforme art. 44 da LOM.

Art. 44 O Prefeito residirá no Município e dele não poderá ausentar-se sem autorização da Câmara Municipal por mais de quinze dias, sob pena de perder o cargo, salvo se em gozo de férias ou licença.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRANCA	VERDE
28	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda a Lei Complementar Municipal nº 040/1992. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

() São penalidades disciplinares, entre outras, a advertência, a suspensão e a demissão.

Julgamento: Correto. Conforme art. 175.

Art. 175 - São penalidades disciplinares: I - Advertência; II - Suspensão; III - Demissão; IV - Cassação de aposentadoria ou disponibilidade; V - Destituição de cargo em comissão; VI - Destituição de função gratificada.

() A exoneração de cargo efetivo tem caráter punitivo e se dá sempre a juízo da autoridade competente.

Julgamento: Incorreto. Conforme arts. 48 e 49. A exoneração não tem caráter punitivo.

Art. 48 - A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo Único - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - Quando tendo tomado posse, não entrar no exercício.

Art. 49 - A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I - A juízo da autoridade competente;

II - A pedido do próprio servidor.

() Remoção é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas funções em outro órgão, ou unidade administrativa da Administração Direta, Autarquias ou Fundações, sem que se modifique a sua situação funcional.

Julgamento: Correto. Conforme art. 56, caput.

Art. 56 - Remoção é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas funções em outro órgão, ou unidade administrativa da Administração Direta, Autarquias ou Fundações, sem que se modifique a sua situação funcional.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 40, de 5 de outubro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. [S. l.]: Leis Municipais, 1992.

BRANCA	VERDE
31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Rogers (2004), na abordagem centrada na pessoa, a congruência (ou autenticidade) envolve o terapeuta ser sincero e alinhado ao que sente, sem máscaras, mas mantendo o foco no cliente. Essa postura favorece um vínculo terapêutico seguro, onde o cliente percebe o terapeuta como uma pessoa real, o que facilita o processo de autoexploração. No que se refere às demais opções, manter-se genuíno não significa exposição indiscriminada (C), neutralidade fria (A) ou autoenaltcimento seletivo (B), mas um equilíbrio de honestidade emocional e respeito aos limites profissionais. Logo, a opção correta é letra D (A autenticidade terapêutica refere-se à capacidade do terapeuta de ser genuíno e transparente em sua presença e comunicação, promovendo uma aliança terapêutica baseada na confiança mútua e permitindo ao cliente experimentar sua própria verdade.), conforme divulgado em gabarito.

Fonte:

- Rogers, C. R. (2004). Tornar-se pessoa: um modo de ser. São Paulo: Martins Fontes.

BRANCA	VERDE
32	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Dalgallarrondo (2019) e o DSM-5-TR (2023), o juízo diz respeito à capacidade de avaliar situações, comparar opções e prever resultados antes de agir. Em psicopatologia, o juízo prejudicado manifesta-se por escolhas impulsivas, mal avaliadas e sem ponderação de riscos, como no comportamento da mulher descrito na alternativa D. Pacientes com transtornos do espectro psicótico, delirium ou episódios maníacos frequentemente exibem esse tipo de prejuízo. Para avaliar o juízo, o clínico pode usar entrevistas semiestruturadas e escalas cognitivas, como o Miniexame do Estado Mental. É importante diferenciar alteração de juízo de insight: o insight é o reconhecimento da doença, enquanto o juízo é a habilidade de decidir de maneira criteriosa. A título de ilustração, os tipos de alteração

do juízo envolvem concretismo, ilogicidade e tendência ao imediatismo. Vale destacar também a relação entre juízo e funções executivas do lobo frontal, os impactos de medicações (antipsicóticos, benzodiazepínicos) na capacidade de julgamento. Mediante essas informações é importante diferenciar juízo preservado x juízo prejudicado, principalmente por meio de testes neuropsicológicos e avaliação de risco de comportamento. Logo, a alternativa correta é letra D (Tomar decisões impulsivas e confusas sem considerar riscos ou consequências futuras.)

Fontes:

- American Psychiatric Association (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais Revisado: DSM-5-TR. 5ª ed. texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- Almeida MC, Silva RS, Costa RN. Exame do estado mental e avaliação do comportamento. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*. 2012;34(3):190–200.
- Dalgallarrondo, P. (2019). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais* (3rd ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.

BRANCA	VERDE
35	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Rosa et al (2017) e Nascimento e Silva (2018) os elementos — abordagem participativa, metas de coesão e técnicas experiencial-expressivas — correspondem de forma integrada ao que se propõe na alternativa D (Configura um processo de intervenção psicossocial em grupo com base na abordagem de Roda de Conversa e Dinâmicas Integrativas, cujo objetivo é fortalecer vínculos, promover normas grupais e habilidades de escuta empática; emprega atividades lúdicas de expressão emocional e contratos de convivência para aumentar coesão e suporte mútuo.); logo, a que responde corretamente a questão. Isso porque a integração pedida no comando do enunciado da questão permite compreender a intervenção descrita baseada em princípios de Intervenção Psicossocial em Grupo, utilizando a metodologia de “Roda de Conversa” e Dinâmicas Integrativas, que privilegiam o compartilhamento horizontal, a construção conjunta de normas e a escuta ativa em contexto comunitário. Isso viabiliza a definição de objetivos centrais tais como: Fortalecer os vínculos interpessoais entre os adolescentes; estabelecer normas grupais que favoreçam o respeito e a colaboração; desenvolver habilidades de escuta empática e apoio mútuo, fundamentais para a coesão e a resiliência do grupo. Além disso, a abordagem ao utilizar atividades lúdicas de expressão emocional (por exemplo, dinâmicas teatrais, desenhos em dupla), que permitem externalizar sentimentos num ambiente seguro; contratos de convivência, construídos coletivamente, para pactuar regras de participação e cuidado recíproco; e roda de conversa, momento estruturado para que cada participante fale e seja escutado sem interrupções, viabiliza a ampliação da escuta empática e redução de comportamentos defensivos, ideal e recomendado para casos tal como o ilustrado.

Fontes:

- Rosa, A. C., Pereira, M. F., & Souza, L. G. (2017). Roda de conversa como ferramenta de intervenção psicossocial em saúde mental comunitária. *Revista Brasileira de Saúde Mental*, 9(2), 112–120.
- Nascimento, E. P., & Silva, A. L. (2018). Dinâmicas de grupo em contextos comunitários: possibilidades de intervenção psicossocial. *Revista Psicologia Comunitária*, 15(1), 45–58.

BRANCA	VERDE
36	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A argumentação de que a afirmativa I da questão 3 generaliza que o SAD substitui toda e qualquer internação não procede uma vez que conforme inciso II, do art. 2º da Portaria nº 825/2016, aqui transcrito, afirma que o *Serviço de Atenção Domiciliar (SAD): serviço complementar aos cuidados realizados na atenção básica e em serviços de urgência, substitutivo ou complementar à internação hospitalar, responsável pelo gerenciamento e operacionalização das Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP).* (Brasil, 2016)

A própria conceituação do serviço estabelecida pela referida Portaria afirma que o Serviço, como serviço complementar, podendo ser substitutivo ou complementar à internação hospitalar. Dessa forma, a peça recursal não prospera.

Ainda, conforme estabelecido pela Portaria nº 825/2016, nos art. 17 e 18, nos quais são indicadas a equipe mínima tanto da EMAD tipo 1 quanto da EMAD tipo 2, não existe a obrigatoriedade do profissional psicólogo. Ao estabelecer uma equipe mínima, a Portaria define obrigatoriamente quais profissionais precisam compor a equipe. Não limita a existência de outros, pelo contrário abre espaço para que outros profissionais e especialidades possam ser incluídos. Então, não há que se falar que a expressão obrigatoriedade pode ser interpretada de modo ampliado. Não existe interpretação diversa neste caso, uma vez que psicólogos não estão previstos nas equipes mínimas. Sua inclusão, portanto, não é obrigatória.

Fonte:

- Brasil (201). Ministério da Saúde: Portaria nº 825/2016.

BRANCA	VERDE
37	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A, é a única incorreta exatamente porque o prazo para a internação involuntária não é de setenta e duas horas. Sendo este o prazo estabelecido para que a internação involuntária seja comunicada ao Ministério Público Estadual, conforme previsto no § 1, do art. 7º da Lei nº 10.216/2001. Não existe mistura de conceitos, como argumentado, uma vez que a afirmativa efetivamente está incorreta, tornado o gabarito o único correto conforme enunciado.

A alternativa D, que está correta pois o contexto aponta para a possibilidade de que seja feita a internação involuntária, que conforme consta no inciso II do art. 6º da Lei nº 10.216/2001 *é aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro*, necessitando contudo que *seja solicitada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina onde se localize o estabelecimento*, conforme descrito no caput do art. 8º da Lei 10.216/2001. Não há que se falar nesse caso de ordem judicial, por não se tratar de internação compulsória e, portanto, o caso hipotético atende as condições estabelecidas pela Lei 10.216/2001 para que a internação involuntária seja realizada.

Fonte:

- Brasil (2003) Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

BRANCA	VERDE
38	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao fazer uma afirmativa, para ela seja correta é preciso considerar todos os aspectos ali indicados. A simples afirmativa de que o PAEFI compõe a proteção social básica já invalida toda a afirmativa. Portanto, não existe ambiguidade de redação, e sim uma redação incorreta.

Fonte:

- Brasil (2009). Resolução CNAS nº 109/2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

BRANCA	VERDE
39	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa I está incorreta ao dizer que a liberdade assistida tem prazo fixado por no máximo doze meses. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no § 2º, art. 118,

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. (Brasil, 1990)

Como se vê no texto acima extraído da Lei 8.069/1990, não existe fixação de tempo máximo. Estabelece um tempo mínimo, seis meses, que pode ser prorrogada, revogada ou substituída. Ainda que argumente que a afirmativa apresenta a previsibilidade de reavaliação da medida, ao estabelecer um prazo máximo a afirmativa incorre em erro já que não existe essa previsão legal. E ainda que seja frequentemente utilizado um prazo mínimo de doze meses, como argumentado, acima, não existe uma fixação de prazo máximo, que é o contido na afirmativa I.

Neste sentido, ressalta-se que argumentar que houve uma “pequena adaptação redacional” que sugere que a carga horária para prestação de serviços comunitários deve ser feita numa jornada máxima de quatro horas diárias contraria expressamente a previsão legal estabelecida no parágrafo único do art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que a carga horária é fixada em jornada máxima de oito horas semanais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho. (Brasil, 1990)

Neste mesmo sentido o argumento de que mesmo que tenha sido indicado quatro horas diárias o princípio de brevidade e adequação ao horário escolar se mantém, sendo considerada correta por estar “dentro do espírito do art. 117 não prospera. A aplicação de quatro horas diárias, considerando por exemplo cinco dias úteis (segunda a sexta-feira), excluindo sábados, domingos e feriados que também podem ser utilizados, representaria uma carga horária semanal de vinte horas, cinco vezes mais do que a estabelecida em Lei.

A afirmativa III versa que em situações excepcionais, caso haja previsão legal, poderão ser aplicadas medidas socioeducativas a jovens adultos entre 18 e 21 anos de idade. Tal afirmativa está correta uma vez que, conforme apresentado no próprio argumento, existe no parágrafo único do art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a excepcionalidade em casos expressos em lei, a aplicação do Estatuto a pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. Segundo a peça recursal não existe fundamentação legal para a afirmativa, o que tornaria a afirmativa uma incorreção material na questão, para a qual solicita anulação.

Ora, se a Lei 8.069/1990 estabelece a possibilidade, em casos excepcionais e previstos em lei, da aplicação Estatuto da Criança e do Adolescente para pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, isso inclui a aplicação de medidas socioeducativas. Ademais, por entendimento do Supremo Tribunal de Justiça, através da Súmula 605, aprovou em 2018, por unanimidade, a tese apresentada pelo Ministério Público Federal de que *a superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos*

Portanto, não há que se falar de vício insanável na formulação da questão, uma vez que existe previsão legal de que em casos excepcionais, a aplicação de medida socioeducativa seja estendida.

Fonte:

- Brasil (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Sumula_605_2018_Terceira_secao.pdf

BRANCA	VERDE
40	39

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Após análise das peças recursais, reafirma-se que a afirmativa IV está incorreta e é incompatível com o previsto na alínea f da referida Resolução uma vez que desprende-se que de fato as afirmativas estão corretas uma vez que que desprende-se que de fato as afirmativas estão corretas uma vez que a Resolução estabelece que a atuação do profissional psicólogo deve ser feita de modo interdisciplinar e neste âmbito se incluía a revisão e reformulação de currículos, projetos pedagógicos, políticas e procedimentos educacionais, não sendo essa uma competência exclusiva da equipe pedagógica como proposto na afirmativa. Entretanto, a redação da afirmativa III mostrou-se equivocada ao apontar que as intervenções psicológicas não se aplicariam à comunidade escolar como um todo, considerando existir na Resolução atribuições do psicólogo(a) escolar que abarcam equipe técnica, corpo discente, familiares, bem como nas diretrizes estabelecidas pelo CFP na atuação de psicólogos e psicólogas na educação básica, conforme Resolução, destacando aqui a alínea (j) que atribui ao psicólogo(a) escolar atuar na promoção da qualidade de vida da comunidade escolar, a partir do conhecimento psicológico. Dessa forma, considerando a inexistência de gabarito que indique que as afirmativas I, II e III estão corretas, julgo os recursos procedentes para que a questão seja anulada.

Fonte:

- Resolução Conselho Federal de Psicologia nº 22/2022

Cargo: Técnico em Agropecuária

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão avalia o conhecimento sintático do candidato no seguinte trecho: E, para isso, professores bem formados, apoiados e valorizados são profissionais-chave em todo esse processo”. O trecho é formado por apenas um verbo: “são” e o sujeito é “professores”. Assim, se trata de um período simples formado por apenas um sujeito. O verbo está na terceira pessoa do plural para concordar com professores que está no plural. “Formados, apoiados e valorizados”, apesar de estarem na forma nominal participípio, funciona como qualificador de “professores”, nesse contexto, atuam como adjetivos e não formam novas orações. A concordância “profissionais-chave” não está incorreta. Chave está como invariável, com isso, não vai para o plural. A alternativa correta é Trata-se de um período simples e formado por apenas um sujeito.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA
09

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão centraliza-se no seguinte período: é preciso formar bem as consciências.” A expressão “é preciso” é uma estrutura impessoal — ou seja, não tem sujeito. Isso ocorre porque o adjetivo “preciso” (no sentido de “necessário”) não se refere a ninguém ou a nada em específico, mas expressa uma ideia geral de necessidade. Assim, o verbo “ser”

permanece sempre na 3ª pessoa do singular (“é preciso”), e não concorda com nenhum termo. o trecho “formar bem as consciências” funciona como uma oração reduzida de infinitivo, completando o sentido da locução impessoal “é preciso”. Entretanto, essa oração não exerce a função de sujeito gramatical, pois o período principal é impessoal. Dessa forma, confirma-se a alteração do gabarito para a alternativa B " A expressão “é preciso” é impessoal; portanto, o período não tem sujeito". As demais alternativas estão incorretas:

“O sujeito é ‘formar bem as consciências’.” A expressão “é preciso” é impessoal, funcionando como um predicado formado por verbo de ligação mais o predicativo “preciso”, que não se refere a sujeito algum.

“O verbo ‘formar’ está no infinitivo e funciona como objeto direto de ‘preciso’.” A estrutura “é preciso” não é um verbo transitivo (que exige objeto), e sim uma locução impessoal formada por verbo de ligação e adjetivo.

“A oração é introduzida por verbo de ligação e ‘formar bem as consciências’ tem a função de predicativo do sujeito.” Embora o verbo “é” seja realmente um verbo de ligação, não há sujeito; logo, não há predicativo do sujeito.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA
15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e apresenta enunciado claro, objetivo. Entretanto, o item contém erro técnico de digitação na resposta. Resposta correta seria:

$$\frac{\sqrt{10}}{\sqrt{5}-1}.$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e nível exigido, apresenta enunciado claro, objetivo e com apenas uma alternativa correta, conforme a solução a seguir.

Multiplicando as matrizes, tem-se

$$\begin{bmatrix} 5 & 4 & 2 \\ 3 & 6 & 1 \end{bmatrix} \cdot \begin{bmatrix} 2 & 1 & 3 \\ 1 & 2 & 1 \\ 3 & 0 & 2 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 5 \times 2 + 4 \times 1 + 2 \times 3 & 5 \times 1 + 4 \times 2 + 2 \times 0 & 5 \times 3 + 4 \times 1 + 2 \times 2 \\ 15 \times 2 + 6 \times 1 + 1 \times 3 & 3 \times 1 + 6 \times 2 + 1 \times 0 & 3 \times 3 + 6 \times 1 + 1 \times 2 \end{bmatrix}$$

$$R = I \cdot P = \begin{bmatrix} 20 & 13 & 23 \\ 15 & 15 & 17 \end{bmatrix}.$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
23

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Na questão, deve-se considerar os conceitos fundamentais de sistemas operacionais e assinalar a afirmativa correta. A alternativa D, descrita como “Gerenciam recursos de hardware como memória, processador e dispositivos de entrada e saída”, é a opção correta apresentada no gabarito.

O S.O. viabiliza a execução de navegadores e de programas de escritório. Tais programas são aplicações de usuário que dependem dos serviços do S.O. Além disso, o S.O. é um gerenciador de recursos como memória, processador e dispositivos de E/S.

Portanto, há duas alternativas corretas, sendo a questão anulada.

Fontes:

- TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está incorreta, pois a elevação da altura da barra de pulverização acima do recomendado (geralmente entre 50 e 70 cm do alvo) aumenta significativamente o risco de deriva, não o reduz. Quanto maior a distância entre a ponta de pulverização e o alvo, maior será o tempo de exposição das gotas ao vento e à evaporação, especialmente quando associada a espaçamento inadequado entre bicos, o que compromete a uniformidade de distribuição e favorece sobreposição ou falhas. A pulverização noturna, por sua vez, pode reduzir a deriva, mas desde que acompanhada de regulagem adequada da barra, volume e escolha correta das pontas.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C está incorreta, pois, de acordo com o documento, a galinha caipira negra possui maior peso corporal (em torno de 2,2 kg) e maior consumo de ração em relação às linhagens Brown (como Isa, Hissex e Lohmann, com cerca de 1,9 kg), que são mais eficientes em conversão alimentar e apresentam menor custo de manutenção do plantel. A alternativa inverte os dados técnicos.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa B descreve corretamente que ambientes com temperaturas mais baixas e presença de molhamento foliar favorecem o desenvolvimento do míldio, e que o manejo pode incluir mudanças de local, adoção de cultivo protegido ou substituição por outras culturas. Ressalta-se que a assertiva não afirma que o cultivo protegido evita o míldio, mas apenas indica que essa estratégia pode ser adotada como parte do manejo, o que é coerente com práticas agrônômicas que visam maior controle do microclima, redução do molhamento foliar e uso de sistemas de irrigação mais adequados. A alternativa D incorreta está relacionada ao conceito para uma outra doença fúngica que acomete a cultura da alface, a Septoriose. Segundo Pavan e Kurozawa (1997) sua importância está no produto final e na produção de sementes, devido as lesões necróticas no limbo foliar prejudicando o valor comercial do produto, além de causar a seca das folhas pela coalescência de muitas manchas, acarretando danos na formação de sementes. Essa

doença está atrelada a condições de temperaturas amenas e alta umidade, que pode decorrer de regiões de clima ameno, épocas chuvosas, do modo de cultivo, do ambiente de cultivo e da utilização de irrigação.

Cargo: Técnico em Alimentos

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem como base o seguinte fragmento: “Mais do que uma medida normativa, tal resolução representa um convite a pensarmos a educação de forma integrada, conectando os desafios do presente às competências do futuro. Ela nos provoca a buscar equilíbrio entre proteção e protagonismo, entre limite e liberdade, entre lei e a formação de cidadãos virtuosos.” Das alternativas como opções de respostas, a correta é o trecho “[...]buscar equilíbrio entre proteção e protagonismo, entre limite e liberdade, entre lei e a formação de cidadãos virtuosos[...]” é formado por pares contrastivos os quais completam o termo “equilíbrio”. Os pares são opostos, assim, se contrastam. Além disso, estão relacionados ao substantivo “equilíbrio”, portanto, funcionam como complemento de um nome, assim, exercem a função de complemento nominal.

O pronome do caso reto “ela” substitui o termo “educação”. A alternativa está incorreta, pois o pronome do caso reto retoma o termo “resolução”.

A expressão “mais do que” tem valor de exclusão em relação ao caráter normativo da resolução. A expressão quer dizer que a resolução é além de uma medida normativa, pois traz uma visão ampla da educação digital. Assim, a alternativa está incorreta.

O verbo “provocar” está no sentido de induzir alguém a fazer algo; portanto, é transitivo direto e o pronome “nos” é objeto direto desse verbo.

O verbo provocar está no sentido de induzir alguém a fazer algo e o pronome “nos” é objeto direto deste verbo: provoca quem? (nos). O verbo, conforme o contexto, tem realmente o significado de “induzir alguém a fazer algo” e o pronome”. Esse alguém é o pronome pessoal do caso oblíquo “nos” que funciona como objeto direto: ela provoca quem? “Nos”. O termo “a buscar equilíbrio” é o complemento de sentido, funcionando como objeto indireto (provoca alguém a algo). Assim, o verbo é transitivo direto e indireto, (provoca quem? (nos) a quê? (a buscar equilíbrio) o que torna a alternativa incorreta.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem como base a interpretação das informações apresentadas no contexto textual, assim, considerando o que o texto traz, seguem as considerações sobre cada opção de resposta:

O autor defende o uso das tecnologias nas escolas para aqueles que têm mais acesso ao mundo digital. A alternativa está incorreta, pois o autor defende o contrário com se verifica no seguinte trecho: “e, infelizmente, estudantes e professores com menor acesso à tecnologia serão justamente os que terão maior defasagem. Ou seja, os que mais precisam serão os que menos receberão uma formação adequada para o mundo digital.

Proibir o uso dos celulares em ambiente escolar é a solução definitiva para os problemas escolares gerados pela tecnologia. A alternativa está errada conforme o seguinte trecho do texto: “Considerando que o Brasil é um dos países

em que as pessoas passam mais tempo online e nas redes sociais, restringir o uso de celulares nas escolas deve ser visto como o começo da conversa, e não como seu ponto final”. Neste fragmento, nota-se que o autor afirma que essa atitude é apenas uma parte da solução ao dizer “deve ser visto como o começo da conversa”, portanto, não é a solução definitiva com traz a opção de resposta.

O texto faz uma crítica à Resolução nº 2/2025, pois a maioria dos docentes não está preparada para colocá-la em prática nas salas de aula. Alternativa incorreta, pois o texto afirma ser necessário celebrar a Resolução 2/2025: “O texto faz uma crítica à Resolução nº 2/2025, pois a maioria dos docentes não está preparada para colocá-la em prática nas salas de aula.”

O autor considera a proibição do uso do celular na escola uma atitude positiva, no entanto, é necessário promover uma educação voltada para a cidadania digital. A opção está correta conforme apresenta o primeiro parágrafo: “Apesar de reconhecermos que a proibição dos celulares nas escolas — medida respaldada por diversas evidências internacionais — pode trazer benefícios importantes para a aprendizagem dos estudantes brasileiros, essa é apenas uma parte do esforço necessário para promover uma formação integral de cidadãos digitais”.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.

BRANCA
09

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão centraliza-se no seguinte período: é preciso formar bem as consciências. A expressão “é preciso” é uma estrutura impessoal — ou seja, não tem sujeito. Isso ocorre porque o adjetivo “preciso” (no sentido de “necessário”) não se refere a ninguém ou a nada em específico, mas expressa uma ideia geral de necessidade. Assim, o verbo “ser” permanece sempre na 3ª pessoa do singular (“é preciso”), e não concorda com nenhum termo. o trecho “formar bem as consciências” funciona como uma oração reduzida de infinitivo, completando o sentido da locução impessoal “é preciso”. Entretanto, essa oração não exerce a função de sujeito gramatical, pois o período principal é impessoal. Dessa forma, confirma-se a alteração do gabarito para a alternativa B " A expressão “é preciso” é impessoal; portanto, o período não tem sujeito". As demais alternativas estão incorretas:

“O sujeito é ‘formar bem as consciências’.” A expressão “é preciso” é impessoal, funcionando como um predicado formado por verbo de ligação mais o predicativo “preciso”, que não se refere a sujeito algum.

“O verbo ‘formar’ está no infinitivo e funciona como objeto direto de ‘preciso’.” A estrutura “é preciso” não é um verbo transitivo (que exige objeto), e sim uma locução impessoal formada por verbo de ligação e adjetivo.

“A oração é introduzida por verbo de ligação e ‘formar bem as consciências’ tem a função de predicativo do sujeito.” Embora o verbo “é” seja realmente um verbo de ligação, não há sujeito; logo, não há predicativo do sujeito.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA
15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e apresenta enunciado claro, objetivo. Entretanto, o item contém erro técnico de digitação na resposta. Resposta correta seria:

$$\frac{\sqrt{10}}{\sqrt{5}-1}$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
23

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Na questão, deve-se considerar os conceitos fundamentais de sistemas operacionais e assinalar a afirmativa correta. A alternativa D, descrita como “Gerenciam recursos de hardware como memória, processador e dispositivos de entrada e saída”, é a opção correta apresentada no gabarito.

O S.O. viabiliza a execução de navegadores e de programas de escritório. Tais programas são aplicações de usuário que dependem dos serviços do S.O. Além disso, o S.O. é um gerenciador de recursos como memória, processador e dispositivos de E/S.

Portanto, há duas alternativas corretas, sendo a questão anulada.

Fontes:

- TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

BRANCA
34

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

No enunciado, a questão descreve a presença de “níveis elevados de agrotóxicos não autorizados para a cultura em questão”, e não de níveis baixos, o que acaba contradizendo diretamente o enunciado e dificultando o candidato na identificação da alternativa correta. Por essa razão, a questão apresenta 34 deverá ser anulada.

BRANCA
36

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.

A afirmativa 2 tornou-se falsa porque apresentou o azeite de forma generalista, sem diferenciar os tipos existentes, o que altera o sentido ou a veracidade da informação. Sendo assim, o gabarito deve ser alterado para letra C (I e III, corretos).

O azeite pode ser classificados comercialmente em: virgem, refinado e extra virgem. Uma vez que o meio de fritura deve ser pobre em ácidos graxos livres e em compostos polares, o azeite extra virgem (AOE) é uma boa opção para o

processo de fritura. Segundo revisão de literatura de Almeida *et al.* (2015) pode-se concluir que o azeite de AOE é o óleo mais adequado para uso na forma crua, devido ao melhor perfil de ácidos graxos e à presença de antioxidantes. Mesmo após aquecimento em condições de uso doméstico, ele não sofre mudanças significativas em seu perfil de ácidos graxos. Em especial, cabe salientar que praticamente não ocorre formação de ácidos graxos trans ou de ácidos graxos saturados. Após aquecimento em condições de uso doméstico, não se observa a formação de substâncias tóxicas e o mantém cerca de 80% das substâncias antioxidantes. Observa-se que Azeite de Oliva extra virgem tem maior estabilidade oxidativa do que o Azeite de Oliva, tanto em ensaios de aquecimento como de fritura, sendo que esse fato pode ser explicado pela maior quantidade de antioxidantes naturais no AOE, uma vez que esses compostos são parcialmente eliminados no processo de refino para desodorização.

Fonte:

- Nogueira-de-Almeida, C.A.; Ribas Filho, D.; Mello, E.D.; Melz, G.; Almeida, A.C.F. Azeite de Oliva e suas propriedades em preparações quentes: revisão da literatura. *International Journal of Nutrology*, v.8, n.2, p. 13-20, Mai / Ago 2015.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os agentes sulfitantes ou sulfitos que incluem o dióxido de enxofre, sais de sódio (sulfito de sódio, bisulfito de sódio ou metabissulfito de sódio) ou sais de potássio (bisul-fósforo ou metabissulfito de potássio) são usados em alta concentração na indústria na prevenção de deterioração, inibindo a fermentação de microrganismos em frutas secas, sucos de uva, vinho, melaço, cebola e frutos do mar (RANDHAWA; BAHNA, 2009).

Propionato utilizado em: Pães, produtos de panificação, queijos;

Benzoato em: Pickles, refrigerantes, molhos para salada, polpas, margarinas;

Sulfitos em Frutas em pedaços, frutas secas, vinho, linguiça de carne;

Sorbato em: Queijos fresco e processado, produtos lácteos, produtos de panificação, xaropes, geleias, refrigerantes, margarinas, bolos, molhos para salada.

Fontes:

- Organização Pan-Americana da Saúde. Tecnologias de conservação aplicadas à segurança de alimentos. Washington, D.C.: OPAS; 2019.
- SILVA, E.S. *et al.* Conservação De Alimentos Pelo Uso De Aditivos: Uma Revisão. *B.CEPPA*, Curitiba, v. 37, n. 2, jul./dez. 2019.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

- Leite reconstituído: é aquele que se obtém a partir do leite em pó integral ou leite em pó desnatado com adição de água.

- Leite instantâneo: leite que passou por um processo de pulverização que aumenta a densidade e o tamanho dos grânulos do leite em pó e quando a água é acrescentada, eles submergem, distribuem-se e dissolvem-se rapidamente na água.

- Leite homogeneizado: é o leite que sofre um processo mecânico em que a gordura e as proteínas são reduzidas de tamanho, criando um leite mais digestivo, cremoso e saboroso, sem alterar suas características originais

- Leite pasteurizado: pode ser obtido por pasteurização lenta (63 °C/20 min.), ou, de curta duração (72-75 °C/15 a 20 seg

Fonte:

- Freiria, E.F.C. **Tecnologia de alimentos**. Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017

Cargo: Técnico em Enfermagem

BRANCA	VERDE
02	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, a misteriosa infante, em “A criada”, descobria em seu momento de inércia total um atalho para floresta. Era provável que a jovem se dirigisse para lá, assim teria tempo e espaço para se encontrar e compreender quem era ela. Neste lugar sem o tempo marcado pelo relógio, Eremita poderia, então, livrar-se das solicitações e das cobranças do seu mundo de criada. Não voltaria impune de seu instante consigo mesma, estaria renovada. Considera-se que Eremita precisa voltar à sua tristeza; regressava branda e ignorante, mas com “olhos completos”. É possível perceber que Eremita vivia numa espécie de mundo paralelo, onde ela não era a simples criada, mas a sacerdotisa de um mistério bem guardado. E isso tudo acontecia no exercício de seus deveres diários: ela entre mundos. Em “Ah, então devia ser esse o seu mistério: ela descobrira um atalho para a floresta”, Clarice Lispector cria uma atmosfera de afastamento em torno da personagem. As demais transcrições dadas para análise retratam apenas fatos secundários abordados no texto.

BRANCA	VERDE
04	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A diferença fundamental entre frase e oração é a presença ou ausência de um verbo (ou locução verbal). Uma frase é qualquer enunciado com sentido completo, podendo ou não conter um verbo. Já a oração é um tipo específico de frase que sempre possui um verbo (ou locução verbal). Dessa forma, não é uma oração: “Rosto confiante, algumas espinhas”, pois não possui ação verbal. São consideradas orações, com evidências de ações verbais: “Beleza, não sei”; “Porque tinha suas ausências”; e “Assim era Eremita”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE
05	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se que o termo “mas” é uma conjunção coordenativa adversativa, usada para ligar duas orações ou termos que expressam ideias opostas ou contrárias. É sinônima de: “porém”; “todavia”; “contudo”; entre outras. O termo “como”, nesse caso, indica conformidade com algo que foi dito ou estabelecido.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE
07	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa incorreta é sobre os hábitos de Eremita; a criada precisa voltar à sua tristeza, regressava branda e ignorante, mas, com “olhos completos”. Deixava, então, a inércia e retomava seus hábitos cotidianos: serena ao retirar o dinheiro da patroa, discricção ao retirar itens da dispensa, o modo fugitivo de comer o pão. Novamente os chamados, os pedidos e as aflições de uma criada, não mais a floresta onde conhecia todos os segredos e lá poderia ser levada à fogueira. “O fictício não está nunca nas coisas nem nos homens, mas na impossível verossimilhança do que está entre eles”; aquilo que Eremita não pode contar, nem expressar, fica recluso em seu mundo particular, não pode vir à tona para sua vida de criada. Eremita vive em uma espécie de mundo paralelo, onde ela não era a simples criada, mas a sacerdotisa de um mistério bem guardado. Conclui-se, portanto, que os costumes habituais de Eremita não são considerados “segredos” de seu mundo particular; fazem parte, na verdade, da sua vida de criada. As demais afirmações estão coerentes com o texto de Clarice Lispector.

BRANCA	VERDE
08	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Infante” pode se referir a uma criança pequena, especialmente uma que ainda não fala, ou, historicamente, a um título de nobreza dado aos filhos de reis em Portugal e Espanha que não eram herdeiros da coroa. Em contextos militares, “infante” também pode se referir a um soldado de infantaria. Significados:

- Criança: em seu sentido mais comum, “infante” se refere a uma criança de tenra idade, que ainda não fala;
- Título nobiliárquico: em Portugal e Espanha, durante a monarquia, “infante” (e o feminino “infanta”) era o título dado aos filhos do rei que não eram os herdeiros do trono; e
- Militar: “infante” também pode se referir a um soldado de infantaria, ou seja, um soldado que luta a pé.

As demais associações estabelecidas estão corretas; o significado das expressões está de acordo com o contexto textual, a saber: prestimosa (solícita; prestativa; cuidadosa); de repente (repentinamente; inesperadamente); e inteireza (plenitude; integridade).

Fonte:

- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA	VERDE
10	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na expressão “rosto confiante”, a palavra “confiante” foi empregada no sentido de: decidido; determinado; firme; tranquilo. As demais opções de respostas apresentadas para análise estão coerentes.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.
- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA	VERDE
21	25

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O endereço IP (Internet Protocol) é um identificador lógico atribuído a um dispositivo em uma rede, mas ele não é, necessariamente, único na Internet por vários motivos:

Em redes locais (como empresas, escolas ou residências), diversos dispositivos compartilham o mesmo endereço IP público por meio do NAT. Assim, vários equipamentos diferentes (computadores, celulares, impressoras, etc.) podem acessar a Internet com o mesmo endereço IP público.

Provedores de Internet geralmente atribuem endereços IP de forma dinâmica por meio do DHCP. Isso significa que o mesmo IP pode ser usado por diferentes dispositivos em momentos distintos, o que descaracteriza a exclusividade permanente.

Portanto, não existe uma alternativa correta, sendo a questão anulada.

- Fontes:
KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2021.
- TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021.

BRANCA	VERDE
22	24

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Impressoras e monitores podem ser tanto de entrada quanto de saída; por exemplo, impressoras multifuncionais e monitores com touch screen. Scanners são considerados dispositivos de entrada e não de saída.

Portanto, há duas alternativas incorretas, sendo a questão anulada.

BRANCA	VERDE
25	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão deve-se considerar as funções básicas do Microsoft Office Excel 2019 e assinalar a afirmativa correta. A alternativa B, descrita como “A função CONT.VALORES conta todas as células não vazias em um intervalo”, é a opção correta. A seguir são apresentadas justificativas contrárias em relação à argumentação do recurso baseado em [FERREIRA, 2022]:

A alternativa A está incorreta porque a função PROCV procura verticalmente, realizando buscas por colunas, e não por linhas.

A alternativa B está correta, pois a função CONT.VALORES conta todas as células não vazias em um intervalo, independentemente de estarem preenchidas com números, textos, datas, valores lógicos ou erros. A redação ‘conta todas as células não vazias em um intervalo’ está tecnicamente correta, sem margem para interpretação ambígua. A existência de funções semelhantes (como CONT.NÚM) não torna a questão ambígua, pois o enunciado não faz referência a “células numéricas”, e a função CONT.VALORES é a única que corresponde à descrição apresentada.

A alternativa C está incorreta porque a função AGORA retorna data e hora atualizadas automaticamente.

Por fim, a alternativa D está incorreta porque a função MÉDIA retorna a média aritmética, não a soma.

Portanto, existe uma alternativa correta, letra B, sendo o gabarito mantido.

Fontes:

- FERREIRA, A. C. Excel 365: Guia completo para usuários e profissionais. São Paulo: Novatec, 2022.

BRANCA	VERDE
27	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Decreto nº 20.154/2023. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item. A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) Tais agentes serão designados pela autoridade competente de cada órgão contratante.

Julgamento: Correto. Conforme art. 10, caput.

o Art. 10. Os agentes públicos para as funções de gestor e fiscal de contrato serão designados pela autoridade competente de cada órgão contratante, preferencialmente, dentre os servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública e que atendam aos requisitos elencados no artigo 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

B) É vedado ao agente público acumular as funções de fiscal e gestor do mesmo contrato, ainda que na condição de suplente.

Julgamento: Correto. Conforme art. 12, §2º.

o § 2º É vedado ao agente público acumular as funções de fiscal e gestor do mesmo contrato, ainda que na condição de suplente.

C) A designação recairá, preferencialmente, entre os servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública e que atendam a requisitos pertinentes previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Julgamento: Correto. Conforme art. 10, caput.

o Art. 10. Os agentes públicos para as funções de gestor e fiscal de contrato serão designados pela autoridade competente de cada órgão contratante, preferencialmente, dentre os servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública e que atendam aos requisitos elencados no artigo 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

D) O gestor e o fiscal de contrato serão, preferencialmente, escolhidos conforme a sua capacitação técnica em relação ao objeto do contrato, vedada a designação para o gerenciamento ou fiscalização de mais de um instrumento contratual simultaneamente.

Julgamento: Incorreto. Conforme art. 12, §1º.

o 1º O gestor e o fiscal de contrato serão, preferencialmente, escolhidos conforme a sua capacitação técnica em relação ao objeto do contrato e poderá ser designado para o gerenciamento ou fiscalização de mais de 1 (um) instrumento contratual.

Fonte:

- UBERLÂNDIA. Decreto nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023. Regulamenta a aplicação da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Município de Uberlândia.

BRANCA	VERDE
30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 - artigos 10 a 23. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão, de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) Ambas as medidas são de competência do fiscal de contrato.

Julgamento: Incorreta. A primeira medida é do gestor de contrato. Vide justificativa detalhada na alternativa D.

B) Ambas as medidas são de competência do gestor de contrato.

Julgamento: Incorreta. A segunda medida é do fiscal do contrato. Vide justificativa detalhada na alternativa D.

C) A primeira medida é de competência do fiscal de contrato; a segunda medida é de competência do gestor de contrato.

Julgamento: Incorreta. As atribuições estão invertidas. Vide justificativa detalhada na alternativa D.

D) A primeira medida é de competência do gestor de contrato; a segunda medida é de competência do fiscal de contrato.

Julgamento: Correta.

Conforme art. 23 do Decreto Municipal nº 20.154/ 2023:

Art. 23. Compete ao fiscal do contrato, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, em aspectos técnicos e administrativos, especialmente:

(...) XVII - formalizar notificações por escrito à contratada, caso as tratativas iniciais para saneamento de eventuais irregularidades não sejam suficientes para regularização da situação, estabelecendo prazo para o cumprimento das obrigações e/ou apresentação de justificativas, sob pena de encaminhamento da documentação para o gestor de contrato avaliar a necessidade de abertura do respectivo processo de apuração e aplicação de penalidades;

Como se vê, o art. 23 relaciona as incumbências do fiscal do contrato. Contudo, a parte final do inciso XVII traz uma atribuição que é do gestor de contrato, sendo que a questão em análise buscou justamente verificar se o candidato possui tal conhecimento e domina as atribuições e papéis de cada um.

A atribuição de “avaliar a necessidade de abertura do respectivo processo de apuração e aplicação de penalidades” indiscutivelmente é designada para o gestor, e não para o fiscal. Tal competência é referendada pelo art. 22, IX, que prevê:

o IX - adotar e registrar as medidas preparatórias para aplicação de sanções e/ou de rescisão contratual, realizando e coordenando atos investigativos prévios à abertura do processo, quando necessários, nas hipóteses de descumprimento de obrigações previstas no edital, no contrato e/ou na legislação de regência.

BRANCA	VERDE
33	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As recomendações oficiais do PNI/Ministério da Saúde e dos fabricantes indicam administração da vacina inativada contra hepatite A por via intramuscular (preferencialmente no músculo deltoide ou vasto lateral). Em pacientes com distúrbios hemorrágicos recomenda-se, quando possível, administração intramuscular com precauções (compressão local prolongada, avaliação do risco-benefício e correção da hemostasia prévia), e não a troca rotineira para via subcutânea. A via subcutânea altera a farmacocinética e pode reduzir a imunogenicidade e a eficácia para vacinas formuladas e testadas para via IM; por isso sua utilização só é considerada em situações excepcionais e com orientação especializada.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento do Programa Nacional de Imunizações. – 2.ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 294 p.: il.

BRANCA	VERDE
40	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Estar em unidade de saúde não garante presença imediata de equipe ou recursos de suporte avançado ao lado do leito; portanto, postergar compressões até que alguém especializado chegue provoca atraso crítico na cadeia de sobrevivência. As diretrizes do SBV orientam que, ao reconhecer parada cardiorrespiratória, o socorrista deve acionar ajuda prontamente e iniciar compressões torácicas de alta qualidade sem demora, mantendo taxa de 100–120/min, profundidade ≈5 cm, reexpansão completa do tórax e minimizando interrupções, enquanto o DEA e a equipe avançada são acionados e se deslocam até a vítima.

O suporte avançado complementa, mas não substitui, as medidas básicas iniciais; mesmo em ambiente hospitalar, as compressões imediatas preservam perfusão cerebral e coronariana até que intubação, acesso IV/IO, medicamentos e desfibrilação possam ser aplicados. Assim, a conduta correta é pedir ajuda rapidamente e iniciar RCP imediatamente, usar bolsa-válvula-máscara e DEA assim que disponíveis e não aguardar a chegada da equipe de suporte avançado antes de iniciar as compressões.

Fonte:

- American Heart Association. 2020 American Heart Association Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. Circulation. 2020;142(16_suppl_2):S337–S357. <https://www.ahajournals.org/doi/10.1161/CIR.0000000000000918>

Cargo: Zootecnista

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Após a leitura, pode-se afirmar que o tema apresentado no texto está corretamente indicado em:”, a alternativa “C) Efeitos e consequências do impacto produzido pela utilização das redes sociais na vida das pessoas.” foi adequadamente indicada como correta. Essa alternativa destaca os efeitos e consequências do uso das redes sociais, que é justamente o tema central do texto. Ou seja, o texto trata de como o uso das redes sociais influencia, positiva ou negativamente, a vida das pessoas, incluindo aspectos comportamentais, emocionais ou sociais. É uma generalização adequada do tema sem introduzir ideias externas, resumindo o núcleo do texto.

A alternativa “A) Demandas urgentes e necessárias no enfrentamento do isolamento social e digital.” não pode ser indicada como correta, pois, esta alternativa fala em “demandas urgentes e necessárias” e foca em “isolamento social e digital”. O texto não apresenta soluções ou demandas para enfrentar problemas; ele descreve impactos e consequências, não estratégias ou ações.

A alternativa “B) Diagnósticos possíveis mediante a realidade vivida pelas pessoas em meio à era da tecnologia.” não pode ser considerada correta, pois, “Diagnósticos possíveis” sugere uma análise médica ou científica para identificar problemas, o texto não trata de diagnósticos, mas de observações ou consequências do uso das redes sociais. Ou seja, a ideia de “diagnóstico” adiciona um conceito que não está presente no tema principal do texto.

A alternativa “D) Caminhos possíveis para o desvencilhamento tecnológico como solução para o adoecimento mental.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não propõe formas de se desligamento das redes nem soluções para problemas mentais. Ele descreve efeitos e impactos, não recomendações ou intervenções.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o gênero textual apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas.

Está correto o que se afirma em:”, a alternativa “C) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta.

I - A partir da contextualização sobre o assunto que será apresentado, a introdução é desenvolvida e estruturada. Logo no início, o texto apresenta contextualização sobre os problemas de saúde mental, descreve suas causas, sintomas e relevância social, preparando o leitor para o tema central: a influência das mídias sociais na saúde mental, sendo essa a função da introdução em um texto científico ou dissertativo-expositivo.

II. As citações diretas e indiretas presentes no texto permitem reconhecer que outros autores corroboram os argumentos apresentados. O texto não apresenta citações diretas (com aspas) nem indiretas (com paráfrases de autores específicos). As menções feitas são de instituições como: Organização Mundial da Saúde (OMS); IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde. Essas referências não são autores, mas fontes de dados. Ou seja, o texto traz informações de entidades confiáveis, mas não cita autores que sustentem argumentos teóricos; algo comum em textos científicos, mas não caracterizado aqui como “citação direta ou indireta”.

III. É possível identificar, a partir da estrutura textual e escolhas linguísticas, um alto nível de confiabilidade quanto às informações apresentadas. O texto apresenta linguagem formal, técnica e objetiva, e fundamenta suas informações em dados de fontes oficiais (OMS, IBGE, pesquisa nacional). Esses elementos são típicos de textos científicos informativos, que buscam credibilidade e precisão. Portanto, há alto nível de confiabilidade.

Assim, as demais alternativas não podem ser consideradas corretas.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Como característica de estruturas linguísticas para o gênero textual apresentado, é possível observar:”, a alternativa “B) Preferência por períodos compostos.” foi adequadamente indicada como correta. O texto apresenta frases longas, com várias orações coordenadas e subordinadas, o que caracteriza períodos compostos.

Exemplos do texto:

“Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais.”

“O aumento no tempo dispensado utilizando as redes sociais relaciona-se ao sentimento de isolamento do mundo real, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais.”

Isso é típico de textos científicos ou acadêmicos, que buscam explicitar relações complexas entre ideias.

A alternativa “A) Linguagem formal e subjetiva.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto é formal, sim, mas não é subjetivo; apresenta informações objetivas, dados estatísticos e referências de órgãos oficiais, como OMS e IBGE. A subjetividade envolveria opiniões pessoais, sentimentos ou julgamentos, que não aparecem aqui. A alternativa “C) Preferência pela ordem indireta como escolha linguística.” não pode ser indicada como correta, pois, a ordem indireta significa inverter a sequência natural sujeito-verbo-objeto. No texto, a ordem sintática predominante é direta, típica de textos científicos: “O uso de mídias sociais é um hábito relativamente recente.” Não há evidência de inversões frequentes de sujeito e predicado. A alternativa “D) Emprego dos pronomes pessoais como delimitadores do público-alvo.” não pode ser indicada como correta, pois, o texto não usa pronomes pessoais como “você”, “nós” para se dirigir ao leitor. Ele se mantém em terceira pessoa e impessoal, característica de textos expositivos ou científicos, onde o público-alvo é amplo, acadêmico ou informativo.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que o período “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global.” (1º§) é composto por:”, a alternativa “C) Uma oração apenas, denominada oração absoluta.” foi adequadamente indicada como correta. No período destacado, há apenas um verbo: “são” (verbo de ligação). Não há nenhum outro verbo que indique uma nova ação ou relação de dependência sintática. Tudo o que vem depois (“por alterações de pensamento...”) funciona como complemento nominal e adjunto adverbial de modo, sem verbo. Essa oração não depende nem está ligada a outra por coordenação ou subordinação. Uma oração que aparece isolada, sem depender nem coordenar-se a outra, é chamada de oração absoluta. A alternativa “A) Duas orações coordenadas.” não pode ser indicada como correta, pois, só há um verbo. A alternativa “B) Uma oração principal e duas subordinadas.” não pode ser indicada como correta, pois não há orações subordinadas (nenhuma conjunção subordinativa ou verbo dependente). A alternativa “D) Uma oração principal e uma subordinada adverbial.” não pode ser indicada como correta, pois, o trecho “em associação à angústia...” é locução prepositiva, não uma oração (não tem verbo).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Releia o 1º§. “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, comportamento ou humor, em associação à angústia ou deterioração do funcionamento psíquico global. Esses problemas são decorrentes de aspectos biológicos associados a(1) fatores culturais e muito influenciados pela sociedade, podendo ser intensificados por uma predisposição do indivíduo. Os transtornos mentais, especialmente a(2) ansiedade e a(3) depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, comprometendo as atividades cotidianas do indivíduo, especialmente os relacionamentos sociais. De acordo com a(4) Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 350 milhões de pessoas no mundo vivem com depressão. A(5) Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 apresentou prevalência de depressão em 7,6% (IC95% 1,2-8,1) da população adulta brasileira. Tais números tornaram a(6) saúde mental uma prioridade de saúde pública.” Os termos destacados que possuem o mesmo valor semântico e gramatical são apenas”, a opção “D) 2, 3, 4, 5 e 6.” foi adequadamente indicada como correta.

a(1) fatores culturais – No destaque, “a” é uma preposição, exigida pelo termo “associados” (“associar-se a”). Classe gramatical: preposição. Valor semântico: indica relação de dependência/ligação.

a(2) ansiedade - “especialmente a ansiedade e a depressão”. No destaque, “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “ansiedade”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(3) depressão - Mesma estrutura do caso anterior (“a depressão”). Classe gramatical: artigo definido feminino singular. Valor semântico: determinação do substantivo.

a(4) Organização Mundial da Saúde - “de acordo com a Organização Mundial da Saúde”. O “a” aqui também é artigo definido feminino singular, acompanhando o substantivo “Organização”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: determinação do substantivo.

A(5) Pesquisa Nacional de Saúde - O “A” é artigo definido feminino singular, antes de um nome próprio de instituição. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores (determinação).

a(6) saúde mental - “tornaram a saúde mental uma prioridade”. O “a” é artigo definido feminino singular, determinando o substantivo “saúde”. Classe gramatical: artigo definido. Valor semântico: mesmo que os anteriores. Assim, o a(1) é preposição, diferente dos demais. Os a(2), a(3), a(4), a(5) e a(6) são artigos definidos femininos singulares com o mesmo valor semântico e gramatical.

A alternativa “A)” não pode ser considerada correta porque inclui o “a(1)” (preposição) junto com artigos. A alternativa “B)” não pode ser indicada como correta porque também inclui o “a(1)” (preposição). O mesmo ocorre com a alternativa “C)”.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Embora o emprego de figuras de linguagem não seja predominante no tipo de texto apresentado, é possível reconhecer uma relação de ordem qualitativa em que há o emprego, metonimicamente, de uma palavra por outra em:”, a alternativa “A) “[...] o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. A metonímia é uma figura de linguagem em que se substitui uma palavra por outra com a qual há uma relação de proximidade ou associação de sentido (não de semelhança, como na metáfora).

Alguns tipos comuns: O autor pela obra: “Li Machado de Assis.” (li um livro dele);

O lugar pelo produto: “Bebi um Bordeaux.” (vinho de Bordeaux);

O continente pelo conteúdo: “Bebi um copo d’água.” (conteúdo do copo);

O país pelo povo: “O Brasil venceu.” (os brasileiros venceram).

Na alternativa “A”, o termo “Brasil” não se refere literalmente ao território físico do país, mas sim ao povo brasileiro, às pessoas que vivem no país e utilizam a internet. Essa substituição de “país” (lugar) por “seu povo” (habitantes) é um caso clássico de metonímia, pois há uma relação de parte pelo todo ou local pelos habitantes. Portanto, há emprego metonímico: “Brasil” = “os brasileiros”. A alternativa “B) “[...] é um hábito relativamente recente, de modo que ainda tenta-se compreender os efeitos [...]” (2º§)” não pode ser indicada como correta, pois, não há substituição de uma palavra por outra. Trata-se apenas de uma oração explicativa/descriptiva, sem figura de linguagem em que o sentido é literal. A alternativa “C) “Os problemas de saúde mentais e comportamentais são caracterizados por alterações de pensamento, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, o enunciado é totalmente denotativo (objetivo), típico de texto científico. Não há uso figurado ou troca de sentido, apenas uma definição literal sobre saúde mental. A alternativa “D) “Os transtornos mentais, especialmente a ansiedade e a depressão, constituem uma das principais causas de morbidade na sociedade atual, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta, pois, também apresenta sentido literal, descrevendo fatos científicos. Não há substituição de termos nem relação metonímica, o sentido é direto e informativo.

Fontes:

- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “De acordo com o IBGE, 70% da população brasileira tem acesso à internet, além disso, o Brasil é o segundo país que mais ocupa tempo por dia na internet, estando online em média 9

horas e 29 minutos por dia, sendo que 40% (3 horas e 34 minutos) deste tempo é utilizado em mídias sociais.” (2º§), a expressão “além disso” indica:”, a alternativa “D) Conectivo aditivo empregado na introdução de uma informação vinculada ao exposto anteriormente.” foi adequadamente indicada como correta. A locução “além disso” é um conectivo aditivo, ou seja, introduz uma ideia que acrescenta outra anterior, mantendo relação de adição. Ela equivale a expressões como: “também”, “outrossim”, “de mais a mais”, “somando-se a isso”. Portanto, o papel dela é acrescentar nova informação, não retomar, resumir, nem confirmar. A nova informação (“o Brasil é o segundo país...”) está vinculada ao que veio antes (“70% da população tem acesso à internet”), ou seja, a segunda ideia complementa a primeira, reforçando o argumento sobre o uso intenso da internet no Brasil.

A alternativa “A) “Retomada de informação e ideia anterior por meio de síntese objetiva.”” não pode ser indicada como correta, pois, “além disso” não resume nem sintetiza o que veio antes; ela acrescenta uma informação nova, o conectivo de síntese seria, por exemplo, “em suma”, “portanto”, “assim”. A alternativa “B) “Apropriação de uma informação citada anteriormente e confirmada por meio de dados precisos.”” não pode ser indicada como correta, pois, o conectivo não confirma, mas acrescenta. A informação após “além disso” (“o Brasil é o segundo país...”) não confirma a anterior (“70% da população tem acesso à internet”), mas complementa o argumento com outro dado. A alternativa “C) “Expressão circunstancial empregada no fortalecimento da argumentação desenvolvida no período.”” não pode ser indicada como correta, pois, embora “além disso” contribua para a coesão argumentativa, o foco não é a circunstância, e sim a adição.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001
- KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado define claramente que X corresponde ao número inicial de leitores, ao afirmar: “Inicialmente, X leitores iriam dividir o valor igualmente”, e em seguida informa que 2 deles desistiram, de modo que os restantes pagam R\$ 4,00 a mais cada. Não há, portanto, dupla interpretação válida: X é inequivocamente o total inicial de participantes. Para resolver a questão, seja X o número inicial de leitores, cada um pagaria 240/X; após a desistência de 2 leitores,

os $X-2$ restantes pagam $240/(X-2)$, e a diferença é R\$ 4, ou seja, $240/(X-2) - 240/X = 4$. Resolvendo a equação, obtém-se $X=12$ como raiz positiva. Assim, a resposta correta é 12.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

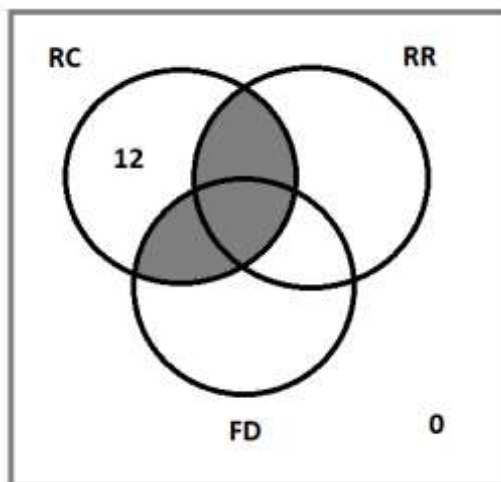
BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No enunciado:

“Todos fizeram pelo menos um curso” significa que não há fisioterapeuta que não tenha feito nenhum curso. Ou seja, cada pessoa fez um ou mais cursos. O “pelo menos” define o limite inferior, mas não implica exclusividade: alguém pode ter feito dois ou três cursos.

“Apenas um curso” indica exclusividade: o fisioterapeuta fez exatamente aquele curso e nenhum outro. Por exemplo, “apenas reabilitação cardíaca” significa que a pessoa não fez nem reabilitação respiratória nem fisioterapia desportiva. Portanto, a ausência de “apenas” não gera ambiguidade, porque os números fornecidos para interseções (como “22 fizeram C e R”) deixam claro que ali estão incluídas as pessoas que podem ter feito também outro curso (ou seja, a interseção de dois cursos pode incluir o terceiro curso). É justamente isso que permite resolver a questão com o princípio da inclusão-exclusão. Assim, considere RC = Reabilitação Cardíaca, RR = Reabilitação Respiratória e FD = Fisioterapia Desportiva. Com as duas primeiras informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:

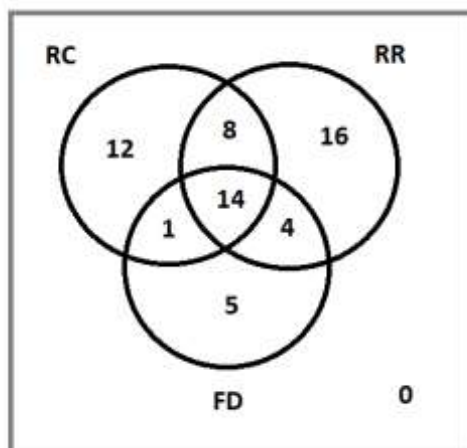


A área hachurada deve, portanto, ter um total de $35 - 12 = 23$ elementos. Logo, em notação de conjuntos, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23$. A partir das informações 4 e 6:

22 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e reabilitação respiratória, implicando que $RR \cap RC = 22$.

15 fisioterapeutas fizeram os cursos de reabilitação cardíaca e fisioterapia desportiva, implicando que $FD \cap RC = 15$. Portanto, $(RR \cap RC) + (FD \cap RC) - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow 22 + 15 - (RR \cap RC \cap FD) = 23 \rightarrow (RR \cap RC \cap FD) = 14$.

Com as demais informações do enunciado, tem-se o diagrama de Venn completo:



BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme descrito na referência utilizada na elaboração da questão, a técnica in vitro preconiza um valor de pH em torno de 6,9, porém, que não se restringe apenas a esse valor, como explicitado no texto do livro empregado. Dessa forma, é possível concluir que o referido valor se encontra dentro da margem de 6 a 7 e, conseqüentemente, não dificulta o entendimento da questão nem ocasiona dúvidas. Além disso, outras citações renomadas e com embasamento científico na área de análises de alimentos ressaltam o mesmo valor descrito na questão, o que corrobora o que foi redigido na alternativa. Portanto, considera-se o recurso improcedente.

Fonte:

- Silva, D. J. e Queiroz, A.C. de. Análise de alimentos: métodos químicos e biológicos. 3ed. Viçosa: UFV, 2002. 235p.
- Mizubuti, I. Y., Pinto, A. P., Pereira, E. S., Ramos, B. M. O. Métodos laboratoriais de avaliação de alimentos para animais. Londrina: EDUEL, 2009. 228p.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais apresentadas sobre o possível uso inadequado da expressão “Aditivos digestivos” empregada na elaboração da questão foram minuciosamente analisadas. A IN 13/2004 (Alterada pela IN 44/2015) deixa claro as categorias de aditivos. Apesar de terem sido realizadas atualizações na IN nº13/2004, nenhuma das modificações feitas nos anexos I, II e III da instrução normativa na IN 44/2015 contemplam informações relacionadas às alternativas da questão ou da expressão (Aditivos digestivos). Os aditivos digestivos estão dentro da categoria Zootécnicos, Anexo II, item 4, da IN 13/2014 do MAPA (vigente). E a expressão “Aditivos digestivos”, consta no Anexo III, item 2.1.1, inclusive com a sua definição. Ademais, a questão em momento algum direcionou para que o tema aditivo fosse tratado em categorias autônomas. Portanto, considera-se o recurso improcedente e mantém-se a alternativa A como correta.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sistema extensivo: No sistema extensivo, é praticamente inexistente a intervenção do homem no processo de produção. Açudes, barragens e represas são as estruturas mais utilizadas e, em geral, não é realizado qualquer manejo de fertilização do corpo d'água, nem alimentação dos peixes durante todo o ciclo.

Sistema semi-intensivo: Nesse sistema, a fertilização é realizada como forma de aumentar a produtividade primária da água, sendo esta uma das fontes de alimento para os peixes cultivados. Paralelamente, também é necessário o fornecimento de ração balanceada, para complementar a alimentação.

Sistema Intensivo: Nesse sistema, a intervenção do homem é fator decisivo para o sucesso do cultivo, com intensificação do manejo de produção, que vai desde a maior oferta de ração até classificações de indivíduos por tamanho, repicagem ao longo do ciclo e acompanhamento constante da qualidade de água.

Monocultivo: é a forma mais tradicional de produção de peixes, na qual é utilizada uma única espécie no sistema. Essa forma de produção não aproveita todas as fontes de alimento natural disponível no ambiente de cultivo, nem toda a coluna d'água.

Policultivo: É considerado policultivo a produção simultânea de duas ou mais espécies aquáticas no mesmo viveiro. Os mais comuns são os que produzem simultaneamente diversos peixes, mas estes também podem ser entre peixes e camarões ou outros organismos aquáticos, como algas e moluscos.

Consortiado: No cultivo consorciado, um ou mais organismo aquático é produzido em associação com organismos terrestres, que podem ser animais (suínos, aves etc.) ou vegetais (arroz, hortaliças etc.).

Fonte:

- Rodrigues, A.P.O. Piscicultura de água doce: multiplicando conhecimentos. Brasília, DF: Embrapa, 2013. Capítulo 3 (Sistemas de produção de peixes).

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em dietas baseadas em milho e farelo de soja, para aves o aminoácido limitante primário é geralmente a metionina (incluindo a cistina como aminoácido sulfurado relacionado), seguida por lisina e depois treonina/triptofano. Para suínos, o limitante primário é lisina, seguido por metionina e então treonina/triptofano. Essas ordens decorrem da composição do milho (pobre em metionina e em lisina/triptofano) e do farelo de soja (rico em lisina, mas com deficiência relativa de metionina).

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Oliveira e Barbosa, 2014 a suplementação proteica no terço final da gestação proporciona bezerros com maior peso ao desmame, bem como aumento da probabilidade de novilhas atingirem a puberdade antes do primeiro ano de criação e maiores taxas de gestação.

Fonte:

- Bovinocultura de corte: desafios e tecnologias / Ronaldo Lopes Oliveira Marco Aurélio Alves de Freitas Barbosa (Orgs.); prefácio, Geraldo Tadeu dos Santos. - 2 ed.- Salvador: EDUFBA, 2014, 725 p. ISBN 978-85-232-1102-8. Bovino de corte Criação. L. Oliveira, Ronaldo Lopes. II. Barbosa, Marco Aurelio Alves de Freitas. II Santos, Geraldo Tadeu dos. Capítulo 7: Reflexos de novas tecnologias empregadas na nutrição materna sobre a saúde e o crescimento de bezerros.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa III está errada, pois a forrageira muda a produção de massa ao longo do ano em função dos fatores climáticos, não é uniforme.

Fontes:

- VASCONCELOS, C. N. Pastagens: Implantação e Manejo. Salvador: EBDA, 2006. 177p. (Capítulo II: pastejo rotacionado – página: 107).
- Forragicultura: ciência tecnologia e gestão dos recursos forrageiros. Jaboticabal: Maria de Lourdes Brandel-ME, 2013. (Capítulo 31 - métodos de pastejo).

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Instrução Normativa nº 11/2000 (MAPA) define o mel como o produto produzido por abelhas melíferas, obtido a partir do néctar das flores ou das secreções de partes vivas das plantas ou ainda das excreções de insetos sugadores presentes nessas partes. As abelhas recolhem, transformam, combinam com substâncias próprias, armazenam e maturam o produto nos favos.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Dukes (2017), referência usada na questão presente no capítulo 45, há formação de espuma estável no rúmen, que impede o acionamento do reflexo de eructação. Sendo assim, há respaldo literário e, por isso, não há necessidade da anulação da questão.

Fonte:

- DUKES, Fisiologia dos animais domésticos / editor William O. Reece, editores associados Howard H. Erickson, Jesse P. Goff, Etsuro E. Uemura; revisão técnica Luís Carlos Reis, André de Souza Mecawi. – 13. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. il. Tradução de: Dukes' physiology of domestic animals, 2015. ISBN: 978-85-277-3135-5. 1. Medicina veterinária. I. Reece, William O. II. Título.

Cargo: Médico do Trabalho

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado apresenta ambiguidade relevante, pois não especifica o número de passeios distintos. Apesar de mencionar que “em qualquer passeio, pelo menos uma bicicleta deverá estar equipada com GPS localizador”, o texto não deixa claro se a regra se aplica a todos os grupos possíveis de 12 bicicletas entre as 40 disponíveis ou apenas aos passeios efetivos que ocorrerão, permitindo interpretações distintas e conflitantes. Tal indefinição compromete a objetividade da questão, tornando impossível determinar de forma inequívoca o número mínimo de bicicletas com GPS, o que fere o princípio de clareza e univocidade exigido em avaliações de múltipla escolha. Dessa forma, a questão deve ser anulada.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A função foi definida para x variando de 1 a 20, mas não há clareza sobre se x deve ser interpretado como valores inteiros (dias) ou como um intervalo contínuo. Essa omissão permite múltiplas interpretações válidas para o número de dias com atendimentos ($f(x) > 0$), tornando impossível determinar uma única resposta correta. Portanto, a questão deve ser anulada.

Cargo: Fiscal de Abastecimento

BRANCA
09

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão centraliza-se no seguinte período: “é preciso formar bem as consciências.” A expressão “é preciso” é uma estrutura impessoal — ou seja, não tem sujeito. Isso ocorre porque o adjetivo “preciso” (no sentido de “necessário”) não se refere a ninguém ou a nada em específico, mas expressa uma ideia geral de necessidade. Assim, o verbo “ser” permanece sempre na 3ª pessoa do singular (“é preciso”), e não concorda com nenhum termo. o trecho “formar bem as consciências” funciona como uma oração reduzida de infinitivo, completando o sentido da locução impessoal “é preciso”. Entretanto, essa oração não exerce a função de sujeito gramatical, pois o período principal é impessoal. Dessa forma, confirma-se a alteração do gabarito para a alternativa B “A expressão “é preciso” é impessoal; portanto, o período não tem sujeito”. As demais alternativas estão incorretas:

“O sujeito é ‘formar bem as consciências’.” A expressão “é preciso” é impessoal, funcionando como um predicado formado por verbo de ligação mais o predicativo “preciso”, que não se refere a sujeito algum.

“O verbo ‘formar’ está no infinitivo e funciona como objeto direto de ‘preciso’.” A estrutura “é preciso” não é um verbo transitivo (que exige objeto), e sim uma locução impessoal formada por verbo de ligação e adjetivo.

“A oração é introduzida por verbo de ligação e ‘formar bem as consciências’ tem a função de predicativo do sujeito.” Embora o verbo “é” seja realmente um verbo de ligação, não há sujeito; logo, não há predicativo do sujeito.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).

BRANCA
15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e apresenta enunciado claro, objetivo. Entretanto, o item contém erro técnico de digitação na resposta. Resposta correta seria:

$$\frac{\sqrt{10}}{\sqrt{5} - 1}$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
23

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Na questão, deve-se considerar os conceitos fundamentais de sistemas operacionais e assinalar a afirmativa correta. A alternativa D, descrita como “Gerenciam recursos de hardware como memória, processador e dispositivos de entrada e saída”, é a opção correta apresentada no gabarito.

O S.O. viabiliza a execução de navegadores e de programas de escritório. Tais programas são aplicações de usuário que dependem dos serviços do S.O. Além disso, o S.O. é um gerenciador de recursos como memória, processador e dispositivos de E/S.

Portanto, há duas alternativas corretas, sendo a questão anulada.

Fontes:

- TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

Cargo: Fiscal Sanitário/ Alimentos

BRANCA
09

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão centraliza-se no seguinte período: *“é preciso formar bem as consciências.”* A expressão “é preciso” é uma estrutura impessoal — ou seja, não tem sujeito. Isso ocorre porque o adjetivo “preciso” (no sentido de “necessário”) não se refere a ninguém ou a nada em específico, mas expressa uma ideia geral de necessidade. Assim, o verbo “ser” permanece sempre na 3ª pessoa do singular (“é preciso”), e não concorda com nenhum termo. o trecho “formar bem as consciências” funciona como uma oração reduzida de infinitivo, completando o sentido da locução impessoal “é preciso”. Entretanto, essa oração não exerce a função de sujeito gramatical, pois o período principal é impessoal. Dessa forma, confirma-se a alteração do gabarito para a alternativa B " A expressão “é preciso” é impessoal; portanto, o período não tem sujeito". As demais alternativas estão incorretas:

“O sujeito é ‘formar bem as consciências’.” A expressão “é preciso” é impessoal, funcionando como um predicado formado por verbo de ligação mais o predicativo “preciso”, que não se refere a sujeito algum.

“O verbo ‘formar’ está no infinitivo e funciona como objeto direto de ‘preciso’.” A estrutura “é preciso” não é um verbo transitivo (que exige objeto), e sim uma locução impessoal formada por verbo de ligação e adjetivo.

“A oração é introduzida por verbo de ligação e ‘formar bem as consciências’ tem a função de predicativo do sujeito.” Embora o verbo “é” seja realmente um verbo de ligação, não há sujeito; logo, não há predicativo do sujeito.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).

BRANCA
15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão está de acordo com o conteúdo programático previsto no edital e apresenta enunciado claro, objetivo. Entretanto, o item contém erro técnico de digitação na resposta. Resposta correta seria:

$$\frac{\sqrt{10}}{\sqrt{5} - 1}$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
23

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Na questão, deve-se considerar os conceitos fundamentais de sistemas operacionais e assinalar a afirmativa correta. A alternativa D, descrita como “Gerenciam recursos de hardware como memória, processador e dispositivos de entrada e saída”, é a opção correta apresentada no gabarito.

O S.O. viabiliza a execução de navegadores e de programas de escritório. Tais programas são aplicações de usuário que dependem dos serviços do S.O. Além disso, o S.O. é um gerenciador de recursos como memória, processador e dispositivos de E/S.

Portanto, há duas alternativas corretas, sendo a questão anulada.

Fontes:

- TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

25 de novembro de 2025
INSTITUTO CONSULPLAN